



Paulo Pinheiro Machado

Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916.

Tese de Doutorado apresentada
ao Departamento de História
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas, sob a
orientação do Prof. Dr. Cláudio
Henrique de Moraes Batalha.

Este exemplar corresponde à
redação final da Tese defendida
e aprovada pela Comissão Jul-
gadora em 17/12/2001.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha (Orientador).

Prof.a. Dra. Marli Auras.

Prof. Dr. Michael McDonald Hall.

Prof. Dr. Fernando Antônio Lourenço.

Prof.a. Dra. Emília Pietrafesa de Godói.

Prof.a. Dra. Maria Clementina Pereira Cunha (suplente).

Prof. Dr. Robert Wayne Andrew Slenes (suplente).

Dezembro de 2001.

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	TI UNICAMP
	M18e
V.	47480
PROG.	837/92
C	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	05-02-02
N.º CPD	

II

CM00163324-2

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M 18 e Machado, Paulo Pinheiro
Um estudo sobre as origens sociais e a formação política das lideranças sertanejas do Contestado, 1912-1916 / Paulo Pinheiro Machado . - - Campinas, SP : [s. n.], 2001

Orientador: Cláudio Henrique de Moraes Batalha.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Movimentos sociais. 2. Coronelismo. 3. Milenarismo.
4. Messianismo. 5. Camponeses – Santa Catarina. 6. Brasil –
História – Campanha do Contestado, 1912-1916. I. Batalha,
Cláudio Henrique de Moraes. II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Resumo

Esta tese tem como objetivo a análise das origens sociais e da atuação política das lideranças sertanejas da Guerra do Contestado, ocorrida entre 1912 e 1916. Esta região, uma fronteira agropecuária em expansão, foi alvo de um processo peculiar de apropriação dos solos, que resultou num perfil social heterogêneo e em distintos campos de exercício do poder local. As questões institucionais de disputas de limites entre os estados potencializaram a crise social local e aumentaram o impacto da ação da *Brazil Railway* e sua subsidiária *Lumber and Colonization*. A tradição sertaneja, representada pela figura legendária de João Maria, é retomada com a atuação do monge José Maria. Após a morte deste, ocorreu um processo de reelaboração de sua memória e de criação e de um conjunto de instituições e práticas sociais e religiosas que passaram a vigorar nos Redutos: As "formas", a organização do "Quadro Santo" e a formação dos "Pares de França" ou "Pares de São Sebastião". É analisada a concepção sertaneja de Monarquia e a prática do "comunismo caboclo". Uma segunda fase do movimento sertanejo, a partir de julho de 1914, buscou a expansão das novas relações sociais e religiosas ao entorno da região rebelada. É analisada a atividade de Adeodato, o último chefe rebelde.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Coronelismo. Milenarismo. Messianismo. Camponeses – Santa Catarina. Brasil – História – Campanha do Contestado, 1912-1916.

Abstract:

The objective of this thesis is to analyze the social background and the political acting of the backcountry leadership of the Contestado War of 1912 to 1916. This region, an expanding agricultural frontier, went through a unique process of land appropriation that brought about a heterogeneous social profile and distinct areas of local power. The institutional matters of dispute on the borders between the states resulted in local social crisis. This magnified the impact of the *Brazil Railway* actions and of its subsidiary Company, *Lumber and Colonization*. The backcountry tradition, represented by the legendary character of João Maria, is recaptured in the acting of the monk José Maria. After the death of the latter, a process of re-elaboration of his memory is engendered, and a series of social and religious institutions and practices are created and go into effect in the *Redutos* [the settlements]: the *formas*, the organization of the *Quadro Santo* and the formation of the *Pares de França* or *Pares de São Sebastião*. The backcountry concept of monarchy and the exercise of *caboclo* communism are analyzed. A second phase of the sertanejo movement, beginning July 1914, sought for the expansion of the new social and religious relations to the surroundings of the rebelled region. The activities of Adeodato, the last rebel chief, are analyzed.

Sumário

<u>Resumo e Abstract</u>	III
<u>Abreviaturas</u>	IX
<u>Agradecimentos</u>	XI
<u>Introdução</u>	01
<u>Capítulo 1 – Bugres, tropeiros e birivas</u>	37
Colonos e Bugres	38
O caminho das tropas	42
O perfil da população	48
A ocupação do solo	60
Diferenciação social	67
Tragédia na família Damasceno	74
Maragatos x Pica-Paus	81
Coronelismo “sem enxada” e “sem voto”	83
Tensões entre os poderes local e estadual	101
<u>Capítulo 2 – Aspectos Institucionais</u>	107
A questão de limites	107
Desmandos e usurpações	113
A disputa pela erva-mate	120
A política de terras de Santa Catarina	127
A “Brazil Railway” e a “Lumber”	133
<u>Capítulo 3 – O tempo do “fanatismo”</u>	149
A legenda João Maria	150
O Canudinho de Lages	164
A aparição de José Maria	167
O êxodo ao Irani	177
A santificação de José Maria	184
Crise política em Curitiba	191
As visões de Teodora	195
O comandante Manoel	198
A economia “pelada”	203
O monarquismo sertanejo	213
O comando do menino Joaquim	218
A “virgem” Maria Rosa	225
Perfil social das lideranças “peladas”	228

Divisões de famílias	230
<u>Capítulo 4 - O Tempo do “jaguncismo”</u>	235
A ascensão de Chiquinho Alonso	243
Erupção rebelde em Canoínhas	246
A ofensiva rebelde generalizada	260
O debate nacional	286
<u>Capítulo 5 - Adeodato: Luta e Memória</u>	289
O primeiro batismo	293
O segundo batismo	296
Adeodato assume liderança	299
O reduto de Santa Maria	305
O terror	307
Negociações e transações	312
Costumes e transgressões	319
A captura	323
Armadilhas da memória	327
Tratamento dos prisioneiros	330
<u>Considerações finais</u>	335
<u>Fontes e Bibliografia</u>	345
<u>Mapas</u>	373
<u>Fotografias</u>	381
<u>Anexos</u>	
Relação dos membros do piquete de Adeodato	389
Décimas de Antônio Fabrício das Neves	390
<u>Entrevistas</u>	
Antônio Fabrício das Neves	395
Antônio França Pinto	401
Avelino Correia	407
Ayhurê Tavares	411
Cipriano Fragoso	413
Dario Carneiro	415
Domingas Ávila dos Santos	419
Elias Ribeiro	421
Firmino Rodrigues Martim	425
Gilberto Kopeki	429
Graciliano Alves dos Santos	435
João Maria de Paula	439

João Maria Palhano	443
João Melo	449
João Paes de Farias	451
João Pedro de Souza	457
João Rupp Sobrinho	459
Laurentino Martins	463
Lauro Costa	465
Manoel Jungles	469
Maria da Conceição Correia	473
Nonésia Carneiro Driessen	477
Raulino Correia de Souza	479
Raulino Correia de Souza (2ª entrevista)	483
Rosalina Watrin	487
Sebastião Costa	493
Valmor Carlin do Prado	497

Índice de abreviaturas

- AFJC - Arquivo do Fórum de Justiça de Curitiba.
- AHEx - Arquivo Histórico do Exército – Rio de Janeiro.
- AHMC - Arquivo Histórico Municipal de Canoínhas.
- AHMF - Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis.
- AHRGS - Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.
- AHWR - Arquivo Histórico Waldemar Rupp – Campos Novos.
- APAT - Arquivo Particular de Ayhurê Tavares – Itajaí.
- APESC - Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.
- APMSC - Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina.
- APTJSC - Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Sta. Catarina.
- ARFFSA - Arquivo da Rede Ferroviária Federal – Curitiba.
- BN-RJ - Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.
- BPESC - Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina – Florianópolis.
- DEAP - Departamento do Arquivo Público do Estado do Paraná – Curitiba.
- MTC - Museu Thiago de Castro – Lages.
- MTJSC - Museu do Judiciário Catarinense, Florianópolis.

Agradecimentos

Por caprichos da sorte, encontrei grande número de pessoas que me auxiliaram, das mais diferentes maneiras, para levar adiante e concluir este trabalho. Espero não desapontá-las. Pretendo listá-las neste espaço, apesar do temor de cometer alguma injustiça, por lamentável esquecimento. De qualquer forma, coloco-me, evidentemente, como o único responsável pelas incorreções deste trabalho.

Pude contar, desde o primeiro semestre do curso de doutorado, com a atenção e a confiança do Prof. Dr. Cláudio Henrique de Moraes Batalha, meu orientador. Sua comunicação direta e suas observações inteligentes, muito ajudaram-me a superar várias dificuldades em diferentes momentos do trabalho. As incertezas iniciais quanto à definição própria do objeto de pesquisa foram encaminhadas com tranqüilidade e superadas ou resolvidas na medida que avançava a pesquisa sobre as fontes nos períodos subseqüentes. Devo reconhecer que a confiança do orientador se materializou, principalmente, na liberdade que me permitiu em toda a trajetória.

À Ivone Gallo agradeço por ter colocado seu material de pesquisa à minha disposição, fornecendo-me importantes indicações de pessoas e lugares no Contestado que poderiam ser alvo de visitas. Ivone também alertou-me a respeito de uma série de dificuldades e problemas sobre as fontes para o estudo da Guerra Sertaneja.

Durante o curso contei com a ajuda e atenção dos professores Michael M. Hall, Maria Clementina Pereira Cunha, Robert W. Slenes, Sílvia Hunold Lara e Célia Marinho Azevedo. Especial atenção recebi dos professores Michael Hall e Fernando Lourenço, que fizeram importantes observações na qualificação deste texto, as quais procurei incorporar na medida do possível.

Recebi inestimável apoio e camaradagem de meus colegas de curso e de linha de pesquisa, principalmente de Norberto Ferreras, Luigi Biondi, Fábio Gutemberg de Sousa, Álvaro Pereira do Nascimento, Luigi Negro, Paulo Fontes, Elciene Azevedo, Cristiane S. Pereira, Ana Paula Palamartchuck e Maria Lucinete Fortunato. Norberto

Ferreras e Veronica Secreto auxiliaram-me diretamente, passando textos e dados sobre o “Tatadiós” de Tandil.

Na secretaria de pós-graduação do IFCH sempre tive a segurança de poder contar com a necessária retaguarda oferecida por Lurdinha, Marli e Júnior. Nas intermináveis viagens rodoviárias durante os cursos, travei longas conversas sobre a Guerra Sertaneja com os colegas Vicente, Fábria, Lígia, Kassic e demais integrantes da “massa crítica catarinense”.

Pelo interior de Santa Catarina e do Paraná, em doze viagens entre 1998 e 2000, contei com a colaboração atenciosa de um grande número de pessoas que, além de oferecerem importantes pistas e informações, indicaram-me outras pessoas, igualmente importantes para o curso do trabalho. Carlos Guérios (Itajaí), emprestou-me importantes obras raras; fui recebido em duas oportunidades pelo Prof. Nilson Thomé (Caçador), que informou-me sobre vários temas do Contestado; Vicente Telles (Irani), encaminhou-me para Fabrício das Neves e introduziu-me no “espírito” do Contestado, demonstrando como a aventura cabocla deve ser fonte de constante reflexão; Fernando Tokarski foi extremamente gentil em apontar-me o acervo do Arquivo Histórico de Canoíhas e na indicação das senhoras Maria Conceição e Rosalina, para entrevista; Luiz Antônio e Aydée Blasi encaminharam-me para Maria da Glória Foohs (Rio Negro), que forneceu importante texto de Adolph Bading. Em Caçador, agradeço pela gentil recepção de Maria Salmória Vieira Tedesco (filha do Cel. Fabrício Vieira). Em São José do Cerrito, fui recebido por Reni Antunes, folclorista, pesquisador autodidata e artesão do vime.

Em Curitiba, tive o auxílio e a interlocução inestimáveis do professor e pesquisador Enori Pozzo, do folclorista Euclides José Felipe e do pesquisador e diretor do “Museu Antônio Granemann de Souza”, Aldair Goeten de Moraes. Enori chamou-me a atenção sobre vários aspectos da “Religião Santa” dos redutários. Com Euclides tive a grata satisfação de aproveitar-me da experiência de um dedicado, honesto e incansável pesquisador, um “José Calazans” do Contestado. Aldair, apesar de sua franca simpatia à administração do Cel. Albuquerque, soube apontar-me, com precisão e objetividade, a participação de diferentes camadas sociais no conflito.

No Fórum de Curitiba fui recebido pelo juiz Dr. João Ciwinski e pelos funcionários Nelson dos Santos e Ilson Neves de Moraes, que colocaram todo o rico acervo que está sob sua guarda à minha disposição. Nelson encaminhou-me para seu avô, Graciliano Alves dos Santos, para entrevista. A professora Célia Lemos teve a gentileza de ceder-me vários documentos recolhidos por sua irmã, a falecida historiadora Zélia Lemos, além de fotocópia do manuscrito de seu tio, Alfredo de Oliveira Lemos.

Em Lages tive a acolhida atenciosa, calorosa e bem humorada de Danilo de Castro, Diretor do “Museu Thiago de Castro” e da funcionária Chica, que ajudaram-me diretamente na pesquisa nesta instituição. Em Campos Novos auxiliou-me na pesquisa, no “Arquivo Histórico Dr. Waldemar Rupp”, a funcionária Cecília Lopes, que não intimidou-se em transitar em meio a colunas gigantescas de papéis empilhados, no meio da reforma do prédio. Em Rio das Antas tive o inestimável auxílio do padre Élcio, que indicou-me João Melo para entrevista.

Márcia Janete Espig (Porto Alegre), Telmo Marcon (Passo Fundo), Rogério Rosa Rodrigues (Florianópolis/ Vitória) e Delmir José Valentini (Caçador), quatro pesquisadores do Contestado, e companheiros de mesas em encontros da ANPUH, foram freqüentes interlocutores e prestaram ajuda inestimável por suas obras sensíveis e inteligentes. Márcia Espig e Rogério Rodrigues forneceram-me vários documentos de suas pesquisas. Delmir encaminhou-me a vários depoentes da região de Caçador.

Em Florianópolis, sou especialmente grato aos colegas do Departamento de História da UFSC, que absorveram minhas atividades docentes durante o período de afastamento. O professor Henrique Luís Pereira Oliveira, com seu vídeo “Vida Laboriada”, foi quem, quase acidentalmente, dirigiu-me o olhar ao planalto serrano. Especial atenção foi dedicada pelo professor João Klug, que traduziu do alemão para o português o texto de Adolph Bading, emprestou-me o livro de Demerval Peixoto e presenteou-me com o livro sobre as “Terras devolutas pertencentes à *Brazil Railway*”. O professor Élio Cantalício Serpa foi um freqüente interlocutor sobre aspectos da

vida cabocla. Recebi importantes informações da professora Adelaide Gonçalves Pereira, da UFC, enquanto ela esteve estudando em Florianópolis.

Em vários momentos da pesquisa e da redação deste texto contei com a interlocução inteligente do Prof. Paulino de Jesus Francisco Cardoso. Paulino leu com atenção e criticou com critério o texto que deu origem ao Capítulo 5. O jornalista Cláudio Angelo (São Paulo), quando trabalhava para a Editora Abril, me proporcionou uma “carona” pelo circuito geral do planalto. Com ele consegui rever vários sertanejos que já havia entrevistado.

No Arquivo Público de Santa Catarina sempre foi possível contar com a atenção de Neusa Damiani Nunes e Ana Maria. No Museu do Judiciário Catarinense fui recebido com atenção e camaradagem pelos funcionários e historiadores Orivalda Silva e Gilberto Machado. Além de acompanhar vários passos da pesquisa com sugestões e indicações, principalmente na busca quase interminável do paradeiro do processo de julgamento do chefe rebelde Adeodato, registro, também, que nunca me deixaram sem cafezinho. Ainda em Florianópolis, obtive importantes indicações e empréstimo de material de pesquisa do escritor Telmo Fortes.

No Arquivo Histórico do Exército, no Rio de Janeiro, obtive a atenção do Coronel Tarragô, do Tenente Paulo, do Cabo Carlos e do Soldado Duarte. No Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina tive acesso aos Boletins diários do Regimento de Segurança fornecidos pelo Tenente-Coronel Edson.

João Edésio Jungles, professor do Depto. de Engenharia Civil da UFSC, fez a gentileza de me convidar para participar do projeto de restauração do prédio do cinema da *Brazil Lumber and Colonization Company*, em Três Barras, atualmente no Campo de Treinamento Marechal Hermes. Além disso, João Edésio indicou-me seu pai, Manoel, antigo funcionário da *Lumber*, para entrevista.

Em Curitiba, obtive a atenção e dedicação de Cida, do Departamento do Arquivo Público do Paraná e do engenheiro Carlos Dias Correia Augusto, do Arquivo da Rede Ferroviária Federal S.A., que herdou os arquivos da *Southern Brazil Railway*.

Várias indicações pontuais, não menos importantes, foram fornecidas por colegas pela lista H-Brasil, na internet: Josemir Melo (Recife), William Summerhill (Califórnia – EUA), Carlos Kessel (Rio de Janeiro) e Ricardo Costa de Oliveira (Curitiba).

Devo registrar outras situações, onde recebi apoio empenhado de muitas pessoas, embora não tenha sido bem sucedido no acesso final a determinadas fontes. É o caso do veterinário Luciano e de Ivo Paganini, Prefeito do Arroio Trinta, que indicaram o sr. Ermínio Moraes, para entrevista. Infelizmente, quando visitei o sr. Ermínio, ele não estava num bom dia para rememorar. Na busca pelos documentos levantados por Maurício Vinhas de Queiroz obtive auxílio da Dra. Helga Hoffman (São Paulo), dos professores Roberto Cardoso de Oliveira e João Gabriel Lima Cruz Teixeira (UnB) e da professora Maria Stella Amorim (UFRJ), sem conseguir êxito. Agradeço a Roniére Amaral por ter enviado-me sua tese.

Registro o apoio incondicional de meus familiares desde o início da empreitada. Lourdes Consuelo, Dulphe, Foguinho, Mé e Iuri sempre me estimularam. Didi e Renata acolheram-me com atenção quando estive pesquisando no Rio de Janeiro. Taio, meu padrinho, mesmo geograficamente distante, sempre esteve por perto. Luiz Carlos, Caco e Vera Maria sempre estiveram à disposição para auxiliar-me, desde a conversão de determinadas medidas ao sistema métrico decimal, até a tradução de inglês.

Meus filhos Cecília, Bolívar e Marco Antônio, apesar de destruírem periodicamente meus modestos gravadores, foram verdadeiros companheiros durante todo o processo. Nestes anos de intensa convivência doméstica, aprendi muito com eles. Bolívar acompanhou-me, em algumas viagens pelo planalto, cuidando com esmero da “retaguarda” de pesquisa.

Carla, minha mulher, ajudou na viabilização das inúmeras viagens, na revisão geral do texto, na confecção dos mapas e nas suas observações quanto ao andamento do trabalho (insistindo que as notas de rodapé estavam melhores que o texto). Porém, sua participação vai muito além do que está aqui relatado. Seu companheirismo, afeto

e sensibilidade, ajudou-me a ver de outra maneira o mundo em geral e a vida dos sertanejos em particular.

Recebi do PICD-CAPES, bolsa de estudo que viabilizou uma série de atividades e gastos. Sou grato a todos os que lutam para defender e ampliar o ensino público e gratuito.

Por fim, gostaria de salientar o carinho, a gentileza e a hospitalidade com que eu, um estranho, fui recebido pelos entrevistados: Antônio Fabrício das Neves (Damo), Antônio França Pinto, Avelino Correia, Ayhurê Tavares, Cipriano Frágoso, Dário Carneiro, Domingas Ávila dos Santos, Elias Ribeiro, Gilberto Kopeki, Graciliano Alves dos Santos, João Maria de Paula, João Maria Palhano (Lica), João Melo, João (Ventura) Paes de Farias, João Pedro de Souza (Totó), João Rupp Sobrinho, Laurentino Martins, Lauro Costa, Manoel Jungles, Maria Conceição Correia, Nonésia Carneiro Driessen, Rosalina Watrin, Sebastião Costa, Valmor Carlin do Prado. Apesar dos rápidos contatos que mantive com estas pessoas, senti que, de alguma maneira, eles atribuíram-me uma “missão”, a de registrar seus pontos de vista, de pessoas comuns, sobre a grande tormenta que abateu-se sobre sua região. Espero estar à altura de suas expectativas, uma vez que, para mim, toda esta experiência representou muito mais do que o cumprimento de uma formalidade acadêmica.

Introdução

*“As fumaças que, na manhã do dia 26 de setembro do ano passado [1914], sombrias, se levantaram nesta Vila, anunciaram que neste recanto do nosso Estado havia deixado de existir o império da lei e da ordem, suplantado pelo regime do fuzil e do facão, a serviço de um banditismo fanatizado que tinha sido gerado por causas várias que à história, fria e desapaixonada, caberá averiguar.”*¹

Envolvido no julgamento dos autos do processo pelo incêndio de Curitiba, ocorrido em 1914, o juiz Guilherme Luiz Abry colocou no texto de sua sentença, acima, uma advertência no sentido que iria julgar apenas os fatos relatados, sem inquirir sobre as origens e razões do “banditismo fanatizado”. Segundo o magistrado, caberia à história investigar, de maneira fria e desapaixonada, as motivações do referido movimento.

No vocabulário da imprensa e de diferentes setores do governo, os sertanejos seguidores do monge José Maria eram chamados apenas de “fanáticos” até o combate de Irani e, principalmente, até a destruição do reduto de Taquaruçu, em fevereiro de 1914. Após este evento, o crescimento dos conflitos e a militarização dos sertanejos, as denominações de “banditismo” e “jaguncismo” passam a acompanhar o termo “fanatismo”.

Apesar de nosso maior distanciamento temporal dos acontecimentos, dificilmente podemos afirmar que a historiografia antiga e recente, e minha própria contribuição, estariam estudando as origens e causas deste conflito de forma “fria e

¹ Processo por crime de sedição, dano a propriedades públicas e privadas, na ocasião da invasão da Vila de Curitiba pelos rebeldes em 26 de setembro de 1914. APESC – Processos judiciais, caixa 45, p. 149.

desapaixonada”. Diferentes abordagens e entendimentos sobre o conflito do Contestado continuam polemizando nos campos político e acadêmico.

O presente trabalho tem como objetivo fazer um levantamento e análise das origens sociais e da formação e atuação política das lideranças sertanejas na Guerra do Contestado, principalmente da fase final do conflito (Julho/1914 à Janeiro/1916). O período escolhido prende-se ao fato de que, a partir do deslocamento do reduto de Caraguatá, é possível claramente identificar-se a emergência de “lideranças de briga” no comando geral das “Cidades Santas” e, da mesma maneira, uma progressiva diminuição do poder político das “virgens” e demais lideranças exclusivamente religiosas.

É grande o número de publicações e teses sobre a atividade dos monges João e José Maria e das “virgens”², mas há muito pouco material publicado, em que pese a escassez de fontes, sobre a atuação dos comandantes caboclos mais destacados da fase final da guerra, como Francisco Alonso de Souza (Chiquinho Alonso), Benvenuto Alves de Lima (Venuto Baiano), Olegário Ramos, Henrique Wolland (Alemãozinho), Conrado Grobbs, os irmãos Ignacio e Gregório de Lima, Agustin Perez Saravia (Castelhano), Aleixo Gonçalves de Lima, Bonifácio José dos Santos (Papudo) e Adeodato Manoel Ramos (Joaquim Leodato).

² Além das obras gerais sobre a Guerra do Contestado, que dão grande destaque à atuação dos monges e das “virgens”, há várias obras específicas sobre estes personagens destacados do início do conflito : Fachel, José Fraga, *Monge João Maria : recusa dos excluídos*. Porto Alegre/ Florianópolis : Eds. UFRGS/UFSC. 1995; Cabral, Oswaldo Rodrigues. *João Maria : Interpretação da Campanha do Contestado*. São Paulo : Nacional, Col. Brasileira, 1960; Gorniski, Aramis, *Monge – Vida, Milagres, Histórias e Lendas*. Lapa : Ed. Nossa Sra. Aparecida, 1980. Thomé, Nilson, *Os Iluminados : Personagens e Manifestações Místicas e Messiânicas no Contestado*. Florianópolis : Ed. Insular, 1999.

Cabe neste momento uma observação importante. Na experiência do movimento social do Contestado não há como separar, por uma linha nítida, as lideranças em “religiosas” e “não religiosas”. Todos os “comandantes de briga”³, até o final do conflito, sempre legitimaram seu poder político nos redutos a partir de uma ligação espiritual, por “sonhos”, “visões”, etc., com o monge José Maria e com a contínua assistência de “virgens” e “comandantes de reza”. A linguagem religiosa era compartilhada por todos. O próprio Adeodato, último comandante geral, além de assistido por “virgens”, era acompanhado pelo monge Maneca, o Pai Velho. Adeodato também era filho do velho Teleme, antigo “capelão de terço” de São José do Cerrito.⁴ As lideranças “religiosas”, em contrapartida, sempre tiveram um peso político importante na vida dos redutos, sendo a “virgem” Maria Rosa a liderança com maior “voz de comando” em Caraguatá (fevereiro a abril de 1914).

De qualquer maneira, há um consenso entre os estudiosos de que, no desenvolvimento da guerra sertaneja e no aumento dos ataques externos por parte de forças militares estaduais e federais, por necessidade de sobrevivência dos devotos de José Maria, as lideranças com alguma experiência militar passaram a gozar, na prática, de um maior poder político. Isto se consolidou a partir de meados de 1914,

³ O cargo de “Comandante de Briga” era inicialmente ocupado por indivíduos nomeados pelas *Virgens* e *Meninos-Deus* nos redutos de Taquaruçu e Caraguatá, tal como os “comandantes de forma” e “comandantes de reza”.

⁴ Manuel Telêmaco Ramos, o Teleme, pai de Adeodato, foi Capelão de Terço, espécie de beato ou sacerdote leigo, em São José do Cerrito, município de Lages, antes de sua família migrar para o norte de Curitiba, no início do séc. XX. Entrevista com Elias Ribeiro, em anexo.

quando ascendeu ao “comando geral” dos redutos a liderança de Francisco Alonso de Souza.⁵

As lideranças “de briga” foram desqualificadas pela historiografia predominante sobre o movimento do Contestado, sendo estes personagens indistintamente denominados de bandidos e criminosos, reproduzindo, de certa forma, a mesma visão que interessou aos militares que por primeiro escreveram sobre este conflito.⁶ Estes líderes “de briga” foram responsáveis pela derrota das forças do exército em Caraguatá (março de 1914), pelo malogro da expedição do General Mesquita (abril - junho de 1914) e pela grande ofensiva militar dos rebeldes (jul. - nov. 1914), quando quase todo o planalto catarinense ficou sob seu domínio direto. Foi sob a liderança de Adeodato, entre dezembro de 1914 e Janeiro de 1916, período mais difícil da vida nos redutos, que travou-se a mais feroz resistência às forças oficiais.

O movimento social do contestado iniciou-se como um fenômeno religioso de exaltação milenar com fortes características messiânicas, mantendo basicamente estas características místicas, com maior ou menor intensidade, até a sua liquidação final.⁷ Neste aspecto, o Contestado apresentou um certo ineditismo pelo fato da

⁵ Nilson Thomé entende que a Guerra do Contestado passou por três fases distintas: “fanatismo”, “banditismo” e “genocídio”. *Os iluminados: personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999, p. 23

⁶ Carvalho, Gen. Fernando Setembrino de. *Relatório apresentado ao Gen. de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra*. Rio de Janeiro : Imprensa Militar, 1916. Assumpção, Herculano T. d' A *Campanha do Contestado*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. 1917. Peixoto, Demerval (Clivelário Marcial) *A Campanha do Contestado . Episódios e Impressões*. Rio de Janeiro : s/ed., 1920. Soares, J. O. Pinto *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro : Papelaria Velho, 1931. Cerqueira, Alves . *A Jornada de Taquaruçú (feito guerreiro)*. *Contribuição ao estudo da história militar do Brasil*. Rio de Janeiro : s/ ed. 1936

⁷ O movimento do Contestado é milenar por criar toda uma expectativa religiosa de mudança em torno do novo século e pelo início de uma era de justiça e felicidade, mas também possui características

principal liderança mística – o Monge José Maria – morrer no primeiro combate, no faxinal do Irani, em outubro de 1912. Porém, a expectativa pela “volta” do Monge, além de provocar uma nova reunião de seu grupo inicialmente restrito de seguidores no ano seguinte, acabou por agregar diferentes segmentos sociais como posseiros e sitiantes expulsos de suas terras, comunidades negras e caboclas do planalto, ervateiros, trabalhadores desempregados pela estrada de ferro, médios fazendeiros, antigas lideranças federalistas e opositores políticos dos Coronéis de Curitiba, Canoínhas, Lages, Rio Negro, Timbó e União da Vitória.

Tomo o cuidado de não esgotar o estudo do movimento sertanejo caindo na adoção de uma caracterização geral fechada como “messiânico” ou “milenar”. O movimento social do Contestado (como outros) não se apresentou de forma tão uniforme e homogênea para cair na classificação de determinadas tipologias sociais desenvolvidas pela sociologia das religiões.⁸ Paralelamente ao discurso religioso da “Guerra Santa” dos “pelados” contra os “peludos”, na defesa da “Monarquia Celeste” e da “Santa Religião”, os sertanejos acabaram demonstrando, tanto por discursos como por atos, que desenvolveram uma nítida consciência das condições sociais e políticas de sua marginalização, de que se tratava de uma guerra entre ricos e pobres, que lutavam contra o governo que defendia os interesses dos endinheirados, dos

messiânicas porque ocorre um processo de espera pelo retorno do líder místico José Maria. Espig, Márcia Janete. *A Presença da Gesta Carolíngia no Movimento do Contestado*. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, Porto Alegre, 1998, pp.47-48.

⁸ Não são pequenas as dificuldades teóricas no tratamento deste movimento social. Douglas Teixeira Monteiro levanta uma crítica geral à sociologia e à historiografia por considerarem os movimentos sociais rurais como marginais à sociedade, há – mesmo na crítica à antigas avaliações preconceituosas que vislumbravam a presença de aberrações mentais presentes num “fanatismo patológico” – a permanência de um tom paternalista em atribuir as causas destes movimentos à “ignorância” e à “carências”. “Sertão e Civilização : Compassos e Descompassos” *Anais do Colóquio de Estudos*

“Coronéis” e dos estrangeiros. Estas duas faces do movimento do Contestado (a religiosa e a crítico-social) não foram excludentes, nem mesmo devemos separá-las para efeito didático. Procuro em meu trabalho aprofundar um levantamento e uma avaliação do pensamento político das lideranças sertanejas. Desta forma, considero que o conceito de messianismo, tal como é empregado por Maria Isaura Pereira de Queiroz, é pouco útil para o estudo deste movimento social.

Esta pesquisadora considera o messianismo como uma manifestação coletiva da crença na vinda de um redentor que porá fim à ordem vigente, instituindo uma nova ordem de justiça e felicidade, afirmando que para tal processo se desenvolver é necessário um conjunto de fatores provocadores, entre eles é destacado um estado de *anomia social*, de perda de identidade como consequência de transformações sociais/culturais e econômicas. Maria Isaura, desta forma, dá um novo nome à “patologia” da população sertaneja e entra em contradição quando critica a visão preconceituosa dos primeiros escritos militares.⁹ A *anomia social* será

Regionais, comemorativo do I Centenário de Romário Martins. Curitiba : UFPR, Boletim do Departamento de História, nº 21, 1974, pp. 31 e 32.

⁹ Queiroz, Maria Isaura P. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo : Alfa-Ômega, 2ª ed., 1976, p.242. O conceito de “anomia social” é tomado de Roger Bastide que, por sua vez o retira de Max Weber, mas tem origem em Émile Durkheim. Para Weber, anomia social “significa a ausência de normas ou de regulação sociais que geram no indivíduo a angústia de uma vida sem sentido e de consequências letais para o organismo, que só se mantém humano envolvido em laços sociais. Nestes termos, um movimento messiânico suscitado nestas circunstâncias pode ser visto como um esforço de preservação do humano” Amaral, Roniere Ribeiro do, *Messianismo e Liberdade : Análise do Movimento Messiânico do Contestado segundo Max Weber*, Dissertação de Mestrado em Sociologia. UnB, Brasília, 1998, p. 20. Para Weber, os fatos básicos geradores de anomia social provêm da escassez de bens materiais e simbólicos. Durkheim, estudando o suicídio, identificou que esta manifestação não coincide com crise ou escassez econômica, nem a definiu como patológica, geralmente ocorrendo em regiões promissoras onde “mudanças bruscas de poder e fortuna, para menos ou para mais, podem precipitar desequilíbrios de valores e parâmetros de comportamento social, um desregramento, uma anomia, uma perda da medida da gradação e da oportunidade das coisas.”...”Deste modo, os desejos, não podendo ser reitados por uma opinião desorientada, já não sabem onde estão os limites que não devem ultrapassar. Aliás, encontram-se, neste mesmo momento um estado de exaltação natural precisamente pelo fato da vitalidade geral ser mais intensa. Os

responsável pela incidência de “surto” (expressão que revela enfermidade, patologia) messiânicos ou milenares. A *anomia social*, diferentemente do que foi colocado por Dürkheim, transformou-se em conceito que explica tudo¹⁰, mas não vejo como pode ser mediatizado para o estudo do movimento do Contestado.

É importante registrar que não pretendo estudar o movimento do Contestado com qualquer premissa que parta da concepção de que os sertanejos apresentavam alguma forma de “anormalidade”, “patologia social”, “aberração” ou “loucura”.

A historiografia contemporânea equipou-se melhor teoricamente para o estudo dos movimentos sociais no meio urbano e, principalmente, a partir do período industrial. Porém, nas últimas décadas, vários autores procuraram romper esta limitação, partindo para o estudo de movimentos sociais urbanos e rurais em sociedades pré-industriais. Entre estes, podemos destacar as importantes contribuições de George Rudé, Eric Hobsbawm e Edward Thompson.¹¹

desejos estão exaltados pelo fato da prosperidade ter aumentado. As perspectivas mais favoráveis estimulam-nos, tornam-nos mais exigentes, mais impacientes com qualquer regra, precisamente quando as regras tradicionais perderam a autoridade. O estado de desregramento ou anomia é ainda acentuado pelo fato das paixões serem menos disciplinadas na altura exata em que teriam necessidade de uma disciplina mais forte.” O Suicídio: Estudo de Sociologia. Trad. Luz Cary. Lisboa : Ed. Presença, 1977, pp. 291 e 292.

¹⁰ Roger Bastide, no Prefácio de *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, procura reforçar os argumentos de Maria Isaura afirmando claramente que na origem de todos os movimentos messiânicos ocorre a partir de processos de “transformações da estrutura” ou de “*anomia social*”. *Op. Cit.* p. XVIII.

¹¹ Rudé dedicou vários estudos as turbas urbanas e rurais da França e da Inglaterra antes da revolução industrial, ou no período inicial desta. Este autor lançou um novo olhar sobre a multidão e o protesto popular. A multidão, até então majoritariamente desqualificada como “turba”, “ralé” ou “rebotalho da sociedade”, passa a ser estudada como um movimento social que, mesmo possuindo uma composição social heterogênea, uma vez que a classe operária ainda estava em formação, implementava determinadas ações, através de motins, incêndios, protestos, etc., que revelam determinadas concepções políticas da população pobre. Neste sentido, e na medida que o autor vai procurando uma história dos “de baixo”, Rudé processou uma profunda crítica às fontes tradicionais, normalmente ligadas a órgãos do governo, da aristocracia, da classe média enriquecida e da oposição política oficial, e buscou, nas mesmas fontes, o levantamento de identidades e objetivos das pessoas que participam

Hobsbawm dedicou-se ao estudo de formas “arcaicas” de movimentos sociais, avançando sua pesquisa em movimentos ocorridos em sociedades e regiões pré-industriais, ou pouco industrializadas, adentrando o século XX.¹² Seu estudo estende-se da Europa meridional e oriental à países do Terceiro Mundo e regiões com o capitalismo pouco desenvolvido. Nestas incursões, o autor analisa determinadas formas de milenarismo, associadas à origem de modernas vertentes anarquistas e socialistas, o comportamento e o hermetismo de determinadas seitas operárias e as associações do banditismo social à rebelião camponesa.

O banditismo social, que o autor considera como uma forma de movimento universal, *“pouco mais é do que um endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza: um grito de vingança contra os ricos e opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças sociais”*.¹³

Embora o próprio autor lance uma advertência ao emprego das palavras “arcaico” e “primitivo”, como uma contradição no estudo de movimentos sociais que se confrontam com o Estado contemporâneo, ele mantém estes adjetivos por ter em vista, tácita ou expressamente, uma comparação com os movimentos trabalhistas e socialistas do séc. XIX e, principalmente, do séc. XX. Neste contexto, Hobsbawm

dos movimentos da multidão. Rudé adverte que neste tipo de estudo “o historiador precisa andar com cuidado, estar atento às armadilhas constantes, evitar julgamentos apressados e ser menos definitivo em suas conclusões.” Fica, porém, bem clara certa concepção hierárquico-cronológica defendida pelo autor, ao definir que os movimentos da multidão são uma “transição” entre a “jacquerie camponesa” e os movimentos milenaristas “do passado” e a greve “do futuro”. Rudé, George. *A multidão na história: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730 – 1848*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991, pp. 3 e 13.

define os movimentos “arcaicos” como “pré-políticos”, uma definição que o próprio autor considera genérica, mas a mantém por considerá-la adequada ao estudo destes movimentos.

Em vários textos Hobsbawm caminha por um discurso ambíguo demonstrando, ao mesmo tempo, a força e as debilidades dos “primitivos”. No caso dos bandidos sociais, há um destaque especial do modelo clássico de justiceiro e vingador, cristalizado em Robin Hood, identificado em diversas variantes nos países periféricos durante o séc. XX. Mas, para Hobsbawm, “*os horizontes dos bandidos são tão estreitos e circunscritos, como os do próprio campesinato*”.¹⁴ A “estreiteza” do campesinato deve-se aqui não somente a uma inferência de Hobsbawm, mas a uma concepção predominante na literatura marxista em considerar esta classe como algo em vias de extinção pelo capitalismo, um resquício feudal ou a permanência de uma antiga formação social e, além disso, o campesinato seria um grupo social incapaz de engendrar um projeto de sociedade.

É possível que o posicionamento político majoritariamente conservador do campesinato francês nos movimentos de 1848 e 1871, possa ter contribuído para a sedimentação desta visão entre muitos autores marxistas. Raymond Williams discorda deste entendimento, criticando a visão preconceituosa a respeito da “*idiotia da vida rural*” defendida por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, e adotada por

¹² Hobsbawm, Eric J. *Rebeldes Primitivos : Estudos sobre formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Zahar, trad. Waltensir Dutra, 2ª ed., 1978; _____. *Bandidos*. Rio de Janeiro: Forense, trad. Donaldson M. Garschagen, 2ª ed., 1976.

¹³ Hobsbawm, E. *Rebeldes.. Op. Cit.*, p. 13.

¹⁴ Idem, *Bandidos, Op. Cit.*, p. 23.

um grande grupo de autores socialistas que caem no que Williams denomina de “idealização do industrialismo”¹⁵.

Outra questão importante, presente na literatura sobre o campesinato, é a recorrente caracterização de “tradicional” e “moderno”. Esta diferenciação, aplicada no estudo de sociedades do final do século XIX e início do séc. XX, é extremamente problemática. Num período de nítida hegemonização das relações capitalistas, notadamente de generalização da propriedade privada sobre o solo, da transformação da terra em equivalente de capital, nenhum grupo social se encontra imune frente a este processo. Desta forma, houve a transformação dos camponeses que, como grupo social caracterizado pelo trabalho familiar e acesso à terra (seja na condição de proprietário formal, posseiro, meeiro ou agregado), na prática, em trabalhadores para o capital. O capital subordina o trabalho camponês apropriando-se da renda da terra e do lucro médio, os quais passam a ser acumulados por comerciantes, bancos, indústrias, etc.

José de Souza Martins, estudando as transformações no meio rural no período inicial da República, afirma que a imigração e colonização estrangeiras, dirigida para o sul e sudeste do país, criou um campesinato “moderno”, um campesinato de “*homens livres, compradores de terra, cuja existência é mediatizada por uma terra já convertida em mercadoria*”, afirma que este novo campesinato cada vez tem

¹⁵ Williams, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo H. Britto. São Paulo: Cia. das Letras, 1989, p. 58.

menos em comum com o campesinato “*tradicional*”, de fronteira agrícola, formado por posseiros e agregados.¹⁶

Como está demonstrado nos capítulos 1 e 2 desta tese, no planalto, região de fronteira caracterizada pela forte presença de camponeses nacionais, agregados e posseiros, estes não deixaram de sentir o forte, e muitas vezes violento, efeito da transformação da terra em capital, na mesma medida que destinavam parte de sua produção ao mercado e também eram “homens livres”. Não há qualquer diferença qualitativa entre o campesinato nacional de fronteira, da região Contestada, e o campesinato de origem imigrante dirigido às colônias oficiais das regiões mais próximas do litoral de Santa Catarina. Havia, inclusive, um forte processo de adesão dos imigrantes às práticas agrícolas e culturais do campesinato nacional. Em várias localidades de colonização estrangeira de Santa Catarina, os colonos, embora pequenos proprietários independentes, também encontravam-se submetidos a laços de subordinação política a “Coronéis” e demais chefes municipais. Nesta situação levantada por Souza Martins, parece que a origem étnica do campesinato seria suficiente para justificar sua “modernidade”, o que não faz sentido. O emprego dos conceitos “tradicional” e “moderno”, nesta discussão, mais prejudica do que ajuda em qualquer análise mais precisa sobre a vida social e política do campesinato.¹⁷

¹⁶ Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política*, Op. Cit., p. 42 a 44.

¹⁷ “A idéia de um meio rural arcaico, caracterizado pelo atraso cultural das estruturas camponesas, teve efeito nefasto à compreensão de sua existência, já que colocava num plano idealista de ‘mentalidades resistentes à mudança’ a explicação da não-transformação do campesinato”(...)“A partir da idéia de que as sociedades podem ser tradicionais – uniformes, fechadas e coesas – ou modernas – baseadas na divisão do trabalho e na necessária interação das unidades –, chegou-se a uma tipologia desprovida de movimento e tensão inerentes aos processos sociais que o camponês vivencia. A ambigüidade estava na conceituação do campesinato como posição intermediária nesse esquema dualista.” Moura, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986, pp. 68 e 69.

Retomando a discussão sobre os movimentos sociais das turbas urbanas e rurais, a definição destes como “pré-políticos” enseja apenas a constatação de que não se tratavam de projetos formalizados em nível institucional, dentro dos marcos da legalidade do Estado contemporâneo. Porém, o próprio Hobsbawm reconhece o efeito e as grandes repercussões políticas destas manifestações “pré-políticas”. O autor não fixa apenas uma posição doutrinária, mas faz um balanço de um conjunto de movimentos sociais que apresentaram estas características. Para Hobsbawm, havia uma “política pré-política” que, apesar de muitas vezes ser extremamente eficaz, não se inscrevia no âmbito do Estado Nacional. São manifestações políticas que ocorrem antes ou sem o processo de secularização da política contemporânea.¹⁸ Ao adotar princípios religiosos ou monárquicos tradicionais, os camponeses desenvolvem movimentos que podem ter como alvo tanto a sua aldeia como o mundo. Para Hobsbawm, é precisamente a *linguagem* que diferencia externamente os movimentos “pré-políticos” dos “políticos”.¹⁹

Não pretendo aplicar o conceito de “pré-político” ao movimento sertanejo do Contestado. Porém, é útil reconhecer que os “pelados” desenvolveram uma linguagem própria, entendendo esta como um conjunto de símbolos e representações que possuíam um significado muito peculiar. A linguagem sertaneja não se limitava ao vocabulário rebelde de “Guerra Santa”, mas estava presente nos símbolos externos

¹⁸ “A religião não é algo que possa ser separado da política, ela é a linguagem na qual todas as atividades sociais, incluindo aquelas atividades que se referem ao relacionamento do homem com o mundo não-humano, são expressas.” Hobsbawm, Eric. “Movimentos pré-políticos em áreas periféricas” In O'Donnell, Guillermo et alii. *O estado autoritário e movimentos populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 286.

¹⁹ Hobsbawm, Eric. *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Trad. Irene Hirsch e Lólio L. de Oliveira, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. “Camponeses”, Caps. 11, 12 e 13.

(bandeiras, corte de cabelo rente, fitas nos chapéus), nas práticas de combate (com a valorização do *entrevero*), nas *formas* e nos meios de vida dos "Quadros Santos".²⁰

Thompson parece aproximar-se mais da alma dos movimentos anteriores à industrialização, embora tenha se dedicado mais ao estudo dos movimentos urbanos. Preocupado em construir uma história da classe operária inglesa que seja anterior ao surgimento das fábricas, concebendo uma classe como um grupo social com uma determinada formação cultural, com uma consciência desenvolvida na própria experiência histórica de um conjunto de lutas que levaram a sua formação, seu fazer-se, o historiador desenvolve um tratamento diferente quanto ao estudo das lutas sociais no séc. XVIII. Thompson identificou, na oposição da população trabalhadora às inovações impostas pela modernização, uma atitude consciente de resistência material e cultural, mesmo quando esta atitude significava a revivescência de antigas relações paternalistas.²¹

Importante discussão sobre os movimentos sociais camponeses é travada por Eric Wolf. Para este antropólogo, são freqüentes na história mundial os movimentos camponeses que desenvolvem o mito de uma ordem social mais justa e igualitária. Isto se daria tanto através do apoio tácito à atuação de bandidos justiceiros (ou bandidos sociais), como através dos movimentos milenares. Porém, segundo Wolf, os camponeses sofrem permanentemente da ausência de uma estrutura organizacional.

²⁰ Emprego a definição de linguagem do movimento para avaliar a especificidade e difusão do grupo rebelde, principalmente sua capacidade de agregar outros grupos sociais de uma extensa região. Não é meu objetivo propor uma discussão acerca da "linguagem política" do movimento rebelde, nos mesmos termos que Lynn Hunt fez sobre a Revolução Francesa. Lynn Hunt, "The rhetoric of revolution" In *Politics, culture and class in the French Revolution*. Berkeley: University of California Press, 1984

²¹ Thompson, Edward P. *Tradicion, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona: Anagrama, 1979.

Para Wolf, os movimentos camponeses são, por natureza, “*instáveis*” e formados “*a partir de rápidos alinhamentos de unidades antagonizadas e autônomas, nascidas momentaneamente de um sonho milenário*”.²² O autor só vislumbra eficácia nos movimentos camponeses quando eles recebem uma estrutura organizativa “de fora” e confrontam-se com um Estado e lideranças tradicionais em desagregação. Os exemplos das revoluções do séc. XX (Mexicana, Russa, Chinesa e Iugoslava) parecem sustentar esta argumentação. Porém, no caso específico do movimento do Contestado, é importante destacar que as questões organizativas eram centrais no projeto caboclo, nem conseguimos separá-las das questões puramente “milenares”. Podemos afirmar que o quadro organizativo “pelado” se impôs mesmo onde a concepção milenar não era tão forte, como nas regiões onde originalmente formou-se o movimento.

A contribuição de Giovanni Levi para esta discussão trás elementos importantes, que não esterilizam, em princípio, o potencial político criador do campesinato. O autor, ao estudar a atuação de um sacerdote que praticava exorcismo no norte da Itália, no séc. XVII, identifica a atuação autônoma de camponeses numa conjuntura pontilhada de guerras, crises econômicas, disputas políticas no seio das elites dominantes e conflitos entre diferentes instituições. Segundo Levi, a literatura predominante sobre o campesinato apresenta:

“... que este mundo [camponês] era imóvel, defensivo, conservador, fragmentado pela ação de forças totalmente externas, e incapaz de, por si só, engendrar iniciativas autônomas e, portanto, dedicado tão-somente ao esforço

²² Wolf, Eric R. *Sociedades camponesas*. 2ª ed. Trad. Oswaldo C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976, pp. 142 a 146.

para se adaptar e repropor continuamente uma racionalidade própria, que se tornava progressivamente anacrônica e falha."²³

Com este entendimento, julgamos ser mais adequado o estudo de movimentos camponeses sem caracterizá-los, *a priori*, como "reacionários" ou "revolucionários", "reativos" ou "tradicionais". Nem, tampouco, afirmar que representam apenas "reações", "espasmos" ou desdobramentos inermes de forças externas. Precisamos, isto sim, procurar entender sua capacidade criadora, avaliando suas origens, sua expansão e suas limitações.

Não possuímos elementos, e nem pretendemos esgotar esta discussão sobre a natureza política dos movimentos camponeses. Precisamos, porém, descartar o emprego de tipologias generalizadoras que não tenham correspondência com que foi possível apurar e analisar em relação ao movimento do Contestado. Considero esta discussão decisiva para discordar da avaliação de Vinhas de Queiroz, que defende que o movimento do Contestado foi uma "revolta alienada".²⁴ Este autor parte do princípio de que os movimentos "messiânicos" sempre implicam em uma "recusa" do mundo, uma recusa que leva ao alheamento e isolamento em relação ao restante do tecido social. Alheamento que, em determinados movimentos, assumia a feição de um "autismo". Algo que não escapa do terreno da "patologia social".²⁵ Embora Vinhas de Queiroz reconheça que exista um processo de readaptação ao mundo dos movimentos "messiânicos", o que levaria a minorar seu isolamento em relação ao

²³ Levi, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, trad. Cynthia M. de Oliveira. 2000, p. 43.

²⁴ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 290.

²⁵ Idem, p. 291.

conjunto da sociedade, estas formas de readaptação podem levar à militarização extrema ou ao conformismo impotente, alternativas tão “alienadas” quanto o discurso religioso que deu início ao movimento. E Vinhas de Queiroz considera o conflito do Contestado como “um movimento messiânico de tipo clássico”.²⁶

Defendemos o ponto de vista de que as características milenares e messiânicas são apenas alguns dos aspectos a serem avaliados no movimento do Contestado. Muitos movimentos sociais considerados “laicos”, como a Revolução Mexicana ou os movimentos pela independência das colônias africanas e asiáticas, possuíam vários traços religiosos e milenares.²⁷ Em muitos movimentos sociais do séc. XX podemos encontrar um hibridismo político e cultural onde fica difícil definir situações de “pureza” laica ou milenar. É ainda um desafio pesar a proporção da presença destes diferentes componentes no movimento do Contestado, que provavelmente variaram dentro das diferentes regiões do planalto catarinense. Os sertanejos, mesmo adotando o discurso religioso de defesa da “Santa Religião”, que converteu-se numa linguagem geral da rebelião, tinham clareza das forças com as quais estavam lutando, seus alvos principais foram os chefes políticos locais, os grandes fazendeiros e comerciantes, os especuladores de terras e os interesses estrangeiros na região (a *Brazil Railway* e a *Lumber*). O movimento rebelde identificou, desde o início, a marginalização crescente dos caboclos e da gente “de cor”, ao passo que cresciam os privilégios e estímulos à europeização do território planaltino.

²⁶ Idem, p. 293.

²⁷ Importante estudo sobre a peculiar apropriação do cristianismo por grupos sul-africanos, durante o processo de luta anti-colonial e anti-apartheid está em Sundkler, Bengt G. M. *Bantu prophets in South Africa*. London: Oxford University Press, 1961.

A própria visão construída de monarquia representava uma reprovação aos governos republicanos nos planos estadual e nacional, que davam sustentação a esta situação e a este conjunto de políticas. Por isto, não podemos aceitar a idéia de “alienação”. Como veremos adiante, o discurso religioso não suprimiu as formas peculiares de tomada de consciência da população do planalto. Certamente ainda é uma forma difusa de consciência, quando Adeodato, o último chefe rebelde, nominou esta guerra como uma luta entre “ricos” e “pobres”, mas, em grande medida, há um fenômeno político muito distante da “revolta alienada” defendida por Vinhas de Queiroz. O conflito do Contestado, com todas as suas especificidades, não deixou de ser um episódio importante na história da luta de classes no Brasil.

Outra questão a ser considerada é a recorrente comparação entre movimentos milenares ou messiânicos e a idéia de “isolamento” social e geográfico. É importante ressaltar que, durante quase todo o desenrolar do conflito, a maior parte da população “pelada” ou simpática ao movimento rebelde não chegou a viver nos redutos e estava vivendo dispersa no planalto. As características mercantis e tropeiras da região jamais favoreceram ao isolamento social, cultural ou geográfico da população serrana. Em Santa Catarina, no início do séc. XX, várias comunidades litorâneas viviam em maior isolamento que a população do planalto.

Outra expressão não menos polêmica é a própria denominação de “Guerra do Contestado”. Indicada inicialmente pelos militares, como ficou batizado o conflito desenrolado no planalto catarinense entre 1912 e 1916. Talvez fosse mais adequada a denominação “Guerra *no* Contestado”, pelo fato do conflito não ser uma guerra entre os estados de Paraná e Santa Catarina, em disputa pela região litigiosa. De qualquer

maneira, seria ainda uma denominação espacialmente incorreta, já que a maior parte das “Cidades Santas” e do conflito ocorreram em territórios catarinenses não contestados pelo Paraná.

O professor Enori Pozzo, de Curitiba, propõe a denominação de “Guerra Sertaneja de Taquaruçu”, argumentando que o citado reduto esteve no epicentro dos acontecimentos que se estenderam por toda a região. Porém, considero que a restrição ao nome Taquaruçu, pode remeter apenas ao início do movimento, o que acaba por reduzir e congelar os desdobramentos políticos e sociais da comunidade cabocla no conflito. Considero que a denominação “Guerra *Sertaneja* do Contestado”, tal como foi empregada por Maurício Vinhas de Queiroz, é mais adequada por indiretamente fazer referência à outras guerras e movimentos sertanejos como Pedra Bonita, Muckers, Camudos, Caldeirão, onde as esperanças místicas, os problemas em relação à posse de terras e a resistência aos representantes do poder local, também precipitaram movimentos sociais de semelhante natureza.

Para levar a cabo a empreitada de pesquisa e avaliação das origens sociais e da atividade política das lideranças sertanejas, e , seguindo o sentido geral inspirado por George Rudé,²⁸ para que o movimento social do Contestado possa ser entendido como um fenômeno histórico vivo e multifacetado e não como uma fórmula abstrata morta, foi necessária, paralelamente ao estudo da trajetória de determinados indivíduos, a reconstrução do contexto político e social do movimento, o que

²⁸ Rudé procurou estudar e descobrir as “caras” das multidões rurais e urbanas, seus objetivos sociais e políticos, entendendo estes grupos como formados por homens e mulheres de “carne e osso”. *A Multidão na História Op. Cit.*, pp. 10 a 14.

implicou em um processo de avaliação e análise do povoamento e da organização política da região, o que é desenvolvido no Capítulo 1.

Sendo uma região de fronteira, com a maior parte do povoamento recente, procurei consultar, na documentação disponível, pistas sobre a vida e as relações de pessoas e famílias que mais tarde aderiram aos “Quadros Santos”. No mesmo sentido, o estudo de alguns processos judiciais permitiram avaliar a força do poder local, alguns laços de subordinação e dependência e, principalmente, a especial peculiaridade do planalto norte catarinense : a relativa independência da população de sitiantes e posseiros em Curitiba e Canoíhas no início do séc. XX. É fundamental aqui registrar o perfil social de distintas localidades do planalto e da região contestada que, malgrado sua uniformidade cultural, derivaram diferentes maneiras de participação no movimento rebelde. No âmbito político, procuramos estudar as especificidades do Coronelismo no planalto catarinense.

No Capítulo 2 é realizado um levantamento e análise das questões institucionais envolvidas no conflito do Contestado. Os desdobramentos políticos e sociais das disputas de limites entre Paraná e Santa Catarina, a luta federalista e o quadro político-institucional dominante na região do planalto, a legislação e política estadual de terras e os impactos das presenças da *Brazil Railway* e da *Lumber and Colonization*. Particular atenção foi colocada na análise do perfil social e da origem geográfica dos trabalhadores da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

No Capítulo 3 realizamos uma análise do período de predomínio político das lideranças religiosas, entre outubro de 1912 e maio de 1914. Os antecedentes das perambulações dos monges João Maria, o aparecimento de José Maria e o combate

do Irani; o período de reelaboração mística e de invenção do projeto social rebelde, a formação do segundo reduto de Taquaruçu e as lideranças de Eusébio Ferreira dos Santos, Querubina, Teodora, Manuel , o menino Linhares e Maria Rosa; a institucionalização das *formas*, a primeira formação dos “Pares de França”, a visão de monarquia, as “Cidades Santas” e o “comunismo caboclo”. Avalia-se, igualmente, o perfil social das lideranças sertanejas e a divisão de vários grupos familiares durante o conflito.

No Capítulo 4 procedeu-se ao estudo do predomínio das lideranças “de briga”, no período que corresponde à ascensão de Chiquinho Alonso à sua sucessão por Adeodato, entre maio de 1914 e janeiro de 1916. Procura-se, neste momento, avaliar a *conversão* dos comandantes de briga ao movimento rebelde, a expansão geográfica e social do movimento sertanejo, com a adesão de opositores políticos de Curitiba e Canoíñas. Desenvolve-se aqui uma discussão sobre a capacidade e possibilidade da luta camponesa, além de reagir a investidas “de fora”, em engendrar um projeto novo de sociedade. As diferentes correntes de opinião dentro dos redutos, tentativas de atração dos “*fanáticos moderados*” por parte dos militares, a permanência de um relativo poder das virgens. Análise das investidas rebeldes sobre Curitiba, Lages e estações da ferrovia São Paulo – Rio Grande. A capacidade de resistência às investidas militares, os rebeldes e a questão dos limites.

No Capítulo 5 procuramos construir um perfil político de Adeodato, o último chefe rebelde. A relação de Adeodato com o movimento, sua participação entre os Pares de França, a disputa do poder com Antoninho, a resistência em Santa Maria, dificuldades com o cerco, crise de abastecimento, a execução de Neco Peppe e seu

significado, o casamento com a “comadre”, a desagregação do “comunismo caboclo”. A disciplina e o rigor militar e comportamental .O discurso irônico do último chefe caboclo, as décimas de Adeodato e seu pensamento político sobre a guerra dos ricos contra os pobres; a demonização de sua memória.

Observações sobre as fontes

As fontes Orais

Desde a elaboração inicial do projeto, procurei colocar como um dos objetivos e meios deste trabalho o levantamento e a avaliação da memória sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. Tendo conhecimento da existência de alguns sobreviventes dos redutos e de um bom número de descendentes que procuram reproduzir a memória de seus pais, parti para a busca dos mesmos, sem saber o que encontraria, nem de como poderia utilizar.

As entrevistas e depoimentos orais não são as principais fontes consultadas para esta tese, nem meu objetivo central é levantar a *memória atual* sobre o movimento caboclo.²⁹ Procurei estes depoimentos para complementar, reforçar e, quando possível, checar a pesquisa documental, já em si bastante problemática pela escassez e dispersão das fontes escritas. Além disso, as fontes orais revelam aspectos peculiares da vida cotidiana do período (vida dos tropeiros, lida no campo, trabalho na *Lumber*, etc.) e alguns detalhes importantes sobre a vida das lideranças rebeldes.

²⁹ Quem faz um interessante trabalho de levantamento desta memória, com pesquisa realizada três anos antes da minha, alcançando, portanto, um maior número de remanescentes dos redutos é Delmir José

Tinha esperança em contar com os depoimentos de remanescentes e descendentes dos habitantes dos redutos para obter uma história dos “de baixo”, dos sertanejos que lutaram deixando pouquíssimos registros por escrito, mas muito pouco foi possível avançar neste sentido de uma memória independente. Portanto, registro estas considerações para demarcar, principalmente, as limitações e problemas destas fontes.

Achei muito importante na contribuição de Duglas T. Monteiro que, além da relevância de seu texto, anexou ao final da obra os depoimentos a que teve acesso em sua pesquisa³⁰. Isto ajuda muito aos futuros pesquisadores que podem lançar novas perguntas sobre estas mesmas fontes. Infelizmente, não foi possível ter acesso à íntegra dos documentos e depoimentos levantados por Maurício Vinhas de Queiroz, sem dúvida, o mais extenso, completo e detalhado levantamento empírico realizado sobre o conflito do Contestado. Lamentavelmente, a professora Maria Isaura Pereira de Queiroz, que recebeu parte deste material coletado por Vinhas, não permitiu meu acesso a este acervo, assim como também o negou a outros pesquisadores que se dedicaram ao Contestado nos últimos anos³¹.

Valentini em *Da Cidade Santa à Corte Celeste : Memórias de Sertanejos e a Guerra do Contestado*. Dissertação de Mestrado, PUC-RS, Porto Alegre, 1997.

³⁰ Monteiro, Duglas Teixeira, *Os errantes do novo século : Um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo : Duas Cidades. 1974.

³¹ A pesquisa de Vinhas de Queiroz foi realizada em dois momentos. A primeira viagem ocorreu entre dezembro de 1953 e fevereiro de 1954, onde foram levantados 15 depoimentos (entre eles da “virgem” Teodora, Paulino Pereira, vários antigos “fanáticos” e policiais). Sua segunda viagem realizou-se em julho de 1961, onde Vinhas teve acesso a mais 12 depoimentos (entre os quais o “Menino-Deus” Joaquim, Porfirio - irmão do Comandante Chiquinho Alonso - e do *vaqueano* Lau Fernandes). Além destes, Vinhas teve acesso a 16 documentos manuscritos sobre a guerra (entre eles, três anônimos), *Messianismo e Conflito Social : A Guerra Sertaneja do Contestado*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966. Maria Isaura teve acesso aos depoimentos da primeira viagem de Vinhas. *La “Guerre Sainte” au Brésil: Le mouvement messianique du “Contestado”*. São Paulo : FFCL – USP, Boletim nº 187, Sociologia I, nº 5. 1957. Quanto ao material de pesquisa coletado por Vinhas de

Uma primeira pista na busca de depoentes foi dada por reportagem do jornal *Diário Catarinense*, de abril de 1996, onde vários sertanejos foram entrevistados. Recebi também importantes indicações de pessoas para serem entrevistadas de Ivone Gallo (Campinas), Nilson Thomé e Delmir Valentini (Caçador), Fernando Tokarski (Canoíñas), Enori Pozzo (Curitibanos), Padre Elcio (Rio das Antas) e Vicente Telles (Irani).

Procurei pessoas de idade avançada, que viveram ou não nos redutos, e que se dispuseram a gravar entrevista. Não me preocupei em fazer uma amostragem rigorosa, fui atrás dos depoimentos disponíveis, tentando, sempre que possível, uma certa diversificação, social, política (depoentes que viveram nos redutos e outros, que combateram ao lado do governo) e geográfica. Isto demonstrou ser de fundamental importância, pois a memória da guerra, seus conflitos e impasses, é compartilhada de forma muito distinta nas diferentes regiões do Planalto. Há uma impressionante territorialização da memória.³²

Outro dado importante a registrar é que todas as pessoas que consegui entrevistar eram crianças ou, no máximo, adolescentes na época do movimento, isto quando já não eram de uma geração seguinte. São, portanto, pessoas que não participaram, nem muitas vezes tiveram conhecimento, dos principais impasses e decisões do movimento sertanejo e de suas lideranças. Desta maneira, entendo que mesmo estes remanescentes dos redutos já transmitem uma memória de segunda

Queiroz em sua segunda viagem, o mesmo não foi localizado por sua família e também não está nas Instituições em que este professor trabalhou.

³² Para Antônio Fabrício das Neves, 76 anos, filho de um comandante local que lutou ao lado de José Maria em Irani, a Guerra do Contestado só tinha ocorrido em sua localidade, com o combate de

geração, por reproduzir acontecimentos que foram recontados por seus pais depois da guerra. Considero exceções os depoimentos de João Ventura (João Paes de Farias) e de João Mello, o primeiro era tamboreiro dos Pares de França e filho do chefe “fanático” Chico Ventura, o segundo era menino de recados do comandante Adeodato.

Há aspectos interessantes na atualidade que certamente contribuíram para distintas formas de reelaboração da memória da guerra. Desde o início da década de 1980, nas cidades de Irani e Caçador há um conjunto de iniciativas políticas municipais (com apoio do Estado), tendentes a convertê-las em centros turísticos do Contestado (como a inauguração de museus e monumentos, a edição de diversas reportagens, a formação de grupos folclóricos, etc.) convertendo sua história em mercadoria turística³³. Nestas cidades procura-se recuperar a guerra sertaneja como um momento heróico da história da região. Há a preocupação em inserir no currículo escolar de história as façanhas dos caboclos.

Por outro lado, os trabalhadores rurais sem-terra também passam a se apropriar da memória da luta cabocla, a partir da 1ª Romaria da Terra em Taquaruçú, em 1985. Muito contribuiu para isto uma significativa mudança de postura da Igreja Católica em relação ao movimento do Contestado, mudança que se processou através

outubro de 1912, onde morreram, entre outros, o monge José Maria e o Coronel João Gualberto. Foi só nos últimos anos que ele teve informações sobre o restante do conflito no planalto.

³³ O Governador Espiridião Amin financiou muitos destes projetos, tendo como objetivo a criação de uma “identidade catarinense”. Absorvendo parte do discurso da esquerda, para Amin, a figura base esta identidade seria o “homem do Contestado”, aquele que lutou contra os Coronéis e o capital estrangeiro, “O Homem do Contestado” *Cadernos da Cultura Catarinense*, Ano 1, nº 0, jul-set. 1984. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, p. 3. Importante crítica a esta apropriação oficial da memória do conflito do contestado é feita por Auras, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra*

do movimento da Teologia da Libertação e da atuação da Pastoral da Terra no Planalto e Meio-Oeste Catarinense.³⁴ Atualmente, há vários acampamentos e assentamentos do MST na região (Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Campos Novos, Irani, Porto União, Canoínhas, Papanduva e Santa Cecília) que reivindicam-se herdeiros da luta popular do Contestado.

Por fim, no início dos anos 1990, um conjunto de faculdades isoladas de Curitibanos, Mafra, Caçador, Canoínhas, Fraiburgo, Porto União e Videira fundem-se formando a Universidade do Contestado. É muito difícil avaliar como estas modificações institucionais recentes operaram sobre a memória dos sobreviventes e seus descendentes. Em muitos casos, sentimos que não há mais “vergonha” em se falar sobre a participação no movimento caboclo. Em outras situações foi possível observar, ainda hoje, um forte preconceito contra descendentes de famílias que notoriamente participaram da vida nas “cidades santas” quando são chamados de “jagunços” e de “bandidos de cruz na testa”. Até estes últimos vinte anos, as histórias sobre a *guerra dos fanáticos* não se aprendiam na escola, nem nos meios de comunicação e só eram contadas pelos velhinhos em cada família.

Estas iniciativas de reconstrução institucional da memória chocaram-se com o profundo silêncio público sobre o conflito que vigorava desde o final da guerra. Silêncio este que foi reforçado, no Vale do Rio do Peixe e no Meio-Oeste Catarinense, pela colonização, ocorrida nas décadas de 1930 e 1940, de vastas regiões

aos “fanáticos” do Contestado a “Opção pelos Pequenos”. Tese de Doutorado em Educação, PUC-SP, São Paulo, 1991.

³⁴ Interessante análise desta romaria de 1985 está em Flores, Maria B. R.; Serpa, Élio C.; Campigoto, José A. ; Souza, Marcos , “Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro renasce uma Cidade” *Revista*

com colonos gaúchos de origem alemã e italiana. Os vazios demográficos deixados como resultado do conflito, principalmente pela violência de sua fase final, foram preenchidos por pequenos agricultores de origem européia formando, em algumas cidades (como Videira, Fraiburgo e Treze Tílias), algo semelhante a um *apartheid social e étnico* entre a recente população migrante (branca, “disciplinada” e economicamente remediada) e a antiga população cabocla (mestiça ou de cor, “indolente”, “turbulenta” e pobre)³⁵. O município de Fraiburgo é hoje tomado por grandes latifúndios produtores de maçã e é a população cabocla, que vive em pequenos lotes no interior, empregada como bóia-fria nos períodos de colheita.

O silêncio sobre a guerra ocorreu em toda Santa Catarina, não apenas no planalto. O primeiro romance sobre o conflito foi publicado por Guido Wilmar Sassi apenas em 1964. Mesmo assim, este autor, natural de Campos Novos, teve muitas dificuldades em publicá-lo e sofreu perseguição política durante a última Ditadura Militar.³⁶

Brasileira de História, mrs. 31 e 32, vol. 16 Confrontos e Perspectivas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, pp. 207-224, 1996.

³⁵ Em minha primeira viagem a Taquaruçu, atualmente no Município de Fraiburgo, saí do centro da cidade, pedindo informações pelo caminho de qual a estrada a pegar para chegar ao mencionado povoado. Quatro pessoas, em diferentes trechos do caminho me auxiliaram a pegar a estrada para o antigo reduto, mas sempre me advertindo para não dar carona para caboclos, pois eram todos perigosos. Conflitos interétnicos envolvendo caboclos e descendentes de imigrantes europeus no planalto e oeste catarinense são estudados por Bloemer, Neusa Maria Sens, *Brava Gente Brasileira : Migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages*. Florianópolis : Cidade Futura, 2000 e Renk, Arlene, *A luta da erva : um único ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó : Grifos, 1997.

³⁶ A obra de Sassi intitula-se *Geração do Deserto*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964. Este livro serviu de base para o roteiro do filme “A Guerra dos Pelados” de 1970, dirigido por Sílvio Back. O filme foi censurado e sofreu diversos cortes para poder ser exibido no Brasil. Quem faz um interessante balanço da criação literária ligada à Guerra do Contestado é Heloísa Pereira Hübbe de Miranda em *Travessias pelo Sertão Contestado : entre Ficção e História, no Deserto e na Floresta*. Dissertação de Mestrado em Literatura. UFSC, Florianópolis, 1997. Outros romances publicados recentemente sobre o Contestado são: Schüller, Donald, *Império Caboclo: romance*. Florianópolis/Porto Alegre: Ed. UFSC/ FCC/ Ed. Movimento, 1994; Oliveira Neto, Godofredo de, *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.; Leonardos, Stella, *Romanceiro do Contestado*.

É evidente que não podemos tratar a memória da Guerra do Contestado, reproduzida e recontada pelos moradores do planalto, como uma fonte fixa, imóvel ou amorfa. A memória é espaço de recriação e reelaboração de experiências individuais, familiares e sociais. Mesmo sendo relatada por um indivíduo, a memória é fruto de concepções, visões e experiências socialmente compartilhadas³⁷.

No trabalho de pesquisa, minha abordagem aos entrevistados era relativamente rápida. Não foi possível formar um vínculo minimamente prolongado de conhecimento mútuo. Apresentava-me como professor de Florianópolis, alguém que está fazendo um livro sobre a *Guerra dos Fanáticos ou dos Jagunços*. Quando algum morador da localidade tinha me indicado o entrevistado, a recepção era mais fácil. É importante registrar que os moradores das zonas rurais e muitos da regiões urbanas do planalto catarinense referem-se ao conflito não como Guerra do Contestado, mas sim como *Guerra dos Fanáticos* ou *dos Jagunços* (ou *tempo do fanatismo*), mesmo quando se tratavam de depoentes que viveram nos redutos (que normalmente não a denominam de *Guerra Santa* ou *Guerra de São Sebastião*).

Organizei um roteiro de temas para abordar nas entrevistas que compreendia a visão geral do entrevistado sobre a guerra do contestado; questões sobre quais as

Florianópolis: Ed. UFSC, 1996; Fortes, Telmo, *Glória até o fim: Espionagem militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1998; Vasconcellos, Auro Sanford de, *O dragão vermelho do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999; Vasconcellos, A. S., *Chica Pelega: A guerreira do Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000.

³⁷ Para as antropólogas Ana Luíza Carvalho da Rocha e Cornélia Eckert, o estudo da memória ensina “que com ela operam uma repulsa a um pensamento que separa o ‘eu’ que pensa da compreensão daquilo que é pensado, pois, no limiar da memória há, sempre e eternamente, uma elaboração ética progressiva da vida social e da figura de homem. Habitar o espaço da memória é conviver com memórias coletivas, individuais e sociais negociadas, e não, simplesmente, domesticar um território vazio e opaco, lugar de reativação de tradições perdidas ou da nostalgia do passado.” *Revista Diverso*, “A memória como espaço fantástico” Montevideu, n.º 2, ago. 2000. (www.educar.org/revistas/diverso), p. 20.

situações em que ele ou seus pais vivenciaram o conflito; informações sobre lideranças rebeldes e atitudes de forças do governo; como era, em diferentes momentos, a vida nos redutos e o que ocorreu com sua família no final do conflito. Em muitas entrevistas só foi possível abordar parcialmente estas questões. Considero importante explicitar este roteiro, porque a fonte oral tem uma natureza específica pelo fato de ser co-produzida pelo entrevistador. O entrevistado poderia revelar outras informações mediante diferentes indagações do pesquisador.

Só consegui fazer uma segunda entrevista - para abordar novas questões, confirmar de antigas informações e promover maior familiarização para que o depoente pudesse ficar mais a vontade, ou simplesmente para conversar num dia de memória mais acesa - com três depoentes : Antônio Fabrício das Neves (Irani), João Mello (Rio das Antas) e Raulino Correia (Lebon Régis).³⁸ Muitos depoentes já faleceram : João Paes de Farias, Avelino Correia, Antônio Pinto e Elias Ribeiro.

Como boa parte dos depoentes eram moradores de regiões rurais e analfabetos, e dos alfabetizados muitos com visão precária, decidi dispensar a prática, recomendada por oralistas, de retornar o texto do depoimento transcrito para obter autorização assinada do depoente para os devidos fins. Avaliei que seria uma prática excessivamente formal para com estas pessoas que, de maneira mais simples e direta, concordaram em gravar as entrevistas autorizando diretamente seu uso. Os depoimentos por mim coletados ficam anexados ao final da tese e, de igual maneira, guardo as gravações originais à disposição de quaisquer interessados.

É importante salientar que os depoimentos estão cheios de imprecisões, lacunas e erros. Afirmo erros sem entrar na abordagem mais complexa das recriações da memória, erros porque se tratam de informações que a própria tradição oral e muitos registros de diferentes observadores contemporâneos ao conflito refutam, mas que podem ser analisados na intenção do depoente em dar curso a esta informação. Por exemplo, João Ventura afirma que, nos combates em toda a guerra, não chegaram a morrer 100 sertanejos, enquanto o exército e as forças do governo perderam mais de 30 mil. Trata-se, evidentemente, de um grande exagero: Ventura superdimensiona as perdas do governo e minimiza as baixas entre os “fanáticos”. Porém, este “erro” pode ser entendido como uma ênfase que o depoente quis dar ao bom preparo militar dos sertanejos, e ao fato da maior parte das mortes entre a população local ter ocorrido devido à fome e às doenças decorrentes do cerco.³⁹ A rigor, estes são problemas naturais a quaisquer fontes que precisam ser conferidas, checadas e até assimiladas.⁴⁰

Muitos dos depoentes já apresentavam uma narrativa pronta (como Ventura, Raulino, Elias, Mello, Pinto e Firmino), quase como uma ladainha, que, quando eu interrompia com alguma intervenção, sentia uma certa irritação do narrador, que

³⁸ Das segundas entrevistas, segue em anexo apenas a de Raulino Correia, que revelou novos dados. Não anexe as segundas entrevistas de João Melo e Fabrício das Neves por serem repetições mais reduzidas que as entrevistas iniciais.

³⁹ De forma bastante clara, Déa Fenelon defende que “interessa, portanto, reconhecer o uso da fonte oral como uma fonte documental a mais para o trabalho do historiador e, como tal, sujeita aos mesmos cuidados que dedicamos a outros materiais...” “O papel da História Oral na Historiografia Moderna” In Meihy, José Carlos Sebe Bom (org.) *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo : Xamã, 1996, p.26.

⁴⁰ A avaliação crítica de depoimentos orais é um problema que está na própria origem da história, como área de conhecimento. Tucídides, apresentando sua obra sobre a Guerra do Peloponeso, afirma que “Os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com sua própria terra.” *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. 3ª ed. Brasília : Ed. UnB, 1987. Livro primeiro, capítulo 20, p. 27.

muitas vezes ignorava minha pergunta (quando também não me escutava direito) e prosseguia novamente no fio de seu relato.⁴¹ Fui aos poucos aprendendo que, nestas situações, era mais importante saber ouvir do que perguntar⁴².

A oralidade está presente também diretamente em outros documentos, como as décimas de Antônio Fabrício das Neves e no grande acervo de décimas e depoimentos coletados e publicados por Euclides José Felipe.⁴³ Euclides trabalhou como topógrafo por mais de 40 anos por todo o planalto, teve por costume, nestes anos, anotar em suas cadernetas de campo tudo o que os sertanejos depunham sobre o conflito. Em 1954 e 1960, Euclides acompanhou Vinhas de Queiroz, indicando pessoas e locais onde o pesquisador deveria tomar depoimentos. O texto de Alfredo Lemos também é um depoimento oral transcrito por suas sobrinhas na década de 1950.

Registro que, na transcrição das entrevistas, realizadas diretamente por mim, optei por omitir repetições e incluir apenas alguns artigos e palavras de ligação para

⁴¹ Michael M. Hall, comentando situações semelhantes em entrevistas com antigas lideranças operárias, nos adverte para importantes cuidados a serem efetivados para que não caiamos em erros evitáveis, procurando entender as motivações e a inserção social e política do entrevistado. "História Oral : Os riscos da Inocência" In Vários *O Direito à Memória : Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo : SMC/Depto. de Patrimônio Histórico. 1992, p. 158.

⁴² Coloco aqui o "saber ouvir" não como uma anulação da análise crítica, que sempre deve ser feita a qualquer fonte, mas "saber ouvir" como um procedimento de entrevista, onde deve ser aberto espaço ao depoente afirmar aquilo que realmente deseja, sem estar sujeito a um bombardeio de perguntas, que muitas vezes apenas serve como um meio rápido de legitimação daquilo que o entrevistador quer "confirmar com a fonte", como um apressado delegado de polícia que quer provar sua hipótese a todo custo . Isto não impede que, em determinados momentos, não possam haver situações de tensionamento, onde o entrevistado seja questionado em suas omissões, exageros ou contradições, algo necessário, mas muito difícil de ser realizado com pessoas de idade muito avançada. Estas narrativas prontas, tipo ladainha, guardam grande equivalência com o que Ecléa Bosi, discutindo a contribuição de Henri Bergson, considera como memória-hábito, onde "a memória-hábito parece fazer um só todo com a percepção do presente." *Memória e Sociedade : Lembranças de Velhos*. 6ª ed. São Paulo : Cia. Das Letras. 1998, p. 49.

tornar o texto inteligível em linguagem escrita, sempre com a preocupação de registrar a integridade das informações passadas.

Vários depoimentos permitem aproximação com setores sociais “sem história”, que não deixaram registros escritos. Isto fica evidente nas exposições de João Mello e Totó, dois depoimentos de peões que impressionam por não reproduzir, como é freqüente entre os que viveram ou não nos redutos, uma visão demonizada de Adeodato, o último chefe caboclo. As memórias de vida de tropeiros, relatadas por Avelino e Graciliano, a memória de São João Maria, revelada por Rosalina, levantam inúmeras informações que balizam diferentes aspectos culturais e sociais da vida dos sertanejos no planalto. Porém, mesmo os “sem história” podem, com freqüência, reproduzir o ponto de vista da classe dominante, como ocorre, por exemplo, na entrevista com Lica, que realmente estava convencido de que os caboclos foram iludidos pelo “esperto” José Maria.

As fontes escritas

Dispersas por um grande número de instituições, as fontes escritas guardam, principalmente, os registros dos militares e governantes sobre o conflito. As principais fontes militares encontram-se no Arquivo Histórico do Exército, onde há 32 caixas com toda a campanha do Gen. Setembrino (telegramas, relatórios, ofícios, autos de pergunta à prisioneiros, inquéritos policiais e militares, etc.) e no Arquivo do Comando da Polícia Militar de Santa Catarina, em Florianópolis (onde estão à

⁴³ Décimas são poesias declamadas em ocasiões especiais e mantidas pela tradição oral no planalto catarinense. Felipe, Euclides *O último Jagunço : Folclore da História da Guerra do Contestado*.

disposição para pesquisa os Boletins diários do antigo Regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina). Acompanhando estas fontes há a bibliografia inicial sobre a Guerra do Contestado, elaborada pelos militares que participaram da campanha ⁴⁴. Nestes relatos, que podemos considerar como fontes primárias devido ao envolvimento direto (embora alguns tenham permanecido apenas alguns meses na região) de seus autores, apresenta-se um Brasil rural atrasado, supersticioso, bruto e ignorante, tendo que ser reprimido pelas forças militares, representantes da ordem, da civilização, do progresso e da ciência.⁴⁵ Além disso, em vários momentos, os militares estão preocupados em desmentir notícias divulgadas pela imprensa nacional sobre atrocidades praticadas pelo exército contra a população sertaneja, bem como em comprovar o “heroísmo” de determinadas colunas e batalhões, dirigidos por quem almejava carreira militar e política dignificada. De alguma maneira, os relatos militares são semelhantes a relatos de viajantes europeus por regiões “atrasadas”. Como analisa Edward Said, a literatura produzida pelos militares também possui características semelhantes a literatura colonial e imperial, onde “*as regiões distantes do mundo não possuem vida, história ou cultura dignas de menção, nenhuma*”

Curitiba: UnC, 1995.

⁴⁴ Conforme consta na nota de rodapé nº 5 desta Introdução.

⁴⁵ Sem dúvida, era muito presente para a intelectualidade litorânea e, particularmente para os militares, a experiência de Canudos, apropriada através do relato de Euclides da Cunha n’ *Os Sertões*. É principalmente dali que consolida-se uma visão dualista sobre o país. A dicotomia litoral/sertão, entendido o litoral como meio mais civilizado (no caminho do progresso) e o sertão como meio abandonado (mas onde vive a verdadeira “alma brasileira”), passa a balizar o pensamento de muitos autores que se debruçam sobre a questão nacional no início da República. Segundo Nísia Trindade Lima, esta abordagem revela uma tensão entre o romantismo imaginativo e o naturalismo ainda incipiente. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais, Sertanejos e Imaginação Social*. Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro : IUPERJ, 1997, pp. 54 a 102.

*identidade digna de representação ... [o que é descrito] é indizivelmente corrupto, degenerado, irremediável “.*⁴⁶

Outra fonte importante a ser destacada é o livro do Frei Aurélio Stulzer.⁴⁷ Aqui aparece a visão dos franciscanos alemães, responsáveis pela ação da Igreja Católica no planalto de Santa Catarina e Paraná, desde a década de 1890. Este autor reuniu em uma só obra o texto “Reminiscências” de Frei Rogério Neuhaus, vários apontamentos de Frei Menandro Kamps e muitos registros dos livros tombos das paróquias de Canoínhas, Curitibanos, Lages e União da Vitória.

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina trabalhei sobre os relatórios e mensagens dos Governadores Vidal Ramos (1910-1914) e Felipe Schmidt (1914-1918), os relatórios dos Chefes de Polícia ao Governador do Estado, a correspondência entre o Governador e o Regimento de Segurança do Estado, o Registro de Patentes e a correspondência da Guarda Nacional, alguns processos judiciais, fundo particular do General José Vieira da Rosa, relatórios mensais e folha de pagamento da *Brazil Lumber and Colonization*, legislação estadual de terras, correspondência entre o Governador e os Superintendentes Municipais, correspondência e relatórios dos Secretários Gerais do Estado, correspondência com o Governo Federal e outros Estados e outros documentos avulsos. Este arquivo do Estado guarda principalmente a documentação produzida pelo poder executivo, mas a coleção apresenta uma série de lacunas que sugerem que boa parte da documentação

⁴⁶ Said, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo : Cia das Letras. 1995, p. 21.

⁴⁷ *A Guerra dos Fanáticos (1912-1916): A contribuição dos Franciscanos*. Vila Velha, ES; Petrópolis : Vozes. 1982.

sobre o movimento rebelde foi extraviada ou levada pelas autoridades para suas coleções particulares. De alguma utilidade especial é a correspondência reservada entre o Regimento de Segurança e o Governador do Estado, revelando a fragilidade do poder estadual frente aos potentados locais.

Para o estudo da ocupação do planalto, da política local e da vida social em Curitiba, Campos Novos e Lages, foi de grande importância a consulta ao acervo do Museu do Judiciário Catarinense, junto ao Tribunal de Justiça de Florianópolis. Esta instituição guarda grande número de processos criminais e civis, partilhas por herança, livros de registros de compra e venda de terras, atas de eleições, etc., praticamente todos do período de 1870 a 1900. No mesmo Tribunal de Justiça, mas em outro setor, no arquivo permanente, tive a felicidade de encontrar o processo de julgamento (até então considerado extraviado) do chefe caboclo Adeodato, que se encontrava copiado como traslado num processo de apelação de sentença de Olímpio Simão, um membro do seu piquete que revelava, entre outras coisas, a composição da última formação dos Pares de França.

É importante registrar que, entre as diversas rebeliões sertanejas no Brasil, o Contestado é uma das que conta com uma grande atividade do poder judiciário, talvez pela maior interiorização e capilaridade do Estado neste período. Há documentos fundamentais para o estudo do conflito como o processo pelo incêndio de Curitiba, os processos contra abusos de lideranças civis a serviço do governo (*vaqueanos*)⁴⁸ em Canoínhas e os *Habeas Corpus* encaminhados pelo advogado

⁴⁸ A palavra “vaqueano” significa guia. Durante a Guerra do Contestado chamaram-se *vaqueanos* os civis armados pelas autoridades para combater os rebeldes.

Henrique Rupp Jr (filho do Coronel Henrique Rupp, antigo Superintendente Municipal de Campos Novos) pela soltura de diversas lideranças rebeldes.

A imprensa revelou-se uma fonte muito pobre sobre o conflito.⁴⁹ Ela revela mais claramente a visão das elites econômicas e políticas e da intelectualidade do litoral sobre a guerra, do que propriamente informações diretas sobre os acontecimentos do planalto. A Primeira Guerra Mundial ocupava a maior parte dos seus espaços e, só esporadicamente apareciam algumas pequenas matérias relatando práticas curiosas e bizarras dos *fanáticos*.

Normalmente os jornais transcreviam alguns telegramas do Governador e de chefes militares e algumas notícias eram plantadas por políticos serranos em passagem pela capital do Estado. Com frequência a imprensa catarinense se preocupava em responder aos jornais paranaenses às acusações de que o movimento sertanejo era apenas um pretexto para Santa Catarina se apoiar no exército para fazer cumprir a sentença em relação à questão de limites. Nenhum jornal do litoral catarinense ou da grande imprensa nacional enviou repórteres para a região de conflito. Mesmo assim, a postura da imprensa não era uniforme, em 1915 há um intenso debate entre os jornais “O Dia” (do Partido Republicano Catarinense), a “Folha do Comércio”, que denunciou atrocidades cometidas contra os sertanejos, e “O Estado”, dirigido por Henrique Rupp Jr e por dissidentes republicanos que criticavam o poder absoluto dos Coronéis no Planalto, principalmente do Cel. Albuquerque, de Curitiba.

A imprensa do interior, apesar de apresentar as mesmas características da Capital (na visão preconceituosa do caboclo *ignorante e fanatizado*), e quase toda ligada ao PRC, fornece dados mais interessantes sobre as disputas políticas locais, os acordos e as defecções no grupo situacionista. Além disso, os jornais “Região Serrana” e “O Lageano”, acompanham, passo a passo, a tentativa de acordo intra-oligárquico costurada pelos militares em Curitiba, em 1915.

Informações mais esparsas e avulsas, mas igualmente úteis, foram obtidas no Arquivo Histórico Municipal Waldemar Rupp em Campos Novos, no arquivo do Fórum de Justiça de Curitiba⁵⁰, no Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, no Arquivo Histórico Municipal de Canoínhas, no arquivo do Museu Thiago de Castro em Lages e no Departamento do Arquivo Público do Paraná, em Curitiba. Importantes contribuições foram fornecidas pelas coleções particulares de Ayhurê Tavares (Itajaí) e Maria da Glória Foohs (Rio Negro - PR).

⁴⁹ Importante estudo sobre a imprensa catarinense na Guerra do Contestado foi feito por Rogério Rosa Rodrigues em *Notícias do front : A imprensa catarinense e a sua representação sobre a Guerra do Contestado (1912 – 1916)*. Florianópolis, Relatório Final de Pesquisa (probic/UDESC).1998.

⁵⁰ O arquivo do Fórum de Curitiba foi atacado pelos rebeldes em setembro de 1914, mas como naqueles dias houve muita chuva, a maior parte da documentação não foi queimada. Muitos processos foram embarrados e perderam suas capas, uma parte deles foi enviada ao Museu do Judiciário em Florianópolis, mas a maior parte encontra-se em uma sala emprestada pela Prefeitura de Curitiba ao Fórum.

Capítulo 1

Bugres, tropeiros e birivas

Na manhã ensolarada que se abria, Dona Carola juntou as trouxas de roupa suja, uma pequena pedra de sabão e foi novamente às costas do rio Marombas para lavá-las, como fazia todo o dia. Preferia ir sempre bem cedo e sozinha, nesta hora do dia não gostava da companhia das comadres, que eram muito faladeiras e acabavam por atrasar seu serviço. Não esquecia de levar duas cuias, uma com açúcar, outra com farinha, para presentear o bugre secreto que sempre a espreitava na margem do rio.

Carola deixava as cuias em cima de uma pedra, que ficava um pouco distante da margem, na trilha de acesso que descia à barranca, em direção ao leito do rio. Quando lavava as roupas não conseguia enxergá-la. Só quando estava encerrado o serviço é que, seguindo a trilha de volta para casa, passava pela frente da pedra recolhendo o presente deixado pelo bugre: um pequeno cesto, as vezes um cocar, colares de semente de imbuía, outras vezes pinhões e pele seca de capivara. Por muito tempo Dona Carola trocou objetos com seu desconhecido amigo, sem nunca vê-lo. Não queria falar destas trocas com as amigas e os parentes, eles não entenderiam. Era uma viúva que já havia visto muita coisa na vida, não tinha medo de *caipora* nem de *mula-sem-cabeça*, queria continuar indefinidamente com estas trocas silenciosas que enchiam sua alma de paz e sensação de equilíbrio. Carola lembrava que não foram

poucas as vezes que o próprio monge João Maria, em diferentes andanças pela região, falara às pessoas para respeitarem os bugres, por serem pessoas simples que viviam conforme o que a natureza oferecia.

Certo dia de outono, a cerração matinal ainda era forte, Dona Carola iniciava a bateção de roupas na margem do Marombas, quando escutou um forte estampido, seguido de um grito. Correu agitadamente em direção à pedra e viu um menino índio morto. Atrás de uma capoeira distante levantou-se Clemente, seu sobrinho, apontando orgulhoso para a carabina que carregava, sinalizando à sua tia que tinha liquidado com o perigoso bugre que a espreitava desprotegida. Logo viram que o menino carregava apenas um cesto colorido .

Depois deste acontecimento, os botocudos da região¹, como represália, fizeram alguns ataques aos sítios da redondeza e todos os homens de Curitiba nos se armaram e liquidaram com a presença indígena em toda a bacia do rio Marombas.

* * * * *

Colonos e Bugres

Esta tragédia, contada por um bisneto de Dona Carola², revela a fragilidade da convivência entre a população de sitiantes e fazendeiros e os diferentes

¹ A região do Planalto Catarinense limitada entre os rios Uruguai e Iguaçu, incluindo os antigos Campos de Palmas, era povoada originalmente por grupos indígenas Kaingangues e Xoklengs, denominados pelos colonos respectivamente de Coroados (pelo corte especial de cabelo que faziam) e Botocudos (pela perfuração dos lábios com ossos e pedaços de madeira). Os dois povos pertencem ao grupo lingüístico Jê. Sobre os indígenas em Santa Catarina ver Santos, Sílvia Coelho dos, *Índios e Brancos no Sul do Brasil. A dramática experiência dos Xokleng*, Florianópolis : Edeme. 1973. Quanto à denominação genérica de "Bugres", ainda hoje de uso comum no planalto, o Padre Manoel Aires de Casal afirma, em 1817, que era assim que os paulistas denominavam todos os grupos indígenas do rio Tietê até o rio Uruguai, *Corografia Brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Coleção Reconquista do Brasil, Vol. 27. Belo Horizonte/São Paulo : Ed. Itatiaia/ Ed. USP. 1976., p. 105.

² A história de Dona Carola foi contada por Ilson Neves de Moraes, de Curitiba, em 13/11/1998.

grupos indígenas no planalto serrano catarinense, durante século XIX. A relação amistosa de Dona Carola com o pequeno bugre era uma exceção. Embora não seja possível descartar outras possibilidades de convivência pacífica, o contato entre estes dois mundos freqüentemente assumia uma forma beligerante. Normalmente a população 'branca' procurava liquidar com os bugres das regiões recém ocupadas como uma forma preventiva de 'limpeza de terreno'. Além da óbvia disputa por espaço, a população colonizadora não reconhecia os indígenas como gente. Cipriano, um antigo morador do vale do rio Timbó, um afluente na margem esquerda do Iguaçu, afirma que quando seu pai chegou na região "*não havia nada, não morava ninguém, só tinha mato, onça e bugre*" ³(sic). Esta prática genocida dos pioneiros foi mantida pela população posterior, que continuou resolvendo muitos de seus problemas de terras através da violência física.

Os bugres adultos e jovens eram os principais alvos de caçadas empreendidas por fazendeiros ou por bugreiros (caboclos especializados em localizar, destruir aldeamentos e capturar alguns sobreviventes). Só conseguiam escapar da morte algumas mulheres jovens que seriam transformadas em esposas e companheiras de peões, pequenos sitiantes e tropeiros.⁴ Não são poucas as famílias caboclas que se formaram a partir da caçada de um peão que pegou a mulher no mato, como bicho. Segundo os mais experientes bugreiros, das crianças, só as de colo conseguiam "se

³ Entrevista com Cipriano Fragoso, em anexo.

⁴ A atividade de bugreiros profissionais foi mais intensa no final do séc. XIX e nas três primeiras décadas do séc. XX, principalmente na região de subida da serra, entre o planalto serrano e as colônias alemãs do vale do rio Itajaí.

salvar", mas mesmo assim era para serem criadas longe de suas mães.⁵

O planalto serrano catarinense foi palco de muitos conflitos desta natureza. Durante o séc. XVII, como praticamente todo o planalto meridional, a região foi drasticamente despovoada pela ação de diversas bandeiras paulistas, que neste período haviam se especializado na preação de indígenas. Além dos núcleos mais importantes, onde os guaranis já estavam concentrados e reduzidos (vivendo em reduções), disciplinados por Jesuítas, como Guaíra (no vale do Rio Paraná) e o Tape (no Jacuí, Rio Grande do Sul), os paulistas aprisionavam indígenas de diferentes nações que iam encontrando pelo caminho. Eram vendidos em São Paulo e Capitânicas vizinhas.

Estas expedições foram mais intensas no período no qual os holandeses ocuparam a maior parte do nordeste brasileiro e dos portos de embarque negreiro da Guiné, São Jorge da Mina e Luanda. Porém, mesmo nos períodos subsequentes e até o início do séc. XX, sempre foi rotineira a dizimação e escravização dos indígenas, principalmente dos aldeamentos que situavam-se nas fronteiras de ocupação dos colonizadores.

A proibição legal da escravidão indígena não impediu nem arrefeceu o ânimo e a disposição dos sertanistas em continuar com tal prática. O gentio da terra continuou a ser escravizado com a elegante denominação de 'índios administrados'. A legislação colonial portuguesa permitia que o colono usufrísse do trabalho indígena

⁵ Mais detalhes sobre o debate em torno da atividade bugreira encontramos em Kieser, Daércio . *Um discurso para justificar a ação bugreira*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. UFSC. Florianópolis, 1994 e Alves, Rosilene "Bugres: As notícias correm !" In Ferreira, Cristina e Frotscher, Méri (org.) *Visões do Vale: Perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau : Nova Letra, 2000.

desde que o mesmo fosse catequizado, este era o processo de 'administração' dos indígenas.⁶

Houve também situações peculiares de absorção da população indígena pelos colonizadores. Em maio de 1829, a Câmara Municipal de Lages enviou um ofício ao Presidente de Província, informando que 29 “bugres” (10 homens, 10 mulheres, 5 crianças de peito e 4 rapazes) apresentaram-se às autoridades lageanas, no “Acampamento dos Curitibanos” e, entre eles, havia uma bugra que falava bem o português. Ela declarou que os índios queriam viver entre os lageanos, e que, além deles, outros parentes seus que estavam no mato, também se apresentariam. A Câmara de Lages decidiu fundar nova povoação (Vila de Curitibanos) com o auxílio destes indígenas e solicitava apoio do Presidente da Província.

Pelo que fica demonstrado no documento, estes indígenas já deveriam ter um longo contato com tropeiros e pecuaristas da região, o líder do grupo se chamava “Capitão Rafael”, a que falava bem o português se apresentou como “Dona Firmiana”, e no grupo havia uma “Maria”, uma “Joaquina Fandú” e uma “Manoela”, todos os outros nomes são indígenas (Camoré, Netem, Utará, Fatom, Naxom, Iayá, Canaxom, Rify, Nicrá, Lavy, Engrum, Ganhóe, Cahum, Hengré, Araxon, Naxé, Ningrá, Urecam, Covom, Iky, Viniquim, Cacanum, Quivá, Panguá, Onegalho, Gaiotaem e Jupó). Curitibanos cresceu como povoado, sendo um ponto de junção das

⁶ No início do séc. XIX, Aires de Casal informa que “os paulistas, posto que não davam aos índios domesticados o nome de cativos ou escravos, mas só o de administrados, contudo dispunham deles como tais, dando-os em dotes de casamentos, e a seus credores em pagamento de dívidas” *Op. Cit.*, p. 106. Importantes estudos sobre a escravidão indígena em São Paulo e a situação de índios “administrados” encontramos em: Monteiro, John M. *Os Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo : Cia. Das Letras. 1994. Petrone, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo : Ed. USP. 1995

estradas de tropas provenientes de Campos Novos e Lages a caminho de São Paulo. Desconhecemos em quais condições sociais este grupo indígena foi absorvido, provavelmente continuaram a comercializar alimentos e utensílios com os tropeiros em trânsito, ou se transformaram em peões das primeiras fazendas que se estabeleciam nesta época nos campos de Curitibanos.⁷ Muito provavelmente este grupo de indígenas eram “Coroados domesticados” que, como os Kaingangues liderados pelos Caciques Condá e Nonoai, respectivamente de Chapecó e Passo Fundo, colaboraram intensamente, em muitas oportunidades, com a presença do colonizador português e brasileiro para, em troca de armas e gêneros alimentícios, dar combate a outros grupos indígenas, seus antigos adversários Botocudos e Guaranis.⁸

O Caminho das Tropas

É a partir de meados do séc. XVIII que começa um novo ciclo povoador da região, animado pela estabilização e crescimento do caminho das tropas que ligava, pelo planalto, as províncias platinas, o antigo Distrito das Missões e a campanha gaúcha aos campos de Curitiba e a cidade de Sorocaba, ponto terminal do gado muar tangido desde o sul⁹. As capitanias centrais do Brasil (principalmente Minas Gerais,

⁷ Ofício da Câmara Municipal de Lages a Francisco d’Albuquerque e Mello, Presidente da Província de Santa Catarina, 21/05/1829. Este documento encontra-se em Nercolini, Maria Batista, *Histórico do Município de Curitibanos*. Florianópolis : Imprensa Oficial do Estado, 1992, é citado por Felipe, Euclides J. *O Caminho das tropas em Santa Catarina : O Pousos dos Curitibanos*. Curitibanos : Ed. Do Autor. 1996, p. 107.

⁸ O viajante Robert Avé-Lallemant afirma que conheceu, em 1858, um sertanista paranaense, Joaquim Antônio de Moraes Dutra, que “pacificou” centenas de Coroados na região onde os rios Uruguai e Iguaçu se aproximam. Antônio aldeou-os e contou com a colaboração de seu chefe, o Cacique Doble, para produzir mate e tropear para o Rio Grande do Sul, além de dar combate aos inimigos Botocudos. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte/ São Paulo : Itatiaia / Ed. USP. 1980, pp. 302 a 304.

⁹ Sobre a importância do comércio de Sorocaba com as tropas do sul ver : Bacellar, Carlos de Almeida Prado. *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba séculos XVIII e XIX)*. Tese de Doutorado, Depto. de História FFLCH/USP. São Paulo, 1994. Ehlke, Cyro . *A Conquista do*

São Paulo e Rio de Janeiro) necessitavam de animais de tração - especialmente da mula, por sua força e resistência - como meio de transporte de longo curso, que era realizado por comitivas de cargueiros que trilhavam as mais difíceis picadas.

O caminho de Cima da Serra foi a melhor alternativa encontrada em relação a "Estrada Real", um conjunto de picadas que ligavam as Capitanias meridionais pelo litoral unindo a Colônia do Sacramento à Rio Grande, Laguna, Desterro, São Francisco, Paranaguá e Santos. Pelo litoral o caminho era mais lento, devido à dificuldade de se varar os rios e, além disso, a ameaça freqüente dos espanhóis do Prata, que se concretizou com as constantes ocupações de Colônia do Sacramento e especialmente quando o Porto do Rio Grande ficou sob domínio espanhol, entre 1763 e 1777, deixando o restante da Capitania de Viamão sem comunicação marítima com as Capitanias ao norte.

O caminho das tropas pelo planalto não era de um único traçado, possuía variantes que eram transitáveis dependendo da época do ano. Normalmente as regiões de maior altitude e as serras que serviam de divisor de águas para diferentes bacias eram os locais preferidos de curso dos tropeiros. Evitavam pelo caminho os rios mais caudalosos, as matas mais fechadas e as escarpas mais inacessíveis. Porém, sendo época de chuvas, mesmo os pequenos arroios se transformavam em rios caudalosos, dificultando, desta maneira, o trânsito das tropas. A vantagem do caminho de cima da serra sobre o litoral também se dava na existência de grandes extensões de campos

Planalto Catarinense - Bandeirantes e Tropeiros do Sertão de Curitiba. Rio de Janeiro : Ed. Laudes . 1973, pp. 110 a 132. Zaluar, Augusto Emílio - *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)* . Belo Horizonte, São Paulo : Ed. Itatiaia, Ed. USP. 1988. pp. 157 a 166. Roderjan, Roselys Vellozo, *Os Curitibanos e a formação das comunidades campeiras no Brasil Meridional (sécs. XVI a XIX)*. Coleção Estante Paranista. Vol.36. Curitiba : Inst. Hist. Geogr. Etnogr. Paranaense. 1993.

naturais, local apropriado para descanso e internada das tropas de mulas.¹⁰ O fato da mula ser um produto híbrido de asininos e eqüinos, sem descendência fértil, obrigava os tropeiros do centro do país a, periodicamente, renovarem seu rebanho de animais de transporte e tração através da aquisição de mais mulas do sul.

Com o caminho das tropas se formou um longo curso de fazendas de internada e criação, locais de importância fundamental ao repouso e engorde do gado extenuado pelas longas jornadas, o que acabou por transformar esta região em fronteira de expansão da pecuária paranaense e gaúcha. O planalto meridional, iniciando no Rio Grande e seguindo até a Capitania de São Paulo, era dominado pela mata de araucária e entrecortado por formações de campos naturais em Cruz Alta, Passo Fundo e Vacaria (no RS), Lages, Campos Novos, Curitiba e Estiva (Papanduva), Lapa, Castro, Palmeira e Curitiba, no Paraná. Na primeira metade do séc. XIX houve a ocupação dos campos mais à oeste, de Guarapuava e Palmas, quando foi aproveitado o passo de Goio En, no Rio Uruguai, fazendo uma ligação mais interiorana entre Sorocaba e a região das Missões.

As primeiras fazendas do planalto eram currais para onde era aprisionado o gado reíuno capturado.¹¹ Nos campos de Lages e Vacaria crescia espontaneamente a população de gado vacum e eqüino remanescente das missões jesuíticas. Neste período inicial de ocupação, o principal objetivo da captura do gado alçado era para a extração do couro, artigo de grande procura nas capitanias ao norte e no Reino, algo

¹⁰ "Internada" significa pastagem abundante, apropriada para o engorde do gado, daí "internar" significa engordar.

¹¹ Gado "orelhano" ou "reíuno" eram as rezes alçadas, sem dono. Denominava-se reíuno por ser de propriedade "d 'El Rey."

fácil de ser transportado pelas comitivas de mulas. É só décadas mais tarde, durante o século XIX, que irá se desenvolver a produção de carne seca ou charque e o crescimento do comércio de gado em pé, tanto para o litoral, como para o Paraná e São Paulo.

As mulas tangidas pelo caminho das tropas podiam ser xucas ou domadas, as últimas carregavam duas bruacas de couro que podiam transportar até 45 kg de mercadorias de cada lado do lombo. Com frequência os animais iam sendo domados pelo caminho, o que melhorava seu preço de venda. Normalmente a tropa era liderada por uma égua madrinha montada por uma criança, que carregava um cinferro que mantinha a atenção dos animais na vanguarda.¹² A doma era específica para carga ou montaria.

A vila de Lages era um ponto de pouso das tropas que demandavam a Província de São Paulo, isto também concorreu para a formação das vilas de Curitiba e Campos Novos.¹³ O ponto terminal era Sorocaba, onde ocorria uma feira anual de gado e animais de tração, local de convergência de tropeiros de várias Províncias. O número de muares que chegavam anualmente a vila paulista cresceu até 1865. Em 1750 ingressavam 5 mil muares por ano; em 1800, 20 mil; em 1850, 50 mil; em 1865, 100 mil; e entre 1875 e 1890 a média anual declinou para 12 mil.¹⁴

¹² Entrevistas com Avelino Correia e Graciliano Alves, em anexo. Também encontramos interessante descrição das atividades das tropas em Felipe, Euclides J. *O Caminho das Tropas em Santa Catarina : O pouso dos Curitiba e Campos Novos*. Curitiba : Ed. Do Autor. 1996.

¹³ Dados provenientes de um levantamento feito pelo Capitão Mor Regente da Vila de Lages, Bento do Amaral Gurgel Annes, indica que em todo o vasto município Lages possuía, em 1808, 878 habitantes, sendo 155 escravos. Marcilio, Maria Luiza "Estrutura Demográfica da Vila de Lages" *Revista da Memória*. Lages : Fundação Cultural de Lages. 1996, p. 36.

¹⁴ Estes dados estão em : Costa, Licurgo *O Continente das Lages. Sua História e influência no Sertão da Terra Firme*. Florianópolis : FCC. 1982. Vol. 1, p. 158

O decréscimo acentuado deve-se, principalmente ao rápido crescimento da rede ferroviária a partir de 1870. O caminho das tropas possibilitou que houvesse uma grande diáspora de famílias paulistas e gaúchas por todo o planalto meridional. Com muita frequência observamos em inventários de herança de moradores de Lages e Curitibanos a ausência de irmãos, filhos, sobrinhos e netos, os quais se encontram em suas terras no Rio Grande, no Paraná e em São Paulo.¹⁵

A partir da segunda metade do séc. XVIII se verifica o início de um processo paulatino de povoamento do planalto, animado pela pecuária associada a pequena lavoura de subsistência.¹⁶ O povoamento brotou de duas direções: a primeira e mais antiga, partia dos campos de Curitiba em direção ao sul e sudoeste, consistindo na formação de currais e fazendas de criação de gado dirigidas por particulares e expedições oficiais, como a de Corrêa Pinto que fundou a Vila de Lages a mando do Governo da Capitania de São Paulo.¹⁷ A segunda leva de povoamento, mais tardia, a partir do início do séc. XIX, partiu do Rio Grande do Sul, de localidades como Santo

¹⁵ Caixas de inventários de Lages e Curitibanos, MTJSC.

¹⁶ O planalto catarinense foi, sem dúvida, uma fronteira de expansão da pecuária dos Campos Gerais do Paraná. Nesta região paranaense, onde a ocupação dos principais solos já estava esgotada no início do séc. XIX, "com o crescimento da população e da economia, entre os latifúndios, os caminhos das tropas e as vias de comunicação, começaram a surgir algumas pequenas propriedades e sítios. Eram propriedades de homens livres pobres e agregados. Dedicaram-se a produzir gêneros de subsistência, possuíam um pequeno número de gado e, as vezes, alguns escravos". Oliveira, Ricardo Costa de, "Trapeirismo na formação do Brasil Meridional", texto apresentado nas *II Jornadas de Historia Económica*, Montevideu, Uruguai, Junho de 1999, pp. 2 e 3.

¹⁷ A ocupação dos campos de Guarapuava também foi fruto de iniciativa oficial, quando o Conde de Linhares, Ministro do Príncipe Regente D. João, organizou, em 1810, a Real Expedição. Fazendeiros de Guarapuava foram, aos poucos, ocupando os campos de Palmas. Em 1842 é aberto o caminho de Palmas a Porto União, isto criou uma variante mais a oeste do caminho das tropas. A partir de 1853 "os muarees que provinham das regiões criadoras da Argentina, adentram em território brasileiro atravessando o Rio Uruguai, pelos passos de São Borja e Santa Maria, invernando em Passo Fundo ou Cruz Alta. Seguindo pelo novo caminho das Missões, transpunham o passo de Goio En" [do Rio Uruguai, próximo a Nonoai], rumo aos campos gerais do Paraná. Aí descansavam e no ano seguinte deslocavam-se para a Feira de Sorocaba, percorrendo um total de duzentas léguas ou 1.200 km" Roderjan, R. *Op. Cit.*, pp. 257 a 261.

Antônio da Patrulha (na direção de São Joaquim), de Vacaria (na direção de São José do Cerrito e dos Baguais, hoje Campo Belo) e de Passo Fundo (na direção de Campos Novos). Das famílias provenientes do sul, havia uma espécie de prática de vaivém, uma vez que boa parte da população de Vacaria e Passo Fundo era originariamente paulista.¹⁸

A instabilidade política do Rio Grande do Sul, principalmente nos períodos da Revolução Farroupilha (1835-45) e da Revolução Federalista (1893-95), estimulou a migração de fazendeiros e lavradores para o planalto catarinense. As forças farroupilhas dominaram Lages, seguiram o caminho para São Paulo e foram contidas, em 1839, em Curitiba. Muitos antigos farroupilhas gaúchos decidiram ficar pelo planalto. Relata Antônio Fabrício das Neves que o povoado de Irani, inclusive sua família, formou-se pela migração de grupos de famílias e agregados de fazendeiros gaúchos da região de Passo Fundo que, após o término da Revolução Federalista, temiam a perpetuação de rixas e vinganças com antigos vizinhos que eram seus adversários políticos. Conta Fabrício que foi o próprio Monge João Maria quem aconselhou a migração e o local para onde se dirigirem afirmando que, *"no sertão de Palmas vocês terão tudo o que já tem aqui"*.¹⁹

Não é nossa preocupação investigar os nomes dos indivíduos "pioneiros"

¹⁸ É o que Ney Eduardo Possapp d'Avila afirma sobre a formação de Passo Fundo, núcleo fundado por birivas: *"Birivas, Berivas ou Biribas, do tupi mbi'ribi: homem pequeno, foi o nome dado na fronteira meridional aos paulistas que aí iam buscar tropas de mulas, de cavalos e bois"...* "O termo mais tarde veio a ser aplicado, por extensão, aos habitantes do planalto médio originários da Província de São Paulo, em especial aos lidadores de tropas." em *Passo Fundo : Terra de Passagem*. Passo Fundo : Aldeia Sul, 1996, p. 40. Para Sérgio Lazzari, que estudou os registros de batismos, casamentos e óbitos da paróquia de Campos Novos, a população do Município foi formada por diferentes levas de habitantes de Palmas, Lages e Curitiba, além de refugiados farroupilhas que introduziram a

nestas regiões. Os nomes tradicionalmente escolhidos como pioneiros caem sobre indivíduos que promoveram o primeiro registro oficial sobre tal região, normalmente grandes fazendeiros ou chefes militares, deixando-se de lado tropeiros, posseiros e lavradores anônimos que geralmente precedem a chegada do mundo oficial. Interessa-nos, neste momento, é definir os contornos sociais, as estruturas de poder e subordinação e as especificidades do processo de povoamento do planalto serrano catarinense.

O perfil da população

A partir de 1820, por decisão de D. João VI, o município de Lages desligou-se da Província de São Paulo e passou à jurisdição de Santa Catarina. Porém, por um longo período, as ligações econômicas, culturais e demográficas do planalto serrano serão muito mais intensas ao norte, com os paulistas e ao sul, com os gaúchos, do que a leste, com as populações litorâneas catarinenses. O isolamento imposto pela barreira física da serra geral contribuiu bastante para isto, embora tenha existido um pequeno comércio entre o planalto e o litoral desde o séc. XVIII. Somente no final do séc. XIX, com a paulatina diminuição da demanda pelas mulas em Sorocaba, é que ocorre um maior fluxo comercial entre o litoral catarinense e o planalto.

Os tropeiros e fazendeiros que vieram dos campos gerais do Paraná e mais tarde do planalto gaúcho traziam consigo, além de suas extensas famílias, escravos crioulos e africanos, índios "administrados" e mestiços agregados. Em levantamento realizado pela Câmara Municipal de Lages em 1833, o município (que então

pecuária na região, *História Demográfica da Paróquia de São João Batista de Campos Novos (1872-1940)*. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis. UFSC. 1993, pp. 26 a 27.

compreendia todo o planalto serrano catarinense) possuía 2.454 habitantes, vivendo em 537 fogos (unidades familiares) sendo distribuídos da seguinte forma:

Tabela 1
Distribuição da população de Lages segundo a cor e condição social:

<u>Livres</u>	<u>Escravos</u>
Branco: 1.124	
Índios: 97	
Pardos: 564	Pardos: 78
Pretos: 422	Pretos: 182
Total: 2.207	Total: 260

Fonte: *O Mapa dos fogos e população da Província de Santa Catarina no ano de 1833.*
Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis, AHMF pasta n.º 70.

A tabela acima revela, em primeiro lugar, a diminuta população do extenso município. Esta população irá, durante o séc. XIX se multiplicar, tanto por crescimento vegetativo como, principalmente, recebendo um grande número de migrantes de São Paulo, do Paraná e do Rio Grande do Sul, alcançando no final do século o total aproximado, para a região (com o desmembramento dos municípios de São Joaquim, Curitiba e Campos Novos) de 80 mil habitantes. Os negros do planalto provinham de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

É interessante notar que o quadro acima demonstra uma distinção racial da população que revela um grande número de pardos e pretos livres, *quatro vezes* superior à população escrava. Para as décadas seguintes, os dados disponíveis relativos a população escrava de Lages (em 1840 havia 1.000 escravos; em 1856,

¹⁹ Entrevista com Antônio Fabrício das Neves, em anexo.

1.195; em 1872, 2.012; em 1883, 1.522) não permitem fazer a mesma comparação relativa com a população livre de cor parda ou preta.²⁰ Não podemos avaliar se a proporção entre pardos e pretos livres e escravos se manteve semelhante aos níveis de 1833, mas certamente os números absolutos de pardos e pretos livres sempre foram superiores ao de escravos.²¹ Desta forma, este quadro nos leva a reavaliar a antiga afirmação, dominante na historiografia catarinense, que sempre considerou o contingente populacional negro pouco significativo no povoamento do planalto serrano, baseando esta assertiva unicamente nos censos estritos da população escrava.²² No planalto, a maior parte da população de origem africana era nascida livre ou liberta.

²⁰ Dado interessante a analisar provém do relatório do Conselho Municipal de Lages, de 1864, que aponta a população escrava em 1.496, e, além disso, discrimina o perfil sexual, sendo 732 homens e 764 mulheres. Não há dados sobre o número de casamentos entre os escravos, mas o grande número de mulheres indica a possibilidade da existência de grande número de famílias escravas estáveis. Carta de Danilo de Castro à Raymundo Faoro, 21 de julho de 1948, Museu Thiago de Castro, Lages. Além do grande número de mulheres escravas, as famílias negras livres provavelmente tinham muitas condições de crescimento tanto como agregados à grande fazenda, como, migrando para matas e faxinais ao norte e à oeste, na qualidade de posseiros e lavradores independentes. A situação de agregado, aparentemente de pobreza e submissão, poderia representar um importante espaço de autonomia econômica e identidade cultural, como é demonstrado na obra de Robert Slenes, *Na Senzala, Uma Flor : Esperanças e Recordações na Formação da Família Escrava – Brasil Sudeste, séc. XIX*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1999, pp. 197 a 208.

²¹ No censo de 1872, o perfil da população lageana total de 14.374 habitantes era: quanto à cor 8.809 brancos, 4.144 pardos e 1.421 negros, quanto ao sexo havia 7.218 homens e 7.156 mulheres, quanto à instrução, 1.711 alfabetizados e 12.663 analfabetos, quanto à condição, 12.362 livres e 2.012 escravos. Costa, L. *Op. Cit.* p. 741.

²² Segundo Licurgo Costa, *Op. Cit.*, p. 178-183 a população negra fica secundarizada no Planalto devido ao fato “de ser, naquela época, um centro de atividades quase exclusivamente pastoris e o negro não ter sido, nunca, um grande entusiasta”[sic] das lides do campo.”(p.181). Zélia Lemos afirma que a população negra em Curitiba era pouco significativa, sempre fazendo referência à população escrava, *Curitibanos na História do Contestado*. 2ª ed. Curitiba : Imprensa Frei Rogério. 1983, p.59-63. Maria Isaura Pereira de Queiroz, que realizou sua pesquisa em Curitiba e Florianópolis sem viajar para o planalto, citando estudiosos catarinenses como Vergílio Várzea e Aujor Ávila da Luz, afirma que a presença de negros no planalto era insignificante, *La “Guerre Sainte” au Brésil: Le mouvement messianique du “Contestado”* São Paulo : FFCL/USP, Boletim nº 187, 1957, p.44. Em sua última publicação, Walter Piazza foi mais cuidadoso ao afirmar, com base no estudo dos registros de batismos e dos Censos de Ordenações, que a população escrava era pequena em relação às propriedades fundiárias, mas que estes registros acusam além da presença de escravos e “índios

Emprego a palavra livre apenas em contraposição à condição escrava, uma vez que este homem livre pobre, mestiço, descendente de africanos, indígenas e mesmo de portugueses, enfim, o biriva (tipo de gaúcho serrano), o peão de estância e o morador agregado à grande fazenda, encontrava-se, nos campos de Lages, submetido ao poder quase absoluto dos grandes fazendeiros, enredado por laços de compadrio, sujeito a um conjunto de obrigações muito mais complexas que o trabalhador livre moderno, entendido como aquele que simplesmente vende sua força de trabalho. No séc. XIX não havia, propriamente, um mercado de trabalho livre no planalto. A maior parte da força de trabalho era fixa, nascia e morria sob os mesmos padrões. Apenas determinados trabalhadores específicos como marceneiros, ferreiros, pedreiros, tropeiros assalariados e domadores especiais, transitavam por diferentes fazendas e pelas pequenas vilas do planalto, oferecendo seus serviços, na qualidade de *aguateiros* ou *changadores*, por alguns mil-réis ou, o que era mais freqüente, por algumas cabeças de gado.²³

Não pretendo montar um quadro no qual agregados e peões apareçam completamente submetidos à vontade e aos interesses do fazendeiro, o que certamente não ocorria. Mesmo na região dos campos de Lages, dominada pelos grandes latifúndios pecuaristas, a grande polarização social em vários momentos explodiu em assassinatos brutais, conflitos entre criadores e lavradores, atuação de

mansos”, uma “grande quantidade de agregados de cor”, *A escravidão negra numa Província periférica*. Florianópolis : Garapuvu, 1999, p.114.

²³ “Aguateiros” eram os peões encarregados de funções ligeiras ou leves nas fazendas, “changadores” eram trabalhadores contratados por jornada ou empreitada. Costa, Márcio Camargo, *Quêras*. Florianópolis: Ed. UFSC/ Letras Contemporâneas, 1994, pp. 159 e 164.

quadrilhas de salteadores e freqüente roubo de gado.²⁴

O peão era, normalmente, um morador agregado à fazenda que possuía um pedaço de terra, "de favor". Ali, com sua família, construía uma choupana de rachões de pinheiro e teto de palha, mantinha uma pequena lavoura de subsistência, protegida do gado por muros de pedra encaixada, cultivando feijão, milho, abóboras e criando pequenos animais. O peão deveria dar conta de toda a lida rotineira do campo: levar o gado para diferentes pastagens, capturar as rezes fugitivas, castrar os novilhos, construir açudes, dar sal, curar bicheiras, construir currais e galpões, queimar as pastagens secas no final do inverno, fazer marcação com ferro quente, construir muros de taipa, caçar onças e pumas que rondavam próximos da fazenda, domar cavalos e mulas, tosquiar ovelhas e, muito freqüentemente, tropear os animais até os locais de venda ou abate. Como homem de confiança de seu patrão, o peão era também um leal soldado à disposição das iniciativas políticas e militares de seu chefe e, com razoável empenho, muitas vezes dava sua vida nas revoluções e nas lutas contra desafetos locais de seu comandante.

Com freqüência, os fazendeiros eram padrinhos de batismo dos filhos dos peões e agregados, o que os tornava compadres dos seus empregados. Para os trabalhadores sertanejos o batismo significava, principalmente, um meio de proteção da criança, já que, pela tradição católica, o padrinho é um segundo pai, ou um pai espiritual, podendo assumir responsabilidades na educação e proteção ao afilhado. Nesta lógica, quanto mais poderoso o padrinho, melhor. Para o fazendeiro, apadrinhar

²⁴ Segundo Élio Cantalício Serpa, a rebeldia coletiva ou individual, com freqüência, superava as redes do paternalismo. "Os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte".

uma criança significava assumir um conjunto de compromissos ligados ao auxílio para o afilhado, mas recebendo, em contrapartida, a lealdade tanto do afilhado como de seu compadre.

Pela tradição do planalto, a relação entre compadres e comadres implicava em atitudes de auxílio, respeito e numa espécie de extensão dos laços familiares. A lei Canônica Católica, incorporada ao costume da população sertaneja, chegava ao ponto de condenar matrimônios entre compadre e comadre, mesmo que viúvos, por significar, na prática, algo semelhante a uma relação incestuosa. Uniões entre padrinhos e afilhadas também eram condenadas.²⁵

No batismo interclasses ou vertical, como descrito acima, a relação de compadrio regulava e legitimava a subordinação social. Porém, desde o início do povoamento da região, era muito comum o duplo batizado entre a população cabocla. Além do batismo “oficial”, realizado pelo fazendeiro com a presença de um padre, era muito freqüente o batismo por parte de um parente ou amigo próximo, de semelhante condição social ao pai da criança. Este batizado horizontal, intraclasses, transformava o padrinho e pai em compadres unidos por importante vínculo de respeito mútuo, amizade e solidariedade.²⁶ Era costume freqüente, no planalto, certos

Revista Catarinense de História, nº 2, 1994, pp. 16 a 23.

²⁵ Adeodato, o último chefe rebelde do Contestado, foi condenado por muitos sertanejos por ter casado com sua comadre, mesmo sendo os dois viúvos. Boa parte do desgaste político sofrido pelo Major Vieira, Superintendente Municipal de Canoíhas, ocorreu devido a notícia de que ele era amante de sua sobrinha e afilhada. Este acontecimento precipitou a adesão aos “fanáticos” de seu irmão, Virgulino Vieira. Telegrama do Capitão Matos Costa ao Governador de Santa Catarina, 18/07/1914. APAT. Stuart Schwartz também identificou esta interdição ao casamento entre compadres na população escrava da Bahia no período colonial. *Segredos Internos: Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, trad. Laura T. Motta, 1995, p. 334.

²⁶ Sérgio Lazzarini, *Op. Cit.*, p.94, afirma que o único sacramento da Igreja que o povo do interior de Campos Novos considerava importante era o batizado, que “*tinha um significado especial para o caboclo. Além do aspecto religioso, existia mais uma possibilidade, a cada evento, de se ter um novo*

meninos e meninas serem criadas por seus padrinhos, em razão da perda dos pais ou dificuldades de subsistência destes. Crianças “impossíveis”, “malcriadas” e indisciplinadas, também eram confiadas aos padrinhos. João Melo informa que, com 10 anos, seus pais, que não conseguiam controlá-lo, o entregaram para ser criado pelo padrinho, seu tio Donato Melo. João tornou-se um empregado na fazenda de seu tio, que ensinou-lhe as lides campeiras.²⁷

Há muitas queixas de padres sobre o duplo batizado, principalmente porque os caboclos esperavam por uma passagem do monge João Maria para batizar as crianças pela primeira vez (as vezes já com 10 ou 12 anos), só depois acertavam o segundo batismo com o mundo oficial dos fazendeiros e padres.²⁸ O compadrio era uma instituição complexa que ampliava as relações de solidariedade além das redes de parentesco (ou ampliava o próprio parentesco, uma vez que todo parentesco pode ser considerado, a rigor, simbólico) mas reforçava, ao mesmo tempo, vínculos de subordinação social e legitimação da patronagem dos fazendeiros sobre as famílias de peões e agregados.

Não é adequado tratar de forma conclusiva as relações de compadrio apenas como o resultado simbólico de um jogo de interesses ou como um traço costumeiro de subordinação. Há variações regionais e diferentes significados pessoais e locais

compadre. Geralmente os compadres eram pessoas amigas. Isto significava proteção para o caboclo, principalmente.” p. 94.

²⁷ Entrevista com João Melo, em anexo.

²⁸ Importante discussão sobre o batizado caboclo do Contestado encontramos em Monteiro, Duglas T. *Op. Cit.*, pp. 59-75. Porém, discordo deste autor quando afirma que o duplo batismo representa uma crise no compadrio interclasses, abrindo a brecha para a rejeição do batismo eclesiástico e a oposição à ordem social vigente. O duplo batismo foi uma prática generalizada no planalto serrano, antes e depois da guerra sertaneja, era uma modalidade tradicional também praticada por grandes fazendeiros, difícil de se caracterizar como um fenômeno que possibilitasse tal ruptura.

para este tipo de relação que a coloca como um campo aberto à investigação.²⁹ Podemos considerar apenas que as relações de compadrio eram e são ainda muito fortes no planalto, tanto na modalidade horizontal, como na vertical, freqüentemente nas duas ao mesmo tempo.

O fato do planalto ser uma região de fronteira, no sentido de ser a vanguarda de um processo específico de apropriação e colonização de terras, deu oportunidade para o estabelecimento, a partir de 1870, de uma importante camada social de pequenos e médios lavradores independentes, normalmente posseiros (mas muitos com posses legitimadas), principalmente nas regiões de matas e capoeiras do planalto médio e norte, nos vales dos rios Marombas, Taquaruçú, Paciência, Canoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçu, região do oeste e norte do município de Curitiba. Estes lavradores, provenientes tanto do Paraná como do Rio Grande, aproveitavam os excedentes de suas lavouras e criações para vender víveres aos tropeiros em trânsito, praticavam a criação de suínos em encerras dentro dos pinheirais (que eram alimentados com espigas de milho no verão e engordados pelos próprios pinhões que caíam no inverno). Mais ao norte, nos vales dos rios Canoinhas e Paciência, e à oeste, em Campos Novos, também colhiam as folhas de erva-mate de ervais nativos e devolutos, para o beneficiamento doméstico e venda à representantes de casas comerciais do litoral. Indiretamente a coleta e beneficiamento da erva-mate produzida no planalto catarinense, em regiões mais próximas ao rio Uruguai, estava associada à economia das tropas de mulas, de forma semelhante ao que ocorria no

²⁹ Esta advertência contra a simplificação no estudo das relações de compadrio é colocada por Arantes Neto, Antônio Augusto. *A Sagrada Família: uma análise estrutural do compadrio*. Campinas:

planalto gaúcho:

*"O sistema biriva consistia num ciclo que podemos resumir na fórmula : erva-mula-capital. A erva-mate fabricada no próprio erval ou em local próximo. Quando pronta era acondicionada em surrões (grandes bolsas de couro) e transportada até a fronteira sul em cargueiros ou em carretas ... Nas praças comerciais da fronteira a erva era negociada por mulas. As mulas adquiridas ficavam "estocadas" em alguma estância da campanha até que o número de animais fosse suficiente para compensar ser conduzido aos centros consumidores. Enquanto isto, o ervateiro-tropeiro continuava fabricando erva para poder adquirir mais mulas. Uma vez reunido o número suficiente de animais para compor uma tropa, essa era encaminhada à Província de São Paulo onde era vendida."*³⁰

Em Santa Catarina, a colheita e beneficiamento da erva-mate era geralmente realizada por posseiros e sitiantes independentes, que vendiam sua produção a tropeiros, fazendeiros e comerciantes estabelecidos em vendas no interior. Toda a erva produzida no planalto sul (vale do rio Uruguai e seus afluentes Pelotas, Canoas, Peixe e Chapecó) escoava para o Rio Grande do Sul, ligada ao comércio da mula acima citado. A erva do planalto norte (vales dos rios Negro e Iguaçu e seus afluentes Negrinho, Canoínhas, Paciência e Timbó) era exportada, via litoral, pelos portos de Paranaguá ou São Francisco.

A ocupação destas regiões dava-se pela formação de extensos bairros rurais, acompanhando os vales dos rios, e também, desde cedo, pela formação de pequenos povoados que se tornaram futuras sedes de distritos ou até de municípios.³¹ Estes

Cadernos do IFCH/UNICAMP, nº 5, 1975, p. 10.

³⁰ d'Ávila, Ney E. *Op. Cit.*, p.41.

³¹ Por possuir uma mesma origem demográfica e semelhante disposição física e social, entre os moradores dos vales ao norte do planalto catarinense e os sitiantes e posseiros do interior do município de Bofete, emprego o conceito de *bairro rural* elaborado por Antônio Cândido de Mello e Souza, onde o bairro "é a estrutura fundamental da sociabilidade caipira, consistindo no agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas. As habitações podem estar próximas umas das outras, sugerindo por vezes um esboço de povoado ralo; e podem estar de tal modo

povoados formavam-se em torno de vendas, na confluência de rios e encruzilhada de estradas. Porém, o povoado de São Sebastião da Boa Vista, na região de Perdizes, teve uma forma muito peculiar de formação. Em 1892, o povoado de São Sebastião nasceu como resultado da doação do terreno ao Santo:

“Escritura particular de bens de raiz de doação de promessa que fazem Antônio Simão dos Santos e Balbina Ferreira de Almeida Maciel, para uma freguesia, a São Sebastião, como abaixo se declara: Dizemos nós Antônio Simão dos Santos e Balbina Ferreira de Almeida Maciel, que somos senhores e possuidores de uns terrenos de campos e matos, no lugar denominado ‘São João’, deste termo, na fazenda das Perdizes, na estrada que desta” [Vila de Curitibaanos]”vai ter ao Porto da União da Vitória, que obtivemos por herança materna e paterna, por falecimento de dona Maria Joaquina de Almeida e o Ten. Antônio Ferreira Maciel, e hoje medida a nosso requerimento, só faltando solicitação de título, de cujos terrenos demos da nossa livre e espontânea vontade, por promessa que fizemos, um pedaço de terreno constante de trinta alqueires de chão para ali ser colocada uma Igreja e uma freguesia à São Sebastião, ficando este Santo o padroeiro daquele lugar e, como de fato desde esta data fazemos entrega do dito terreno e nomeamos como procuradores o cidadão Manoel Alves de Assumpção Rocha e o Ten. Alexandre Ferreira de Souza para qualquer deles receberem o dito terreno e fazerem construir uma Igreja e darem os necessários planos, no modo de que devem ser feitos os arruamentos, das casas que ali devam ser colocadas para a formação da freguesia e determinarem como melhor lhe parecer...”³²

A freguesia foi efetivamente formada por Manoel Alves de Assumpção Rocha e Alexandre Ferreira de Souza. Este último era também chamado de *Xandoca*, era Tenente da Guarda Nacional, foi subdelegado de polícia quando se criou o Distrito de São Sebastião e era filho de Theodoro Ferreira de Souza, fundador e primeiro mandatário do município de Curitibaanos. Manoel Alves, membro de uma grande parentela, era lavrador na região e foi acusado mais tarde de ser proclamado o

afastadas que o observador muitas vezes não discerne, nas casas isoladas que topa a certos intervalos, a unidade que as congrega.” Os Parceiros do Rio Bonito : Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 3ª ed. São Paulo : Duas Cidades, 1975, p. 62.

³² Livro de atas e registros do Cartório de Curitibaanos, nº 5, caixa A5, MTJSC

“Imperador Sul-brasileiro”, por um documento forjado. Manoel casou-se com Rita Ferreira de Souza, irmã de *Xandoca*.³³ Ambos aderiram com entusiasmo a vida nos redutos, levando consigo quase toda a população de São Sebastião da Boa Vista. A Igreja foi construída e dentro dela colocada uma imagem em tamanho natural de São Sebastião. Esta imagem do Santo circulou pelas Igrejas das “Cidades Santas” de Taquaruçú, Caraguatá, Bom Sossego, Caçador Grande, Santa Maria, São Miguel e Tamanduá. Em Perdizes, neste Distrito, durante a década de 1870, fixou-se Eusébio Ferreira dos Santos (futuro líder “fanático”, avô da “Virgem” Teodora e dos “Meninos-Deus” Manoel e Joaquim) e sua extensa família.

O povoado de São Sebastião da Boa Vista, também chamado São Sebastião das Perdizes, ficava numa região estrategicamente colocada. Era o ponto central do entroncamento de vários carreiros de mulas provenientes de Curitiba, do Espinilho, de Campos Novos e dirigiam-se aos vales do Timbó e Paciência, a Canoínhas, aos campos de São João e a União da Vitória. Perdizes fica próxima da Serra da Esperança, o divisor de águas entre as bacias do Iguaçu e Uruguai, no centro do planalto, estava, igualmente, a pouca distância do vale do Rio do Peixe, também chamada de “Costa da linha”, depois de construída a Estrada de Ferro. Além de centro geográfico, a povoação de Perdizes passou a ser o centro cultural do planalto. Apesar do tamanho acanhado de seu povoado central, avaliado em 1913 em 18 casas, uma Igreja e algumas vendas, o povoado ficava no entroncamento de estradas que

³³ Inventário e partilha de bens de Gregória Ferreira de Souza (mãe de Rita e Xandoca). 1900. MJSC, caixa A2. Manoel herdou metade da fazenda do Tigre, em São João, que pertencia a sua sogra.

serviam a bairros rurais muito povoados.³⁴ Todo mês de Janeiro havia a festa ao Santo padroeiro da vila que reunia habitantes que moravam em até 10 léguas de raio da povoação.³⁵

Na segunda metade do século XIX houve também a chegada de imigrantes alemães ao Planalto. Eram provenientes das colônias de Rio Negro, no planalto paranaense, e de Blumenau e Joinville, em Santa Catarina. Este deslocamento foi de famílias e indivíduos avulsos, de pequeno número. Não vinham como colonos para pequenas propriedades, como ocorria no vale do Itajaí. Alguns estabeleceram-se como comerciantes nas vilas (como a família de Henrique Weber, que teve uma filha casada com o futuro chefe “fanático” Chico Ventura), outros se transformaram em grandes fazendeiros em Curitibanos (como os Goeten, Granemann, Hau, Driessen e Rauhen) e um grupo razoável misturou-se à população cabocla (como as famílias Carlin, Scheffer, Grobbe e Jungles) engrossando a camada de lavradores independentes nos vales ao norte de Curitibanos³⁶. Os alemães do planalto se transformaram em criadores ou lavradores, reforçando o perfil social anteriormente existente na região.

No planalto norte catarinense, em Canoínhas e Colônia Vieira, e nas regiões administradas pelo Paraná, como Valões, Três Barras e Colônia Lucena, é marcante a presença de imigrantes poloneses, ucranianos e alemães a partir da década de 1890. Grande número destes ficaram estabelecidos em pequenas propriedades de colônias

³⁴ As dimensões de São Sebastião das Perdizes são informadas em Lemos, Alfredo O, *Op. Cit.*, p. 26.

³⁵ Peixoto, Demerval. *Op. Cit.*, vol. 3, p. 48.

³⁶ Conta Manoel Jungles que seu avô era um alemão que, saindo da colônia de Joinville, subiu a serra em direção aos campos da Estiva (hoje Papanduva), casou com uma bugra e estabeleceu-se como lavrador nesta região. Entrevista com Manoel Jungles, em anexo.

oficiais e particulares e muitos dedicaram-se ao comércio e aos ofícios urbanos destas vilas.

A Ocupação do Solo

Do ponto de vista legal, até 1822 o domínio do solo era conferido pelo título de sesmária, concedido pela Coroa e pelos governadores das Províncias. Entre 1822 e 1850 há um vácuo legislativo que só começará a ser regulamentado a partir da Lei de Terras de 1850, que previa a separação das terras públicas e particulares e estabelecia que o único título de propriedade que valeria, a partir de então, seria através da compra da terra. Mas esta mesma Lei previa um prazo para legitimação tanto das antigas sesmarias, como das posses mansas e pacíficas ocorridas até aquela data.

Uma nova Lei de Terras de 1854 ampliava o prazo para legitimação de posses, o que acabou por tornar-se uma verdadeira "indústria" na época. Muitas pessoas que dispunham de uma posição privilegiada nos diversos escalões do Estado, principalmente tabeliães, agrimensores, advogados e os próprios grandes fazendeiros, passaram a legitimar como suas regiões que pouco ou nada conheciam, mas que por sua situação geográfica, seriam terras valorizadas rapidamente, independentemente de quem as de fato habitavam e cultivavam.

Na região serrana, a apropriação privada das terras teve início com o estabelecimento das primeiras fazendas, em meados do séc. XVIII, quando muitos particulares já possuíam títulos de sesmária expedidos pelo governador de São Paulo. As áreas variavam de 5.000 a 20.000 hectares, reproduzindo no planalto serrano o mesmo padrão latifundiário dominante no Brasil. Desde cedo, muitos campos naturais foram ocupados por alguns grandes fazendeiros de Lages e Curitiba.

Algumas fazendas eram possuídas em condomínio. Em Curitiba, a fazenda do Paiol, da Forquilha, dos Cabaçais de Baixo, dos Cabaçais de Cima, a fazenda Guarda-Mor e o Campo do Retiro. Nestas pastagens, os tropeiros que provinham do sul tinham que pagar aluguel pelo pouso do gado em trânsito. As fazendas em condomínio começaram a ser partilhadas definitivamente por seus proprietários a partir de 1890, mas mesmo em 1920 ainda aconteciam estas partilhas.³⁷

As primeiras áreas oficialmente ocupadas foram as pastagens naturais, consideradas mais valiosas e mais importantes para a criação de gado. Os matos, capoeiras e faxinais (campos "sujos", com muitas árvores e arbustos, onde no verão há alta incidência de carrapatos, berne e outros insetos prejudiciais ao rebanho) foram ocupados por pequenos posseiros independentes que, em maior ou menor número, também viviam na região. Estes posseiros "produziam campos" derrubando a mata nativa e limpando faxinais para obter pastagens para suas pequenas criações ou terras para suas lavouras de subsistência.³⁸ Com muita frequência eram alvo da grilagem dos grandes fazendeiros, principalmente depois que conseguiam produzir novas pastagens. Mas mesmo os grandes fazendeiros também procuravam açambarcar faxinais e matas, porque no inverno, quando as pastagens são queimadas pelas geadas, o gado faminto procura abrigo e pasto nestas terras.

Apesar de ser uma ocupação de fronteira, esta camada social de pequenos sitiantes e posseiros era relativamente fixa. A proximidade de ervais nativos e a

³⁷ A fazenda Guarda-Mor, em Curitiba teve divisão amigável entre os proprietários Simpliciano Rodrigues de Almeida e Manoel Pedro Carneiro em 1916. AFJC, pacote 19.

³⁸ "A terra de campo era muito cara, mas eu comprei muitas terras de faxinal e de mato por 50 mil réis o alqueire. O campo era o que valia, como eu não podia comprar campo, limpava os faxinais e derrubava os matos para fazer campo..." Entrevista com Graciliano Alves dos Santos, em anexo.

intensificação da produção de campos, eram medidas que contribuíam para uma maior sedentarização destes sertanejos.

As melhores terras, no caso as pastagens, do planalto central a noroeste da Vila de Curitibanos, passaram a ser ocupadas a partir de 1870, com a formação das fazendas "Liberata", "Butiá Verde" e o "Campo da Dúvida", além da formação do pequeno povoado ao longo do rio Taquaruçu, afluente do Marombas. Nas matas ao redor crescia uma população de pequenos sitiantes independentes.³⁹ O campesinato do planalto catarinense era formado, nitidamente, por uma camada de posseiros e sitiantes independentes ao norte e ao centro e de agregados no centro e sul.⁴⁰ A precarização ao acesso a terra é crescente aos núcleos do norte e centro, devido ao crescimento da atividade de grilagem dos criadores sobre os lavradores e à atuação da *Brazil Railway* e da *Lumber Company*.⁴¹

Um novo período de especulação em cima da legitimação de terras abriu-se com a instauração do regime republicano. Seguindo uma tendência descentralizadora, a Constituição de 1891 passou do governo central aos Estados as terras devolutas e a prerrogativa de legislar-se sobre terras e colonização.⁴² Esta mudança institucional coincidiu com o aumento da ocupação territorial do planalto, principalmente nas regiões de Curitibanos e Canoínhas.

³⁹ Burke, Thomas J. *Fraiburgo : Do machado ao computador*. Fraiburgo : UnC/ Pref. Municipal, 1995, p. 9.

⁴⁰ Emprego aqui o conceito de camponeses como trabalhadores familiares, com algum acesso à terra, mesmo que precário, em condição de agregado à grande fazenda. Procuro considerar o campesinato como uma classe social em formação nesta região e neste período. Uma classe que encontra possibilidades de reprodução dentro do capitalismo, conforme concepção defendida por Maria de Nazareth B. Wanderley em *O Camponês : Um trabalhador para o capital*. Campinas : IFCH/UNICAMP. Texto para discussão n° 2, 1981.

⁴¹ No Capítulo 2 temos um quadro mais preciso da atuação destas empresas na região.

Muitos conflitos ocorreram entre grandes criadores e pequenos lavradores. Nas primeiras décadas do séc. XX as fazendas de criação não possuíam cercamento, o que fazia com que, periodicamente, principalmente no inverno quando as pastagens não crescem, o gado adentrava pelos matos e faxinais e acabava por destruir lavouras de pequenos posseiros. Em Lages, este conflito era mais presente nas regiões próximas a São José do Cerrito, onde havia contato em vastas áreas entre as fazendas de criação e as lavouras de pequenos sitiantes. O Conselho Municipal de Lages votou, em 1904, uma Lei Agrária que estabelecia como terras de cultura as matas situadas à margem dos campos de criar, até 6 Km para o interior:

*“Esta Lei motivou, na sua execução, não pequenas dívidas entre lavradores e criadores, residentes no Cerrito, porque se aqueles estabeleciam roças abertas no interior das matas, estes deixavam o gado à solta, sob o fundamento de que eram consideradas terras para criar as que achavam-se situadas à margem das mesmas matas. A consequência era a invasão inevitável do gado pela mata e os danos e devastações das culturas, com grave prejuízo para o lavrador, reduzido a fazer uma diminuta colheita, senão ao prejuízo total naquele ano.”*⁴³

Estes acontecimentos revelam a prepotência dos criadores sobre os lavradores, já que só os primeiros tinham representação política no Conselho Municipal. Fica evidente, também, o baixo nível técnico da pecuária, com falta de cultivo de forrageiras para a estação invernososa, falta de cercamento, enfim, uma forma de criação completamente extensiva. A pecuária lageana necessitava desta longa margem de matas para o abrigo do gado no inverno, que só não morria de fome

⁴² No Capítulo 2 analisamos a questão de terras e a legislação estadual no início do período republicano.

⁴³ Lei Municipal nº 114, de 8/01/1904. Estes comentários estão no jornal “Região Serrana”, Lages, 23/02/1913, p. 2. MTC.

por encontrar pequenas pastagens em clareiras da floresta. Em 1912, a margem de matas à disposição dos criadores foi reduzida a 3 km, o que, na prática, nunca foi fiscalizado pelo governo municipal. De qualquer maneira, o fato deste conflito reclamar pelo menos uma legislação por parte da Câmara Municipal revela certa força política e legitimidade social por parte dos pequenos lavradores. Muitos lavradores do Cerrito acabaram migrando para vales mais ao norte, onde as matas eram muitas e os campos e o poder dos Coronéis, mais escassos. Otávio Guilherme Velho, discutindo as especificidades da formação de um campesinato marginal, restrito às regiões de fronteira no Brasil aponta que “a tensão provocada pela existência física de terras livres não podia ser simplesmente eliminada pelo sistema de repressão da força de trabalho.”⁴⁴

Os conflitos entre lavradores e criadores também ocorriam mais ao norte, em Curitiba, onde havia uma fronteira de expansão do povoamento e os campos naturais eram de dimensão mais reduzida. Neste período, por relato do Capitão José Vieira da Rosa, responsável pela “Carta Itinerária de Santa Catarina” e pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Populações Nacionais, os campos de Curitiba concentravam-se, principalmente no sul e centro do município. Ao norte, nordeste e noroeste era predominante a presença de matas e faxinais, com campos naturais aparecendo em menores dimensões na Guarda Mor, Cadeia, Estância Velha, Roseira, Cabaças, Campo da Dúvida, Caapiá, Campina Velha, Faxinal das Águas, Butiá Verde, Trombudo, Barra, Ilhas, Campo Areião, Campo Alto, Perdizinhas,

⁴⁴ Velho, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Col. Corpo e Alma do Brasil, São Paulo: DIFEL, 1976, p.139.

Perdizes, Cachoeirinha e outros.⁴⁵

Normalmente a expulsão de posseiros ocorria à revelia da justiça e dos órgãos oficiais do Estado. Eram disputas que se resolviam no âmbito privado, à força. Porém, curiosamente, podemos encontrar no Livro de Atas e Registros do Cartório de Curitiba, em 1883, uma "escritura particular de desistência", com a seguinte redação:

*"Lançamento de uma escritura particular de desistência que me deu para lançar Estácio Borges da Silva Mattos, cujo teor é o seguinte: Declaramos nós abaixo-assinados - Manoel Pires Cordeiro e minha mulher Ana Maria Alves, que tendo construído uma pequena casa onde temos residido, perto de um ano, no lugar denominado Monte Alegre, deste termo, por termos perto desta morada comprado umas capoeiras à José Maria Leite Prado, fomos chamados a juízo conciliatório nesta Vila por Francisco Zefferino de Mattos e sua mulher, para abrirmos mão destas terras onde temos nossa casa, porque pertence a posse a eles e outros, e não a capoeira comprada por nós; a cuja conciliação não comparecemos e como hoje estamos informados e bem certos do direito do mesmo senhor Mattos e sua mulher e outros, aos terrenos onde temos nossa casa por fazer parte dos em que eles têm sua posse, mansa, pacífica, habitada há muitos anos, desistimos por isso desses terrenos por reconhecermos ser deles e prometemos nunca mais os perturbar, por nós e nossos herdeiros...."*⁴⁶

É interessante observar que a escritura particular acima citada não prevê qualquer forma de indenização pela casa e pelas benfeitorias realizadas por Manoel e Ana Maria, o que seria legalmente previsto nesta situação. O não comparecimento do casal de posseiros (certamente pobres, pois só conseguiram adquirir uma capoeira, terreno "sujo" de pouco valor) na audiência de conciliação e a declaração posterior apresentada pelo interessado com terceiros assinando pelos posseiros (sem que isto

⁴⁵ "Curitiba tem maior extensão de matas do que de campos" Rosa, Gen. José Vieira "Santa Catarina", vol. 1, *Enciclopédia do Almirante Carlos da Silva Carneiro*, Tomo n. 33, p. 79. Setor Obras Raras, Biblioteca Central da UFSC.

⁴⁶ Livro 3 A, Caixa A 5, MJC. Optamos por atualizar a ortografia do documento.

tenha sido feito na presença do titular do cartório) sugere que estamos diante de um ato de legitimação forçada da expulsão de sitiantes por um “posseiro absenteísta”, Francisco Zeferino, que era irmão do seu procurador Estácio. É necessário colocar que a localidade de Monte Alegre ficava a apenas duas léguas da Vila de Curitiba, e exatamente na estrada de tropas que ligava esta vila à Blumenau, local de intenso movimento de cargueiros onde dificilmente a presença de um posseiro seria ignorada.

Estácio Borges da Silva Mattos, citado na escritura acima, natural de Laguna, foi tabelião e promotor público em Curitiba, como advogado leigo, foi formando seu patrimônio até transformar-se em grande proprietário de terras, era responsável pelos inventários de herança de muitas pessoas da Vila, membro do Partido Conservador, foi Deputado Provincial na Legislatura de 1885.⁴⁷ Estácio foi assassinado em 1891, acredita-se, por adversários políticos. A família Alves Cordeiro deu origem a uma grande parentela de pequenos sitiantes, posseiros e agregados em Curitiba.

Alguns autores tentam argumentar a “naturalidade” das grandes propriedades numa região onde a economia predominante é a pecuária extensiva, afirmando que a baixa fertilidade do solo e a pequena produtividade da raça bovina existente implicou, necessariamente, numa apropriação de grandes extensões de terras para que tal atividade fosse economicamente viável.⁴⁸ Pelo contrário, a forma e a extensão das terras apropriadas devia-se muito mais às condições sociais, históricas e políticas, ao

⁴⁷ Piazza, Walter F.(org.) *Dicionário Político Catarinense*. 2ª ed. Florianópolis : Ass. Legisl. SC. 1994, p. 444

⁴⁸ Oswaldo Cabral afirma que, para a pecuária, era “essencial a existência do latifúndio”. *A Campanha do Contestado*. 2ª ed. Florianópolis : Ed. Lunardelli. Revisada. 1979, p. 78.

padrão senhorial de ocupação vigente (não apenas) naquele período, onde a grande fazenda representa a possibilidade do acúmulo de riquezas e do exercício e afirmação de poder político sobre a vizinhança e a comunidade local, e muitas vezes sua projeção regional.

A pecuária desenvolveu-se, também, como atividade econômica, associada à lavoura de subsistência em pequenas explorações de terra, nos faxinais e demais "terrenos sujos" do planalto. A pecuária sempre foi praticada em pequena escala pelo posseiro e pequeno sitiante em diferentes regiões do planalto catarinense.

Diferenciação Social

Durante o séc. XIX, com o crescimento do comércio e das atividades associadas à pecuária, podemos verificar um gradativo processo de diferenciação social entre sitiantes e fazendeiros no planalto serrano catarinense. Além da concentração da propriedade sobre as terras, o crescimento do número de escravos em mãos de poucos proprietários é um importante sinal deste processo.⁴⁹ Mas mesmo assim, pelo menos até o final do séc. XIX, as condições materiais de vida dos grandes fazendeiros e pequenos sitiantes eram muito semelhantes. O viajante alemão Robert Avé-Lallemend, que percorreu a região em 1858, relata sobre a extrema pobreza e grande simplicidade das residências dos fazendeiros de Lages, cuja vila não passava de um pequeno amontoado de 40 casas.⁵⁰ Porém, a pobreza da vila não revela necessariamente a situação econômica dos particulares.

⁴⁹ Uma importante análise sobre o grande número de escravos concentrados nas mãos de poucos proprietários é feita por Gilberto Machado em *As alforrias a partir da Análise dos Processos de Inventário da Comarca de Lages no período 1840-1888*. Trabalho de conclusão de curso, Depto. de História/CFH, UFSC, fevereiro 1999.

Este viajante estava comparando Lages com as cidades do litoral, mais antigas e sofisticadas, com Igrejas adornadas, com pelo menos uma elite letrada. Em Lages, o analfabetismo era grande mesmo entre os criadores. No entanto, não podemos chamá-los de pobres. Avalia-se, em 1883, que o município possuía um rebanho de 300 mil cabeças de gado, sendo 60 mil vendidas anualmente.⁵¹ Nas duas últimas décadas do séc. XIX a elite pecuarista lageana procurou modernizar a cidade, mandando seus filhos estudarem no Rio Grande do Sul, no Colégio dos Jesuítas de São Leopoldo, fundando jornais, teatro, etc., procurando copiar os costumes das grandes cidades.

A vila de Curitibanos, na década de 1890, só possuía uma olaria, uma ferraria, uma carpintaria e algumas casas de negócio, como as vendas de Francisco Albuquerque, Joaquim Antônio Lima, Cyriaco Ferreira de Castro e de Henrique Weber. Estas casas de negócio eram locais de múltiplas operações, ali se vendiam mercadorias provenientes do litoral (ferramentas, armas, remédios, tecidos e aguardente), se emprestava a prazo e se compravam artigos de pequena lavoura (feijão, fumo, milho e porcos). Com freqüência, eram locais de jogo de cartas e de confraternização entre moradores locais e tropeiros.⁵²

A vila possuía muitas casas de fazendeiros que moravam em suas terras no interior do município e que só mudavam-se para a cidade no inverno mais rigoroso ou em ocasiões especiais como festas (de São Sebastião, do Divino e Bom Jesus),

⁵⁰ *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. São Paulo, Belo Horizonte : Ed. USP, Ed. Itatiaia. 1980.p. 88

⁵¹ Dados provenientes de relatórios municipais estão citados em Boppré, Maria Regina. *Eleições Diretas e primórdios do Coronelismo Catarinense (1881-1889)*. Florianópolis : Secret. de Estado da Admin. 1989, p. 118.

⁵² O Município de Curitibanos desmembrou-se de Lages em 1869, Campos Novos desmembrou-se de Curitibanos em 1885.

eleições ou reuniões do Tribunal do Júri, eventos que freqüentemente ocorriam ao mesmo tempo. Mesmo Juizes de Direito, Delegados e Promotores da recém criada comarca de Curitibanos passavam a maior parte do tempo em suas fazendas do que na Vila.

Grande número de pessoas da Vila e do interior do município eram ligadas às atividades de tropeirismo. Era prática comum, durante o séc. XIX, a condução de tropas para o norte, que vai, aos poucos, sendo substituída pela ligação com o litoral a leste. A principal ligação de Curitibanos (que recebia tropas provenientes de Lages e Campos Novos) era com Blumenau, descendo o vale do Itajaí por Pouso Redondo e Rio do Sul. Vários tropeiros eram grandes criadores que, com seus próprios peões, conduziam suas rezes para venda ou abate. Outros tropeiros eram assalariados, trabalhavam como "camaradas" de vendas e casas comerciais. Desciam a serra tropeando porcos, rezes, levando rolos de fumo e couro, subiam de volta trazendo ferramentas, açúcar, farinha, tecidos, sal e outras mercadorias. Para os que trabalhavam como camaradas, a atividade de tropeiro poderia representar uma oportunidade de ascensão social. Havia a possibilidade de se poupar alguns mil-réis para adquirir um lote numa capoeira ou num faxinal e, com alguma sorte, não sendo desafeto do Chefe de Polícia e sendo amigo do Coronel dominante, poderia montar uma venda em alguma encruzilhada.⁵³

No planalto catarinense, as mulheres freqüentemente ocupavam uma posição de destaque na direção dos sítios e fazendas, tendo em vista as contínuas ausências de seus maridos, envolvidos no tropeirismo, muito semelhante a situação das mulheres

da campanha gaúcha.⁵⁴

No distrito de Santa Cecília do Rio Correntes, vários *vaqueanos* alugavam seus serviços para acompanhar as tropas na perigosa descida da serra, para prevenir o ataque de bugres que atuavam intensamente na região. Estes *vaqueanos* seguiam à frente e pelos flancos da tropa para surpreender bugres “na espera”. Nos ataques às tropas, raramente os bugres roubavam as mercadorias, geralmente espalhavam toda a farinha e açúcar pelo chão, levavam apenas os sacos de tecido e as fivelas e alças de metal. João Ventura relata que seu pai Chico Ventura, além de possuir uma fazenda em Taquaruçu, tropeava gado serra-abaiixo: “Quando o pai puxava gado para Blumenau, Gaspar e Itajaí, ele levava um negro velho, o Mariano, que se entendia com os bugres. Então ele mandava o Mariano falar com os bugres que se eles não mexessem com a nossa tropa, a gente não ia mexer com eles. Isto funcionava.”⁵⁵

O tropeirismo criava um ambiente de permanente ligação do planalto com outras regiões. A população do planalto não vivia em isolamento num sertão distante, estava ligada por laços de trabalho, parentesco e solidariedade a outras comunidades mais distantes, e era freqüentemente informada dos últimos eventos políticos das províncias vizinhas. Muitas famílias se espalharam estrategicamente por várias localidades para possuir pontos de apoio, pouso, descanso e retaguarda para a complexa atividade do tropeirismo. Um tropeiro deveria possuir, em qualquer localidade que chegasse, cavalos para troca, um prato de comida e uma cama para

⁵³ Entrevistas com Avelino Correia e Graciliano Alves, em anexo.

⁵⁴ Pinto, Celi Regina Jardim. *Mulher e educação na sociedade rio-grandense da República Velha*. Porto Alegre : UFRGS/INEP, 1987, p. 8 . Pedro, Joana Maria . “Mulheres do Sul” IN Del Priore, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo : Contexto, 2000, p. 280.

⁵⁵ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

repouso. Com freqüência, os tropeiros possuíam parentes e compadres pela longa extensão das diferentes variantes dos caminhos de tropas. A família Paes de Farias, por exemplo, era uma extensa parentela que se estendia da região das Missões gaúchas até o planalto catarinense. O primeiro registro que conseguimos desta família, de 1848, é de um processo de demarcação de terras de posse, na localidade de Mato dos Índios, próxima à vila de Lages, requerido por Henrique Paes de Farias, alegando que já morava e cultivava estas terras "*há anos*".⁵⁶

De Lages, parte da família seguiu para Curitiba, foram os filhos Domingos, Francisco e Generoso Paes de Farias. Consta que Generoso Paes de Farias já vivia em Curitiba desde a década de 1850. Até 1888, Generoso, casado com Maria Antônia de Almeida, era um pequeno sitiante possuindo 1 besta, 4 éguas, 4 vacas, 12 porcos, algumas galinhas, uma casa coberta de tabuinhas na vila, um corte de terras de lavrar de matos e capoeiras de 15 alqueires (era uma pequena propriedade com 36,3 ha) com um paiol velho na localidade de "Passinho", no termo de Curitiba. Certamente era muito pouco para quem já possuía mais de 50 anos e 9 filhos.⁵⁷

Domingos Paes de Farias foi, durante muitos anos, carcereiro da cadeia pública de Curitiba e oficial de justiça. Francisco Paes de Farias possuía terras na região de Rio Correntes e deixou larga descendência (Francisco Filho, Maria Balbina, Miguel, Messias, Claro e outros). Por uma briga originada como fruto de

⁵⁶ Autos de Medição e Demarcação de Terras, autor Henrique Paes de Farias. Lages, 1848. MTJSC, Lages caixa A. O lote medido possuía 1.000 braças de frente por 1.500 de fundos, ou seja, um lote de 726 ha, considerado de média dimensão para a região de Lages.

⁵⁷ Arrolamento de bens e Inventário de Maria Antônia de Almeida, Curitiba, 1888. MTJSC, caixa 06.13.

desentendimento num jogo de cartas, em 1887, ficamos sabendo que Claro Paes de Farias, morador de Santo Tomé das Missões, no Rio Grande do Sul, visitava com frequência seus primos e irmãos em Curitiba. Claro era tropeiro e irmão de Francisco Paes de Farias Filho, ambos casaram com filhas do comerciante Henrique Weber, em cuja venda ocorreu a briga entre Claro e David Pacheco dos Santos.⁵⁸ Uma irmã destes dois casou-se com o jovem Praxedes Gomes Damasceno, que já era seu primo por parte de mãe.⁵⁹ Estas famílias, que mais tarde aderiram à “Santa Religião”, já possuíam uma longa ligação por laços diretos de parentesco.⁶⁰

No planalto era uma prática comum a realização dos casamentos num circuito restrito, entre duas ou três famílias distintas, como ocorria entre os Paes de Farias, os Damasceno e os Weber. Certamente esta prática cimentava e reproduzia antigas alianças locais, além de garantir a manutenção do patrimônio dentro dos respectivos âmbitos familiares. Porém, é necessário ressaltar que esta sociedade não era endogâmica, a situação de fronteira possibilitava uma maior fluidez dos laços de parentesco e a existência do caminho das tropas multiplicava os contatos sociais, o que ampliava as possibilidades de matrimônio.⁶¹

⁵⁸ Processo-crime por lesões corporais, réu : Claro Paes de Farias, Curitiba, 1887. MTJSC, caixa 06.07.

⁵⁹ Estes intrincados laços de parentesco estão claramente expostos no Processo-crime por homicídio de Miguel Paes de Farias, réu : Antônio Lourenço de Góes, Curitiba, 1888, MTJSC, caixa 06.07.

⁶⁰ Nestes processos antigos de Curitiba, procurei avaliar relações de poder e laços de parentesco, seguindo partes disponíveis das histórias vividas por indivíduos que foram destacados líderes do movimento “fanático”, algo semelhante ao que Laurence Stone define como uma prosopografia. Utilizo estes estudos biográficos como um recurso de micro-história que procura, como afirma Ginzburg, também “indagar as estruturas invisíveis dentro das quais aquele vivido se articula.” “O nome e o como : troca desigual e mercado historiográfico.” IN Ginzburg, Carlo; Castelnovo, Enrico; Poni, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino. São Paulo : Difel, 1989, p. 176.

⁶¹ Analisando os inventários a que tive acesso, não foi possível identificar grande frequência de casamentos entre primos e tios-sobrinhas, como Ellen Woortmann encontra em comunidades camponesas do sul e nordeste do Brasil. De qualquer maneira concordo com esta autora que o estudo

No início do séc. XX, em Curitiba, os vínculos de subordinação entre os fazendeiros e seus peões e agregados não eram tão fortes como em Lages. A própria situação de fronteira, que caracterizava a região, era uma possibilidade aberta ao peão ou agregado em buscar independência no mato, apossando-se, como muitos já haviam feito, de terrenos para lavoura e pequena criação nos vales do norte e oeste do município (nos Distritos de Santa Cecília do Rio Correntes e São Sebastião da Boa Vista). Efetivamente, várias lideranças políticas locais exerciam, em determinados momentos (eleições e conflitos armados) sua liderança e comando, não apenas sobre seus peões e agregados mais próximos, mas sobre posseiros e sitiantes de regiões mais distantes, nas franjas da fronteira agrícola em expansão, nas matas e faxinais do planalto norte. Não são poucos os processos criminais, envolvendo questões de honra onde agregados depõem contra seus patrões, o que não era comum em Lages, onde as principais terras de matas, faxinais e pastagens já estavam ocupadas na segunda metade do séc. XIX.⁶² Esta diferenciação é fundamental e não foi observada por outros pesquisadores que entenderam o poder dos Coronéis do sertão como algo uniforme no planalto catarinense.⁶³ Mais que isto, em muitas regiões dos vales do planalto norte catarinense, moravam sitiantes e posseiros independentes que gozavam

de relações de parentesco é fundamental para conhecermos a estrutura do mundo camponês. Woortmann, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e Compadres : Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília : HUCITEC/EdUNB., 1995.

⁶² Denomino como “questões de honra” um conjunto amplo de atos e transgressões que implicavam sobre a imagem do indivíduo e sua família na comunidade como estupro, adultério, ofensas pessoais, etc.

⁶³ Apenas Douglas Monteiro, quando discute a existência de uma condição niveladora e a autonomia relativa dos agregados no planalto catarinense, registra esta característica específica, mas somente como frouxidão de vínculos econômicos e não, também, como relações sociais de diferente qualidade. Para Douglas, além da independência dos posseiros e sitiantes situados nas glebas mais distantes, “ocorria uma certa frouxidão dos laços especificamente econômicos que vinculavam até mesmo os agregados aos fazendeiros.” *Os Errantes ..Op. Cit.*, p.41

de muito maior autonomia frente aos Coronéis que os agregados e peões de Lages.

Tragédia na família Damasceno

Determinados acontecimentos familiares e judiciais podem ajudar-nos a melhor compreender o funcionamento da sociedade do planalto. Em 1892, a Vila de Curitiba foi sacudida com a notícia de um entrevero ocorrido entre pai e filho, o que resultou na morte do segundo dez dias depois. O pai, Clementino Gomes Damasceno, 56 anos, era casado com Maria Jacinta Balbina Filha, 45 anos, (filha de Francisco Paes de Farias). Clementino ficou sabendo que sua esposa era amante do genro, Antônio Borges da Silva Mattos, e disse ao filho, Messias, 26 anos, que estava indo matar sua mãe. O filho tentou convencer o pai a não praticar este crime. Messias segurou o pai, afirmando que todos os vizinhos (a “voz pública”) já sabiam do caso entre sua mãe e Antônio, que sua mãe já não morava junto a ele, Clementino, e que agora era tarde demais para bancar o valentão. Seguiu-se violenta discussão, onde o pai alvejou o filho com dois tiros, na bacia e na perna, Clementino perdeu a mão direita num golpe de facão desfechado pelo filho. Após a morte de Messias, Clementino é pronunciado como réu por homicídio. Durante seu julgamento, um outro filho, Praxedes Gomes Damasceno, 21 anos, depõe em defesa do pai, afirmando que sua mãe era realmente adúltera, que já havia flagrado os amantes tendo uma relação sexual próximos a um rio.⁶⁴ Foi advogado de defesa de Clementino o Major

⁶⁴ Praxedes e Antônio Borges foram acusados de praticar lesões corporais (surra com pranchas de espada e facão) em Joaquim Elias de Ramos, de Taquaruçú que, segundo os réus, era quem andava falando mal de sua mãe e sogra. Joaquim era agregado de Clementino e, além de espalhar pela comunidade a notícia do adultério sofrido por seu patrão, ousou processar seu filho e seu genro em janeiro de 1892. O Promotor opinou pela improcedência da denúncia de Joaquim pelo fato do denunciante ser considerado mentalmente insano e porque “a única testemunha ocular por ele apresentada ser sua comadre, portanto, parte interessada.” Processo-crime por danos corporais, réus :

Marcos Gonçalves de Farias, líder do Partido Federalista (sucedâneo do Partido Liberal) em Curitiba, então no governo. Clementino foi absolvido por unanimidade de votos do conselho do júri.⁶⁵

Como os dois estavam armados e movidos por violenta emoção, prevaleceu a tese do advogado de defesa, de homicídio provocado por legítima defesa. Maria Jacinta continuou vivendo na Vila, separada do marido, que passou a morar no sítio no interior do município. Praxedes assumiu os negócios da família, principalmente da venda localizada em Passa Três, no Distrito de Santa Cecília do Rio Correntes. Vinte anos depois, Praxedes se transformará num dos primeiros seguidores do Monge José Maria e animador do primeiro ajuntamento de Taquaruçu.

O personagem mais odiado em todo este episódio foi Antônio Borges da Silva Mattos, o genro audaz que acabou indiretamente provocando a morte do cunhado e a condenação moral de seus sogros. Antônio era filho de Estácio Borges da Silva Mattos, antigo promotor público do município, titular do cartório de registros civis e do crime, líder do Partido Conservador durante a década de 1880 e ex-deputado provincial. Como a política tinha suas reviravoltas, Antônio não tinha mais as condições para permanecer impune de seus freqüentes crimes, principalmente dos estupros e espancamentos.

O primeiro percalço de Antônio Borges com a lei foi em 1879 quando, com 19 anos de idade, em um processo-crime por tentativa de estupro da esposa de João

Praxedes Gomes Damasceno e Antônio Borges da Silva Mattos. Curitiba, Janeiro de 1892. MTJSC, caixa 06.01.

⁶⁵ Processo-crime por homicídio, réu Clementino Gomes Damasceno, Curitiba, 1892. MTJSC, caixa 06.01.

Inácio de Ramos, o réu já era citado como quem costumava estuprar mulheres casadas e solteiras pelo sertão afora. O Delegado de Polícia era Generoso do Espírito Santo, do Partido Liberal, adversário político de seu pai Estácio Borges. Em decisão conjunta entre o Juiz, Cassiano Tavares Bastos e o Delegado, ficou Antônio obrigado a assinar um “termo de bem viver”, o que, mesmo não sendo processado, significava na prática uma condenação e uma humilhação pública ao réu.⁶⁶

Em 1886 Antônio Borges respondeu a processo por lesões corporais praticadas em Antônio Joaquim Alves. Consta que ambos estavam assistindo à corrida de cavalos na raia do Subtil, no interior do município, quando, em razão de uma discussão, o réu armado de facão agrediu a vítima, que estava desarmada. Na agressão, Antônio Joaquim perdeu “a parte inferior do beijo”. Serviram de testemunhas contra o réu os irmãos Miguel Paes de Farias e Francisco Paes de Farias Filho.⁶⁷ Mas em 1886 os conservadores estavam no poder, o júri considerou que o réu agira em defesa própria, o que entrava em contradição com os autos do processo.⁶⁸

Nestes dois processos acima citados, notamos que a situação política dominante foi importante para a definição das sentenças. O tribunal do júri era formado a partir do sorteio de uma listagem anual preparada pelo juiz de direito da comarca. Frequentemente ausente por longas licenças e recessos, geralmente o presidente da câmara municipal assumia o cargo como Juiz substituto.

⁶⁶ Processo-crime por tentativa de estupro, réu: Antônio Borges da Silva Mattos. Curitiba, 1879. MTJSC, caixa A1.

⁶⁷ Francisco Paes de Farias Filho, também chamado de Chico Ventura, foi, mais tarde, fiel seguidor do Monge José Maria e migrou com este para o Irani em outubro de 1912. Em novembro de 1913, recebeu a família de Eusébio Ferreira dos Santos, vinda das Perdizes, em Taquaruçú, onde formou-se o 2º reduto do Taquaruçú.

A situação política podia influir de diversas maneiras para interferir em um julgamento. O Delegado de Polícia era nomeado pelo Presidente de Província entre pessoas destacadas do partido situacionista - normalmente era nomeado o nome indicado pelo Partido Republicano local - poderia deixar o inquérito inconcluso, pedindo ao juiz a publicação de editais de comparecimento de testemunhas que jamais apareciam. O corpo de jurados poderia, também, estar sujeito à intimidação, seja por ameaça ou por gratidão aos chefes locais. Outra possibilidade de intervenção política era através do Promotor, que poderia ou não pronunciar o réu, mas uma vez tendo que pronunciá-lo e acusá-lo (alguns crimes eram tão brutais que não poderiam ser escamoteados), o processo ia a julgamento e, havendo uma sentença absurda absolvendo o réu, o Promotor simplesmente poderia decidir em não recorrer da mesma.

Sem dúvida, ser situação política conferia determinadas “licenças” e prerrogativas de força sobre os outros. É razoável supor que as pessoas pobres prejudicadas ou ofendidas por membros da elite municipal, na maior parte das vezes, não recorriam ao judiciário. As opções eram de tentativa de resolver à força a pendência, recorrendo a inimigos ilustres do seu agressor (que poderiam bancar uma luta judicial, ou mais simplesmente, empregar seus capangas para uma desforra). Outra opção era resignar, o que representava uma humilhação pública do ofendido, principalmente se fosse de vítima de crime contra a honra. Uma opção praticada com muita frequência era a mudança de comunidade, mais para o norte e mais para o

⁶⁸ Processo-crime por lesões corporais, réu: Antônio Borges da Silva Mattos, 1886, Curitiba. MTJSC, caixa 06.07.

oeste, longe dos poderes dos Coronéis e Delegados de Polícia. Desta forma, o poder político local se consolidava com o controle quase direto sobre a justiça e o manejo “flexível” da Lei.⁶⁹

A situação de Antônio Borges se complica em 1890, quando, com o auxílio de seu amigo, Generoso de Mello César, estupra uma menina de 11 anos, filha de agricultores agregados, em Taquaruçú. O estupro ocorreu na noite de 26 para 27 de novembro de 1890, próximo à meia noite, quando os réus Antônio Borges e Generoso César arrombaram a porta da casa da vítima. Generoso torceu o braço da bisavó da vítima, uma octogenária, e segurou a mãe, enquanto Antônio estuprava a menina. O pai da menina, que viajava na ocasião, fez queixa à polícia. O Delegado nomeou duas matronas (Anacleta Maria Luiza e Maria Jacinta Balbina, sogra do réu) que, em exame de corpo de delito na menor (não havia médicos na Vila), confirmaram o defloramento com violência. A família da menina era de moradores agregados que viviam “de favor” em uma invernada de Clementino Gomes Damasceno, sogro do réu. Sendo de família pobre, o Promotor Público toma a iniciativa da autoria da acusação, pelo fato da família da vítima não dispor de recursos para contratar advogado.⁷⁰

Na leitura deste processo, conseguimos ver em Taquaruçú, no início da década de 1890, um bairro rural com razoável adensamento demográfico, com moradores de diferentes ocupações e procedências, morando relativamente próximos

⁶⁹ “O coronelismo enredava, numa trama complicada, questões de terra, questões de honra, questões de família e questões políticas”. Martins, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 48.

⁷⁰ Processo-crime por estupro, réus Antônio Borges da Silva Mattos e Generoso de Mello César. Curitiba, 1890. MTJSC, caixa 06.01.

entre si. Há uma moradora com 35 e outra com 22 anos nascidas na localidade, o que revela uma ocupação bem antiga da região. Todas as testemunhas que se apresentam são moradoras daquela localidade : Antônio da Silva, vizinho da vítima, 58 anos, criador e lavrador, natural de São Paulo, afirmou que viu os dois réus tocando gaita em casa de outra pessoa próxima e acredita que Antônio Borges da Silva Mattos deve ter praticado este crime, porque ele faz isto costumeiramente; Alexis Bose, 62 anos, casado, carpinteiro, morador de Taquaruçú, natural da França, disse que na noite do crime foi procurado pela mãe da ofendida, a menina e a bisavó e que acredita que os réus tenham praticado este crime já que, pela “voz pública” todos sabem que Antônio Mattos é praticante destes atos; Maria Celestina, 40 anos, casada, moradora de Taquaruçú, natural de Curitiba, confirma que viu movimentos na casa da vizinha na noite do crime, afirma que a família da ofendida “é pobre, não paupérrima, pois possuem algum gado e alguns porcos”; Maria Lúcia Alves, 35 anos, solteira, natural de Taquaruçú, disse que na noite do ocorrido as três (bisavó, mãe e filha) apareceram em sua casa. Firmina Vicente Ferreira, 22 anos, solteira, natural de Taquaruçú, disse que na noite do crime ouviu vozes e choros na casa da ofendida.

No interrogatório do réu Antônio Borges da Silva Mattos, 28 anos, casado, natural de Lages, negociante (o réu Generoso de Mello César viajou para Palmas) apresenta-se o advogado Miguel Soares de Oliveira Cercal, da Capital, para defendê-lo. Este advogado convoca testemunhas em favor do réu que declaram que Taquaruçú fica no termo de Campos Novos e que, portanto, o julgamento seria nulo na comarca de Curitiba. O rio Taquaruçú era, de fato, o acidente natural que dividia os territórios municipais de Campos Novos e Curitiba. Há prolongada discussão até

chegarem à conclusão que a casa da vítima ficava na margem esquerda do citado rio, portanto no município de Curitiba. Depois disso, a estratégia da defesa foi afirmar que o pai da vítima tinha algumas cabeças de gado e, portanto, não era pobre, o que tornava nulo o processo movido pela Promotoria como autora. O juiz não reconhece este recurso e mantém a autoria da Promotoria no processo. Depois disso, o advogado de defesa chamou algumas testemunhas, nitidamente “preparadas”, para afirmar que a menina de Taquaruçu “já era prostituta”. O réu vai a julgamento e é condenado a 6 anos e 6 meses de prisão celular (pena máxima para estupro). É importante registrar que o julgamento de Antônio Borges ocorreu em 1892, depois do entrevero entre Messias e Clementino.

Apesar de todas as provas contra Antônio, é plausível considerar que ele tenha sido condenado muito mais por praticar adultério com a sogra, do que por ter violentado a menina filha de um agregado pobre. O réu apela ao Supremo Tribunal de Justiça, em Desterro e o mesmo acata em parte seu recurso, manda arrumar o libelo acusatório (onde alega que há problemas formais) e ordena novo julgamento. No novo julgamento, em 1895, é julgado também o réu Generoso de Mello César, que é absolvido.⁷¹ As páginas finais do processo foram rasgadas, não sendo possível saber qual foi o desfecho. Fato importante a salientar é que o pai e protetor de Antônio Borges, Estácio, foi assassinado em 1891. A viúva acusava seus adversários políticos, principalmente Generoso do Espírito Santo, pela morte de Estácio. No

⁷¹ Enquanto era julgado, Generoso de Mello César conseguiu liberdade sob fiança, no valor de 2:000\$000 (oferecendo hipoteca de casa de moradia na Vila), pagos pelo fazendeiro e líder político da região de Santa Cecília do Rio Correntes, Francisco Granemann. Livro de termos de fiança do Cartório do Crime da Comarca de Curitiba. 1882-1895. MTJSC, caixa 06.01.

entanto é importante observar que, independentemente das injunções políticas e desafetos pessoais que possam ter interferido neste processo do último julgamento de Antônio Borges, é importante observar que um agregado ousou processar o genro de seu patrão. A população humilde do município, mesmo sabendo que a Polícia e a Justiça não eram instituições que agiam de forma independente da vontade dos Coronéis e demais chefes locais, não deixou de usar estes meios em determinadas situações.

Maragatos x Pica-paus

Entre o primeiro e o segundo julgamento pelo estupro de Taquaruçú, a Vila de Curitiba, e todo o planalto, esteve envolvida com os movimentos das colunas *maragatas* de Gumerindo e Aparício Saraiva e a perseguição destes pela Divisão do Norte, comandada pelo republicano Gen. Lima e Senador Pinheiro Machado, nos combates violentos da Revolução Federalista. Os *maragatos* e *pica-paus* vieram lutando desde o Rio Grande do Sul e adentraram em território catarinense.⁷² Gumerindo pretendia fazer junção com os rebelados da Armada, nos portos de Laguna, Itajaí e em Desterro, e avançar sobre Curitiba. O objetivo final era a derrubada de Floriano Peixoto do governo no Rio de Janeiro.⁷³

⁷² O termo "maragato" é de origem pejorativa, identifica, no Uruguai, matadores de aluguel. Os republicanos passaram a chamar os federalistas de "maragatos" pelo fato do movimento insurgente ter partido do Uruguai. Já os federalistas chamavam os republicanos de "pica-paus" devido a farda vermelha. No Rio Grande do Sul os "maragatos" eram identificados pelo lenço vermelho atado ao pescoço, os republicanos usavam lenço branco. Em Santa Catarina os republicanos usavam a cor vermelha e os federalistas, o branco.

⁷³ Impressionante e detalhado relato das marchas das colunas federalistas pelo planalto catarinense e os campos de Palmas é feito pelo médico baiano, radicado no Rio Grande do Sul, Ângelo Dourado, que acompanhou as colunas *maragatas* em *Os Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1977, pp.74 a 220. Detalhes biográficos dos irmãos Aparício e Gumerindo Saraiva encontramos em Chasteen, John Charles. *Heroes on horseback: A life and times of the last gaucho caudillos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995 e Ruas, Tabajara &

A força federalista entrou em Santa Catarina, em 1893, dividida em duas colunas. A primeira destinava-se ao porto de Laguna, entrando por São Joaquim, passando por Lages e Tubarão. A outra, dirigida a Itajaí, entrou por Campo Belo, passando por Campos Novos, Herval, Curitibanos e Blumenau.⁷⁴

Generoso do Espírito Santo, ex-Delegado Municipal de Curitibanos, membro do Partido Liberal e, mais tarde Federalista, aderiu à tropa rebelde, fornecendo à mesma 3:900\$000 réis, que foram “requisitados” da coletoria estadual de impostos de Curitibanos. Consta que no desenrolar da luta, Generoso desentendeu-se com seus companheiros, tornando-se prisioneiro dos federalistas. Morreu entre maio e junho de 1894, no rio Pelotas, degolado a mando de Gumercindo ou Aparício.⁷⁵

Muitos federalistas gaúchos e paranaenses refugiaram-se no planalto catarinense depois de derrotado o movimento rebelde. Foi o caso tanto de oficiais da Guarda Nacional, como de soldados que participaram das colunas invasoras.

O movimento federalista marcou profundamente a memória da região. Alguns afirmam que serviu apenas para ensinar aos caboclos a degola e o arrebanhamento de gado alheio, práticas que foram posteriormente adotadas pelos “fanáticos” do Contestado. Mais que isto, o movimento federalista impôs forte resistência ao estabelecimento da nova ordem republicana e seu relativo, embora passageiro, sucesso militar (com o domínio das principais cidades de Santa Catarina e de

Bones, Elmar *La cabeza de Gumersindo Saravia*. Motevideo: Copesul/ Ediciones de La Banda Oriental, 1997.

⁷⁴ Estado Maior do Exército, *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um Povo*. Vol. 2. Brasília: Min. Exército. 1972., p. 700.

⁷⁵ Foi o Coletor de Rendas do Estado quem tomou a iniciativa de solicitar ao Juiz a elaboração do inventário de Generoso. Entre os bens arrolados há apenas uma casa abandonada no valor de

Curitiba) foi sempre lembrado pela população sertaneja.⁷⁶

Depois das mortes de Estácio Borges e Generoso do Espírito Santo, firma-se em Curitiba a liderança do Cel. Henrique Paes de Almeida, que dirigiu o Partido Republicano local e o município de Curitiba até 1902. O Major Marcos Gonçalves de Farias ganhou a confiança dos republicanos quando não aderiu à tropa de Gumercindo e escondeu-se no mato. Mas Marcos reingressa na política local após o acordo estadual de conciliação entre republicanos e federalistas, ocorrido em 1902. A partir de 1902, a liderança do PR local e da Superintendência Municipal ficará com o jovem Capitão Francisco Ferreira de Albuquerque, natural de São Joaquim, radicado desde a década de 1880 em Curitiba.

Francisco Ferreira de Albuquerque começou a trabalhar como caixeiro de casas comerciais em Curitiba, logo passou a rábula provisionado pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina. No início do séc. XX possuía uma promissora casa comercial e já era compadre de Vidal Ramos, influente político lageano, suplente de Lauro Müller que assumiu o governo do Estado na mesma época.

Coronelismo “sem enxada” e “sem voto”

O Coronelismo é caracterizado pelos historiadores e demais cientistas sociais como um fenômeno político essencialmente ligado ao período da Primeira República (1889-1930).⁷⁷ Mas podemos considerar que esta prática política - que expressou o

1:500\$000 e 1:000\$000 em dinheiro; Generoso não deixou descendentes. Inventário do Capitão Generoso do Espírito Santo. Curitiba, 1898. MTJSC, caixa A4.

⁷⁶ Entrevista com Elias Ribeiro, em anexo.

⁷⁷ José Murilo de Carvalho (“Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma discussão conceitual”, *Dados-Revista de Ciências Sociais*, vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997) chama a atenção para que não confundam-se os conceitos de Coronelismo (sistema de poder típico da Primeira República),

poder local dos grandes fazendeiros - foi vigente em muitas regiões do país, tanto antes da República, como muito após a chamada Revolução de 1930. Derivada do termo "Coronel", a mais alta patente concedida pela Guarda Nacional, o Coronelismo, ou poder local dos grandes proprietários rurais e comerciantes, encontrou no primeiro sistema político republicano amplas condições de autonomia adequadas ao exercício de mando local e regional, inclusive como base para as situações (e oposições) políticas estaduais.⁷⁸

Quase todos os autores concordam em afirmar que a base do poder político dos Coronéis era a grande propriedade fundiária, geralmente habitada por muitos peões e agregados, homens de sua confiança que, junto a fazendeiros, posseiros e lavradores vizinhos, colocavam sua lealdade a serviço do chefe político local.⁷⁹ O Coronel dispunha, desta forma, de grande capacidade de decidir eleições municipais e de influenciar fortemente em eleições estaduais e nacionais.

Além disso, os Coronéis investiam-se, na prática, de verdadeiros poderes

Mandonismo (o poder local dos potentados rurais, existente desde o período colonial, tendendo a declinar) e Clientelismo (que é uma prática política crescente com o aumento do poder do Estado).

⁷⁸ "A Constituição brasileira de 1891 impôs a forma federativa de governo e a importância dos Estados para a recém-inaugurada ordem política. A imagem do Estado, a sua importância, o seu controle político, foram os principais temas dos congressistas e juristas responsáveis pela elaboração da Carta Constitucional. Esta assegurava a cada Estado o direito de contrair empréstimos no exterior, decretar impostos de exportação, reger-se por suas próprias constituições, ter corpos militares próprios, bem como códigos eleitorais e judiciários." Souza, Maria do Carmo Campello de. "O Processo Político-Partidário na Primeira República" In Mota, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. 11ª ed. São Paulo : Difel, 1980, p. 162.

⁷⁹ "O 'Coronelismo' é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem a referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil." Leal, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e voto : O Município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo : Alfa-Ômega. 2ª ed., 1975, p. 20. Para Maria de Lourdes Monaco Janotti "O característico Coronel foi, por muito tempo, um fazendeiro, possuidor de várias propriedades, em diversos distritos. O Coronel fazendeiro era aquele que mais se aproximava do

arbitrais sobre *sua gente*: resolviam rixas, proferiam “julgamentos” e “arbitragens”, geralmente respeitados pelos contendores; exerciam funções policiais, legalmente ou não, e para isso contavam com grande número de agregados e capangas.⁸⁰ Faziam parte desta estrutura as alianças políticas regionais e estaduais que os Coronéis firmavam para reproduzir seu poder, em busca de determinados “favores” como : influência na nomeação de funcionários estaduais (principalmente os mais “estratégicos” como Delegados de Polícia, Juizes, Promotores, Coletores de Impostos) e federais (Coletores de Impostos, Agentes de Correios, etc.) em sua região, busca de verbas públicas para obras em sua área de influência e veto à ascensão política de seus adversários e desafetos locais em outros setores da vida do Estado.⁸¹ Os Coronéis tinham que zelar pelo encaminhamento e solução das demandas provenientes de sua clientela política, que incluía alguns setores urbanos, como pequenos comerciantes.⁸²

Os principais meios de articulação política dos Coronéis foram os partidos republicanos, organizados em cada Estado. O partido passou a ser importante espaço de disputa política e canal de encaminhamento de demandas regionais, ao contrário do período monárquico, onde as demandas nacionais estavam acima das questões regionais. O processo político-partidário no Império vinha de cima para baixo, com os gabinetes de situação, indicados pelo Imperador, formando maioria parlamentar a

histórico senhor de engenho da antiga sociedade patriarcal.” O Coronelismo : Uma política de compromissos. Col. Tudo é História, nº 13, 8ª ed. São Paulo : Brasiliense, 1992, p. 42.

⁸⁰ Leal, Victor Nunes, *Op. Cit.*, p. 23.

⁸¹ O poder para a nomeação de funcionários públicos será importante para a reprodução local do poder do Coronel, são nomeações estratégicas, não é ainda uma forma de nomeação da clientela, como empreguismo. Carvalho, José Murilo de “Mandonismo, Coronelismo, *Op. Cit.*

⁸² Martins, José de Souza. *Op. Cit.*, p. 47.

partir do controle das Presidências de Província e as respectivas chefaturas de polícias. No período monárquico as situações políticas quase nunca perderam eleições.⁸³

Todos os autores reafirmam como decisivas as iniciativas dos Coronéis nos períodos eleitorais. É importante registrar que a mudança de regime político da Monarquia para a República não correspondeu a um aumento muito significativo do número de eleitores das regiões rurais.⁸⁴ O fim dos critérios censitários de renda e sua substituição pela exigência da alfabetização dos eleitores (já presente na Lei Saraiva de 1881) manteve o universo eleitoral restrito, urbano e minoritário no conjunto da sociedade. Fica aqui portanto a indagação : Se a fonte principal de poder do Coronel é o meio rural, onde é evidente sua liderança, como é possível que os meios urbanos tenham se tornado seu principal “curral político”, já que eram nas cidades que residiam a maior parte dos eleitores?

Neste aspecto, José Ibarê Dantas defende um entendimento que contraria a maior parte da literatura sobre o Coronelismo e propõe uma abordagem temporalizada para o estudo deste fenômeno político.⁸⁵ Afirma Dantas que:

“...o voto nem sempre se constituiu na principal fonte de poder do Coronel. Sob este aspecto, nossa hipótese é a de que na Primeira República o controle da coerção pelos proprietários rurais apresentava um papel muito

⁸³ A situação governante conservadora só perdeu a eleição para a Câmara Geral e Assembléia Provincial no Rio Grande do Sul, em 1872. Sobre a política partidária no Império, Carvalho, José Murilo de. *Teatro de Sombras : A Política Imperial*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/Relume Dumará. 1996, pp. 359 a 379.

⁸⁴ Em Curitiba, por exemplo, na eleição para Deputado Geral, em 1886, havia 93 eleitores inscritos (votaram 58). Na eleição para Juiz de Paz, em 1892, havia 115 eleitores inscritos. Considerando que há um rápido crescimento da população do município neste período, podemos considerar que o percentual de cidadãos votantes em Curitiba se manteve praticamente inalterado na virada da Monarquia à República. Livros de Registros e Atas do Cartório de Curitiba, Caixa A5, Livros 3^A e 5^A. MTJSC.

⁸⁵ Dantas, José Ibarê Costa. *Coronelismo e Dominação*. Aracaju : Ed. UFS, 1986.

*mais significativo, como fonte de prestígio e de poder, do que o controle do voto, enquanto tal. Diante das transformações político-institucionais que afetam o Estado, o Coronelismo vai explorando suas fontes de poder, primeiramente suas milícias particulares, posteriormente seu prestígio socialmente reconhecido, e, por fim, o controle do eleitorado.*⁸⁶

O principal argumento de Dantas é de que a grande maioria da massa rural era analfabeta e, portanto, não eleitora. As vitórias eleitorais alcançadas pelos Coronéis, provinham muito mais como consequência de seu poder de coerção do que da vontade do eleitorado propriamente dita. Em última instância, e freqüentemente, *“eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas.”*⁸⁷

Assim, os Coronéis eram considerados e respeitados em relação à força de seu contingente de milicianos particulares, não apenas pelos seus vizinhos e adversários, mas também pelos próprios grupos oligárquicos estaduais que neles se apoiavam. Este poder, de diferentes formas, atingia a área urbana dos municípios. Este é o ponto decisivo: a clientela política dos Coronéis não era a mesma clientela de empregados e agregados onde recrutavam suas milícias, pelo menos nas primeiras décadas da República.

O texto de Dantas tem o mérito de considerar, expressamente, o Coronelismo não apenas como um “sistema político”, mas como o desdobramento político de uma forma de dominação de classe. É apenas a partir das décadas de 1930/40 que o

⁸⁶ Idem, p. 14. É importante registrar que Dantas afirma que o Coronelismo, na Primeira República, apoiava-se em relações sociais não-capitalistas, com o que não concordo. No caso do planalto catarinense, apesar da incipiência e quase inexistência de um mercado de trabalho livre, no final do séc. XIX as relações sociais de produção são predominantemente capitalistas.

⁸⁷ Idem, p. 24

eleitorado rural terá um peso mais significativo no conjunto do eleitorado nacional, dando espaço a um tipo de prática política coronelista semelhante à descrita por Nunes Leal.⁸⁸ Contrariamente ao que coloca este último autor, em Santa Catarina, o Estado serviu de suporte à expansão do poder local dos Coronéis.

Considero esta visão defendida por Dantas adequada ao estudo do coronelismo no planalto catarinense, nas duas décadas iniciais do séc. XX., principalmente para o planalto norte, nas regiões de Curitibanos e Canoínhas. Muitas lideranças locais firmavam-se como tais sem ocupar quaisquer cargos públicos, mas exerciam seu poder e influência política pela quantidade de homens em armas que poderiam rapidamente mobilizar. O Coronel Fabrício Vieira, por exemplo, atuou no planalto norte catarinense e no vale do Iguaçu, no Sul do Paraná, desde a Revolução Federalista até a década de 1930, sem jamais ocupar um cargo público. Da mesma maneira podemos nomear os *vaqueanos* Chico Lino, Leocádio Pacheco, Salvador Dente de Ouro, Pedro Ruivo, Nicolau Bley e Lau Fernandes, chefes locais que

⁸⁸ Importante crítica ao conceito clássico de "Coronelismo", principalmente as visões de Victor N. Leal, Maria Isaura, Raymundo Faoro é elaborada por Maria Lucinete Fortunato. Esta autora, estudando as origens do conceito de "Coronelismo", identificou um processo de construção de imagem do Coronel com características ahistóricas e atemporais, como um traço permanente do autoritarismo na sociedade brasileira, o que ampliaria à atualidade a permanência deste "personagem". Concorro com a análise de Maria Lucinete quando aponta a visão excessivamente formal dos principais autores, que consideram o poder do Coronel como apenas o poder restrito ao que lhe cabe dentro do aparelho de Estado, de um poder que é apenas personalizado na figura individual do Coronel, não havendo o entendimento do poder como um conjunto de processos e relações. Isto fica muito claro na visão de intelectuais oficiais, durante o Estado Novo, que caracterizam a Primeira República como um regime de Coronéis, e que o regime autoritário do Estado Novo seria necessário para aplacar o poder local, para viabilizar a construção da nacionalidade. Porém, acho que a autora se equivoca ao considerar que Leal, Queiroz, Faoro e vários outros reforçam e legitimam as relações do poder com a construção da imagem do Coronel e do imaginário do Coronelismo, o mesmo acontecendo na literatura pós-1930 e na teledramaturgia. Para meu foco mais direto de interesse, o fato do Coronelismo ser uma "construção imagético-discursiva" não elimina sua importância concreta, como um conjunto de práticas sociais efetivamente vigentes na sociedade catarinense serrana do início do séc. XX. Fortunato, Maria Lucinete, *O Coronelismo e a imagem do Coronel: De símbolo a simulacro do poder local*. Tese de Doutorado, Depto. de História, Unicamp, Campinas, 2000.

lideraram centenas e até milhares de capangas no auxílio às tropas oficiais, como lideranças que exerciam um poder de fato em extensas regiões, sem depender de qualquer processo de legitimidade eleitoral.

Porém, paralelamente à questão preliminar colocada por Dantas, outro aspecto a ser considerado, que é deixado de lado por este autor, é a busca da liderança regional conquistada com apoio de determinados intelectuais. Além da força militar privada, os chefes locais que efetivamente ocuparam os executivos municipais, necessitaram firmar seu poderio eleitoral sobre um determinado município ou região, o que implicou na absorção política de setores urbanos que, ao final das contas, seriam responsáveis pela futura eleição do Coronel e de pessoas ligadas a seu partido. Os Coronéis, a partir dos próprios PRs, mantinham muitos jornais em pequenas cidades do interior. Jornais estes redigidos por bacharéis e profissionais liberais que gravitavam em torno dos Coronéis, quando não eram seus parentes diretos.⁸⁹ A existência desta imprensa, eminentemente política, estendia para setores sociais médios urbanos o discurso político e os interesses dos Coronéis dominantes, conseguindo, desta maneira, consolidar sua força regional com maior legitimidade.

Maria Isaura Pereira de Queiroz procura sistematizar uma outra característica social do mundo do coronelismo, que é a liderança pessoal e política do Coronel sobre um conjunto socialmente heterogêneo que compõe seu grupo extenso de seguidores, que Maria Isaura denomina de *parentela*.⁹⁰ Para esta autora, os constantes

⁸⁹ Este é o caso principalmente da imprensa lageana, nos casos dos jornais "O Lageano" e "Região Serrana", e do jornal "O Trabalho", fundado em Curitiba, em 1909, pelo Cel. Francisco de Albuquerque.

⁹⁰ O termo *parentela* é adotado do estudo de Jean Blondel sobre a política paraibana. Tem origem no próprio parentesco simbólico criado pelos laços de compadrio. "...os vínculos do compadrio uniam

conflitos entre os chefes das parentelas, onde as mesmas se envolviam como um todo, impediam que fosse possível um levante de trabalhadores e agregados contra seus chefes.

Para Maria Isaura, na sociedade dominada pelo coronelismo, pelo jogo recíproco do compadrio dentro das parentelas, é impossível um levante dos “de baixo” contra os “de cima”.⁹¹ Discordo desta avaliação no que diz respeito à Guerra Sertaneja do Contestado. Para a citada autora, este conflito foi o resultado do desdobramento de uma luta entre diferentes parentelas, principalmente das lideradas pelos Coronéis Albuquerque e Henriquinho de Almeida, em Curitiba. O discurso e os atos praticados pelos sertanejos rebeldes, principalmente após o ataque à fazenda do Coronel Henriquinho, em junho de 1915, nos coloca diante de vários indícios e elementos de que o grupo rebelde procurava, nesta luta, um caminho próprio de emancipação das forças oficiais e dos Coronéis do planalto.⁹² Se o conceito de parentela pode ser útil para descrever determinadas situações de domínio e subordinação social em algumas partes do sertão brasileiro, ele não é operante para entender o que se processou na guerra do Contestado. Nesta, houve não só uma destruição de muitas parentelas, como também uma insurgência social das camadas “inferiores” contra as “superiores”.

É difícil caracterizar a relação de subordinação entre os pecuaristas e seus

tanto padrinhos e afilhados, quanto os compadres entre si, de modo tão estreito quanto o parentesco carnal.” Queiroz, Maria Isaura Pereira de, “O Coronelismo numa interpretação sociológica” In Fausto, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III. O Brasil Republicano. Vol. 1º, Estrutura de Poder e Economia (1889-1930). Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil. 1989, pp. 164 e 165.

⁹¹ “Não temos notícia de conflitos que tenham levantado uma camada sócio-econômica contra a outra, no interior de uma parentela; as disputas entre parentelas rivais serviram justamente para desviar os grupos de lutas desse tipo, de lutas de inferiores contra superiores”. Idem, p. 170.

peões e agregados. Denominações do tipo “relação patriarcal” dizem muito pouco sobre esta forma histórica de relação social.⁹³ Thompson apropriadamente critica o emprego generalizado desse conceito, que pode ser aplicado à povos desde a antigüidade até o período contemporâneo, de praticamente todos os continentes.⁹⁴

Sem dúvida, estas relações sociais praticadas no planalto eram sentidas como *costumeiras e naturais* pelas pessoas. Como relações de produção, são experiências socialmente compartilhadas que poderiam possuir tanto aspectos de conformidade, como de rebeldia.⁹⁵ O costume tradicional do planalto era balizado religiosamente pelos ensinamentos do Monge João Maria, como se fossem mandamentos para uma boa vida no sertão, baseada em valores como o respeito, a defesa da vida e da honra, a lealdade, a sinceridade e o equilíbrio:

*1) Nunca manche, meu amigo,
Ca mentira os lábio teus:
A mentira é farsidade
É contrária as Leis de Deus.*

*2) Quem odeia arguê no mundo
Tá ca alma enegrecida;
Todo ódio traz doença*

⁹² Sobre isto analisaremos com maior profundidade no Capítulo 5.

⁹³ A sociologia brasileira, adotando a conceituação de Weber, emprega o termo “patrimonial”, que diz mais respeito a relação entre a elite e o Estado, do que propriamente entre proprietários e empregados. Monteiro, Duglas T. *Op. Cit.*, p. 42.

⁹⁴ “O termo”(paternalismo)”*pouco nos diz sobre a natureza do poder e do Estado, sobre as formas de posse e de propriedade, sobre a ideologia e a cultura e é mesmo por demais ineficiente para distinguir entre modos de exploração, entre o trabalho escravo e o livre” ...“é uma descrição das relações sociais vistas de cima”* Thompson, Edward P. *Costumes em Comum*. Trad. Rosaura Eichemberg, São Paulo : Cia. Das Letras. 1998, p. 29.

⁹⁵ Thompson, E.P. *Op. Cit.*, pp. 20,21.

E azar pra toda vida

3) *A inveja abate a gente
Invejoso é detestado
Quem cobiça o aiêio
A sofrê tá condenado.*

4) *Não se logra, nem se roba
São dois crime sem perdão;
Os veiaco vão pro inferno
Pro diabo os ladrão.*

5) *Não se deve caluniá
A calúnia é pecado;
O aleive é um crime
Quem comete tá ralado.*

6) *Avarento é réu de culpa
Já tá preso e condenado;
Avareza é locura
Custa muito sê curado.*

7) *Não se perca o respeito
Às família de quem tem
Quem não quer que mar lê faça
Nunca faça pra ninguém.*

8) *Nem sonhando tire a vida
Por mau impre assassino;
Quem tirá o que não deu
Arrasô co seu destino.*

9) *Se arguêem matá com raiva
Ave, bicho ou alimá
Faz um crime, é réu de culpa
Lá no Grande Tribuná.*

10) *Tenha sempre tua família
Como Santos do teu lar
Pro seu bem trabaie sempre
Que Deus há de te pagar.*

11) *Ninguém força tu tê fio,
Mas se um dia, fíios tivê
Eles são o resurtado
Do que deles tu fizé.*

12) *Premiado ou reprovado
Pela sua inducação
O que deles tu fizé
Cedo ou tarde pagarão*

13) *Se tu for um camarada
Zele tudo do patrão.
Trabaiaando com respeito
Cuide bem da obrigação.*

14) *Sendo dono ou encarregado
De fazenda ou de empreitada:
Operário é como fio
Cuida bem dos camarada!*

Estas décimas acima, que procuram reproduzir o pensamento de São João Maria, foram declamadas por João Maria Linhares, de Palmas. Transcrevi todas as estrofes para não tirar de contexto o que pretendo destacar.⁹⁶ São mandamentos que previnem contra crimes e determinam os principais valores, socialmente aceitos pela sociedade sertaneja, para uma vida com justiça e dignidade. Para nosso tema mais direto de discussão, é importante destacar as duas últimas estrofes, onde ficam colocadas as obrigações mútuas entre patrões e empregados.

⁹⁶ Linhares declamou estas décimas, aprendidas de seu pai, para Felipe, Euclides J. *O Último Jagunço : Folclore na História do Contestado*. Curitiba: Univ. do Contestado. 1995, p. 26.

Para o monge João Maria, caberia aos camaradas zelo, trabalho, respeito e cuidado em relação ao patrão, enquanto este deve cuidar do primeiro como um filho. Neste caso, o paternalismo guarda um significado como ponto de partida do exame desta forma de relação, uma relação que nunca existiu. As idéias atribuídas à João Maria significavam uma concepção do que deveria ser considerado como o tradicionalmente correto no trato entre as pessoas, como uma "economia moral".

É importante ressaltar que os mandamentos do monge procuram recuperar um tipo de sociedade que as pessoas, naquela época, já não identificavam como parte de seu mundo real, ou seja, os patrões não agiam como pais e os camaradas, em contrapartida, não demonstravam zelo nem responsabilidade sobre seu trabalho, havia ódio e mentira entre os homens, existia uma consciência de que a avareza dominava as relações, justamente por isto os mandamentos eram difundidos como necessários a uma vida justa.⁹⁷

Desde o fim do trabalho escravo na região, as relações sociais são predominantemente capitalistas. O poder dos fazendeiros sobre seus peões e agregados se baseava na propriedade sobre a terra e no poder de ceder, em situação precária, como um "favor", uma capoeira para o agregado fazer sua pequena roça. Por outro lado, o poder do peão ou agregado sobre o fazendeiro também existia, uma vez que era cada vez mais difícil contar com um camarada leal e trabalhador, principalmente com uma fronteira agrícola em expansão tão próxima, como em Curitiba e Canoíñas. Nestas regiões, os peões e

⁹⁷ Para Thompson, *Op. Cit.*, p. 30-31, o mito do paternalismo e do "calor humano" que ele traz, sempre recua na história, cada época atribui à geração anterior os bons tempos. Raymond Williams identifica, na literatura inglesa, uma espécie de "escada rolante", sobre os "bons tempos" da velha Inglaterra rural, onde grande número de autores, de diferentes séculos, identificam estes bons tempos, de justiça e felicidade, sempre atribuídos à sua infância ou à geração anterior. Assim os "bons tempos" recuam até a antiguidade mais longínqua, a uma "Idade de Ouro". *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo H. Britto, São Paulo: Cia das Letras, 1989, pp. 21 a 26 e 56 a 68.

agregados tinham várias opções. Paralelamente, um conjunto de laços de lealdade e reciprocidade construíam-se através de relações de compadrio. Quando as propriedades eram vendidas este pacto tinha que ser refeito com o novo proprietário, o que não era incomum.⁹⁸

Interessa-nos, neste momento, entender os diferentes processos e aspectos destas relações e, principalmente, *em qual sentido* estavam se organizando. Se na Inglaterra do séc. XVIII, Thompson identifica um processo paulatino de emancipação da população trabalhadora dos antigos laços patriarcais em relação à *Gentry*, principalmente depois de 1760, onde é identificada uma crescente mobilidade, indisciplina e falta de controle sobre a “vida inteira” dos trabalhadores (ou controle cada vez mais indireto, sem a relação “face a face”), na região de Curitibanos, por outro lado, vislumbramos uma população de tropeiros, sitiantes e posseiros independentes, na passagem do séc. XIX ao XX, *em processo de perda de sua autonomia e crescente submissão* frente ao poder local dos Coronéis e grandes fazendeiros.

Evidentemente, a Inglaterra do Séc. XVIII era uma sociedade muito mais hierarquizada, e em vários aspectos mais complexa, que a sociedade do planalto serrano catarinense no período posto em tela. Há diversos elementos históricos, políticos e culturais que devem demovermos do intento de estabelecer comparações diretas. Porém, apresento esta comparação por considerá-la útil para entender, não apenas a natureza das relações de

⁹⁸ Um ano após adquirir terras de pastagem e cultivo na região de Rio Bonito, o Coronel Henrique Rupp moveu uma Ação Possessória contra um morador destas terras, Ildefonso Rodrigues Padilha, que se dizia dono das mesmas terras. Após interpelação judicial, o posseiro deixou reconhecido em cartório que Rupp era o proprietário das mesmas terras e ele ficaria morando e plantando no local até quando seu proprietário deixasse. O curioso é que o morador não foi expulso, para Rupp bastava que sua propriedade fosse reconhecida, apesar da audácia do morador, nada foi feito para tirá-lo dali. Ação Possessória do Ten. Cel. Henrique Rupp contra Ildefonso Rodrigues Padilha, Campos Novos, 1898. MTJSC, caixa C1.

subordinação social, mas principalmente para qual sentido elas caminhavam.

No decurso do séc. XIX, passou a representar papel distintivo, entre as povoações do planalto, o fato de determinada pessoa poder ingressar na oficialidade da Guarda Nacional. Organizada em todo o Brasil a partir de 1831, a Guarda Nacional tinha como objetivo a implementação de uma força militar cidadã, formada apenas por proprietários. Inicialmente, a oficialidade era eletiva, depois passou a ser indicada pelo Presidente da Província (cargos de Alferes, Tenente, Capitão e Major, com pagamento de taxas e emolumentos que podiam variar de 6\$000 à 42\$000 réis) e pelo Ministro da Justiça, com concordância do Imperador (Tenentes-Coronéis e Coronéis).⁹⁹ Apesar de significar uma iniciativa de descentralização, uma vez que a implantação da Guarda Nacional se deu paulatinamente com o enfraquecimento relativo do exército, a Guarda estava subordinada diretamente ao Ministro da Justiça.¹⁰⁰

Em 1883, a Guarda Nacional em Santa Catarina possuía um Comandante-Geral (Coronel) e quatro comandos regionais (chefiados por Tenentes Coronéis). Os Municípios de Lages, Campos Novos e Curitiba formavam o quarto comando.¹⁰¹ Ocupavam os cargos de oficiais, políticos e criadores locais que, ao mesmo tempo, disputavam cadeiras nas Câmaras Municipais, nos Juizados de Paz e na Assembléia Legislativa Provincial. Lages possuía o maior contingente e a maior número de oficiais (entre eles: Vidal Ramos

⁹⁹ Segundo Jeanne Berrance de Castro, a venda de selos e emolumentos para a nomeação de oficiais da Guarda Nacional chegou a ser, no final do período imperial, uma importante receita para as Províncias. "A Guarda Nacional" IN Holanda, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II, Vol. 4, 4ª ed. São Paulo : Difel. 1985, pp. 274 a 298.

¹⁰⁰ Aspectos políticos da criação e evolução da Guarda Nacional são analisados por Castro, Jeanne B. *Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1977; Faoro, Raymundo *Os Donos do Poder : Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre/ São Paulo : Globo/ Ed.USP, 1º vol., 1975, pp. 303 a 393 e Carvalho, José Murilo de . *A Construção da Ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/Relume Dumará, 1996, pp. 172 a 178.

(sênior), Vidal Ramos Junior , Laurentino José da Costa, João da Silva Ribeiro Jr., Francisco Borges do Amaral e Castro e Henrique Ribeiro Córdova). Em Curitiba estavam os patriarcas das principais famílias de grandes proprietários (entre eles Clementino Alves de Assumpção Rocha, Henrique Paes de Almeida, Marcos Gonçalves de Farias, Theodoro Ferreira de Souza, Generoso do Espírito Santo e Francisco Ferreira de Albuquerque), o mesmo ocorrendo em Campos Novos (Manuel Ferreira da Silva Farrapo, Pedro Carlos Stefanés, Lucidoro Luiz de Mattos e Henrique Rupp).

A patente de oficial da Guarda Nacional conferia mais poder político do que propriamente militar, embora seja difícil separar estas duas esferas neste período. Como força militar, a Guarda Nacional atuou como coadjuvante do Exército na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai. Esteve dividida entre os dois lados na Revolução Federalista. Em tempos de paz, os oficiais e praças da Guarda Nacional só tinham obrigação de reunirem-se uma vez por ano, o que nem sempre era cumprido. A Guerra do Contestado foi o último conflito de atuação, decisivo para seu desfecho, da Guarda Nacional, não como instituição nacional e estadualmente organizada, mas pelo desempenho de seus oficiais e civis *vaqueanos* na repressão ao movimento rebelde.

Na prática, ocorria um aumento do prestígio político e social de todo aquele que conseguia ser guindado ao oficialato, principalmente nas patentes de Capitão para cima. Por juramento de posse, todos os praças e a baixa oficialidade deveriam prestar obediência aos oficiais superiores, o que freqüentemente extrapolava os fins militares, espalhando-se para as disputas políticas locais e na luta contra desafetos pessoais. A Guarda Nacional ordenou e legitimou o poder de mando dos potentados locais.

¹⁰¹ Livro de Registro de Patentes da Guarda Nacional, 1842 a 1898. APESC, Florianópolis .

O comando da quarta região (planalto), foi exercido pelo Cel. Henrique Ribeiro Córdova até sua morte, em 1883. Foi sucedido pelo Coronel Manuel Ferreira da Silva Farrapo, do Partido Liberal, que ficou no comando até janeiro de 1886. Farrapo foi sucedido pelo Ten. Cel. João da Silva Ribeiro Jr, ligado ao Partido Conservador. Os conservadores tinham maior presença política na vila e distritos de Lages e na vila de Curitiba, enquanto que os liberais tinham seus principais redutos em Campos Novos e nos distritos do interior de Curitiba.

A política institucional era privilégio de poucos. A Lei Saraiva, em vigor desde 1881, apesar de estabelecer as eleições diretas, restringiu o número de eleitores e de possíveis candidatos com o aumento das faixas de renda para qualificação dos cidadãos "ativos". Em 1885, quando da eleição para uma vaga de Deputado Provincial em Curitiba, votaram no Distrito sede 51 eleitores, sendo que esta circunscrição já possuía perto de 4 mil habitantes, em todo o município havia 91 eleitores aptos.¹⁰² Entre os eleitores havia os que não possuíam a renda mínima, mas adquiriam esta condição por fazerem parte do corpo de jurados da Comarca. Foi o que aconteceu com Manoel Alves de Assumpção Rocha, futura liderança entre os sertanejos rebeldes de Taquaruçú, nesta época um fazendeiro pobre.¹⁰³ Este era um expediente interessante que, de acordo com a iniciativa dos juizes, a base eleitoral diminuída pela Lei Saraiva, podia ser ampliada, com a nomeação de membros para o tribunal do júri, no interesse da situação política vigente.¹⁰⁴

Ser aceito em uma loja maçônica podia também ser um bom ponto de partida para

¹⁰² Livro de Atas e Registros do Cartório de Curitiba, livro 3^a, caixa A5, MTJSC.

¹⁰³ Requerimento para alistamento eleitoral de Manoel Alves de Assumpção Rocha, Livro de Atas do cartório municipal de Curitiba, 1882. MTJSC, caixa 06.03.

¹⁰⁴ Em Lages, em 1882, dos 302 eleitores inscritos, 234 foram dispensados de comprovar renda por compor corpo de jurados. Boppré, Maria Regina, *Op. Cit.*, p 155.

uma carreira política. O passo seguinte seria a nomeação como titular de cartório ou o cargo de coletor de impostos da Província. Integrar uma loja maçônica era uma oportunidade ímpar para se firmar jogos de influência e troca de favores na região e até na Capital da Província.

Henrique Rupp era um imigrante alemão, um agrimensor relativamente pobre quando chegou ao Brasil, em meados do séc. XIX. Logo Rupp seguiu para Curitiba, onde trabalhou alguns anos como escrivão substituto do cartório municipal. Na década de 1880 estabeleceu-se em Campos Novos, atuando como agrimensor, procurador de grandes fazendeiros e, rapidamente, foi nomeado titular do cartório municipal.¹⁰⁵

A partir destas atividades, durante a década de 1890, Rupp se tornou um grande proprietário de terras, adquirindo logo o título de Coronel da Guarda Nacional.¹⁰⁶ Durante o período republicano, Rupp foi vereador, Juiz de Paz, participou ativamente da defesa da vila de Campos Novos contra a investida federalista, foi por muitos anos Superintendente Municipal (Prefeito) e Deputado Estadual. Além de seu especial talento político, certamente Rupp deve ter contado com apoio de seus colegas maçons para esta rápida ascensão

¹⁰⁵ Rupp também negociava com terras. Adquiriu a fazenda das Brancas, de Teodora Maria Francisca por 6 contos e a revendeu três meses depois por 6 contos e 480 mil réis. Livro de Atas Registros e Notas do Cartório de Campos Novos, 1899-1900. MTJSC, caixa 05.01. Sobre mudanças de município de Henrique Rupp ver entrevista com João Rupp Sobrinho, em anexo.

¹⁰⁶ Numa avaliação dos registros do Livro de Atas no Cartório de Campos Novos no período 1897-1900 foi possível identificar que, neste curto período, Henrique Rupp adquiriu, em 1897 uma porção de terras com área de 1.949.225 braças (equivalente a 88,3 ha) na localidade de Rio Bonito (atual Tangará) de Antônio de Oliveira e Souza, por 600\$000 réis. Em janeiro de 1898 Rupp adquiriu uma parte de campos e matos (escritura não discrimina dimensão) na localidade de Ponte Alta, de Joaquim Ribeiro da Silva por 850\$000 réis. Em março do mesmo ano Rupp adquiriu terras com engenho e demais benfeitorias (novamente sem discriminar dimensão), na margem esquerda do Rio do Peixe até a barra do Rio Verde, de Maria José da Conceição e Frederico Antônio dos Santos pelo valor de 2:000\$000 réis. Em 1899 Rupp adquiriu ¾ partes de campos e matos da fazenda do Monte Alegre, em Campos Novos, de Joaquim Lemos, por 3:500\$000 réis. Em março de 1900 ele comprou ¼ restante da fazenda Monte Alegre, por 1:300\$000 réis, no mesmo ano adquiriu a fazenda Alegre por 4:500\$000 réis. Livros de Atas, Notas e Registros do Cartório de Campos Novos, 1897-98, 1899-00. MTJSC, caixa 05.01

política.¹⁰⁷

Os nomes mais fiéis à situação política vigente alcançavam nomeações como Delegado de Polícia ou Promotor Público. Havia um grupo de rábulas (advogados leigos), procuradores e testamenteiros, pessoas que organizavam as partilhas de bens por herança. Os rábulas tinham autorização de atuação definida pelo Supremo Tribunal de Justiça de Desterro/Florianópolis. Foi assim que iniciou-se a carreira de Francisco Ferreira de Albuquerque, que trabalhou como caixeiro até transformar-se em comerciante, proprietário de terras e Superintendente Municipal de Curitiba, no início do séc. XX. Albuquerque era fiel aliado da família Ramos, de Lages.

No caso específico de Curitiba, vários elementos indicam a grande instabilidade política da região, tanto no final do séc. XIX, como no início do séc. XX. A força do poder local dos grandes proprietários rurais não apresentava a estabilidade reinante em Lages. Na década de 1870, a política municipal era dominada pela figura do patriarca Theodoro Ferreira de Souza, criador do município e, nos primeiros anos, presidente da Câmara Municipal, o que, devido a inexistência do cargo de prefeito na estrutura política do Império, significava o cargo do principal mandatário municipal.¹⁰⁸ No final do período monárquico, o poder local passa a ser disputado por Estácio Borges da Silva Mattos, conservador, e Generoso do Espírito Santo, liberal, apoiado pelo Cel. Farrapo, de Campos Novos. Estácio Borges sempre contou com um desgaste político adicional pelos constantes processos criminais enfrentados por seu filho Antônio, acusado em cinco oportunidades de

¹⁰⁷ O Cel. Henrique Rupp integrou a Loja Maçônica "Luz Serrana", de Lages. Costa, Licurgo. *O Continente das Lages* ..Op. Cit. Vol. 4, p. 1423.

¹⁰⁸ Theodoro Ferreira de Souza era Capitão da Guarda Nacional, posto também ocupado por seu irmão Jeremias Ferreira de Souza. Lemos, Zélia. *Curitiba na História do Contestado*. 2ª ed. Curitiba : Imprensa Frei Rogério. 1983, p. 162.

estuprar mulheres casadas e solteiras, da Vila a do meio rural do município. Generoso morreu durante a Revolução Federalista, em condições misteriosas, provavelmente seguindo junto à coluna de Gumercindo Saraiva.

No início do período republicano, a principal liderança local do município de Curitibanos era o Cel. Henrique Paes de Almeida, que fundou o Partido Republicano na região, absorvendo vários fazendeiros e políticos locais ligados ao antigo Partido Conservador. Vidal de Oliveira Ramos Jr, de Lages, que também tinha sido deputado Provincial pelo Partido Conservador, era no início do séc. XX uma das mais importantes lideranças estaduais do Partido Republicano Catarinense. Os antigos liberais e agora federalistas eram minoritários e, com a morte de Generoso do Espírito Santo, sua liderança mais expressiva passou a ser o Major (depois Coronel) Marcos Gonçalves de Farias, que no início do séc. XX ingressou no Partido Republicano Catarinense, seguindo a tendência geral de conciliação entre as duas facções. Na virada do século, o velho Henrique de Almeida perdeu a eleição municipal para o Capitão (depois Coronel) Francisco Ferreira de Albuquerque. Ao contrário dos irmãos, que seguiram até o final a liderança do Cel. Albuquerque, Henriquinho nunca aceitou isso e passou a fazer aberta oposição ao sucessor de seu pai.

Há um rápido crescimento da população do planalto no início do séc. XX.¹⁰⁹ O aumento das ocupações e conflitos de terra, o crescimento da exploração da erva-mate e a intensificação dos conflitos de limites com o Paraná, tornaram os municípios planaltinos

¹⁰⁹ Pelo censo demográfico de 1920, onde a queda de população propiciada pelo conflito ainda não tinha sido recuperada, o município de Lages possuía 37.200 habitantes; Curitibanos, 12.600; Campos Novos, 16.300; Canoínhas (incluindo as antigas regiões de domínio paranaense de Três Barras e Papanduva), 20.800; Itaiópolis, 6.700; Mafra (separada de Rio Negro-PR), 10.800; Porto União (separada de União da Vitória-

politicamente mais importantes dentro do contexto catarinense.

Independentemente dos tropeços pessoais destas lideranças, Curitibanos possuía um perfil social distinto de Lages. Enquanto a grande propriedade reinava no planalto meridional, em Curitibanos, tirando algumas faixas de pastagens nativas dominadas por grandes fazendeiros, formou-se, nos vales florestais do Taquaruçú, Marombas, Timbó, Paciência e Canoinhas, nas regiões de Perdizes, Correntes e nos faxinais e matas do planalto médio e norte, uma expressiva camada social de posseiros, pequenos sitiantes e ervateiros que irão compor o principal grupo social envolvido na rebelião do Contestado.

Tensões entre os poderes local e estadual

Outro aspecto importante a ser considerado, problema que persistirá até o Estado Novo, era a fragilidade do poder estadual frente ao poder local em Santa Catarina. Os principais cargos públicos eram formalmente preenchidos pelos governadores. Porém, estes tinham que seguir as listas de indicações locais, definidas por cada Comissão Diretora municipal do Partido Republicano, geralmente sob o controle do Superintendente (Prefeito) Municipal, o principal Coronel da região.

A estrutura policial reproduzia a antiga duplicidade já existente durante o Império. O Regimento de Segurança do Estado, uma força policial-militar de 270 praças e oficiais, era subordinado ao Secretário Geral dos Negócios do Estado. Este Secretário Geral era o político de confiança do Governador e do Partido Republicano que, na prática, comandava o cotidiano da administração estadual. Em nosso período do conflito, este cargo foi exercido pelo deputado Gustavo Lebon Régis (administração Vidal Ramos, 1911-1914) e

PR), 12.000, São Bento, 8.100 e São Joaquim, 12.500. Brasil. *Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Directoria Geral de Estatística. 1926.

por Fúlvio Coriolano Aducci (administração Felipe Schmidt, 1914-1917). Paralelamente, existia o cargo estadual de Chefe de Polícia, subordinado diretamente ao Governador, exercido nos dois períodos acima pelo Desembargador Sávio Gonzaga de Sá e por Ulisses Costa, respectivamente, que tinham sob seu comando formal os Delegados municipais e Subdelegados distritais de polícia. Saliento que era apenas um comando “formal”, uma vez que, na prática, os Delegados e Subdelegados de Polícia eram homens de confiança dos Superintendentes Municipais. Os Delegados normalmente tinham sob seu comando guardas civis municipais, que eram pagos pelas municipalidades, com freqüente auxílio do Estado.¹¹⁰

Os governadores tinham o poder de nomear Delegados e Subdelegados de Polícia, cargos que não eram remunerados, exercidos, na prática, por homens de confiança dos chefes municipais. Os governadores nomeavam também Promotores Públicos, Coletores de Impostos, Juizes de Direito, freqüentemente ausentes por licenças e deslocamentos, quando eram substituídos pelos conselheiros municipais (vereadores). A Constituição Catarinense obrigava que os Juizes de Direito e Promotores fossem bacharéis em Direito, porém os Delegados e Subdelegados de Polícia, Suplentes de Juizes de Direito, Juizes de Paz e os Promotores Substitutos poderiam ser leigos, estes eram cargos ocupados por indivíduos indicados pelo poder local, através das Comissões Diretoras Municipais do Partido Republicano.

Os Juizes de Paz formavam uma categoria a parte. Eram eleitos em seus distritos de

¹¹⁰ Com insistência, Ulisses Costa queixava-se da não profissionalização dos Delegados de Polícia e do duplo comando sobre a estrutura de segurança pública. Relatório do Chefe de Polícia, anexo ao *Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado, pelo Dr. Fúlvio C. Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado relativo ao ano de 1916*. Florianópolis: Gab. Tipográfico d' O Dia. 1917. APESC

residência, com mandato de 1 ano, e tinham como prerrogativas o julgamento de causas cíveis até o valor de 300 mil réis. Na ausência dos Subdelegados de Polícia, os Juizes de Paz poderiam dirigir inquéritos policiais, tomar depoimentos de testemunhas e firmar autos de corpo de delito, além disso, compunham, estrategicamente, as mesas de apuração eleitoral nos distritos. Os Juizes de Paz eram as autoridades locais que possuíam o maior contato com a população pobre, certamente estruturando, a partir de sua atividade quotidiana, uma rede de relações de compadrio e dependência. Frequentemente estes cargos eram ocupados, ao mesmo tempo, por conselheiros municipais (vereadores).¹¹¹

Em 1916, a Comissão Diretora municipal do Partido Republicano, em Curitiba, era formada pelo Coronel Francisco Ferreira de Albuquerque (Presidente do Partido e Superintendente Municipal), Antônio Henriques de Amorim (Secretário do Partido e titular do Cartório de Registros Cíveis), Tenente Coronel Virgílio Pereira (fazendeiro), Coronel Graciliano de Almeida (grande fazendeiro, irmão do Coronel Henriquinho, mas partidário de Albuquerque), José Custódio de Mello (fazendeiro), Diogo Alves Ribeiro (fazendeiro) e Leogídio Vicente de Mello (Delegado de Polícia, cunhado de Albuquerque, fazendeiro, suplente de secretário do Partido). Esta Comissão encaminhou um ofício ao Governador indicando nomes para o preenchimento de cargos de Suplentes de Juizes de Direito na sede do Município, para o cargo de Chefe Escolar (sendo que havia apenas duas escolas em funcionamento em todo o Município) e Suplentes de Subdelegado de Polícia para os Distritos de Santa Cecília do Rio Correntes e São Sebastião da Boa Vista (Perdizes). Na

¹¹¹ Apesar da insistência de alguns governadores, como Gustavo Richard, os Juizes de Paz permaneceram tendo seus postos preenchidos por eleição distrital, dispensando-se a nomeação do governador, em todas as Constituições catarinenses (1891, 1892, 1895, 1910, 1928) elaboradas durante o período da Primeira República. Piazza, Walter Fernando (org.). *As Constituições do Estado de Santa Catarina (1891 - 1970)*. Florianópolis: Assembléia Leg. Do Estado. 1984.

margem lateral do ofício encaminhado pelo Partido Republicano de Curitibanos há um despacho com rubrica do governador Felipe Schmidt, encaminhando a lista de nomeações ao Secretario Geral do Estado, onde se lê : “*façam-se as nomeações indicadas*”.¹¹²

Com freqüência estouravam conflitos locais, entre diferentes facções do Partido Republicano, principalmente nos municípios de Tubarão e Laguna, que obrigavam o emprego da reduzida força estadual. Estes problemas, aliados à intenção de reforço do poder estadual por parte de significativos setores do PR (ex-Governador Gustavo Richard, Senador Lauro Müller e Governador Vidal Ramos) levaram a criação da lei dos Delegados Regionais, em 1911.¹¹³ Por esta Lei, ficava o Estado dividido em 5 regiões, sendo a 5ª região formada pelos municípios do planalto (Lages, São Joaquim, Curitibanos, Campos Novos e Canoínhas). Cada região passa a ter um “Delegado Especial” que deveria ser, necessariamente, um oficial do Regimento de Segurança do Estado.

O Delegado Especial deveria localizar-se na sede da região (Lages, no caso do planalto) e só deslocar-se-ia com ordens do Chefe Estadual de Polícia. Nos deslocamentos de municípios, o Delegado Especial passa a exercer as funções do Delegado Municipal de Polícia no município onde estiver localizado, cessando os poderes do Delegado local. Era uma forma de aplacar-se o poder dos Coronéis Superintendentes, pelo menos em alguns municípios mais tensos, onde a presença de uma autoridade estadual sobrepunha o poder local.

No entanto, estas modificações legais não resolveram o problema de fundo. Durante

¹¹² Ofício da Comissão Diretora do Partido Republicano Catarinense ao Governador do Estado. Ofícios Diversos para a Secretaria Geral de Negócios do Estado, 1916. APESC.

¹¹³ Lei nº 891 de 18 de agosto de 1911. *Coleção de Leis do Estado de Santa Catarina em 1911*. Florianópolis: Gab. Tip. D'O Dia. 1912.

o desenrolar da guerra sertaneja, no ano de 1914, quando o Capitão Euclides de Castro era Delegado Especial em Lages e comandava um piquete de cavalaria do Regimento de Segurança do Estado, enviou numerosa correspondência ao secretário Geral do Estado queixando-se das insistentes e constantes intromissões do Cel. Belisário Ramos, Superintendente Municipal de Lages e irmão do ex-Governador Vidal Ramos. Na prática, o Capitão Euclides afirma que era o Superintendente de Lages quem tinha o comando efetivo sobre as tropas estaduais, municipais e de *vaqueanos* civis à disposição do governo. O Capitão Euclides não conseguiu nem recuperar o armamento do Estado, centenas de carabinas *Winchester*, que estava nas mãos das autoridades locais. Euclides queixava-se que sempre que solicitava ordens do governo estadual para recolher as armas do Estado que estavam em mãos de civis, recebia como resposta que “*deveria agir em concordância com os Superintendentes Municipais*”.¹¹⁴

¹¹⁴ Ofício do Capitão Euclides de Castro, Comandante do 1º Esquadrão do Regimento Provisório de Cavalaria, ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, Fúlvio Aducci. 8/10/1914. Ofícios do Regimento de Segurança para a Secretaria Geral dos Negócios do Estado. 1914. APESC.

Capítulo 2

Aspectos institucionais

A Questão de Limites

“O Contestado é um filho infeliz de dois pais adotantes, ambos ávidos de sua maravilhosa riqueza e ambos manifestamente impotentes para debelar os males terríveis que o assoberbam : a ignorância dos habitantes e a falta de um policiamento extraordinário e duradouro.”¹

Uma das primeiras explicações introdutórias, de quase todos os autores que estudam a Guerra Sertaneja do Contestado, coloca que o movimento caboclo não guarda uma relação direta de causa e efeito com o processo de disputa de limites empreendida pelos respectivos estados. É uma afirmação, em si, razoável, principalmente para não se perder de vista a complexidade deste movimento social. Mas é importante registrar que o longo período de indefinição entre as divisas marcou profundamente a natureza da ocupação demográfica da região e o perfil social e político destas comunidades. Não há exagero em afirmar que, em algumas regiões, a questão de limites foi decisiva para a adesão de comunidades inteiras à vida das “Cidades Santas” e a solução institucional deste problema foi decisiva para impedir um ressurgimento do levante sertanejo. O militar autor da epígrafe acima entendia, como era comum no discurso da imprensa e de intelectuais neste período, que as causas da guerra sertaneja estavam na “ignorância” da população e na quantidade

¹ Peixoto, Demerval . *Campanha do Contestado..Op. Cit.* p.33.

elevada de “bandidos” que havia nestas terras sem dono. O autor atribuía a existência destes dois elementos à prolongada pendência entre os estados em disputa pela região, que era arriscada e desinteressante para investimentos de maior vulto. Mas são apenas afirmações gerais, repetidas por quase toda a historiografia e que não torna a região contestada muito diferente do conjunto do sertão brasileiro. É uma repetição do mesmo diagnóstico lançado sobre Canudos, que pouco serve para explicar o próprio movimento de Belo Monte, nem tampouco dá conta das especificidades do Contestado.

Desde o período colonial, as unidades administrativas de Santa Catarina e São Paulo (e a partir de 1853, o Paraná) disputam pela jurisdição sobre a região do Planalto Serrano, mais especificamente das terras situadas a oeste, entre os rios Uruguai e Iguaçu, e ao sul do Rio Negro. O marco inicial da ocupação oficial e colonização da região, com a fundação de Lages em 1766, foi iniciativa do governo da Capitania de São Paulo, mediante ordens da Coroa, para regularizar o caminho das tropas e assegurar a posse portuguesa sobre um território que era objeto de disputa com a Coroa da Espanha. Consta que, muito antes da fundação da vila de Lages, já havia várias fazendas de criação de gado, de criadores que provinham das campos gerais do Paraná e de São Paulo e que, desde início do séc. XVIII, fixaram-se na região.²

² Os catarinenses baseavam-se no ato de criação do Governo Militar de Santa Catarina, em 1738, separado da Capitania de São Paulo e subordinado diretamente ao vice-rei no Rio de Janeiro e no Alvará Real de criação da Ouvidoria de Santa Catarina, em 1749, que demarca nitidamente sua jurisdição onde os limites ao norte interiorano ficavam nos rios Negro e Iguaçu. A partir do final do séc. XIX, os Institutos Histórico-Geográficos de Santa Catarina e do Paraná tiveram na promoção de obras a respeito da questão de limites, seus principais objetivos, auxiliando, desta forma, na divulgação e assessoramento aos advogados dos respectivos governos. Nesta polêmica, o ponto de vista

Até o início do séc. XIX, a Capitania de Santa Catarina restringia-se, na prática, apenas ao governo sobre a ilha que lhe deu nome e às pequenas vilas litorâneas de São José, São Miguel, Laguna e São Francisco do Sul. Em 1820, por decisão do Rei, o município de Lages foi desmembrado da Província de São Paulo e anexado a de Santa Catarina, ao que consta, para ter assistência mais próxima da capital litorânea, em razão da crise sofrida por Lages, devido aos constantes conflitos com indígenas da região. Mas a proximidade com a capital litorânea era apenas geográfica. O único caminho que então ligava Lages ao litoral, a estrada Lages-Laguna, era apenas uma pequena picada de descida da serra, onde transitavam cargueiros de mulas em travessias que, em tempo bom, eram vencidas em 10 dias.

A transferência de Lages a Santa Catarina não resolveu os problemas de disputas de limites, estes foram apenas ampliados para o interior do sertão. A indefinição quanto aos limites do território do termo municipal de Lages, a ocupação do Iguaçu e dos Campos de Palmas por paulistas e paranaenses farão com que esta questão seja objeto de polêmica durante todo o séc. XIX.

Enquanto Santa Catarina argumentava pelo cumprimento das instruções coloniais, que davam garantia ao domínio sobre todo o território circunscrito nos limites naturais ao sul dos rios Negro e Iguaçu, os paranaenses defendiam sua jurisdição sobre todo o planalto não pertencente à Lages, principalmente aos campos de Palmas. Os paranaenses defendiam sua jurisdição, baseando-se em outros

catarinense está em Mafra, Manoel da Silva. *Exposição Histórico-jurídica, por parte de Santa Catarina*. Rio de Janeiro : Imprensa Nacional, 1899, o ponto de vista paranaense é defendido por Martins, Romário. *Documentos comprobatórios dos Direitos do Paraná*. Rio de Janeiro : Tip. Do Jornal do Comércio, 1915. Oswaldo Cabral faz um resumo comentado sobre esta longa disputa em *A Campanha do Contestado*. 2ª ed. Florianópolis : Ed. Lunardelli, 1979, pp. 23 a 66.

documentos coloniais, acrescidos do argumento do *uti possidetis* - a ocupação e colonização de fato - que era realizada majoritariamente por criadores e lavradores paulistas e paranaenses. O Paraná procurava reforçar sua tese pelo *uti possidetis*, uma vez que, com este princípio, o Brasil como um todo garantiu a soberania sobre muitos territórios, desde o Tratado de Madri, em 1750, até várias arbitragens e acordos com vizinhos durante o séc. XIX, inclusive com a Argentina.

Cabe lembrar que a região mais a oeste desta contenda, ou seja, os territórios situados entre os rios Iguaçu e Uruguai e ao leste limitados pelos rios Jangada e Peixe, foram reivindicados pela Argentina, durante quase todo o séc. XIX, como parte de sua Província de Misiones. Só em 1895, com a arbitragem do presidente Cleveland, a posse brasileira passa a ser internacionalmente reconhecida, e este território definido como "terras nacionais". (ver mapa 1)

Durante o séc. XIX, como o comércio do caminho das tropas passou a ser visto pelas Províncias como algo tributável, conflitos institucionais a respeito da colocação e retirada de barreiras fiscais motivaram algumas medidas do governo imperial, no intuito de estabelecerem jurisdições provisórias, enquanto a disputa principal em torno dos Campos de Palmas não tinha seu desfecho definido. A definição da contenda deveria processar-se por projeto de lei a ser negociado entre os parlamentares das duas Províncias. Este *status quo* provisório era francamente favorável ao Paraná. O Decreto 3.378, de 1865, definia a divisa entre as duas Províncias pelo Rio Saí-Guaçu, a Serra do Mar e o Rio Marombas até sua foz no Canoas e, deste até o Rio Uruguai. Ficava sob jurisdição catarinense no planalto apenas o município de Lages e um pequeno pedaço de seu Distrito de Curitibaanos. Os

paranaenses teriam o domínio sob toda a região dos campos de Palmas a oeste e a todas as bacias hidrográficas dos rios Negro e Iguaçu. Além disso, Campos Novos, que já era um Distrito do município de Lages, ficaria dentro da jurisdição paranaense (veja Mapa 2). Este Decreto sofreu violenta oposição dos Deputados e Senadores catarinenses e foi revogado um ano depois.

A jurisdição provisória catarinense é demarcada pelo Aviso de 14/01/1879, do Ministro Cansanção de Sinimbu, com a definição do Rio do Peixe como limite oeste da ocupação desta Província. Esta medida viabilizou a implantação dos municípios catarinenses de Curitibanos e Campos Novos.(veja Mapa 3) e definiu, em linhas gerais, o *status quo* até o acordo definitivo, em 1916. No Aviso Ministerial não havia definição sobre o limite norte da jurisdição de Santa Catarina, o que originou futuros problemas. Os conflitos de limites durante o período imperial foram se intensificando. O fato dos Presidentes de Província serem geralmente políticos da Corte ou de outras Províncias, que normalmente não ficavam muito tempo à testa das mesmas, não impedia que os mesmos desenvolvessem uma série de laços políticos com determinados interesses regionais e passassem a defender fortemente a causa provinciana de limites. Alfredo E. Taunay, por exemplo, após governar a Província de Santa Catarina em 1877-78, foi eleito Deputado Geral e mais tarde Senador pela mesma.

Entre os dois Estados da Federação, a polêmica vai se intensificando e transforma-se num relevante problema político no início do período republicano. Esta região deixava de ser um sertão inóspito e se transformava numa frente de ocupação de fazendas e lavouras, onde as populações irradiadas pelas vilas catarinenses de

Curitiba, Campos Novos e Lages e as povoações paranaenses de Rio Negro, União da Vitória e Palmas passam a ocupar o espaço contestado. As vilas paranaenses de Rio Negro e União da Vitória ocupavam os dois leitos dos respectivos rios (Negro e Iguaçu) que deveriam demarcar a divisa entre os Estados. Os paranaenses irradiaram-se em várias direções: a partir de Rio Negro, fundaram as vilas de Três Barras, Papanduva e a Colônia Lucena (Itaiópolis), próxima às nascentes do Rio Itajaí do Norte; a partir de União da Vitória fundaram as vilas de Valões, Poço Preto e Vila Nova do Timbó, todas na margem esquerda do Rio Iguaçu; a partir de Palmas, fundaram a povoação de Clevelândia e criaram os distritos policiais de Chapecó, Campo Erê e Irani.³

Os catarinenses, em contrapartida, a partir do litoral norte de sua Província, colonizaram com imigrantes alemães as terras ducais, pertencentes à família real brasileira e fundaram, a partir de Joinville, e subindo a Serra do Mar, a Colônia de São Bento e o município de Campo Alegre. Para ligar estas comunidades ao litoral é aberta, ainda no séc. XIX, a estrada de rodagem Dona Francisca.⁴ A partir do núcleo de São Bento, em 1889, os catarinenses fundam o povoado de Canoínhas, quase às

³ "A irritante demanda estava atravessando um novo período de ocupações, enquanto os contendores criavam vilas por decretos e promoviam simples povoados a cidades, numa preocupação de agradar os jurisdicionados e ao mesmo tempo, melhor firmarem suas posses. O Paraná fez Rio Negro cidade em 1906, elevou União da Vitória aos mesmos foros em 1908, promoveu a Colônia Lucena à categoria de vila Itaiópolis, improvisou a vila de Papanduva e ergueu alguns barracões de madeira sob a pomposa denominação de Vila Nova do Timbó." Peixoto, Demerval, *Op. Cit.*, p. 90. No extremo oeste, o governo imperial já havia criado as colônias militares de Chapecó e Chopim, para impor uma barreira às pretensões argentinas, mas estes dois núcleos vão permanecer sob controle do exército até o desfecho final da questão de limites, em 1916.

⁴ Kormann, José. *Histórico da estrada de Dona Francisca de Joinville por Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho a Mafrá*. Florianópolis: IOESC, 1989.

margens do Rio Negro, povoado este que é logo transformado em distrito do município de Curitibaanos, emancipando-se em 1911.⁵(ver Mapa 4)

Desmandos e usurpações

Na formação destes povoados estavam, desde o início, oficiais da Guarda Nacional, autoridades políticas, policiais e judiciais dos respectivos Estados, havendo, em algumas regiões, justaposições, o que foi fonte de freqüentes conflitos. O chamado *status quo* não era nada claro nem pacífico. Um destes conflitos é revelado na “Ação de Protesto” encaminhada ao juiz de São Bento do Sul, pelo comerciante Policarpo Gomes de Oliveira, em 1893.⁶ Policarpo queixa-se de que o vapor “Minuano” e duas chatas de madeira, de sua propriedade, foram apreendidos por um Tenente e praças armados do Corpo de Segurança do Estado do Paraná, sob as ordens do Juiz e do Prefeito de Rio Negro, que intimaram o comerciante catarinense a retirar suas naveas do Rio Negro. Policarpo requeria indenização ao Estado do Paraná pelos prejuízos advindos da prisão de seus barcos.

⁵ Francisco de Paula Ferreira, proprietário de um engenho de erva-mate em São Bento, deslocou-se com muitas famílias para Canoíhas, em 1889, por ser uma região riquíssima em ervais, Queiroz, Maria I. P. *La “Guerre Sainte” au Brésil .. Op. Cit.* pp. 51 e 52. Para lá também se deslocaram muitos comerciantes, como Roberto Ehlke, que foi nomeado sub-comissário de polícia de Canoíhas pelo Cel. Albuquerque, Superintendente Municipal de Curitibaanos. Antes disso, o mesmo Roberto Ehlke havia sido nomeado por autoridades paranaenses de Rio Negro como Delegado do “Distrito Policial de Canoíhas”, nomeação recusada por Ehlke. Canoíhas transformou-se na vanguarda norte da ocupação e jurisdição Catarinense no território contestado. Os Paranaenses entendiam que sua fronteira sul era demarcada com o município de Lages, depois passaram a admitir Curitibaanos como catarinense e defendiam que o município paranaense de Rio Negro tinha seu limite sul nos campos da Estiva (atual Papanduva). Canoíhas era um povoado de diminutas dimensões quando foi emancipado em 1911. Em maio de 1914, antes de ser atingida pelo movimento rebelde, consta que a vila de Canoíhas possuía apenas 73 casas comerciais, 3 fábricas de cerveja (empregando ao todo 5 operários), 4 fábricas de gasosa (empregando ao todo 8 operários), 4 ferrarias (com total de 8 operários), 3 selarias (com 6 operários), 2 olarias (com 8 operários), 3 engenhos de serra (com 36 operários). A receita do Município em 1913 foi de 10:107\$240. Havia ainda 3 escolas particulares e 3 subvencionadas pelo Município. *Relatório apresentado ao Sr. Cel. Vidal Ramos, Governador do Estado pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Régis*. Florianópolis : Typographia da Livraria Central, maio de 1914, p. 76.

⁶ Ação de Protesto, autor: Policarpo Gomes de Oliveira, São Bento do Sul, 1893. MTJSC, caixa B1.

A “Ação de Protesto” só teve função política, foi publicada nos jornais “A Legalidade”, de São Bento e “Jornal do Comércio” de Desterro . Policarpo queixou-se também do silêncio da Câmara Municipal de São Bento, que não quis encampar esta luta política (livre navegação sobre o Rio Negro), o que se tornou muito comum neste período. Muitos conflitos entre comerciantes catarinenses e paranaenses, que concorriam pelo transporte fluvial da erva-mate e outras mercadorias nos rios Negro e Iguaçu, serviram de pretexto para acirrar a questão de limites entre os dois estados.

Havia, anualmente, uma espécie de guerra fiscal entre os estados pela erva-mate. O Estado de Santa Catarina sempre tributou à menor a erva produzida e comercializada no planalto, tentando, muitas vezes, receber a erva paranaense para exportar pelo seu Porto de São Francisco.⁷ O governo do Paraná procurava inibir este corredor comercial erigindo barreiras fiscais, principalmente na região que ficava entre Canoínhas e São Bento do Sul, onde havia uma saliência paranaense no espaço ocupado por Três Barras, Itaiópolis e Papanduva (esta vila ficava a 40 km ao sul do Rio Negro, limite reivindicado por Santa Catarina).

Durante dois meses de 1913, um comerciante de Joinville, Olympio Nóbrega de Oliveira, exerceu uma função comissionada, em caráter reservado, para o governador de Santa Catarina, com o objetivo de avaliar os problemas fiscais e fronteiriços na região contestada. Em sua correspondência ao governador, Olympio afirma que era de fundamental importância a conclusão da construção de um trecho

⁷ O governador de Santa Catarina já possuía uma autorização permanente do Congresso Representativo do Estado para diminuir os impostos de exportação “segundo o estado dos mercados”. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 30/07/1905 pelo Vice-Governador Cel. Vidal Ramos Júnior*. Florianópolis : Typographia d’O Dia, 1905, p. 23.

de 5 km de estrada de rodagem, que ligava a Vila de Canoínhas à estação da estrada de ferro de mesmo nome e que diminuísse mais ainda os impostos sobre o mate, para que a produção do Paraná pudesse se dirigir ao território catarinense. Olympio conclui sua missão avaliando que houve “algum ganho”, já que vários comerciantes de Rio Negro passaram a despachar a erva-mate pelas cidades catarinenses de São Francisco e Joinville, quando antes o faziam por Paranaguá.

As autoridades catarinenses, localizadas próximas às divisas com o Paraná, evitavam, sempre que possível, atritar-se diretamente com as autoridades vizinhas. Era uma espécie de “tática de temporização”, uma política do lado mais fraco, já que o Paraná dispunha não só de uma polícia mais numerosa e atuante, mas de oficiais da Guarda Nacional (como os Coronéis Juca Pimpão e Domingos Soares, de Palmas; Amazonas Marcondes e Cleto Silva de União da Vitória, Artur de Paula e Agostinho Ribeiro, no Timbó; Fabrício Vieira, no médio vale do Iguaçu; a família Pacheco, em Três Barras; Nicolau Bley, em Rio Negro) que podiam mobilizar grandes contingentes de capangas à disposição das autoridades paranaenses.

Os catarinenses contavam com dificuldades para mobilizar tanto pessoal quanto os paranaenses. Esta dificuldade não ocorria por falta de população disponível, mas por falta de Coronéis com poder direto de mobilização de um número significativo de peões e agregados. As autoridades do planalto norte catarinense sofriam de uma fraqueza que provinha do próprio perfil social da região, ou seja, da existência de muitos posseiros e pequenos lavradores independentes.

Em Canoínhas havia um problema adicional. O Major Thomás Vieira era acusado de tolerante frente as investidas paranaenses por que era primo irmão do Cel.

Fabício Vieira, que defendia seus interesses sob a capa do estado do Paraná.⁸ Porém, muitas vezes, as autoridades catarinenses souberam aproveitar-se da colaboração de lideranças avulsas de antigos comandantes federalistas, refugiados do Rio Grande do Sul e do Paraná, que encontravam um clima de maior tolerância no planalto catarinense. Os federalistas reingressam na vida política a partir de 1902, quando por iniciativa de Hercílio Luz, há a unificação dos dois segmentos políticos dentro do espaço único do Partido Republicano Catarinense.⁹

Esta apatia das autoridades catarinenses contra violações territoriais abusivas dos vizinhos do norte era fonte de profundo desgaste político na região. Pelo lado catarinense, o Major Tomás Vieira, protegido do Cel. Albuquerque de Curitibaanos, tornou-se o primeiro Superintendente Municipal de Canoínhas. Vieira era o mais fiel representante do governo catarinense, a ele normalmente não se subordinavam lideranças locais avulsas, como o Coronel Demétrio Ramos e o Capitão Aleixo Gonçalves de Lima, antigos oficiais da Guarda Nacional de origem federalista, que tinham terras que estavam sendo açambarcadas por proprietários paranaenses e viviam às turras com a polícia e as autoridades tributárias do Paraná.¹⁰ Afirma

⁸ Entrevista com Gilberto Kopecki, em anexo.

⁹ Esta iniciativa de Hercílio tinha como objetivo enfraquecer seu principal rival no Estado, Lauro Müller, que por fim, acabou por assimilar a composição com os federalistas e isolou Hercílio em 1910, quando este apoiou a candidatura de Rui Barbosa, enquanto Lauro ficou com a maior parte do PRC ao lado do vencedor Hermes da Fonseca. Apoiar Rui Barbosa, que era na ocasião advogado do lado paranaense na questão de limites, significava quase um suicídio político. Meirinho, Jali. *República e Oligarquias : Subsídios para a História Catarinense (1889-1930)* Florianópolis : Insular, 1997, p. 129 a 136. Lenzi, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis : Ed. UFSC/Lunardelli, 1983, pp. 78 a 80.

¹⁰ Demétrio Ramos era gaúcho, fixou moradia na região do Timbó depois da Revolução Federalista; Aleixo Gonçalves de Lima era paranaense, mas radicou-se na região de São Bento e passou a defender a causa catarinense contra as barreiras fiscais que o Paraná colocava ao sul do Rio Negro para interceptar o comércio entre as vilas catarinenses de Canoínhas e São Bento. Em 1909, Aleixo liderou um grupo de caboclos e atacou um posto fiscal paranaense em Rio Preto, foi tratado como herói pela

Antônio Tavares que os constantes desmandos das autoridades paranaenses na região só encontravam oposição por parte destas lideranças avulsas e que as autoridades oficiais catarinenses nada faziam. O próprio Major Vieira, em Canoínhas, precisava do auxílio dos capangas do Cel Albuquerque (entre eles os futuros chefes vaqueanos Pedro Ruivo e Lau Fernandes), de Curitiba, para vencer as eleições locais em 1914.¹¹

Nos vales do Timbó e Paciência ocorria uma disputa entre grandes criadores e pequenos lavradores (que nesta região também eram coletores de erva), onde os primeiros eram oficiais da Guarda Nacional do Paraná. Para Tavares, os caboclos, pequenos agricultores e ervateiros não podiam mais trabalhar na região : *“os seus ervais outrora zelados e produtivos, hoje abandonados, o matagal matando, a criação morrendo à mingua, as suas roças abandonadas às criações dos protegidos do Paraná”*.¹² As arbitrariedades iam mais longe, autoridades paranaenses seguidamente investiam com força armada no vale do Timbó, *“fazendo as autoridades catarinenses fugirem e a anularem todos os atos praticados por estas autoridades, como a transmissão de propriedades, cobranças para a abertura e continuação de negócios de balcão e até anulação de casamentos”*.¹³

Depois de correr a notícia da primeira sentença do STF em favor de Santa Catarina, em 1904, os ânimos se exaltam na região contestada. Os paranaenses

imprensa de Joinville e Florianópolis. Vinhas de Queiroz, Maurício, *Messianismo e Conflito .. Op. Cit.*, pp. 68 e 69.

¹¹ O Major Matos Costa, do exército, afirma que o Major Vieira buscava a reeleição em Canoínhas com o auxílio de *“criminosos imigrados de Curitiba e crias do Cel. Albuquerque”*. Telegrama do Major Matos Costa ao Governador de Santa Catarina, Canoínhas 18/07/1914. APAT.

¹² Texto s/título, de 1921, sobre a Guerra do Contestado, escrito por Antônio Tavares de Souza Jr, um dos chefes rebeldes, p. 5. APAT.

passam a interpretar quaisquer medidas administrativas dos catarinenses na região contestada como uma forma de execução, a força, da primeira sentença que ainda era objeto de recurso. Gravíssimo incidente ocorreu em 1905, quando um juiz paranaense de União da Vitória formou uma força mista de 400 policiais e “voluntários” a pretexto de prender criminosos escondidos no vale do Timbó. Segundo o Presidente do Paraná, estes “criminosos” eram “*protegidos por autoridades catarinenses falsamente constituídas*” nesta jurisdição.¹⁴ O motivo imediato para a formação da expedição foi o boato dando conta que o Coronel Demétrio Ramos investiria contra a cidade de União da Vitória, com uma milícia de 500 homens que o mesmo havia montado com a colaboração de comerciantes de erva de Canoínhas e do próprio governo catarinense.¹⁵

Houve um grande número de casas incendiadas e violências praticadas sobre a população comum pela força paranaense. O líder dos moradores da região, Demétrio Ramos, foi preso, tendo sua casa invadida e incendiada à noite, e nunca mais se soube de seu paradeiro. Alguns afirmam que ele fugiu para o Mato Grosso, outros, que foi para São Paulo, mas não há dúvidas que Demétrio teve de abandonar a região porque sua família ficou como refém da força paranaense. Além do Vale do Timbó, a Vila de Canoínhas, então Distrito de Curitibaanos foi ocupada por esta força

¹³ Idem, p.6

¹⁴ *Mensagem do Presidente Vicente Machado da Silva Lima a Assembléia Legislativa do Paraná em 1º de fevereiro de 1906*, pp. 10 e 11.

¹⁵ É um evidente exagero. Seria muito difícil armar 500 homens no vale do Timbó e no distrito de Canoínhas, muito mais improvável seria este grupo investir contra União da Vitória, centro mais rico e populoso do Paraná no contestado. O mais provável é que a presença do grupo armado de Demétrio em apoio às autoridades catarinenses no Timbó, tolhia a ação paranaense neste vale. Esta informação do grande grupo de Demétrio está em Vinhas de Queiroz(*Op. Cit.*, p. 68), baseado em dados

paranaense, que prendeu o juiz de paz catarinense Laurindo Cordeiro Bello e o escrivão local, ambos sendo expostos ao escárnio popular em Curitiba. O juiz Laurindo ficou com um olho cego e o escrivão teve uma mão quebrada.¹⁶

Efetivamente, o que estava em questão era a jurisdição sobre o vale do Rio Timbó, onde o Paraná havia criado um distrito policial subordinado ao município de União da Vitória apenas no papel. As autoridades ali existentes eram ligadas ao distrito de Canoínhas e, portanto, à Santa Catarina. Após os conflitos de 1905, a região do Timbó ficou sob ocupação de forças do exército nacional, embora um destacamento da polícia paranaense tenha permanecido no local, para dar proteção ao Coronel Artur de Paula na sua iniciativa de criação do Município de Vila Nova do Timbó. Daí até o acordo definitivo, em 1916, o Timbó será considerado o “contestado do contestado”, pelo fato de ali não existir nem um mínimo de consenso sobre o *status quo* provisório.

A presença da força federal na região também foi motivo de longas disputas políticas. Nesta questão, o exército não apresentava-se como uma instituição homogênea e acima das paixões regionais. Inicialmente, a força federal de ocupação no Timbó foi dirigida pelo Capitão Inácio Costa, um paranaense acusado pelos catarinenses de parcialidade por não permitir a presença de autoridades catarinenses na região. Depois de gestões do governador catarinense, o exército indicou o Capitão Aleluia Pires, oficial catarinense, para comandar a força estacionada no Timbó, vale

coletados em Demerval Peixoto(*Op. Cit.*, p 91), que normalmente dá maior crédito à versão paranaense.

¹⁶ O governador de Santa Catarina foi avisado com antecedência da investida paranaense, mas deliberadamente negou apoio solicitado para não entrar em conflito direto com o Paraná. *Mensagem*

que continuou tensamente dividido, com a presença de autoridades paranaenses próximas à foz com o Iguaçu e catarinenses no médio e alto Timbó.¹⁷ Ainda em inícios de 1912, houve nova tentativa dos paranaenses em estender, à força, sua jurisdição sobre a região de Canoínhas, o que sofreu, desta vez, organizada oposição do Superintendente Municipal Major Vieira, que contratou centenas de capangas com auxílio do Governo do Estado.¹⁸

Esta extensa região entre União da Vitória e Canoínhas, onde ficam os rios Timbó e Paciência, os campos de São João de Cima, a fazenda dos Pardos, a Serra do Tamanduá, o Timbozinho, Rio da Areia, era ocupada também por fugitivos da lei, como o bandoleiro Petiço, que por muito tempo roubou gado pelos campos de Lages e usava esta região do Timbó para esconder-se.¹⁹ Além disso, ainda em 1906, os índios botocudos promoviam ataques no baixo vale do Timbó.²⁰

A disputa pela erva-mate

O planalto norte catarinense, em divisa com o Paraná, nos vales dos rios Negro e Iguaçu, é a região onde se localizava a maior quantidade de ervais nativos, onde a folha de erva-mate era colhida de ervais em sua maioria devolutos, beneficiada por caboclos e vendida a comerciantes das vilas mais próximas. A

apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18/09/1906 pelo Coronel Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Governador em exercício. Florianópolis : Typographia D'O Dia, 1906, pp. 11 a 13.

¹⁷ Idem, p. 13.

¹⁸ Em março de 1912 o governo de Santa Catarina mandou “...4 contos como indenização de despesas realizadas com a reunião de gente para opor-se a invasão de forças e autoridades do Paraná...” of. nº 257, 22/03/1912, Do Secretário Geral de Negócios do Estado de SC para Superintendente Municipal de Canoínhas. APESC.

¹⁹ Antônio Petiço agia nos planaltos gaúcho e catarinense e a Serra do Timbó era o seu “covil”, seu bando foi destruído pela polícia catarinense em 1903. *Mensagem do Vice-Governador Vidal Ramos*, 24/07/1904, Florianópolis : Tip. D'O Dia, 1904, p. 15.

produção do mate era extremamente trabalhosa, envolvendo a mão-de-obra de toda a família cabocla, normalmente nos meses de inverno, quando a pecuária e a agricultura não demandavam muito serviço.

O processo de produção, praticamente até meados do séc. XX, seguia o antigo modelo indígena. Além do corte nos ervais, o produto era sapecado no fogo ainda próximo ao local da extração. A sapecada é uma rápida exposição ao fogo, depois as folhas eram secadas no carijo (uma espécie de grande estrado de cipó trançado que se elevava sobre um braseiro) com muito cuidado para que não queimassem e também não ficassem com catanga de fumaça. As folhas podiam ser secadas no barbaquá, uma inovação tecnológica implantada a partir do final do séc. XIX, espécie de forno de alvenaria que desviava a fumaça e levava apenas o calor às folhas. Depois as folhas secas eram canheadas, socando-as e quebrando-as em uma cancha redonda, o pó resultante era peneirado (para reter os pauzinhos grandes) e ensacado. O mate colhido durante um dia tinha que ser sapecado a fogo na mesma tarde ou noite contínua, para que não fossem perdidas determinadas qualidades aromáticas.²¹

A rápida ocupação da região do planalto norte catarinense no início do séc. XX intensificou a exploração dos ervais devolutos, o que muitas vezes resultou no esgotamento e morte precoce das árvores de *Ilex*. A Lei Estadual nº 700, de 27/10/1906, procurou regular a extração da erva-mate em terras de domínio do Estado, evitando a exaustão das reservas, fixando o período de corte entre 1º de maio

²⁰ Consta que o ataque botocudo ocorreu a 8 km da margem direita do Timbó, no paiol de Adelino de Oliveira Santos, que morreu junto com sua família. Silva, Cleto. *Apontamentos Históricos de União da Vitória, 1768-1933*. União da Vitória : s/ed., 1933, p. 88.

e 30 de setembro e proibindo novo corte nas mesmas árvores dentro de um prazo de 3 anos.²²

A erva-mate era o principal artigo de exportação do Estado de Santa Catarina no final do séc. XIX e início do XX. Nestes anos verifica-se um constante crescimento das exportações, apesar de uma paulatina queda dos preços do produto. A exportação em 1894 foi de 3.304 toneladas num valor de 1.331 contos de réis, em 1902 a exportação atingiu 5.045 toneladas num valor de 2.022 contos. Em 1903, a produção aumenta para 5.748 ton., mas a queda de preço do produto faz o valor exportado neste ano atingir apenas 1.428 contos.²³ A erva catarinense era exportada principalmente para o Chile. Atribui-se às quedas de preços a grande concorrência entre os exportadores (PR, SC, RS e Paraguai) e à pouca possibilidade de ampliação do principal mercado consumidor-importador formado pela Argentina, o Uruguai e o Chile.²⁴

Em 1904, enquanto a questão das terras contestadas ainda estava sob o julgamento do Supremo Tribunal Federal, os dois Estados concordaram em estabelecer divisas provisórias que seriam o fruto do "status quo". Este limite seria dado pelo rio do Peixe ao oeste e, ao norte, os municípios de União da Vitória e Rio

²¹ Interessante descrição deste processo está em Renk, Arlene. *A luta da Erva : Um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó : Grifos, 1997, pp. 166 a 172 e Queiroz, Maurício Vinhas, *Op. Cit.*, pp.22 a 28.

²² Santa Catarina, *Coleção de Leis do Estado de Santa Catarina de 1906*. Florianópolis : Livraria Moderna, 1906.

²³ Estes dados encontram-se na *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 24 de julho de 1904 pelo Vice-Governador em exercício Cel. Vidal de Oliveira Ramos Júnior*, Florianópolis : "O Dia". 1904, p.25 a 27.

²⁴ Além da erva-mate, os principais artigos de exportação de Santa Catarina eram gêneros alimentícios para o mercado interno brasileiro como: produtos suínos (1.075 t, 789 contos), manteiga (435 t, 785 contos), açúcar (4.135 t, 698 contos), feijão (3.454 t, 351 contos) e farinha de mandioca (6.519 t, 313 contos). Dados de 1903, da mesma *Mensagem* citada acima.

Negro. Mas esta concordância não pôs fim a novos conflitos, uma vez que não eram claros os limites dos municípios acima citados e, na prática, o Paraná penetrou sobre o vale do Timbó, estabelecendo uma delegacia de polícia e mais tarde o futuro município de Vila Nova do Timbó.

Os governadores de Santa Catarina investiram pesadamente numa solução política e jurídica para a questão dos limites. Para isto, houve consenso com significativa unidade da elite política local, o que auxiliou na projeção política nacional do ex-governador Lauro Müller.²⁵ O estado catarinense era mais pobre e menos populoso que o vizinho do norte, precisava compensar esta fragilidade com uma firme articulação política nacional, aliando-se incondicionalmente à situação política dominante.²⁶

De fato, quase toda a população desta região era proveniente, majoritariamente, do Paraná, principalmente de Palmeira, Lapa e São José dos Pinhais, pertencente à região dos campos gerais, onde tinha sofrido todo tipo de

²⁵ Filho de imigrantes alemães e nascido em Itajaí, Lauro Müller ingressou no exército sendo aluno de Benjamin Constant na Escola Militar do Rio de Janeiro, onde graduou-se como Engenheiro Militar em 1888. Ainda ocupando o posto de 2º Tenente, com 27 anos, foi nomeado pelo Governo Provisório de Deodoro como primeiro Governador de Santa Catarina no período republicano. Em sua carreira política privilegiou os cargos federais, mesmo sendo eleito Governador de Santa Catarina em 1902 e em 1918, períodos nos quais não exerceu o poder estadual, permanecendo com sua cadeira quase permanente no Senado e sendo Ministro de Viação e Obras Públicas de Rodrigues Alves (onde participou na execução da reforma urbana do Rio) e, depois da morte do Barão do Rio Branco, foi Ministro das Relações Exteriores de Hermes da Fonseca e de Wenceslau Brás. Lauro chegou a almejar a presidência da república, mas teve sua carreira política nacional prejudicada a partir de 1917 por ser de origem alemã, devido ao envolvimento do país na 1ª Guerra Mundial. Corrêa, Carlos Humberto P. *Os Governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis : Ed. UFSC. 1983.

²⁶ A título de comparação, em 1911 o orçamento de Estado Santa Catarina era de 2 mil contos de réis, muito inferior ao do Paraná (4.700 contos), Rio Grande do Sul (17.830 contos), Minas Gerais (12.400 contos), São Paulo (43.280 contos) e Espírito Santo (5.000 contos), só era semelhante ao orçamento de Sergipe (1.971 contos). Do ponto de vista da representação política formal, Santa Catarina possuía o mesmo espaço que o Paraná, 4 deputados federais e 3 senadores por cada Estado. Dados sobre os orçamentos destes estados podem ser acessados no site da Universidade de Chicago, onde existem na

expropriação e grilagem, ou eram descendentes de lavradores que procuravam novas terras. Estes habitantes procuraram as terras devolutas mais distantes com intuito de levar a vida em paz, com um mínimo de segurança e conforto. Curiosamente, apesar de sua origem paranaense, a maioria dos lavradores sitiantes e posseiros simpatizavam com o pleito catarinense sobre esta região. Afastar as fronteiras paranaenses significava ganhar distância do poder direto dos Coronéis, já que as atividades de grilagem eram muito mais intensas no Paraná.²⁷ Portanto, para os sertanejos do planalto norte, a disputa de limites não era algo abstrato ou um assunto exclusivo de políticos. A existência desta questão representava uma ameaça real, tanto à sua dignidade pessoal, como à sua condição social de posseiro ou sitiante independente.

Santa Catarina obteve sucesso no campo jurídico. Em 1904, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa ao estado na questão de limites. Os representantes do Paraná recorreram da sentença, e um novo julgamento, em 1909, confirmou a sentença anterior. O Paraná contratou Rui Barbosa para a defesa de sua causa, que entrou com embargos à sentença de 1909. Em 1910 o STF rejeitou os embargos do Paraná e confirmou as sentenças de 1904 e 1909 a favor de Santa

integra as mensagens anuais dos respectivos Governadores e Ministros de Estado : www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm

²⁷ Na população cabocla dos vales do Timbó, Timbozinho e Paciência, que uniu-se aos moradores de São Sebastião das Perdizes e Taquaruçu aderindo aos "Quadros Santos", este comportamento político sobre a questão de limites é identificado por Zélia Lemos : *"É interessante o procedimento dos fanáticos em relação à questão dos limites : Grande número deles era paranaense ou descendentes de paranaenses, mas, embora odiassem o governo catarinense que apoiava o Coronel Albuquerque de Curitiba, serviam-se da questão para enfrentar forças paranaenses quando invadiam suas posses, ou então para desalojar os paranaenses dos lugares onde se haviam estabelecido"* Op. Cit., p. 116.

Catarina.²⁸ A sentença fixava os limites entre os dois estados nos rios Negro e Iguaçu, já que as divisas no litoral (rio Saí) não eram objeto de contestação.

Os governantes paranaenses fizeram de tudo para impedir a execução da sentença, montaram ampla campanha jornalística, inclusive no Rio de Janeiro e embaraçaram por todos os meios a edição de uma ação de execução.²⁹ O Estado do Paraná passou a gastar pesadamente com diversos órgãos da imprensa nacional para defender seu ponto de vista.³⁰ Faltou a Santa Catarina força política para fazer executar a sentença. A partir de 1910, os governantes paranaenses passam a defender uma arbitragem independente, ou um acordo direto, para a solução da questão, enquanto os catarinenses insistiam no cumprimento da sentença, embora soubessem que isto estava cada vez mais longe de acontecer.³¹

²⁸ Foram advogados por Santa Catarina, em diferentes períodos, o Conselheiro Mafra, o Visconde de Ouro Preto e Eptácio Pessoa.

²⁹ O STF tinha a prerrogativa de julgar, mas não de executar a sentença, o que deveria ser feito pelo governo central, que não o fez, sensível à forte pressão política exercida pelas autoridades paranaenses. Para o Presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti, não havia uma Lei ordinária que regulasse a execução desta sentença, o que trazia a questão a estaca zero. Carta enviada por Carlos Cavalcanti de Albuquerque a Lauro Müller, 22/03/1912, Fundo Particular de Carlos Cavalcanti de Albuquerque, caixa 1, pasta 15, DEAP.

³⁰ Somente no ano de 1913, o Estado do Paraná enviou 50 contos de réis para o "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, por conta da rubrica orçamentária "Questão de Limites". Por esta mesma rubrica, foram contemplados os seguintes periódicos, no Rio de Janeiro: "O Paiz", "Imparcial", "Jornal do Brasil", "A Transoceânica", "Correio da Manhã", "A Época", "Revista Indústria e Commercio", "Correio dos Estados", "A Notícia", "A Razão", "Revista Moderna", "A Lanterna", "Gazeta de Notícias", "Revista Brasil Agrícola e Industrial", Jornal "A.B.C.", "A Lavoura", "A Rua" e "Brasil Ferro-Carril"; em São Paulo: "Jornal do Commercio de São Paulo", "A Capital", "O Estado de São Paulo" e "Le Messenger"; em Minas Gerais: "Diário Mercantil" (Juiz de Fora) e "O Pharol de Minas Gerais". Correspondência reservada expedida pelo Presidente do Estado do Paraná a Diversas Autoridades, 1909-1919, Códice 474, DEAP.

³¹ Autoridades paranaenses da região contestada planejaram criar um novo Estado, das "Missões", cuja capital seria União da Vitória, o que seria um novo fato político-administrativo, que reverteria a vantagem jurídica de Santa Catarina. Após alguns anos este novo Estado, mediante consulta plebicitária, se reunificaria com o Paraná. Atas e documentos deste projeto, defendidos diretamente por seu autor, estão em Silva, Cleto da. *Acordo Paraná-Santa Catarina ou o Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Papeleria Globo, 1920. Porém, para os governantes de Curitiba a "proclamação" do Estado de Missões só era útil para pressionar as autoridades federais, mas não achavam interessante

A guerra sertaneja do Contestado desenrolou-se nestes momentos de indefinições entre uma sentença definitiva a ser cumprida e a possibilidade de acordo diferenciado, oferecida pelo Paraná. A posição paranaense de ignorar a sentença em busca de uma solução negociada foi reforçada, em 1912, com a adesão do Ministro Lauro Müller que, seja por convicção ou por ambições políticas nacionais, aderiu a tese do acordo, levando consigo, aos poucos, a maior parte do Partido Republicano Catarinense. O governador Vidal Ramos resistiu a esta tese até o final de seu mandato, em julho de 1914.

Paralela às iniciativas políticas e propagandísticas na Capital Federal, o governo do Paraná tomou a iniciativa de organizar nos municípios contestados Comitês de Limites, organismos oficiais com fins "cívicos", mas que, na prática, recebiam armas do Comitê Central de Limites sediado em Curitiba, chefiado pelo historiador e Coronel Romário Martins. O Comitê Central de Limites recebia verbas do orçamento estadual e repassava-as aos Comitês Municipais de Palmas, Rio Negro e União da Vitória, onde os respectivos Prefeitos mantinham verdadeiras guardas informais.³²

O Coronel Felipe Schmidt, primo de Lauro Müller, eleito Governador para o quadriênio 1914-18, cedeu às pressões de Wenceslau para entabular o acordo com o Presidente do Paraná. Porém, Schmidt obteve uma negociação altamente vantajosa : Santa Catarina ficou com toda a faixa norte do Contestado, sendo reconhecidos os

o progresso do movimento separatista. Telegrama do Presidente do Paraná ao Dep. Luiz Bartholomeu, 7/04/1913. Fundo Part. Carlos Cavalcanti, caixa 1, pasta 15, DEAP.

³² Numa única operação, o comerciante Hugo Mendes Borges Reis recebeu, em junho de 1912, 3:610\$722 por fornecer armas aos Comitês de Limites de Palmas, Rio Negro e União da Vitória. Códice 474, p. 97. DEAP

rios Negro e Iguaçu (até União da Vitória) como divisa definitiva entre os dois estados; a faixa oeste, de União da Vitória até a fronteira argentina, ficou dividida ao meio pelos litigantes.³³ O desgastante desenrolar da guerra interminável contra os caboclos e a determinação do Presidente Wenceslau Brás, que utilizou-se do Capitão-de-fragata Fleming, como intermediário, e colocou-se pessoalmente como árbitro, apressou o desfecho final da disputa até a assinatura do Acordo de Limites, em setembro de 1916.³⁴

A política de terras de Santa Catarina

As disputas de terras e a precariedade das posses dos pequenos lavradores era crítica nas regiões de jurisdição contestada com o Paraná. A indefinição das respectivas jurisdições estaduais apenas acentuava os aspectos violentos que revestiam a luta pela posse das terras, desde o início da ocupação desta região. Porém, o início do movimento sertanejo, e grande parte de seu crescimento, ocorreu em solo catarinense não contestado, onde os problemas agrários não eram menores. Com o advento da República, a nova Constituição de 1891, passou do governo central aos estados a prerrogativa de legislar sobre terras e colonização.

³³ Pelo acordo final de 1916, a cidade de Rio Negro foi desmembrada, continuando com este nome no lado paranaense, na margem direita do rio de mesmo nome. A parte desta cidade que havia na margem esquerda passou a ser o município catarinense de Mafra. A antiga saliência paranaense formada pelas vilas de Três Barras, Papanduva e Itaiópolis ficou integralmente para Santa Catarina, o mesmo acontecendo com os vales do Timbó e Paciência. A cidade de União da Vitória ficou dividida pelo leito da estrada de ferro, sendo sua parte ao norte conservando seu antigo nome e, ao sul, a fração catarinense passou a denominar-se Porto União. Os Municípios de Palmas e Clevelândia foram divididos, surgindo ao sul da região oeste o município catarinense de Chapecó.

³⁴ A nona cláusula do Acordo de Limites viabilizou sua aceitação por parte de proprietários paranaenses que, vivendo em território contestado, ficavam agora sob jurisdição catarinense, mas teriam todos os seus registros civis e de propriedade dos cartórios paranaenses validados. Além disso, causas pendentes entre proprietários catarinenses e paranaenses, continuariam sendo resolvidos por tribunais do Paraná. Mais detalhes do jogo político intrincado que ocorreu entre a sentença de 1910 e o

A definição de uma política estadual de terras ocorreu ainda na década de 1890 e tinha como objetivo atuar em duas “frentes”: a) Regularização definitiva de antigas posses; b) Venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. A concepção reinante não difere substancialmente do que vinha sendo praticado durante o período Imperial. Os Estados passaram a herdar as contradições e ambigüidades da política imperial de terras que, se num determinado momento eram elaboradas políticas para fazer da alienação de terras públicas um processo de desenvolvimento da agricultura, setores significativos destas elites proprietárias, pelas fraudes, grilagem e açambarcamento privado de terras públicas, acabavam por modificar os objetivos iniciais da legislação de terras.³⁵

A política de terras baseava-se na premissa segundo a qual Santa Catarina precisava desenvolver sua “indústria pastoril e agrícola” e que, para isto, já contava com “terras ubérrimas” que eram “desabitadas”. Fica evidente a formulação de uma política de terras ligada ao estímulo da colonização européia, para o desenvolvimento de uma lavoura comercial – submetida aos interesses do capital mercantil e de

acordo de 1916 encontramos em Costa, Licurgo, *Um Cambalacho Político : A verdade sobre o “acordo” de Limites Paraná-Santa Catarina*. Florianópolis : Lunardelli, 1987, pp. 32 a 87.

³⁵ José Murilo de Carvalho vai ao extremo ao afirmar que a política de terras do Império foi completamente inviabilizada pelos proprietários em “A política de terras : O veto dos Barões”, *Teatro de Sombras : A política Imperial*. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ/ Relume-Dumará, 1996, pp. 303 a 322. Discordo deste autor. O fato da legislação imperial de terras ter sido freqüentemente desrespeitada pela elite proprietária não anula, na prática, a política oficial de privilegiar os grandes proprietários e ao mesmo tempo tomar a iniciativa de promover, através da imigração, a formação de uma camada social de pequenos proprietários nas províncias meridionais (Colonização esta que Carvalho considera apenas “retórica”). No entendimento de Carvalho, há quase um completo divórcio entre os interesses da elite política imperial e os grandes proprietários, o que inviabilizou uma política de terras, o que considero um exagero. A política de terras estabelecida pela legislação imperial não conseguiu definir a demarcação das terras públicas, mas logrou a implementação da transformação da propriedade da terra em equivalente de capital e, portanto, em importante elemento de diferenciação social. Ver Machado, Paulo Pinheiro, *A Política de Colonização do Império*. Porto Alegre : Ed. UFRGS, 1999, pp. 11 a 16 e 63 a 82.

empresas particulares especializadas em especulação com terras - e ao crescimento da oferta de pastagens para os grandes pecuaristas do planalto.

Como em outros estados brasileiros, as populações indígenas, que ainda ocupavam espaços territoriais significativos nas regiões entre a serra e o litoral e no oeste, eram completamente alijadas desta política de desenvolvimento. Neste período, os governantes discutem o fim aos massacres promovidos pelos colonizadores, intensificados com o aumento da colonização européia nos vales de Itajaí, Tubarão e Araranguá. Com um discurso "humanitário e civilizador" defendem uma política de atração e catequese dos indígenas, que deveriam ser confinados em aldeamentos específicos, mas nem levantam a hipótese de deixar os indígenas nas terras que já ocupavam.³⁶ Em Santa Catarina, os últimos grupos indígenas localizavam-se na fronteira agrícola de expansão da lavoura imigrante, tanto ao norte, no alto vale do Itajaí, como ao sul, na região de Tubarão e Urussanga, locais que eram cortados por estradas de tropas de cargueiros que desciam a serra em direção a estes vales litorâneos.

Situação não muito diferente ocorre com as populações de caboclos que viviam nas mais diferentes regiões do estado, principalmente no planalto médio e norte, geralmente como posseiros, praticando uma agricultura de subsistência. Estas comunidades de pequenos lavradores, vivendo em bairros rurais, eram particularmente fortes no Cerrito e na Serra do Canoas, em Lages; no Erval Velho, nos Campos do Espinilho e terras próximas à costa do Rio do Peixe, em Campos

³⁶ Vice-Governador Vidal Ramos, *Mensagem* já citada de 1904, p. 16. Pela Constituição Catarinense de 1895, caberia ao Governador "promover a civilização dos indígenas" (art. 45).

Novos; em São Sebastião das Perdizes, no Taquaruçu, na Liberata, no Trombudo, na Serra da Esperança e nos vales do Marombas e Correntes, em Curitiba; em quase toda a extensão do município de Canoínhas.³⁷

Estes pequenos agricultores e criadores caboclos³⁸, além de estarem distantes dos dispositivos do estado que poderiam levar à regularização de suas posses, na maior parte das vezes, nem sentiam necessidade de assim proceder. Viviam em suas terras da mesma maneira que seus pais e avós o fizeram. Se aparecesse algum usurpador, teriam que defender seu sítio à bala, pouco adiantando ter ou não um papel passado em cartório. Em caso de querer regularizar sua posse, teriam que juntar uma papelada que não possuíam e gastar um dinheiro (em medições, taxas e emolumentos) que lhes era escasso. Além disso, a relativa mobilidade desta população, tornava muito comum as vendas de posses não regularizadas entre os caboclos, o que era vedado pela legislação, acabando por inviabilizar qualquer processo de legitimação. Outro problema legal estava associado às posses por herança, uma vez que raramente os pequenos lavradores faziam inventário e, muitos dos seus pais ou avós não possuíam qualquer registro civil. Por fim, havia o problema adicional que complicava as vendas e heranças, o fato do Estado não reconhecer a família cabocla, que

³⁷ O engenheiro Érico Grésecke, designado pelo governo de Santa Catarina para realizar as medições dos terrenos devolutos que o Estado estava cedendo a *Cia. Southern Brazil Railway*, empresa concessionária da ferrovia São Paulo – Rio Grande, no vale do Rio do Peixe, em 1913, afirma que a região estava pronta para receber imigrantes, embora houvesse divergências quanto ao número de propriedades regularizadas na região (se 4 ou 7 propriedades, número ínfimo para um vale com mais de 200 km). O corpo de seguranças particulares da Brazil Railway, já havia “limpado” a região da presença de “intrusos”. Correspondência dirigida ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, 23 de novembro de 1913. APESC.

³⁸ Utilizo a palavra “caboclo” no mesmo sentido empregado pelos habitantes da região, ou seja, o habitante pobre do meio rural. Embora não haja uma conotação racial nesta palavra, freqüentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a característica principal desta palavra é que distingue

normalmente não era formada por casamento civil ou religioso, mas por amasiamento.³⁹

A regularização de antigas posses era uma política razoável a ser desenvolvida, já que a Província herdou esta questão não resolvida do Império. Porém, isto também representava a chance de abrir a porta para práticas de grilagem de especuladores sobre posseiros e de açambarcamento gratuito de territórios devolutos por particulares. Isto era permitido pelas várias brechas deixadas pela Lei nº 173, de 30/09/1895, que previa a legitimação e revalidação de posses num prazo até 1903.

Terminado o prazo previsto, todas as posses não legitimadas ou revalidadas (aquelas que já possuíam legitimação no período Imperial), cairiam em comisso, sendo consideradas devolutas e incorporadas ao patrimônio do estado. Este prazo para regularização de posses foi prorrogado para 1904 (Lei nº 566, de 14/08/1903), sendo daí prorrogado anualmente até 1926.⁴⁰

uma condição social, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões. Desta forma, havia também brancos caboclos e alemães e polacos acabocladados.

³⁹ Um ofício do Promotor Público de Campos Novos, dirigido ao Secretário Geral do Estado, consulta se há registro de propriedade ou posse legitimada por Benedito Antônio de Oliveira, na localidade de "Serrinha", no Rio das Canoas, Comarca de Campos Novos. O Promotor afirma que, em 1913, Benedito uniu-se aos "fanáticos" de Taquaruçu "com sua família ilegítima", e que em janeiro de 1915 faleceu no reduto de Santa Maria. Finda a guerra, a "suposta viúva" veio fazer inventário dos bens. A Secretaria Geral anexou uma declaração de que a posse da "Serrinha" pertencia a Benedito, foi legitimada em 1904. Os documentos não afirmam que Benedito havia se casado no reduto, o que, evidentemente, não tinha qualquer valor legal. Ofícios de Promotores Públicos à Secr. Geral dos Negócios do Estado, 1917. APSC.

⁴⁰ O ímpeto inicial dos legisladores estaduais, de regularizar as antigas formas de posse para definir de uma vez por todas quais eram as terras públicas disponíveis, foi sendo refreado por uma crescente liberalidade em relação aos grandes posseiros e especuladores, Silva, Lígia Osório, *Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996, p. 255. Infelizmente não foi possível consultar os relatórios, registros e a correspondência da Diretoria de Viação e Obras Públicas, órgão da Secretaria Geral do Estado responsável pela legitimação de posses e venda de terras públicas. Estas coleções foram retiradas de consulta do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e enviadas para um serviço de restauração.

Por outro lado, a venda de terras públicas foi, neste período, o principal meio de legalização da grilagem de sitiantes. Estabelecida pela Lei nº 439, de 11/10/1899, apenas as posses já legitimadas ou em vias de legitimação saíam de sua órbita. Em 1901, a Lei nº 523, reduziu os preços anteriormente fixados, e abriu possibilidade para que a medição e demarcação da propriedade fosse feita diretamente pelo particular, sem fiscalização do Estado. As terras não demarcadas pelo Estado podiam ser vendidas a 1,5 réis o m² (para terras de 1ª ordem), 1 real o m² (2ª ordem) e 1/3 real o m² (3ª ordem). A lei também previa que as terras de 3ª ordem, que fossem consideradas estéreis para a agricultura, só podendo ser aproveitadas pela pecuária, teriam o seu preço rebaixado para ¼ de real por m². A antiga justificativa de que a pecuária necessitava de muitas terras continuava sendo privilegiada pela legislação.

Curioso é observar que as propriedades eram vendidas ou legitimadas à distância, na capital do Estado, à revelia dos moradores do local que estava sendo alienado. Situações absurdas chegaram a ocorrer, como a tentativa de compra das terras (para transformá-las em inverno) onde havia a comunidade de Ponte Alta, povoado formado “por mais de 200 famílias de nacionais”, no meio do caminho entre Lages e Curitiba.⁴¹

Walter Tenório Cavalcanti escreveu uma obra com o único propósito de “provar” que o movimento do Contestado foi resultado de “*puro e extremado fanatismo*”, não havendo disposição de luta pela terra, que era abundante e

⁴¹ Ofício do Conselho Municipal de Curitiba ao Governador do Estado, 16/10/1913, a denúncia é assinada pelos vereadores Faustino José da Costa, Francisco Alves da Rocha Vieira, Virgílio Pereira, Miguel Driessen e José Custódio de Mello. Ofícios das Superintendências Municipais ao Palácio do Governo. APESC.

disponível.⁴² Cavalcanti ignora vários episódios que os sertanejos apontaram a expropriação de terras como uma das razões de seus ajuntamentos, principalmente na costa do rio do Peixe e no norte, em Canoínhas. Em Curitiba, o despotismo do Cel. Albuquerque parece ter superado os problemas de terras, que não eram poucos no município.⁴³

A "Brazil Railway" e a "Lumber and Colonization"

Outro elemento que contribuiu fortemente para a instabilidade social na região contestada, e no conjunto do planalto catarinense, foi a introdução da ferrovia. A construção da linha entre União da Vitória e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul, concluída em 1910, e o ramal leste, que ligava União da Vitória a Rio Negro e a São Francisco, concluído em 1913, promoveram uma série de problemas para a região. A empresa concessionária, responsável pela exploração da linha por 90 anos, era a *Brazil Railway* formada pelo magnata norte-americano Percival Farquhar, com a contribuição de capitais ingleses e franceses que, além da garantia de juros em caso de prejuízo, recebia como doação por parte do governo federal de um trecho de até 15 km de terras de cada margem da linha.⁴⁴

⁴² Cavalcanti, Walter Tenório. *Guerra do Contestado: Verdade histórica*. Florianópolis : Ed. UFSC, 1995.

⁴³ O ponto de vista de Walter Tenório Cavalcanti é apoiado ainda hoje por muitos fazendeiros da região e seus descendentes. Para Dario Carneiro, entrevista em anexo, não havia problemas de terras na região.

⁴⁴ A concessão inicial, da estrada de Ferro Itararé – Santa Maria, feita pelo Governo Imperial pelo Decreto nº 10.432, de 9/11/1889, doava 30 km de cada margem dos dormentes. Esta concessão foi renovada pelo Governo Provisório da República, por decreto de 7 de abril de 1890, onde a doação de cada margem seria no máximo de 15 km, tendo, no conjunto da extensão um domínio médio de 9 km por margem. D'Abreu, Cons. Teixeira. *Das Terras Devolutas Concedidas à Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande : Exposição dos Direitos e Obrigações da Companhia*. São Paulo : Casa Vanorden, 1913.pp. 106 a 225. A concessão inicial da ferrovia era para o engenheiro João Teixeira Soares, após muitas mudanças, a concessão é adquirida pela Brazil Railway em 1906, maiores detalhes encontramos em Thomé, Nilson. *Trem de Ferro : A Ferrovia do Contestado*. Florianópolis : Lunardelli, 2ª ed.,

O antigo caminho das tropas foi à extinção quase completa, levando à depressão econômica trilhas inteiras pontilhadas de vendas, locais de pouso, descanso e internada das tropas, principalmente no interior dos municípios de Lages, Campos Novos, Curitibanos e Canoínhas.⁴⁵ A ferrovia São Paulo – Rio Grande tinha suas maiores rendas na receita de passagens e mercadorias, sendo irrisórias as receitas por transporte de animais, o antigo caminho das tropas de mulas não foi substituído pelo transporte das mesmas através da ferrovia, foi eliminado.⁴⁶

As regiões distantes da linha férrea passaram a sofrer com os altos custos de transporte. A título de ilustração, em 1916, o frete pago por uma lata de querosene de Porto Alegre até a Estação Capinzal (800 km de distância), no Rio do Peixe, era de 2\$000 réis. O frete pago de Capinzal até Campos Novos (40 km em lombo de burros) era de 2\$500 réis.⁴⁷ O trecho catarinense da ferrovia São Paulo – Rio Grande passava pela margem esquerda do Rio do Peixe, abrindo estas terras para a exploração de madeiras e para a colonização estrangeira pela *Southern Brazil Lumber and Colonization*, uma subsidiária da *Brazil Railway*, constituída justamente para a exploração das terras marginais adquiridas na concessão.

1983, pp. 51 a 78. Em 1913, por conta de uma jogada mal sucedida na bolsa de valores de Nova Iorque, Farquhar perdeu a propriedade sobre o conjunto de suas empresas e transformou-se em executivo do grupo, assim contratado pelos novos acionistas. Gauld, Charles. *The last titan: Percival Farquhar, american entrepreneur in Latin America*. Stanford: 1964.

⁴⁵ Na correspondência do Eng. Érico Grésecke, citada na nota de rodapé nº 36, o mesmo também faz referência ao grande prejuízo sofrido pelo comércio das cidades de Lages, Campos Novos e Curitibanos, devido à inauguração da linha férrea no Rio do Peixe.

⁴⁶ Durante o mês de Janeiro de 1911, o perfil das receitas da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande era o seguinte : Passagens, 1:948\$200; Bagagens, 85\$720; Mercadorias, 3:943\$680 e Animais 19\$900. *Livro de Receitas e Despesas da Ferrovia S. Paulo – Rio Grande em 1911*. ARFFSA.

⁴⁷ Os dados dos preços dos fretes estão em ofício do Superintendente Municipal de Campos Novos ao Governador, 21/01/1916. APESC

É difícil determinar a origem da mão de obra que foi empregada na construção da ferrovia São Paulo – Rio Grande. Vários autores relatam que houve um grande número de trabalhadores provenientes de S. Paulo, Rio de Janeiro, Recife, cidades onde eram recrutados desempregados e até criminosos para sentar dormentes e fixar trilhos no sertão.⁴⁸ Sem dúvida, a rápida construção do trecho de União da Vitória a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul (espaço entre os Rio Iguaçu e Uruguai, que na maior parte do caminho acompanha a margem esquerda do Rio do Peixe, afluente do Uruguai), indica que no último ano estavam trabalhando de 8 a 10 mil operários neste trecho.⁴⁹

Imediatamente após a construção deste caminho norte – sul, terminado em dois anos, o ramal oeste – leste, de União da Vitória a Rio Negro, é concluído em 1913, o último trecho de Rio Negro a Joinville é concluído em 1917 (ver Mapa 5, em anexo). Sem podermos delimitar com clareza a proporção dos trabalhadores provenientes de fora, é possível inferir que os homens da região compunham a maioria dos trabalhadores. Esta suposição é razoável, uma vez que uma minoria de

⁴⁸ Oswaldo Cabral afirma que “*a maior parte desta gente foi conseguida nos centros populosos, entre a escória da sociedade. O rebotalho das ruas, malandros e criminosos, gente sem profissão e sem qualquer formação, egressos da justiça e fugitivos das cadeias, capoeiras afamados e facinoras de toda a espécie, de todas as procedências, foi o que a Polícia, em suas batidas, recolheu e compulsoriamente deportou para o Contestado, metendo-os, sem possibilidades de fuga, no mato, para obrigá-los ao trabalho necessário.*” Grifo nosso, *Op. Cit.*, p. 101. Cabral não cita a fonte de suas informações. Examinando relatórios policiais do Rio, Pernambuco, São Paulo e Bahia, os grandes centros na época, não consta que a polícia destes estados tenha deportado condenados e criminosos para o Contestado. Acredito que o número de trabalhadores provenientes de outras regiões jamais compôs a maior parte dos trabalhadores que construíram a estrada de ferro.

⁴⁹ Luiz Carlos Pereira Tourinho afirma que a estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande teve pouca importância comercial e, pelo traçado altamente sinuoso e com grandes aclives e declives, impedia que fosse transitado por grandes composições, tornando-a anti-econômica, *Toiro Passante V – 1ª Parte : Tempo de República Democrática*. Col. Estante Paranista, nº 39, Curitiba : Inst. Hist. Geogr. e Etnograf. do Paraná, 1994, p. 75. Para Lando Rogério Kroetz, razões de natureza militar, principalmente o aumento da tensão com a Argentina, contribuíram para a pressa em sua fase final de

trabalhadores mais qualificados (estes sim, provavelmente provenientes de grandes capitais brasileiras) já vinham acompanhando a construção de trechos no Paraná e Rio Grande do Sul, e, para os serviços pesados de deslocamento de terras e fixação de trilhos havia disponibilidade de mão de obra na região.⁵⁰

Os documentos disponíveis no arquivo da RFFSA, que herdou os registros da *Brazil Railway*, não são conclusivos a este respeito. A construção do trecho entre Marcelino Ramos e União da Vitória foi feito mediante contrato entre a E.F.S.P.R.G. e a firma de Achilles Stengel. Este, por sua vez, contratava os chefes de turma que, por último, contratavam os trabalhadores. É precisamente neste ponto, o peso significativo ou não dos trabalhadores de outras regiões na construção da ferrovia do contestado, onde considero que houve uma generalização apressada, com o fim de atribuir a determinadas pessoas de fora da região um papel de destaque que não ocorreu no futuro movimento rebelde.

É possível que o General Setembrino tenha carregado na proporção da participação destes indivíduos estranhos à região, para justificar uma campanha tão

construção da SP-RS, *As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)*. Tese de Doutorado em História Econômica. USP. São Paulo, 1985, p. 74.

⁵⁰ Nilson Thomé afirma que, a pedido de Achilles Stengel, diretor da *Brazil Railway* responsável pela construção da ferrovia S. Paulo – Rio Grande, “a companhia passou a contratar mão-de-obra em todo o Brasil, prometendo salários compensadores, tendo atraído até dezembro de 1908 nada menos que 4.000 trabalhadores.” *O Trem de Ferro ... Op. Cit.*, p. 88. Porém, o autor não revela a fonte deste dado e entra em contradição quando afirma que a ferrovia não contratava diretamente estes trabalhadores, mas feitores e taifeiros que responsabilizavam-se por empreitadas e contratavam os trabalhadores. A informação de que muitos trabalhadores eram provenientes de outros estados e de grandes cidades é veiculada inicialmente por Setembrino de Carvalho em seu Relatório ao Ministro da Guerra, *Op. Cit.*, p. 4. Diferentemente de outras regiões pouco povoadas, como o norte do Mato Grosso, onde, nesta mesma época o mesmo grupo Farqhar estava construindo a estrada de ferro Madeira-Mamoré, onde foram empregados trabalhadores importados de diferentes regiões do mundo, no planalto catarinense, ao contrário, havia mão de obra disponível para boa parte deste serviço. As condições de construção da ferrovia Madeira-Mamoré foram mais difíceis : entre 1907 e 1912 outra Companhia ligada ao grupo Farqhar importou, pelo menos, 21.800 trabalhadores de 50 nacionalidades distintas, já que não havia

difícil e custosa contra os “ignorantes caboclos do Contestado”. Afirmou Setembrino

:

“... com a construção da São Paulo – Rio Grande, dada a espécie dos operários empregados nos serviços da linha, os sertões foram se enchendo dos piores malfeitores, oriundos de todos os lugares, principalmente de Pernambuco e do Rio.

Terminada a construção e por uma deslealdade dos empreiteiros comumente praticada com esses homens desprotegidos, foram os trabalhadores da linha abandonados nos mesmos sítios em que se achavam as turmas a que pertenciam.

Ora, esta gente, entre a qual se contavam célebres facinoras, apurava, pela própria feição da sociedade em que viviam, de todo em todo fora do influxo das leis, os atributos da coragem e da força, manejando por igual a picareta e a faca.

O assassinio tornou-se, entre eles, um meio fácil de resolver as mínimas pendências.

Tais violências, porém, nem sempre se limitavam à solução de uma dívida entre dois sujeitos. Algumas vezes, como pretexto à falta de pagamentos, ou como reação aos desmandos dos feitores, houve levantes que exigiram a presença da força pública para apaziguá-los.

Era a escola em que se exercitavam futuros cabeças de acontecimentos mais graves.”⁵¹

É importante avaliar as origens destas afirmações de Setembrino. Este militar só chegou na região em setembro de 1914, ficando até início de maio de 1915 (a maior parte do tempo em Curitiba e Porto União). Antes disso, ele só contou com informações do General Mesquita (que comandou uma rápida investida contra a guarda de Santo Antônio em maio de 1914), do antigo comandante da Região Militar (Gen. Abreu, um desinformado que repetia o bordão da imprensa paranaense, afirmando que os “fanáticos” eram caboclos armados pelo governo de Santa Catarina para fazer cumprir a sentença de limites) e de notícias que eram veiculadas pela

mão de obra disponível na região. Hardman, Francisco Foot. *Trem Fantasma : A modernidade na selva*. São Paulo : Cia das Letras, 1988, p. 140.

⁵¹ Carvalho, Fernando Setembrino de . *Op. Cit.*, pp. 3 e 4.

imprensa do Rio de Janeiro. São, portanto, fontes muito distantes dos acontecimentos da região. A cultura da violência, da resolução de pendências pessoais à faca, já existia há muito no Contestado, desde o início da ocupação desta região, como vimos no Capítulo 1. Uma tradição rebelde já estava cimentada na participação dos serranos nas Revoluções Farroupilha e Federalista. O desemprego, que ocorre no final da construção da ferrovia, é realmente importante, principalmente para os moradores da região que tiveram esta fonte alternativa de renda que compensava, de certa maneira, a decadência do caminho das tropas. Mesmo assim, muitos trabalhadores empregados no trabalho do trecho União da Vitória – Marcelino Ramos foram aproveitados na construção do ramal União da Vitória – São Francisco, que só terminou em 1917, bem depois do fim da guerra sertaneja. Além disso, o levante por falta de pagamento, a que se refere Setembrino, foi o assalto ao trem pagador da *Brazil Railway*, ocorrido em 1909, comandado por José Antônio de Oliveira, vulgo Zeca Vacariano, um líder de turmeiros e morador da região.⁵² Desta forma, a própria população do Contestado formava a “escola em que se exercitavam os futuros cabeças”⁵³. Por fim, entre todas

⁵² Zeca Vacariano era morador da costa do Rio do Peixe e tinha contratado com a *Brazil Railway* a empreitada de dois trechos de estrada. Como eram baixos os preços pagos pela ferrovia, Zeca teve prejuízos e não conseguiu pagar seus operários. Para honrar os compromissos com seus homens, Zeca assaltou o pagador da ferrovia, matou dois seguranças, e sumiu com 300 contos. Vinhas de Queiroz, *M. Op. Cit.*, p 72. O apelido de “Vacariano” é muito comum no planalto catarinense, normalmente é empregado à indivíduos originários da região de Vacaria, no planalto gaúcho.

⁵³ É importante ressaltar que o incidente que envolveu Zeca Vacariano é apenas emblemático da situação de tensão e das formas de resolução das pendências, mas não guarda ligação direta com o conflito sertanejo que se desenvolveu mais tarde. Segundo Gilberto Kopecki, Zeca Vacariano era gaúcho e amigo do Cel. Fabrício Vieira, havendo envolvido-se, mais tarde, com a conspiração para a formação do Estado das Missões. Zeca Vacariano não participou do movimento “fanático”. Entrevista com Gilberto Kopecki, Iriénópolis.

as lideranças do movimento do Contestado, não há um só entre eles que teria sido trabalhador da estrada de ferro, proveniente de outra região do país.⁵⁴

Na construção dos diferentes trechos da estrada, a *Brazil Railway* fazia contratos com diferentes empreiteiros, como Stengel, que contratava empreiteiros menores (que eram fazendeiros, comerciantes e políticos locais) e estes contratavam diretamente turmas de trabalhadores (que eram chamados de turmeiros, liderados por um chefe de turma) entre os pequenos lavradores da região, caboclos ou colonos europeus recém chegados, os quais aproveitavam a oportunidade para receber alguns meses de salário, enquanto suas famílias continuariam tocando o serviço normal na roça.

O processo de construção das estradas de ferro seguia uma dinâmica diferenciada, por fases. Num primeiro momento, atuava a equipe de projeto, formada por um pequeno número de engenheiros, topógrafos e alguns caboclos da região encarregados de roçar os caminhos. No segundo momento, vinha o grande grupo de trabalhadores organizados em turmas para o serviço de derrubada de mato e deslocamento de terras, para aparar encostas, realizar aterros e abrir túneis, atividade que foi muito intensa no vale do Rio do Peixe no segundo semestre de 1909.⁵⁵ Num

⁵⁴ Entre as lideranças, há o registro de Venuto Baiano, Benvenuto Alves de Lima, que, proveniente da Bahia no final do séc. XIX radicou-se no vale do Timbó. Consta que Venuto chegou a dirigir um conjunto de turmeiros no Rio do Peixe, mas quando o fez já era um morador há alguns anos da região. Venuto aderiu aos "Quadros Santos" a convite do velho Eusébio Ferreira dos Santos, de São Sebastião das Perdizes. Auto de Perguntas a Francisca Simôa de Lima (viúva de Venuto Baiano), Canoíhas, 3/03/1915. AHEX, caixa 5542.

⁵⁵ Nas atas de tomadas de contas da E.F.S.P.R.G. identificamos que os gastos com pessoal em obras novas foram de 2:781\$795 réis no 1º semestre de 1908, 243:671\$657 réis no 2º semestre de 1909, 3:667\$000 rs no 1º semestre de 1910 e 6:519\$000 rs no 2º semestre de 1910. Portanto os gastos espetaculares do segundo semestre de 1909 devem ter correspondido ao processo de derrubada de mato e deslocamentos de terras, que absorviam grande quantidade de mão de obra. Estrada de Ferro SP- RG, Livro de Atas de tomadas de contas (1º semestre de 1900 à 2º semestre de 1930). ARFFSA.

terceiro momento, seria realizada por um grupo mais restrito e especializado de turmeiros, a colocação de fino aterro de saibro e camadas de pedras britadas no leito da estrada, onde eram sentados os dormentes e fixados os trilhos; eram, também, construídas as “obras de arte” como bueiros, viadutos e pontes. Por fim, a última fase, que podia ser concomitante a anterior, ocupava pessoal na construção dos prédios das estações, armazéns, depósitos de carvão e caixas d’água. O próprio início da construção da estrada fez com que significativos contingentes de população saíssem de outras regiões do planalto para concentrarem-se nas proximidades do vale do Rio do Peixe.⁵⁶ O trabalho mais pesado, e que implicava em maior emprego de peões, ocorria na movimentação de terras, com a escavação de morros (muitas vezes à dinamite) e o aterro de regiões mais baixas. Os turmeiros eram acompanhados por trabalhadores mais qualificados, contratados diretos da *Brazil Railway*, no momento de sentar os dormentes, fixar os trilhos e construir as pontes e pequenos túneis pelo caminho.⁵⁷

Consta que entre 1908 e 1910 houve um violento processo de grilagem no vale do Rio do Peixe. A *Brazil Railway* fez cumprir seu domínio sobre os terrenos devolutos das margens de até 15 km de cada lado do leito da sinuosa estrada de ferro. O objetivo era preparar este território adjacente para a exploração de madeira e venda

⁵⁶ Queixava-se o juiz de Direito de Campos Novos, em 1909, afirmando que “*existem neste município muitas fazendas pertencentes ao Estado, cujas terras são de superior qualidade, representando enorme fortuna, as quais estão sendo devastadas e estragadas pelos intrusos que surgem de toda a parte.*” Ofício do Diretor de Viação e Obras Públicas do Estado ao Agente do 4º Distrito. APESC. Os dados técnicos sobre as fases de construção de uma via férrea foram fornecidos pelo engenheiro Carlos Dias Correia Augusto, da RFFSA de Curitiba.

⁵⁷ Benedito Pedro de Oliveira, vulgo Benedito Chato, em depoimento a Duglas Teixeira Monteiro, declara que trabalhou na construção do trecho sul da estrada de ferro e não registrou a presença de trabalhadores vindos de outras partes do país. *Op. Cit.*, p. 237.

de terras a imigrantes estrangeiros ou a filhos de colonos já nascidos no país. Para obter a posse direta destes territórios, habitados por posseiros caboclos e até por posseiros legitimados ou de proprietários de terra diretamente comprada ao estado de Santa Catarina, a Companhia valeu-se da força de um contingente armado, comandado pelo Coronel Palhares, antigo oficial da polícia paranaense. Este Coronel adquiriu fama pelas violências praticadas na região.

Havia uma pendência judicial entre a *Brazil Railway* e o Estado de Santa Catarina pelas terras à margem do Rio do Peixe.⁵⁸ Enquanto a Cia. alegava que estava simplesmente cumprindo o contrato de concessão previsto pelo Decreto Imperial e renovado pelo Governo Provisório da República, o Estado argumenta que, pela Constituição de 1891, as terras devolutas passaram para o domínio dos Estados e que, segundo os decretos originais, a Companhia só tomaria posse dos respectivos terrenos após a definição do traçado da estrada e das medições oficiais de demarcação. A definição do traçado ocorreu após a Constituição de 1891, e a demarcação das terras foi feita diretamente pela *Brazil Railway* sem o acompanhamento do Estado de Santa Catarina. Mas os governantes catarinenses não quiseram impor seu ponto de vista, nem pleitearam uma guerra judicial contra a Companhia. Um parecer emitido pela Consultoria Geral da República foi favorável

⁵⁸ Segundo o Gov. Vidal Ramos, o Estado de Santa Catarina "alienou grande parte dos terrenos devolutos nas Comarcas de Campos Novos e Curitibanos, terrenos estes que são em parte reclamados pela São Paulo - Rio Grande". *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 23 de julho de 1912, pelo Gov. Vidal José de Oliveira Ramos*. Florianópolis : Gabinete Tipográfico d'O Dia. 1912, p. 109.

ao ponto de vista da *Brazil Railway* e o governador não acionou qualquer outro meio político ou judiciário de contestação.⁵⁹

A *Brazil Railway* e sua subsidiária *Lumber* desenvolveram um cuidadoso processo de cooptação das lideranças políticas dos respectivos estados para evitar embaraços legais e obter facilidades administrativas. O Vice-Presidente do Paraná, Affonso Camargo, foi advogado da *Lumber* enquanto exercia este cargo público. O Cel. Henrique Rupp, Superintendente Municipal de Campos Novos, foi inspetor de terras da *Brazil Railway* também na mesma época em que exercia seu mandato, no período em que esta companhia expulsava os posseiros e proprietários legítimos do vale do Rio do Peixe. O jovem advogado lageano Nereu Ramos, filho do ex-governador Vidal Ramos era, em 1916, representante oficial dos interesses da *Lumber* junto ao Governo de Santa Catarina.⁶⁰

Além do incidente de Zeca Vacariano, apenas um outro conflito de certo vulto ocorreu com os trabalhadores da estrada de ferro. Em ofício dirigido ao Governador Vidal Ramos, conta o Major Vieira, Superintendente Municipal do recém criado município de Canoínhas que, no dia 24 de dezembro de 1912, quando a população da Vila festejava a noite de Natal, a mesma foi "invadida e assaltada" por mais de 40 turmeiros da *Brazil Railway*, que promoveram uma série de arruaças nas ruas, entrando em conflito com policiais contratados pelo município, sendo que um policial

⁵⁹ Idem, pp. 110 a 122. Mas os posseiros regularizados ou proprietários por aquisição, processaram individualmente a Companhia nas décadas de 1920 e 1930. Esta situação é analisada por Rosângela Cavalazzi da Silva em *Terras Públicas e Particulares : O Impacto do Capital Estrangeiro sobre a Institucionalização da propriedade privada (um estudo da Brazil Railway Company)*. Dissertação de Mestrado em Direito, UFSC, Florianópolis, 1983, p 72 e seguintes.

morreu por golpe de faca.⁶¹ O Major Vieira solicitou ao governador um aumento do contingente do Regimento de Segurança do Estado para 25 praças, já que os guardas municipais eram muito poucos e as desordens promovidas pelos trabalhadores da estrada de ferro eram freqüentes.

Encontramos o processo desta invasão a Canoínhas na noite de natal de 1912, no processo-crime por homicídio do policial Joaquim Vieira Martins (vulgo Joaquim Vacariano), sendo apontados como réus os portugueses Antônio Ignacio, 32 anos, e Manoel de Oliveira, 23 anos, chefes de turma de trabalhadores da *Brazil Railway*.

⁶²Peço processo entendemos que o que ocorreu não foi exatamente um “assalto e invasão” à Vila, como noticiou o Major Vieira. Segundo o testemunho de Bonifácio José dos Santos, lavrador e até então homem de confiança do Superintendente, foram os próprios Major Vieira e o subdelegado Avelino Rosa, que autorizaram os turmeiros (que moravam na vizinha Três Barras, então sob jurisdição paranaense) a entrar na Vila na noite de natal, estourar fogos de artifício e empinar um balão em frente à Igreja. As diferentes testemunhas afirmam que os turmeiros beberam na venda de Antônio Tavares, que localizava-se na entrada da vila, depois tocaram gaita e cantaram pelas ruas e pararam na casa de uma cartomante. Logo após, dirigiram-se à Igreja onde empinaram um balão, mas quando começaram a dar “vivas aos turmeiros” e “vivas aos trabalhadores da estrada de ferro”, dois policiais do município

⁶⁰ Ofício de Nereu Ramos à Secretaria Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina, 29/04/1916. Ofícios Diversos à SGNE. 1916. APESC. Mais tarde, Nereu Ramos sucedeu Carlos Luz na Presidência da República.

⁶¹ Ofício da Superintendência Municipal de Canoínhas ao Governador Vidal Ramos, 25/12/1912. APESC.

⁶² Processo-crime por homicídio de Joaquim Vieira Martins, réus : Antônio Ignacio e Manoel de Oliveira. Canoínhas, 1912. AHMC.

investiram sobre os trabalhadores, quando foram desarmados pelos mesmos e o policial Joaquim levou uma facada, morrendo logo depois. O restante dos policiais da cidade se uniu ao pequeno destacamento do Regimento de Segurança e, com alguns civis, conseguiram capturar 17 turmeiros, sendo que outros fugiram para o Paraná. Algumas testemunhas afirmaram que os réus desejavam vingar a morte de um turmeiro de Três Barras, ocorrida havia um mês, na cadeia de Canoínhas. Os dois réus no processo foram assim apontados por serem os chefes dos turmeiros. As testemunhas de acusação apontam como culpado um tal de “José Tropeiro”, turmeiro que, ao final, aconselhou seu chefe Ignacio a entregar-se para a polícia.

Com exceção dos dois chefes de turma e mais dois peões (Luiz Serra e Antônio Pinto) que eram portugueses, os demais turmeiros são, também, homens jovens, do sul do Paraná e do interior do planalto catarinense, que estavam relativamente longe de casa para passar o Natal, mas não eram gente de fora da região.⁶³ Estes trabalhadores estavam encarregados de construir uma ponte provisória em Canoínhas, para o ramal União – São Francisco da estrada de ferro, uma obra especializada que poderia contar com até maior número de trabalhadores de fora.⁶⁴ Os chefes de turma eram trabalhadores móveis, seguiam o caminho de implantação dos trilhos. Durante o processo, a acusação ao réu Antônio Ignacio é reforçada quando algumas testemunhas afirmam que ele já havia praticado um homicídio no Rio do

⁶³ Para a testemunha Antônio Rodrigues Pereira, um gaúcho morador da Vila, a confusão toda aconteceu por que havia uma antiga rixa entre turmeiros e policiais do município. *Idem*, p. 19. Dois depoentes que eram empregados fixos da estrada de ferro prestaram depoimento contra os turmeiros, *Idem* p. 25.

⁶⁴ O processo foi interrompido com a conflagração geral da região em 1914, em 1918 foi arquivado por falta de provas e pela ausência dos réus da região, *Idem*, p. 67

Peixe, onde o mesmo havia trabalhado anteriormente, chefiando turmas de trabalhadores para a estrada de ferro, por 1 ano e 9 meses.

Paralelamente às atividades da ferrovia, a sua subsidiária *Brazil Lumber* organizava um extenso processo de exploração de madeiras – araucária, imbuía, cedro e jacarandá – existentes em grande quantidade na região, a partir dos terrenos marginais à estrada concedidos pelo governo. A *Lumber* montou duas serrarias na região, a primeira em Calmon, estação da estrada de ferro nas margens do Rio do Peixe e a maior em Três Barras, em outra estação da estrada de ferro do ramal União – São Francisco, onde foi montado um verdadeiro complexo industrial, com quatrocentos empregados permanentes, em sua maioria imigrantes europeus.⁶⁵ Além destes trabalhadores permanentes, a *Lumber* empregava sob empreitada grande número de caboclos no corte e transporte de toras.⁶⁶

O processo de beneficiamento da madeira era completamente mecanizado, da extração ao corte de tábuas e dormentes. A *Lumber* construía ramais ferroviários que adentravam as grandes matas, onde grandes locomotivas com guindastes e correntes gigantescas de mais de 100 metros arrastavam, para as composições de trem, as toras que jaziam abatidas por equipes de turmeiros que anteriormente passavam pelo local. A exploração industrial da madeira criou sérios prejuízos à coleta de erva mate e à subsistência de muitas famílias caboclas. Quando o guindaste arrastava as grandes

⁶⁵ Analisando as folhas de pagamento da *Lumber* em 1912, verificamos que entre os seus 400 empregados permanentes 20% possuíam nomes luso-brasileiros, 50% , nomes de origem polonesa ou ucraniana e 30%, de origem alemã ou anglo-saxã. Documentos Avulsos. Folhas de pagamento da *Southern Brazil Lumber and Colonization*. APESC.

⁶⁶ Entrevista com Manoel Jungles, em anexo.

toras em direção à composição de trem, os ervaais nativos e devolutos, que existiam em meio às matas, eram talados por este deslocamento.⁶⁷

Além de explorar as terras recebidas como doação pela ferrovia, a Lumber também adquiriu de particulares vastas extensões de pinheirais. Apenas a família Pacheco, vendeu mais de 16 mil hectares de terras à Lumber na região contestada de Três Barras.⁶⁸ Os Pachecos tornaram-se capatazes da Lumber. Novamente ocorre um processo de expulsão de posseiros, desta vez nos vales dos rios Negro e Iguaçu.⁶⁹ Em outras situações, eram realizados apenas contratos de corte com proprietários da região.

As novas regiões ocupadas pela empresa, depois de desmatadas, eram loteadas e vendidas a colonos colocados na região pelo estado do Paraná, principalmente poloneses e ucranianos. A intervenção da companhia atingia em cheio o conjunto da região, significando para o caboclo a destruição das matas e ervaais. Além do impacto econômico, houve o impacto ambiental e, como resultado do processo de grilagem, um verdadeiro processo de exclusão étnica. Porém, é necessário diferenciar as levas de imigrantes anteriores a 1900 que, além de serem numericamente menos significativas, freqüentemente se integravam com maior facilidade a população local. Estes imigrantes mais antigos, principalmente das

⁶⁷ A serraria de Três Barras entrou em funcionamento em novembro de 1911. Quem apresenta importantes detalhes da instalação da Lumber em Três Barras é Diacon, Todd A. *Millenarian Vision, Capitalist Reality: Brazil's Contestado Rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991, pp. 44 a 72.

⁶⁸ Os irmãos Pedro Firmino e Leocádio Pacheco venderam, em meio a estas terras, uns 2.000 hectares que eram reivindicados por Aleixo Gonçalves de Lima, mas que os Pachecos tinham registrado em seu nome em cartório paranaense. Diacon, Todd, *Op. Cit.*, p. 87.

regiões de São Bento, Rio Negro e Canoínhas, aderiam com facilidade à “visão de mundo” cabocla, em sua maioria eram devotos de João Maria e muitos atenderam voluntariamente ao chamado dos redutários de Taquaruçu.⁷⁰

Sem dúvida, forjou-se a consciência, que revelou-se mais clara durante a guerra, de que o governo brasileiro privilegiava os estrangeiros na concessão de terras, como no bilhete que foi achado junto a um “fanático” morto em combate: “*Nóis não tem direito de terras, tudo é para as gentes da Oropa*”.⁷¹ Porém, esta visão nacionalista não caiu numa xenofobia, vários imigrantes e descendentes de imigrantes integraram os redutos rebeldes. Em meio a comunidade imigrante havia os que mantinham distância dos caboclos, por considerá-los bárbaros, atrasados e preguiçosos. Rosalina Watrin revela, inclusive, que nas primeiras gerações de imigrantes não havia casamentos entre estes e os brasileiros. Porém, durante a guerra sertaneja:

*“...muitos alemães, polacos e ucrâinos foram pros redutos. Uns iam por obrigação, os fanáticos obrigavam e tinham que ir, outros fugiam dos fanáticos, outros iam pros redutos porque tinham dó daquele povo e gostavam dos caboclos. Uns eram mais valentes, tinham espírito diferente, queriam lutar junto com os fanáticos.”*⁷²

Para manter a disciplina de toda esta estrutura a *Lumber* possuía um corpo de segurança de mais de 300 guardas, o que representava, na época, um efetivo superior ao do Regimento de Segurança de Santa Catarina que possuía, em 1910, 280 homens

⁶⁹ Gilberto Kopecki relata que Nereu Ramos, filho do ex-governador e advogado da *Lumber*, fazia os sertanejos assinarem papéis em branco que significariam a renúncia sobre suas posses. Entrevista com Gilberto Kopecki, em anexo.

⁷⁰ Entrevistas com Rosalina Watrin, Manoel Jungles e Gilberto Kopecki, em anexo.

⁷¹ Assumpção, Herculano T. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas. 1917. Vol. 1, p. 246.

(incluindo banda de música, oficiais e guarda dos prédios públicos da Capital) espalhados por todo o estado. Segundo Sebastião Costa, os empregados da Lumber *“chegavam na marra na casa das pessoas e botavam pra correr dizendo que o governo tinha dado aquela terra para eles. Quando não expulsava os moradores, a Lumber simplesmente retirava a madeira sem pedir autorização e sem pagar” (...)* *“...este pessoal todo começou a se revoltar.”*⁷³

⁷² Entrevista com Rosalina Watrin, em anexo.

⁷³ Entrevista com Sebastião Costa, em anexo. No entanto, é importante registrar que depois da guerra as informações disponíveis indicam que a *Lumber* passou a respeitar as posses e a ajudar a legitimá-las para os posseiros que firmavam contrato de exploração de madeira. Entrevista com Manoel Jungles, em anexo.

Capítulo 3

O tempo do “fanatismo”

“Aquilo foi um fanatismo brabo!”¹

No segundo reduto do Taquaruçu, entre novembro de 1913 e fevereiro de 1914, vigorou um tipo acentuado de exaltação mística que procurava, na leitura de determinados “sinais” da natureza, a manifestação da presença do Monge José Maria e das divindades e heróis que já haviam se “passado” e que agora integravam o *exército encantado* de São Sebastião. Certa feita, num momento logo após uma *forma*, os líderes do reduto e alguns crentes afirmavam que as dobras de pequenas nuvens que apareciam no firmamento eram as imagens de José Maria e São Jorge montados a cavalo. Logo apareceu um caboclo um pouco embriagado que afirmava não estar vendo “*bosta nenhuma*”. Este homem levou uma surra de porrete. A partir daí não houve mais quem duvidasse dos sinais no céu.

*

*

*

Este caso, contado por Euclides Felipe,² indica que o desenvolvimento da “Santa Religião” nos redutos não ocorria sem tensões e imposições. De qualquer forma, as práticas sociais e religiosas dos sertanejos não eram uma completa invenção

¹ Entrevista com Graciliano Alves dos Santos, em anexo.

² *O último jagunço ... Op. Cit.*, p. 128.

deste momento, ou o eram apenas em parte. Muitas práticas vinham já de um longo tempo, uma vez que os moradores das "Cidades Santas" reivindicavam-se como seguidores dos ensinamentos de João Maria, um homem itinerante, solitário, magro e penitente, que os caboclos e demais habitantes do planalto consideravam e consideram, ainda hoje, um santo.

A legenda João Maria

A figura deste monge curandeiro, conselheiro e profeta, pode ter as mais diferentes origens e épocas distintas mas, para o habitante do planalto catarinense, só existiu um monge João Maria. Normalmente chamado de São João Maria, esta figura começou a circular pelo planalto no final da década de 1840 até o início do séc. XX. Há identificação de um João Maria em Sorocaba em 1844 e este mesmo indivíduo é preso por curandeirismo pelo Presidente da Província do Rio Grande do Sul, em 1849. Daí em diante João Maria irá evitar concentrações de fiéis em torno de sua pessoa, e viverá em constante peregrinação. Era comum o monge peregrino parar ao largo das casas, normalmente ficava abaixo de uma árvore, dormindo ao relento. Não comia carne, só frutas, verduras e leite. Em suas andanças, levava um cajado, vestia roupas de riscado simples e usava um boné de pele de jaguatirica. Dizia que andava pelos sertões para pagar uma penitência.

Oswaldo Cabral, que realizou detalhada pesquisa sobre a figura de João Maria, afirma que existiram, pelo menos, dois homens distintos que exerceram esta função no planalto. O primeiro foi chamado de João Maria de Agostinho, de origem italiana, tendo sua presença registrada em Sorocaba em 1844, onde por alguns anos

viveu como eremita no morro ao lado da fábrica de ferro que havia nesta localidade.³ João Maria de Agostinho também esteve na Província do Rio Grande do Sul no final da década de 1840, onde organizou, em Campestre, próximo à Santa Maria, uma capela dedicada ao culto de Santo Antônio. Em outra região, no morro do Botucarái, próximo à Candelária, levantou cruzeiros e sinalizou à população uma vertente de “água santa”. Na década de 1850 há registros da passagem de João Maria de Agostinho em Vila do Príncipe (atual Lapa), no Paraná. Era prática rotineira de João Maria o convencimento às populações sertanejas de que deveriam erigir cruzeiros em determinadas localidades (normalmente 14, o número de estações da via sacra de Cristo), fazer uso de fontes especiais de águas para curas, não comer carne aos sábados e guardar uma vida de respeito e penitência. Pela década de 1870 não há mais registros de João Maria de Agostinho. O monge que transitava entre Sorocaba/Santa Maria/Lapa é identificado como sendo o mesmo indivíduo pelas descrições físicas (faltavam 2 dedos na mão direita) e por sua assinatura em alguns documentos.

É importante observar que o primeiro monge João Maria tinha uma relação bastante próxima da estrutura oficial da Igreja Católica. Oswaldo Cabral identificou esta relação em registros deixados por sacerdotes em Sorocaba, em Lapa e no Rio Grande do Sul. Em certas ocasiões, entre 1844 e 1870, na Capela da Fábrica de Ferro de Ipanema, em Sorocaba, depois de missa proferida pelo Padre Antônio Dias de Arruda, João Maria falava aos assistentes, *“tendo sido ouvido por centenas de*

³ O primeiro João Maria era chamado “de Agostinho” pelos sertanejos, mas ele assinou documentos em Sorocaba e Santa Maria como “Agostini” ou “D’Agostini”. *A Campanha...Op. Cit.* pp. 107 a 178.

peessoas, com geral aceitação."⁴ O Padre Thomé Luís de Souza, em Porto Alegre (Vigário Geral do Rio Grande do Sul, subordinado ao Bispo do Rio de Janeiro), autorizou João Maria de Agostinho a retirar uma imagem de Santo Antônio das antigas missões jesuíticas e levá-la a Capela que o mesmo monge organizou em homenagem a este Santo no cerro de Campestre, próximo à Santa Maria, em 1848.⁵ Com a autorização do Padre Luiz de Carvalho, de Vila do Príncipe (Lapa – PR) João Maria pregou, em diferentes oportunidades, na Igreja Matriz, entre 1850 e 1853.⁶ Ao que parece, os sacerdotes católicos que conheceram João Maria de Agostinho, tinham-no como um homem leigo e penitente, com algum conhecimento razoável do evangelho, útil para atingir as almas dos sertanejos mais simples, alguém que poderia coadjuvar, sem problemas, o trabalho da Igreja.⁷

Estas observações acima reforçam a afirmação de Ralph Della Cava que, discutindo os casos de Canudos e Juazeiro, defende que os movimentos sociais brasileiros conhecidos como "messiânicos" não são o produto do isolamento e fechamento ao mundo externo da sociedade sertaneja, como processos isolados da vida das instituições nacionais.⁸ A visão dicotômica centrada no binômio *litoral x sertão*, adotada inicialmente por Euclides da Cunha e, de certa forma absorvida por

⁴ Idem, p. 110.

⁵ Ibidem, p. 115.

⁶ Ibidem, p. 131. Segundo Aramis Gorniski - em *Monge – Vida, milagres, histórias, lendas*. Lapa : Ed. Gráf. N. Sra. Aparecida, 1980, p. 8 - que confirma o bom relacionamento do Padre Carvalho com João Maria, este vigário foi titular da Matriz de Lapa de 1806 a 1853.

⁷ O Padre e historiador Aloísio de Almeida, de Sorocaba, escreveu a Oswaldo Cabral afirmando que "*João Maria de Agostini foi um eremita a maneira dos antigos, que viviam em grande penitência, raro desciam aos povoados e nunca faziam as funções reservadas aos clérigos ordenados*"(grifo nosso). Ibidem, p. 143.

⁸ "Messianismo brasileiro e instituições nacionais: uma reavaliação de Canudos e Juazeiro" *Revista de Ciências Sociais*, vol. VI, nrs. 1 e 2, 1975

Maria Isaura Pereira de Queiroz⁹, ignora fatores alheios à região, porém imediatamente ligados a estes movimentos. Para Della Cava, o clero formal esteve presente na origem destes movimentos.

Ralph Della Cava faz referência a uma política institucional de secularização do clero brasileiro, colocada em prática, principalmente, a partir da segunda metade do séc. XIX. Esta política preconizava uma interiorização da Igreja, a formação de um clero brasileiro e o recurso ao trabalho de beatos e beatas, para ampliar a ação da Igreja no sertão. Data deste período a missão do Padre Ibiapina, que criou várias “Casas de Caridade”, mantidas por leigos, pelo sertão do nordeste. Em seguida, e por muitos anos, a atividade itinerante de Antônio Conselheiro, e de outros pregadores leigos, foi auxiliada por párocos locais. Com a República, os padres do sertão faziam coro às críticas que Antônio Conselheiro lançava ao novo regime, principalmente no que diz respeito ao casamento civil e a tolerância em relação aos maçons e protestantes.¹⁰ Depois, por conveniência e necessidade de adaptação ao novo ambiente político, os sacerdotes foram silenciados pela alta hierarquia da Igreja, mas o Conselheiro continuou defendendo os mesmos princípios.

O caso de Juazeiro do Norte é semelhante. O Padre Cícero era, no início de sua carreira, um sacerdote muito disciplinado em relação aos poderes das autoridades

⁹ Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que o messianismo se desenvolveu no interior, em regiões de criação de gado e de agricultura e não no litoral, nas regiões urbanas e de agricultura de exportação. *O messianismo no Brasil e no Mundo*. São Paulo : Ed. Alfa-Ômega, 2ª ed. 1976, p. 321. Para Marco Antônio Villa, *Canudos : O povo da Terra*. S. Paulo : Ática, 1995, p. 241, a visão dicotômica *litoral x sertão*, sendo o litoral o local da civilização e o sertão, do atraso, tem origem em texto do médico Raimundo Nina Rodrigues (“A loucura epidêmica de Canudos. Antônio Conselheiro e os jagunços.”) publicado em novembro de 1897.

eclesiásticas. Foram os padres da região do Cariri que ajudaram a popularizar o “milagre de Juazeiro”. Consta que, com isto, procuravam reforçar sua posição dentro da Igreja, para afrontar o poder de padres estrangeiros na estrutura da Igreja nordestina. Processos políticos locais e o ajuntamento demográfico realizado na região, irão facilitar a grande projeção do movimento de Juazeiro.¹¹

Duglas Monteiro afirma que a “*atividade dos monges*” – os dois João Maria – “*estava a serviço e era a expressão da autonomia do mundo religioso rústico*”, autonomia que “*manifestava-se através de práticas mágico-religiosas ligadas ao tratamento de moléstias, a recursos de autodefesa e proteção, e à tradição das festas dos padroeiros locais*”.¹² É evidente que, em muitas épocas, a Igreja teve diferentes maneiras de relacionamento com pregadores leigos, havendo sempre, de alguma forma, um espaço de autonomia da atuação destes. Porém, se confrontarmos as informações levantadas por Cabral sobre o relacionamento do primeiro João Maria com o clero, esta autonomia só se verifica com clareza no segundo monge, João Maria de Jesus. Os padres salientavam que o primeiro João Maria jamais procurou ministrar um sacramento ou realizar atividades restritas aos sacerdotes ordenados.

De qualquer forma, o primeiro monge, João Maria de Agostinho, não foi mais visto a partir de 1870. No entanto, se a relação do primeiro monge com a Igreja era de amizade e colaboração, não podemos afirmar o mesmo em relação às

¹⁰ Cava, Ralph Della, *Op. Cit.*, pp. 124 e 125. Segundo Marco Antônio Villa, *Op. Cit.*, p. 25, entre 1880 e 1892, o Conselheiro construiu ou reformou nove Igrejas e cinco cemitérios pelo sertão nordestino.

¹¹ Della Cava conclui que Juazeiro e Canudos fornecem ampla prova conceitual e factual “*de que as origens do messianismo não podem ser compreendidas senão como parte integrante tanto da história nacional brasileira, quanto das estruturas emergentes nacionais que começam a operar efetivamente antes de 1930.*” *Idem*, p 134.

autoridades civis. Quando crescia a devoção em torno da Capela do Campestre e das primeiras curas com a “água santa” que saía de sua fonte, era grande o número de doentes e necessitados que aglomeravam-se na localidade. Isto chamou a atenção de autoridades locais e do Presidente da Província do Rio Grande do Sul, o tenente-general Francisco José de Souza Soares d’Andréa , Barão de Caçapava que, pela segunda vez, governava esta província.¹³ Andréa mandou prender o monge, levá-lo a Porto Alegre, donde daí foi despachado à Província de Santa Catarina. Apesar da fama de militar rigoroso, e talvez por interferência do clero, Andréa solicitou ao Presidente de Santa Catarina que desse agasalho e tratasse bem o monge, afirmando expressamente que não tinha pessoalmente nada contra sua figura, mas que “*não podia deixar o fanatismo crescer sem controle*” na região de Santa Maria.¹⁴ O Rio Grande do Sul, como Província da fronteira sul do Império, deveria preparar-se para a próxima intervenção no Prata, contra os governos de Oribe e Rosas. Tinha, portanto, que concluir a pacificação com os farroupilhas, dar combate a bandos armados dispersos que viviam de roubo de gado na campanha e liquidar com o quilombo que havia crescido na Serra do Couto. Do ponto de vista militar, o surgimento de um

¹² Monteiro, Douglas T. *Os Errantes.. Op. Cit.*, p. 81.

¹³ Soares d’Andréa era um militar português que ficou no Brasil após a independência, sua atividade foi fundamental para o governo central durante o período regencial. Andréa combateu os Farroupilhas em seu primeiro governo no Rio Grande, combateu a “República Juliana”, quando Presidente de Santa Catarina, reprimiu violentamente os Cabanos no Grão-Pará e os liberais em São Paulo, em 1842.

¹⁴ A correspondência entre Soares d’Andréa e os Presidentes de Santa Catarina encontra-se em anexo no livro de Fachel, José Fraga. *Monge João Maria : Recusa dos Excluídos*. Porto Alegre/Florianópolis : Ed. UFRGS/ Ed. UFSC. 1995. Em Santa Catarina, João Maria ficou alguns meses de 1849 vivendo voluntariamente isolado na ilha do Arvoredo, a 15 km do litoral de Porto Belo, depois, consta que seguiu para o Rio de Janeiro e retornou a Sorocaba.

movimento de cunho religioso, mesmo com fins pacíficos, que concentrasse a população desvalida da campanha, seria totalmente inoportuno.¹⁵

O culto de Santo Antônio (ou Santo Antônio Abade) parece que ficou restrito apenas ao Campestre. Este Santo, que viveu como eremita no Egito, deu combate aos sarracenos e, segundo João Maria, é “o protetor dos animais cavalares e contra as cobras e animais ferozes, protetor do fogo divino e material”¹⁶, um importante alvo de fé para criadores e tropeiros. O monge irá transitar pelos mesmos caminhos dos tropeiros e, para muitos, indicará novas terras e regiões a serem ocupadas.

O segundo monge foi João Maria de Jesus, que o Coronel Pinto Soares afirmou ser um imigrante sírio de nome Anastas Marcaf. Testemunhos diretos afirmam que João Maria de Jesus tinha fala acastelhanada, era proveniente de Buenos Aires e peregrinou pelo planalto entre 1890 e 1908. Afirmando que estava pagando uma penitência, este João Maria, além de relativa semelhança física com o primeiro, adotou várias práticas do monge desaparecido. Vários cruzeiros foram erigidos, várias “águas santas” foram sinalizadas pelo segundo monge, que também evitava aglomeração de fiéis, ficando muito pouco tempo em cada região que passava - “*ele dormia e não amanhecia*”. Porém algumas diferenças eram marcantes: João Maria de

¹⁵ Soares d'Andréa chegou a aprovar na Assembléia Provincial uma Lei (nº 141, de 18/07/1848) que autorizava o governo provincial a destacar um médico para analisar as curas e o valor terapêutico das águas do Campestre, e divulgar na imprensa um relatório circunstanciado. Em detalhado relatório, o Dr. Thomaz Antunes de Abreu afirmou que as águas do Campestre eram potáveis, mas não possuíam quaisquer qualidades terapêuticas especiais. Muitas vezes os doentes tratavam-se com as águas fazendo chás com um “cipó santo” ou aplicando barro em chagas.. Além disso, o Dr. Thomaz anexou uma estatística dos doentes tratados na citada localidade entre janeiro e maio de 1849, relatando que houve apenas 13 curas, 51 “melhoras”, 133 não curados e 3 óbitos. As curas são atribuídas a processos individuais de recuperação, independente das águas, e à auto-sugestão dos sertanejos. Fachel, J. F. *Op. Cit.* Anexos.

¹⁶ Carta de João Maria de Agostinho aos moradores e administradores do Campestre, em Gallo, Ivone C.D. *O Contestado : O sonho do milênio igualitário*. Campinas : Ed. UNICAMP, 1999, pp. 73 e 74.

Jesus não aprovava o fim da Monarquia, ou melhor, era contrário à República, foi simpático aos federalistas em 1893-95, teve uma relação hostil com o clero católico, fazia batizados e propalava um discurso apocalíptico com grande receptividade no planalto.

O que auxiliou de forma irresistível ao aumento da devoção a São João Maria, foram as inúmeras referências às suas prerrogativas e poderes sobrenaturais. Pela tradição cabocla, muitas curas são atribuídas diretamente à ação do monge, ou indiretamente, através da cura nas “águas santas”, do chá que era feito a partir das cinzas de suas fogueiras, das cascas das árvores onde ele “pousava”. João Maria, como Cristo, tinha poderes especiais, como atravessar rios caminhando sobre as águas, sofrer tempestades e tormentas sem nunca ser molhado, realizar curas milagrosas, adivinhar os pensamentos das pessoas e profetizar sobre o futuro. Valdir Rodrigues Mafra, morador da localidade de Barra, atual município de Fraiburgo, afirma que sua bisavó, que era batizada por João Maria, dizia que o monge, em uma oportunidade, praticou um milagre alimentando doze pessoas com apenas dois pratos de couve, *“milagre visto por diversas pessoas e contado por elas como verdadeiro”*.¹⁷ Além disso, João Maria tinha uma especial atenção para os sinais da natureza, afirmando que *“quem não sabe ler a natureza é analfabeto de Deus.”*¹⁸

¹⁷ Entrevista de Valdir Rodrigues Mafra ao Pe. Thomas Pieters. Barra, Fraiburgo, 1973.

¹⁸ O pesquisador Euclides Felipe recolheu junto a Emídio Conceição, um capelão leigo da “água santa” de Curitiba, os mandamentos de São João Maria, anotados como “Leis da Natureza”:

1º. Não se deve queimar folhas, cascas e nem palhas das plantações que dão mantimentos. O que a terra dá emprestado, quer de volta; 2º É errado jogar palhas de feijão nas encruzilhadas. É o mesmo que comer e virar o coxo. A terra se ofende; 3º Ao cortar uma árvore ou pé de mato, não se deixa mamando [agonizando]. Se corta por inteiro. Enquanto as plantas agonizam, os negócios da gente também vão abaixo; 4º Quem descasca a cintura das árvores para secá-las, também vai encurtando sua vida. Árvore é quase bicho e bicho é quase gente; (...) 6º. A terra é nossa mãe. A água é o sangue

Sem dúvida, o segundo João Maria, que andou pelo planalto na última década do séc. XIX e na primeira do XX, embora evitasse ajuntamento de seguidores, era menos ermitão que o primeiro monge. A principal atividade de João Maria de Jesus era conversar com as pessoas, indicar medicamentos, batizar crianças e transmitir seus mandamentos. As curas eram praticadas com rezas especiais e personalizadas, com as “águas santas” e com chá de vassourinha ou “erva de São João Maria”, muito encontrada em campos e capoeiras do planalto. Este segundo monge esteve, segundo vários relatos, pelos campos de Palmas, pelo vale do Rio do Peixe e pelo interior e vilas dos municípios de Campos Novos, Lages, Curitibanos, Porto União, Rio Negro e Canoínhas.¹⁹ Por volta de 1908 ou 1910, João Maria não foi mais visto, muitos acreditavam que o monge recolhera-se ao morro do Taió (localidade entre Curitibanos e Rio do Sul), onde até hoje vive ali “encantado”, com quase 200 anos.²⁰

Para João Maria de Jesus, o fim da monarquia representava o prenúncio de grandes catástrofes que atingiriam o mundo. São anunciadas epidemias, pragas na

da terra-mãe. Cuspir e urinar na água é o mesmo que escarrar e urinar na boca de sua mãe; 7º O pai da vida é Deus. A mãe da vida é a terra. Quem judia da terra é o mesmo que estar judiando da própria mãe que o amamentou; 8º Quem não sabe ler o livro da natureza é analfabeto de Deus;” seguem-se mais 21 mandamentos que recomendam respeito ao próximo, aos animais, à terra e à palavra dada.. Felipe, Euclides. *O último... Op. Cit.*, pp. 36-37.

¹⁹ Afirma Ângelo Dourado, um médico que acompanhou a coluna de Gumerindo Saraiva, que a região do vale do Rio do Peixe e os Campos de Palmas eram “território do monge”. *Os Voluntários do Martírio ... Op. Cit.*, p.147.

²⁰ Para Euclides Felipe, *Op. Cit.*, p. 30, houve antes e depois da Guerra do Contestado, muitos outros João Maria com aparências semelhantes aos primeiros. Guido Wilmar Sassi, escritor de Campos Novos, afirma que teve notícias de três deles, em 1936, 1938 e 1960, chegando a conversar com dois. Foi um João Maria que deu início ao trágico movimento dos monges barbudos do Fundão, em 1938, próximo à Soledade, no Rio Grande do Sul, Cojornal, Porto Alegre, maio de 1980, citado por Thomé, Nilson. *Os Iluminados : Personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis : Insular, 1999, p. 229. Importante trabalho sobre a devoção atual à São João Maria no oeste de Santa Catarina encontramos em Marcon, Telmo. *Memória e cultura. Modo de vida dos caboclos do Goio-en (SC)*. São Paulo. Tese de Doutorado em História. PUC-SP, 1999.

lavoura e na criação, a vinda de máquinas monstruosas como corvos de aço (aviões), gafanhotos de ferro (serrarias) que acabariam com as florestas. Uma inversão de valores e comportamentos também aconteceria : os homens seriam cada vez mais parecidos com as mulheres e vice-versa. Uma longa noite que duraria três dias levaria à morte a maioria da população, todos seriam julgados, os pecadores iriam para o inferno, só sobreviveriam os penitentes que levassem uma vida justa e plantassem cruzeiros em frente as suas casas.²¹

Por duas oportunidades João Maria de Jesus teve atritos com sacerdotes católicos. Aparentemente, a principal razão dos conflitos era o fato de João Maria batizar crianças, ministrando um sacramento que, para os padres, é visto como uma brutal intromissão de um leigo em atividades reservadas apenas aos membros ordenados do clero. Mas os relatos dos sacerdotes apontam também a outras questões. João Maria afirmava que sua reza "*valia por uma missa*", que a bíblia usada pelos padres não era a certa e, além disso, os caboclos não se cansavam de afirmar que João Maria nunca pediu dinheiro por suas rezas e batizados. Para os padres franciscanos, sem a atividade de João Maria de Jesus, jamais teria acontecido "*o surto de fanatismo*" do contestado, mesmo tendo este personagem "*se retirado*" muito antes do início do conflito.²²

²¹ Ver depoimentos de Rosalina Watrin (Rio Pretinho, Canoíñas), em anexo e de Maria Eusadina Tibes (Lebon Régis), depoimento tomado por Ivone Gallo, *Op. Cit.*, pp. 50, 51.

²² Afirma Frei Kamps: "*A guerra dos fanáticos só foi possível na fé que o povo tinha àquele mensageiro*" [João Maria]. "*Uma palavra de sua boca valia e vale ainda hoje*" [1915] "*mais do que as verdades eternas do Evangelho, do que quaisquer instruções de sacerdotes e bispos, e até o Santo Padre só acerta ensinar a verdade se esta confere com a pregação de João Maria*". Citado em Stulzer, Aurélio. *A Guerra dos Fanáticos (1912-1916): A contribuição dos Franciscanos*. Petrópolis/ Vila Velha : Vozes, 1982, p. 31.

João Maria de Paula, atual morador do município de Matos Costa, foi batizado com este nome, como muitos na região, como uma homenagem de seus pais ao monge:

“Os meus parentes mais velhos conheceram o monge João Maria. Meu sogro conheceu. O monge passou por aqui, o primeiro pouso ele fez a uns 5 km daqui, lá o povo levantou uma cruz, e o outro aqui, mais ou menos a 4 km para quem vai para General Carneiro,” [cidade a oeste de Matos Costa] “levantaram outra cruz lá. Ele achava lugar onde havia olho d’água e acampava, ali ficava sendo pouso de São João Maria. Tem até hoje a cruz. Ele batizou um primo meu, aquele povo antigo era muito crente, quando ele [o monge] ia passando por lá, o meu tio era fazendeiro, queria batizar este menino, que era recém nascido. Perguntou se batizava, ele disse que sim e batizou. Depois ele foi embora, nunca mais voltou, nunca mais foi visto.”²³

O primeiro encontro de João Maria de Jesus com um sacerdote foi em Capão Alto, interior de Lages, com o Frei Rogério Neuhaus, em 1897. Neste episódio, Frei Rogério perguntou pela procedência e formação de João Maria, inquiriu-o sobre suas previsões apocalípticas, advertiu-o de que estava proibido de batizar crianças e, de quebra, tentou humilhar o monge, obrigando-o a assistir a missa e a confessar-se. João Maria manteve uma posição cautelosa no diálogo, defendeu sua visão de fim do mundo afirmando que estava em sua bíblia, *“que é boa, não é a dos protestantes”*. Negou-se a confessar-se, mas afirmou que no dia seguinte assistiria à missa, o que não fez.²⁴ Outro atrito ocorreu em Canoínhas, em 1901, quando o padre Oswaldo Schlenger novamente advertiu o monge para não praticar batizados.²⁵

²³ Entrevista com João Maria de Paula, em anexo.

²⁴ Cabral, Oswaldo. *Op. Cit.*, p. 152.

²⁵ Felipe, Euclides, *Op. Cit.*, p. 29.

É importante destacar que, no meio da discussão com o Frei Rogério, inquirido sobre o anúncio da proximidade do fim do mundo, João Maria afirmou que “*o povo me aperta muito e, então, eu falo assim.*” Deixa transparecer que, além de acreditar naquelas previsões, falava o que as pessoas queriam ouvir.²⁶ João Maria soube, de certa forma, interpretar o “espírito de seu tempo”. “O profeta é, antes de mais nada, um intérprete”.²⁷ Sua posição de simpatia ao federalismo era compartilhada por parcela significativa da população do planalto, que identificava um certo heroísmo na iniciativa de Gumercindo Saraiva. João Maria não declarava-se federalista, mas acompanhou em alguns combates as tropas de Gumercindo, tratando de alguns feridos, dizendo que não advogava a causa federalista, mas que era “*a favor da justiça e dos que sofrem.*”²⁸

Se afirmamos que há mudanças significativas de comportamento entre o primeiro e o segundo João Maria, mudança de maior envergadura podemos identificar na atuação da Igreja Católica, principalmente após a proclamação da República e sua separação do Estado. No sul do Brasil a Igreja Católica passou por uma intensa reforma interna. A criação dos bispados de Curitiba (1894) e de Florianópolis (1908) foi seguida da iniciativa de importação de vários sacerdotes europeus: alemães, italianos e poloneses, que, inicialmente, atenderiam às respectivas colônias destas nacionalidades. Mas como a carência de sacerdotes brasileiros era grande e havia a intenção de renovação das práticas litúrgicas e doutrinárias da Igreja,

²⁶ Frei Menandro Kamps, franciscano alemão que atuou em diversas paróquias do planalto catarinense entre 1907 e 1914, afirmava que João Maria “*falava de acordo com o sentir do povo, que debaixo do manso regime do Imperador quase não pagava imposto, enquanto naqueles tempos correntes a carga tributária mais e mais pesava.*” (grifo nosso) citado em Stulzer, Aurélio. *Op. Cit.* p. 31.

²⁷ Gallo, Ivone C. *Op. Cit.*, p. 177.

os padres estrangeiros foram também empregados em grande número nas regiões de população predominantemente luso-brasileira, como o planalto serrano. A intenção era substituir o tradicional catolicismo luso-brasileiro pelo catolicismo ultramontano, europeizado e romanizado.²⁹

No planalto serrano catarinense o clero secular foi totalmente substituído pela ordem dos franciscanos alemães, provenientes da Saxônia. O pioneiro deles foi o já citado Frei Rogério Neuhaus, que estabeleceu-se em Lages em 1891. Em 1900, os franciscanos fixam-se em Curitiba; em 1903, em Palmas; em 1912 criam a paróquia de Canoíhas (separada de Curitiba); e em 1914, assumem a paróquia de União da Vitória, que antes já estava ocupada por um padre alemão (José Lechner), porém secular.³⁰ Desta forma, além do processo de romanização, verifica-se um movimento de germanização do clero católico.³¹

A atuação inicial do clero alemão no planalto representou um choque cultural e religioso. Os padres queixavam-se do estado das Igrejas que encontravam. As pessoas tinham se desacostumado ao comparecimento às missas, eram muito poucas as crianças que faziam primeira comunhão, a maioria da população que se declarava católica não se confessava há anos. Os antigos padres, além de permitir esta

²⁸ Dourado, Ângelo, *Op. Cit.*, p. 148.

²⁹ Estas mudanças na atuação da Igreja estão discutidas em Serpa, Élio C. *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis : Ed. UFSC, prefácio de Augustin Wernet, 1997.

³⁰ Idem, p. 142.

³¹ A germanização implicava numa ofensiva de imposição de novas formas de comportamento à população, mesmo comunidades de origem européia queixavam-se da atuação dos sacerdotes alemães. No vale do Itajaí, em meio a majoritária colônia alemã havia comunidades italianas, houve reclamações de imigrantes italianos contra a atuação de franciscanos alemães. Andrea Largura queixa-se ao primeiro Bispo de Santa Catarina, em 1909, informando que sua comunidade não desejava viver em "sistema conventual", que queriam padres seculares italianos ou, pelo menos, latinos, mas que "não podemos mais tornar-mos alemães." Dallabrida, Norberto, "Catolicismo de imigração e conflitos

licenciosidade da população, não tinham a fama de cumprir os votos de pobreza e castidade. Nas Vilas, crescia o número de casamentos exclusivamente civis e a presença ostensiva de livres-pensadores e da maçonaria em meio à elite local. Para espanto dos franciscanos alemães, o povo adorava as grandes festas religiosas, abastecidas com comilanças e bebidas alcoólicas, que não raro terminavam em bailes. Os franciscanos chegaram com espírito missionário, como se tivessem que converter pagãos “*a verdadeira fê*”.

Tudo indica que, além dos conflitos suscitados por uma radical mudança na postura e ação do clero católico, as antigas práticas do “catolicismo popular” já eram distantes dos modelos desejados pelas lideranças sacerdotais tradicionais. O “catolicismo popular” não é algo uno ou imutável, caracteriza-se por agregar práticas e reinventar significados que modificam-se de região para região. Para Pedro Ribeiro de Oliveira, o catolicismo popular é uma “*auto-produção do grupo camponês*” ... “*por se contrapor àquela dos especialistas que procuram ter o monopólio dos sacramentos e dos ensinamentos*” ... “*é uma reinvenção do código oficial*”.³²

Os choques entre o novo clero e a população foram intensos. No livro Tombo da paróquia de Campos Novos, em 1911, há o registro de insultos sofridos pelo padre Henrique Lacote, praticados “*por um moço libertino*”. Em 1913, “*Frei Gervásio Kraemer, ao visitar a Capela da Serra dos Padilhas, procurando explicar a*

italo-germânicos” In Ferreira, Cristina e Frotscher, Méri, *Visões do Vale: Perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau : Nova Letra, 2000, pp. 59 a 69.

³² Oliveira, Pedro Ribeiro de . *Religião e dominação de classe : gênese, estrutura e função do Catolicismo Romanizado no Brasil*. Petrópolis : Vozes, 1985, p. 144.

nova tabela diocesana sobre taxas e contribuições eclesiásticas, foi chamado de ladrão e matuto, além de ser ameaçado de morte por um homem armado”.³³

As reações da população se dirigiam contra a disciplina excessiva imposta pelos franciscanos, pela cobrança de taxas e contra sua iniciativa permanente de combate à figura de João Maria. Frei Rogério Neuhaus afirmava a todos que João Maria “*não passava de um lobo em pele de cordeiro*”.³⁴ Esta política era estimulada pelo Bispo D. José de Camargo Barros, que, após fazer uma visita à Vila de Campos Novos, em 1898, afirmou que ali vivia “*um povo atrasado, cheio de vícios e muito fanático e seguidor do célebre João Maria*.”³⁵ Mesmo depois do desaparecimento do monge, ele continuou sendo o maior adversário do trabalho dos franciscanos no planalto. Rosalina Watrin, conclui o que o povo do planalto sentia sobre o conflito entre os padres e João Maria : “*Os padres tinham raiva dele, mas ele falava as coisas que Deus e Nosso Senhor Jesus Cristo mandavam ele falar*”.³⁶

O Canudinho de Lages

Um curioso movimento religioso, muito pouco estudado, estourou em 1897, na localidade de Entre Rios, em Campos Novos, próximo da divisa com Lages, na confluência dos rios Pelotas e Canoas, que formam o Uruguai. Sobre este movimento as fontes são escassas, só existe um relato de Frei Rogério Neuhaus, um depoimento

³³ “*Apesar de serem católicas, algumas comunidades do interior*”[de Campos Novos]“*eram avessas às pregações dos padres que queriam mudar a ordem estabelecida pelos costumes dos paroquianos. O povo não aceitava novas regras. Quando eram impostas, ocorriam conflitos.*” Lazzarini, Sérgio. *História demográfica da paróquia de São João Batista de Campos Novos (1872-1940)*. Dissertação de Mestrado em História. UFSC. Florianópolis, 1993, p.32 e 94.

³⁴ Stulzer, Aurélio. *Op. Cit.*, p. 33.

³⁵ Informação de Piazza, citada por Serpa, Élio C. *Op. Cit.*, p. 144.

³⁶ Entrevista com Rosalina Watrin, anexos.

colhido por Euclides Felipe e uma pesquisa na imprensa da época realizada por Victor Pelluso Jr.³⁷ Todas as fontes são provenientes de pessoas hostis ao movimento.

Consta que entre agosto e setembro de 1897, um comerciante local, Francelino Subtil de Oliveira, associado a um homem chamado de "São Miguel" ou "São Miguelito", que apresentava-se como primo-irmão de João Maria, estabeleceram o culto à uma formação rochosa que havia na região, afirmando que a pedra era uma Santa que estava encantada.³⁸ Para "desencantar" e, portanto, libertar a Santa, os devotos deveriam praticar preces e ladainhas intermináveis, entoar alguns cantos e confessar-se com Francelino. Após confessar os pecados, os devotos recebiam, como penitência, a ordem de segurar uma pedra pesada sobre a cabeça por um determinado tempo. Os crentes passaram a se reunir na localidade, onde rapidamente formou-se um ajuntamento com 80 casebres e uns 300 habitantes. Logo, as autoridades de Campos Novos, os Coronéis Henrique Rupp e Lucidoro Matos, solicitaram intervenção do Governador do Estado, devido ao perigo que o ajuntamento representava para as fazendas vizinhas. Um grupo de soldados do Regimento de Segurança do Estado, reforçado por capangas de Rupp e Matos, tentou destruir o agrupamento mas foi inesperadamente recebido a tiros pelos devotos.

O Governador enviou uma nova expedição e solicitou auxílio ao governo do Rio Grande do Sul que, com um destacamento da Brigada gaúcha, rapidamente

³⁷ As reminiscências de Frei Rogério estão em SINZIG, Pedro. *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis : Vozes, 1939, o depoimento de João Marcos Ortiz está em Felipe, Euclides, *Op. Cit.*, p. 60; o texto de Victor Pelluso Jr é "A Santa do Canudinho de Lages" no *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, nº 37/38, Florianópolis, dez. 1985.

³⁸ Nilson, Tomé, *Os Iluminados...Op. Cit.*, pp. 69 a 77, relaciona o movimento de Entre Rios ao de Pedra Branca, ocorrido em 1837, no interior de Pernambuco. Porém, diferentemente do movimento

arruinou com a povoação de Entre Rios. A imprensa chamou este movimento de “Canudinho” de Lages, em referência ao arraial liderado por Antônio Conselheiro na Bahia, onde havia vivo combate naquele momento. Repercutia nacionalmente a derrota da 3ª expedição a Canudos, sendo que a cidadela nordestina só seria liquidada em início de outubro.

Desta forma, pouco se sabe sobre a crença e as razões do ajuntamento daquelas pessoas. De alguma maneira, o “São Miguel” procurava se identificar com a figura de João Maria, apresentando-se como primo, o que não deixa de ser um meio indireto de aquisição do prestígio alheio.³⁹ De qualquer forma, não dispomos de elementos para uma avaliação deste movimento, além de inferir que havia uma população errante pelo planalto suscetível a seguir até o fim suas lideranças religiosas caboclas e que, em nome de São João Maria, muitas pessoas estavam disponíveis a qualquer tipo de luta.

O movimento do “Canudinho” de Lages pode ser observado, externamente, na capacidade de gerar uma reação enérgica, desproporcional e rápida dos governantes. É muito provável que o ambiente de quase histeria nacional, que animou

nordestino, não consta que tenham ocorrido sacrifícios rituais para desencantar a Santa da pedra, nem havia nos Canudinhos a espera pela volta do Rei D. Sebastião.

³⁹ Segundo João Marcos Ortiz, morador de São José do Cerrito, o homem que se intitulava “São Miguel”, afirmou que tinha usado o nome de João Maria “*só para chamar a atenção do povo*”. Dizia que o mundo acabaria na virada do século. Afirmou ainda que, com o aumento do ajuntamento e a falta de recursos, “*começaram as rebaldarias : invasões de roças alheias, roubo de gado e porcos ... até que os governos mandaram passar todo aquele putedo na bala.*” Felipe, E., *Op. Cit.* p.60.

a quarta expedição à Canudos, tenha contribuído marginalmente para legitimar a chacina de Entre Rios.⁴⁰

A aparição de José Maria

José Maria é mais uma figura de passado nebuloso, pouco se sabendo sobre suas origens. Sua aparição pública na região contestada ocorreu apenas no ano de 1912, onde desencadearam-se diversos episódios que precipitaram a guerra sertaneja.

Sobre a figura deste monge a sociedade sertaneja se divide : muitos afirmam que São João Maria já havia previsto que surgiriam falsos profetas para explorar a boa fé do povo, e era o caso de José Maria, cujo nome consta ser Miguel Lucena de Boaventura, homem que se apresentou na região informando ser irmão de João Maria. Joaquim Pereira Neto, da localidade de Bahia, Fraiburgo afirma que :

“O pai contou que viu e falou com João Maria, que dizia, que quando os homens usassem fitas no chapéu, seria o fanatismo. Quando os trilhos chegassem perto uma linha da outra, seria o fim do mundo, os trilhos não se encontrariam mais. Haveria muitos chapéus, poucas cabeças. João Maria dizia que ninguém deveria deixar se iludir neste tempo.”⁴¹

Valdir Mafra, de Barra, Fraiburgo, afirma que João Maria declarou que *“eu sou profeta de Deus, quero orientar vocês, que atrás de mim vai vir um que tomará meu nome, não vai na prosa, porque vai dar revolta”*.⁴² Outros habitantes informam que o monge José Maria era um homem penitente e dado à ações de cura e caridade,

⁴⁰ Importante avaliação do papel da imprensa para legitimar o massacre da população de Belo Monte encontramos em Galvão, Walnice Nogueira, *No calor da hora: (A guerra de Canudos nos Jornais)* 4ª edição. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1977.

⁴¹ Entrevista de Joaquim Pereira Neto ao Pe. Thomas Pieters, Bahia, Fraiburgo, 1973.

⁴² Entrevista de Valdir Mafra ao Pe. Thomas Pieters, Barra, Fraiburgo, 1973.

afirmava que admirava a missão de João Maria, a quem considerava “nosso irmão”, no sentido de irmanar-se com seus pontos de vista e sua prática.⁴³

As acusações à José Maria vão desde o charlatanismo até rapto de menores e abuso sexual de meninas.⁴⁴ Os adversários do monge procuravam desqualificar moralmente, precisamente nos pontos mais sensíveis aos costumes caboclos. Alguns estudiosos posteriores deram curso a estas versões, Maria Isaura Pereira de Queiroz afirma que José Maria “recebera a ordem divina de dormir com duas meninas de 10 e 11 anos...”.⁴⁵ Aqueles que conviveram com José Maria negam estas acusações, principalmente a de que o monge escolhia virgens para deitar-se. José Maria nunca se apresentou como um celibatário. Maurício Vinhas de Queiroz apontou um depoimento onde o monge elogiou publicamente a beleza de uma cabocla. Segundo Cyrino Chato, que acompanhou o monge em Taquaruçu e no Irani, José Maria “*não consentia patifarias*”⁴⁶. De qualquer forma, os caboclos que o acompanhavam não se sujeitaram à um golpe do tipo que o Menino-Deus Manoel, tentou pregar, sem sucesso, mais tarde, no segundo Taquaruçu (de que recebera uma ordem do monge para deitar-se com duas virgens).

Quanto ao curandeirismo do monge e o fato de ser acusado de “charlatanismo” pelas autoridades e os padres, a acusação é curiosa e extemporânea. Havia grande quantidade de curandeiros, benzedeiros, parteiras e rezadores para todos

⁴³ Depoimento de Joaquim Rosa, de Taquaruçu, à Euclides Felipe, *Op. Cit.*, p.75 : Sobre José Maria se referir a João Maria: “*Ouvi ele falar em ‘nosso irmão’, mas não em ‘meu irmão’*”.

⁴⁴ Provavelmente a origem destas acusações foi um processo por rapto de moça menor de idade, em Palmas, 1911. Meses depois o processo foi arquivado porque, como era muito comum, a moça consentiu no rapto. Vinhas de Queiroz, *M. Messianismo e Conflito Social ...Op. Cit.*, p. 82.

⁴⁵ *O Messianismo no Brasil e no Mundo*, *Op. Cit.*, p. 417.

⁴⁶ Felipe, Euclides J, *Op. Cit.*, p. 63.

os males transitando pelo sertão e pelas vilas do interior (e pelas capitais do litoral, também). José Maria jamais apresentou-se como médico, dizia às pessoas que observava as propriedades das plantas para empregá-las nas curas. Antes de ser obrigado a abandonar Curitiba, José Maria estava organizando uma “Farmácia do Povo”, que reuniria todos os tipos de plantas e ervas terapêuticas disponíveis.

Ao que parece, o conhecimento empírico do emprego de ervas nativas de José Maria era bem maior do que de seu antecessor João Maria de Jesus. José Maria aviava receitas complexas, envolvendo o emprego de diversas ervas, raízes e sementes. Apesar de ser alfabetizado, o monge servia-se de um “secretário” que escrevia as receitas para as pessoas que atendia cada vez em maior número, principalmente a partir de meados de 1912, quando se espalhou a notícia da cura espetacular da esposa do fazendeiro Francisco de Almeida, de Campos Novos.

Para o pessoal mais próximo ao monge, as práticas de cura não tinham origem mágica. Antônio Fabrício das Neves, de Irani, cujo pai conheceu de perto José Maria, afirma que o monge não era fanático, nem estimulava o fanatismo:

“Isso aí [o fanatismo] é o que eles [os inimigos] queriam dizer para desacreditar o homem [José Maria]. Queriam dizer que ele estava mentindo. Que ele se dizia ser um santo, eu nunca ouvi dizer que alguma vez ele falou isso. Ele dava os pareceres dele, mas dentro de um ritmo de futuro, de respeito, de gente que queria crescer junto. Por isto é que essa gente de Curitiba veio aqui dizendo que era o tal fanatismo, que ele nunca pregou, nunca defendeu. Eram os de fora que chamavam de fanáticos e, principalmente, os de fora que se interessavam por este pedaço de terra.” ... “O certo mesmo é que era um homem com muita instrução, muito entendido” Sobre as curas : “Ele ensinava, mas ele nunca se propôs a ser um curador como diziam.”⁴⁷

⁴⁷ Entrevista com Antônio Fabrício das Neves, Irani.

É possível que os seus mais próximos seguidores, principalmente os oriundos de Curitiba, tenham reelaborado a atividade de José Maria depois de sua morte, no combate do Irani, em 22 de outubro de 1912, tornando sagrada sua antiga peregrinação, atribuindo poderes especiais ao monge que seus próximos não reconheciam até outubro 1912.

Quanto às práticas de cura do monge, é necessário observar que os médicos eram raríssimos no planalto, e mesmo quando andavam pela região, não eram muito procurados, nem mesmo pelas pessoas mais ricas. A medicina do início do séc. XX ainda mantinha antigas práticas invasivas, agressivas e dolorosas, como sangrias e purgas, isolamento de pacientes e cirurgias sem anestesia e pouca assepsia, práticas de baixa ou duvidosa eficácia. Já os tratamentos com os curandeiros eram indolores e, associados às práticas religiosas caboclas, pelo menos *“ofereciam certo alívio e reconforto psicológico, sem afastar os doentes de seus amigos e parentes.”*⁴⁸ Para João Ventura, as ervas de José Maria *“funcionavam mesmo, o desgraçado curava muita gente”*.⁴⁹

José Maria perambulou pelo interior do Paraná, pelos campos de Palmas e por Lages, até estabelecer-se por algum tempo na casa de um agregado de Francisco de

⁴⁸ Weber, Beatriz Teixeira. *As artes de curar : Medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Tese de Doutorado em História, Unicamp, Campinas, maio de 1997., p.262. Esta autora monta um interessante painel sobre as práticas populares e religiosas de cura no Rio Grande do Sul, demonstrando que elas representavam uma tradição popular que sincretizava práticas africanas, indígenas e européias, que formavam uma articulação própria (p.248). Criticando as interpretações que consideram a sociedade da época totalmente “medicalizada”, a autora demonstra que as *“perspectivas místicas e religiosas tiveram grande destaque na organização de crenças e rituais que visavam atender aos problemas de saúde, que não era considerada só como o bem estar físico, mas também como conforto material e espiritual”*(p.251). Neste contexto, *“o catolicismo popular representava mais uma prática que uma crença, mais um conjunto de modalidades de comportamento do que de convicções. Seus ritos constituíam um acompanhamento fundamental para os acontecimentos de suas vidas.”*(p. 285)

Almeida, nos campos do Espinilho, em Campos Novos. Consta que em certo dia de julho de 1912 recebeu a visita de uma comissão proveniente de Curitiba composta por Praxedes Gomes Damasceno e Francisco Paes de Farias, de Taquaruçu, Manoel Alves de Assumpção Rocha e Eusébio Ferreira dos Santos, de São Sebastião das Perdizes (ou São Sebastião da Boa Vista). Estes homens eram líderes destas comunidades e vieram a Campos Novos para convidar José Maria a comparecer à Festa do Bom Jesus, que acontecia dia 6 de agosto em Taquaruçu.

Na comunidade de Taquaruçu a presença de José Maria se estendeu além da festa, o arraial formado para a festa não foi desmontado, tendo as barracas crescido em número com a constante afluência de doentes e curiosos. Além dos tradicionais habitantes das comunidades mais próximas, havia a presença de muitos sertanejos expulsos pela *Lumber* e pela *Brazil Railway*, tanto da costa do rio do Peixe, como da região do Iguaçu. Era gente que não tinha mais para onde voltar. Neste ajuntamento, muitos esperavam pelo retorno de João Maria.

Inicialmente, não parece ser objetivo de José Maria posicionar-se a respeito do antigo conflito entre os dois chefes políticos de Curitiba, como normalmente a historiografia predominante faz, estabelecendo um vínculo direto entre o monge José Maria e o Cel. Henriquinho de Almeida, que gostava de cultivar a fama de “protetor dos pobres”. Isto não pode ser sustentado em princípio, porque havia entre os mais destacados seguidores do monge gente muito próxima e amiga do Superintendente Municipal de Curitiba, o Cel. Albuquerque. É o caso de Francisco Paes de Farias (Chico Ventura), seu irmão Sergílio Paes de Farias, e do comerciante Praxedes

⁴⁹ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

Gomes Damasceno. Os irmãos Paes de Farias eram amigos pessoais de Albuquerque⁵⁰, acompanharam o monge até o combate do Irani, depois deste, Sergílio não quis mais envolver-se com os devotos e Chico tornou-se um dos importantes chefes rebeldes. Praxedes era, além de parente dos irmãos Paes de Farias, amigo pessoal do Cel. Albuquerque e, mais ainda, afiliado de casamento do Cel. Vidal Ramos Júnior, então Governador do Estado.⁵¹

Henriquinho Paes de Almeida não era parente dos Ferreira de Almeida, de Campos Novos, onde o monge esteve abrigado até a festa de Taquaruçu. Consta, porém, que Henriquinho tenha tentado atrair o prestígio do monge para si divulgando o boato de que os dois haviam-se encontrado na beira do rio Correntes. Após longa palestra, Henriquinho teria passado a José Maria sua espada de Coronel da Guarda Nacional, o que significava que o monge passaria a dirigir a oposição política local ao Cel. Albuquerque.⁵²

Acreditando ou não neste boato, o aumento da aglomeração de pobres, errantes e doentes no arraial de Taquaruçu fez com que Albuquerque tentasse uma conversa direta com José Maria, para saber de suas intenções. O Superintendente Municipal enviou um emissário que mandou o monge apresentar-se ao Coronel na Vila. Consta que José Maria respondeu ao Cel. Albuquerque que a distância que os separava era a mesma e que, desta maneira, era ele quem aguardava uma visita do Coronel. A resposta foi interpretada como uma insubordinação arrogante e serviu ao Cel. Albuquerque de pretexto para telegrafar ao governador do Estado pedindo

⁵⁰ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

⁵¹ Arrolamento de bens e Inventário de Praxedes Gomes Damasceno, outubro de 1915, p. 4. AFJC.

intervenção do Regimento de Segurança para dispersar os “monarquistas de Taquaruçu”. O Cel Albuquerque mandou ao vizinho de Campos Novos, Cel Henrique Rupp, um telegrama nestes termos:

*“Digno amigo já deve saber estou agindo restabelecer respeito autoridades constituídas margem Taquaruçu transformada Ipiranga a lá Mucker pelo Padre Santo vindo daí que proclamou ali restauração monarquia, tirando retrato a cavalo, espada em punho. Ministério provisório assim constituído : Fazenda, velho Rocha [Manoel Alves de Assumpção Rocha]; Guerra, Chico Ventura [Francisco Paes de Farias]; Viação, Sergílio [Paes de Farias]; Marinha, Eusébio Rocha [Eusébio Ferreira dos Santos]; Interior, Praxedes [Gomes Damasceno]; Agricultura, Joaquim Vidal. Afirma-se novo monarca pretende vir Vila solidificar regime nascente mudando autoridades. Bispo ordenou padre ir aconselhar povo dispersão. [...] Governo providenciando como sabe. Abraços, Albuquerque.”*⁵²

O Cel. Albuquerque procurava manter informado tanto o governador do Estado como seu vizinho de Campos Novos, uma vez que o Rio Taquaruçu demarcava o limite entre os dois territórios municipais. A denominação do movimento como um “*Ipiranga à la Mucker*” possui nítida intenção de afirmar que há uma ruptura institucional (Ipiranga) animada por um “fanatismo irracional” em referência ao movimento liderado por Jacobina Maurer no morro do Ferrabrás, no Rio Grande do Sul, em 1873. Estas informações serviam de combustível para a imprensa gastar muitas laudas na descrição dos costumes “bárbaros” dos caboclos, o que legitimava uma ação de força do governo. A intenção monárquica e conspirativa por parte do monge era um evidente exagero de Albuquerque, que nem seus partidários acreditavam.

⁵² Vinhas de Queiroz, *Op. Cit.* p. 91

⁵³ Telegrama do Superintendente Municipal de Curitiba para o Sup. Mun. de Campos Novos. S/d caixa : campanha do Contestado. AHWR.

Albuquerque parecia agir obcecado pelo fato de se sentir humilhado por José Maria não submeter-se às suas ordens. A proximidade de Cyrino Chato do acampamento de Taquaruçu poderia sugerir uma adesão do monge a seu principal opositor, o Cel. Henriquinho de Almeida, de quem Cyrino era homem de confiança. Mas é difícil fazer esta relação, uma vez que Henriquinho não foi visto na festa em Taquaruçu e, ao que consta, nunca conversou diretamente com José Maria. Muito provavelmente conviveram no ajuntamento de Taquaruçu sertanejos que eram originalmente considerados como “gente” de Albuquerque e de Henriquinho, mas que a partir deste momento só reconhecia a liderança de José Maria.

Naquele período, muitas pessoas de destaque na política regional não deram crédito às atribuídas intenções de restauração monárquica por parte dos sertanejos que acompanhavam José Maria. Consta apenas que, durante a festa do Bom Jesus em Taquaruçu, um desafio de repentistas, numa porfia, foi vencida pelo cantador que defendeu a monarquia como “Lei de Deus”, conforme falava o sumido João Maria.

O próprio Cel. Rupp, embora concorde com o perigo da concentração e “fanatização” dos sertanejos, não dava crédito ao “ministério monárquico” noticiado pelo Cel. Albuquerque. Rupp enviou um telegrama ao Governador do Estado dando seu ponto de vista sobre Taquaruçu :

“Caso Curitiba no momento não me impressiona visto que as notícias de que de lá tenho são incompletas; José Maria no Município[de Campos Novos] durante meses curandeiro, não aceitava retribuição pecuniária, o que [ilegível] haver romaria de todos Municípios vizinhos. Não era amigo da religião nem perito, conforme informou-me compadre Almeida[fazendeiro Francisco Ferreira de Almeida, dos campos do Espinilho], cujo hospede era durante meses [ilegível]. Nossos caboclos do mato fácil fanatizar e se for exato o que se ouve, necessário ação enérgica. Questão

*restauração da monarquia, no meu ver uma arlequinada, basta conhecer os três ministros para se fazer juízo. Rupp.*⁵⁴

Para Rupp, apesar de observar que as informações que dispõe são incompletas, a “*arlequinada*” da proclamação da monarquia não tinha a mínima importância, o “*ministério*” monárquico era formado por pequenos fazendeiros e comerciantes de Taquaruçu e Perdizes, que desempenhavam o papel de festeiros na festança de Bom Jesus, gente que Rupp conhecia por suas atividades de político e agrimensor. Rupp lembra que, em Campos Novos, José Maria não fazia outra coisa além de curas, não era “*amigo*” nem “*perito*” em religião. Porém, o Superintendente de Campos Novos adverte que, com o conhecimento que tinha dos “*caboclos do mato*”, identificava sua facilidade para se “*fanatizar*” e, pelo que andava ouvindo, pedia uma “*ação enérgica*” do governo. Afinal, o Cel. Rupp já tinha vivido a experiência de uma derrota inicial no assalto ao “Canudinho” de Entre Rios, quinze anos antes. A possibilidade de tensão social é avaliada como algo mais relevante do que as discutíveis intenções restauradoras.

Ao que tudo indica, o monarquismo dos seguidores de José Maria era muito incipiente nesta fase inicial do movimento. Os sertanejos apenas lembravam das referências monárquicas do antigo monge João Maria, referências religiosas que ligavam a monarquia ao campo do sagrado, como “lei de Deus”, como “Coisa do Céu”. Somente a partir de novembro de 1913, mais de um ano após a morte de José

⁵⁴ Telegrama do Superintendente Mun. de Campos Novos para o Governador Vidal Ramos Jr., s/d, Caixa campanha do Contestado, AHWR.

Maria no Irani, no segundo ajuntamento de Taquaruçu, agora como um “Quadro Santo”, é que passa a existir uma visão mais elaborada da monarquia cabocla.⁵⁵

De qualquer maneira, para o governo do Estado reprimir o ajuntamento de Taquaruçu já era suficiente o fato de que havia uma crescente concentração de sertanejos pobres, que não se subordinavam às autoridades locais. Na imprensa do litoral, os representantes do governo argumentariam que, por conta da ignorância e das carências dos sertanejos, não restava outra opção ao governo senão liquidar o ajuntamento em torno de José Maria. A possibilidade de não haver o ataque à Taquaruçu estava presente neste momento. Bastava o governo não dar ouvidos ao Cel. Albuquerque e deixar os sertanejos em paz. Esta possibilidade foi levantada por muitos contemporâneos, mas não foi a opção de Vidal Ramos, que tinha no Cel. Albuquerque um seguidor fiel que representava o Partido Republicano em Curitibanos, dali Albuquerque sustentava o projeto de consolidação do Município de Canoínhas, com a liderança do Major Vieira nesta última Vila. Além disso, Albuquerque era Deputado no Congresso Legislativo catarinense, ocupando a presidência desta casa em 1914.⁵⁶

⁵⁵ Avaliação mais cuidadosa da atuação de José Maria encontramos em Thomé, Nilson, *Os Iluminados : personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis : Insular, 1999, pp. 129 a 146.

⁵⁶ O testemunho contemporâneo é dado pelo comerciante e Juiz Substituto de Canoínhas, Adolph Bading que afirmou : “Se tivessem deixado as coisas quietas, seguindo o seu próprio rumo, provavelmente após mais ou menos tempo, o monge teria seguido adiante e a comunidade[de Taquaruçu] teria se dissolvido. Mas o governo de Santa Catarina não quis tolerar o ajuntamento, especialmente por iniciativa do Coronel Albuquerque, na ocasião Superintendente de Curitibanos, o qual provavelmente via nisto um perigo pessoal.” “Die Fanatikerbewegung im Contestado (Paraná und Santa Catarina)” “O movimento fanático do Contestado” *Almanaque Alemão*, s/cidade, s/ edit., 1916. Trad. João Klug. Por sua parte, os oficiais do exército brasileiro também relutaram em ingressar na campanha contra os sertanejos do planalto catarinense. A memória do desastre de Canudos e o fato de suas energias serem empregadas como uma força à disposição dos Coronéis da região, fez com que o exército evitasse uma presença mais constante e efetiva, pelo menos até a morte do Capitão Matos

Os laços de compadrio que ligavam Albuquerque ao lageano Vidal Ramos foram mais fortes do que recomendava uma avaliação política razoável sobre a questão. O Regimento de Segurança do Estado enviou um contingente de 30 soldados que, ao chegar em Curitiba, soube da iniciativa de José Maria de retirar-se do Município. Na mesma oportunidade, o governo federal, mediante pedido do governador de Santa Catarina, enviou para região unidades militares pela linha férrea do Rio do Peixe e o 54º Batalhão de Caçadores foi deslocado de Florianópolis a Lages, mas estas tropas não chegaram a atuar neste momento.

O êxodo ao Irani

Para evitar um confronto do qual nem sabia a razão, José Maria preferiu abandonar Taquaruçu em setembro de 1912 seguindo para o oeste, atravessando Campos Novos, transpondo o Rio do Peixe para viver entre os habitantes dos Campos de Palmas, mais precisamente do faxinal do Irani, onde possuía amigos. José Maria contava com a amizade da grande família dos Fabrício das Neves e do Major Miguel Fragoso, muito influente na região ao sul do Irani, próxima ao atual município de Concórdia. Aproximadamente uns 40 homens e mulheres de Taquaruçu acompanharam o monge nesta travessia, entre eles Praxedes, Chico e Sergílio Ventura, Cyrino Chato e outros.⁵⁷ Segundo Fabrício das Neves, o pessoal de Curitiba foi bem recebido no Irani *“porque era gente da mesma tradição.”*⁵⁸

Costa. Sobre estes impasses e dúvidas dos oficiais do exército ver : Rodrigues, Rogério Rosa, *Os Sertões Catarinenses : Embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, Florianópolis, fevereiro de 2001, pp. 44 a 74.

⁵⁷ Consta que Eusébio Ferreira dos Santos e Manoel Alves de Assumpção Rocha, de São Sebastião das Perdizes, participaram do primeiro ajuntamento de Taquaruçu mas não acompanharam José Maria ao Irani por serem homens de idade avançada.

⁵⁸ Entrevista com Antônio Fabrício das Neves, anexos.

A região do Irani foi povoada na última década do séc. XIX principalmente por pequenos lavradores e fazendeiros gaúchos que vieram com suas famílias e agregados, muitos sendo antigos combatentes dos dois lados da Revolução Federalista. No Irani havia muita tensão acumulada em torno da disputa de terras com uma companhia frigorífica, que estava ameaçando açambarcar as terras de fazendeiros e pequenos sitiantes da região, então sob jurisdição paranaense. Irani era distrito do Município de Palmas, onde comandava a Prefeitura o Cel. Domingos Soares, que normalmente mantinha um bom relacionamento com a população deste distrito.

As vezes é mais difícil lidar com a mistificação criada por jornalistas e pela historiografia, do que com o pensamento religioso dos caboclos. Paulo Ramos Derengoski afirma que, no Irani, José Maria “*perambulava, festando, ministrando beberagens, sonhando – lendo trechos do livro Carlos Magno e os Doze Pares de França*”⁵⁹. Oswaldo Cabral vai mais longe ao afirmar que José Maria, organizou os “Quadros Santos”, as *formas* e realizou muitos batizados com nomes de “Urgéis”, “Ricartes” e “Oliveiros”, personagens da História de Carlos Magno.⁶⁰ É importante observar que, tanto no ajuntamento inicial de Taquaruçu, resultante da afluência de pessoas à festa de Bom Jesus que manteve-se no local após o evento, quanto no pequeno povoado de Irani, onde José Maria chegou em outubro de 1912 com um grupo de seguidores de Taquaruçu, não eram estes núcleos organizados no modelo de “Quadros Santos”, como se instituiu mais tarde. A ordem urbanística quadrangular,

⁵⁹ Derengoski, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis : Fund. Catarinense de Cultura, 1986, p. 17.

de uma praça demarcada por cruzeiros diante de uma Igreja; as práticas das *formas*, com o perfilamento de toda a população local duas vezes ao dia para rezas e organização dos serviços; a organização dos “Pares de França”, como guarda de elite sertaneja; são todas práticas sociais, culturais e religiosas criadas, pelo menos, a partir de novembro de 1913, no segundo Taquaruçu, quando as lideranças de Eusébio Ferreira dos Santos e Chico Ventura partem para a elaboração deste tipo de organização social na espera do retorno de José Maria. Entre agosto e outubro de 1912, os povoados de Taquaruçu e Irani não passam de ajuntamentos de pessoas em torno de um curandeiro considerado por muitos, eficaz e, por alguns, milagroso. Em vida, José Maria jamais foi comparado a um santo, como ocorreu com João Maria. Euclides Felipe, topógrafo de Curitiba que trabalhou no planalto por 45 anos, que muitas vezes dormiu em casas de caboclos, reunindo importante material oral sobre o conflito, afirma que José Maria “*não dirigia terços, nem recitava narrativas sacras e nem contava histórias de Carlos Magno, que talvez não conhecesse. Também os sertanejos nunca ouviram falar que em Campos Novos [Espinilho] houvesse ele organizado um séquito de 25 apóstolos*”.⁶¹

⁶⁰ Cabral, Oswaldo R. *Op. Cit.* p. 181.

⁶¹ Felipe contesta as informações veiculadas por Oswaldo Cabral e Demerval Peixoto, de que a organização dos “Pares de França” tenha ocorrido por iniciativa de José Maria. Para Euclides os “Pares de França” só organizaram-se a partir do reduto de Caraguatá (fev.- maio de 1914). *Op. Cit.*, p. 81. Em 1954 e 1961, Euclides Felipe levou Maurício Vinhas de Queiroz ao encontro de muitos sobreviventes dos redutos. No mesmo sentido, Márcia Espig afirma que o surgimento do grupo dos “Pares de França” só ocorreu a partir do segundo Taquaruçu. Espig, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Dissertação de Mestrado em História. UFRGS, Porto Alegre. 1998, p. 43. As informações de Cabral e Peixoto não encontram apoio em depoimentos de participantes diretos do conflito, mas em artigos posteriores na imprensa de Santa Catarina e do Paraná. Quanto a existência de “Urgéis”, “Ricartes” e “Olivérios”, isto só se verifica no romance *Geração do Deserto*, de Guido Wilmar Sassi, Euclides nunca teve notícia de José Maria ter realizado batizados, nem jamais achou caboclos com estes nomes, *Op. Cit.*, p. 82.

A ira despertada no Cel. Albuquerque, pela demonstração de insubmissão e independência de José Maria, e as medidas repressivas extremamente duras que se seguiram revelam, em parte, a fragilidade do poder local em Curitibaanos que passou a ver com temor um ajuntamento de pobres, que ainda era pequeno em Taquaruçu.

O governo paranaense foi avisado da migração do pequeno grupo de José Maria pelo Chefe de Polícia de Santa Catarina, o Desembargador Sávio Gonzaga. Porém, em pouco tempo, a imprensa e o governo paranaenses passaram a acreditar que os catarinenses tinham propositadamente enxotado as hordas do monge para o território contestado dos Campos de Palmas, com a intenção de criar um fato que obrigasse o emprego de tropa federal, uma estratégia indireta para a execução da sentença de limites em favor do estado barriga-verde. No entendimento das autoridades paranaenses, a presença da tropa federal viabilizaria a posse catarinense sobre a região contestada. Não julgavam que os sertanejos fossem capazes, por si, de desafiar as autoridades estaduais e federais.

Por conta destes temores políticos, o governo paranaense resolveu agir com força e rapidez. O extermínio do ajuntamento em torno de José Maria no Irani passou a ser uma questão de honra para o comandante do Regimento de Segurança do Paraná, o Coronel João Gualberto Gomes de Sá, que afirmava estar levando cordas para fazer desfilar pelas ruas de Curitiba os sertanejos que sobrevivessem ao seu ataque.⁶²

⁶² João Gualberto Gomes de Sá era natural de Pernambuco e Capitão do exército, a patente de Coronel era ocupada apenas na Chefia do Regimento de Segurança do Paraná.

A tropa paranaense rumou em direção a Palmas e dividiu-se na localidade de Horizonte, onde a maioria do contingente dirigiu-se à sede de Palmas, enquanto João Gualberto rumou diretamente ao Irani com um total de 64 homens. O Cel. Domingos Soares tentou uma mediação com José Maria, que novamente afirmava que não queria lutar, que não tinha qualquer problema com as autoridades paranaenses e que só estava na região por que tinha sido intrigado contra o governo catarinense pelo Cel. Albuquerque, de Curitibaanos. Mesmo assim, José Maria concordou com Domingos Soares que dispersaria seu ajuntamento, mas que necessitava de um prazo de três dias para poder distribuir estas pessoas por várias regiões. Quando Domingos Soares procurou João Gualberto para comunicar este acordo, o chefe do Regimento não concordou com a dispersão dos caboclos e no dia seguinte atacou o pequeno povoado de Irani.

Muito atribuiu-se ao ímpeto pessoal do Cel. João Gualberto o ataque aos sertanejos que demonstravam, mais uma vez, não desejar lutar. No entanto, é importante registrar que este oficial partiu de Curitiba com instruções muito precisas, não apenas de dissolver o ajuntamento, mas de trazer alguns sertanejos para desfilá-los amarrados pelas ruas da capital, numa demonstração de força do Estado do Paraná contra os que desejassem planejar uma execução unilateral da sentença de limites, utilizando-se dos caboclos de José Maria para este fim.⁶³

⁶³ Relata David Carneiro que João Gualberto, em Curitiba, uma noite antes de seguir viagem ao oeste, já afirmava que "*levava cordas, e havia de trazer os bandidos todos, amarrados.*" *Duas Histórias em três vidas : O Tiro Rio Branco através do seu patrono e do seu fundador*. Curitiba : Papelaria Universal, 1939, p. 253.

Mesmo as ponderações e a mediação do chefe político de Palmas, o Cel. Domingos Soares, conhecedor da região e das razões do ajuntamento de caboclos em torno de José Maria, não foram suficientes para desviar o Cel. João Gualberto de seu objetivo. O maior erro do comandante do Regimento de Segurança do Paraná foi subestimar a capacidade de resistência dos sertanejos e confiar demais em sua metralhadora.

Na madrugada de 22 de outubro de 1912 a força paranaense foi destroçada na entrada do banhado que dá acesso ao faxinal do Irani. Estima-se que mais de 200 sertanejos combateram ao lado de José Maria, tendo participado do combate os 40 homens que seguiram o monge desde Taquaruçu, o pessoal do Irani, amigos, familiares e agregados de Fabrício das Neves e um piquete de cavalaria do Capitão Miguel Fragoso, embora este último não tenha participado pessoalmente do combate. A metralhadora da força paranaense enguiçou após cair do lombo de uma mula num riacho no caminho, a força paranaense conseguiu abater José Maria e vários caboclos que marchavam a frente dos sertanejos, mas logo os soldados foram cercados pelos sertanejos que partiram para um combate com arma branca, um “entrevero”, no qual tinham extrema habilidade. Antônio Fabrício das Neves, de Irani, reproduz a memória de sua família sobre este combate através de “décimas”, poemas declamados em festas, como é do costume local :

*1) João Gualberto já está vindo
Comandando um Batalhão
Trazendo em sua muamba
Metralhadora e canhão
Veio pra fazer banditismo
Com os caboclos do sertão*

*2). O monge mandou uma carta
escrita bem declarado:
“precisamos se falar
talvez teje mal informado
não precisamos brigar
por que não somos intrigado
Respeite meus sertanejos*

*que eu respeito teus soldados
não vamos fazer injusta
matar quem não é culpado"*

4). *Coronel deu um sorriso
com olhar entusiasmado:
"eu não aceito esta carta
e muito menos o recado
porque já trouxe até as cordas
pra levar tudo amarrado"*

5). *O monge ficou pensando
emocionado e indeciso:
"eu não queria brigar
mas brigo se for preciso
por que em Deus tenho confiança
palavra de corpo e alma
pra quem restar fica a herança
que há de servir de lembrança
Irani, sertão de Palmas"*

6). *Foi assim que o Irani*

*serviu de cancha de guerra
viu seus filhinhos chorando
e as mulheres desesperadas
ver seus maridos em jornada
pra defender sua terra*

7). *O monge José Maria
com seu gesto de carinho
montou no seu cavalo
e disse ao Fabrício, baixinho:
"Eu vou na frente da tropa
Quero imitar uma choca
Quando está com seus pintinhos
Morrer na boca do bicho
Pra defender seus filhinhos"*

8). *"Fabrício vou te orientar
que vou morrer neste ato
mais tu não passe do meu sangue
volte de novo pro mato
no sertão tu será um tigre
e no campo vai ser um gato"*

Pelas décimas de Fabrício das Neves, fica evidente para os caboclos o ímpeto belicista do Coronel João Gualberto. A tentativa de negociação feita por José Maria fracassou, *"precisamos se falar, talvez teje mal informado"*. Sem saída, o monge organiza a resistência ao ataque da polícia paranaense *"eu não queria brigar mas brigo se for preciso"*. José Maria colocou-se a frente dos caboclos como *"uma choca que está com seus pintinhos"*, e avisou ao Fabrício que se ele, o monge, morresse, a luta deveria continuar nas matas da região: *"tu não passe do meu sangue, volte de novo pro mato, no sertão tu será um tigre e no campo vai ser um gato"*.

É importante ressaltar que, tanto pelas décimas, como pelo depoimento oral, Fabrício das Neves não afirma que o monge disse que ia ressuscitar, embora haja outros

depoimentos em contrário, inclusive de que o monge foi sepultado em um buraco tapado apenas por tábuas para que pudesse levantar-se.⁶⁴

A polícia paranaense recebeu a notícia do combate do Irani como uma tragédia. Consta que, durante a refrega, o Coronel João Gualberto foi cercado por um grupo numeroso de sertanejos furiosos armados de facão, quando ouviu-se o grito de um caboclo : *“Piquem este desgraçado, que ele é o único culpado”*.⁶⁵

Para os governos e os militares, a morte do monge, apesar de ter custado o sacrifício de vários soldados paranaenses e seu comandante, significava o fim do curioso movimento sertanejo.⁶⁶ Com a morte da personalidade que atraía aquelas massas não havia mais necessidade de preocupação. A expedição do Coronel Phyrro, que chefiou uma coluna do exército que desceu pela ferrovia e circulou por um mês pelos campos de Palmas, concluiu que depois da morte do monge os sertanejos tinham dispersado e não ofereciam mais qualquer perigo.

A Santificação de José Maria

O combate do Irani repercutiu entre a população sertaneja como um ato de extremo heroísmo praticado por José Maria. Sendo atacado por força do governo, o monge tinha que

⁶⁴ Segundo o depoimento do sargento farmacêutico Luiz Ferrante, que recolheu os corpos dos soldados mortos e socorreu alguns feridos dias após o combate da força de João Gualberto, os sertanejos lutavam acreditando que todos os que morressem, e não só José Maria, ressuscitariam. De qualquer forma esta percepção de Ferrante ocorre depois da batalha quando inicia-se um processo de reelaboração da experiência cabocla.

⁶⁵ Inquérito policial do combate no Banhado Grande do Irani, 1912, citado por Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p.107. Além do comandante, as tropas paranaenses perderam como mortos 2 sargentos, 3 cabos, 1 anseçada e 4 soldados, além destes, 13 baixas ocorreram por ferimentos. Os sertanejos perderam, além de José Maria, pelo menos mais 6 homens.

⁶⁶ *“Nada mais havendo a temer da gente de José Maria, depois de sua morte, regressou a esta capital o Sr. Desembargador Chefe de Polícia, com a satisfação de haver eficazmente cumprido seu dever para tranquilizar as populações dos municípios serranos que, com razão, temiam que a ordem pública fosse perturbada.” Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 24 de julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis : Typ. D'O Dia. 1913.*

pensar na comunidade maior de famílias com mulheres, velhos e crianças que acompanhavam-no. Não havia mais possibilidade para uma nova fuga, tiveram que lutar contra uma força oficial, e venceram-na. É corrente a afirmação de que foi o próprio José Maria que, já alvejado por um tiro, desfechou um golpe definitivo de facão sobre João Gualberto (o que não ocorreu, segundo depoimentos de pessoas que participaram do combate).⁶⁷

Para Vinhas de Queiroz, a refrega do Irani ocorreu num momento de extrema excitação religiosa dos sertanejos. Este autor transcreve um depoimento, onde um velho sertanejo levou 5 balas na caixa do corpo, mas na hora do entrevero não sentiu as feridas, só quando acabou o combate é que se viu ensangüentado. Mas qualquer combatente convicto e concentrado na refrega poderia passar por situação semelhante, principalmente porque o combate foi extremamente rápido, “*de vereda*”, como se diz no Irani. Ao que tudo indica, um forte sentimento religioso se apossa dos sertanejos após o combate.

Independente do que tenha acontecido durante a batalha, ocorre, entre outubro de 1912 e outubro de 1913, um peculiar processo de reelaboração mística. É o que Duglas Monteiro denomina de processo de “reencantamento do mundo”, como a complexa criação de instituições místicas e sociais novas, que darão um novo significado e uma nova coesão para os seguidores de José Maria.⁶⁸ O retorno do monge se daria após a passagem de um ano do combate do Irani, mas não seria um retorno solitário, José Maria voltaria junto ao

⁶⁷ Lemos, Alfredo de Oliveira. *A História dos fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos*. Curitiba. Datilografado, 1954, p. 3. Este autor, que afirma não ter presenciado o combate, mas soube por informação de terceiros que “José Maria arrancou de um facão, cortando ao meio o Coronel que caiu morto.”

⁶⁸ Monteiro, Duglas Teixeira, *Op. Cit.*, p. 103 a 167.

“exército encantado” chefiado por São Sebastião. Esta reelaboração será identificada por vários testemunhos, inclusive por Alfredo Lemos:

“... o meu comércio era comprar pelegos e jóias de Curitiba, e vender pelos sertões. Por isso fiz três viagens a cavalo, passando por São Sebastião da Boa Vista [Perdizes], Santa Maria, Tamanduá, Timbozinho, Vila Nova [do Timbó] e Poço Preto, onde tinha meu irmão João que ali morava. Três meses depois que José Maria morreu, pela segunda viagem, notei um certo movimento naquele povo; todos saíam da estrada em que eu passava e perguntavam-me o que eu sabia da Guerra de São Sebastião; eu nada podia dizer, pois nada sabia. Mas chegando em Timbozinho, pousei na casa de Tomazinho Rocha que era filho de Manoel Alves de Assumpção [Rocha] e era o mais fanático daquela serra. Então aí fiquei sabendo coisas que nunca esperava saber, disse-me ele: ‘o senhor José Maria morreu no primeiro combate conforme ele tinha dito, mas no dia que completar o ano, ele volta com o exército de São Sebastião. Feliz daquele que avistar a cola do cavalo de São Sebastião!’ Isto era repetido todas as vezes que eu passava na casa dele; e assim foi implantado o fanatismo naquele povo ignorante, para chegar ao ponto em que chegou.”⁶⁹

O comerciante Alfredo Lemos pertencia a uma família aliada ao Coronel Albuquerque e, por laços de parentesco era ligado a alguns membros da oposição municipal. Como negociante, tinha amizade com várias pessoas que aderiram à vida nos redutos. Seu relato, no entanto, demonstra permanente preocupação em provar que nunca aderiu ou foi simpático à causa rebelde, isto porque durante a guerra Alfredo foi preso por militares da coluna comandada pelo Cel. Estilac Leal e enviado a Curitiba, acusado de comercializar com os “fanáticos”. Nesta oportunidade, ele foi solto por interferência do Cel. Fabrício Vieira, que chefiava grande grupo de *vaqueanos* a serviço do governo. Alfredo, com freqüência, relata com riqueza de detalhes situações e acontecimentos que não testemunhou, incorrendo em muitos erros (como em afirmar que os *Pares de França* e os constantes “vivas” à monarquia foram criados no 1º Taquaruçu, apesar de reconhecer

⁶⁹ *Idem*, p. 4.

que lá não esteve). Porém, não temos motivos para duvidar das informações relatadas por Alfredo nos episódios onde ele registra que esteve presente.

A passagem de José Maria pela região é santificada, sua identificação com João Maria aumenta, suas curas passam a ser mais milagrosas do que falavam em vida. José Maria não tinha morrido, mas desaparecido, ou “havia se passado”. As tábuas na cova de Irani foram apenas um ponto de partida. Em poucos meses, muitas pessoas do planalto não duvidavam que José Maria ressuscitaria.

O processo de reelaboração social da memória, que incide criativamente sobre a rápida passagem de José Maria, pode ser compreendido se considerarmos que nada do quadro de crise social e política da região havia mudado com a morte do monge. Permaneciam os agricultores expulsos de suas posses ao longo dos ramais da ferrovia, continuavam Vilas inteiras a assistir o revezamento de autoridades paranaenses e catarinenses, persistia a arrogância dos Coronéis Superintendentes sobre seus opositores políticos ou sobre aqueles que não submetiam-se a sua vontade. Se, em vida, José Maria foi para muitos uma esperança de cura e viabilizou também a possibilidade de uma nova forma de vida em comunidade, mesmo que transitória, como na festa de Taquaruçu ou do rápido ajuntamento de Irani, seu desaparecimento passou a ser interpretado como uma possibilidade de retorno para remissão de todos os problemas. Operou-se uma profunda transformação no catolicismo popular, entendido este como um conjunto de práticas e concepções reguladoras da vida social e individual. Como afirma Lanternari, estudando cultos proféticos africanos do pós-guerra, estes movimentos:

“... ratificam com seu afã de liberdade, com a ânsia de salvação terrena de que estão animados os prosélitos, a função profana das chamadas religiões “primitivas”, e , em definitivo, de toda a religião popular : função devotada à resolução de crises existenciais concretas, determinadas pela dinâmica histórica, função que consiste na instauração de formas adequadas de redenção místico-ritual.”⁷⁰

A reelaboração religiosa se processa através da transformação da figura de José Maria, de um simples curandeiro, em um indivíduo santificado que possuía qualidades proféticas. Muitos sertanejos passaram a afirmar que José Maria havia profetizado sua própria morte. Os principais intelectuais produtores deste novo quadro de referência social e religioso são Manoel Alves de Assumpção Rocha, Eusébio Ferreira dos Santos e sua esposa Querubina, de Perdizes, que contarão com o apoio de Chico Ventura, de Taquaruçu⁷¹. Sergílio Ventura e Praxedes Gomes Damasceno, que também acompanharam o monge até o Irani, voltam para suas casas, assustados com o desfecho de seu êxodo. Embora não renegassem sua amizade e apreço para com o finado monge, estes últimos pretendiam não entrar mais em confusões, nem afrontar as autoridades.

Após o combate do Irani, e antes da formação do segundo ajuntamento de Taquaruçu, Frei Rogério teve uma conversa com Praxedes Gomes Damasceno, onde

⁷⁰ Lanternari, Vittorio. *As Religiões dos Oprimidos : Um estudo dos modernos cultos messiânicos*. Coleção Debates em Ciências Sociais, trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva. 1974, p. 17.

⁷¹ Tomo emprestado de Gramsci o conceito de intelectual, como organizador, sistematizador e divulgador de princípios gerais de vida em sociedade. Porém, Gramsci não concorda com a existência desta categoria a serviço de camponeses: “... cabe observar que a massa de camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora os seus próprios intelectuais ‘orgânicos’ e não ‘assimila’ nenhuma camada de intelectuais ‘tradicionais’, embora outros grupos sociais extraiam da massa de camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais tradicionais seja de origem camponesa.” Para Gramsci, só criam intelectuais “orgânicos” e subordinam intelectuais “tradicionais” grupos sociais “essenciais” o que, numa sociedade capitalista, seria exclusividade da burguesia e do proletariado. Para nosso caso de estudo, no entanto, considero fundamental a caracterização das lideranças que elaboraram e deram sentido próprio à linguagem rebelde e que, mais ainda, estruturaram um projeto próprio de sociedade na organização dos “Quadros Santos”. Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 2. Edição e tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 16.

registrou o desabafo do líder sertanejo, que traz alguns elementos para avaliarmos aquela experiência:

“É verdade que nos agrupamos aqui no Taquaruçu, mas isto não foi feito contra o governo. Nós queríamos tratar o nosso corpo doente com José Maria e praticar a nossa religião católica romana como os padres nos ensinaram, e fazer comunitariamente as nossas orações. Há nisso alguma coisa que vai contra a lei? Tivemos grandes gastos, tudo nós mesmos pagamos, não roubamos, nem usamos de violência contra um nosso semelhante. Quem se agrupava era recebido amigavelmente e o sortíamos com o necessário, mesmo se não tivesse contribuído com nada e não quisesse fazê-lo para o sustento coletivo. Seria isto contra as leis da nação? Um pequeno grupo estava armado de sabre. Era necessário para assegurar a ordem no acampamento. Também não leva cada um a sua arma quando viaja? Até nas cidades a maioria anda armada. Então aqui não há infração. Por que nos xingam de bandidos e expedem soldados contra nós, para nos matar? Qual foi nosso crime? Não nos obrigamos, obedientemente, a nos separar e voltar às nossas ocupações pacíficas quando o Prefeito [Cel. Domingos Soares] de Palmas (o primeiro que fez isto) nos concitou, em nome das autoridades? Elas imaginavam ver em nós um perigo para a coletividade. Onde está o nosso crime? Por que não respeitaram o prazo de três dias para a saída [de Irani] e alcançar nossos locais de trabalho? João Gualberto cercava-nos já no segundo dia, ele e sua gente, e não tivemos outro jeito: ou morriamos ou nos defendíamos. Nesta desesperada situação naturalmente fomos as armas. Há crime nisto?”⁷²

Para Praxedes, os fins pacíficos da aglomeração em torno de José Maria eram evidentes, só queriam tratar suas doenças. Não entendia que houvesse qualquer ruptura com o governo. Em relação à Igreja, pelo menos no discurso de Praxedes, não estavam desenvolvendo nenhuma nova religião (o que também, pelas leis da República, não seria um crime), mas queriam continuar praticando o catolicismo romano “como os padres nos ensinaram”. Isto soa um pouco falso. Apesar dos sertanejos se declararem como os verdadeiros católicos, os portadores da verdadeira “Santa Religião”, era de conhecimento geral a desaprovação dos padres em relação às praticas dos monges, inclusive de José

⁷² Stulzer, Aurélio, *Op. Cit.*, p. 42.

Maria. E a recíproca também acontecia. Portanto, num povoado comandado por José Maria não se praticava o catolicismo “dos padres”.

Fica evidente, também, o aparecimento dos primeiros traços do “comunismo caboclo” quando as pessoas que acorrem ao povoado passam a ser sustentadas por todos, “*mesmo se não tivesse contribuído com nada.*” Estas práticas comunitárias parecem ter nascido como uma extensão das práticas festivas. As festas reuniam pessoas de comunidades distantes, que precisavam de auxílios do festeiro para pousar no local. Algumas pessoas de maiores posses orgulhosamente forneciam todos os víveres para todos os convidados. O lema, atribuído a José Maria, passou a ser observado nos futuros redutos formados : “*Quem tem, mói; quem não tem, também mói e no fim todos ficarão iguais*”.⁷³

A acusação do governo, de que se tratava de uma reunião de homens armados, parece bem argumentada por Praxedes. Da mesma maneira, Praxedes critica indiretamente as autoridades catarinenses, afirmando que o Prefeito de Palmas foi o único que buscou uma negociação direta .

Em sua quarta viagem pelo sertão, quando estava completando o prazo de um ano para o “retorno” de José Maria, Alfredo Lemos pousou na casa de seu irmão Virgílio, em São Sebastião das Perdizes, onde assistiu o velho Manoel Alves andando de pés descalços e proclamando que “*agora os velhos vão ficar moços, vem a Guerra de São Sebastião, vamos ser muito felizes !*”⁷⁴

⁷³ Informação prestada por Antônio Ferreira dos Santos, filho de Eusébio que não aderiu ao movimento, citado em Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 155. Moer está ligado a atividade de fazer farinha de mandioca e milho.

⁷⁴ Lemos, Alfredo de O. *Op. Cit.* p.4.

Crise política em Curitiba

Durante o ano de 1913, importantes acontecimentos políticos, em Curitiba, ampliaram o número de descontentes com a administração do Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque. São conflitos de caráter político e pessoal, sem uma relação direta com a atuação de José Maria, porém estes acontecimentos expõem de forma clara a fragilidade do poder de Albuquerque e sua extrema dependência da família Ramos de Lages.

O Cel. Albuquerque ocupava a Superintendência Municipal desde 1902, quando venceu uma disputadíssima eleição, decidida no “bico de pena”, derrotando o Cel. Henrique Paes de Almeida, pai do Cel. Henriquinho. Desde então, Albuquerque contava com o apoio da família Ramos, de Lages, que teve projeção política estadual com Vidal de Oliveira Ramos Jr, governador em dois mandatos, e Belisário de Oliveira Ramos, irmão do primeiro e Superintendente Municipal de Lages entre 1902 e 1918. Consta que Albuquerque, além de aliado político, chefiando o Partido Republicano em Curitiba, era “três vezes” compadre de Vidal Ramos.⁷⁵

Durante alguns anos, Henriquinho de Almeida, filho do antigo mandatário falecido após sua derrota, conviveu com o poder de Albuquerque, fazendo parte do Conselho Municipal (Câmara de vereadores). Consta que foi durante o período em que Henrique Rupp Jr, advogado e filho do Superintendente Municipal de Campos Novos, atuou em Curitiba como Promotor Público que, por sua influência, convenceu Henriquinho a fazer oposição sistemática ao Cel. Albuquerque. Rupp Jr não admitia que o município

⁷⁵ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 89. Consta que, na eleição de 1902, Henrique de Almeida venceu nas urnas, mas Albuquerque recorreu ao Congresso Estadual (Assembléia Legislativa) e com o auxílio de Vidal, que então tomava posse de seu primeiro mandato de governador, foram computados votos arrancados a “bico de pena” no Distrito de Canoinhas, que deram vitória a Albuquerque.

inteiro se curvasse a vontade de Albuquerque. Apesar das atitudes de seu filho, o Cel. Henrique Rupp, chefe político de Campos Novos, mantinha uma relação amistosa com Albuquerque e com a família Ramos até sua morte, em junho de 1915.

O Superintendente de Curitiba era considerado pelo Partido Republicano Catarinense um político empreendedor. Construiu várias pontes e regularizou estradas pelo interior do município. Albuquerque fundou o jornal "O Trabalho", onde contava, como colaboradores, com personalidades de destaque na Vila, como Faustino José da Costa (membro do Conselho Municipal, tropeiro e grande fazendeiro), Domingos de Oliveira Lemos (fazendeiro e comerciante), José Rauen (titular do Cartório), Marcílio João Maia e, até antes da crise, Henrique de Almeida Jr e João Alves Sampaio.

Quem esteve por longo tempo distanciado de Albuquerque foi o Cel. Marcos Gonçalves de Farias, antigo *maragato*, Juiz de Paz e membro do Conselho Municipal que tentou, sem sucesso, fundar seu próprio jornal. A crescente oposição acusava Albuquerque de obrigar os fornecedores e empregados públicos, municipais e estaduais, residentes na Vila, a adquirirem exclusivamente em sua venda, que também era protegida por guardas municipais.

Em 1913 a oposição política a Albuquerque foi reforçada pelo ingresso da grande e influente família Sampaio. Um caixeiro do comerciante João Sampaio, João Knoll, descobriu que o Cel. Albuquerque era amante da esposa do patrão. Logo toda a família Sampaio solidarizou-se a João e passou a ser hostilizada pela polícia do município. A crise aumenta quando o jovem Marcos Sampaio, irmão caçula de João, foi cercado por 5 policiais e, quando estes tentavam desarmá-lo, ele acabou por matar um guarda. Marcos é preso e vai a julgamento. Henrique Rupp Jr assume a defesa do rapaz e consegue a proeza

jurídica do “desaforamento” (mudança de fórum) do processo e transfere o julgamento para a Comarca de Campos Novos.⁷⁶ João Sampaio, depois de tentar inutilmente divulgar pela imprensa de Lages seu ponto de vista, consegue publicar na imprensa da capital um telegrama sobre a questão:

“Curitibanos, 6 – Albuquerque, caráter poluído, desonrou minha família; não contente infâmia cometida, continua campanha nojenta minha difamação, procurando intrigar-me governo e outras autoridades, afirmando no “Trabalho” que comprei armas pra fazer revolução. Caso quisesse lavar com sangue ultraje, traição infame, teria feito. Entretanto prossegue provocando imprensa minha família, afim perdermos calma necessária.

Perseguido remorso, condenado opinião homens honestos, tresloucadamente usa todos recursos isolar-me elementos me cercam. Dispondo força pública, procura ameaças terríveis, rufos de tambor, toques cornetas incessantes, me impor medo. Sofri resignação primeiro assalto feito minha honra, porém saberei repelir qualquer violênciaAlbuquerque, homem incapaz ser aceito em qualquer família, vive cercado capangas armados poder sustentar prestígio apodrecido. Fim deste indivíduo imoral é fazer nova fita, conseguir perversos intentos (...), prejuízos cofres nação com movimentação forças.

Verdade tenho Winchesters venda minha casa comercial.

Peço fazer publicação deste “Folha do Comércio” ou qualquer outra imprensa. Saudações.

*João Sampaio”.*⁷⁷

Um problema complexo para Albuquerque foi a oposição aberta do Frei Gaspar Flesch, franciscano do convento de Curitibanos, que prometeu fazer campanha, casa a casa, contra o líder municipal em sua futura reeleição. Não parece que Frei Gaspar tenha assumido a defesa dos Sampaio, sua oposição à Albuquerque se dava pelo fato do chefe local ser notoriamente um adepto da franco-maçonaria, o que era freqüente entre os políticos republicanos neste período. Albuquerque tentou expulsar Frei Gaspar de

⁷⁶ Vinhas de Queiroz, *Op. Cit.*, p. 114.

⁷⁷ “Folha do Comércio”, Florianópolis, 07 de março de 1913.

Curitibanos. Porém, a crise com a Igreja foi momentaneamente dissolvida por negociação entabulada por Frei Rogério Neuhaus e Vidal Ramos, desde que Frei Gaspar se compromettesse a não emitir mais opiniões políticas.⁷⁸

Paulino Pereira, fabricante de gasosa na Vila de Curitibanos, foi outro a entrar em conflito direto com o Cel. Albuquerque. Não havendo selos de imposto de consumo disponíveis na Superintendência, Pereira passou a vender sua gasosa sem tributação. Sofreu multas de Albuquerque que afirmava que se não houvesse selos, não poderia vender a mercadoria. Como conta Nenen Chefre, Paulino revoltou-se e aderiu ao pessoal seguidor de José Maria:⁷⁹

*1).Nosso amigo seu Paulino
Sobrenome de Perera,
Naturá do território
Das Missão lá na frontera.*

*2).Fabricante de gasosa
Profissão que ele tinha,
Daquela que as garrafa
Na boca tem bolinha.*

*3).Vinte réis é o que pagava
Só de selo por garrafa;
Imposto é máia fina
Não passava na tarrafa*

*4.)Quando na Coletoria
O tar selo lá fartava,
Não podia vendê o produto
Arbuquerque já murtava.*

*5).Mas um dia que Arbuquerque
Le mandô cobrá a murta,
O Paulino revortô-se:
-“Tendo selo não se furta.”*

*6).Foro tantas as encrenca
E foi tar perseguição,
Que Paulino mais quarenta
Resorveu ficá “ermão”*

*7).Cá chegô no Bão Sossego
Ao seu lado os Sampaio,
Apearo no reduto
Dando vortas e ataio.*

*8).Chico Alonso e Elias Moraes
Tavo locos de contente,
Aumentaro mais a força
C’um punhado de valente*

⁷⁸ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 115.

⁷⁹ Décimas de Nenen Chefre, apelido do teuto-caboclo Sebastião Scheffer, estão em Felipe, Euclides J. *Op. Cit.*, p. 173

*9).Ao Paulino le foi dado
Logo um cargo de chefia,*

*Ele era um Capitão
Isso é o que nós queria.*

Os episódios políticos de 1913 tensionam de tal forma a política em Curitiba, que o ressurgimento do movimento pela expectativa do retorno de José Maria, em novo ajuntamento em Taquaruçu, será imediatamente entendido como uma afronta à legitimidade do poder do Cel. Albuquerque. A oposição política do município, principalmente os irmãos Sampaio e Paulino Pereira, passa a ver na vida dos redutos um meio eficaz de unir forças no combate às autoridades. Os Sampaio e Paulino Pereira levaram consigo “sua gente”, centenas de sertanejos. Sua adesão ao movimento rebelde ocorre em meados de 1914.

As visões de Teodora

Completado o ano da morte de José Maria nada ocorreu, houve apenas um aumento da sensibilidade das pessoas a quaisquer sinais de uma iminente mudança. Isto aconteceu em São Sebastião das Perdizes. A menina Teodora, com 11 anos de idade, neta de Eusébio Ferreira dos Santos, começou a relatar visões que tinha de José Maria, e da necessidade de todos dirigirem-se a Taquaruçu para aguardar o retorno do monge junto ao “exército encantado” de São Sebastião.

O “exército encantado” de São Sebastião é uma referência única e peculiar do movimento do contestado. Não há qualquer indício direto que ligue o culto de São Sebastião no planalto serrano à tradição “sebastianista” portuguesa, ligada à expectativa do retorno do Rei D. Sebastião, o último da dinastia de Avis, que desapareceu em luta contra os mouros na batalha de Alcácer Quibir, em 1578. O Sebastião cultuado pelos sertanejos é o santo guerreiro, padroeiro de Perdizes desde sua fundação, como tratamos no Capítulo 1.

O “exército encantado” liderado por São Sebastião seria composto por outros santos guerreiros, como São Miguel e São Jorge. José Maria e todos os sertanejos mortos no Irani compunham sua tropa celestial.⁸⁰

O novo ajuntamento de Taquaruçu não se daria em torno de algo provisório, como a festa de Bom Jesus, no tempo de José Maria. Eusébio Ferreira dos Santos chegou em Taquaruçu em 1º de dezembro de 1913, com sua família e um grupo de aproximadamente 20 pessoas de Perdizes. Chegando em Taquaruçu, foram repelidos por Praxedes Damasceno, que não queria mais envolver-se com problemas com o Cel. Albuquerque. Os sertanejos de Perdizes pousaram nas terras de Chico Ventura, onde deram início a formação do primeiro “Quadro Santo”.

Havia um clima de alegria e festividade, João Ventura, filho de Chico que possuía 13 anos, chama de “folia”⁸¹ o início do movimento nas terras de seu pai. Vinham com um claro propósito de fundar uma “Cidade Santa” ou “Nova Jerusalém”. Uma comunidade que viveria conforme suas próprias leis, seguindo os preceitos de São João Maria, conselhos que todos ainda lembravam, e de José Maria, que seriam transmitidos pela “virgem” Teodora.⁸²

Para Vinhas de Queiroz as “visões” de Teodora e seu destaque no movimento só aconteceram em Perdizes, sendo Taquaruçu organizada já com a liderança de Manoel, porém, vários depoimentos apontam para o poder de Teodora em Taquaruçu. De qualquer forma, é importante registrar que sua liderança durou poucos dias.

⁸⁰ A associação do sebastianismo com o movimento do contestado foi construída pela imprensa e pelos primeiros cronistas militares. Importante consideração sobre o papel de São Sebastião para os sertanejos encontramos em Espig, Márcia J. *Op. Cit.*, pp. 91 a 97.

⁸¹ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

⁸² Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p.122.

Parece que Chico Ventura, apesar de ser proprietário da terra onde iniciou o reduto, não teve uma boa impressão do ajuntamento inicial, mas acabou por aderir à causa defendida por Eusébio e Querubina, mantendo-se como liderança secundária, mas influente, no movimento.⁸³ Outras fontes apontam para a participação intensa de Chico Ventura na formação do segundo ajuntamento de Taquaruçu. Consta que Ventura não estava presente em Taquaruçu porque estava buscando vários adeptos da região de Lages e do sul de Curitiba, que se concentraram por 5 dias na fazenda da Cadeia, nos Cabaças. A formação do reduto de Taquaruçu não parece ter sido tão espontânea como aparenta. Além do grupo de Perdizes capitaneado por Eusébio e Querubina, sertanejos de todos os quadrantes do planalto, aguardando a “senha” de retorno de José Maria, estavam planejando o novo empreendimento.⁸⁴

Em depoimento a Maurício Vinhas de Queiroz, Teodora reconheceu que suas “visões” não passavam de invenção de seu avô e dos mais velhos para dirigir o grupo conforme suas idéias. Segundo Vinhas de Queiroz, o recurso a uma criança para ter acesso ao monge se devia ao fato de Eusébio afirmar que o monge não apareceria para os adultos que “não mereciam”, mas apareceria para “meninas novas, virgens” que teriam a “graça” do contato com José Maria.⁸⁵ Independente das visões de Teodora, que traziam uma ligação com o “sagrado”, a autoridade e liderança de Eusébio entre o povo de Perdizes eram muito fortes. A atuação intensa de sua esposa Querubina, segundo alguns mais “fanática” que o

⁸³ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

⁸⁴ Entrevista com Lauro Costa, em anexo.

⁸⁵ Depoimento irmãos Carlin, citado em Vinhas de Queiroz, *M. Op. Cit.* p. 121.

próprio Eusébio, convidando parentes e famílias ligadas por laços de amizade, vizinhança e de compadrio, foi importante para o rápido aumento da população do reduto.⁸⁶

Nesta segunda Taquaruçu, que durou apenas de dezembro de 1913 a fevereiro de 1914, há uma rápida sucessão de lideranças, todas influenciadas ou colocadas pelo velho Eusébio. Teodora não chegou a completar duas semanas como vidente/comandante do reduto, houve uma crescente descrença em suas visões e ela mesma parecia ter se assustado com sua própria representação. Logo ela perdeu o “aço”.⁸⁷ Teodora perde a importância mas continuará, como “virgem”, a coadjuvar o trabalho de outras lideranças religiosas e políticas dos diferentes redutos até o final da guerra.⁸⁸

O Comando de Manoel

Em meados de dezembro de 1913, quem passa a dirigir Taquaruçu é Manoel, filho de Eusébio e Querubina, rapaz com 18 anos que passou a declarar que conversava com José Maria na mata. Parece que a opinião de Querubina foi decisiva para Manoel ser escolhido como o novo intermediário entre José Maria e os redutários, seria um Menino-Deus, ou Menino-de-Deus.⁸⁹ Consta que foi iniciativa de Eusébio convocar uma assembléia em Taquaruçu para apresentar Manoel, que recebia o “aço” de Teodora. As notícias de que o Cel. Albuquerque tinha novamente chamado a polícia, e de que havia uma aproximação de tropas do exército pela linha de trem, devem ter convencido Manoel e os velhos líderes da

⁸⁶ A população do reduto de Taquaruçu, em janeiro de 1914, antes da formação do reduto de Caraguatá, é estimada em 400 habitantes. Idem, p. 125.

⁸⁷ Na vida dos redutos, nem sempre o título de “virgem” dizia respeito à condição sexual das moças. Em Santa Maria havia uma “virgem” casada, com mais de 40 anos e dois filhos, mas tinha bom “aço” porque conseguiu prever a entrada da tropa do Capitão Potiguara no reduto (Felipe, Euclides, *Op. Cit.* p. 183). As “virens” de “bom aço” eram as que demonstravam possuir melhores capacidades adivinhatórias.

⁸⁸ Entrevista com Domingas Alves dos Santos, filha de Teodora, em anexo.

necessidade de armar os caboclos e prepará-los para a defesa de sua “Cidade Santa”. Muito possivelmente neste momento é que foi formado o grupo de elite dos “Pares de França”.⁹⁰

A guarda dos “Pares de França”, inspirada no livro da história de Carlos Magno, reunia os combatentes mais fervorosos e preparados para o confronto militar. Seria a guarda de honra que aguardava o retorno de José Maria. Consta que a leitura das aventuras de Carlos Magno chegou aos sertanejos através de um caixeiro de Praxedes Damasceno, Eufrázio Marcondes, que veio à região como professor particular, proveniente de Laguna, trazendo uma edição da gesta em forma de poesia.⁹¹ A apropriação da gesta carolíngia por parte dos sertanejos foi facilitada pelo monarquismo do texto e pelo caráter de “Guerra Santa” em que estavam envolvidos. Determinados valores sociais ligados à honra, coragem e lealdade devem ter facilitado esta identificação com o antigo texto.

Segundo Sebastião Costa - que conheceu dois ex-*Pares de França* que serviram o comandante Adeodato, o negro Pedro Domingos e “Chicão” – “os *Pares de França* eram

⁸⁹ Segundo o Frei Rogério Neuhaus, Querubina era uma mulher de “*indole histérica*”. Citado em Stulzer, Aurélio, *Op. Cit.*, p. 43. Para Vinhas de Queiroz, Querubina era uma “*velha epilética*” que exercia “*forte ascendência*” sobre Eusébio. *Op. Cit.*, p. 123.

⁹⁰ A tradição historiográfica e a imprensa do período parecem divertir-se com o fato dos sertanejos entenderem 12 pares como um conjunto de 24 companheiros, o que só confirmaria a ignorância e a estupidez dos matutos. Porém, se examinarmos com cuidado, os sertanejos falavam em “Pares de França” ou “Pares de São Sebastião”, sem referir-se ao número de “12” da História de Carlos Magno. Como esta instituição passou por muitas modificações nos diferentes momentos da Guerra, nunca foi muito preciso o seu número de combatentes, que certamente variou muito, difícil também de determinar os nomes. Durante o período de Caraguatá os “Pares de França” se confundiram com o piquete de Venuto Baiano, depois, com o piquete de Francisco Alonso. Elias Ribeiro afirma que, no reduto de Santa Maria, os “Pares de França” eram formados por um grupo de combate com mais de 120 homens. Entrevista com Elias Ribeiro, em anexo. Para Benedito Chato, filho de Cyrino, a participação na “Irmandade dos Pares” era voluntária, o que devia ter como resultado uma constante variação em seu número. Depoimento de Benedito Pedro de Oliveira, Monteiro, Duglas *Op. Cit.*, pp. 233-238.

⁹¹ Conforme apurou Márcia Espig, *Op. Cit.*, pp. 128 a 133, o livro da *História de Carlos Magno e dos doze Pares de França* não possuía a grande difusão pelo planalto catarinense, como informa quase toda a historiografia sobre o conflito. Apóia sua tese o testemunho do folclorista Euclides José Felipe que trabalhou como topógrafo no planalto, estabelecendo intenso relacionamento com a população sertaneja, muitas vezes sendo hospedado em residências de pequenos lavradores e grandes fazendeiros, sem jamais encontrar um exemplar do citado livro.

os mais corajosos e melhor lutadores. Agora, este pessoal era muito religioso também, tinham muita fé em Deus, eles sabiam coisas da bíblia que nem os padres sabiam direito."⁹² Os "Pares de França", freqüentemente chamados de "Pares de São Sebastião", também carregavam "orações fortes" em patuás amarrados ao pescoço, prática que se generalizou por todos os combatentes. Era uma forma de "fechar o corpo".⁹³

Foi Manoel quem enfrentou o Frei Rogério Neuhaus, que chegou em Taquaruçu, a pedido do Cel Albuquerque, do Bispo de Florianópolis e do Governador do Estado, para tentar dispersar os sertanejos, advertindo-os de que as forças do governo estavam a caminho. Frei Rogério, acompanhado por Praxedes Gomes Damasceno (que havia avisado ao Cel. Albuquerque sobre a formação do segundo ajuntamento de Taquaruçu) e por Cyrino Chato (homem de confiança do Cel. Henriquinho de Almeida e que também acompanhou José Maria no Irani), tentou falar com os homens mais velhos do reduto e estranhou o poder que o rapaz Manoel tinha sobre todos. O próprio Eusébio declarou que *"eu não posso decidir nada, isto compete ao nosso comandante (Manoel)"*.⁹⁴ Logo chegou Manoel com uma *"guarda de uns 30 homens com espadas e facões erguidos"* afirmando que era ele quem mandava por ali, chamando o padre de *"cachorro"* e *"corvo"* e outras ofensas. No meio da discussão entre Frei Rogério e Manoel interveio sua mãe, Querubina, declarando que *"os padres não valem mais nada!"*

⁹² Entrevista com Sebastião Costa, em anexo.

⁹³ As orações eram personalizadas, citando o nome da pessoa a ser protegida pela Virgem Maria, por São Sebastião e por uma infinidade de santos. Geralmente as orações reproduziam as seguintes frases: *"Espada luzerna! Aqui está 'fulano', cavaleiro de São Sebastião! Quem atirar no seu corpo atira na hóstia consagrada porque entre a pólvora e a espoleta Jesus Cristo fez morada."* Monteiro, Duglas T. *Op. Cit.* p 259.

⁹⁴ Este relato foi feito por Rogério Neuhaus, citado por Vinhas de Queiroz, *Op. Cit.*, p. 128 e 129. As citações seguintes, da discussão de Frei Rogério com os sertanejos de Taquaruçu provém da mesma origem.

Frei Rogério reagiu tentando apontar contradições no comportamento dos sertanejos que estavam em Taquaruçu, muitos dos quais já conhecia, indagando : “*Como é isto ? Antes me respeitavam tanto, e agora estão mudados ? Que é isto ?*” Pela descrição de Rogério, neste momento o velho Eusébio levantou uma espada e declarou : “*Liberdade ! Estamos agora em outro século!*” Logo interveio Chico Ventura, o dono do terreno, afirmando que todos estavam ali por “*ordem de Deus*”. Frei Rogério tentou rezar uma missa, mas ninguém compareceu. Sua presença causava tensão entre os líderes sertanejos, Eusébio disse que se o padre não quisesse acreditar nas palavras de Manoel, o “*enviado de Deus*” deveria apanhar. Houve debate entre os sertanejos, alguns defendiam o espancamento do padre, outros a degola. Querubina não queria matar nem surrar o padre, achava melhor castrá-lo. Cyrino Chato e seu filho Benedito, entendendo que os ânimos dos irmãos estavam muito exaltados, retiraram a salvo Frei Rogério de Taquaruçu.

A fala de Eusébio indica que uma forte idéia de liberdade animava o ajuntamento dos sertanejos. A liberdade aparece associada à ruptura com todas as antigas autoridades, principalmente dos Coronéis, e, no caso mais específico, do Cel. Albuquerque de Curitiba. A liberdade se apresenta também em relação ao clero franciscano, que não cansava de tentar catequizar os sertanejos para sua rigorosa disciplina ultramontana e sufocavam a população com constantes sermões contra a memória dos monges João Maria e José Maria.

É provavelmente neste período que se institucionalizaram as *formas*, um perfilamento geral da população do reduto na praça central, que se realizava duas vezes por dia, pelas manhãs e tardes, onde se entoavam cantos e preces, se dividiam as tarefas comuns de subsistência e de defesa, e se davam “Vivas” à Monarquia, a São João Maria e a

José Maria. Na praça central do “Quadro Santo” as pessoas eram separadas em *formas* paralelas de homens, mulheres e crianças. Neste momento havia uma dissolução das unidades familiares nos três grupos da *forma*, o que colocava os indivíduos diretamente ao alcance dos discursos dos chefes.⁹⁵ Além de servir para fins práticos, como organização dos serviços e divisão de tarefas, as *formas* cumpriam um papel de renovação e reforço motivacional dos redutários. João Ventura relata que, em determinados momentos, algumas *formas* de crianças eram realizadas à noite, com um grupo formando um grande coração com velas acesas, o que alcançava a característica de um espetáculo.⁹⁶

Manoel introduziu, como característica física distintiva, o corte rente de cabelo aos devotos de José Maria, a partir deste momento os *irmãos* passam a chamar-se de “pelados”, denominando as forças do governo de “peludos”. Os “pelados” adquiriram distinção física também com o uso de chapéus com fitas brancas que desciam como barbicacho. Nas *formas* e nas expedições de incursão dos piquetes xucros, os devotos carregavam uma bandeira branca com cruz verde. A cor vermelha era proibida nos redutos, estava associada aos “pica-paus”, os republicanos situacionistas.⁹⁷ As fitas deviam medir 1,7 m, equivalente a estatura de João Maria. O discurso de “Guerra Santa”, associado a estas demonstrações físicas de adesão a vida rebelde, formou uma nova linguagem do movimento, adotada inclusive mais tarde por outras lideranças não tão religiosas.

⁹⁵ Porém, é necessário evitar interpretações exageradas, sem fundamento em observadores contemporâneos ao movimento, de que nos redutos sertanejos havia a “*tendência geral de um desaparecimento da autoridade familiar*”. Margarido, Alfredo “A Reciprocidade no seio de um movimento camponês no sul do Brasil” IN Randles, W. G. L. e outros *Para uma história da Antropológica: A noção de reciprocidade*. Lisboa : Edições 70, 1978, p. 66.

⁹⁶ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

⁹⁷ Depoimento de Benedito Pedro de Oliveira (Benedito Chato) a Douglas Teixeira Monteiro. *Os Errantes ...Op. Cit.* p. 235.

Este conjunto de preparos foi bem sucedido para os futuros problemas militares, mas pouco depois de 10 dias Manoel foi retirado do comando e surrado publicamente com vara de marmelo por seu sobrinho de 11 anos, Joaquim, o novo Menino-Deus . Isto aconteceu quando Manoel declarou que, por ordem de José Maria, ele deveria dormir com duas “virgens”. Os caboclos, que estavam mergulhados num regime de rigor moral, consideraram este ato uma afronta que revelava a fraude de Manoel. Consta que, nesta oportunidade, Querubina também tenha sido surrada a marmelo, tal sua identificação com Manoel.

A economia “pelada”

A organização do “Quadro Santo” tinha como objetivo preparar a comunidade para o retorno de José Maria e do “exército encantado” de São Sebastião. Na vivência deste momento religioso denominado de “parúsia”, ou seja, da espera do retorno de um messias que estabeleceria um período de justiça e felicidade para os adeptos do movimento, a população sertaneja deveria adotar um modo de vida compatível com o que chamavam ser as “leis de Deus”⁹⁸. São práticas baseadas num igualitarismo cristão, na divisão dos recursos de subsistência disponíveis entre todos os fiéis, cabendo aos mais remediados abastecer com seus recursos os mais necessitados.

Para os sertanejos, a chegada do Monge seria o início de um período de fartura e felicidade. Euclides Felipe recolheu a seguinte décima sobre esta espera⁹⁹:

⁹⁸ A “parúsia” e a apropriação da visão do apocalipse pelos sertanejos do Contestado são avaliadas por Gallo, Ivone C. D. *Op. Cit.*, p. 48.

⁹⁹ *Op. Cit.*, p. 128.

1). *Tamo aqui no Quadro Santo*
Esperando Zé Maria
Nóis sabemo que ele disse
Que aqui ressurgiria.

2). *Sempre foi muito querido*
Nosso bão José Maria
Com certeza há de vortá
Lá por mais ou menos dia.

3). *De repente lá vêm eles*
Tão aí com João Maria
Trazê orde nesta terra
Bem conforme prometia

4). *Arrumemo o Quadro Santo*
Pra esperá José Maria,
Há de vi sem mais demora
Isso é que nós queria.

5). *Meio mundo que tá aqui*
Já enxergô José Maria
À cavalo entre as nuve
Lá de riba ele sorria.

6). *Alegria virá na terra*
Ao chegá José Maria,
Os arroio vira leite,
De cus-cuiz nossas coxíia

7) *Ninguém mais fica doente*
Ao vortá José Maria,
Casa e mesa a todo mundo
Bóia quente e água fria.

8). *Não percisa mais dinheiro*
Chega a fé em Zé Maria,
Temo forga à vontade
Pra criá nossas família.

9) *Se alegremo minha gente*
Esperando Zé Maria
Viveremo em Paraíso
Como nunca se vivia.

10). *Temo fé no Santo Monge*
"[João Maria]"
E também em Zé Maria,
Mais São Jorge e São Migué,
São Bastião que nós confia."

As décimas acima revelam algumas expectativas e convicções dos sertanejos. José Maria é filiado à tradição de São João Maria, que queria colocar "ordem" neste mundo. Seu retorno é certo, sem precisão de quando ocorrerá, mas muitos já o viram sorrindo à cavalo nas nuvens. Com sua chegada haverá fartura, com alimentos brotando dos rios e coxilhas, neste paraíso não será necessário trabalhar, nem se precisará de dinheiro, pois haverá folga à vontade para as famílias.

A visão paradisiaca do retorno de José Maria não deve ser confundida com a avaliação de que os sertanejos viviam uma "rejeição anti-econômica do mundo". Pela visão weberiana, esta rejeição seria animada por uma espécie de "religião ética de salvação", que promete a "redenção do mal rejeitando o mundo por meio de uma coerente ética da

conduta".¹⁰⁰ Esta interpretação reforça o ponto de vista oficial indicando que os sertanejos, desde seu primeiro ajuntamento, negavam-se ao trabalho de subsistência e tinham apenas no saque às fazendas alheias o seu sustento. Eusébio e Chico Ventura, além de outros (Xandoca, Manoel Alves, Elias de Moraes, as famílias Quadros, Alves dos Santos e Sampaio), sustentaram as cidadelas caboclas de Taquaruçu e Caraguatá no consumo de seus bens e poupanças.

É importante registrar que as comunidades de Taquaruçu e de São Sebastião das Perdizes eram formadas originalmente por pequenos e médios sitiantes que, se não eram ricos, viviam em razoável abundância de alimentos. Mesmo em Caraguatá, reduto construído em janeiro de 1914 com a evacuação de Taquaruçu e bem próximo a sede do distrito de São Sebastião das Perdizes, os moradores da região contribuíam com gêneros para a subsistência do reduto. Em torno destes redutos formaram-se roças e currais para abrigar o gado dos novos membros que, a cada dia, aumentavam a irmandade. Não há uma rejeição, em abstrato, às atividades econômicas, há sim rejeição ao acúmulo de riquezas, ao dinheiro e ao comércio interno, visto como incabível entre *irmãos*.

O maior problema a ser considerado, que dificulta a avaliação da sustentabilidade econômica da comunidade dos redutos, foi sua precoce agressão por parte do governo e de fazendeiros vizinhos. Após a destruição de Taquaruçu, em fevereiro de 1914 e o acirrado combate de Caraguatá, um mês depois, os sertanejos partiram efetivamente para o saque sobre fazendas próximas. A guerra estava deflagrada.

¹⁰⁰ Amaral, Roniere. *Op. Cit.*, pp. 69-70. Para este autor, a "*comunidade de bens*" que vigorou nos redutos do Contestado era a expressão de um "*desprezo pelo mundo*" compartilhado pelos sertanejos, p. 118.

Dois “pelados”, aprisionados pelo exército e enviados para Curitiba, em abril de 1914, declararam como a liderança rebelde operava na atração de seguidores e no abastecimento inicial dos redutos :

*“Venuto, Sindoca e o velho Eusébio nos diziam : ‘José Maria ordenou que todos devem participar da Guerra de São Sebastião’. Quem não o fizesse seria castigado severamente : vem uma escuridão de três dias, e ainda outros castigos piores, para quem se recusasse a tomar parte da guerra santa. Mais mandou José Maria que cada um devia contribuir para a alimentação dos fiéis, a recompensa seria de dez para um”.*¹⁰¹

A promessa de uma “recompensa” que poderia ou não ser entendida como simbólica, era administrada com a coadjuvação dos antigos vaticínios de João Maria sobre os “três dias de escuridão” que iniciariam um período de castigo aos infiéis. Participar da “Guerra Santa” e abastecer os redutos eram obrigações previstas religiosamente.

A grande mobilidade dos redutos sobre uma extensa região, como uma necessidade de guerra, dificultou o desenvolvimento de uma atividade de subsistência mais estável. O sentimento anti-capitalista dos sertanejos não os impediu de desenvolver intensas e regulares transações comerciais externas, com casas comerciais das vilas do planalto e até das capitais dos estados. Normalmente trocavam couros e erva mate por alguns mantimentos, sal, armas e munições.

Francisca Simôa de Lima, viúva do chefe Benvenuto Alves de Lima, o Venuto Baiano, quando capturada pelo exército, afirmou que seu marido tinha como fornecedores alguns comerciantes da costa do Timbó que vendiam “*farinha, açúcar, sal e caixas de*

¹⁰¹ Stulzer, Aurélio, *Op. Cit.*, p. 58. O citado “Sindoca” deve ser o domador de cavalos Leovigildo Alves de Oliveira, vulgo “Gidoca”, genro de Eusébio e pai da menina Teodora.

munição para carabinas winchester e Nagant".¹⁰² No cerco ao reduto de Santa Maria, o Gen. Setembrino de Carvalho reprimiu fortemente os comerciantes que desenvolviam relações com os "fanáticos". Era prática corrente dos sertanejos retornar a seus sítios de origem para colher o que fosse possível de recursos. José Ribeiro da Rosa e José Pires do Prado foram presos com suas esposas por forças do governo perto de Poço Preto, em seus sítios, porque tinham saído do reduto de Santa Maria (a mais de 40 km de distância) conduzindo algumas mulas, com ordens do chefe Adeodato, para "*colher mandioca e fazer farinha para abastecer o reduto*"¹⁰³.

Hobsbawm aponta como algo fundamental, nas guerras camponesas em geral, a sazonalidade das atividades militares, uma vez que, em determinados períodos do ano, os camponeses precisam retornar às suas terras para colheita.¹⁰⁴ No Contestado, porém, a existência, entre os redutários, de um razoável número de errantes, sitiantes expropriados, peões e agregados que haviam abandonado seus antigos patrões, resultava num maior desprendimento e mobilidade do grupo rebelde. As roças improvisadas nas "guardas" e ao redor dos redutos, a criação do gado arrebanhado, apesar de não serem suficientes para a subsistência total dos redutários, eram atividades que ocupavam a maioria da população. Porém, não podemos desprezar a importância numérica, provavelmente majoritária, de posseiros e sitiantes independentes entre os redutários, indivíduos e famílias que possuíam pequenos tratos de terras, e as circunstâncias, que não são uma mera coincidência, que os

¹⁰² Auto de perguntas a Francisca Simôa de Lima, Comando da Coluna Norte, Canoíñas, 03/03/1915. AHEx, caixa 5542.

¹⁰³ Auto de perguntas a José Ribeiro da Costa e Jorge Pires do Prado e suas esposas Carmilha Simôa Chaves e Francisca Maria da Silveira. Acampamento do 12º Batalhão, Poço Preto, 3/04/1915, AHEx.

¹⁰⁴ "Por mais militantes que sejam os camponeses, o ciclo de sua labuta os acorrenta a seu destino." Hobsbawm, Eric J. *Pessoas extraordinárias: resistência, rebelião e jazz*. 2ª ed., trad. Irene Hirsch, São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 227.

dois grandes processos de rendição em massa dos rebeldes ocorreram no início do verão, ultimo prazo para formação de novas lavouras de milho, cereal fundamental para a subsistência da população local.¹⁰⁵ A perspectiva da aproximação do outono e inverno sem poder dispor de uma safra abundante, certamente exerceu pressão desagregadora sobre a *irmandade* cabocla. Os relatos acentuam o crescente descontentamento interno com a fome e o desejo de fuga, principalmente quando apertou o cerco militar.

A experiência “urbana” dos sertanejos também não era uma completa novidade. Muitos já estavam acostumados a pousar nos pequenos povoados do planalto quando aconteciam as festas de São Sebastião nas Perdizes, em janeiro e na festa de Bom Jesus em agosto, em Taquaruçu. Também era uma prática corrente, em temporadas de colheita de erva-mate, a formação de pequenos acampamentos provisórios dentro das matas, devido à intensidade da atividade de colheita e salpico da folha de *ilex*, que obrigava ao abandono provisório de suas lavouras. João Maria de Paula declara que “*aquele povo antigo tinha costume de fazer acampamentos pelo mato para retirar erva “[mate]”, casca de granomônia [para fazer fibras e tecidos] e caçar.*”¹⁰⁶

Os redutos formaram-se em locais novos, onde não havia Vila ou Sede de Distrito ou Freguesia anterior. Mesmo quando quase toda a população de São Sebastião das Perdizes adere ao movimento, o reduto de Caraguatá é construído fora do rossio deste distrito. É possível considerar que isto se devia ao projeto sertanejo de construção de uma

¹⁰⁵ O primeiro processo de rendição em massa ocorreu em janeiro de 1915, na região de Canoíhas, com as rendições dos Chefes Bonifácio Papudo, Carneirinho, Inácio e Gregório de Lima e Alemãozinho, junto a eles apresentaram-se mais de 3.000 sertanejos às forças oficiais. A segunda, e derradeira, rendição em massa ocorreu entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916, com a destruição do último reduto do Timbó, onde apresentaram-se às forças oficiais mais de 10 mil sertanejos. Dados oferecidos por Peixoto, Demerval. *Campanha do Contestado... Op. Cit.* Vol. 2, p. 151.

¹⁰⁶ Entrevista com João Maria de Paula, em anexo.

“Cidade Santa”, uma “Nova Jerusalém”, como afirmava Eusébio, uma cidade que não deveria ser uma continuidade da vida então existente. Seria a construção de algo realmente novo, com nova identificação territorial, onde não vigorariam os poderes das antigas autoridades. Isto pode ser relativizado se considerarmos o fato de que uma das principais lideranças rebeldes oriundas de Perdizes, Elias Antônio de Moraes, era oficial da Guarda Nacional e antigo Juiz de Paz neste distrito. Com certeza Elias exercia parcela significativa de sua liderança por conta dos cargos públicos que ocupou durante sua vida, principalmente o de Juiz de Paz, função de enorme importância numa comunidade pobre e fronteiriça, como vimos no Capítulo 1.¹⁰⁷

Próximo aos redutos, nos pontos estratégicos de acesso, situavam-se as “guardas”, pequenos acampamentos, com alguma dezena de casas, um cruzeiro, onde mantinham os rituais das *formas* praticados no reduto principal. As “guardas” dedicavam-se à vigilância e proteção militar do reduto e, também, à plantação de roças e criação de animais. Rafael Teodoro do Vale, que foi *vaqueano* civil da força de Chico Lino, no Corisco (região do Distrito de Santa Cecília do Rio Correntes), afirmou que já havia morado na guarda do Caçadorzinho, um afluente do rio Caçador Grande, ao norte de Perdizes. Rafael informa que na guarda existiam 50 homens, “*muitos com suas famílias*”, onde “*plantavam roça e criavam gado arrebanhado*”.¹⁰⁸

Dentro dos redutos, os recursos considerados de todo o grupo eram formados pelas terras circunvizinhas, o gado grande (bois e vacas) e miúdo (galinhas e porcos) trazido

¹⁰⁷ O nome de Elias Antônio de Moraes aparece também em mesas de apuração eleitoral no distrito de São Sebastião das Perdizes. Atas de Eleições. MTJSC.

¹⁰⁸ Auto de perguntas a Rafael Teodoro do Vale, 25/01/1915, Regimento de Cavalaria do Corisco, caixa 5542, AHEx.

pelos sertanejos ou capturados nas fazendas do inimigo.¹⁰⁹ Todos os alimentos provenientes das roças individuais, ou trabalhadas em mutirão, também eram de domínio da *irmandade*. Depois de Caraguatá, com o grande crescimento da população dos redutos, haverá um comandante destacado especificamente para cuidar do abastecimento interno.

Os casebres construídos com rachões de pinheiro e telhados de folhas de palmeiras, apesar de ser de uso familiar, não podiam ser comprados nem vendidos. O sentimento de irmandade cimentava estas práticas comunitárias, "*do que um comia, tudo tinha que comer; do que um bebia, tudo tinha que beber; todos eram irmãos*".¹¹⁰ Os redutários chamavam-se mutuamente de *irmãos* e, com frequência, rebatizavam os novos membros que aderiam ao grupo, numa cerimônia com características rituais, onde era escolhido um novo padrinho e, portando, formavam-se novos vínculos de compadrio, em substituição às antigas relações. Era comum que os chefes fossem escolhidos como novos padrinhos, o que cimentava novos vínculos de fidelidade.¹¹¹ A nova vida em comunidade necessitava de novas referências sociais, ao mesmo tempo que rompia com muitos dos antigos vínculos.

O *comunismo caboclo* foi produto da elaboração do grupo dirigente inicial Eusébio-Querubina-Ventura, tomando como experiência a rápida passagem de José Maria por Taquaruçu e Irani, em 1912. Pela tradição divulgada por São João Maria, o antigo monge que evitava aglomerações, caberia apenas atos de caridade em relação aos necessitados e respeito entre patrões e empregados, como tratamos no Capítulo 1.

A vigilância dos chefes sobre o comportamento dos sertanejos dentro dos redutos foi aumentando no decorrer do conflito e, da mesma maneira, o rigor da disciplina interna

¹⁰⁹ A localização geográfica dos principais redutos está no Mapa 7, em anexo.

¹¹⁰ Depoimento Maria, Vinhas de Queiroz, *Op. Cit.*, p. 156.

crescia conforme aumentava a escassez de bens de subsistência. Em vários testemunhos, a vida nos redutos é descrita como folgada e até divertida, nos primeiros tempos. Com os rigores da guerra, que intensificam-se no final de 1914, os laços comunitários sofreram extremo desgaste. Virgínia, que viveu no reduto de Santa Maria (dez. 1914/abril 1915) quando era adolescente, afirma que assistiu à execução, ordenada pelo chefe Adeodato, durante a *forma*, de um primo seu que tinha roubado milho de um “irmão”.¹¹² Em depoimento a Ivone Gallo, João Ventura associa os laços de irmandade com a visão cabocla de Monarquia:

*“A gente queria a Monarquia e isto não é fanatismo porque foi uma lei que gerou-se também assim como uma eleição que nós votamos aí no governo (...) A lei do comunismo é igual a lei da Monarquia porque é uma lei severa. Ninguém pode matar um e ninguém pode roubar e todo mundo trabalha tudo, como uma irmandade. Toda comida é colhida e depositada numa casa e tudo é igual, então aquele que precisa das coisas, chega ali, pega um tanto de mantimento e leva para a sua casa. A lei do comunismo é esta, não é? (...) Eu acho que é uma boa lei, né?”*¹¹³

Certamente João Ventura denomina de “comunismo” a experiência social onde “todo mundo trabalha tudo” e “aquele que precisa das coisas, chega ali, pega um tanto de mantimento e leva para sua casa”. É muito possível que a denominação, o emprego da palavra “comunismo” por Ventura seja uma criação posterior ao movimento. Não dispomos de qualquer fonte sertaneja contemporânea ao movimento que levante esta palavra para caracterizar a vida social dos redutos. A introdução desta palavra poderia ter ocorrido posteriormente, seja como avaliação pessoal de Ventura da longa experiência mundial do comunismo no séc. XX, ou pela insistente campanha anticomunista do clero católico durante este período. Rosalina Watrin afirma que em Canoínhas havia um velho padre que

¹¹¹ Entrevista com Raulino Correia de Souza, em anexo.

¹¹² Depoimento de Dona Virgínia, colhido e transcrito por Monteiro, Douglas T. *Op. Cit.*, pp.244 a 247.

dizia que os “fanáticos” eram comunistas.¹¹⁴ De qualquer maneira, existiu como algo central na vida dos redutos, uma prática social que foi, pelo menos posteriormente, associada ao comunismo.

Mesmo assim, este *comunismo caboclo* não era baseado em um igualitarismo extremo. Havia diferenças, não muito grandes, nas condições de abastecimento das lideranças. O grupo mais próximo dos chefes, os “Pares de França”, as “virgens”, não passaram pelas mesmas necessidades rigorosas que os redutários sofreram nos prolongados períodos de cerco militar. Sebastião Padilha, que viveu no reduto de Bom Sossego no final de 1914, afirma que “os jagunços estão sofrendo privações de víveres” e que “*farinha e sal só há para os graúdos*”.¹¹⁵

Eram considerados bens pessoais os cavalos, as armas e o dinheiro que cada um trazia consigo. Há informações de que, no início do movimento, os sertanejos queimavam todo o dinheiro em papel (impresso pela República) e mantinham guardadas moedas do tempo do império que ainda circulavam na região. Porém, parece que esta não era uma ocorrência comum. A vida nos redutos no início do conflito era pontilhada por retornos a seu sítio de origem para colher mantimentos e destiná-los aos redutos, poupanças eram empregadas para fazer compras externas a comerciantes da região. Com a intensificação do conflito militar com o governo, os líderes sertanejos precisaram de maiores recursos para adquirir armas e munições e, além da receita auferida com a venda de couros e erva-mate, procederam a arrecadação entre os sertanejos de parte de suas poupanças. Raulino Correia de Souza, que era menino no tempo da guerra, afirma que, a certa altura, o comandante

¹¹³ Depoimento de João Paes de Farias, Gallo, Ivone. *Op. Cit.* p. 161.

¹¹⁴ Entrevista com Rosalina Watrin, em anexo.

Domingos Crespo convocou toda a população do reduto para “benzer o dinheiro” que cada um guardava. Metade do dinheiro “bento” retornava ao seu dono, a outra parte ficava com os comandantes.¹¹⁶

O monarquismo sertanejo

É difícil determinar o momento em que a Monarquia passou a ser parte dos objetivos dos seguidores de José Maria. É possível que tenha sido mais um produto do período de reelaboração mística, iniciado com a morte de José Maria no Irani e concluído com a formação do reduto de Taquaruçu em torno de Teodora e Eusébio. De qualquer forma, o movimento do Contestado não é o primeiro movimento social rural brasileiro a fazer uma defesa da Monarquia. Uma antiga admiração por este regime político era compartilhada por muitos brasileiros.

Antes mesmo de Canudos, onde é evidente o sentimento de simpatia de Antônio Conselheiro às instituições monárquicas, a idéia de Monarquia já estava associada, por amplas camadas da população pobre do país, a uma defesa paternal dos pobres contra os poderosos. Desde a chegada da família real portuguesa ao Rio de Janeiro, em 1808, formaram-se vínculos paternalistas entre o então Príncipe Regente e a população.¹¹⁷ Durante o primeiro reinado, apesar dos intensos conflitos de rua entre a população pobre e os portugueses, conflitos que contribuíram decisivamente para o 7 de abril, episódios

¹¹⁵ Inquérito Policial-Militar, réu Sebastião Gonçalves Padilha, Porto União, 28/11/1914, AHEx, caixa 5532.

¹¹⁶ Entrevista com Raulino Correia de Souza, em anexo.

¹¹⁷ “Pode-se vislumbrar, dentro dos padrões da época, o carisma que teria a imagem de um Príncipe Regente e a força com que atraía a massa de povos mestiços e desempregados, incapazes de se firmarem, sem meios de expressão política, tomados de descontentamento e, em sua insatisfação, por demais presos ao condicionamento paternalista do meio em que surgiam, revoltavam-se contra monopolizadores do comércio e contra atravessadores de gêneros alimentícios, porém fascinava-os a Corte e o poder real, como uma verdadeira atração messiânica; era a esperança de socorro de um bom pai que vem curar as feridas dos

posteriores demonstram que o primeiro imperador possuía amplas simpatias entre diferentes setores das classes menos favorecidas. A guerra dos cabanos, um movimento social que reunia agregados, libertos e pequenos sitiantes de Pernambuco, ocorrida logo após a abdicação do imperador, clamava pelo retorno do monarca expulso em 7 de abril, numa luta de guerrilhas que durou três anos, até perder seu significado com a notícia da morte de Pedro I em 1834.¹¹⁸

Ainda no período regencial, a Cabanagem no Pará e a Balaiada do Maranhão foram dois fortes movimentos populares que, entre suas exigências, colocavam-se na defesa da religião católica e de Dom Pedro II.¹¹⁹ Durante o segundo reinado a instituição monárquica procurou não apenas manter, mas aprofundar este sentimento de admiração da população humilde em relação a figura pessoal do Imperador. Seria uma forma de fazer com que as instituições monárquicas criassem raízes na sociedade brasileira.¹²⁰

É evidente que algumas observações do pensamento político popular estavam nitidamente animadas por uma ótica restauradora. No início do séc. XX, Joaquim Nabuco chega ao exagero ao afirmar que a população negra do Brasil seria capaz de desistir de sua liberdade em troca do retorno ao antigo regime.¹²¹ Porém, é razoável supor que havia uma grande simpatia à monarquia e, principalmente, à memória de Pedro II e Isabel. Este era, de certa forma, um trunfo político nas mãos das poucas lideranças monárquicas que

filhos", Dias, Maria Odila Silva "A Interiorização da Metrópole (1808-1853)" In Mota, Carlos Guilherme, 1822 : *Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 176-177.

¹¹⁸ Quintas, Amaro. "O Nordeste" In Hollanda, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Monárquico. Tomo II, 2º vol. São Paulo : Difel, 1985, p. 202-203.

¹¹⁹ Reis, Arthur Cezar Ferreira. "As Províncias do Norte e do Oeste", In *Idem* p.116 e Fausto, Boris. *História do Brasil*. São Paulo : Ed. USP, 1995, pp. 166-167.

¹²⁰ Lília Moritz Schwarcz destaca as viagens de Pedro II pelo país e a iconografia criada em torno da figura do segundo imperador como laços importantes para a legitimação da monarquia no país. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo : Cia das Letras, 1999.

vislumbravam, com crescente desgaste dos governos republicanos, uma possibilidade de restauração. O mesmo Joaquim Nabuco, em carta ao Barão de Penedo em maio de 1891, comentando a corrupção e o oportunismo presentes no novo governo republicano, apesar da situação cada vez mais calamitosa do país, não esperava uma reação popular, afirmando que “o povo continuava monarquista, mas não agia, em virtude de sua natureza paraguaia de sofredor inesgotável”.¹²²

Para os sertanejos do Contestado, portanto, a idéia de monarquia não surge como uma aberração, como algo desconectado da tradição cultural e política da maioria da população brasileira. Não há, evidentemente, quaisquer ligações entre o monarquismo do Contestado e as iniciativas ligadas à restauração dos Braganças. Depois de 1904, os políticos monarquistas do Rio de Janeiro não conseguiram mais atuar de forma organizada, sendo, em grande parte, absorvidos pelo *status quo* republicano.¹²³

Permanecia latente pelo planalto a forte memória da Revolução Federalista, iniciada 20 anos antes de Taquaruçu. Os maragatos, herdeiros políticos do antigo partido liberal do Império, eram identificados pela população em geral, e por seus adversários pica-paus, como monarquistas. A adesão de antigos maragatos, como Aleixo Gonçalves de Lima, Cyrino Chato e Castelhana, ao movimento dos seguidores de José Maria foi significativa e, considerando que os ensinamentos de São João Maria condenavam e profetizavam as futuras catástrofes praticadas pela República, ficam abertos alguns caminhos para o entendimento da adoção da defesa da Monarquia pelos “pelados”.

¹²¹ Nabuco, Joaquim. *Minha Formação*. Porto Alegre : Paraula, 1995, pp. 174-175.

¹²² Carta de Joaquim Nabuco citada em Janotti, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo : Brasiliense. 1986, p. 44.

¹²³ *Idem*, p. 244.

Para os sertanejos, a Monarquia é concebida como a Lei de Deus, é a forma divina de organização política do Estado. Colocava-se como um contraponto direto à República, identificada como a “Lei do Diabo” e com o poder dos Coronéis. Neste contexto, um pensamento ligado à Monarquia não é um projeto reacionário, mas é, antes de mais nada, um projeto de autonomia frente às forças políticas e sociais dominantes. Chico Ventura, um dos chefes de Taquaruçu, explica a seu compadre, Altino de Farias, filho do Coronel Marcos Gonçalves de Farias, que tentava uma mediação para evitar o conflito, as razões do ajuntamento sertanejo:

“Graças adeus aqui não se tem medo nem um. Perdizes, 23 de fev. de 1914.

Ilmo. Sr. Meu compadre e amigo Altino Gonsalves de Farias.

Participo-lhe que aqui não é tão feio como as notícias q corre pois quem tem medo da morte não é lugar q sirva aqui. S/ os amigos não deseja mar de amigos nem um estamos cumprindo ordem de nosso rei José Maria só cumprimos ordem o q vier contra nós as providências de deus n. sr. e q ade valler nós tamos qui a irmandade cuidando de obedecer a santa religião pois não obedecemos lei de governo se não só a lei do governo do céu lembre-se do q eu lhe disse tantas vezes que a lei q deus deixo no mundo é a lei de rei é a que estamos esperando e se deus quizer avemos de ver se deus quizer. (...)

*Francisco Paes de Farias (...)*¹²⁴

Inicialmente o missivista preocupa-se em advertir contra as informações deturpadas que corriam em Curitiba sobre a vida nos redutos (“*aqui não é tão feio como as notícias q correm*”). É possível que Chico Ventura, além de recusar a mediação de Altino Farias, estivesse, por meio desta carta, exortando seu compadre para aderir a sua causa, desafiando seus brios ao afirmar que quem tivesse medo não devia viver no reduto. Porém, Chico também fala em medo em outro sentido, em não ter medo de nenhum ou de ninguém, num

¹²⁴ Jornal “O Dia”, órgão do Partido Republicano Catarinense, 6/03/1914. BPSC. Esta mesma carta foi usada por Vidal Ramos para “provar” a loucura e insensatez dos “fanáticos” em relatório para seu sucessor. A transcrição desta carta no jornal oficial tem o mesmo objetivo, mesmo assim não suponho que a mesma tenha sido adulterada porque seus princípios gerais são defendidos pelos “fanáticos” nos Autos de Perguntas realizados pelos militares entre outubro de 1914 e abril de 1915.

claro desafio aos Coronéis do governo. É necessário lembrar que o pai de Altino, o Cel. Marcos Gonçalves de Farias, era presidente do Conselho Municipal (equivalente à Câmara de vereadores) e opositor político de Albuquerque, era alguém que poderia ser bem recebido no reduto rebelde.¹²⁵ Para Chico Ventura, a Monarquia seria esperada e se confirmaria com o retorno do “Rei” José Maria. A vida por meio da *irmandade* seria uma forma de observar os preceitos do que era entendido por “Santa Religião”. Tratava-se, na prática, da construção de uma Monarquia sem Rei, o que implicava numa freqüente disputa política pela liderança nos redutos.

Rui Facó, que entende os movimentos de Canudos, Contestado e Caldeirão como reações “progressistas” das massas rurais contra o poder do latifúndio “semifeudal”, não avalia que estes processos políticos colocavam em xeque as “relações semifeudais” de produção, e que pudessem construir relações de novo tipo. Para este autor, as relações em forma de “trabalho cooperativo” construídas por estes movimentos davam-se, principalmente, por influência de tradições indígenas, pelo grande atraso no desenvolvimento das forças produtivas do meio rural e pela existência de uma economia semi-natural predominante no mundo sertanejo.¹²⁶ Já relatamos como a ocupação do planalto catarinense processou-se com o caminho das tropas e com uma longa tradição mercantil da pecuária, da agricultura de gêneros e da erva mate. A argumentação de Facó é

¹²⁵ Marcos Gonçalves de Farias, além de antigo federalista, foi o advogado de defesa de Clementino Damasceno, pai de Praxedes, que foi réu de homicídio em 1891.

¹²⁶ Facó, Rui. *Cangaceiros e Fanáticos: Gênese e Lutas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1963, pp. 69 e 70.

ineficaz para explicar a existência do que ele denomina de “trabalho cooperativo” introduzido por estes movimentos sociais.¹²⁷

No Contestado, havia um estreito relacionamento da idéia de Monarquia com o *comunismo caboclo*. A Monarquia não significava um retorno ao passado, nem um projeto político definido em termos formais.¹²⁸ Os sertanejos entendiam e praticavam sua Monarquia lutando por um “reinado de paz, prosperidade e justiça na terra”.¹²⁹

O Comando do menino Joaquim

Joaquim, escolhido para substituir o Menino-Deus Manoel, era neto de Eusébio e, apesar da pequena idade, foi quem dirigiu a resistência do reduto quando do primeiro ataque a Taquaruçu, em 29 de dezembro de 1913.

O ataque foi realizado por uma coluna do Regimento de Segurança de Santa Catarina, reforçada por vaqueanos de Curitibanos, partindo desta Vila com 50 homens e duas unidades de tropas federais, uma proveniente da estação Rio Caçador (100 soldados), no vale do Rio do Peixe e outra proveniente de Campos Novos (60 soldados). As três colunas deveriam encontrar-se em Taquaruçu e liquidar o reduto. Chefiava o ataque o Secretário Geral do Governo de Santa Catarina, Gustavo Lebon Régis.

¹²⁷ A construção de um projeto diferente de sociedade em Canudos é apontado por Walnice Nogueira Galvão, onde houve “um esforço desenvolvido por populações carentes de tudo para criar novas formas de vida em comum. De um modo ou de outro, engendraram uma estrutura alternativa de poder que as subtraía ao mando de fazendeiros, padres e delegados de polícia.” *O Império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos*. “Col. História do povo brasileiro”, São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2001, p. 111.

¹²⁸ Os vários registros aos “vivas” a Monarquia proferidos pelos “pelados” não ligam esta crença a um projeto restaurador. Porém, num único documento, o Auto de Perguntas a Antônio Geraldo Pires, um sertanejo que informa ter sido levado à força para o reduto dirigido por Conrado Grobbe. Antônio afirma que lá ouviu “vivas a Monarquia e a D. Luís de Bragança”. Auto de Perguntas a Antônio Geraldo Pires, morador do vale do Rio Paciência, 28/08/1914, caixa 5532, AHEX. Esta é a única referência aos Bragança. De pessoas que moraram nos redutos de Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria e Tamanduá, depuseram a Vinhas de Queiroz, Duglas Monteiro e Ivone Gallo há inúmeras referências à Monarquia, mas nenhuma aos Bragança.

¹²⁹ Depoimento de Honorato, citado por Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 155.

A coluna da polícia catarinense, proveniente de Curitiba, encontrou uma pequena guarda de sertanejos há poucos quilômetros do reduto. A maior parte dos sertanejos estava mais distante, escondida na entrada do reduto preparada para um entrevero, aguardando o momento para um combate corpo-a-corpo com arma branca, como aconteceu no Irani. Eusébio recebeu um ferimento a bala na perna e, a partir deste momento, por ficar a maior parte do tempo convalescendo em cama, sua liderança tendeu a declinar. Após duas horas de tiroteio, a força oficial dispersou abandonando vários cargueiros com mantimentos, armas e munições. Quando as outras colunas souberam do ocorrido, retornaram aos seus pontos de origem.¹³⁰

O fracasso das forças oficiais, ocorrido muito mais devido a desorganização, medo e despreparo da tropa, do que por mérito próprio dos sertanejos (havia apenas 9 caboclos armados na guarda que resistiu à investida), ajudou a consolidar uma aura de santificação e invencibilidade dos “pelados”, o que funcionou como um poderoso trunfo político, atraindo outros indivíduos descontentes com a ordem vigente.

Foi dentro deste clima de temor que ocorreu a morte de Praxedes Gomes Damasceno. No início de janeiro de 1914, uma partida de mercadorias despachadas pela casa comercial Hoepcke, de Florianópolis, para a venda de Praxedes, em Taquaruçu, foi aprisionada pelo Cel. Albuquerque, sob o pretexto de haver armas e munições nos cargueiros. Praxedes, que já havia se colocado publicamente contra os “fanáticos”, inclusive denunciando a formação do segundo Taquaruçu ao Cel. Albuquerque, tratou de seguir para a Vila de Curitiba com alguns empregados para buscar sua carga. Porém,

¹³⁰ *Relatório apresentado ao Sr Cel. Vidal Ramos, Governador do Estado, pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Régis. Florianópolis : Typographia da Livraria Central. Maio de 1914, p. 38. APESC. Vinhas de*

sua chegada à Vila foi interpretada pelos soldados e vaqueanos que a guarneciam como uma tentativa de invasão rebelde. Para prevenir problemas, Praxedes deixou seus empregados fora da Vila e entrou sozinho, a pé e desarmado. Foi recebido pessoalmente por Albuquerque que abraçou-o e, logo depois de Albuquerque afirmar que sua vida estava garantida, ouve-se um disparo que alvejou Praxedes. O comerciante foi socorrido pelos padres franciscanos, mas morreu no dia seguinte.

Há diversas versões deste incidente, desde as que declaram que Praxedes era um “fanático” que estava tentando invadir a cidade e, como tal, foi combatido. Outra versão defende que houve um disparo accidental que partiu de um capanga de Albuquerque, interpretando um movimento brusco de Praxedes como se ele fosse sacar de uma arma contra o chefe municipal. Por fim, Rupp Jr afirmou que Albuquerque montou uma emboscada para Praxedes, para liquidar um concorrente, pois seu objetivo era ser o único comerciante de Curitiba.

Independente do que verdadeiramente aconteceu, a morte de Praxedes foi interpretada pela família dele como um ato de covardia praticado pelo Cel. Albuquerque. A esposa de Praxedes, Ana Gomes César, levou seus 9 filhos para o reduto e passou a dizer a todos que seu marido não havia morrido, mas *se passado* para o “exército encantado” de São Sebastião.¹³¹

As lideranças de Teodora, Manoel e Joaquim não centravam-se apenas em suas anunciadas capacidades mediúnicas e sagradas. O poder destes jovens era respeitado,

Queiroz, *Op. Cit.*, pp. 131 a 133, descreve em detalhes os episódios desta expedição fracassada.

¹³¹ O Deputado Correia de Freitas, que tentou mediar uma negociação antes do segundo e derradeiro ataque à Taquaruçu, afirmou que Ana apresentava-se como “esposa” e não como viúva de Praxedes. Vinhas de Queiroz, *Op. Cit.* p. 134.

principalmente, porque sua autoridade era bancada pelo patriarca Eusébio Ferreira dos Santos e sua esposa Querubina. Afinal, boa parte deste pessoal concentrado no “Quadro Santo” de Taquaruçu já acompanhava Eusébio e sua família desde São Sebastião das Perdizes. Eusébio era um médio fazendeiro, proveniente do Paraná, que instalou-se em Perdizes na década de 1870, antes deste pequeno povoado começar a ser organizado, em homenagem a São Sebastião, por Xandoca e Manuel Alves, como vimos no Capítulo 1. Eusébio tinha apoio de Chico Ventura que também teve uma filha “virgem”, Hilária, que acompanhava as atividades de Teodora.¹³² Além do sério ferimento da perna, a liderança de Eusébio vai aos poucos desgastando-se tanto pela inconstância das lideranças que o mesmo engendra, como pela crescente população que aflui ao reduto. Há claros sinais de desgaste da liderança de Eusébio devido a rápida perda de “aço” dos jovens que nomeara como comandantes.

Em início de janeiro de 1914, Joaquim ordenou a mudança do reduto, afirmando que na próxima investida do exército não haveria salvação. Grande parte da população migra então para o norte, dirigida por Eusébio e Chico Ventura, que não irão dispor de muita autoridade no novo reduto, que passa a ser edificado neste mês, em Caraguatá.

O reduto de Caraguatá formou-se em torno da liderança da virgem Maria Rosa, que segundo apurou Euclides Felipe, através de relatos de sonhos, convenceu sua família que recebia mensagens de José Maria que a indicavam para chefiar uma “Guerra Santa” contra os “peludos”.

A migração ao norte unificou o grande grupo de Perdizes. Eusébio e Querubina conseguem a adesão de seu compadre, o Juiz de Paz e Major da Guarda Nacional, Elias

¹³² Thomé, Nilson. *Os Iluminados... Op. Cit.* p. 175.

Antônio de Moraes e sua esposa Adúlcia, além de agrupar Manoel Alves e sua parentela, antigos seguidores de José Maria.¹³³ Logo, Elias trouxe Xandoca, o subdelegado de São Sebastião. Em Perdizes, os “pelados” dispunham de vias de comunicação que os ligavam às comunidades vizinhas de Butiá Verde, Liberata, Bahia e Taquaruçu (ao sul) e Caçador Grande, Timbó, Tamanduá (ao norte).

Há um deslocamento de eixo geográfico do movimento, antes restrito ao município de Curitiba, agora estendido ao interior do município de Canoínhas e aos territórios contestados entre Paraná e Santa Catarina.

A migração a Caraguatá foi sendo realizada aos poucos. Inicialmente só os homens acompanharam a família de Eusébio, como um exército em movimento. No novo reduto tinham que roçar o mato, fazer casebres, arrumar a “Cidade Santa” para receber as famílias, que só começaram a ser transferidas mais tarde, no fim de janeiro. Isto explica que, quando houve o segundo ataque a Taquaruçu, em 8 de fevereiro de 1914, havia poucos homens e muitas mulheres e crianças no reduto.

Um grupo reduzido de sertanejos, aproximadamente 300, continuou morando no reduto de Taquaruçu e sofreu o grande ataque em 8 de fevereiro de 1914. Com a migração de Eusébio e sua família, junto com a maioria da população para Caraguatá, restaram no local pequenos sitiados da região, alguns dos antigos posseiros da costa do rio do Peixe e trabalhadores desempregados pela Estrada de Ferro. Chefiava o reduto o menino Linhares,

¹³³ Tudo indica que as mulheres dos chefes, Querubina e Adúlcia desempenharam importante papel na adesão de Elias ao movimento. Relata Alfredo Lemos que Adúlcia falou a Elias: “*Nhô Elias, mecê nem sabe como me agradecer o lugar que eu arrumei para mecê no acampamento do Seu José Maria. Vancê vai ser o comandante geral, porque o compadre Eusébio não pode, por causa da perna[ferimento].*” Elias foi ao reduto conversar com Eusébio para poder decidir melhor, quando voltou ao seu sítio não havia mais ninguém em casa. Adúlcia tinha agrupado tudo em cargueiros e reunido todos os filhos e rumado para Caraguatá. Elias voltou ao reduto e assumiu o comando. *Op. Cit.*, p. 7

com 10 anos, filho de Antônio Linhares, ambos negros, que eram prestigiados pelos habitantes do reduto. Mesmo após a retirada de Eusébio e Joaquim, as práticas de poder ligadas à vidência haviam se institucionalizado. O menino Linhares ia todas as manhãs “conversar” com José Maria no mato, dali as inspirações celestiais eram interpretadas por um grupo reunido em conselho composto pelo seu pai Antônio, por Anacleto Ribeiro, que chefiava o Conselho de Pares e por um Preto Velho de 70 anos.

Só depois de passar por este Conselho as ordens de José Maria eram passadas, nas *formas*, para a coletividade. Segundo Vinhas de Queiroz, a mediação do conselho entre o menino-vidente e a comunidade, foi uma instituição criada no tempo da chefia de Joaquim, para evitar abusos como os praticados por Manoel.¹³⁴ Esta prática mantinha, claramente, a direção do reduto nas mãos dos velhos que compunham o Conselho.

Em Curitiba, a desgastada liderança do Cel. Albuquerque procurou refrear os atritos internos (talvez por pressão do Governo do Estado) nomeando seu principal opositor local, o Cel. Henriquinho de Almeida, para o cargo de 1º suplente de Superintendente Municipal. Como Albuquerque, além de ocupar a Superintendência, era Deputado no Congresso Estadual (Assembléia Legislativa), a suplência de Henriquinho significava que, na prática, partilhariam meio a meio a administração do município. Porém, esta tentativa de conciliação não durou muitos dias. Consta que Henriquinho, afoito por golpear Albuquerque, comandou um abaixo-assinado com denúncias graves dirigidas ao Superintendente, encaminhado ao Governador Vidal Ramos e ao Secretário Geral Gustavo Lebon Régis. O documento era firmado por 50 homens que haviam abandonado Taquaruçu

¹³⁴ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 139.

e apresentado-se às autoridades. Uma semana depois de nomear Henriquinho como suplente, Albuquerque revogou o ato e passou a hostilizar mais ainda seu opositor local.¹³⁵

O segundo ataque à Taquaruçu foi implacável. Sob o comando do Coronel do exército Aleluia Pires, um antigo federalista, foi formada uma forte coluna de 700 homens, sendo mais de 600 do exército, 60 do Regimento de Segurança de Santa Catarina e uns 40 vaqueanos civis. Reuniam o 54º Batalhão de Caçadores, onde servia o Capitão Vieira da Rosa, duas seções de metralhadoras, uma unidade de artilharia de montanha e um esquadrão de cavalaria.

Consta que houve certa hesitação dos oficiais militares em atacar o reduto. Não viam os sertanejos como inimigos, consideravam-se usados pelos políticos locais, os Coronéis da Guarda Nacional que, por conta de sua politicagem, tinham provocado a reunião dos sertanejos.¹³⁶ A experiência da tragédia de Canudos estava prestes a se repetir. Aleluia Pires consentiu numa visita de paz, promovida pelo Deputado paranaense Correia de Freitas, que não conseguiu dispersar os sertanejos.

No destacamento do Regimento de Segurança de Santa Catarina a situação antes do combate era grave pelo alto número de deserções. As deserções ocorriam tanto por pânico, provocado pela crença de que os “fanáticos” tinham alguma “proteção” divina, como por falta de convicção em dar combate àqueles sertanejos. Dos 60 soldados reunidos em Curitiba, 22 praças e sargentos foram excluídos do regimento por deserção.¹³⁷ Por fim, o

¹³⁵ Stulzer, Aurélio. *Op. Cit.*, p. 51.

¹³⁶ Rodrigues, Rogério Rosa. *Os Sertões Catarinenses ... Op. Cit.*, p. 93.

¹³⁷ Boletins do Comando Geral do Regimento de Segurança de Sta. Catarina, nros. 11, 12, 13 e 15, de janeiro de 1914, APMSC.

Gen. Alberto de Abreu, chefe da Região Militar, sediada em Curitiba, ordenou aos militares que “*se iniciasse o ataque e a matança*”.¹³⁸

Quase não houve confronto direto entre atacantes e defensores de Taquaruçu. As seções de metralhadoras foram instaladas na boca do reduto e passaram a varrer as trincheiras dos “pelados”. As forças militares procuraram uma posição elevada dominante e bombardearam o reduto com fogo intenso de artilharia. Mais de 200 casas e uma Igreja foram destruídas pelos 175 tiros de granadas explosivas, tipo *schrappnell*. No dia seguinte, após um cessar fogo ocorrido à noite, observou-se que os poucos sobreviventes abandonaram o reduto. Pelo solo de Taquaruçu jazia junto aos mortos, na maioria mulheres e crianças, pedaços de animais, pernas, braços e cabeças humanas, uma cena jamais vista pela região. Consta que uma sertaneja proveniente da costa da linha, Francisca Roberta, também conhecida como Chica Pelega, morreu comandando a defesa da “Cidade Santa” de Taquaruçu.¹³⁹

A “virgem” Maria Rosa

Em Caraguatá a liderança de Elias de Moraes era compartilhada por uma nova *virgem*, Maria Rosa, filha de Eliasinho da Serra, um morador da Serra da Esperança, a alguns quilômetros a leste do reduto, que não era parente de Elias de Moraes. Maria Rosa possuía de 15 a 16 anos, era bonita e andava de roupas brancas montada num cavalo branco. Como *virgem*, procurou manter um comando direto sobre os “Pares de França” e o

¹³⁸ Citado por Rupp Jr, Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 141.

¹³⁹ Em nenhuma entrevista obtive qualquer informação sobre Chica Pelega. Não posso avaliar se foi alguma personagem lendária. Euclides Felipe, *Op. Cit.* p. 55, obteve referências dela através de antigos moradores de Taquaruçu. Um romance sobre ela foi publicado por Vasconcellos, Auro Sanford de. *Chica Pelega – a guerreira de Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000.

conjunto da população de Caraguatá. Maria Rosa, ao contrário de Teodora ou dos Menino-Deus Joaquim e Linhares, não submetia suas ordens a um conselho. Maria Rosa dirigia suas ordens diretamente nas *formas*. “*Ela tinha voz de comando*”, afirma Elias Ribeiro.¹⁴⁰ A partir do comando geral, Maria Rosa passou a distribuir comandos específicos, de *forma*, de guardas, de piquetes de briga, de reza e de abastecimento.

O combate de Caraguatá, um dos mais ferozes da guerra, vencido pelos “pelados” é considerado pela memória local o principal feito de Maria Rosa. As forças militares do exército e do Regimento de Segurança de Santa Catarina, reforçados por vaqueanos civis, sob o comando do Ten. Cel. Gameiro, tentaram investir contra Caraguatá em 9 de março de 1914. A própria aproximação da força oficial foi cercada por um conjunto de dificuldades. Alguns dos civis que serviam como *vaqueanos*, apontando os caminhos em direção do reduto, foram acusados posteriormente de *bombear* (espionar) para os “fanáticos” e dirigirem os soldados para os locais previamente planejados de emboscadas.

Durante a refrega os sertanejos empregaram todos os seus ardis de lutadores do mato. Uma coluna de sertanejos vestidos com roupas de mulheres distraía os soldados, enquanto vários franco-atiradores, escondidos em ocos de imbúias e em galhos elevados de araucária, dizimavam a coluna militar. No momento seguinte, houve combate corpo-a-corpo, com os caboclos demonstrando mais habilidades com seus facões de aço ou de madeira de guamirim, do que as longas baionetas caladas nos fuzis *mauser* dos praças. Soldados eram atraídos por determinados caminhos dentro da mata e emboscados em locais sem saída, cheios de espinheiros de inhapi daí. A certa altura, os “pelados” envolveram a retaguarda e atacaram o hospital de sangue do exército, improvisado numa clareira. As

¹⁴⁰ Entrevista com Elias Ribeiro, em anexo.

forças do governo tiveram 24 mortos, 21 feridos e 3 extraviados. Contaram entre os sertanejos 37 mortos, mas não conseguiram entrar no reduto.¹⁴¹

É neste combate de Caraguatá que verificou-se, pela primeira vez, a prática de exumação dos cadáveres dos adversários. A tropa do exército enterrou seus mortos em cemitério próximo a São Sebastião das Perdizes. Dois meses depois, durante a expedição do General Mesquita, os militares defrontaram-se com a visão aterradora de identificar os cadáveres de seus camaradas exumados e picados a facão. Diferentes significados são apontados para explicar esta prática dos “pelados”, desde a concepção de sacralização da terra, que não poderia receber os “peludos” impuros, até a própria motivação de aterrorizar os adversários. Vários depoimentos apontam para o entendimento de que, nos redutos, os que eram suspeitos de colaborar ou *bombear* para o governo, recebiam a morte sem direito a enterro cristão, seus corpos eram jogados no mato ou nas margens do Rio Timbó.¹⁴²

No âmbito político interno, consta que o convite que Eusébio fez a Elias de Moraes foi uma iniciativa planejada por Querubina para diminuir o poder de Maria Rosa e seu pai Eliasinho. A identificação territorial das chefias teve relevante importância durante a luta sertaneja. Chegando a família de Eusébio em Caraguatá, já estava estabelecida a liderança de Maria Rosa, fazendo com que Eusébio afirmasse a sua esposa que ele não tinha mais condições de manter o comando de seu neto Joaquim, dizendo que “*touro, em rodeio*

¹⁴¹ Parte de Combate do tenente-coronel José Capitulino Freire Gameiro, In *Synopse apresentada por Vidal Ramos... Op. Cit.*, p. 103 a 109.

¹⁴² Duglas Teixeira Monteiro aponta uma específica relação dos redutários com a morte. Para este autor não ocorreu no Contestado um processo de banalização da morte, como é comum em muitas guerras. Os sepultamentos de *irmãos* e a exumação de inimigos eram práticas carregadas de significados religiosos e sociais. *Os Errantes... Op. Cit.*, p. 144-45. A exumação de cadáveres dos inimigos também é analisada por Márcia Espig, *Op. Cit.* p. 107, onde a expectativa de retorno dos mortos através da vinda do “exército encantado de São Sebastião” não poderia ser possibilitada ao inimigo, daí a necessidade de exumação e mutilação dos corpos dos “peludos”.

alheio, é vaca". Elias de Moraes assumiu o comando das *formas* e, em pouco tempo, principalmente a partir de meados de 1914, era o principal comandante o movimento sertanejo. Elias e sua esposa Adúlcia assumirão uma posição semelhante a de Eusébio e Querubina. Serão os principais responsáveis pelas escolhas das futuras lideranças.

Após a evacuação de Caraguatá, Maria Rosa manteve certa autoridade no reduto de Bom Sossego, mas logo "perdeu o aço", ficando, como Teodora, numa posição secundarizada dentro dos futuros redutos. Caraguatá foi evacuado em final de março de 1914. O tifo estava dizimando a população do reduto e Maria Rosa comandou uma longa marcha, conduzindo mais de 2 mil pessoas, 600 cabeças de gado, cargueiros de mantimentos, etc., para o novo reduto de Bom Sossego.

Perfil Social das lideranças "peladas"

É predominante, na historiografia do Contestado, a visão de que alguns fazendeiros ricos participaram do movimento rebelde, ocupando postos de chefia.¹⁴³ Tal informação ofusca qualquer iniciativa de avaliação do movimento como uma insurgência social dos "de baixo", uma vez que a origem de classe das lideranças convertia sua luta contra o governo em apenas uma disputa no âmbito interno do coronelismo.¹⁴⁴

Foi possível localizar alguns inventários de famílias de destacados líderes rebeldes e, o que podemos identificar, é a presença de lavradores humildes entre as principais lideranças. Os inventários são quase todos de lavradores pobres com muitos herdeiros. Praxedes Gomes Damasceno, que acompanhou o monge José Maria no primeiro

¹⁴³ Peixoto, Demerval, *Op. Cit.* vol. 1, p. 62.

¹⁴⁴ Evidentemente, mesmo uma insurgência social dos "de baixo" pode contar com a participação e liderança de indivíduos provenientes da classe dominante, sem que este fato modifique a natureza original do movimento. O que pretendo, neste momento, é demonstrar as informações que servem de argumento contra a

ajuntamento de Taquaruçu e migrou com o mesmo monge para Irani, morto em Janeiro de 1914, teve sua casa comercial queimada durante a guerra, possuía apenas duas partes de terrenos de faxinais e matos, em Taquaruçu, que somavam o valor de apenas 450\$000 réis. Como bens semoventes possuía uma mula e um cavalo. A herança de Praxedes foi dividida entre sua viúva e 9 filhos.¹⁴⁵ Francisco Paes de Farias, o Chico Ventura, primo de Praxedes, Capitão da Guarda Nacional, embora seja considerado um “homem rico” por seu filho João, era tropeiro e pequeno fazendeiro, sua principal propriedade compreendia apenas 200 hectares de terra, com muito mato e poucas pastagens.¹⁴⁶

O Major da Guarda Nacional, Juiz de Paz do Distrito de São Sebastião das Perdizes, Elias Antônio de Moraes, membro do Partido Republicano Catarinense, é apontado como um dos membros da elite dominante que adere ao movimento sertanejo. Porém, Elias não reunia muitas posses. Em seu inventário são arroladas várias pequenas faixas de terrenos, obtidos por herança, em São Sebastião, Campos Novos e Lages. O montante dos valores dos bens chega a 4:520\$000 réis, o que correspondia ao valor de um sobrado na Vila de Curitiba, muito distante das maiores fortunas deste município, que ultrapassavam o valor de 100 contos. Sua herança foi dividida por sua esposa, Adúlcia, 8 filhos e 2 netos.¹⁴⁷

Xandoca, o líder rebelde Alexandre Ferreira de Souza, Tenente da Guarda Nacional, que foi subdelegado do Distrito de São Sebastião, era de uma família de lavradores pobres. Suas terras não ultrapassavam o valor de 160\$000 réis.¹⁴⁸ Seu cunhado,

tese de Maria Isaura P. de Queiroz, que afirma que o movimento do Contestado foi uma “luta entre parentelas” chefiadas por diferentes Coronéis.

¹⁴⁵ Inventário de Praxedes G. Damasceno, 1915. Pacote 018. Arquivo do Fórum de Curitiba (AFC)

¹⁴⁶ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

¹⁴⁷ Inventário de Elias Antônio de Moraes, 1916 (AFC).

¹⁴⁸ Inventário de Margarida Ferreira de Souza, Frederico Ferreira de Souza e Francisco Ferreira de Souza, 1916. (AFC)

o velho Manuel Alves de Assumpção Rocha, possuía poucas faixas de terra e, mesmo não sendo possível localizar seu inventário, há o fato de, durante o período final da Monarquia, Manoel só manteve a condição de eleitor por fazer parte do Tribunal do Júri, uma vez que não auferia a renda anual exigida pela Lei Saraiva de 1881, como tratamos no capítulo 1. Neste sentido, verificamos que dentro do grupo rebelde havia uma relativa homogeneidade social, o que facilitou a adesão a um projeto geral de construção de uma sociedade diferente, uma curiosa síntese de natureza social e religiosa.

As divisões familiares

A rebelião sertaneja não conseguiu a adesão integral e uniforme das famílias camponesas do planalto catarinense. Em Taquaruçu, nos primeiros dias do segundo ajuntamento, o comandante Manoel já havia proclamado que haveria uma guerra onde “*não teria pai por filho, nem filho por pai*”. A adesão ao segundo ajuntamento de Taquaruçu, a partir de dezembro de 1913, não representava mais a participação em uma festa sertaneja ou em um local para busca de curas, como havia ocorrido com o primeiro ajuntamento em torno de José Maria.

Aderir ao reduto após o impacto da tragédia de Irani significava, de saída, um desafio às autoridades municipais e, principalmente, ao Coronel Albuquerque, Superintendente Municipal de Curitiba. Apesar das expectativas e reelaborações místicas processadas pelas populações de Taquaruçu e Perdizes, o fator político de desafio ao poder local era latente desde o início da formação do 2º Taquaruçu.

Inicialmente, o grupo de devotos sofreu as defecções de dois seguidores iniciais de José Maria: Sergílio Paes de Farias e Praxedes Gomes Damasceno. O primeiro era irmão de Chico Ventura, que coadjuvava Eusébio na liderança de Taquaruçu; o segundo, primo de

Chico. Praxedes e Sergílio resolveram manter-se fiéis ao Cel. Albuquerque, o que não evitou a morte do primeiro e o ingresso de sua esposa e filhos no reduto. Sergílio era um antigo federalista, amigo de Albuquerque e do Cel. Marcos Gonçalves de Farias, a quem ajudou a salvar a vida durante a Revolução Federalista. Sergílio tinha um filho que era soldado do Regimento de Segurança de Santa Catarina acantonado em Curitibanos, Frederico Paes de Farias, que foi dado como extraviado quando os sertanejos ocuparam a Vila de Curitibanos em setembro de 1914.¹⁴⁹

O mais importante dos patriarcas, pelo menos no início do movimento, Eusébio Ferreira dos Santos, também não conseguiu convencer toda a família a dirigir-se ao reduto e aderir à causa rebelde. Seu filho Antônio, que era tutor de um sobrinho menor de idade, permaneceu na esfera do mundo oficial, procurando defender as propriedades da família contra o saque promovido por aproveitadores e vaqueanos a serviço do governo. Antônio foi quem conseguiu negociar a rendição e apresentação de sua sobrinha Teodora, quando da destruição do último reduto.¹⁵⁰

Elias Antônio de Moraes, antigo Juiz de Paz de São Sebastião das Perdizes, que começou a participar do movimento sertanejo a convite de Eusébio e Querubina, tinha como grande adversário seu irmão, o Ten. Cel. Maximino Antônio de Moraes, aliado de Albuquerque e líder de piquetes de vaqueanos civis. Conta Elias Ribeiro que, no final da guerra, quando Elias de Moraes dirigia-se para Rio Bonito (atual Tangará) no Município de

¹⁴⁹ Boletim do Regimento de Segurança de Santa Catarina, s/n, 22/12/1914, APMSC.

¹⁵⁰ Entrevista com Domingas Ávila dos Santos, filha de Teodora, em anexo.

Campos Novos, para negociar sua rendição às forças legais, teve seu intento impedido por Maximino, que ordenou a execução do irmão.¹⁵¹

Conrado Grobbe e seus irmãos Gustavo e Henrique Júnior, descendentes de alemães acaboclados, influenciados por seu amigo Tomazinho Rocha (filho de Manoel Alves de Assumpção Rocha) aderiram a causa rebelde desde o reduto de Caraguatá. Porém, seu pai, Henrique Grobbe, não apenas deixou de acompanhá-los, como serviu de vaqueano às tropas do Gen. Mesquita, que operou sobre o vale do Timbó entre abril e maio de 1914.¹⁵²

Depois da ofensa sofrida pelo comerciante João Sampaio, seus irmãos Honório, José e Marcos aderiram ao grupo rebelde no reduto de Caraguatá, meio que encontraram para vingar a agressão do Cel. Albuquerque. O pai dos Sampaio, Antônio, continuou vivendo na Vila de Curitiba.¹⁵³ Manoel Jungles, de Canoíhas, informa que seu pai e muitos familiares refugiaram-se no Paraná na época da guerra sertaneja, mas o chefe rebelde Aleixo Gonçalves de Lima era seu tio e vários chefes de família com sobrenome Jungles viveram nos redutos de Salvador e Marcelo.¹⁵⁴

Vários indícios apontam que, pelo menos até meados de 1914, havia muito trânsito de entrada e saída de pessoas nos redutos de Taquaruçu, Caraguatá, Bom Sossego e Caçador Grande. A partir de agosto de 1914, com a intensificação da guerra, houve uma tendência crescente de proibição de retorno àqueles que já haviam aderido à "Guerra

¹⁵¹ Ao final da guerra, consta que Maximino aproveitou a morte do irmão, Elias, para sepultar uma antiga dívida de 2 Contos de réis que tinha com o chefe rebelde. Entrevista com Elias Ribeiro, em anexo.

¹⁵² As fontes apresentam o sobrenome de Conrado como *Grobbe* ou *Grober*. Informações sobre a trajetória de Conrado Grobbe encontramos em Valentini, Delmir J. *Op. Cit.* pp. 205 e 206; Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.* pp. 150, 170, 267-8 e Stulzer, Aurélio, *Op. Cit.* p. 60. Auto de perguntas a Estefânio Scedeloski, União da Vitória, 8/12/1914, caixa 5542, AHEX.

¹⁵³ Vinhas de Queiroz, Maurício. *Op. Cit.*, p. 190.

¹⁵⁴ Entrevista com Manoel Jungles, em anexo. Listagem parcial dos sertanejos que se apresentaram à Coluna Leste, entre março e maio de 1915. Na listagem consta um Daniel Jungles com esposa e 4 filhos e Joaquim

Santa". Rosalina Watrin relata que seu pai, quando menino, vivia próximo ao rio Paciência, em Canoínhas, e costumava passar o dia inteiro entre os seus "*amigos fanáticos*" no reduto. Só voltava para casa à noite para dormir.¹⁵⁵

Não dispomos de elementos suficientes para avaliar, em toda a sua extensão, os desgastes nos antigos laços familiares e nas tradicionais relações de compadrio na região. Mas é importante observar que a divisão das famílias durante a guerra não impediu que antigos laços de parentesco e compadrio fossem eficientes para uma interlocução política tácita, entre os lados beligerantes, tanto no momento onde ocorreu a ocupação da Vila de Curitibanos pelos rebeldes, como, mais tarde, quando lideranças tradicionais da oposição política de Curitibanos, estimuladas pelo exército com o afastamento do Cel. Albuquerque da chefia do poder local, passam a atrair uma facção rebelde para uma forma negociada de rendição, conforme analisaremos no próximo Capítulo.

Jungles, solteiro, provenientes do reduto chefiado por Salvador Vieira, no faxinal do Timbozinho, caixa 5537, AHEX.

¹⁵⁵ Entrevista com Rosalina Watrin, em anexo.



Capítulo 4

O tempo do “jaguncismo”

*“Camudos se repetiu”*¹

“Eu não tinha nada contra os jagunços. Eles eram boa gente, que não mexiam com ninguém e andavam por todo o lado. Quando morava com a minha família nunca fomos atacados por nenhum dos seguidores do monge que viviam nas terras que hoje chamam de Irani. Eles não roubavam o gado e nem faziam emboscadas.

Depois que a guerra começou, tudo mudou. Os soldados não perdoavam os jagunços que encontravam. Podia ser homem, mulher, velho ou criança. Lembro que eles chegavam a jogar as crianças para o alto e ficavam esperando com a baioneta. Como os soldados matavam todo mundo, os jagunços também não perdoavam mais.

*Quem passasse na frente dos fanáticos estava sujeito a morrer. Quando eles atacavam não sobrava mulher, criança ou velho. Eles queriam se vingar dos soldados. Os moradores da região tinham que entregar o gado e os jagunços recrutavam gente entre os moradores. Quem não aceitava lutar, morria na hora.”*²

*“Nós, a família Carneiro, morávamos em São João de Cima. Veio o aviso de que eles [os rebeldes] vinham bater naquele dia. (...) Avisaram um dia antes, aí foi uma correria. Papai tinha 4 filhos, todos pequenos, eu tinha 2 anos. Pois foi o tempo de encilhar os cavalos, colocar as crianças em cima e ir para Calmon, onde tinha uma estação de trem. Daí quando nós chegamos, pegamos um trem de carga, nem era trem de passageiros. E o povo inteiro de São João de Cima que conseguiu escapar foi assim, correndo para o primeiro trem só com a roupa do corpo, deixando tudo para trás. E os jagunços vieram mesmo. Tocaram fogo nas casas, queimaram tudo, o que havia de mantimento eles levavam. Banditismo mesmo! (...) Foram todos para Porto União, mas aquele trem quase não podia andar. Empilhou dum jeito que as pessoas não conseguiam se mexer lá dentro. Mas foi assim que as famílias de meu pai e minha mãe conseguiram se salvar. Papai, mamãe, agregados e camaradas, foi uma correria...”*³

¹ Peixoto, Demerval, *Op. Cit.*, vol. 1, p. 71.

² Depoimento de Firmino Martim, antigo *vaqueano*, ao jornal “A Notícia”, Joinville, 13/02/2000.

³ Entrevista com Nonésia Carneiro Driessen, em anexo.

O último depoimento acima relata o ataque aos campos de São João e às estações da estrada de ferro de Calmon e São João dos Pobres, ocorridos em início de setembro de 1914, sob a chefia de Chiquinho Alonso e Venuto Baiano. A expansão do movimento rebelde foi denominada pelos grandes fazendeiros como a ação de uma horda de bárbaros, jagunços, bandidos, interessados apenas no saque e na destruição. Desde a liquidação de Taquaruçu, em fevereiro de 1914, a guerra parece ter tomado um caminho de radicalização sem volta.

É possível identificar, no acervo documental e na historiografia referente ao movimento do Contestado, a visão do desenrolar da luta sertaneja, e da grande matança, como uma espécie de obra inexorável do destino, que muitas vezes se apresenta como uma simples repetição da tragédia de Canudos, como aponta Demerval Peixoto na epígrafe inicial deste Capítulo. O Governador Vidal Ramos afirmou que recorreu a todas as formas pacíficas para a dissolução do *"ajuntamento ilícito"*, argumentando que a *"inconsciência e a obstinação dos desgraçados sertanejos arrastara-os à luta."* Para Vidal, a razão principal da intervenção armada do Estado era motivada pela obrigação legal do *"restabelecimento da ordem, a necessidade de normalizar a vida de uma extensa região do Estado"*⁴

O governador Vidal Ramos argumentou que, entre os *"fanáticos"*, viviam indivíduos perseguidos pela justiça. Estas informações foram prestadas pelo governador ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, que julgou um processo de *Habeas Corpus* preventivo, em janeiro de 1914. Este processo nomeava Praxedes Gomes Damasceno, Francisco Paes de Farias e mais 300 habitantes de Taquaruçu,

para que fossem deixados em paz pelas forças do governo, uma vez que tratava-se de uma questão religiosa e a Constituição da República estabelecia a liberdade de culto.⁵

A iniciativa do *Habeas Corpus* foi do advogado Diocleciano Martyr, do Rio de Janeiro, provavelmente tentando evitar uma nova tragédia semelhante a Canudos.⁶ Vidal informou ao STF que eram pronunciados pela Comarca de Curitiba, e contra os quais haviam mandados de prisão, 21 sertanejos que encontravam-se em Taquaruçu.⁷ Após a comunicação do governador, o *Habeas Corpus* foi denegado. Parece grande o número de pronunciados entre os rebeldes, na maioria por crimes pequenos como furto, brigas e ofensas, porém, devemos considerar que Taquaruçu agrupava mais de 700 habitantes antes do início da formação do reduto de Caraguatá, em final de janeiro de 1914. Da mesma maneira, não era pequeno o número de pronunciados e procurados pela justiça entre as forças dos *vaqueanos* civis, que auxiliavam o governo.⁸

⁴ *Synopse ... Op. Cit.*, p. 97.

⁵ Vinhas de Queiroz, Maurício. *Messianismo e conflito ... Op. Cit.*, p. 141.

⁶ Diocleciano Martyr foi diretor-editor do jornal florianista, nacionalista e anti-lusitano *O Jacobino* entre 1894 e 1901, período no qual deu apoio integral a campanha militar contra Canudos.

⁷ Os sertanejos procurados pela justiça eram: Venuto Baiano, José Francisco Marques, Domingos Coelho de Medeiros, Victorino Francisco Marques, Vidal Carlos de Medeiros, Fedelhos Francisco Marques, Libino Alves Palhano, Bento Alves Pacheco, Antônio Thomaz de Andrade, Manoel Santos Marinho, Fernandes de Moraes, Manoel Fautino Pereira, Dionísio Fautino, Estevão Alves de Chaves, Prudêncio José Fernandes, Vicente Emiliano de Paula, Lúcio Vicente Rosa e seu irmão Ignacio, João Carvalho de Oliveira e Domingos Alves Santos.

⁸ Entre os *vaqueanos* a serviço do governo, procurados pela justiça, estava Salvador Pinheiro Machado, o Salvadorzinho ou "Dente de Ouro". Salvadorzinho era filho de Salvador Aires Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, e sobrinho do Senador José Gomes Pinheiro Machado, então chefe nacional do Partido Republicano Conservador. "Dente de Ouro" vivia em Santa Catarina, fugitivo da polícia gaúcha por ser pronunciado por homicídio. Foi recebido em Lages pela família Ramos, que era ligada por laços políticos e de parentesco com os Pinheiro Machado do Rio Grande do Sul. Durante a campanha do Contestado "Dente de Ouro" integrou os piquetes *vaqueanos* chefiados pelo Cel. Fabrício Vieira do vale do Iguaçu. Foi acusado por um grande número de atos sanguinários contra sertanejos aprisionados e comerciantes suspeitos de manter negócios com os rebeldes. Após o final da guerra, Salvadorzinho continuou atuando no planalto norte com um piquete reduzido de 10 *vaqueanos* vivendo da venda de "proteção" a fazendeiros e comerciantes da

A partir de março de 1914, quando as tropas federais foram derrotadas na tentativa de destruir o reduto de Caraguatá, o movimento sertanejo passou a contar com uma grande simpatia e admiração da população pobre do planalto. Sua fama de invencibilidade, converteu a vida nos redutos em baluarte de resistência ao poder do Estado e dos Coronéis. O sertanejo passou a ser um soldado temido, tanto por sua determinação, como pelo fato dos soldados do governo, que muitas vezes partilhavam das mesmas crenças dos caboclos, se considerarem vencidos por antecipação.

Ainda em Taquaruçu, a liderança rebelde tratou de agregar à vida dos redutos homens que reuniam melhor experiência e melhores condições de combate. Consta que Benvenuto Alves de Lima, o Venuto Baiano - morador do vale do Tamanduá, um afluente do rio Timbó que corre ao norte de São Sebastião das Perdizes, em direção à região contestada das margens do rio Iguaçu - começou a participar do movimento sertanejo, numa posição secundária. Venuto tinha fama de ser um criminoso refugiado da lei, porém, antes da deflagração do conflito, as autoridades catarinenses e paranaenses nunca esforçaram-se para obter sua captura.⁹

região, submetidos ao constrangimento e ameaça de seu piquete. Salvadorzinho morreu em 1917, quando entrava na casa comercial de Antônio Domitt, em Valões, e recebeu uma descarga de *winchester* do dono da venda, que não desejava mais ser molestado. Meu parente fora da lei participou, como *vaqueano* a serviço do governo, nos combates de Taquaruçu, Caraguatá, Capão Alto e Santa Maria, sendo citado como bom combatente no Relatório do General Setembrino de Carvalho. Informações sobre a atuação de "Dente de Ouro" e outros *vaqueanos* encontramos na entrevista com Gilberto Kopeki, em anexo; Peixoto, Demerval. *Campanha do Contestado*. *Op. Cit.*, Vol. 1, p. 19; Correspondência sigilosa entre o Capitão Euclides de Castro e o Comando do Regimento de Segurança do Estado de Santa Catarina, APESC.

⁹ Informa Alfredo Lemos, *Op. Cit.* p. 8, que, ao radicar-se no distrito de São Sebastião das Perdizes, dez anos antes da guerra do Contestado, Venuto Baiano procurou o então Juiz de Paz Martinho Matos e indagou se havia contra ele ordem de prisão, pois declarou-se "criminoso", mas afirmou que queria "viver nestas terras". Martinho afirmou que era apenas Juiz de Paz e não possuía qualquer conhecimento de ordem de prisão contra Venuto. João Ventura, que na época do conflito era

Vivendo no Campo dos Bodes, Venuto participou dos combates ao lado de Demétrio Ramos contra a presença paranaense no Timbó, em 1904, e, depois, durante algum tempo, trabalhou como chefe de turmeiros na construção da estrada de ferro. Como está em seu apelido, era natural da Bahia.¹⁰ Não se trata, neste momento, de deixar de registrar que Venuto, como muitos sertanejos moradores do planalto, tinha alguns problemas com os “representantes da lei”, mas a imagem de “bandido”, construída pelos adversários e mantida por parte relevante da historiografia sobre o movimento, apenas mantém-se para desqualificar a fase mais rica e complexa do projeto caboclo, de expansão territorial do movimento.¹¹

Em Caraguatá, Venuto tornou-se homem de confiança de Elias de Moraes, que o empregou em uma importante missão. Entre janeiro e fevereiro de 1914, Venuto visitou toda a região do planalto norte, entrando em contato com os irmãos Grobbe, Conrado e Gustavo, que viviam no Timbozinho e com Aleixo Gonçalves de Lima, a principal liderança do norte, adversário dos Pachecos de Três Barras e inimigo jurado da *Lumber*. Aleixo era respeitado por ter destruído as barreiras fiscais paranaenses, que foram colocadas em 1909, entre Canoíhas e São Bento do Sul.

tamboreiro dos Pares de França, afirma que Venuto trouxe do Paraná uns 600 homens em armas para o reduto de Caraguatá. Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

¹⁰ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.* p. 148, informa que Venuto era proveniente da Bahia, mas de origem italiana. Rufino, sertanejo que viveu nos redutos e conheceu Venuto, informou a Duglas Monteiro que ele era negro, *Op. Cit.*, p. 239. João Ventura, que também conheceu Venuto, afirma que ele era moreno claro, entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

¹¹ Mesmo entre membros do grupo rebelde há forte polêmica sobre a participação de Venuto Baiano no movimento. Consta que Eusébio Ferreira dos Santos não queria a participação de Venuto em Taquaruçu, em dezembro de 1913. É nítido o aumento de importância de Venuto e seu piquete quando ascende a chefia de Elias de Moraes, em Caraguatá. Antônio Tavares, chefe rebelde da região de Canoíhas, considerava Venuto um bandido, que possuía um passado de colaboração com as forças do Paraná no vale do Timbó.

A situação política de Canoíhas era de tensão constante. Acumulavam-se os problemas provenientes da demora por uma solução definitiva da questão de limites com o Paraná, o que tornava freqüentes os conflitos de jurisdição, principalmente no vale do Timbó. A construção do ramal norte da estrada de ferro estava reproduzindo os problemas sociais como grilagem e usurpações, ocorridos anteriormente no vale do rio do Peixe. O início das operações da serraria da *Lumber*, em Três Barras, aumentou a especulação sobre terras e florestas na região. Na Vila de Canoíhas cresciam os problemas com a administração do novo Superintendente Municipal, o Major Thomás Vieira, homem de confiança do Cel. Albuquerque, de Curitiba, que utilizava o constante auxílio de seus capangas.

Após o combate de Caraguatá, há um grande crescimento do movimento sertanejo em direção ao planalto norte. A adesão de sitiantes expropriados e de turmeiros desempregados pela estrada de ferro - muitas vezes provenientes do mesmo grupo social - cresce vertiginosamente. O reduto de Caraguatá é dissolvido pelos sertanejos no final de março, quando uma epidemia de tifo passou a dizimar sua população. Formaram-se os redutos de Bom Sossego e Caçador Grande, além de inúmeras guardas e redutinhos nos vales do Timbó, Timbozinho, Tamanduá e na Serra da Esperança.

Os constantes ataques oficiais aos primeiros redutos estimularam o desejo dos sertanejos em radicalizar a luta. A partir deste momento é possível identificar uma significativa mudança na postura das lideranças sertanejas. A "monarquia cabocla" deixa de ser um projeto isolado apenas para os devotos e se converte, na prática, em um objetivo revolucionário para modificação de toda a sociedade.

Consta que em maio de 1914, o Capitão do exército Matos Costa enviou dois emissários ao reduto de Bom Sossego para saber das condições que os “fanáticos” exigiam para por fim a seu movimento. Elias de Moraes respondeu que “*os redutos se dispersariam depois de liquidados os Coronéis Arthur de Paula, Fabrício Vieira, Chiquinho de Albuquerque, Amazonas Marcondes, Afonso Camargo, Pedro Vieira, Pedro Ruivo, os irmãos Michinickovsk da estação Escada e outros, e ainda depois da restituição das vidas das mulheres e crianças mortas em Taquaruçu*”.¹² Sem dúvida, condições difíceis de serem satisfeitas. Segundo o depoimento dos irmãos Carlin à Vinhas de Queiroz: “*de uma altura em diante,[os sertanejos] não queriam terra; queriam ir ao Rio de Janeiro, derrubar o governo*”.¹³

A “Monarquia cabocla” não pode ser avaliada apenas como uma ação reativa aos desmandos promovidos pelos representantes da ordem vigente. Não se trata apenas de um movimento defensivo, vingador ou reativo de camponeses. Os “pelados” construíram um projeto de sociedade e defendiam que deveria ser aplicado em todo o Brasil. Tiveram a clara perspectiva de espaiá-lo pelo planalto serrano, tanto ao norte, expandindo-se ao Paraná; quanto ao sul, no rumo do planalto gaúcho.¹⁴

¹² Peixoto, Demerval, *Op. Cit.*, Vol. 1, p.156. Fabrício Vieira, proprietário da fazenda Chapéu do Sol, numa curva do Iguaçu, era ligado aos interesses do Paraná e desejava expandir-se por terras contestadas no vale do Timbó. O mesmo ocorria com o Coronel Arthur de Paula, proprietário da fazenda Santa Leocádia, na confluência entre os rios Paciência e Iguaçu. Albuquerque é o já citado Superintendente Municipal de Curitiba. Amazonas Marcondes era o Prefeito e homem mais rico de União da Vitória. Afonso Camargo era vice e, em 1914, assumiu a Presidência do Estado do Paraná, foi advogado da *Lumber*. Pedro Leão de Carvalho (Ruivo) era *vaqueano* que liderava piquetes de confiança do Major Vieira, Superintendente Municipal de Canoíhas. Os irmãos Michinickovski eram comerciantes na Estação de trem de Escada.

¹³ Vinhas de Queiroz, Maurício. *Op. Cit.* p. 163.

¹⁴ Entre agosto e setembro de 1914 os rebeldes ocuparam as localidades paranaenses de Vila Nova do Timbó, Papanduva e Itaiópolis, ameaçaram União da Vitória, Rio Negro e Três Barras. Em direção ao

Todo o território varado pelo monge São João Maria, os antigos caminhos de tropas de serra acima, seriam locais de natural expansão do movimento. O planalto gaúcho, o planalto catarinense, os campos de Palmas, os campos gerais do Paraná e até a região de Sorocaba, em São Paulo, eram parte de um mesmo “corredor cultural”, onde a linguagem da “Guerra Santa” e da defesa da “Santa Religião” não seriam estranhas à população local. Porém, é necessário entender que a própria reelaboração mística, processada entre a morte de José Maria e o 2º Taquaruçu, criou algo efetivamente novo, novas instituições e novas rotinas de vida social, que nunca haviam sido praticadas no planalto. Os sertanejos do Contestado não estavam recorrendo a uma concepção de vida baseada em uma “economia moral”, procurando resgatar relações sociais tradicionais anteriores. A superação de vários preceitos de João Maria, principalmente de sua visão paternalista e hierarquizada de sociedade, e a reelaboração de outros, como a visão apocalíptica, anti-clerical e a crítica à ordem republicana, indicam que há algo novo na visão de monarquia baseada no “comunismo caboclo”.

Guarda especial semelhança com a guerra sertaneja do Contestado o conflito deflagrado em 1872, na região de Tandil, Província de Buenos Aires, Argentina. Sendo uma antiga região de fronteira agro-pecuária, muitos peões, sitiantes e agregados passaram a seguir um curandeiro, ou “Tatadiós”, chamado Solané que defendia antigas bandeiras federalistas e criticava a presença cada vez maior de

sul, após tomar a Vila de Curitiba, quando a coluna “fanática” operou na região de Lages, a Brigada Militar gaúcha enviou 492 soldados para guardar os passos do rio Pelotas, que divide Lages de Vacaria, no Rio Grande do Sul. *Relatório apresentado ao Governador em exercício, Gen. Salvador Aires Pinheiro Machado, pelo Secretário de Estado de Negócios Internos e Externos, Dr. Protásio Alves*. 08/09/1915, sie. 3-025, AHRGS.

imigrantes estrangeiros, principalmente comerciantes e especuladores, afirmando que o país estava dominado por maçons e políticos unitaristas. A “Santa Religião” defendida por Solané possuía alguns aspectos xenofóbicos, o que é compreensível no contexto do pampa na segunda metade do século XIX, mas representava, principalmente um canal de expressão do descontentamento de setores sociais marginalizados do processo de modernização capitalista. A rápida e violenta repressão ao movimento não ofereceu subsídios para avaliar integralmente o projeto rebelde.¹⁵

A ascensão de Chiquinho Alonso

Francisco Alonso de Souza era um posseiro do vale do rio Timbó, que corre para o norte, desaguando no Iguaçu. Sua família já havia participado dos combates ao lado de Demétrio Ramos, contra a presença paranaense no vale, representada pelos Coronéis Arthur de Paula e Fabrício Vieira. Alonso foi levado ao reduto de Caraguatá por Venuto Baiano, a quem seguia como comandante militar. Tudo indica que, por volta de junho de 1914, quando decaiu o poder de Maria Rosa, Chiquinho Alonso foi guindado ao comando geral por uma proclamação de Elias de Moraes.

Consta que Maria Rosa teria recebido a visita do Capitão Matos Costa, oficial do exército que comandou as forças federais na região entre maio e setembro de 1914, para iniciarem negociações de paz. Matos Costa, após o malogro da expedição do Gen. Mesquita, que conseguiu apenas tomar a guarda “fanática” de Santo Antônio

¹⁵ García, José Suárez. *Manuel Suárez. Martínez – Paladín del orden y gestor del progreso del Partido de Lobería, apuntes autobiográficos de 1845 a 1880*. Buenos Aires : Ex-libris, 1943, pp. 90 a 100. Macagno, Lorenzo. *Mesianismo y ruptura: el movimiento del “Tata Dios” Solané en Tandil – 1872*. Tese de conclusão de Curso de Antropología, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Buenos Aires. 1993.

em abril, desejava manter os redutários em paz e mediar sua dispersão.¹⁶ O Capitão Matos Costa ficou responsável por guarnecer a região de Canoínhas, Vila Nova do Timbó e União da Vitória para manter em funcionamento este ramal leste - oeste da estrada de ferro.

Este oficial declarou, em vários momentos, afirmações de simpatia e compreensão à causa rebelde, procurando envolver a liderança sertaneja numa negociação de pacificação.¹⁷ Matos Costa denunciava os desmandos e ilegalidades cometidos pelos Coronéis e entendia que a força federal tinha uma missão importante na região, o que favoreceria, de alguma maneira, as demandas dos rebeldes e criava dificuldades ao poder local dos Coronéis. Certamente, Matos Costa não queria ver a repetição de Canudos, onde participou no combate final de tomada da cidadela de Belo Monte, em 1897. Nesta oportunidade, Matos Costa era Alferes e foi louvado por *“bravura e sangue frio”* por colocar sua vida em risco e ajudar a *“extinguir a*

¹⁶ A expedição do General Mesquita é até hoje cercada de dúvidas quanto a seu malogro. O citado militar alega que sua expedição fracassou por problemas de falta de verbas e meios: Foram liberados 70 contos, mas só de fato recebidos 40 contos, o restante ficou de posse do Gen. Abreu, Inspetor da 11ª Região Militar, em Curitiba (que usou estas verbas para outros “assuntos importantes”); gastou 10 contos com 60 *vaqueanos* civis, embora houvesse solicitado 200 voluntários locais; Mesquita teve negada, pelo Ministro da Guerra, o emprego da 4ª Brigada Estratégica para que o combate aos sertanejos fosse “enérgico, pronto e profícuo”, além disso, Mesquita informa que a força federal não podia concentrar-se em suas funções uma vez que tinha que atender solicitações de proteção de “comerciantes exploradores” e da Estrada de Ferro, que beneficiava-se do conflito, buscando formas de indenização para danos que ela mesma tinha causado. “Apêndice ao relatório do General Carlos Frederico de Mesquita e cujo conteúdo deixou de figurar no referido relatório por motivos de ordem particular”. 28/05/1914. Correspondência de Autoridades Militares dirigida ao Presidente do Rio Grande do Sul. Maço 01, lata 203. AHRGS.

¹⁷ Consta que, disfarçado de comerciante amigo dos “fanáticos”, Matos Costa andou por todo o vale do Timbó e chegou até o reduto-mor de Bom Sossego. Depois desta viagem declarou que *“a revolta do Contestado é apenas uma insurreição de sertanejos espoliados nas suas terras, nos seus direitos, na sua segurança. A questão do Contestado se desfaz com um pouco de instrução e o suficiente de justiça, como um duplo produto que ela é da violência que revolta e da ignorância que não sabe outro meio de defender o seu direito”*. Peixoto, Demerval. *Op. Cit.* p. 98.

resistência dos jagunços” de Antônio Conselheiro, abrindo caminho na cidadela inimiga “*com bombas de dinamite*”¹⁸.

Elias de Moraes reprovou a atitude conciliadora de Maria Rosa e enviou um piquete xucro, comandado por Chiquinho Alonso, para perseguir o Capitão Matos Costa e o comerciante Nhozinho, que o guiou ao reduto. Chiquinho destruiu a casa de Nhozinho e plantou um grande cruzeiro na barra do rio Tamanduá. Como Maria Rosa tinha “perdido o aço”, Chiquinho foi aclamado comandante geral por Elias.

Junto com Chiquinho Alonso, aderiu à vida nos redutos um grupo numeroso de sitiante e posseiros dos vales dos rios Timbó, Timbozinho e Tamanduá. Alguns sertanejos passaram a chefiar piquetes próprios como o negro Olegário, um dos principais comandantes de briga até o combate de Butiá Verde, em meados de 1915, onde morreu em confronto com soldados. Olegário Rodrigues da Rosa ou José Olegário Ramos era um negro gaúcho, antigo “maragato”, que já havia lutado na Revolução Federalista entre 1893 e 95. Olegário possuía um piquete de cavalaria composto de 19 membros, que atuava na costa do rio Marombas e, no município de Lages, na Serra do Canoas e em São José do Cerrito, onde conseguia, com frequência, abastecimento de víveres e novos combatentes. Segundo João Ventura, Olegário levou mais de 800 pessoas para os redutos. Seu piquete de ataque foi dos mais ativos, tanto na arregimentação de novos adeptos ao movimento, como nos ataques às diferentes posições controladas pelos “peludos”.¹⁹

¹⁸ Ficha funcional do Capitão João Teixeira Mattos da Costa, elaborada pelo Tenente Coronel Fernando Lopes da Costa. AHEx., p. 6.

¹⁹ Informações sobre Olegário encontramos na entrevista de João Paes de Farias, em anexo e Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 188, onde é chamado de José Olegário Ramos. O nome completo de Olegário

Outro importante combatente que acompanhava Chiquinho Alonso era o negro Germano. Germano fez parte da irmandade dos "Pares", mas foi morto publicamente pelo comandante Adeodato, no reduto do Timbó, quando foi descoberto que era amante de Maria Firmina, esposa do último comandante.

Consta que foi neste período, entre maio e julho de 1914, que Nenê Alves (Francisco Alves de Assumpção Rocha, filho do velho Manoel Alves de Assumpção Rocha), aderiu à causa rebelde. Nenê Alves era um importante ponto de ligação entre as famílias de Perdizes que haviam aderido aos "Quadros Santos" e à oposição política oficial ao Coronel Albuquerque. Nenê Alves era vice-presidente do Conselho Municipal (equivalente a Câmara de Vereadores) de Curitiba e *"foi ele quem, com sua aderência aos fanáticos, arrastou, para o reduto, grande parte da população de Cabaças, uma extensa região desta Comarca, engrossando as fileiras dos fanáticos e aumentando-lhes, pelo mesmo fato, a audácia, ..."*²⁰

Erupção rebelde em Canoíhas

No planalto norte, a tensão social, agravada com a ação da *Brazil Railway* e da *Lumber*, precipitou forte conflito com a tentativa de derrubada do Superintendente Municipal, o Major Manoel Thomas Vieira, chefe local do Partido Republicano, homem de confiança do Cel. Albuquerque de Curitiba e do Governador Vidal Ramos. Em correspondência trocada entre o Capitão do Exército Matos Costa e o

Rodrigues da Rosa é citado no processo pelo incêndio de Curitiba, p. 150, APESC, processos judiciais, caixa 15.

²⁰ Recurso do Promotor Público ao Superior Tribunal de Justiça de Florianópolis, requerendo a anulação da sentença de absolvição de Nenê Alves. Processo-crime pelo incêndio de Curitiba, APESC, caixa 15, p. 233.

Governador, fica evidente que a proximidade das eleições municipais acelerou os conflitos em Canoínhas.

As aventuras do sertanejo Aguinaldo - um sitiante da região de Três Barras que, durante o conflito, integrou as forças do chefe rebelde Bonifácio Papudo - são reveladoras do estado de tensão social e de crise na região, os quais, às vezes, explodiam em conflitos iniciados a partir de dramas individuais. Aguinaldo não se conformava com o preço baixo pago pela serraria da *Lumber*, pelos pinheiros abatidos em suas terras:

“Queixou-se ao juiz em Canoínhas, mas ali lhe explicaram que era melhor procurar uma solução amigável; os americanos tinham dinheiro e bons advogados. No mesmo dia Aguinaldo obrigou um cabo da polícia a beber cachaça com pólvora no botequim de Maneco Preto. Depois galopou para Três Barras, bebeu mais e obrigou mais gente a beber. Por fim, entrou no escritório da companhia. Descarregou a winchester no pessoal. Matou um dos diretores, deixou ferido o caixa, de quem arrebatou uns 20 contos. Fez-se ao sertão. Tornou a atacar a serraria. Acompanhavam-no, agora, oito capangas armados até os dentes. Como troféu, carregou seis caixas de uísque. Disse a um dos americanos, quieto sob a ameaça de dois mosquetões de campanha, que já estava pelos gorgomilos de cachaça ruim. Agora, ia passar a beber pinga de inglês. Era só para cobrar os juros dos pinheiros que eles não tinham pago. Quando acabassem as seis caixas, iria buscar mais.”²¹

O conflito estourou na noite do dia 14/7/1914, quando várias forças rebeldes, comandadas por Papudo, Aleixo e Tavares, com mais de 250 combatentes, sitiaram Canoínhas, sem conseguir dominá-la. Os rebeldes conseguiram dominar uma posição do alto da Igreja, tiroteando dali o restante da Vila. Durante todo o ataque “*gritavam vivas à Monarquia, à Bandeira da Misericórdia e a José Maria*”.²² O Major Vieira

²¹ Este caso foi recolhido por Roberto Moreira e é relatado por Vinhas de Queiroz, Maurício. *Op. Cit.*, p. 201.

²² Parte de Combate - Ataque dos fanáticos à Vila de Canoínhas, 16/07/1914. AHEx.

serviu-se do pequeno contingente do Regimento de Segurança de Santa Catarina, uma unidade de soldados do 16º Batalhão de Infantaria do Exército e grande número de *vaqueanos* civis para resistir à investida, que continuou até o sol raiar.

Nos dias e meses seguintes, pelo menos até o final de dezembro de 1914, a Vila de Canoínhas viveu sob intenso fogo proveniente do oeste, dos sertanejos de Papudo; do sul, dos combatentes de Aleixo estacionados em Colônia Vieira e no Salseiro; e à leste, dos rebeldes entrincheirados na barra do rio Água Verde. Durante muitos meses as forças catarinenses, para dar reforço a Canoínhas, tinham que transitar por território paranaense.

O Major Vieira, chamado de “chimpanzé” por seus desafetos, contava com o apoio dos capangas do Cel. Albuquerque, de Curitiba, para controlar as eleições em Canoínhas. Além de Superintendente Municipal, Thomás Vieira foi também Deputado no Congresso Estadual. Vieira era negociante de erva-mate e acusado de apropriar-se, com o apoio do Estado, de ervais nativos, explorados por muitos anos pelos sertanejos, por considerá-los devolutos. Além disso, um profundo desgaste pessoal e político ocorre quando noticia-se que o Major Vieira era amante de sua afilhada de batismo, sua sobrinha, filha de seu irmão Virgulino Vieira, que, desgostoso, procurou desforra aderindo ao reduto rebelde.²³ O domínio político de certos chefes locais era tão despótico que “concedia” ao titular uma certa licenciosidade sexual. Isto não parece ser algo casual ou acidental. Com frequência esta “licenciosidade” entrava em confronto com valores de “honra” familiar e davam

²³ Telegrama do Major Matos Costa ao Governador de Santa Catarina. Canoínhas, 18/07/1914. APAT.

início a intensos conflitos políticos locais.²⁴ O conflito precipitado entre o Major Vieira e seus correligionários é semelhante à crise aberta em Curitiba entre o Coronel Albuquerque e a família Sampaio.

As principais lideranças rebeldes na região de Canoínhas foram Bonifácio Papudo, Antônio Tavares e Aleixo Gonçalves de Lima. É muito provável que todos eles tivessem sido visitados por Venuto Baiano e outras lideranças rebeldes, no primeiro semestre de 1914. Bonifácio José dos Santos era pequeno sitiante e portador de bócio, daí sua alcunha de "Papudo". Até julho de 1914, Papudo era Suplente de Delegado de Polícia em Canoínhas. Era homem de confiança de Vieira e reunia mais de 200 homens armados, na região do rio Paciência, para defender o município de incursões dos rebeldes e das constantes investidas paranaenses.²⁵ Consta que Aleixo e Tavares convenceram Papudo a aderir ao movimento rebelde que, em Canoínhas, significava pugnar-se pela queda do Major Vieira e pela defesa da aplicação da sentença de limites em favor do Estado de Santa Catarina.

Aleixo Gonçalves de Lima era Capitão da Guarda Nacional e, conforme tratamos no Capítulo 2, tinha uma antiga questão de terras com a família Pacheco, de Três Barras, e com a *Lumber*, que haviam registrado suas terras em cartórios paranaenses. Aleixo era veterano da campanha federalista e prestigiado pela

²⁴ No nordeste do Brasil, muitos conflitos políticos e muitas carreiras no cangaço tiveram início, também, como vinganças de honra familiar. Lewin, Linda. "The oligarchical limitations of social banditry in Brazil: The case of the 'good' thief Antonio Silvino" *Past and Present*, Oxford, n° 82, Feb. 1979, pp. 116 a 146.

²⁵ Bonifácio Papudo foi nomeado Suplente de Delegado de Polícia de Canoínhas em 23 de janeiro de 1914 e foi exonerado deste posto pelo Governador somente em 27 de julho de 1914, treze dias depois de realizar o primeiro ataque à Vila, junto com os demais rebeldes. Resoluções nrs. 11 e 155. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina em 1914*. Florianópolis: Gráfica d'O Dia, 1915.

população da região por ter atacado barreiras fiscais paranaenses na saliência entre Canoínhas e São Bento, em 1909. Suas forças, que chegaram a 300 homens em armas, operavam em Canoínhas, São Bento, Três Barras e Rio Negro. Porém, o reduto mais forte de Aleixo era a antiga Colônia Vieira, onde a maior parte das famílias dos seus combatentes se abrigavam.

Antônio Tavares de Souza Jr é uma das lideranças mais controvertidas do movimento. Nasceu na cidade portuária de São Francisco, em 1881, era membro do Partido Republicano, tinha participado da fundação do município de Canoínhas, onde era rábula, professor e suplente de promotor público. Em 1913, Tavares ocupava o cargo de Chefe Escolar em Canoínhas, nomeado pelo Governador do Estado, mas sofrendo pressões do Major Vieira para que fosse demitido.²⁶ Tavares possuía temperamento impetuoso, não quis subordinar-se aos ditames do Major Vieira, a quem acusava de falta de firmeza na defesa do município frente às freqüentes investidas de autoridades paranaenses, principalmente no vale do Timbó. Apesar das constantes desavenças com o Superintendente Municipal, Tavares só foi exonerado

²⁶ Olympio Nóbrega de Oliveira, um comerciante de Joinville, indicado pelo Senador Abdon Batista ao Governador Vidal Ramos para uma missão "reservada" no norte do Estado (possivelmente para atrair erva-mate paranaense e para avaliar situação política dos municípios da região contestada), em abril de 1913, informa que *"observei na melhor população de Santa Cruz de Canoínhas, inclusive o Superintendente e demais autoridades locais, grande desejo de que fosse dispensado o Chefe Escolar dali, Antônio Tavares, pessoa que não é absolutamente simpatizada pelo melhor elemento, em virtude de seu procedimento incorreto. Esta informação transmito a V. Exa. Atendendo ao pedido de diversas pessoas sensatas do lugar, inclusive o Superintendente Municipal."* Olympio não esclarece qual o "procedimento incorreto" praticado por Tavares, insinua que o Governador já tinha conhecimento destas questões. Ofício de Olympio Nóbrega de Oliveira para o Governador. 12/04/1913. Ofícios Diversos ao Secretário Geral dos Negócios do Estado. APESC.

de seu cargo de Chefe Escolar pelo Governador em 2/07/1914, doze dias antes da primeira investida dos rebeldes sobre a Vila de Canoíñas.²⁷

Tavares fixou seu reduto entre Itaiópolis e Papanduva, nas nascentes do rio Itajaí do Norte, no meio da saliência sob jurisdição provisória paranaense, que partia de Rio Negro e Três Barras em direção ao sul. Consta que em seu reduto, além dos “Vivas” à “Monarquia” e à “José Maria”, os sertanejos levavam uma fita de tecido onde estava escrito “Pelo cumprimento da Sentença de Limites!” Tavares insistia em colocar a questão de limites como essencial no programa rebelde, embora não fosse seguido no mesmo sentido por outros chefes, com a exceção de Aleixo Gonçalves de Lima e Alemãozinho.

Se há algum fundamento nas acusações do governo paranaense de que o movimento sertanejo seria um instrumento plantado por catarinenses para atrair a força federal e, assim, executar a antiga sentença de limites, isto se deve à estreita ligação que existia entre Tavares e o governo de Florianópolis antes e depois de sua participação no movimento.²⁸

Em meio à ofensiva rebelde de setembro de 1914, Tavares, quando já havia participado junto a outras forças rebeldes de vários ataques à Vila de Canoíñas, enviou um telegrama ao Governador Felipe Schmidt nestes termos:

²⁷ Resolução nº 137, de 2 de julho de 1914: Exonera Antônio Tavares do cargo de Chefe Escolar em Canoíñas e nomeia em substituição Virgílio Marcondes. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina em 1914*. Florianópolis: Oficina gráfica d'O Dia, 1915.

²⁸ O filho de Tavares declara que seu pai recebeu proteção do Governador Felipe Schmidt após a destruição de seu reduto. Entrevista com Ayhurê Tavares, em anexo. Consultando esta mesma documentação particular de Tavares, o professor Fernando Tokarski, de Canoíñas, também conclui pela aproximação de Tavares com o governo estadual durante o conflito, “O guerreiro culto do Contestado” em *A Notícia*, Joinville, 20/06/1999.

*“Comunicamos V. Excia. que cansados peso arbitrariedade Paraná zona ex-Contestada tiramos barreiras inconstitucionais postas Paraná. Se V. Excia. descara povo oprimido dez mil famílias que se acham campo procurarão defender sentença dada mais alto poder País conspurcada interesse alguns politiqueros Rio. Povo zona ex-Contestada não sujeita-se imposição Paraná prefere morte. Solicitamos V. Excia. interceder perante Presidente República execução justa sentença dada Tribunal. Devido nobreza caráter povo catarinense que se não sabe curvar prepotência gozo fazer-me responsável resultado. Viva a República ! Viva Santa Catarina!!! Antônio Tavares Júnior.”*²⁹

Tavares denomina a zona sob jurisdição provisória paranaense de “ex-Contestada” por entender que desde a primeira sentença do Supremo Tribunal Federal, em 1904, esta região é território catarinense. Sua linguagem rebelde não consegue esconder o forte vínculo institucional e legal que anima sua iniciativa de retirar “barreiras inconstitucionais” paranaenses. A rebelião se legitimava legalmente por ser um movimento favorável ao cumprimento da sentença de limites expedida pelo STF. No final deste ano, quando Tavares troca correspondência com o Major Taurino de Resende para negociar sua rendição, o líder rebelde insiste no cumprimento da sentença de limites e num projeto de lei de anistia aos rebeldes.³⁰ A proclamação final do telegrama, “Viva a República”, só aparece neste telegrama ao Governador, uma vez que nas *formas* dentro do reduto de Tavares os sertanejos, além de apoiar o cumprimento da sentença, davam “vivas” a “São Sebastião”, a “Monarquia” e a “São João Maria.”³¹

Chama a atenção o fato das lideranças do norte não terem passado pelo processo de reelaboração mística do grupo original de Taquaruçu-Perdizes. Mesmo

²⁹ Cópia de telegrama de Antônio Tavares para o Governador Felipe Schmidt, 15/09/1914, APAT.

³⁰ Cartas de Antônio Tavares ao Major Atalíbio Taurino de Resende, APAT.

assim, seria um exagero atribuir sua adesão ao movimento rebelde como ato de puro oportunismo político. Embora as motivações para a adesão ao conflito tenham especificidades locais, o centro da luta apontava para um questionamento profundo ao poder dos Coronéis ligados ao Partido Republicano. A idéia da “Guerra Santa” unificava os descontentes de Canoínhas, Curitibaos, Campos Novos e Lages. Isto facilitou, sem dúvida, o processo de adoção da linguagem de Taquaruçu pelas lideranças do norte .

Algumas situações aparentemente bizarras ocorreram por conta desta adoção da linguagem de Taquaruçu. No reduto de Tavares não existiam praticamente famílias, não era um “Quadro Santo” como no 2º Taquaruçu, em Caraguatá ou, depois, em Santa Maria. Tavares chefiava um acampamento composto basicamente por homens disponíveis para a luta, eram poucas as crianças ou mulheres.³² As *formas* aconteciam com objetivo mais nitidamente militar.

Bonifácio Papudo, que reunia seus combatentes no rio Paciência, aí sim, com muitas famílias sertanejas, recorria a uma imigrante polonesa, uma jovem que não morava no reduto, para que ela redigisse as preces que seus combatentes carregavam em patuás amarrados ao pescoço. Papudo não dispunha de “intelectuais” em seu reduto.³³

É importante observar, no entanto, que as atitudes de Tavares e Papudo, ao mimetizar o modelo de Taquaruçu, podem ser entendidas não como um lance de

³¹ Algumas informações sobre o que ocorria dentro do reduto de Tavares estão nos Autos de Perguntas a Antônio Gaspar de Miranda, Manoel Nunes de Lima, Albino Lourenço Gomes e Manoel Lourenço Gomes, Rio Negro, 05/02/1915. Caixa 5532, AHEx.

³² Entrevista com Ayhurê Tavares, em anexo.

³³ Entrevista com Gilberto Kopeki, em anexo.

oportunismo político, mas como concessões às demandas das pessoas que compunham seus respectivos acampamentos.³⁴ Não é razoável supor que estes chefes tinham poderes totais sobre as pessoas que os acompanhavam. Suas lideranças tinham de ser legitimadas com a aproximação dos anseios e das representações dos sertanejos. A causa da “Guerra Santa” havia se transformado em uma bandeira dos pobres do planalto.

Tavares revela, em anotações sobre a guerra que deixou para sua família, em cadernetas, que “o Paraná acossava os pobres caboclos do ex-contestado e muitos dirigiam-se a mim para que tomasse providência frente aos governos”³⁵ Embora fosse republicano, Tavares adere a linguagem geral do movimento rebelde, inclusive ao *monarquismo caboclo*, para levar adiante seu principal objetivo, de aproveitar esta luta para lutar pelo cumprimento da sentença de limites interestaduais.

No entanto, é importante ressaltar que a linguagem geral da “Guerra Santa” certamente teve diferentes significados, resultado de diferentes apropriações nas distintas regiões do planalto, ou em diferentes setores sociais envolvidos. Para os habitantes de Taquaruçu e Perdizes, locais de origem do movimento, a rebelião foi o caminho trilhado após a violência que os Coronéis e o governo como um todo haviam praticado contra o monge José Maria. Para os sitiantes e posseiros dos vales do

³⁴ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 186, aponta a atitude do republicano Tavares como “oportunista”. Porém, fica difícil entender este “oportunismo” num sujeito que abandonou todos os seus bens na Vila de Canoínhas e colocou sua própria vida em risco para entrar na luta. Sem dúvida Tavares tinha ligações diretas com o governo do Estado que, inclusive, foram fundamentais para sua sobrevivência após a destruição de seu reduto, mas não há como considerar razoável que sua atitude de adesão ao movimento rebelde fosse uma medida planejada pelo governo do Estado. A situação de cerco de Canoínhas era crítica e o governo catarinense sentia-se na obrigação de provar que tinha condições de exercer domínio sobre a região contestada sob sua jurisdição. O republicano Tavares agiu por conta própria.

Timbó, Tamanduá e Paciência, era um meio para combater a presença cada vez mais agressiva dos Coronéis Fabrício Vieira e Artur de Paula, que desejavam estender suas propriedades e sua influência política sobre estas regiões. Para as oposições políticas formais aos chefes municipais de Curitiba e Canoínhas, significava uma oportunidade ímpar de minar o poder do Coronel Albuquerque e do Major Vieira. Para os antigos *maragatos* de todo o planalto, a “Guerra Santa” significava a volta à ativa e uma chance de desforra contra os *pica-paus*. A participação de Agustin Perez Saraiva, o “Castelhano”, que se declarava primo do falecido Gumerindo, acentuava este simbolismo.

Na esteira do crescimento do movimento rebelde pelo planalto norte, outras lideranças secundárias destacaram-se no cenário de luta. É o caso de Carneirinho, dos irmãos Ignacio e Gregório de Lima, dos irmãos Salvador e Ignacio Vieira, de Manoel Alves, Chico Salvador, Antônio Gaspar de Miranda e de Henrique Wolland, o Alemãozinho. Estes líderes chefiaram piquetes de ataque à Canoínhas e pequenas guardas em pontos estratégicos na região de Canoínhas, Três Barras, Itaiópolis, Papanduva e Rio Negro. Carneirinho era um antigo sargento do exército e pequeno lavrador do interior de Canoínhas, era homem de confiança de Papudo e chefiava a guarda do Palmital e o reduto de Piedade, que se localizava entre a Vila de Canoínhas e o reduto de Papudo, no baixo vale do rio Paciência.³⁵ Os irmãos Ignacio e Gregório de Lima atuavam pelo interior de Canoínhas, chefiavam o reduto de Pinheiros e possuíam guardas no Timbozinho e no Tamanduá, foram levados ao movimento por

³⁵ Texto s/Título sobre a Guerra do Contestado, p. 5. APAT.

³⁶ Peixoto, Demerval. *Campanha do Contestado ... Op. Cit.*, Vol. 2, pp. 11 e 60.

Aleixo.³⁷ Segundo Peixoto, Salvador Vieira chefiava um “reduto de pretos”, no faxinal do Timbozinho e seu irmão Ignacio chefiava uma guarda no Taquarizal.³⁸ Manoel Alves era homem de confiança de Aleixo na Colônia Vieira.³⁹ Chico Salvador chefiava um reduto próximo a Papanduva, ficava entre as forças de Aleixo e Tavares. Antônio Gaspar de Miranda era homem de confiança de Tavares, comandou ataque à Vila paranaense de Papanduva.⁴⁰ Henrique Wolland, o Alemãozinho, apenas chefiou um piquete que ameaçou atacar a Vila de Rio Negro, mas ganhou notoriedade em janeiro de 1915, quando entregou-se às forças do exército e passou a colaborar com o governo como *vaqueano*.

Alemãozinho entregou ao general Setembrino de Carvalho dois documentos, que são emblematicamente muito citados pela historiografia: uma carta de “habilitação” de Alemãozinho como “comandante dos Pares de São Sebastião” assinada pela *virgem* Maria Rosa e outro documento, composto de regras de Alemãozinho para a atuação de seu piquete. A carta cuja autoria é atribuída a Maria Rosa é a seguinte:

“Abelito o sr. Henrique Wolland, de Comandante dos doze pares de São Sebastião da irmandade dele e tendes hordes para ir em Papanduva, Iracema, Lucena e Rio Negro, Campo Alegre município de Joinville e Blumenau para fazer guarda e trancar as estradas desses lugares para combater com os peludos onde encontrar quando tiver com percisão de gente combina com outros comandantes, pede auxílio também podendo resgatar de tudo quanto for preciso para a irmandade, principalmente almamento e colocar comandante onde axar necessários. Sendo voluntário tudo e que não abuzes as

³⁷ Auto de perguntas a Inocêncio Manoel de Mattos, 23/10/1914, caixa 5542, AHEx.

³⁸ Peixoto, Demerval. *Op. Cit.*, p. 60.

³⁹ Entrevista com Sebastião Costa, em anexo.

⁴⁰ Auto de perguntas a Antônio Gaspar Miranda e Manoel Lourenço Gomes, 05/02/1915, caixa 5532, AHEx.

hordes e tenha fé em Deus e São Sebastião e S. José Maria de Agostinho e S. José Maria que tudo é nada. Maria Rosa, virgem."⁴¹

O curioso, neste documento de "habilitação", é que não há qualquer outra fonte que registra o fato de Alemãozinho ter chefiado os "Pares de São Sebastião". Nenhum depoimento de pessoas que viveram nos redutos faz referência a este destaque da liderança de Alemãozinho. Não temos conhecimento da formação dos "Pares" em redutos do norte e, normalmente, a formação dos "Pares de São Sebastião" só ocorria no reduto-mor, o reduto que abrigava o "comando geral" (Taquaruçu, dez. 1913 a jan. 1914; Caraguatá, fev. a abr. de 1914; Bom Sossego; mai. a jul. de 1914; Caçador Grande, jul. a nov. 1914; Santa Maria, dez. de 1914 a abr. 1915; São Miguel, mai. a jul. de 1915; São Pedro, jul. a dez. de 1915).

Outra contradição evidente nas informações presentes no documento de "habilitação" é que o período de atuação de Alemãozinho ocorreu quando Chiquinho Alonso já era Comandante Geral dos redutos. A liderança da *virgem* Maria Rosa declinou em Bom Sossego, logo após a evacuação de Caraguatá, em abril de 1914.

Não consta, igualmente, qualquer outra informação de que Maria Rosa escrevesse nomeações e habilitações, ou que sequer fosse alfabetizada. Serviram, em diferentes locais e momentos, como "escrivães" dos redutos, Elias de Moraes (em Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria, São Miguel e São Pedro) e Conrado Grobbe (em sua guarda e no reduto de Pedra Branca). Chiquinho Alonso costumava enviar

⁴¹ Esta carta de "habilitação" de Alemãozinho está no livro publicado pelo Tenente José Octaviano Pinto Soares, *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro: Papelaria Velho, 1931, pp. 121 e 122. José Octaviano serviu durante a guerra no 16º Batalhão de Infantaria do Exército, sendo subordinado ao Capitão Matos Costa.

piquetes de ataque com ordens escritas de seu punho.⁴² No Arquivo Histórico do Exército há bilhetes de salvo-conduto assinados por Domingos Crespo, por ordem de Adeodato. Porém, nenhum documento de Maria Rosa foi encontrado.

Alemãozinho também parece ser um indivíduo sem muito enraizamento na região onde atuou, como afirma Sebastião Costa “...era mais um dos que apareceram só na época da guerra”⁴³. No auto de perguntas a Francisco Hieck, em Rio Negro, o depoente afirmou que foi convidado por Alemãozinho para lutar pela “Monarquia”, pela “Religião” e pela “execução da sentença de limites”. Afirmou ainda que Alemãozinho tinha uma “virgem” no acampamento. Considero que há fortes indícios de que o documento acima descrito, de “habilitação”, seja falso. Talvez Alemãozinho desejasse dar especial importância a sua rendição, apresentando aos militares credenciais que o transformavam num prisioneiro especial, como de fato foi tratado.⁴⁴

No caso de Aleixo Gonçalves de Lima parece que sua adesão à linguagem rebelde não foi algo superficial, mas uma verdadeira conversão à “Santa Religião”. O antigo *maragato*, Capitão da Guarda Nacional e opositor da presença paranaense e da *Lumber* no planalto norte, acompanhou a aventura cabocla até o final, mesmo recebendo várias ofertas de rendição em separado.

Em janeiro de 1915, quando o governo iniciou forte ofensiva no planalto norte, várias lideranças renderam-se ao exército. Bonifácio Papudo, Carneirinho,

⁴² Os bilhetes de “fanáticos” encontram-se na correspondência do Tenente Coronel Estilac Leal, comandante da coluna sul, ao General Setembrino de Carvalho, caixa 5537, AHEx.

⁴³ Entrevista com Sebastião Costa, em anexo.

⁴⁴ Por muitos anos circulou a informação de que Henrique Wolland era marinheiro da armada imperial alemã que havia desertado da canhoneira *Panther* no porto de Itajaí, em 1904. Porém esta informação não se confirmou. Informações sobre a rendição de Alemãozinho encontramos em Stulzer, Aurélio. *A Guerra... Op. Cit.*, p. 69.

Alemãozinho e Ignacio de Lima apresentaram-se ao Tenente Coronel Onofre, comandante da coluna norte e ao General Setembrino de Carvalho. Como o reduto de Tavares, mais a leste, já tinha sido destruído pelas forças do governo, Aleixo deslocou seu acampamento mais para oeste, no Rio da Areia. Nesta nova localidade, Aleixo recebeu cartas de Alemãozinho e outros líderes que se renderam, eles apelavam para que ele fizesse o mesmo e divulgavam as garantias de vida propagadas pelo General Setembrino de Carvalho, que incluíam a distribuição de alimentos em fartura aos que se rendessem. Em 1915 a fome passa a rondar com maior frequência nos redutos. É interessante notar como Aleixo respondeu a estes apelos de rendição:

*“Acampamento de São Sebastião do rio da areia, 16 de janeiro de 1915. Sr. Joaquim Gonçalves – Vi a sua carta e a do Lucas Prates. O que tenho a responder é o seguinte que mosca cassa-se com assucar e não com vinagre, eu meos companheiro só podemo arrear as almas se Deos e São Sebastião e São João Maria nos abandonar, mais até agora sempre está com nós, só os peludos que São do satanaz e que jogão com pau de duas pontas mais com nós não seda, sem mais, sitiverem vontade falar comigo pode vir que eu não mato aningüém sei a ordem da guerra. Sou attº venerador. Aleixo Gonçalves de Lima”.*⁴⁵

Ao recusar a oferta de rendição, Aleixo alerta para a armadilha montada pelo governo e afirma que continua disposto a lutar enquanto não fosse abandonado por Deus, São Sebastião e São João Maria, as divindades chave no discurso da “Guerra Santa”. Lucas Prates, citado na correspondência, era amigo de Aleixo e juiz distrital

⁴⁵ Carvalho, Fernando Setembrino. *Relatório ... Op. Cit.* anexo 22.

em Papanduva.⁴⁶ Respondendo a Alemãozinho, que além de render-se passou a trabalhar como *vaqueano* para as forças do exército, Aleixo é mais agressivo:

*"Acampamento de São Sebastião do Rio da Areia, 16 de janeiro de 1915. Senhor Henrique Vollandt – Eu acredito muito no que o Sr. diz mais porco para se matar primeiro trata-se bem para de pois se matar dace milho e lavage e de pois de gordo mata se e conheço tudo isso e graças a Deos por cá tem muito que comer. Sou seo a deverçario em todo o territorio. Aleixo Gonçalves de Lima."*⁴⁷

A ofensiva rebelde generalizada

O ataque à Vila de Canoínhas, em 14 de julho de 1914, sinalizou o início de uma grande ofensiva rebelde. Os redutários passaram a multiplicar os piquetes xucros de ataque, a intensificar os convites para que toda a população do planalto se dirigisse aos redutos e a iniciar a agregação compulsória de novos *irmãos*. Os alvos dos ataques eram os principais núcleos "peludos" do planalto: As Vilas de Canoínhas, Itaiópolis, Papanduva, Vila Nova do Timbó e Curitibanos; as estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, as serrarias da *Brazil Lumber and Colonization* e, no ápice do processo, a tentativa de tomada da cidade de Lages, principal núcleo do poder dos Coronéis em Santa Catarina.

Os piquetes xucros eram pequenas formações de cavalaria que possuíam grande mobilidade, variavam seu contingente de 20 a 70 membros, e passaram a atacar fazendas e pequenos povoados. Os piquetes eram identificados a distância devido à indumentária de seus componentes: portavam chapéus de aba larga com

⁴⁶ Divisão Administrativa e cargos municipais no Paraná em 1913. Relatório ao Presidente Francisco Xavier da Silva apresentado pelo Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública. Curitiba: s/ed., 1912. DEAP.

⁴⁷ Idem.

longas fitas brancas e bandeiras brancas com cruzeiros verdes no centro. Normalmente, estavam armados com carabinas *winchester*, as preferidas pelos sertanejos do planalto. Muitos possuíam também os fuzis *mauser*, armamento mais moderno tomado de cargueiros do exército ou adquiridos de cidades mais distantes. Mas a preferência dos piquetes, no confronto com as forças “peludas”, era o entrevero, a luta corporal com facões.⁴⁸ Os piquetes eram os principais responsáveis pelo abastecimento constante dos redutos, com gado arrebanhado e gêneros alimentícios, já que as roças dos redutos não eram suficientes para sustentar o rápido acréscimo de suas populações.

Os piquetes passaram a convocar toda a população do planalto a dirigir-se aos redutos e guardas. Muitas famílias seguiam voluntariamente esta convocação, outras tantas seguiram compulsoriamente os “pelados”. É possível identificar que, pelo menos até meados de 1914, havia um grande trânsito, um entra e sai espontâneo dos simpatizantes nos redutos, sendo que boa parte da população que apoiava o grupo rebelde ainda não residia nos redutos.⁴⁹ É difícil estabelecer uma proporção aproximada do número dos indivíduos e famílias que foram compulsoriamente ou voluntariamente para os redutos. Um “convite” dos comandantes rebeldes equivalia a uma ordem.⁵⁰ Graciliano Alves dos Santos relata o ocorrido com vizinhos e sua família:

⁴⁸ As carabinas *winchester* eram utilizadas com munição que podia ser feita no reduto. Os fuzis *mauser* tinham a vantagem de possuir baionetas para a luta corporal e um tiro a distância com maior precisão, mas para seu bom funcionamento tinham que estar livres de poeira e umidade, o que nem sempre era possível nas condições de combate no planalto.

⁴⁹ Informações sobre o entra e sai nos redutos, em meados de 1914, encontramos no processo de apelação criminal nº 1121 apelante: Olímpio Simão, 1916. APTJSC.

⁵⁰ Entrevista com Antônio França Pinto, em anexo.

"... muitos foram [para os redutos] porque acreditaram no fanatismo. Esses iam por si, não precisavam prender, outros iam presos, a força. (...) Eu tinha 5 anos, mas já sabia o que era sofrer. O meu pai tinha uns cargueirinhos [mulas] e os jagunços prenderam para levar para os redutos, usaram os cargueiros para carregar de milho, feijão e tudo o mais de comer e beber para os redutos. O finado meu pai tinha um terreninho, com uma casinha e foi obrigado a largar tudo para acompanhar os jagunços. Ai fomos para Caçador e Santa Maria, tive em muitos acampamentos, lembro das dificuldades ...".⁵¹

O crescimento populacional dos redutos, além de significar, mesmo que compulsoriamente, um apoio à causa rebelde, tinha como medida útil afastar amplos setores da população da arregimentação das forças oficiais que, em grande medida, também era compulsória.⁵² Estabeleceu-se uma espécie de corrida de "pelados" e "peludos" em disputa da maioria da população local. Entre os sertanejos que seguiram voluntariamente para os "Quadros Santos", muitos não eram devotos de José Maria, mas haviam sido convencidos a aderir por diferentes motivos. Segundo Lica, morador de Taquaruçu que viveu nos redutos quando criança, os rebeldes *"tinham uma conversa que funcionava para chamar mais pessoas"*.⁵³

As Vilas de Itaiópolis e Papanduva, espécies de praças avançadas paranaenses, foram tomadas pelos rebeldes de 27 de agosto.⁵⁴ A população destas Vilas assistiu a tudo sem resistir, dois negociantes foram executados pelos rebeldes. Boa parte de sua população, composta de imigrantes poloneses e ucranianos, que não conseguiu fugir para Rio Negro, foi arregimentada para os redutos de Tavares e

⁵¹ É importante considerar que, em quase todos os Autos de Perguntas realizados por oficiais do exército, os redutários aprisionados declararam que haviam sido levados à força para os redutos, inclusive o último chefe Adeodato. Entrevista com Graciliano Alves dos Santos, em anexo.

⁵² As condições de arregimentação e sobrevivência dos *vaqueanos* encontramos na entrevista com Firmino Martim, em anexo.

⁵³ Entrevista com João Maria Palhano (Lica), em anexo.

⁵⁴ Itaiópolis foi recapturada pelas forças do Paraná em 3 de setembro. Carvalho, F. S. *Relatório... Op. Cit.*, p. 24. Ofício do Juiz Gil Costa ao Presidente do Paraná, 08/10/1914, código 1542, DEAP.

Aleixo. A maioria das estações de trem do ramal União da Vitória – Canoínhas foi tomada pelos sertanejos de Papudo e Inácio de Lima. Em 29 de agosto de 1914 demitia-se o Secretário Geral do Estado de Santa Catarina, Gustavo Lebon Régis.⁵⁵

A partir de agosto de 1914, Chiquinho Alonso transforma o reduto de Caçador Grande, nas margens do rio de mesmo nome, em reduto-mor dos rebeldes e parte dali em expedição de ataque às estações da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Nos dias 5 e 6 de setembro são atacadas as estações de Calmon e São João dos Pobres. Este ataque ficou marcado na memória local pela violência inédita empregada. Consta que o ataque a Calmon foi chefiado por Chiquinho Alonso e o ataque a São João, por Venuto Baiano.⁵⁶ Todos os homens adultos encontrados foram mortos, os sertanejos tinham instruções precisas de não atacar mulheres e crianças, mas as duas pequenas povoações que abrigavam as estações de trem foram incendiadas. Em Calmon, além das instalações da Estrada de Ferro e das casas comerciais, a serraria da *Brazil Lumber and Colonization* foi transformada em cinzas.

Na estação São João, na porta da casa de negócios do comerciante Schinna, os rebeldes deixaram uma inscrição protestando contra as violências praticadas pelo governo e exigindo terras para os brasileiros.⁵⁷ O Capitão do exército Matos Costa, que encontrava-se em Vila Nova do Timbó no dia do ataque a Calmon, foi morto no dia 6 no caminho da estação de São João, quando procurava fazer, com um pequeno

⁵⁵ Resolução nº 177, de 29 de Agosto de 1914, exonera, a pedido, o Dr. Gustavo Lebon Régis do cargo de Secretário Geral dos Negócios do Estado de Santa Catarina. *Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina em 1914*. Florianópolis: Tip. D'O Dia, 1915.

⁵⁶ Stulzer, Aurélio. *A Guerra dos fanáticos ... Op. Cit.*, p. 76.

⁵⁷ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 191.

contingente do 16º Batalhão de Infantaria, o reconhecimento das estações atacadas.⁵⁸

João Maria de Paula, morador do atual município de Matos Costa dá um relato detalhado do ataque:

"Vieram 300 fanáticos atacar São João, um grupo veio por uma antiga estrada de tropas, outro grupo entrou ali pelo cemitério. Quando chegaram [os rebeldes] aqui em Matos Costa [na época São João dos Pobres], minha mãe morava a um quilômetro daqui, foi pra casa dum tio meu Joaquim Gabriel que morava perto, numa fazendola. Ele era um daqueles homens do tempo antigo que só acreditava vendo as coisas. Ele disse: Eu não saio de casa, não matei, não roubei, não acredito que esse pessoal chegue matando. Ai minha mãe disse: Não, eles vem matando mesmo, por onde passam, vem matando! Ele [o tio Joaquim Gabriel] tinha um filho chamado Tertuliano, com uns 14 anos, o outro José, que eles mataram, tinha 17 anos. Tertuliano avisou ao tio que a mangueira que tinha na entrada da casa estava cheia de jagunços. O velho saiu como quem fosse receber uma visita, no que abriu a porta da sala já ia saindo dois com facão, cortaram a cabeça dele ali mesmo, o rapazinho que vinha acompanhando o pai, José, chegou a gritar : Não matem o meu pai ! Mas eles sentaram os facões na cabeça do rapazinho que ficou amontoado ao lado do pai. Daí entraram pra dentro da casa campeando pra ver se tinha mais gente. Eles tinham um acampamento aqui perto do rio Cará, perto de Caçador. (...) E ai quando mataram o meu tio chegaram aqui em São João e mataram o velho Schinna que tinha um hotel aqui, mataram o guarda-chave e o agente da estrada de ferro. Teve um agente da estrada, o Araújo, que escapou e foi parar no Porto [Porto União da Vitória], daí ele avisou ao Porto que aqui estava tomado de jagunço. O Capitão Matos Costa, que exercia lá a chefia dum grupo de soldados, pegou uns 60 praças, sacos de areia, metralhadora, munição e veio com a maria fumaça pra cá, fazendo muito barulho. O agente Araújo ainda tentou avisar : Capitão não vá lá com pouca gente que o senhor vai perecer! Mas o Capitão respondeu : Que nada, isso é mais boato do povo ! E veio, quando chegou perto de uma caixa d'água a mais ou menos 1 Km, ele mandou o trem parar. Ali desceu uns 30 soldados com fuzil, pelo lado direito da linha, Matos Costa seguiu a pé pelo leito da linha com os outros 30 praças e os jagunços, que estavam escondidos no mato só cuidando o movimento, atacaram o grupo de soldados. O maquinista do trem deu marcha-ré e só foi parar no Porto com uns poucos soldados. O Capitão Matos Costa correu prum banhado que tinha aqui perto e foi morto pelos fanáticos, ele e mais dois sargentos."⁵⁹

⁵⁸ Inquérito policial-militar para a investigação da morte do Capitão Matos Costa. 1914, caixa 5532, AHEX.

Esta ofensiva repercutiu profundamente na região. As linhas regulares que transitavam na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande foram suspensas. O pânico tomou conta de vastas regiões, mesmo as mais distantes dos acontecimentos, como São Mateus do Sul, no Paraná e Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Se fosse objetivo dos rebeldes a tomada de Porto União da Vitória, isto poderia ser feito neste momento sem maiores dificuldades.⁶⁰ As forças do exército e os *vaqueanos* civis estavam dispersos, e em pequeno número, por Vila Nova do Timbó, Canoíñas e Rio Negro. Porém, a morte do Capitão Matos Costa e a violência inédita do ataque desferido sobre São João dos Pobres instalou uma rápida crise entre os rebeldes. Chiquinho Alonso havia comandado o ataque à estação de Calmon, com o claro propósito de atingir a *Brazil Railway* e a serraria da *Lumber*. Venuto Baiano comandou o ataque a São João dos Pobres e, pela violência do ataque e também pela morte do Capitão Matos Costa, que era bem visto por muitos rebeldes, passou a ser alvo de desconfiança.

As informações sobre a desgraça de Venuto são múltiplas e contraditórias, alguns afirmam que no ataque a São João, pelo fato de Venuto ter matado alguns *piás* (meninos ou adolescentes), ele teria infringido uma rígida recomendação de

⁵⁹ Entrevista com João Maria de Paula, em anexo.

⁶⁰ Após o ataque às estações de São João e Calmon, o pânico tomou conta dos moradores e trabalhadores de outras estações mais distantes da estrada de ferro. Em Herval, estação a mais de 100 km ao sul de Calmon, o Delegado de Campos Novos informou sobre um “alegado assalto” a esta estação, onde um negociante espanhol procurava indenização do governo, por seus prejuízos: “*Juan Canario, súdito espanhol e morador de Ponta Grossa, tem em companhia de uma negra de nome Joaquina, uma pequena casa de negócio, na Estação do Herval, dirigida pela negra já mencionada. Quando deram-se os fatos tristes da queima de Calmon, São João, etc., o povo morador das diversas estações, fugiu de medo, abandonando tudo, levado pelo pavor, embora sem fundamento algum, para um perigo iminente; claro que abandonando uma Vila, os amigos do alheio aproveitaram a boa ocasião, e é o que se deu com o negócio de Joaquim como com os outros, também se deu, e ninguém*”

Chiquinho Alonso, e de todos os comandantes rebeldes até então, de não matar crianças.⁶¹ Outra informação é que Venuto teria se embriagado na venda do comerciante Schinna e roubado seu dinheiro.⁶² Uma versão, mais conspirativa, dá conta que Venuto praticava uma espécie de jogo duplo, tendo matado o Capitão Matos Costa a mando do Coronel Fabrício Vieira, o chefe *vaqueano* que estava sendo denunciado pelo Capitão ao governo federal por derramar dinheiro falso pela região e por perpetrar grilagem e demais atos de usurpação contra os sertanejos.⁶³

É muito provável que tenha havido alguma disputa pela liderança, uma vez que o comandante geral Alonso, antes de assumir este posto, era apenas um membro do piquete chefiado por Venuto. O fato conhecido é que logo após da morte de Matos Costa, Alonso ordenou a todos os piquetes rebeldes que se recolhessem ao redutório de Caçador Grande. No caminho de retorno, Venuto foi executado por quatro sertanejos.

pode asseverar que foi este ou aquele quem esteve praticando os roubos." Ofício nº 190, do Chefe de Polícia ao Secretário Geral de Negócios do Estado, 27/02/1915. Ofícios para o SGNE, APESC.

⁶¹ Esta informação foi prestada por Porfírio Alonso, irmão do Chefe Chiquinho, à Maurício Vinhas de Queiroz. *Op. Cit.*, p. 196. Nas entrevistas de Dário Carneiro e João Maria de Paula, em anexo, também há relatos sobre a execução de crianças nas estações de Calmon e São João.

⁶² Os rebeldes mantinham uma conduta muito rigorosa a respeito de famílias e dinheiro. Chico Camargo, líder rebelde que chefiou um piquete de ataque fracassado à fazenda Corisco, de João Brabo (João Goeten Sobrinho) carregava em seu bolso uma "ordem de ataque", escrita pelo comandante geral, nestes termos: "*Eu vos dou ordens e Deus, S. João e José Maria vos darão o poder e força para ir um piquete de 15 homens à casa de João Goeten e se houver peludos terão de brigar e esbodegar todos eles. É preciso trazer tudo que encontrar na casa, menos dinheiro e respeitar as famílias, convidar os homens que estiverem fora a nos acompanhar. Quem for peludo terá que morrer sem perdão. As casas devem ser queimadas, ficando uma para acomodar as famílias. Quem for de geração doente não venha. Tragam alimento e criação. Francisco Alonso de Souza.*" Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.* p. 223.

⁶³ É pouco provável que Venuto tenha trabalhado de forma disfarçada para o Coronel Fabrício Vieira, mas há indícios de tentativas do chefe *vaqueano* neste sentido. Demerval Peixoto informa que, ainda antes do início da grande ofensiva rebelde, o Cel. Fabrício Vieira tentou negociar com Elias de Moraes a morte do Capitão Matos Costa, inclusive o *vaqueano* Francisco Vechi (chamado de Chico do Fabrício) foi visto no reduto de Tamanduá. Peixoto, Demerval. *Op. Cit.*, Vol. 1, p. 152.

A crise que levou à execução de Venuto não chegou a paralisar a ofensiva “pelada”. Mesmo perto das Vilas que ainda não tinham sido tomadas pelos rebeldes, as estradas (ou picadas de mulas) se encontravam, quase todas sob seu domínio. Franco-atiradores rebeldes, chamados de “clavineiros”, escondidos em copas de árvores altas, infringiam constantes baixas às forças legais.

Além das queixas dos chefes municipais e demais autoridades locais, reclamando dos governos estaduais e federal uma ação mais eficaz contra os rebeldes, os representantes dos interesses estrangeiros também pressionaram. Bishop, o diretor do escritório da *Lumber* de Três Barras, onde se encontrava a maior serraria desta empresa, enviou um telegrama ao governo federal reclamando que “*está em abandono a zona infestada pelos fanáticos, havendo falta de garantias individuais e para as propriedades*”⁶⁴.

A forte repercussão causada por estes ataques iniciais levou aos governos do Paraná e Santa Catarina, em conjunto, a solicitar a intervenção federal de acordo com o art. 6º da Constituição da República. Deixavam assim, provisoriamente, de lado seus fortes conflitos por limites para dar conta de um tipo de movimento que passava a surpreender.⁶⁵

Por conta do forte impacto político causado pela ofensiva rebelde, o governo federal nomeou, em 26 de agosto de 1914, o Gen. Fernando Setembrino de Carvalho para chefiar a 11ª Região Militar, em Curitiba, substituindo o Gen. Abreu.

⁶⁴ Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 190.

⁶⁵ Embora houvesse vários indícios de formação da ofensiva rebelde antes do ataque a Canoíhas, os governos de Santa Catarina, do Paraná e as poucas unidades do exército presentes na região não imaginavam um recrudescimento do movimento sertanejo com esta força e abrangência geográfica. Carvalho, Fernando Setembrino. *Relatório Op. Cit.*, pp. 23 a 25

Setembrino havia se notabilizado no início deste ano, ainda como Coronel, na intervenção federal junto ao Ceará pela derrubada do governo de Franco Rabelo, dando apoio tácito ao movimento de Floro Bartolomeu e dos “sertanejos fanáticos” de Padre Cícero Romão Batista. Setembrino só chegou em Curitiba no dia 12 de setembro, quando já havia ocorrido o ataque às estações de Calmon e São João e a morte do Capitão Matos Costa.⁶⁶

Setembrino elaborou seu plano de combate com base nas experiências anteriores dos chefes militares na região. Sabia que não sufocaria a revolta em poucos combates. Já tinha conhecimento da grande mobilidade do grupo rebelde e ciência da situação crítica do momento em que assumia, ou seja, o movimento rebelde estava expandindo-se para uma vasta região limitada, ao norte, pelo rio Iguaçu e, ao sul, pelo rio Uruguai. Para dar um fim a expansão rebelde. Setembrino planejou um grande cerco, formado por quatro colunas, cerco que deveria restringir o movimento rebelde a uma área restrita, com isolamento dos principais centros comerciais. Desta maneira, para Setembrino *“era preciso, antes de tudo, quebrar-lhe a impetuosidade, lentamente, a fome; e não expor a tropa à influência desmoralizadora das emboscadas traiçoeiras...”*⁶⁷

Setembrino conseguiu, ainda no início de setembro de 1914, garantias do Ministro da Guerra, General Vespasiano de Albuquerque, do envio de tropas suficientes para alcançar um contingente de mais de 7.000 soldados do exército e

⁶⁶ Um decreto de julho de 1914, do Presidente Hermes da Fonseca, extinguiu as antigas Inspetoria Militares criando, em seu lugar as Regiões Militares. A XI Região Militar tinha jurisdição sobre Santa Catarina e o Paraná.

⁶⁷ Carvalho, F. S. *Relatório ... Op. Cit.*, p.39.

orçamento com folga. Desde cedo, o chefe das operações estabeleceu quatro linhas de contenção, as quais, mais tarde, foram convertidas em quatro colunas móveis ofensivas: ao norte, em Canoínhas; ao leste, em Rio Negro; ao oeste, em União da Vitória e ao sul, em Lages. Porém, os objetivos emergenciais de Setembrino eram a recuperação das Vilas ocupadas, o restabelecimento do trânsito na Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande e o reforço ao policiamento no oeste para evitar que os rebeldes se dirigissem novamente ao Irani e ganhassem outras regiões nos campos de Palmas, local onde mantinham amigos e familiares prontos para aderir ao movimento.⁶⁸

Além de medidas militares, Setembrino resolveu dirigir um apelo ao desarmamento e à rendição dos rebeldes, prometendo a garantia de vida aos que se apresentassem, mesmo armados, às forças do exército.⁶⁹ O apelo procurava, ao mesmo tempo, oferecer uma oportunidade de rendição com oferta de terras e, ao mesmo tempo, ameaçar os que resistissem ou ignorassem esta convocação, já que seriam tratados como “inimigos” e, portanto, sujeitos às “leis de guerra”. Parece que a última alternativa era a função primordial do “apelo”.

Setembrino e seus oficiais pareciam obcecados pela necessidade de definição, com clareza, dos “inimigos”. Não queriam submeter-se aos riscos das primeiras

⁶⁸ Idem, pp. 40 a 42.

⁶⁹ O apelo de Setembrino foi escrito nestes termos: “*APELO – Fazendo um apelo aos habitantes da zona conflagrada, que se acham em companhia dos fanáticos, eu os convido a que se retirem, mesmo armados, para os pontos onde houver forças, a cujos comandantes devem apresentar-se. Ai lhes são garantidos meios de subsistência, até que o governo do Paraná lhes dê terras, das quais se passarão títulos de propriedade. A contar, porém, desta data em diante, os que não fizerem espontaneamente e forem encontrados nos limites de operação da tropa, serão considerados como inimigos e assim tratados com todos os rigores das leis de guerra. Quartel General das Forças de Operações, 26 de setembro de 1914. General Setembrino de Carvalho.*”

expedições de Taquaruçu e Caraguatá, que foram guiadas pelo mato por alguns *vaqueanos* improvisados e suspeitos, e dirigiram parte das forças oficiais à emboscadas. Os acampamentos militares viviam freqüentados por pequenos tropeiros e caixeiros de casas comerciais da região que, suspeitava-se, estavam *bombeando* (espionando) para os rebeldes. Logo, toda a população do planalto passou a ser considerada “inimiga”.

Na prática, porém, o “apelo” de Setembrino não chegou a surtir qualquer impacto, pois no mesmo dia 26 de setembro um grande piquete, avaliado entre 250 a 300 rebeldes, ocupou e iniciou o incêndio da Vila de Curitibanos. Os atacantes provinham do reduto-mor de Caçador Grande e do reduto reativado de Taquaruçu (o terceiro). Comandavam os sertanejos um conjunto de líderes que uniam os diferentes segmentos que tinham aderido inicialmente à vida nos redutos por devoção (Chico Ventura, os filhos de Praxedes Gomes Damasceno), antigos federalistas (Castelhano e o negro Olegário) e os inimigos políticos locais do Coronel Albuquerque (os irmãos Sampaio, Paulino Pereira e Cyrino Chato). O comando maior de toda operação estava com Chico Ventura.⁷⁰ Há mais de uma semana corria a notícia de que Curitibanos, a cidadela “peluda” dirigida a mão de ferro pelo Coronel Albuquerque, seria alvo de

⁷⁰ O sertanejo Benedito Chato (filho de Cyrino Chato) que participou do assalto a Curitibanos, em depoimento a Duglas Monteiro, *Op. Cit.*, p. 236, afirma que o comando dos invasores era de Castelhano. No entanto, nos autos do processo do incêndio várias testemunhas afirmam que era Chico Ventura quem decidia quais as casas que seriam queimadas. Foram apontados como réus pelo incêndio de Curitibanos: Francisco Paes de Farias (Chico Ventura), Paulino Pereira da Silva, Honório Alves Sampaio, Gregório Alves Sampaio, João Maria Sampaio, Marcos Alves Sampaio, Cyrino Pedro de Oliveira (Cyrino Chato), José de Assumpção Rocha, Francisco Gomes Damasceno, Joaquim Gomes Damasceno, Sypriano Gomes Damasceno, Guilherme Weber Paes de Farias (filho de Chico Ventura), José Rosa (Juca Rosa), Júlio Alves Ribeiro, Francisco Alves Ribeiro, Francisco Alves de Assumpção Rocha, José Fonseca, Pedro de Oliveira, Lucidário de Tal (vulgo Lúcio Chato), negro Olegário e Domingos de Oliveira. Sumário de crime por sedição, dano à propriedade pública e etc. Processos

ataque rebelde. Por conta disso, boa parte de sua população havia abandonado a Vila e até mesmo, várias fazendas nas proximidades. Muitos curitibanenses retiraram-se, com famílias e pertences, para o vale do Itajaí.

Os rebeldes chegaram na Vila pela estrada proveniente de Campos Novos, atravessaram o rio Marombas e desbarataram rapidamente com uma guarda de 15 homens a serviço da polícia municipal. No tiroteio apenas um guarda se feriu no braço. A força policial bateu em retirada e deixou a Vila, semi-deserta, ao assédio dos invasores.

Por 5 dias o grupo rebelde ocupou a Vila de Curitiba. Na comparação entre as notícias veiculadas pela imprensa de Florianópolis e os autos do processo pelo incêndio de Curitiba, encontramos contradições interessantes. Pela imprensa a invasão rebelde é noticiada como uma horda de bárbaros assassinos e destruidores que arruinaram completamente a povoação.⁷¹ Pelo processo, instaurado ainda no final de 1914, verificamos que há importantes informações que demonstram que o ataque rebelde foi extremamente seletivo e cuidadoso. Os “pelados” não tinham como objetivo manter e reforçar esta posição, praticaram a invasão a Curitiba

Judiciais, 1916, caixa 45, APESC. Daqui para frente citarei este processo como Proc. Incêndio Curitiba.

⁷¹ O jornal “O Dia”, órgão oficial do Partido Republicano Catarinense, de Florianópolis, exagerando no número da força invasora e na determinação do grupo de defesa, noticiou, em sua edição de 29 de setembro de 1914: “São desoladoras as notícias que nos chegam da região conflagrada pelos fanáticos. As comunicações telegráficas com a Vila de Curitiba estão interrompidas há alguns dias. As autoridades superiores do Estado sabem, por telegrama de Lages, que aquela importante e próspera localidade serrana foi atacada na noite de 21 por uma horda de fanáticos de cerca de 500 indivíduos, 200 dos quais se apresentaram montados. O destacamento policial, grandemente auxiliado por civis tendo a frente o delegado de Polícia Sr. Leogídio Mello resistiu valorosamente ao ataque, cedendo, afinal, a força do número. Houve muitos mortos e feridos, de lado a lado, ao que consta.” BPESC.

principalmente como uma ofensiva direta contra o poder e as propriedades do Cel. Albuquerque e seus amigos.

Nenhuma pessoa morreu na invasão ou durante a ocupação da Vila. Várias testemunhas chamadas mais tarde a depor no processo eram mulheres que permaneceram na Vila com seus filhos, enquanto seus maridos fugiam para fazendas da vizinhança, Lages ou Blumenau. Muitas pessoas que permaneceram na Vila eram parentes de membros do grupo invasor. Os invasores chegaram ao amanhecer do dia 21 de setembro e permaneceram na Vila até o dia 25 deste mês mas, curiosamente, todos os dias, ao final da tarde, recolhiam suas forças para dormir na fazenda abandonada de Faustino José da Costa, um aliado do Cel. Albuquerque e membro do Conselho Municipal, que refugiou-se no município litorâneo de São José. A liderança rebelde recolhia da Vila, em todos os finais de tarde, seus homens porque não queria correr o risco de haver qualquer tipo de relacionamento, que poderia ser interpretado como atitude de desrespeito, entre os combatentes da coluna invasora e as mulheres que permaneceram na Vila.⁷²

Os rebeldes, aos gritos de “Vivas” a “São Sebastião”, “São João Maria”, “José Maria” e a “Monarquia”, incendiaram 17 casas e prédios públicos em Curitiba: a estação de telégrafo, o prédio da Superintendência Municipal, a casa da Câmara e Cadeia Pública, o açougue municipal, a residência do Cel. Albuquerque, a casa onde funcionava as oficinas do jornal “O Trabalho” (do Partido Republicano de

⁷² Júlia Weber de Farias, esposa de Sérgio Paes de Farias, permaneceu na Vila, durante a invasão, com seus filhos. Júlia era cunhada do chefe rebelde Chico Ventura, mas seu marido Sérgio, que tinha seguido o monge José Maria ao Irani, havia abandonado o grupo de Taquaruçu e era fiel seguidor do Cel. Albuquerque. Não aconteceu nada com Júlia e seus filhos, mas a casa onde funcionava o jornal “O Trabalho”, que era de propriedade de Sérgio, foi incendiada. Proc. Incêndio Curitiba, p. 130.

Curitibanos), a coletoria de impostos, a casa comercial de Albuquerque e as casas de vários amigos e aliados do Coronel Superintendente.

Curiosamente, o Cartório de Registros não foi incendiado. Informa Chrispim Augustinho de Aguiar, lavrador e morador da Vila de Curitibanos, que foi obrigado pelo chefe rebelde Chico Ventura a entrar no Cartório, pegar os papeis e colocá-los na rua. O titular do Cartório havia fugido da casa, onde também residia sua esposa Matilde e filhos, que permaneceram na Vila durante a ocupação rebelde. Declara Chrispim que dona Matilde não deixou os rebeldes incendiarem o Cartório, mas concordou que os papeis fossem retirados. Matilde não queria perder sua casa. A papelada do cartório foi parcialmente queimada e, como chovia muito naquela semana, boa parte desta documentação foi resgatada posteriormente. Afirma Chrispim que os rebeldes queimaram e espalharam pelas ruas os papeis do Cartório, sempre dizendo que queriam “a liberdade” e “as leis antigas”.⁷³

Neste episódio é importante salientar o cuidado do grupo invasor com as famílias, de amigos e de desafetos, que haviam permanecido na Vila. Da mesma maneira, podemos inferir que os homens que fugiram e deixaram na Vila suas esposas e filhos só assim o fizeram porque tinham certeza que nada de ruim ocorreria com os seus. Sem dúvida, a não ocorrência de mortes, agressões e lesões corporais durante esta operação só foi possível devido à vigência de antigos laços de parentesco e compadrio. A refundação destes laços na irmandade cabocla não havia eliminado o respeito aos antigos laços.

⁷³ Idem, p. 121.

Pelos depoimentos colhidos no inquérito, quase todas as testemunhas, inclusive o franciscano Frei Redempto Kullmann, afirmam que os sertanejos tinham como alvo apenas os bens de Albuquerque e seus aliados, que agiam como uma desforra pela destruição de Taquaruçu e que a arrogância do Cel. Albuquerque e seu Delegado de Polícia, Leogídio Vicente de Mello, que passavam noites surrando com vara de marmelo e toque de gaita os opositores políticos, tinham estimulado a invasão rebelde.⁷⁴ Os rebeldes tiveram o cuidado de não prejudicar o clero e nem atingir qualquer propriedade da Igreja.⁷⁵

O Capitão Euclides de Castro, oficial do Regimento de Segurança de Santa Catarina que havia exercido o cargo de Delegado Regional no Planalto e comandante do esquadrão de cavalaria do Estado, informa ao Secretário Geral do Estado que estranhou muito a fácil ocupação de Curitiba pelos forças rebeldes. Euclides havia planejado a defesa da Vila com as forças disponíveis da região, que existiam em contingente suficiente. A força do Corisco, distante 7 léguas (42 km) da Vila, comandada por Adão Gothen, Colleti e Ribeiro, possuía 160 *vaqueanos*. Na Guarda-Mor havia uma força de 60 homens comandada pelo Cel. Simpliciano de Almeida (irmão de Henriquinho, mas aliado de Albuquerque). Havia um piquete no rio Correntes comandado pelos irmãos Linos (Chico e Salvador) com 40 homens.

⁷⁴ Os depoimentos que apontam o Cel. Albuquerque e o Delegado Leogídio como responsáveis por violências praticadas a toque de gaita, para que os gritos dos torturados não fossem escutados à distância, foram dados por Francisco Machado, Maria Alves Sampaio, Francisco José Duarte, João Caetano da Silva e Miguel do Vale Ribeiro. Proc. Incêndio de Curitiba, pp. 26, 29, 34, 36, 136..APESC

⁷⁵ “a nós, os franciscanos, [os rebeldes] não deram mostra de animosidade. Entregaram a 28 [de setembro] os dois cavalos que nos tinham tirado a 25. O padre provincial pode viajar, sem ser incomodado, a 27, pela manhã, com Frei Dimas a Lages. Frei Redempto e os dois irmãos poderiam retirar-se, se assim quisessem.” Stulzer, Aurélio. *Op. Cit.*, p. 73.

Aos arredores da Vila operava um piquete de 30 homens comandado por Chico Ruivo. Dentro da Vila, os policiais contratados e os civis disponíveis eram 50. Desta maneira, as forças do governo poderiam mobilizar, em pouco tempo, 340 homens para a defesa da Vila de Curitiba. Considerando que os rebeldes anunciaram o ataque com, no mínimo, uma semana de antecedência, era razoável e possível a defesa e resistência da Vila. As forças invasoras foram calculadas em 270 homens.

A falta de resistência e a debandada que se seguiu à chegada das forças rebeldes, insinua que vários comandantes de *vaqueanos* a serviço do governo não empenharam-se devidamente na defesa da Vila e deixaram que a desforra sertaneja se concentrasse contra a pessoa do Cel. Albuquerque. Se não foi esta a atitude de todos os chefes de piquetes *vaqueanos*, foi provavelmente a atitude tomada pelo Superintendente em exercício naqueles dias, o Cel. Marcos Gonçalves de Farias. Marcos era Presidente do Conselho Municipal, antigo federalista, adversário político de Albuquerque e amigo e compadre de muitos invasores, inclusive do chefe Chico Ventura.⁷⁶ Portanto, os rebeldes operaram com relativa facilidade, tendo em vista as divisões e contradições das forças à disposição do governo. A investida “pelada” colocou a nu a fragilidade política do domínio do Coronel Albuquerque sobre o município.

A ausência de Albuquerque, que nesta oportunidade encontrava-se em Florianópolis, como Deputado Presidente do Congresso Legislativo Estadual,

⁷⁶ Informações sobre estes contingentes civis de defesa estão na correspondência “reservada” do Cap. Euclides de Castro, Comandante do 1º Esquadrão Provisório de Cavalaria do Estado ao Dr. Fúlvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado. Lages, 22/10/1914. Ofícios do Corpo de Segurança ao SGNE, 1914, APESC.

certamente favoreceu esta falta de iniciativa para resistir mas, ao que parece, o objetivo principal dos piquetes armados de *vaqueanos* civis não era a defesa da Vila. O próprio Capitão Euclides declara, na correspondência ao Secretário Geral do Estado, que desejava dissolver vários piquetes de *vaqueanos* civis que eram empregados apenas nos interesses particulares de seus comandantes, servindo para as desforras políticas locais:

*“Deixei em Curitibaos numerosos piquetes de civis com auxílio do governo e ainda com armas e munições do Estado e o prestígio das autoridades locais e gerais. Devo declarar a bem da verdade que telegrafei ao Exmo. Chefe de Polícia pedindo para dissolver piquetes que estavam fazendo politicagem e acirrando os ódios – e provarei que foi isto a causa de apressarem os fanáticos a destruição de Curitibaos. O Delegado Leogídio e um pequeno grupo moveu tenaz perseguição à fanáticos anistiados (provarei perante [depoimento] do juiz de Direito, que mandou por em liberdade uma das vítimas – se é que o Dr. Abry queira falar a verdade).”*⁷⁷

A perseguição a “fanáticos” anistiados, citada pelo Cap. Euclides, foi movida pela situação política contra o Cel. Henriquinho de Almeida, que mantinha sob sua esfera de influência 50 sertanejos que haviam fugido de Taquaruçu.⁷⁸

A ofensiva rebelde não se limita à tomada de Curitibaos. No início de outubro, a grande coluna rebelde já entrava no município de Lages e tinha, sob seu domínio direto, amplas regiões como os distritos de São José do Cerrito, Campo Belo e Capão Alto. Toda a região ocidental do município de Lages estava sob o controle rebelde. A população civil é tomada de pânico e passa a retirar-se para o litoral e para os municípios serra-abaiço, como Laguna, Tubarão e São José.

⁷⁷ Idem.

⁷⁸ Stulzer, Aurélio. *A guerra dos fanáticos...* Op. Cit., p. 51.

A possibilidade de tomada da cidade de Lages pelos sertanejos representava uma ameaça ao poder da oligarquia local e estadual. A família Ramos, que dominava a política regional desde as últimas décadas do império, tinha na cidade de Lages o seu ponto de partida, seu bastião mais seguro. O município era governado desde o início do séc. XX pelo Coronel Belisário de Oliveira Ramos, irmão de Vidal de Oliveira Ramos, que havia ocupado o governo do Estado até junho de 1914. O novo governador, Cel. Felipe Schmidt, apesar de lageano, tinha entrado na política sob o patrocínio de seu primo, o Senador e Ministro Lauro Müller, que, no plano estadual, distanciava-se cada vez mais de Vidal.

Em Lages, os grandes fazendeiros e a oligarquia dominante partiram para uma atividade frenética de acúmulo de forças para defender sua cidade. Além das tropas de *vaqueanos* civis e da guarda policial municipal, Lages contou com a defesa de uma "Guarda Patriótica", composta de uns 400 voluntários, chefiada pelo Major da Guarda Nacional Manoel Thiago de Castro. Havia ainda 50 membros do piquete de cavalaria do Regimento de Segurança do Estado, chefiados pelo Capitão Euclides de Castro.⁷⁹ Do interior do município, o Cel. Emiliano Ramos, primo do Superintendente e do ex-governador, trouxe o reforço de uma centena de capangas. Além disso, o 54º Batalhão de Caçadores do exército, com 10 oficiais e 271 praças,

⁷⁹ Em constantes ofícios dirigidos ao Secretário Geral Fúlvio Aducci, o Capitão Euclides solicitava armamento mais adequado para seus praças, baionetas para carabinas *Comblain*, arreios, fardamento e ponchos novos e, principalmente, mais verbas para forragens, devido a fraqueza dos cavalos. Ofícios do Corpo de Segurança ao SGNE, 1914, APESC.

transferiu-se de Florianópolis para Lages. A cidade foi toda cercada por trincheiras e várias obras defensivas.⁸⁰

Os rebeldes permaneceram durante o mês de outubro de 1914 concentrando suas forças na região de São José do Cerrito e na Serra do Canoas. Destas localidades partiam seus piquetes xucros que arrebanhavam gado e víveres de várias fazendas pelo município a fora. O Cerrito e a Serra do rio Canoas eram locais habitados majoritariamente por pequenos lavradores e posseiros, muitos dos habitantes das Perdizes ou dos vales do Timbó e Canoínhas eram provenientes do Cerrito, uma espécie de centro difusor de migração interna desde o final do séc. XIX. O Cerrito era uma das bases de apoio para as operações dos antigos federalistas, e agora adeptos do “fanatismo”, Olegário Ramos e Agustin Perez Saraiva, o Castelhana.

Castelhana era homem conhecido na região de Lages. Era natural da fronteira uruguaia e chegou ao planalto catarinense contratado como tratador de cavalos de corrida pelo fazendeiro Ramiro Andrade, também um antigo federalista. Ramiro possuía uma questão de terras com os Ribeiro, uma família bem relacionada com os Ramos, os chefes locais. Castelhana, por lealdade ou espírito aventureiro, passou a odiar os inimigos de seu patrão e procurar uma oportunidade de vingança.⁸¹

O jornal *Região Serrana*, de Lages, transcreveu um bilhete de advertência enviado por Castelhana às autoridades do município, que nos leva a notar que este

⁸⁰ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Lages em 3 de janeiro de 1916 pelo Superintendente Belisário José de Oliveira Ramos. Lages: Typographia d'O Lageano. 1916, pp. 4 e 5.

⁸¹ Informações sobre a vida e atuação de Castelhana encontramos em Peixoto, Demerval. *Op. Cit.*, Vol. 2, p. 96; Lemos, Alfredo de Oliveira. *Op. Cit.*, p.15; Carvalho, Fernando Setembrino. *Op. Cit.*, pp. 73 e 74; Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, pp. 224 a 227; Monteiro, Douglas T. *Op. Cit.*, pp. 236 e 239; Costa, Licurgo. *O Continente ... Op. Cit.*, Vol. 2, pp. 682 a 690; Valentini, Delmir J. *Op. Cit.*, pp. 193 a 196.

líder rebelde entendia o atual conflito como uma continuação da Revolução Federalista:

*“O comandante-geral da campanha do Partido Federalista faça sair as famílias, pois o ser fraco, devemos olhar para elas, a penas sofrem injustamente, yo só quero brigar com los bahianos intimidadores que falam muito. Por causa deles sofrem outros. Só penso mim Felicidade, por ajuda de Diós, São João Maria, pois estes bahianos me mandaram probocar. Aceito probocacion. Augusto Perez Saraiba.”*⁸²

Este bilhete revela, pelo sincretismo do discurso (e não apenas pelo *portunhol*), como a linguagem da “Guerra Santa” estava sendo apropriada por antigos federalistas da região de Lages. O líder rebelde avisa que as famílias devem ser evacuadas de Lages, que só deseja combater os “baianos”, como ele chamava os militares do exército (pelo fato de muitos serem de origem nordestina), que provocaram a guerra. Do ponto de vista formal, o antigo Partido Federalista de Santa Catarina já tinha sido dissolvido em 1902, quando suas principais lideranças foram admitidas no Partido Republicano Catarinense. Porém, os principais beneficiários desta conciliação parecem ter sido apenas os federalistas do litoral, como os deputados Abdon Batista e Eliseu Guilherme da Silva.⁸³ Pelo planalto restavam antigas lideranças federalistas que continuavam marginalizadas do jogo político.

Castelhano entrou em contato com os líderes rebeldes no reduto de Caçador Grande, onde recebeu apoio de Chiquinho Alonso e Elias de Moraes para organizar uma expedição de ataque a Lages, que incluiria os grupos que passariam antes pela Vila de Curitiba. Castelhano não gostava do tipo de combate travado no mato

⁸² *Região Serrana*, 23 de novembro de 1914. MTC.

pelos caboclos, era partidário do combate a campo aberto, onde as forças de cavalaria eram decisivas.

O primeiro combate em território lageano aconteceu no distrito de Capão Alto, em 31 de setembro. Uma força mista, composta de *vaqueanos* civis comandados pelo Tenente Coronel da Guarda Nacional Caetano Vieira da Costa e o Esquadrão de Cavalaria do Estado, saiu da cidade de Lages com o objetivo de desalojar os rebeldes daquela posição. Os *vaqueanos* civis recuaram e o Esquadrão de Cavalaria entrincheirou-se, mantendo tiroteio ao lado da Vila de Campo Belo (antiga Nossa Senhora dos Baguais). Poucos momentos depois, o Esquadrão de Cavalaria recuou para Lages, escutando os “Vivas” à “Monarquia” e a “São Sebastião”.⁸³

Durante o mês de outubro de 1914, os “pelados” passaram a concentrar suas forças no oeste do município de Lages. Vivia-se o momento de maior extensão territorial do domínio rebelde (ver Mapa 6, em anexo). O Capitão Euclides de Castro avaliou em 550 o número de rebeldes em armas dispostos a invadir a sede. Porém, o oficial do Regimento de Segurança não via este agrupamento como um conjunto uniforme de indivíduos com os mesmos propósitos. Estes 550 seriam o somatório de 200 “fanáticos” (comandados por Chico Ventura), 100 “amedrontados” (um grupo de sertanejos que teriam sido intimidados a aderir ao movimento), 100 “comedores de carne” (a “ralé” do campo que se aproveitava do conflito para saquear fazendas e

⁸³ Meirinho, Jali. *República ... Op. Cit.* pp. 105 a 115.

⁸⁴ Em correspondência ao Secretário Geral do Estado, o Capitão Euclides de Castro afirma que esta primeira derrota das forças oficiais em Lages foi provocada por precipitação do Ten. Cel. Caetano da Costa, que expôs sua tropa e os *vaqueanos*, famintos e exaustos após um dia de marcha, aos riscos de um combate contra um inimigo pouco conhecido em seu número e disposição pelo terreno. Euclides afirma que Costa queria recuperar seu prestígio junto à família Ramos, desgastado com desavenças no

carnear rezes), 50 “criminosos” (chefiados pelo negro Olegário) e 100 “despeitados de Curitibanos” (comandados por Paulino Pereira e os irmãos Sampaio, opositores políticos do Coronel Albuquerque). Castelhana teria sob sua chefia direta 250 homens dos diferentes grupos discriminados. As forças do governo avaliavam que os rebeldes receberiam, em poucos dias, reforços significativos provenientes do norte, com a chegada dos piquetes comandados por Conrado Grobbe e Antônio Tavares, o que não se verificou.⁸⁵

Castelhana e Chico Ventura deslocaram suas forças até a localidade do Cajuru, próxima da cidade de Lages, enquanto Paulino Pereira permaneceu no Cerrito, onde havia se formado um reduto na Campina dos Buenos, antes da chegada da coluna rebelde de Curitibanos. No Cajuru houve rápida refrega com forças comandadas pelo Capitão Vieira da Rosa, do 54º BC. No entanto, o Cel. do exército Aleluia Pires, comandante do 54º BC, preferia que a maioria das tropas federais permanecessem na cidade de Lages apenas em posição defensiva. O interior do município ficou desguarnecido e Castelhana, aproveitando a oportunidade, saqueou as fazendas dos desafetos do fazendeiro Ramiro Andrade, seu antigo patrão. Paulino Pereira não concordava com estas práticas e enviou mensagem a Chiquinho Alonso, que estava no reduto-mor de Caçador, dando conta da situação. Paulino Pereira era contrário a invasão de Lages, divergindo de Castelhana e Ventura. O impasse formado - com a divisão das forças rebeldes de ataque e a inatividade das forças do

passado. Ofício do Cap. Euclides de Castro ao Secretário Geral, Lages, 03/10/1914. Ofícios do Corpo de Segurança ao SGNE, APESC.

⁸⁵ Não foi encontrado qualquer documento judicial que apontasse Olegário Ramos como “criminoso”. A única informação mais consistente sobre o seu passado é que Olegário foi combatente federalista em

governo, que entrincheiraram-se na sede do município — permaneceu inalterado durante o mês de outubro.

Esta situação modificou-se no início de novembro, quando a morte do Comandante Geral Chiquinho Alonso, ocorrida no ataque à estação de rio das Antas, acentuou a crise entre as lideranças rebeldes e estancou, definitivamente, a ofensiva “pelada”.⁸⁶ O novo comandante geral, Adeodato, ordenou o recolhimento de todos os piquetes ao reduto-mor.

Não dispomos de muitas informações sobre as idéias que as diferentes lideranças rebeldes nutriam durante o mês de impasse, ocorrido em Lages. Segundo Vinhas de Queiroz, que entrevistou Paulino Pereira e outros sertanejos que participaram da expedição a Lages, Chico Ventura era o chefe mais decidido a cumprir as ordens de Chiquinho Alonso e ocupar Lages. Castelhana queria praticar suas vinganças políticas e pessoais com o auxílio da enorme força rebelde e não desejava mais cumprir as ordens de Alonso. Paulino Pereira estava desanimado quanto às perspectivas do movimento rebelde e cético quanto a seu futuro. Havia tentado estabelecer uma filha de 11 anos como *virgem*, no reduto-mor, mas não alcançou sucesso, Paulino permanecia como uma liderança secundária.

É provável que o núcleo mais central do movimento rebelde, principalmente Elias de Moraes, que possuía muita influência sobre Chiquinho Alonso, alimentasse

1893. Ofício do Capitão Euclides de Castro ao Secretário Geral, Lages, 22/10/1914. Ofícios do Corpo de Segurança para a SGNE, APESC.

⁸⁶ Afirma Vinhas de Queiroz que, antes de sua morte, Chiquinho já havia ordenado a retirada dos rebeldes do município de Lages (Op. Cit., p. 227). Porém as forças de Paulino Pereira e Chico Ventura só abandonaram a região na segunda metade de novembro de 1914, obedecendo as ordens do novo Comandante Geral Adeodato. Castelhana abandonou o grupo rebelde e, com meia dúzia de homens,

desconfiança sobre a atuação das lideranças mais recentes, principalmente dos comandantes provenientes da oposição política municipal de Curitibaanos (Paulino) e Lages (Castelhano). Chama a atenção as demonstrações de improvisação e vacilação da ofensiva rebelde sobre Lages. Dos aproximadamente 550 homens em armas, metade era proveniente do Cerrito, Capão Alto e Campo Belo, distritos do município de Lages. Os rebeldes poderiam ter mobilizado e enviado para Lages, no mínimo, mais 1.000 homens das regiões de Itaiópolis, Papanduva, Canoínhas, Timbó e dos grandes redutos de Caçador e Bom Sossego.⁸⁷ E isto sem enfraquecer as posições que defendiam e sem diminuir o constante cerco que mantinham Canoínhas.

Um reforço mais substancial de combatentes provenientes do planalto norte teria tornado irresistível a tomada da cidade de Lages pelos rebeldes e ameaçaria seriamente o planalto gaúcho. Ao optar por atacar ao mesmo tempo em várias direções, Chiquinho Alonso tornou-se refém dos comandantes rebeldes limitados às disputas municipais. As lideranças de Aleixo, Papudo e Tavares estavam concentradas no assédio a Canoínhas, ameaçavam a gigantesca serraria da *Lumber* em Três Barras e as forças paranaenses na saliência de Itaiópolis e Papanduva. Conrado Grobbe e Tomazinho Rocha permaneciam praticamente inativos com suas forças no Timbó e Timbozinho, muito distantes, até então, das forças oficiais. Chiquinho Alonso, após o ataque às estações da *Brazil Railway* de Calmon e São

tentou ultrapassar o rio Pelotas para dirigir-se ao Rio Grande do Sul, sendo antes capturado e morto por *vaqueiros* civis.

⁸⁷ São muito díspares as estimativas do número total de homens em armas que os rebeldes tinham à disposição na ofensiva de julho a novembro de 1914. O General Setembrino de Carvalho calculava o total das forças rebeldes em 8.000 homens. Carvalho, Fernando Setembrino. *A pacificação do Contestado. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916*. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916, p. 17.

João, planejava o ataque à estação de Rio das Antas, mais ao sul do vale do rio do Peixe. Se bem sucedido neste intento, ficaria aberto o caminho para a expansão do movimento à região de Irani e aos campos de Palmas.

Como Chiquinho Alonso e Elias de Moraes, os principais estrategistas rebeldes deste período de expansão do movimento, morreram durante a guerra sertaneja sem poder deixar seus depoimentos à posteridade, grande parte desta reflexão é uma especulação sobre “intenções” e “propósitos” pouco claros. Mesmo assim, é razoável levantar para reflexão que a capacidade de poder do “Comandante Geral” sobre as lideranças rebeldes mais recentes poderia ser mais simbólica do que efetivamente real.

Antônio Tavares, nos textos que deixou com sua família, traça uma acirrada crítica ao Major Tomas Vieira, Superintendente Municipal de Canoíhas e aos paranaenses, que resistiam à aplicação da sentença de limites.⁸⁸ Não há em seus textos pessoais, ou em sua correspondência trocada com o Major Taurino de Resende, qualquer crítica dirigida genericamente aos Coronéis ou especificamente ao poder do Partido Republicano e dos governadores Vidal Ramos e Felipe Schmidt. Em janeiro de 1915, quando seu reduto foi bombardeado, Tavares recebeu garantia de vida do governador e passou a viver em quase total anonimato em municípios do sul e do litoral de Santa Catarina. Portanto, era de fato muito difícil que Tavares deslocasse suas forças para a tomada de Lages, um alvo não só distantes de seus interesses como também um símbolo do poder estadual. Bonifácio Papudo foi outro líder rebelde que não operou fora de seu município.

Paulino Pereira era Capitão da Guarda Nacional, gaúcho da região das Missões, mas vivia em Curitiba desde o final do séc. XIX. Em 1900 foi Delegado de Polícia substituto nesta vila, provavelmente nomeado por influência do velho Coronel Henrique Paes de Almeida, (pai do Cel. Henriquinho, inimigo do Cel. Albuquerque).⁸⁹ Como já afirmamos no Capítulo 3, foi por uma disputa pessoal com Albuquerque sobre impostos municipais que precipitou-se a adesão de Paulino ao movimento rebelde. Parece que Paulino já sentia-se vingado com o ataque a Vila de Curitiba e a destruição das propriedades de Albuquerque e seus aliados, Lages estava longe de suas preocupações.

A territorialização limitada dos objetivos de número significativo das lideranças rebeldes, apontou os limites de expansão da rebelião. Ao mesmo tempo que a dispersão das frentes de combate facilitava a aglutinação de diferentes lideranças locais, demonstrando força e capacidade de crescimento do movimento rebelde, esta pulverização aumentava a heterogeneidade de propósitos, alvos e objetivos dos “pelados”, sendo assim, ao mesmo tempo, um fator de fraqueza e limitação do movimento.

No entanto, é importante registrar que algumas lideranças que forjaram-se em lutas locais passaram a operar na “Guerra Santa” em diferentes frentes de combate, em vários municípios, sendo mais fiéis seguidores dos comandantes gerais. São os casos de Aleixo Gonçalves de Lima que, depois de desalojado das proximidades de Canoíhas pelas forças do governo, em fevereiro de 1915, dirigiu seus homens para o

⁸⁹ Texto sem título sobre a Guerra do Contestado de autoria de Antônio Tavares de Souza Jr. APAT.

grande reduto de Santa Maria, no município de Curitibaanos, e passou a agir de acordo com o comando de Adeodato. Também agiram assim os irmãos Sampaio, de Curitibaanos, que por desavenças por questões de honra em relação ao Cel. Albuquerque, passaram a dar combate aos “peludos” não só em seu município de origem, mas em praticamente todo o planalto. O mesmo ocorreu com o negro Olegário Ramos e com o Cerritense Joaquim Vacariano⁹⁰.

O debate nacional

Apesar do profundo impacto causado na região, o crescimento do movimento rebelde não obteve muita atenção da imprensa nacional e do parlamento, no Rio de Janeiro.⁹¹ A intervenção federal no Ceará e a decretação do Estado de Sítio na Capital polarizou os debates parlamentares e da imprensa, durante o primeiro semestre de 1914. Após julho de 1914, os principais espaços são tomados pelo início da grande guerra européia, inclusive na imprensa catarinense. As poucas notícias sobre a campanha do Contestado eram relatos avulsos de alguns militares e notícias “plantadas” por partidários de Santa Catarina ou do Paraná, com o intuito de granjear a simpatia da opinião pública para seu lado na antiga questão de limites.

O jornal *Gazeta de Notícias*, que defendia que o Brasil adotasse a causa da aliança com as potências ocidentais, tinha como um de seus alvos o Ministro das

⁸⁹ O nome de Paulino Pereira da Silva aparece como 2º Suplente de Delegado em exercício no processo de crime por estupro sendo vítima C. L., caixa 06.04. MTJSC.

⁹⁰ Joaquim Vacariano era natural de Vacaria, no Rio Grande do Sul, mas morador, há décadas, na região de São José do Cerrito. Foi “Par” de “França” ou de “São Sebastião” quando era comandante Adeodato, outro cerritense. Segundo informa o senhor Reni Antunes, o Cerrito forneceu muitos combatentes para os redutos do norte e sete deles foram transformados em “Pares de França”.

⁹¹ Somente em 1915, nos momentos decisivos da campanha de Setembrino de Carvalho, a imprensa do Rio de Janeiro polemizará, em alguns momentos, sobre atrocidades praticadas por militares no Contestado.

Relações Exteriores Lauro Müller, então potencial candidato à sucessão presidencial, catarinense e filho de imigrantes alemães. Em reportagens da *Gazeta de Notícias*, rebatidas pelo Deputado Lebon Régis, antigo Secretário Geral do Estado, uma liderança rebelde passa a ser discutida na Câmara dos Deputados: Conrado Grobbe. Para a *Gazeta*, havia “infiltração” alemã entre os “fanáticos”, indicando que eles receberam armas *mauser* do governo do Kaiser e eram comandados por Conrado Grobbe, um “engenheiro alemão”. Lebon Régis esclarece que Conrado é apenas um pequeno negociante rural.⁹²

Sobre as causas do conflito, o único debate sistemático é provocado por intervenção do Deputado Maurício de Lacerda. Maurício tinha informações prestadas por oficiais militares, inclusive pelo falecido Capitão Matos Costa, e defendia que a origem do movimento estava ligada às questões de terras. A grilagem e a usurpação generalizadas permitidas pelos Estados, provocavam reações explosivas, afirmou Maurício de Lacerda:

*“...quem conhece a ínfima elevação intelectual do nosso sertanejo, do homem do povo do interior, ignorante, analfabeto, propenso, por isso mesmo, a se revoltar, animalmente, contra qualquer opressão, qualquer injustiça! ...Por que exterminar, pois, à bala quem se queixa? Por que não investigar da procedência dos clamores e por que não distribuir justiça, ao invés de distribuir a metralha?”*⁹³

Apesar de reconhecer a questão de terras, a falta de justiça e a matança que se seguia, Maurício de Lacerda, da mesma maneira que os oficiais militares e demais

⁹² *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1915, Vol. 5, sessão de 2/06/1915.

⁹³ *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1914. Vol. 6, sessão de 21/09/1914.

intelectuais do litoral, só conseguia entender o sertanejo como um indivíduo ignorante, animalesco. Porém, os exemplos de usurpação de terras apontados por Lacerda são quase todos do extremo oeste do Paraná, onde grandes empresas argentinas mantinham latifúndios para produção de erva-mate, com emprego de trabalho nacional semi-escravo. Não há referências sobre a atuação da *Brazil Railway* e da *Lumber*.⁹⁴

Apesar do reduzido impacto nacional, a grande ofensiva rebelde conseguiu abalar significativamente a base do poder oligárquico em Santa Catarina, levantando séria ameaça de expansão ao sul do Paraná e ao norte do Rio Grande do Sul. A perda do domínio direto sobre extenso território e a ameaça de tomada de Lages representou um sério revés para os políticos do Partido Republicano Catarinense. Porém, antes da entrada em ação das principais tropas federais empregadas pelo General Setembrino de Carvalho, o movimento sertanejo já vivia sua inflexão, o que prenunciava dias mais difíceis sob a chefia de Adeodato.

⁹⁴ Idem, p. 361.

Capítulo 5

Adeodato: Luta e Memória

“O fanatismo era um negócio muito sério, não é parecido em nada com o banditismo que existe hoje.”¹

“Aqui no Contestado teve um santo e um demônio. O santo era o João Maria, um monge que fazia milagres, batizava as crianças, era a bondade em pessoa. Todo mundo adorava o João Maria. O ruim era o Adeodato. Aquele era o coisa ruim em pessoa. Era o satanás. Passava o facão no pescoço dos soldados. O Adeodato não tinha medo de ninguém e matava até caboclo. Olhou meio de esgueiro, ele atirava.”²

Podemos considerar que a visão acima colocada representa a memória ainda predominante na região sobre o último chefe rebelde.³ Adeodato, também chamado de “Deodato”, “Joaquim Leodato” ou mais freqüentemente de “Leodato”, tem sua memória associada aos mais difíceis momentos da aventura cabocla.

São emblemáticos alguns episódios na atuação deste último comandante: a execução, em plena *forma*, de sua esposa, Maria Firmina; o casamento com Mariquinha, sua comadre, viúva do antigo comandante Chiquinho Alonso; e, a execução de Neco Peppe, seu padrinho.

¹ Entrevista com João Melo, em anexo.

² Depoimento de Antônio Pinto, 96 anos, residente em Lebon Régis. Antônio tinha 8 anos de idade quando as tropas comandadas pelo General Setembrino de Carvalho devastaram os redutos do vale de Santa Maria. Reportagem de Rogério Verzignasse, Correio Popular, Caderno Especial “A Guerra Esquecida”, Campinas, 16 de março de 1997.

³ Os depoimentos e entrevistas de João Paes de Farias, Elias Ribeiro, Sebastião Costa, Graciliano Alves dos Santos, Cipriano Fragoso, Nonésia Carneiro Driessen, pessoas que representam famílias que moraram em redutos e de *vaqueanos* que os combateram são unânimes em condenar a atuação de

Como o movimento rebelde passava por um período de paralisação e, com a morte de Chiquinho Alonso, o início de seu declínio, coube a Adeodato a difícil missão de lutar contra a fome, as deserções e a degeneração das práticas comunitárias nos redutos. Para seus adversários, tratava-se do “*chefe jagunço mais cruel*”, “*assassino frio e degenerado*”, responsável pelo período de “terror” nos redutos do Contestado. Adeodato teve sua memória marcada pela demonização, tanto pelos remanescentes dos redutos como pela historiografia.

São muito difíceis os caminhos para a recuperação de informações que levem à possibilidade de elaboração, mesmo que parcial e fragmentária, de uma sistematização da experiência de determinados indivíduos. Além das inclinações e tendências para se definir, *a posteriori*, um significado que dê coerência e unidade à vida de uma pessoa, devemos avaliar criticamente os registros deixados em vida, tanto pelo indivíduo biografado, como por seus amigos e adversários.⁴ É o momento de darmos chance a possibilidades dissonantes dos significados construídos por aqueles que estabeleceram uma memória predominante sobre o passado.

Se uma abordagem biográfica pode nos ser útil como meio de estudo das relações sociais (com suas tensões, contradições e formas de legitimação) vigentes em um dado período, como uma abordagem em história social - este é o nosso objetivo - o estudo da vida de Adeodato oferece condições privilegiadas por conter,

Adeodato como uma época de extremo rigor e de extrema violência interna dentro das Cidades Santas. Entrevistas em anexo.

⁴ Segundo Pierre Bordieu, estes problemas são presentes em quase todas as biografias. Elas nasceram como um ramo literário do romance moderno e foram acriticamente absorvidas pelas ciências sociais. Assim, visões de produção de sentido, de finalidade e de destino se reproduziram em estudos biográficos de natureza histórica e sociológica. “A ilusão biográfica” In Ferreira, Marieta de Moraes & Amado, Janaina. (orgs.) Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996, pp. 183 a 191.

ao mesmo tempo, características sociais "típicas" e por ser um "caso limite"⁵, de alguém que viveu não apenas *à margem*, mas *contra* as normas políticas e sociais predominantes no sertão .

No caso de Adeodato, uma biografia a seu respeito é um mergulho na história social do sertão. Ela pode nos revelar em que condições ascendiam novas lideranças no Contestado, como um caboclo, homem de cor, tropeiro e domador de cavalos conseguiu transformar-se em comandante geral dos redutos, como enfrentou metade dos efetivos do exército brasileiro, reforçado pelas polícias militares do Paraná e de Santa Catarina, além dos milhares de *vaqueanos* colocados à disposição dos que defendiam a "ordem republicana". O estudo biográfico deste indivíduo pode trazer elementos para explicar como tropeiros, errantes e peões "convertiam-se" à "Santa Religião" para posicionarem-se ao lado rebelde. Revela, igualmente, uma significativa mudança no caráter do movimento após meados de 1914 onde, na afirmação historiográfica recorrente, "*o bandoleirismo superou o fanatismo*".⁶

Um dos grandes problemas enfrentados neste trabalho é a difícil contextualização da atuação de indivíduos dentro de um movimento social complexo e heterogêneo, com fortes características milenares. Entendo que a maioria dos sertanejos rebeldes compartilhavam de uma visão mística sobre o processo de construção de uma nova ordem social que convivia com uma nítida compreensão de que lutavam contra interesses dos ricos e poderosos, organizados em torno do Estado.

⁵ Para Giovanni Levi o estudo de um caso limite ou extremo pode ser importante para compreender o que seja comum ou incomum numa sociedade, além de alargar a liberdade de movimento dos atores sociais (sem que se perca sua ligação com a "sociedade normal"). "Usos da Biografia" In Ferreira, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.), Op. Cit. , pp. 167 a 182.

⁶ Cabral, Oswaldo Rodrigues, Op.Cit., p 229 .

Há vários indícios deixados por ações e falas dos últimos líderes que encaminham para um entendimento afirmativo neste sentido.

A atuação de Adeodato, que permaneceu mais de 13 meses na liderança geral do movimento sertanejo, precisa ser reavaliada no contexto dos impasses e problemas que os sertanejos vivenciaram neste período e, desta forma, pode revelar, com maior nitidez, os objetivos e alvos do movimento rebelde.

Adeodato era analfabeto, as fontes que dispomos para estudar sua atuação são registros esparsos pela imprensa catarinense, depoimentos de pessoas que participaram dos redutos (duas dezenas de depoimentos recolhidos por Maurício Vinhas de Queiroz, Duglas Teixeira Monteiro, Walter Tenório Cavalcanti, Ivone Gallo, Delmir Valentini e por mim), algumas décimas de autoria atribuída a Adeodato, coletadas pelo folclorista Euclides José Felipe, além de relatórios oficiais do Chefe de Polícia de Santa Catarina e do General Setembrino de Carvalho. Entre as fontes judiciárias, localizamos o inquérito policial aberto com sua prisão em Canoínhas e seu julgamento ocorrido em novembro de 1916, em Curitiba.⁷ A escassez de fontes e o silêncio que ronda a atuação desta importante personalidade nos desafia a voltar a percorrer seus caminhos.

⁷ O inquérito policial de Adeodato, segundo o Diário da Justiça do Estado de Santa Catarina de 16 de abril de 1996, recebeu ordem para ser incinerado junto a toda a documentação antiga do Fórum da Comarca de Curitiba. Devemos a conservação desta documentação à intervenção do Juiz de Direito e dos servidores da Justiça desta cidade. O processo de julgamento de Adeodato estava extraviado - e não tinha sido pesquisado por nenhum estudioso do Contestado - mas consegui localizá-lo no arquivo permanente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, em Florianópolis, na forma de "translado", dentro do processo de apelação de sentença de autoria de Olímpio Simão.

O Primeiro Batismo

Adeodato Manoel Ramos nasceu em 1887, na localidade de São José do Cerrito, àquela época um distrito do município de Lages. O Cerrito, como vimos no Capítulo 1, era uma região de pequenos posseiros, em sua maioria caboclos que praticavam agricultura de subsistência, criação de pequenos animais e coleta de pinhões e erva-mate. Desde o final do séc. XIX o Cerrito era um centro difusor do povoamento das regiões mais ao norte do planalto. Adeodato era filho de Manoel Telêmaco Ramos - o "seu" Teleme - e "dona" Maria. Muito cedo Adeodato perdeu sua mãe e mudou-se com o pai para Curitiba, onde foram trabalhar como agregados na fazenda Rio Doce, próxima ao rio Trombudo, de propriedade de Manoel Gomes Peppe, vulgo Neco Peppe. Como era de costume, Neco tornou-se padrinho do menino Adeodato.⁸

Pela tradição local, muito semelhante em quase todo o sertão do Brasil, cabia ao padrinho aconselhar e proteger seu afiliado e, a este, obediência e respeito a seu padrinho, que funcionaria como um "segundo pai". O trabalhador agregado ou morador, pai do menino afiliado era "compadre" de seu patrão, por extensão, também recebia proteção em troca de obediência. Estes laços pessoais de reciprocidade reproduziam as formas de subordinação, mando e domínio social local exercido por grandes fazendeiros e /ou chefes políticos locais. Quando o padrinho não era o patrão, ou filho do patrão, era geralmente algum fazendeiro vizinho, mas certamente alguém

⁸ Dados sobre a infância de Adeodato estão na entrevista com Elias Ribeiro, em anexo, e no depoimento de Porfírio Alonso, em Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 233 a 234.

de condição social superior da família do(a) afiliado(a). Para a vida difícil do sertão, a escolha do padrinho era, antes de mais nada, a procura por proteção para a criança.

Havia também, concomitantemente, formas horizontais de compadrio, normalmente praticadas entre os caboclos, o que selava laços de amizade e solidariedade entre iguais. Sendo Teleme devoto de João Maria, é muito possível que Adeodato tenha sido batizado pelo monge taumaturgo. Na região serrana era muito freqüente a prática do duplo batizado, o vertical, do Coronel e o horizontal, de alguma pessoa de condição social próxima e ligada por estreito vínculo de solidariedade. Geralmente o primeiro batizado seria feito pelo monge, pelo qual, não raro, os pais esperavam anos até entrar em contato com João Maria, para só depois realizar o batismo formal, praticado por um padre, com padrinho de condição social superior.

Há neste caso algo mais específico a ser considerado. O batismo de Adeodato por Neco Peppe ocorre quando o menino já tinha 7 anos, quando veio com seu pai para esta região de fronteira que é Curitiba no final do séc. XIX⁹. Certamente Adeodato deixou um ou mais padrinhos no Cerrito (e Teleme deixou vários compadres). Portanto, esta relação de batismo e compadrio era mais fluída que nas regiões mais antigas de ocupação da pecuária, onde os peões e agregados nasciam e morriam sob os mesmos patrões.

Pelo depoimento de Rufino¹⁰, que conheceu Adeodato desde pequeno, ficamos sabendo que o filho de Teleme já ocupava o lugar de destaque na festa do Divino, carregando a bandeira do séquito que desfilava pelas poucas ruas da vila de

⁹ Segundo Porfirio Alonso, citado por Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 233, Adeodato tinha 15 anos quando chegou na fazenda de Neco Peppe.

Curitibanos¹¹. Estas festas geralmente ocorriam sem a presença dos padres que apareciam muito raramente, os sertanejos as organizavam de forma independente e, uma vez que outra, com a participação do monge João Maria.

Segundo Elias Ribeiro¹², quando a família de Teleme morava no Cerrito, o velho pai de Adeodato já era conhecido como "Capelão de Terço". Devido a quase total ausência de padres não havia festa, batismo ou enterro que não se iniciasse com uma reza de terço puxada por Teleme. Após as rezas, normalmente estas ocasiões tinham um desfecho festivo, acompanhado de alimentação farta oferecida por alguma pessoa de destaque na comunidade, o *dono* da festa.

Em Rio Doce, na fazenda de Neco Peppe, Adeodato aprendeu a domar cavalos e a conduzir animais a longa distância. Não se sabe ao certo em que ano, mas tudo indica que no início de nosso século, ainda muito jovem, Adeodato já conduzia, por conta própria, tropas de gado e porcos para Lages, para as Perdizes, para Canoíhas, e até para a ilha de Florianópolis. Seu pai continuou morando na fazenda Rio Doce.

Em 1906, com 19 anos, Adeodato casou-se no vale do rio Trombudo, no Distrito de São Sebastião das Perdizes, com Maria Firmina Conceição. Um ano depois nascia sua primeira e única filha.

¹⁰ Depoimento Rufino, anexo a Monteiro, Duglas T. Op. Cit.

¹¹ A Festa do Divino, que acontecia (e acontece) 40 dias depois do domingo de Páscoa, era uma das mais importantes na região do Contestado. De origem portuguesa, esta festa ganhou forma e significados próprios em diferentes regiões do sertão do Brasil. Em Santa Catarina coincidia com a coleta do pinhão. Na festa organizava-se o "Império do Divino", com palanques e coretos armados para o assento do Imperador do Divino, uma criança ou um adulto escolhido para presidir a festa e que contava com poderes majestáticos. Na festa ocorria a Folia do Divino, quando um bando de crianças saía em procissão, tocando bumbos e carregando a bandeira do Divino (branca com uma

O Segundo Batismo

É difícil precisar-se quando ocorreu o ingresso de Adeodato no movimento rebelde. Com certeza não participou desde o início, todos os depoimentos que fazem referência a este ponto são unânimes, Adeodato só esteve presente nos redutos a partir de 1914. Antes disso, continuou com sua atividade de tropeiro, que já não era a mesma, tinha um campo de atuação cada vez mais restrito, um conjunto de transformações sinalizavam que seu mundo estava mudando.

Em 1910 já estava inaugurado o último trecho que ligava, por via férrea o Rio Grande do Sul a São Paulo (concessão recebida pela *Brazil Railway*) e, em 1912 é inaugurado parte do trecho no sentido oeste - leste, que ligava a linha acima citada, a partir de Porto União a vila de Três Barras(onde sediava-se a serraria da *Lumber*). Permanecia em construção o segmento de Três Barras ao Porto de São Francisco.

Segundo depoimentos de sertanejos, Adeodato e seu amigo Pedro Carlin, assistiram de longe, escondidos no mato, ao combate de Caraguatá. Ao ingressar nos redutos, Adeodato é novamente batizado, recebendo o nome de Joaquim José de Ramos.¹³ Com essa alcunha ele passa a ser conhecido como chefe "pelado" no sertão. Durante o ano de 1915 os jornais de Florianópolis referiam-se ao novo líder caboclo

pomba verde). Cascudo, Luís da Câmara . Dicionário do Folclore Brasileiro. Belo Horizonte / São Paulo : Itatiaia / Ed. USP. 1988.

¹² Entrevista com Elias Ribeiro, em anexo.

¹³ Segundo Vinhas de Queiroz, as pessoas "que podiam ingressar no exército de José Maria, quer aquelas recrutadas à força pelos piquetes e levadas para o acampamento, quer as que se apresentavam voluntariamente, submetiam-se, pelo menos nos primeiros tempos, a uma cerimônia de purificação. Eram entregues aos pares de França . O recruta, gemiflexo, olhos voltados para o céu, mãos postas, pede perdão a todos os Santos e a José Maria dos pecados cometidos. Em alguns casos, havia trocas de nomes." ... "era obrigatório sempre que o indivíduo possuísse antes um nome que pelos fanáticos não fosse conhecido como nome de Santo". Op. Cit. p 215.

como Joaquim, Joaquim Deodato ou Leodato¹⁴. Domingos Crespo, fazendeiro e tropeiro de Curitibanos foi seu padrinho no segundo batizado¹⁵. Segundo Raulino Correia de Souza, Domingos Crespo chefiava uma guarda na entrada da garganta do vale do rio Santa Maria, possuía um piquete xucro que, principalmente após o combate de Caraguatá, passou a obrigar a população da região a viver nos redutos. Domingos Crespo foi padrinho de centenas de novos habitantes que ingressavam nos redutos.¹⁶

Adeodato já participava da vida dos redutos em meados de 1914, quando houve a grande ofensiva rebelde com a tomada da vila de Curitibanos, o cerco à Canoínhas, a investida sobre Lages, os ataques às estações da *Southern Brazil Railway*, bem como o ataque e incêndio da grande serraria da *Lumber* em Três Barras. Consta que durante este período de ofensiva, Adeodato era membro do piquete de ataque e homem de confiança do Comandante Geral Chiquinho Alonso, tendo, inclusive, recebido a incumbência de executar o escrivão Carlos Ferreira de Souza, antigo morador das Perdizes, que era aliado de Venuto Baiano.

Adeodato relatou ao Chefe de Polícia de Florianópolis, após sua primeira prisão, que chegou aos redutos capturado, sendo aprisionado pelos rebeldes, no início de 1914, no reduto do Timbozinho, que durante 10 meses viveu ali como prisioneiro até sonhar com José Maria, que ordenava-o a chefiar os "Pares de França" e os

¹⁴ Os jornais "O Dia", do Partido Republicano Catarinense, e "O Estado" dirigido pelo escritor e também republicano Altino Flores costumavam transcrever telegramas dos chefes militares e dos oficiais da Guarda Nacional que eram dirigidos ao Chefe de Polícia e/ou ao Governador. Quando as notícias davam conta da guerra eram precedidas da chamada "Fanáticos", quando se tratava das questões de limites com o Estado do Paraná, a chamada era precedida pela palavra "Contestado".

¹⁵ Depoimentos de Porfírio e Joaquim, Vinhas de Queiroz, Op. Cit., pp. 232 a 235.

¹⁶ Entrevista com Raulino Correia de Souza, em anexo.

redutos.¹⁷ Após relatar o sonho aos “fanáticos”, eles teriam consentido que Adeodato assumisse o comando geral.¹⁸

Esta história aparentemente sem nexos, onde um prisioneiro se torna líder de seus carcereiros, relatada ao Chefe de Polícia, poderia parecer uma tentativa de defesa judicial de Adeodato, de apresentar-se como vítima (como foi muito usual entre os caboclos que se entregaram às autoridades no final do movimento), já que os “peludos” achavam que os “fanáticos” eram capazes de praticar qualquer loucura. Porém, é óbvio que este depoimento não serviu como atenuante em seu julgamento, a polícia conhecia muito bem este prisioneiro, que mesmo depois da dispersão dos últimos redutos, ficou por seis meses fugindo e combatendo. É possível que Adeodato tenha relatado esta história por pura ironia¹⁹. De qualquer maneira, não eram poucos os casos de moradores que eram levados à força aos redutos e que acabavam por aderir à causa rebelde.

Sem dúvida, Adeodato destacou-se entre os rebeldes, inicialmente, por sua habilidade militar. Por conta de sua atividade de tropeiro e domador, conhecia cada palmo do terreno por onde passava, onde conseguir gado para arrebanhar, onde e para quem vender couros e erva mate em troca de suprimentos e munição. Manejava sua

¹⁷ O Dia, “Fanatismo Sertanejo”, 14 de agosto de 1916, p. 1

¹⁸ Adeodato confirmou aos jornalistas o mesmo depoimento prestado ao Delegado de Canoíñas, quando foi preso, em 02/08/1916. Segundo o prisioneiro, sua captura foi feita por Domingos Crespo, “que possuía uma guarda na entrada da Serra”[da Esperança] “ao tempo que quem mandava era a “virgem” Maria Rosa”. Auto de Prisão e Perguntas a Adeodato Manoel Ramos, Canoíñas, 02/08/1916. AFJC.

¹⁹ Na dispersão final do último reduto, Adeodato exortou aos caboclos para que se apresentassem às autoridades e que ficassem esperando por um futuro chamado de José Maria, mas ele alegava que não se entregaria porque iriam trucidá-lo (“a mim não tem perdão”). Depoimento de Rufino, transcrito em Monteiro, Duglas. Op. Cit., p. 239.

winchester com extrema precisão, “*era bom atirador, uma coisa louca*”²⁰, na peleja com arma branca sabia como fazer sangrar os pescoços dos “peludos”. Tinha amigos e compadres espalhados por todo o sertão que serviam-lhe de *bombeiros* (espíões). Mas, acima de tudo, Adeodato tinha capacidade de liderança, em alguns despertava extrema fidelidade e dedicação, em outros, apenas temor. “*Ele mandava e não pedia*”.²¹ Tinha uma voz grave e potente que impunha respeito apenas por sua presença. Também sabia encantar por suas habilidades artísticas, cantava décimas nas festas e gostava de entrar em porfias, como desafios de trova, feito um declamador repentista. Adeodato reunia qualidades pessoais de uma liderança carismática, na definição de Weber, uma liderança que era reconhecida por deter determinadas capacidades sobre-humanas, não necessariamente religiosas, mas prodigiosas²².

Adeodato Assume Liderança

Talvez a explicação mais razoável para entender a ascensão de Adeodato seja a apontada por Vinhas de Queiroz²³. Este autor explica que havia uma disputa velada entre dois “partidos” dentro dos redutos. O mais antigo é o “partido” vacilante ou moderado, representado pelas “virgens”, por Eusébio Ferreira dos Santos (avô da “virgem” Teodora, antigo seguidor de José Maria e formador do segundo reduto de Taquaruçú), que, a partir da morte de Chiquinho Alonso, passou a ser favorável a

²⁰ Depoimento de Porfírio Alonso para Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 233.

²¹ Entrevista com João Melo, em anexo.

²² Weber, Max. *Economia y sociedad : Esbozo de sociología comprensiva*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, trad. J. Echavarría., Vol. 1, 1977, pp. 193-194.

²³ Op. Cit., p. 233.

uma paz negociada com as forças do governo.²⁴ O outro “partido”, menos religioso e mais “jagunço”, liderado Chiquinho Alonso e pelo velho Elias de Moraes, confiava na expansão dos redutos e na derrota do governo. Segundo depoimento de Porfírio (irmão de Chiquinho Alonso) Adeodato foi levado por seu padrinho Domingos Crespo, ao reduto de Bom Sossego, em 1914, e tornou-se homem de confiança de Chiquinho Alonso, que era o “comandante de briga”²⁵.

Quis o destino que Adeodato sobrevivesse ao combate de Rio das Antas, onde faleceu Chiquinho Alonso e a maior parte do piquete de ataque. Rio das Antas, além de ser uma estação da linha de ferro S. Paulo - Rio Grande, era uma colônia de imigrantes pequenos proprietários alemães e ucranianos, estabelecida pela *Lumber* nas margens do rio do Peixe²⁶. Com um mês de antecedência, Chiquinho Alonso mandara avisar que os verdadeiros e originais moradores daquela região estavam dispostos a voltar à força, os colonos que se retirassem ou seriam atacados. Os colonos resolveram se preparar para resistir, cercaram o núcleo da colônia com arame farpado e armaram-se até os dentes. Pediram reforços ao Capitão Rosinha, mas este apenas cedeu 50 *winchesters*.²⁷

Certamente Chiquinho Alonso não contava com a resistência dos colonos. Atacou Rio das Antas com um piquete de apenas 35 combatentes. Consta que antes

²⁴ Como vimos no Capítulo 2, esta tendência “moderada” já havia manifestado-se através da possibilidade da virgem Maria Rosa negociar um armistício com o Capitão Matos Costa.

²⁵ Depoimentos de Joaquim e Porfírio em Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 233,

²⁶ Segundo Peixoto, Demerval, Op. Cit., p. 296, , muitos posseiros sertanejos foram expulsos de suas terras - oficialmente “devolutas”- pela *Lumber* na região onde depois estas mesmas terras foram loteadas e vendidas aos imigrantes.

²⁷ Entrevista com Antônio França Pinto, em anexo. Rosinha é o Capitão José Vieira da Rosa, do 54º Batalhão de Caçadores. Porém é pouco provável que o Cap. Rosinha estivesse atuando no vale do rio

do combate, o pequeno piquete reuniu-se para a reza cantada que tradicionalmente protegia os caboclos nos entreveros (praticavam esta reza com as roupas de briga, chapéus com fita branca amarrada e o comandante em um cavalo branco segurava a bandeira de São Sebastião, os homens de briga batiam os facões aos pares em forma de cruz):

*Meu Senhor crucificado
Filho da Virgem Maria
Me guarde hoje nesta noite
E amanhã por todo o dia
Meu Senhor crucificado
Que meu sangue não seja derramado
Nem por fogo nem por faca²⁸*

No combate, Alonso e mais doze caboclos morreram. Os colonos perderam apenas quatro pessoas e, com raiva, fizeram uma grande fogueira onde jogaram os atacantes mortos. Os colonos, alarmados com o próprio feito e temerosos de uma vingança exemplar dos caboclos, abandonaram a colônia de Rio das Antas e foram para São Paulo²⁹.

A notícia da morte de Chiquinho Alonso acelerou as disputas dos “partidos” pela liderança dos redutos. Pelo lado da “virgem” Maria Rosa estava preparando-se a liderança de Antoninho, comandante do reduto de São Sebastião.³⁰ Elias de Moraes achava que era projeto da “virgem” e seus próximos a negociação da paz com o governo, o que ele considerava uma traição. Elias chamou Adeodato ao reduto de

do Peixe, neste período Rosinha estava reforçando a defesa de Lages junto ao 54º BC, como tratamos no Capítulo 4.

²⁸ Idem, este depoente afirma que haviam 70 caboclos no piquete de Chiquinho Alonso e que depois de terminado o combate Adeodato comandou a retirada dos demais já carregando a bandeira de São Sebastião, “ele ainda não era o comandante, mas já estava no caminho”.

²⁹ Vinhas de Queiroz, Op. Cit. p. 231.

Caçador e o fulminou com a proposta inesperada: “- *Você não quer entrar no lugar do Chiquinho ?*”

Afirma o depoente Joaquim³¹ que Adeodato recusou de pronto esta proposta, estava voltando para o Trombudo, para sarar suas feridas, quando encontrou pelo caminho seu novo padrinho e conselheiro Domingos Crespo. Depois de Adeodato contar sobre a proposta feita por Elias, Crespo, com o apoio de toda sua família, interveio: “- *Você tenha paciência. Você volte. Você vai ficar de comandante !*”

Contam que Adeodato, fortemente influenciado por Domingos Crespo e sua família, dias depois teve um sonho em que o monge José Maria o ordenava a assumir o comando geral dos rebeldes. Não bastou apenas contar este sonho aos caboclos. Os Crespos vestiram Adeodato com roupas brancas e vistosas³². Voltando à localidade de Butiá Verde, onde estavam os sobreviventes do combate do Rio das Antas, com um grupo de dez combatentes de sua inteira confiança, Adeodato conseguiu, de surpresa, derrotar e dispersar uma volante de mais de 30 *peludos* no rio das Almas. Esta vitória, relativamente pequena do ponto de vista militar, serviu para afirmar, junto aos caboclos, a sua liderança. “*Daí o povo garrou a certeza que ele tinha de ser o chefe, porque já era.*”³³

Durante o período de 15 dias, quando houve indefinição sobre a sucessão de Chiquinho, dispomos de informações do reduto do Caçador, então o reduto-mor (após a evacuação de Bom Sossego, e de outros redutos e guardas “fanáticas”). As

³⁰ São Sebastião é o nome do antigo reduto do Timbozinho, formado por Tomazinho Rocha, filho do velho Manoel Alves de Assumpção Rocha.

³¹ Queiroz, Maurício Vinhas de . Op. Cit., p 233.

³² Depoimento de Elias Ribeiro, em anexo.

³³ Depoimento de Porfírio, Queiroz, Maurício Vinhas de . Op. Cit., p. 234.

informações dão conta, também, da existência e dois “partidos” entre os redutários. Quem fornece estas informações, e dá um painel geral da situação dos rebeldes, é João Pedro da Costa, um homem de confiança do fazendeiro João Goeten, de Santa Cecília do Rio Correntes, infiltrado entre os “fanáticos”:

“Acampamento mor do rio Cassador é grande seu movimento mormente de famílias, e impussível verificar-se o número de homens, reina a epidemia morrendo 4 a 5 pessoas por dia. Existe dois partidos um chefiado por Elias de Moraes duminante e outro por a menina Maria Rosa, decahido, mas aproveitando o ensejo da morte do comandante ocorrida em 1º de novembro, no dia 15 do referido mês apresentaram sobre uma arruaça de povo e vivas um caboclete como comandante de ordens, este declarou em forma geral as novas ordens, mudança de acampamento para o Timbozinho Capela do Thomais Rocha mudança de guardas e outras sem importancias, por o dia 20 seguio para organizar novo acampamento, surpreendeu-se com este movimento, e cintindo-se naquele momento fraco sem poder reagir, ordenou o recolhimento dos piquetes bem como Paulino Pereira e Castelhana e organizou elemento um menino transmitindo ordens de José Maria, obstou a mudança do acampamento e efectuando prizões. Esta foi a notícia de realidade que pude obter até o dia 23. Acampamento dos Pinheiros com 300 homens mais ou menos, é comandante Ignácio de Lima que auxilia a guarda do Timbozinho (aonde se deo o combate com o General Mesquita) que operam contra as forças legais de Vila Nova [do Timbó]. Acampamento da Colônia Vieira, gente de Aleixo Gonsalve com 200 homens mais ou menos, este deixou o comando e passou a Francisco Salvador, essa gente é quem guarnece a ponte sobre o rio Canoínhas e ao Papanduva, e tiroteão as forças ali acampadas, tem um pequeno acampamento no rio Novo que tiroteou-se com grupo de patriotas [vaqueanos] do Lageadinho, ainda o de Antônio Tavares que tem o seu reduto na margem do rio Itajaí extremado com a Colônia Lucena. Piquetes de Antônio Bunet e de Josephino de Oliveira por o lado oposto os piquetes de Bunifácio dos Santos [Papudo] e do tal Carneirinho, com o mesmo fim. Guardas que guarnece as sahidas para Corytibanos, tem uma sobre a Cerra da Esperança, em atividade, não posso afirmar o número de homens, a guardo do Cerrinho de 100 homens, mais ou menos, e 2 guardas sob os passos do rio Timbó, e a guarda que prende mais atenção é a de Santa Maria na estrada para a sahida para o campo da Perdiz e piquetes volantes que andão matando e saqueando. Lageadinho, 7 de dezembro de 1914, João Pedro da Costa.”³⁴

³⁴ Peixoto, Demerval. Op. Cit. Vol. 2, p. 118.

O relato do espião procura avaliar a localização e o número de rebeldes em armas, mas revela as tensões e problemas internos. O citado “caboclete” é Antoninho, que queria transferir o reduto-mor para o Timbozinho, onde havia a Capela de Tomasinho Rocha (filho de Manoel Alves de Assumpção Rocha), o que é suspenso pela nova liderança de Adeodato (que ainda não aparece nitidamente), com contra-ordens e prisões que anulam as tentativas de Antoninho.

O fato de Adeodato ter sido guindado ao comando geral com 27 anos é digno de curiosidade. Chefes intermediários, porém experientes e tradicionalmente respeitados por seus seguidores imediatos, muitos eram veteranos da campanha federalista, como Aleixo Gonçalves, Josefino, Inácio de Lima, Paulino Pereira, Castelhana, Bonifácio Papudo e Antônio Tavares, tinham que submeter-se à autoridade do filho de Teleme. Sem o apoio ostensivo de Elias de Moraes e do “partido” mais radical, isto não seria possível. Houve um evento para a legitimação da chefia de Adeodato, “*uma arruaça de povo e vivas*”, e um processo de expedição de ordens para mudança de guardas e recolhimento de piquetes para reforçar, na prática, a autoridade do novo chefe que assumia.

As ordens iniciais de Adeodato tiveram como resultado a interrupção da ofensiva “pelada” em todas as frentes. A ordem para o recolhimento de Castelhana e de Paulino Pereira representava, àquela altura, a renúncia à possível invasão da cidade de Lages, que era iminente.

Após a tomada de Curitiba pelos rebeldes, em fins de setembro de 1914, estimava-se que seus próximos passos seriam a tomada de Lages e a invasão do planalto gaúcho, onde esperava-se a adesão dos antigos federalistas, que amargavam

vinde anos de domínio *chimango* no Estado. Paulino Pereira acatou a ordem de Adeodato e recolheu seu piquete ao reduto de Caçador. Agustin Perez Saraiva, o Castelhana, não retornou aos redutos, ficou operando com um pequeno piquete pelo interior do município de Lages até ser capturado e morto, em dezembro de 1914, por “patriotas”, *vaqueanos* que levaram suas orelhas para serem expostas em Lages. Adeodato procurou, desde logo, imprimir um comando mais direto e unificado sobre os diferentes grupos que compunham o movimento rebelde e isto foi feito, apesar de significar a interrupção da ofensiva. Os benefícios políticos da unificação de comando foram acompanhados por prejuízos do ponto de vista militar.

Consta que Adeodato e Elias de Moraes, que já estavam atentos à ofensiva de isolamento dos rebeldes implementada pelo Gen. Setembrino de Carvalho, planejavam expandir o movimento para oeste do rio do Peixe, para os Campos de Palmas, onde ficariam mais distantes das forças oficiais e com mais recursos para uma guerra prolongada. Durante toda a sua campanha, Setembrino de Carvalho ordenou à Coluna Oeste, que se postava ao longo da via férrea no rio do Peixe, que cuidasse com extrema vigilância para que os “fanáticos” não cruzassem a linha na direção de Irani ou dos Campos de Palmas.

O reduto de Santa Maria

Em dezembro de 1914, preocupado em formar uma posição defensiva mais eficiente, Adeodato manda que o reduto-mor, sediado em Caçador, se desloque para o vale de Santa Maria, onde, com o controle das entradas nos desfiladeiros ao norte e ao

sul, se poderia estabelecer uma posição mais segura. Após a derrubada da mata, construiu-se o “Quadro Santo” e a Igreja de São Sebastião. Correu pelo planalto que a água do rio Santa Maria era benta, que os que para lá se dirigissem seriam imortais e comeriam em abundância bijú e leite. Além do povo de Caçador, dirigiu-se a Santa Maria grandes levas de caboclos de todo o Planalto. Muitos desceram de redutos do norte, perto de Canoíhas, onde seus chefes haviam se entregado para as autoridades.

Tudo indica que Adeodato foi extremamente cuidadoso em procurar recompor a unidade dos caboclos, construindo, ao lado de Santa Maria, um reduto batizado com o nome de Maria Rosa. Aos poucos vão se formando ao lado, praticamente colados, novos redutos, também com gente vinda do Sul. Do município de Lages, só numa leva, chegaram mais de 1.000 pessoas, entre adultos, crianças e mulheres, liderados por Chico Ventura e Paulino Pereira. Em Santa Maria, Eusébio Ferreira foi reabilitado, Adeodato o nomeou *almoxarife das armas*. Mas esta recomposição com o “partido moderado” custou a vida de Antoninho, que já tinha desafiado publicamente Adeodato (Antoninho queria que o reduto-mor de Caçador se transferisse para S. Sebastião, e não obteve apoio de ninguém). Segundo Vinhas de Queiroz, foi Aleixo Gonçalves, major da Guarda Nacional e antigo federalista que havia aderido ao movimento dos sertanejos, quem matou Antoninho, a mando de Adeodato.³⁵

Os acontecimentos seguintes demonstraram que o local seguro, pensado por Adeodato, foi muito conveniente para o General Setembrino de Carvalho fechar definitivamente o cerco sobre uma praça menor. As forças legais já haviam retomado

a vila e a maior parte do município de Curitiba, as rendições de Tavares e Bonifácio Papudo em Itaiópolis e Canoíhas liberavam tropas de *vaqueanos* e soldados que poderiam agora, não apenas reforçar o cerco sobre Santa Maria, como investir sobre os desfiladeiros. Adeodato passou a redobrar a segurança sobre os estoques de alimentos e munições.

Adeodato comandava através de ordens orais diretas e de salvo-condutos que eram redigidos por Domingos Crespo.³⁶ Os salvo-condutos eram importantes para determinados indivíduos cumprirem missões de espionagem, comércio e “arrebanhamento” de gado. Como o raio de ação destas pessoas era muito amplo, os salvo-condutos serviam para permitir seu trânsito por diversos redutos e guardas.

As condições de abastecimento tornaram-se dramáticas, o comércio externo foi praticamente fechado pelas tropas legais. O General Setembrino de Carvalho informou para o Jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, que: “*À margem do rio Iguaçu, por exemplo, nós descobrimos que os fanáticos recebiam mantimentos e munições em troca de couros que depositavam nas margens do rio.*”³⁷ Vários comerciantes da região foram presos e processados, alguns foram executados por *vaqueanos*.³⁸

O terror

Acredita-se que em janeiro de 1915, mais de 10 mil pessoas estavam morando no super-reduto conurbado³⁹. Em Santa Maria não havia lavouras em extensão

³⁵ Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 234.

³⁶ Relatório do Cel. Estilac Leal, comandante da Coluna Sul, ao Gen. Setembrino de Carvalho, 22/04/1915, AHEX, caixa 5537.

³⁷ Reportagem transcrita pelo Jornal O Estado, 21 de julho de 1915.

³⁸ Entrevista com Gilberto Kopeki, em anexo.

³⁹ João Paes de Farias (João Ventura) afirma que ajudou a contar a população de Santa Maria quando morou no reduto (precisavam deste levantamento para distribuir alimentos e munição) e que, só de

suficiente para alimentar toda aquela população, o gado arrebanhado era consumido com rapidez por uma população crescente. Para agravar a situação, uma nova epidemia de tifo se abateu sobre a população, todo o dia eram mais de 30 pessoas liquidadas pelo tifo e enterradas em vala comum.

Paralelamente, as autoridades oficiais tacitamente permitiam que grupos de *vaqueanos* - as forças privadas dos Coronéis Fabrício Vieira, Lau Fernandes, Artur de Paula e Maximino de Moraes - praticassem a rapina sobre os rebanhos dos "fanáticos" e de todos aqueles suspeitos de simpatia ou tolerância ao movimento rebelde.⁴⁰ As tropas oficiais do exército e da força catarinense não se comportavam de maneira muito diferente, devido aos atrasos no pagamento de soldos (o 54º Batalhão de Caçadores esteve com 4 meses de atraso), os oficiais, para não perder o comando das tropas, autorizavam tacitamente o saque à população local.⁴¹

Fica aberta a questão de qual razão motivava as iniciativas das lideranças rebeldes em continuar obrigando a população local a dirigir-se aos redutos se, nos mesmos, ficariam sem recursos para subsistência. Além das motivações religiosas, de procurar mais "fiéis", mesmo que à força, ficam patentes determinadas razões políticas e militares para estas iniciativas. Era necessário trazer todo o povo sertanejo para dentro dos redutos e evitar que posseiros, peões e agregados estivessem disponíveis para servir, como *vaqueanos*, as tropas oficiais. Se o poder dos Coronéis

homens adultos "para a briga", haviam mais de 10.000, se contassem as mulheres e crianças certamente havia mais de 30.000 habitantes. Entrevista com João Paes de Farias, Caçador, 11/02/98. O Capitão Tertuliano Potiguara, que comandou o assalto oficial ao reduto de Santa Maria, entre março e abril de 1915, afirma que, em seu *raid*, mais de 5 mil casas foram queimadas.

⁴⁰Idem.

⁴¹Lemos, Alfredo Op. Cit., p. 25

estava assentado sobre o número de homens em armas que poderiam mobilizar, o poder rebelde também operava de semelhante maneira.

Os depoimentos são unânimes em retratar a severidade com que Adeodato tratava qualquer desvio de conduta, real ou suspeito, dentro de Santa Maria. João Melo, que foi um dos meninos de recados de Adeodato e pessoa que guarda a mais generosa memória do último comandante, declara que o chefe “*era justo e bom, só que de vez em quando mandava a gente ‘costear’[castigar] quem não se comportava direito. Com ele a coisa era na dura*”(…) “*Se merecia ‘costear’, ele ‘costeava’, se tivesse que matar, ele matava, mas sempre queria ajudar as pessoas*”.⁴² Luiz Granemann de Souza, em depoimento para Walter Cavalcanti, afirma que Adeodato executava com as próprias mãos, em público, todos aqueles que ele, por desconfiança, achasse que estivessem *bombeando* para os *peludos*.⁴³ Zeferino Ferreira Dias, que viveu no reduto de São Pedro, informa que havia “*muito respeito no reduto e ai de quem desrespeitasse uma família*”. Zeferino viu Adeodato ameaçar “*um rapaz que dizia gracejos a umas moças*”.⁴⁴

Aqueles que se insinuassem sobre mulheres casadas eram surrados e podiam até morrer, Rufino afirma que com Adeodato “*nos redutos havia muito respeito com as famílias. Não era como aqui, o negócio era sério*”⁴⁵. É difícil afirmar se as condições do cerco forçaram esta rigidez de Adeodato. É muito provável que, como tropeiro e campeador, não tivesse outras maneiras para impor sua autoridade e

⁴² Entrevista com João Melo, em anexo.

⁴³ Cavalcanti, Walter T. Op. Cit., p. 109

⁴⁴ Idem, p. 116.

⁴⁵ Monteiro, D. Op. Cit., p. 239.

preservar a disciplina interna. João Melo resume com peculiaridade o jeito do comandante agir: "*O Leodato era um quera!*".⁴⁶

Seguindo o rumo semelhante aos comandantes do norte - Bonifácio Papudo e Tavares - correu o boato de que Aleixo Gonçalves, que até então tinha sido leal à Adeodato, inclusive recolhendo suas forças do rio d'Areia e transferindo seu acampamento para Santa Maria, estava secretamente negociando sua rendição às forças legais. Tendo conhecimento disso, Adeodato não hesitou, em plena forma executou Aleixo, afirmando, diante de todos, que precisava "*matar um cachorro*". Para Maria Isaura Pereira de Queiroz⁴⁷, Adeodato "*dominava com uma disciplina de ferro para evitar as deserções que começavam a aparecer*", pois o rigor das doenças e da fome fazia com que pessoas que tinham procurado os redutos por "*ambição ou curiosidade*" desistissem no momento de maior dificuldade.

Com grande repercussão para a memória local, os redutários passaram a comparar a época do começo da vida nos "Quadros Santos", com alegria e fartura, com a época de Adeodato, de cerco, fome, doenças e mortes. Vitalina Souza Prestes viveu esta situação:

*"...no começo da guerra foi com o São João Maria. Depois é que entrou o Leodato pra fazer aquele estrago todo no pessoal. No começo era bonito. Ele mandava nos quadros buscar gado para matar para o pessoal. Depois era só farinha de mandioca. Daquela gente do reduto sobrou bem pouquinho. (...) me lembro que nós andava comendo aquelas frutas, amora e broto de amora que o pai tirava para nós comer. (...) quando achava palmito, ou abelha, comia abelha e depois o mel"*⁴⁸

⁴⁶ Quera, pronuncia-se cuera, é um indivíduo valentão, destemido.

⁴⁷ La "Guerre Saite" au Brasil....Op. Cit., p.272.

⁴⁸ O depoimento de Vitalina Souza Prestes está transcrito em Martins, Pedro. Anjos de cara suja: etnografia da Comunidade Cafuza. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Florianópolis. UFSC, 1991, p. 51

Muitos depoimentos chegam a descrever um Adeodato ensandecido, que via traidores e sabotagem por todos os lados, que sentia sua autoridade ameaçada por chefes menores e até pelo pessoal que, há pouco, o apoiava diretamente. João Maria Palhano (seu Lica)⁴⁹ afirma que Adeodato matou muitos *irmãos* dentro dos redutos. No depoimento de Dinarte Pereira, filho do Capitão caboclo Paulino Pereira, transcrito por Duglas : *“Adeodato matava os que lhe faziam ciúmes porque eram chefes potenciais.”* João Paes de Faria, filho do chefe Chico Ventura, descreve várias execuções praticadas por Adeodato nos momentos de “forma”, afirmando, com exagero, que *“ele matou mais de 2 mil pessoas dentro dos redutos”*.⁵⁰ Alfredo Lemos, em depoimento prestado nos anos 1950, afirma que Adeodato *“era o Stalin dos redutos”*.⁵¹

Os momentos finais da irmandade cabocla foram marcados pela divergência explícita de render-se ou não às tropas do governo. Como Adeodato era partidário da continuação da guerra, ele via os capitulacionistas como traidores em potencial, uma vez que, não raro, havia vários “ex-fanáticos” entre os *vaqueanos* a serviço das tropas legais. Apesar das inúmeras brutalidades praticadas por Adeodato, não há relato que indique que estas mortes se dariam por “vontade divina” ou para “tirar diabo do corpo”. As execuções aconteciam por problemas de disciplina interna ou por tentativa de fuga.⁵²

⁴⁹ Entrevista com João Maria Palhano, em anexo.

⁵⁰ Entrevista com João Paes de Farias, em anexo.

⁵¹ Lemos, Alfredo de Oliveira, Op. Cit., p. 39

⁵² Nenhum relato aproxima a experiência do Contestado com o que ocorreu em Malacacheta, Minas Gerais, em 1955. Ali ocorreu um peculiar processo de apropriação do protestantismo, onde, durante a semana santa, crianças e adultos da comunidade foram espancados e mortos para retirar o demônio do corpo. Um painel maior sobre a situação desta comunidade e este movimento encontramos em

O cerco apertado trazia uma novidade desagradável aos redutos, acelerava desavenças e disputas internas desagregadoras. A imprensa da Capital, exagerando nos números, contava que Adeodato tinha matado, pelas suas próprias mãos, mais de 600 pessoas. Adeodato procurava reforçar seu poder estabelecendo um clima interno favorável à espionagem e a delação. Consta que, dentro dos redutos, as mulheres e as crianças eram o mais forte e direto grupo de apoio ao Comandante Geral.⁵³ Na fase final da luta, no reduto de São Pedro, nas margens do Timbó, Adeodato tinha como auxiliar mais dedicado o Frei Manoel, ou Pai Velho, um negro gaúcho rezador que *“tratava todos muito bem, com muita delicadeza, principalmente as crianças, que eram as que mais lhe veneravam”*.⁵⁴ Fica evidente que o clima político interno nos redutos era difícilíssimo e que Adeodato usava as crianças para *bombear* as próprias famílias.

Negociações e transações

As forças oficiais sabiam destas tensões dentro dos redutos e trataram de explorar politicamente as divergências no meio rebelde. Após os encarniçados combates que levaram à destruição o reduto de Santa Maria, entre janeiro e abril de 1915, há um grande impasse político por parte dos contendores. Pelo governo, o exército toma a iniciativa de abandonar majoritariamente a região, afirmando que a repressão aos grupos remanescentes de sertanejos “fanáticos” deveria ser realizada, preferencialmente, pelas polícias estaduais do Paraná e Santa Catarina, auxiliados por

Queiroz, Renato da Silva. *A caminho do paraíso: o surto messiânico-milenarista do Catulé*. São Paulo: CER/FFLCH/USP. 1995.

⁵³ Entrevista com João Melo, em anexo.

⁵⁴ Lemos, Alfredo. Op. Cit., p. 38.

vaqueanos civis sob o comando de oficiais da Guarda Nacional. Pelos rebeldes, há a intensificação das disputas entre um grupo 'moderado' – que, além de ser composto pelas primeiras *virgens* e pela liderança histórica de Eusébio, era agora engrossado com as adesões de chefias menores - e o grupo 'radical' liderado pelo comandante Adeodato, cada vez mais isolado politicamente dentro dos redutos.

Curiosamente, nesta equação política, era o Coronel Albuquerque quem se encontrava em maior isolamento. O Superintendente de Curitiba já não contava mais com o apoio incondicional do governo do Estado, apesar de ser Deputado Estadual e presidente do Congresso Estadual Legislativo. O novo governador, Felipe Schmidt, era de uma estirpe política diferente (aliado a Lauro Müller) do seu antigo compadre, o governador Vidal Ramos. Boa parte da população da Vila colaborou tacitamente com a invasão do grupo rebelde em setembro de 1914, que teve como principais alvos as casas do Cel Albuquerque e de seus amigos e colaboradores mais próximos.

A documentação do Arquivo Histórico do Exército (RJ) permite inferir que o comando militar tentou atrair o grupo 'moderado' dos “fanáticos”, oferecendo uma saída honrosa, através da destituição do Cel. Albuquerque do cargo de Superintendente Municipal de Curitiba. O Gen. Setembrino afirma que foi por iniciativa própria do Cap. Vieira da Rosa que, após a destruição do reduto de Santa Maria, costurou um acordo local e solicitou o aval do governador do Estado:

Telegrama de: Gen. Setembrino, Porto União, 18/4/1915.

Para : Gov. Felipe Schmidt.

"(Reservado)- Acabo de receber do Cap. Vieira da Rosa o seguinte telegrama que transcrevo a V. Exa. Gen. Setembrino, União. 'Levando em consideração que os divergentes políticos do

Município dificultavam pacificação completa desta zona, iniciei campanha de congraçamento político que ontem terminou com resultado mais satisfatório possível. Coronel Ferreira de Albuquerque desiste continuar como Superintendente aceitando indicação do Cel. Marcos Farias que representa a confiança dos munícipes. Espero que o presente resultado político secunde eficazmente a campanha de pacificação iniciada por V. Exa. e creio que desse modo estamos com este município completamente unido e pacificado. Saudações, Vieira da Rosa'. Não desejando imiscuir-me na política dos Estados, louvo todavia a intenção daquele Capitão e desejo saber se não contraria a política de V. Exa., pois se assim acontecer, determinarei que cesse qualquer iniciativa neste terreno. Saudações Cordiais. Gen. Setembrino.⁵⁵

O Coronel Marcos Gonçalves de Farias era um antigo federalista, que possuía um bom relacionamento com as famílias Sampaio, Quadros, Paes de Farias e com o Cel. Henriquinho de Almeida, principal adversário do Superintendente. Marcos era, portanto, o nome de consenso procurado por Vieira da Rosa. Além disso, como presidente do Conselho Municipal (Câmara de vereadores), era sucessor direto do Superintendente em caso de renúncia ou impedimento. Dois dias depois, um telegrama enviado pelo General Setembrino (transcrevendo mensagem de familiares de “fanáticos” opositores do Coronel Albuquerque) ao governador catarinense, revela detalhes desta negociação:

De: Gen. Setembrino

Para : Cel. Felipe Schmidt, Governador de Santa Catarina

Data: 20/04/1915.

"Recebi hoje o seguinte telegrama que transmito a V. Sra. na íntegra. Gen. Setembrino. União. 'Em nome de 200 homens apelamos V. Exa. Intervir Governo Estado afim Coronel Albuquerque resignar cargo superintendente retirar-se aqui. Como V. Exa. talvez não ignore ser ele único responsável luto pobres famílias desta região. Apelamos patriotismo V. Exa. e governo

⁵⁵Telegramas e minutas, caixa 5544. AHEx.

Republica sejamos atendidos para evitar enormes desordens tem havido. Somos solidários governo da República e Estado. Respeitosas saudações. Assinados Antônio Cordeiro Sampaio e João Clímaco de Quadros'. Este telegrama é de Curitibanos. Não conheço estes indivíduos e segundo V. Exa. me disse em telegrama o desejo que manifestam referente resignação de Albuquerque está em via de ser satisfeito. Este telegrama vem concorrer para o congraçamento político em virtude do qual Albuquerque deixará o posto que ocupa com a contrariedade de seus comunicípes. V. Exa. entretanto tomará na consideração que entender. Estando o Cap. Vieira da Rosa com aplausos de V. Exa. agindo patrioticamente naquele sentido, vou levar ao seu conhecimento o telegrama acima transcrito.."

Saudações, Gal. Setembrino" ⁵⁶

É importante notar o papel destacado de negociador desempenhado pelo Capitão do Exército, membro do 54º Batalhão de Caçadores, José Vieira da Rosa⁵⁷, catarinense e antigo chefe estadual do Serviço de Proteção aos Indígenas e Diretor da Carta Itinerária de Santa Catarina.⁵⁸ Vieira da Rosa, além de ser um dos poucos oficiais do exército a conhecer os caminhos do sertão planaltino, era familiarizado com a política local. Quadros e Sampaio eram fazendeiros curitibanenses que possuíam vários parentes morando nos redutos. Antônio Cordeiro Sampaio era pai dos irmãos Sampaio (Honório, João Maria, José e Marcos), que aderiram incondicionalmente ao *fanatismo*. O velho Antônio já tinha tentado uma mediação junto aos rebeldes quando da visita do Deputado Correia de Freitas ao reduto de Taquaruçú em janeiro de 1914⁵⁹.

⁵⁶ Telegramas e minutas. Caixa 5544, AHEx.

⁵⁷ Herculano Teixeira de Assumpção atribui ao Ten. Cel. Estilac Leal as gestões para que Marcos Gonçalves de Farias ficasse à testa da administração de Curitibanos. A Campanha do Contestado...Op. Cit., p. 330, vol. 1

⁵⁸ Estas informações estão no Fundo Particular do General José Vieira da Rosa. APESC.

⁵⁹ Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit. p. 137.

É importante destacar que os fazendeiros afirmam que apoiavam os governos estadual e federal, jogando toda a responsabilidade pelo conflito na administração do Cel. Albuquerque. O Capitão Vieira da Rosa sabia que estes 200 homens que subscreviam o telegrama eram adversários políticos de Albuquerque e muitos deles eram aliados diretos do Cel. Henriquinho de Almeida e tinham pouco a ver com a “Guerra Santa”, além da presença de muitos parentes nos redutos.

A conjuntura deste momento, de destruição final do grande reduto de Santa Maria, parecia ser francamente favorável a este tipo de iniciativa política. Muitos caboclos começaram a apresentar-se em massa às forças do governo; havia a clara impressão de fim de guerra, apesar de Setembrino já ter conhecimento da formação de um reduto remanescente em São Miguel, chefiado por Adeodato, Aleixo e Elias⁶⁰. As lideranças “fanáticas moderadas” pareciam precisar de uma saída honrosa para sua rendição, já que dentro dos redutos estavam submetidos politicamente ao comando irredutível de Adeodato.

No mesmo dia 20 de abril de 1915 o Gen. Setembrino responde ao telegrama de Sampaio e Quadros afirmando que o governador Felipe Schmidt concordava com o afastamento de Albuquerque da Superintendência Municipal de Curitiba. Desta maneira apelava para que cessassem todas as hostilidades e se unissem ao processo de pacificação. Albuquerque foi obrigado a aceitar seu afastamento, porém a imprensa lageana, ligada ao ex-governador Vidal Ramos continuará reproduzindo seu ponto de vista sobre os acontecimentos políticos em Curitiba.

⁶⁰Telegrama do Gen. Setembrino ao Ten. Cel. Estilac Leal, 20/04/1915. caixa 5544, AHEx.

O Coronel Marcos Gonçalves de Farias assumiu a Superintendência de Curitiba em 1º de maio de 1915, nos dias finais do mandato de Albuquerque. Nova eleição municipal estava prevista para o próximo junho. O acordo foi selado por uma reunião ampla do Partido Republicano de Curitiba, onde estavam representadas as facções inimigas lideradas pelos Coronéis Henriquinho de Almeida e Francisco de Albuquerque. O Cel. Marcos Gonçalves de Farias, destacado como nome de consenso, passou a ser considerado por Albuquerque como nome ligado a Henriquinho.

O consenso para a eleição local só alcançou a definição de nomes para a Superintendência e o Conselho Municipal. Para os Juizados de Paz houve disputa eleitoral. No acordo, ficou definida uma chapa única com nomes das duas facções: Para Superintendente: Cel. Marcos Gonçalves de Farias; para Conselheiros Municipais (vereadores): Cel. Francisco de Albuquerque, Cel. Virgílio Pereira (Delegado de Polícia e genro de Albuquerque), Major Simpliciano de Almeida (irmão de Henriquinho, porém aliado a Albuquerque), Tenente Altino Gonçalves de Farias (filho de Marcos, próximo a Henriquinho) e Tenente Coronel Henriquinho de Almeida. Para Juizes de Paz, foram indicados por Albuquerque: João Severo de Oliveira, Roberto Walter, João Goeten Sobrinho, Manoel Granemann; e indicados por Henriquinho: João Pedro Carneiro, Antônio Alves Sampaio, Felipe Arbigans e Gustavo Lucas. Na disputa dos Juizados de Paz a oposição venceu no Distrito Sede,

elegendo Sampaio e Carneiro. Albuquerque venceu nos Distritos de Santa Cecília e São Sebastião (que, na prática, estava em grande parte sob o controle dos rebeldes).⁶¹

A tentativa de recomposição oligárquica empreendida por Vieira da Rosa não foi muito duradoura e, na prática, pouco eficaz para promover a “pacificação completa” da região. As lideranças “fanáticas moderadas” continuaram vivendo nos redutos. Marcos Gonçalves de Farias governou o município até dezembro de 1918. Porém, a rivalidade entre os Coronéis Almeida e Albuquerque continuou. O Cel. Albuquerque foi assassinado por adversários políticos em dezembro de 1917. Seu filho Euclides Albuquerque foi eleito Superintendente Municipal em 1919. A partir de 1922 o Cel. Henriquinho de Almeida ocupou a chefia do executivo municipal por várias gestões consecutivas, até ser executado por adversários em 1932. Por outro lado, o endurecimento da disciplina nos redutos, com a violenta punição às deserções, foi a alternativa escolhida por Adeodato para manter a unidade rebelde, que renasceu nos novos redutos de São Miguel, Pedras Brancas e São Pedro.

Apesar de sempre desconfiado, Adeodato teve, até o fim, a lealdade de muitos chefes rebeldes, entre eles estão Chico Ventura, Eusébio, Nenê Alves e Aleixo Gonçalves de Lima que, mesmo já não acreditando nas possibilidades de vitória sobre as forças do governo, permaneceram resistindo nos redutos. A guerra sertaneja terá continuidade, com maior violência, após a retirada da expedição de Setembrino até o ataque e destruição do último reduto, em dezembro de 1915. Os irmãos Sampaio continuaram participando do movimento rebelde, embora seu pai fosse eleito como

⁶¹ Os diferentes momentos da negociação do acordo de Curitiba são relatados em O Lageano, de abril a novembro de 1915. MTC.

Juiz de Paz na Vila de Curitiba. A única rendição importante foi a de Paulino Pereira, o comandante caboclo, fabricante de gasosa em Curitiba, que aderiu ao “fanatismo” para vingar afronta pessoal. A malograda expedição rebelde a Lages foi sua última participação no movimento rebelde.

A fissura intra-oligárquica, uma das motivações do conflito na região de Curitiba, tinha se consolidado profundamente. A conversão ao movimento e ao modo de vida rebelde de uma parcela significativa da camada de fazendeiros médios e pobres não pôde ser revertida antes da derrota final do movimento “pelado”.

Costumes e transgressões

Determinados acontecimentos pessoais tomam uma imagem simbólica que repercutem politicamente com muita força. Estes eventos pessoais foram decisivos para sedimentar uma memória profundamente negativa sobre a atuação de Adeodato. Em Santa Maria, Adeodato matou sua esposa e casou com Mariquinha, a viúva de Chiquinho Alonso. Para o caboclo comum, isto parecia uma mentira inventada por *peludos*, mas quando certificavam-se do ocorrido, decepçavam-se profundamente.

O que antes podia ser respeito e admiração, agora boa parte da população dos redutos passa a ser apenas temor. Mariquinha era uma cabocla muito nova, tinha cabelos lisos e longos, pele bronzeada e considerada muito bela pelos *irmãos*. Os comentários de Rufino informam que a ex-mulher de Chiquinho “*tinha virado os cornos com o Adeodato*”(estava atraída), e que, “*a desgraça nos redutos começou quando Adeodato se juntou com a própria comadre.*”⁶²

⁶² Depoimento de Rufino a Monteiro, Duglas T. Op. Cit. p. 239.

O “se juntar” com uma “comadre”, mulher de um “compadre”, mesmo que viúva, era sentido como uma transgressão social a que ninguém tinha direito, muito menos o comandante geral, que devia ser um exemplo de correção. A comadre era ligada ao compadre por um laço de parentesco simbólico que era levado muito a sério no planalto catarinense. O amasiamento com Mariquinha tinha o significado de uma relação incestuosa. À figura demoníaca do déspota, se juntava agora a de um bandido que não respeitava normas familiares.

Tudo começou quando o velho Elias de Moraes chamou Adeodato avisando-o que o negro Germano estava de caso com sua mulher, Maria Firmina. Desesperado, Adeodato flagrou-os juntos e executou-os sem perdão. Tal procedimento seguia a regra sertaneja de defesa da honra.

Tempos depois, que não sabemos precisar, Adeodato passou a viver com Mariquinha, a viúva de Alonso. Vinhas de Queiroz insinua (sem basear-se em depoimentos), que o casamento com a mulher do antigo comandante poderia ter significado uma “posse completa” do lugar de Chiquinho, algo necessário para consolidar seu poder político⁶³. Creio que Adeodato e Mariquinha sabiam dos riscos que corriam e do significado nefasto que sua união tinha para a irmandade cabocla. É preciso considerar a hipótese de eles simplesmente se gostarem e, para viverem juntos, tiveram que enfrentar a tradição sertaneja, a qual conheciam muito bem.

Outro acontecimento que sempre é lembrado para demonizar a memória de Adeodato foi a execução de seu padrinho, Neco Peppe. O assassinato do padrinho é algo que equivale, dentro da tradição do planalto, ao parricídio. Duglas Monteiro fixa

este episódio como o exemplo emblemático de ruptura com a ordem vigente: Adeodato estaria, com este gesto extremo, rompendo, ao mesmo tempo, com o antigo mundo dos Coronéis e o do Catolicismo Oficial, que se legitimava pelas formas verticais de compadrio.⁶⁴

É necessário fazer algumas observações sobre esta questão. No processo de apelação criminal onde é requerente Olímpio Simão, um membro do piquete de Adeodato, é possível apurar alguns detalhes da relação de Adeodato com seu padrinho.⁶⁵ O processo trata do ataque à comunidade de Rio Bonito, local entre Trombudo e Santa Cecília do Rio Correntes, no município de Curitiba.⁶⁶ Consta que o ataque foi realizado em dezembro de 1914 pelo piquete de Adeodato. Porém, no processo, várias testemunhas declaram que o piquete atacante parou antes e depois na casa de Neco Peppe, na localidade de Salto, próximo a Rio Bonito.

Neco Peppe prestou depoimento, mas estava em situação difícil, sendo quase arrolado como réu. Reconheceu que já havia vivido nos redutos de Caraguatá e Santa Maria, o que é reforçado pelo depoimento de duas testemunhas, mas que só havia feito isto por que tinha medo dos “fanáticos”. Neco Peppe foi defendido por um ofício do Cel. Estilac Leal, após ter declarado os nomes de todos os membros do

⁶³ Vinhas de Queiroz, M. Op. Cit., p. 270.

⁶⁴ Monteiro, Douglas T. Op. Cit., p. 72.

⁶⁵ Processo de Apelação Criminal nº 1121, Apelante : Olímpio Simão; Apelada : A Justiça e seu Promotor. Curitiba, 1917. ATJSC. Neste processo há o traslado do processo referente ao ataque a rio Bonito, ocorrido em dezembro de 1914, pelo qual foi sentenciado Adeodato em 1916.

⁶⁶ É necessário algum cuidado com a toponímia do planalto. Há um “Rio Bonito” em Campos Novos (Tangará); outro em Canoínhas (entre a Vila e a Colônia Vieira); e, em Lages, há um “Rio Bonito” entre a cidade e a localidade de “Índios”.

piquete de Adeodato.⁶⁷ Importante observar que, na composição do piquete de Adeodato, constam seus irmãos, não citados por outras fontes. De qualquer forma, a característica principal do piquete era a sua composição familiar, os Ramos, os Crespo e os Baianos compõem a maioria dos membros.⁶⁸

Neco Peppe traiu os rebeldes. Além de não ter retornado aos redutos, entregou aos *peludos* todos os nomes que conhecia do piquete de Adeodato, inclusive do afiliado. O fato de ter sido batizado em idade maior por Neco, pode ter atenuado qualquer sentimento de interdição de Adeodato em executar o padrinho. Neco tinha se transformado num fornecedor do exército, além de abrigar em sua fazenda uma guarnição de 30 soldados, após a destruição do reduto de Santa Maria.

Miguel Peppe, filho de Neco que sobreviveu ao ataque, conta que o ânimo do piquete era de matar a família inteira. A mulher e os filhos de Neco Peppe foram poupados por intervenção de Teleme : *“Mataram o compadre, queimaram a casa; mas para matar a família, tem que matar primeiro eu”*.⁶⁹

Ao contrário dos eventos anteriores, podemos considerar como o mais significativo e emblemático ato de ruptura, tendo em vista o complexo quadro político de Curitiba, o ataque que os rebeldes fizeram a fazenda do Cel. Henriquinho de Almeida, em janeiro de 1915. Com este ato ficava evidente que os “fanáticos”, pelo menos de seu “partido” radical, não tinham esperanças nos projetos da oposição política formal ao Cel. Albuquerque. Efetivamente, o Cel. Henriquinho

⁶⁷ Este piquete de Adeodato foi, provavelmente, a última formação dos Pares de França. Relação do piquete de Adeodato, declarado no processo de Apelação Criminal nº 1121, está em anexo.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Depoimento de Miguel Peppe do Vale, filho de Manoel Peppe do Vale (Neco Peppe) em Monteiro, Douglas T. Op. Cit. p. 250.

de Almeida nunca esteve ao lado dos rebeldes, apenas cultivava uma fama de “protetor dos pobres”. Depois do ataque às fazendas da Guarda-Mor, Henriquinho procurou aproximar seus piquetes das tropas oficiais.⁷⁰

A Captura

O Jornal *O Dia* (órgão do Partido Republicano Catarinense), de Florianópolis, de 14 de agosto de 1916 informa sobre a chegada de Adeodato preso à capital do Estado e de seu depoimento ao chefe de polícia. Informa a reportagem que “*Adeodato estava calmo, usava roupa de brim suja, postou-se com as mãos cruzadas sobre o peito “amplo e forte”, escutava e respondia, sereno, ao interrogatório. Sua cor bronzeada e o negro de seus cabelos lembram o tipo guarani.*” Adeodato tinha um “*bigode ralo, de grossos fios, que estende-se sobre o beijo posterior, grosso e vermelho. Os dentes eram perfeitos e simétricos, seu olhar suave, calmo e franco de um “santo”. Disse possuir 29 anos.*”⁷¹ A certa altura do interrogatório, quando Adeodato apaticamente confirmava as execuções de sua mulher, do negro Germano e de outros líderes caboclos adversários, o delegado indagou se Adeodato tinha ordenado a morte de crianças, ao que o prisioneiro reagiu pela primeira vez, com um “*vago gesto de tristeza*” afirmou com ênfase que sempre agradou as crianças e que “*nunca as matou, nem mandou trucidá-las*” . Adeodato estava cansado, mas não a ponto de renunciar completamente a sua memória.

⁷⁰ Evidentemente, Henriquinho tinha muitos laços com os Sampaio, com Paulino Pereira e outros, ligados ao grupo “moderado” dos “fanáticos”.

⁷¹ No inquérito policial aberto com a prisão de Adeodato em Canoínhas, ele declarou possuir 26 anos.

Fundamentalmente Adeodato conseguiu passar por todos os interrogatórios (públicos e “privados”) sem “abrir” os nomes das pessoas que o ajudaram a se refugiar da polícia em diferentes pontos do planalto, por 6 meses, nem dos fazendeiros e comerciantes que forneciam armas e munições aos redutos.

A certa altura deste interrogatório, quando o Chefe da Polícia indagou (frente aos repórteres) do por quê da execução de muitas pessoas dentro dos redutos, Adeodato afirmou que teve que matar muita gente que estava saqueando. Ato contínuo, foi interrompido pelo Delegado que retrucou se isto era possível, já que o saque era comum entre os “fanáticos”, Adeodato simplesmente respondeu : “*Sim, todos nós somos malvados !*”

Adeodato deve ter sentido que era inútil fazer ver aquele Delegado e aqueles jornalistas que nos redutos viviam pessoas decentes e normais, que tinham padrões rigorosos de comportamento social, mas os *peludos* preferiram ver apenas a “fera” enjaulada, o “*Antônio Silvino dos sertões catarinenses*” que agora era apresentado como um objeto de curiosidade.

Adeodato foi julgado em Curitiba, em 1917, onde foi condenado a 30 anos de prisão. No momento do anúncio de sua sentença, um testemunho ocular anotou as décimas que o réu declamou para o tribunal reunido e o público assistente⁷²:

*“Trinta ano vô cantá
Relatando as travessura,*

*Que aqui neste processo
Acoumaro de diabrura,*

⁷² Estas décimas atribuídas a Adeodato foram transcritas por “Dr. H.”(provavelmente Henrique Rupp Jr), que cedeu este depoimento à Maurício Vinhas de Queiroz e Euclides Felipe. Encontram-se em Felipe, Euclides. *O Último Jagunço: ...Op. Cit.*, p. 199.

*Me acusaro de mir morte
Que levei à sepultura,
Mas livreí aqui do mundo
Dei descanso às criatura*

*Nada disso acho crime
Ao contrário é bravura
Afastei aqui do mundo
Os que tinha vida dura
Bem por isso tô contente
De lutá, nessas artura,
Por tirá muito cabocro
Das pobreza e das agrura*

*Sô iguar a pica-pau
Que quarqué maderá fura
Sô nas carta o Rei d'Espada
Desaforo não atura
Sô quem toro de briga
Por nadinha armo turra,
Nego bão da minha raça
Não tem chão que se apura*

*Pra tirá os mar do mundo
Tinha feito uma jura
Ajudei nosso Governo
A quem amo por ternura*

*Acabei com deiz mir pobre
Que livreí da escravatura*

*Liquidei todos faminto
E os doente sem mais cura*

*Quem quisesse terra e escola
Eu lis dava uma surra,
Ajudando os do Governo
No recheio de suas burra,
A pobreza pro inferno
Onde lá o diabo urra,
Esta terra é de nós rico
Nossas veia são mais pura!*

*A pobreza que se enforque
E se enterre numa lura
Sendo pobre é oreiudo
Sô os bobo é que zurra
Os que nasce bem esperto
Bom emprego eles percura,
Quem é pobre neste mundo
Sô merece sepultura.*

*Bem, agora me adespeço
Sô dos rico, com doçura;
Tenho sombra e água fresca
Na cadeia tem fartura,
C'um abraço ao meu Governo
Deixo a minha assinatura
Por Leodato M. Ramos
Arrespondo nesta artura."*

O tom irônico das décimas revela interessantes aspectos do pensamento político de Adeodato. Inicialmente ataca a parcialidade do julgamento e a injustiça da sentença ("as travessura que aqui nesse processo acoumaro de diabrura"). Adeodato teve um julgamento relâmpago, em 9 de novembro de 1916, onde foi condenado a trinta anos de prisão no processo referente ao ataque a Rio Bonito. Como não tinha advogado o Juiz nomeou, meia hora antes da seção, o Capitão Cornélio de Haro

Varela, homem de confiança do Cel. Albuquerque.⁷³ Nas décimas declamadas por Adeodato não há mais citação à "Guerra Santa" ou guerra de "São Sebastião".

Adeodato dirige-se a uma platéia de *peludos* e procura a linguagem adequada a este mundo diferente dos redutos. Adverte que as coisas não terminam com este julgamento e a prisão, sugerindo que continuará lutando ("*sô iguar a pica-pau que quarqué maderá fura*"..."*nego bão da minha raça, não tem chão que se apura*"). Mas seu pensamento é muito claro: ocorreu uma guerra entre "pobres" e "ricos", sendo vencida pelos últimos, aliados ao Governo.

O discurso religioso é superado pela crítica social profana. O mundo dos vitoriosos é o mundo dos ricos, das famílias importantes, dos de origem européia que tem as "*veias mais pura*", os donos de terras, espertos e de "*bom emprego*". Adeodato não nega que tenha matado várias pessoas nos redutos ("*dei descanso às criatura*"), mas afirma que a grande mortandade nos redutos no final da guerra - "*os faminto e os doente sem mais cura*" - foi útil ao governo. Não haveria mais tanto pobre a pedir "*terra*" e "*escola*". Desta forma, Adeodato denuncia a política de extermínio colocada em prática pelas forças legais no período final da guerra ("*a pobreza pro inferno, onde lá o diabo urra, essa terra é de nós rico*"..."*quem é pobre neste mundo só merece sepultura*").

Nestas décimas de Adeodato podemos inferir que não há, propriamente, o desabafo de uma liderança "alienada". Mas a importância social e o papel político assumido por este personagem nos últimos momentos da aventura cabocla, ainda estão muito longe de serem satisfatoriamente avaliados.

⁷³ Processo de julgamento pelo ataque a Rio Bonito, translado na Apelação Criminal ° 1121, ATJSC.

Armadilhas da memória

A demonização do último chefe caboclo iniciou quando os redutários passaram a apresentar-se em massa às forças oficiais em dezembro de 1915 e janeiro de 1916. Neste período estima-se que 4 mil sertanejos apresentaram-se em Canoínhas e 6 mil apresentaram-se em Curitibanos.⁷⁴ Em sua maior parte, os sertanejos apresentavam-se em condições miseráveis, depois de longo período de fome e todos os tipos de privação, muitos morriam pelos caminhos. O discurso às autoridades era quase um só: todos estavam vivendo nos redutos por ordem e temor ao chefe Adeodato.

Na fase final do conflito, as forças oficiais operavam de duas bases principais. Em Curitibanos estava aquartelado o 54º BC, sob o comando do Capitão Vieira da Rosa, auxiliado por uns 500 *vaqueanos* civis e parte da força policial de Santa Catarina. Em Canoínhas operava um grupo do Regimento de Segurança de Santa Catarina comandado pelo Capitão Euclides de Castro e auxiliado por piquetes de *vaqueanos* liderados por Lau Fernandes, perfazendo o total próximo de um milhar de homens em armas. Entre julho e dezembro de 1915 estas forças foram encurralando os rebeldes no vale do Timbó, expulsando-os da região de Perdizes, da Serra da Esperança, das proximidades do rio Correntes, dos arredores de Canoínhas.

Vinhas de Queiroz chama esta fase da guerra de “açougue” tal foi o ímpeto e a violência das forças oficiais sobre os redutários. Em 1915 o jornal “O Estado”, que

⁷⁴ Mensagem do Governador Felipe Schmidt ao Congresso Legislativo do Estado. Florianópolis: O Dia, 1916, p. 34.

tinha Henrique Rupp Jr. entre os seus redatores, fez uma série de denúncias sobre os desmandos e a violência praticada pelos piquetes de *vaqueanos* no planalto. O Jornal “O Lageano” defendia o emprego destas tropas de “patriotas” argumentando que *“são mais eficientes que o exército para desbaratar os bandos de fanáticos”* e conclui citando a opinião do Juiz de Direito de Canoíhas: *“a luta, para ser profícua ao restabelecimento da ordem sem grandes ônus ao país, tem que ser de caboclos contra caboclos”*.⁷⁵

A fase do “açougue” não foi de violência indiscriminada, mas seletiva. Rosinha e os *vaqueanos* sabiam quem eram as pessoas mais próximas ao último chefe. Muitos foram morrendo nos últimos combates, como os negros Poli Campina e Olegário, que chefiavam piquetes próprios e estavam mais expostos aos riscos de combate.

Os meses finais foram de verdadeira caçada. Informa João Melo que *“na guerra até não morreu muita gente, mas depois da guerra tinha muita gente sendo paga para matar caboclos. Muitos correram pra toda parte para se esconder. Muita gente foi morta e aprisionada depois da guerra.”*⁷⁶ É difícil determinar quantos rebeldes morreram efetivamente em combate ou foram simplesmente executados quando se rendiam.

O governador Felipe Schmidt informa que nos últimos meses de combate *“os mais temíveis bandoleiros, indivíduos de pior espécie, rebeldes a todo o contato com a civilização, postos fora da Lei da Humanidade pelos crimes atrozes que*

⁷⁵ *O Lageano*, 26/06/1915, p. 2. MTC.

⁷⁶ Entrevista com João Melo, em anexo.

*praticaram, foram mortos em combate com as tropas de Vieira da Rosa. O número destes indivíduos eleva-se a 150.*⁷⁷ Ou seja, tudo indica que as principais lideranças de briga, notadamente os ligados ao “partido” mais radical, foram liquidados no final do conflito. Determinadas fontes, como os Autos de Perguntas, só foram colhidos durante a campanha de Setembrino, entre setembro de 1914 e abril de 1915, onde a maior parte dos aprisionados são desertores dos redutos do norte. Só dois depoentes – João Melo e Totó – não reproduziram a ladainha de demonização de Adeodato. Os sobreviventes dos redutos são pessoas que procuraram o silêncio ou simpatizantes do “partido” mais moderado, que, em última instância, reproduzem o mesmo discurso dos *peludos* sobre a fase final do conflito.

De alguma maneira, o “partido fanático moderado” continuou atuando após a guerra, não como uma força política independente, mas como um grupo de apoio disponível à ambição política do Cel. Henriquinho de Almeida, em sua luta contra o Cel. Albuquerque. Verifica-se isto claramente, em 21 de janeiro de 1918 - um mês após o assassinato do Cel. Albuquerque e dois anos após a conclusão da guerra sertaneja – quando o Cel. Henriquinho de Almeida, com “100 paisanos fanáticos” tentou ocupar a Vila de Curitibanos para libertar Alfredo Sampaio, filho do velho Antônio Cordeiro Sampaio. Alfredo, antigo rebelde, era um dos acusados de matar Albuquerque e, neste episódio, foi executado pelo delegado municipal, o Tenente César da Silva.⁷⁸

⁷⁷ Vários, Força Pública do Estado de Santa Catarina (1835-1935), São Paulo: Typographia Cupolo, 1935.

⁷⁸ Processo de apelação criminal. Curitibanos, 1919. Apelantes: Tem. César da Silva e Pedro Fabiano da Rosa. APTJSC.

Henriquinho assumiu a Superintendência quatro anos depois, substituindo Euclides Albuquerque, filho do antigo chefe local. A visibilidade pública deste grupo de “ex-fanáticos”, que voltavam à notoriedade pública pelas mãos do Cel. Henriquinho, possivelmente deve ter operado no sentido de uma reelaboração da memória sobre o movimento rebelde, com a marginalização completa da época de chefia de Adeodato e dos representantes da facção mais radical.

Tratamento dos prisioneiros

A preocupação com o tratamento a ser dispensado aos prisioneiros de guerra já era presente no início de 1915, quando o General Setembrino de Carvalho começou a trocar um grande número de telegramas sobre este assunto com os governos do Paraná e Santa Catarina, e com o Ministro da Guerra, Gen. Caetano de Faria.

Inicialmente Setembrino defende a possibilidade de remeter os prisioneiros para o norte do país, para a Amazônia, já que sua permanência no planalto poderia suscitar um recrudescimento do movimento. Em março de 1915, Setembrino planeja dirigir os prisioneiros para colônias da região, pensando que os “ex-fanáticos” deveriam ser submetidos a uma forte autoridade. Porém a Inspetoria Federal de Povoamento do Solo, órgão ligado ao Ministério da Agricultura informou que não haviam terras disponíveis, sendo as colônias existentes organizadas para a recepção de imigrantes europeus.⁷⁹ O problema assume proporções gigantescas, já que tratava-se de rendições em massa de grandes levas de sertanejos. O governo não dispunha de

⁷⁹ Telegrama do Gen. Setembrino de Carvalho ao Gov. Felipe Schmidt, 16/04/1915. Caixa 5544, AHEx.

recursos suficientes para alimentá-los por muito tempo e os caboclos não eram os indivíduos sonhados para povoarem as colônias oficiais.

Por fim, com a queda do reduto de Santa Maria e a apresentação às forças oficiais de milhares de sertanejos, Setembrino chega a uma alternativa mais prática:

Telegrama- 14/04/1915.

De: Gen. Setembrino de Carvalho

Para: Cel. Leitão, comandante do 54º Batalhão de Caçadores, Lages

*"A fim de dar liberdade aos prisioneiros que aí existiam antes da tomada do reduto de Santa Maria, convém ouvirdes sobre a conduta deles os Srs. Belisário Ramos"[Superintendente Municipal] " , Dr. Mileto Tavares (Juiz de Direito) e Cel. Emiliano Ramos, que, conforme indicação me fez o governador de Santa Catarina, poderão informar quais os que, pela sua conduta e precedentes, estão em condições de voltar a seus lares, ao invés de serem localizados em colônias. O meu pensamento é o seguinte (em resumo): Devendo existir aí prisioneiros que tem casas e que se achavam obrigados nos redutos, é preferível que voltem a seus lares uma vez que se comprometam a não pegar em armas, servindo os seus precedentes de garantia. Combinai, pois com aquelas pessoas essas providências. Saudações, Gen. Setembrino."*⁸⁰

Setembrino está referindo-se aos prisioneiros rebeldes de Lages, quase todos provenientes dos combates ocorridos no Cerrito, em Capão Alto, Campo Belo e Serra do Canoas, entre outubro e dezembro de 1914. A opção escolhida, de apresentação dos prisioneiros para o exame do Juiz de Direito e dos Coronéis Belisário e Emiliano Ramos (irmão e primo do ex-Governador Vidal Ramos), para que possam dar "garantia" sobre o comportamento dos mesmos é uma prática que irá se generalizar pelos anos de 1915 e 1916, para os rebeldes que apresentaram-se às autoridades locais de outros municípios conflagrados. Em Curitiba, o Gen. Setembrino orientou os oficiais do exército a somente libertar prisioneiros "fanáticos" após serem

⁸⁰ Talões de minutas de telegramas, caixa 5544, AHEx.

consultados o juiz Guilherme Luiz Abry e os Coronéis da Guarda Nacional Marcos Gonçalves de Farias e Virgílio Pereira.⁸¹

Raulino Correia de Souza, que viveu nos redutos quando criança, descreve a situação de sua família no momento de apresentar-se às autoridades:

*"Quando a guerra terminou, conseguimos fugir para um sítio de um amigo de meu pai. Ele nos deu água com mel. Um copo para cada um. Me senti nascendo de novo, de tão fraco que estava. Neste sítio [de] um tal de Domingos Beja, muitas famílias que fugiram do último reduto estavam escondidas. Naquela noite, o meu pai disse ao Domingos que no dia seguinte ia se apresentar ao Goethen, em Santa Cecília.[do Rio Correntes] O filho do velho Goethen, (...) estava com o pessoal do governo. Meu pai foi pra lá com dois piás e um irmão da minha mãe, que era um homem alto e sujeito muito prosa, sabia se entender com o pessoal do governo. No fim da tarde meu pai retornou com eles. Vinham com muita comida, café, tudo. Daí foi só ficar gritando pelo mato por perto que as pessoas iam se apresentando. Depois voltamos para o nosso antigo sítio."*⁸²

Antigos laços de amizade e compadrio devem ter sido reatados no período crítico das rendições, processadas em massa entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916. Sebastião Costa, descendente de redutários do Timbó, descreve situação semelhante de rendição dos sertanejos:

*[No final da guerra] muita gente ficou escondida no mato bastante tempo, queriam ter segurança para se apresentar para as forças do governo. Por aqui, um tio meu, o Júlio Costa, tinha trabalhado para as forças do governo, mas conhecia muitos jagunços que estavam no reduto. Ele fazia várias viagens ao Timbó e ao Tamanduá e trazia, aos poucos, as famílias que iam se apresentando. Aquele pessoal chegava miserável, muitos nem roupas tinham. Meu pai também, na época tinha 18 anos, ele trouxe muita gente do mato que queria se apresentar e estava com medo. Depois este pessoal dos redutos ficou por aqui mesmo, voltaram cada um para as suas terrinhas."*⁸³

⁸¹ Telegrama do General Setembrino de Carvalho ao Capitão José Vieira da Rosa, Comandante do destacamento federal em Curitiba, 14/04/1915. Caixa 5544, AHEx.

⁸² Segunda entrevista com Raulino Correia de Souza, em anexo.

⁸³ Entrevista com Sebastião Costa, em anexo.

Sem dúvida, com o fim da guerra sertaneja, nunca o poder dos Coronéis contou com tantas condições favoráveis a tornar-se mais abrangente e discricionário sobre as populações caboclas do planalto. As formas de “apresentação” dos prisioneiros às autoridades locais converteram-se em passaportes para a criação, ou recriação, de situações de dependência e ampliação da patronagem.

Com a retirada do grosso da tropa federal, em abril de 1915, tal constrangimento só intensificou-se mais, com a maior relevância do poder local e dos *vaqueanos* na captura dos prisioneiros. Para os rebeldes famintos e doentes que se apresentavam, a promessa de submissão passou a representar garantia de vida. Os sertanejos que tinham o azar de encontrar pela frente os piquetes *vaqueanos* de Pedro Ruivo, em Canoínhas, ou Coletti, em Santa Cecília do Rio Correntes, sabiam que seriam massacrados sem piedade.⁸⁴ Estes procedimentos acentuaram o discurso de vitimização dos que se apresentavam, como uma ladainha, afirmavam que estavam vivendo à força nos redutos, sob a ameaça violenta e onipresente de Adeodato, como podemos observar em vários depoimentos em anexo.

No plano judiciário, é sintomática a assistência prestada a lideranças rebeldes “moderadas”, em detrimento das “radicais”. O jovem Henrique Rupp Jr, filho do Superintendente Municipal de Campos Novos, foi advogado de defesa de Paulino Pereira, dos irmãos Sampaio, de Chico e Guilherme Ventura e outros sertanejos acusados de incendiar Curitiba. Os réus sobreviventes foram libertados por

⁸⁴ Encontramos notícias sobre a atuação destes piquetes nas entrevistas de Lauro Costa, Raulino Correia de Souza, em anexo.

Habeas Corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal em 8/07/1916.⁸⁵ O mesmo advogado agiu na Comarca de Canoínhas para a liberação dos rebeldes Conrado Grobbe, Sebastião Campos, João Busse (João Polaco), Gregório de Lima, Follador Quirino (Espírito Santo Eterno), José Varela, Manoel Francisco Gonçalves e João Afonso da Silva, que estavam presos na cadeia de São Francisco, uma vez que não havia espaço na cela de Canoínhas. O Supremo Tribunal de Justiça de Santa Catarina concede *Habeas Corpus* a todos, com exceção de José Varela, por já ser pronunciado.⁸⁶

Adeodato e seu piquete não tiveram a mesma sorte. Aqueles que conseguiram ser capturados com vida não contaram com os serviços do jovem advogado de Campos Novos. Os serviços advocatícios de Henrique Rupp Jr só estiveram à disposição dos “fanáticos moderados”. A cisão do grupo rebelde, iniciada na disputa de poder entre Eusébio Ferreira dos Santos e Elias de Moraes continuava apresentando seus desdobramentos.

⁸⁵ Sumário de Crime de Sedição, dano à propriedade pública e privada. Réus: Honório Sampaio e Outros, Curitiba, 1916, Processos Judiciais, caixa 45, APESC.

⁸⁶ Autos de Habeas Corpus da Comarca de Canoínhas, pacientes: Conrado Grobbe e outros, advogado: Henrique Rupp Jr, 1916. MJC.

Considerações finais

“O exército bateu-se pela extinção do mascarado banditismo que campeia em todo o território do Contestado, hipocritamente abrigado à meiga sombra da cruz, por eles tão cinicamente injuriada.”¹

Como observa o General Setembrino de Carvalho acima, havia algo “além” do discurso religioso presente no movimento do Contestado. Para este militar, os símbolos religiosos do movimento (como a cruz) apenas encobriam a atividade do banditismo.

No presente trabalho, buscamos as mais diferentes fontes e pistas disponíveis para avaliar as origens sociais e a atuação política das lideranças rebeldes. Apesar das fontes à disposição não fornecerem informações muito significativas sobre as trajetórias destes indivíduos, é possível inferir que havia muita coisa além do discurso religioso, mas não algo como forma de “mascaramento”.

As lideranças rebeldes construíram um discurso híbrido, que envolvia as expectativas milenares e religiosas fundidas ao descontentamento político e a rebelião social. Um conjunto de fatores econômicos, sociais e culturais, concorreram para o desencadeamento deste tipo de revolta e para a formulação de um corpo próprio do projeto rebelde.

A região que viveu o conflito não apresentava uma estrutura social uniforme. Tendo em vista a relativamente recente ocupação do planalto médio e norte

¹ Comando de colunas. Ordem do dia 18/04/1915, relatório de combate a Santa Maria. General Fernando Setembrino de Carvalho. AHEx.

catarinense, os territórios de Curitiba e Canoíhas apresentavam um perfil social mais diversificado e menos rígido que a antiga região pecuarista de Lages, no planalto sul. A vegetação nativa, com o predomínio de matas, ervais e faxinais sobre os campos, contribuiu, inicialmente, para a maior presença social de posseiros e sitiantes independentes. A situação de fronteira agrícola, devido a relativa escassez de mão-de-obra e a proximidade de terras livres, proporcionava a muitos trabalhadores do planalto médio e norte um grau de independência significativamente maior se comparados com a situação dos peões e agregados da região de Lages.

A situação geográfica do planalto colocava-o no meio de um conjunto de rotas mercantis conhecidas como “caminho das tropas” que, desde cedo, interferiu no prolongamento dos laços sociais e de parentesco, bem como na ampliação dos contatos culturais. Aqui as relações de compadrio, verificadas em todo o meio rural brasileiro neste período, possuíam uma estreita ligação com a atividade tropeira e apresentavam laços distribuídos em extensa abrangência geográfica.

A gente cabocla, com forte presença negra e indígena, mesclada a alguns grupos familiares de origem paulista e rio-grandense, compunha a principal base da população trabalhadora da região. Na virada do séc. XIX para o XX cresce a presença de imigrantes europeus: alemães, poloneses e ucranianos. Uma primeira leva, demograficamente pouco significativa, amalgamou-se à população local, sendo que muitos imigrantes e seus descendentes adotaram o mesmo modo de vida e subsistência da população pobre nacional, *acaboclando-se*. Outra leva de imigrantes foi dirigida a projetos de colonização oficiais (Iracema, Moema, Colônia Vieira) ou patrocinados pela *Lumber* (colônias em estações ao longo da Estrada de Ferro São

Paulo — Rio Grande), em territórios obtidos a custa da expropriação da população nacional.

O fenômeno político do coronelismo apresentou especificidades no planalto. O município de Curitiba, berço e epicentro do movimento rebelde, passou, desde o séc. XIX, por uma permanente instabilidade política, tendo em vista a fragilidade social de sua elite dirigente, que necessitava do apoio da oligarquia lageana para assegurar seu poder de mando local.

O movimento federalista, de 1893 a 1895, deixou profundas marcas na região, tanto na oposição ao projeto republicano vitorioso, como na permanência de várias lideranças *maragatas* avulsas, não absorvidas pelo Partido Republicano Catarinense do planalto. Algumas destas lideranças aderiram ao movimento sertanejo convertendo-se em destacados “comandantes de briga”, como o negro Olegário, Aleixo Gonçalves de Lima e Castelhana.

No início do séc. XX, e durante o conflito do Contestado, verificamos um reforço no poder político e social dos Coronéis, com a diminuição da independência de sitiantes e agregados, algo que se acentua com o deslocamento da fronteira agropecuária mais para oeste e, depois, através das maneiras pelas quais se procederam as rendições em massa dos redutários.

A antiga disputa de limites entre os estados de Santa Catarina e Paraná foi mais intensa no planalto norte, nos vales dos rios Iguaçu e Negro, do que propriamente na extensa região à oeste, nos campos de Palmas. No planalto norte situavam-se as principais reservas nativas de erva-mate (principal mercadoria de exportação dos dois estados), disputadas por frentes de expansão dirigidas por

comerciantes e chefes políticos locais, ligados aos respectivos estados litigantes. A permanência de um longo período de indefinição dos limites, havendo polêmica mesmo em relação à jurisdição provisória – como no vale do Timbó – alimentou uma série de conflitos e rivalidades por conta das lacunas e superposição de jurisdição e mando.

A luta pela terra adquiria características peculiares no início do século XX, sendo que, para boa parte da população, seus problemas e impactos eram associados a implantação do próprio sistema político republicano. O crescimento da fronteira agropecuária na direção oeste e a implementação da legislação estadual de terras a serviço dos grandes pecuaristas e das companhias particulares de colonização, atingiram grupos expressivos de pequenos sitiantes e posseiros caboclos, alguns até com posses legalmente legitimadas.

A intervenção do capital estrangeiro ampliou a crise social já existente no planalto. No oeste, a grilagem e a usurpação perpetrada por agentes da *Brazil Railway* e da *Lumber*, que passaram a controlar praticamente todo o vale do rio do Peixe nos primeiros anos do século XX, repetiram-se na década seguinte no trecho norte, com a construção do ramal União da Vitória – Rio Negro, da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, atingindo populações dos vales do Timbó, Paciência e Canoínhas. Além disso, a implantação do transporte ferroviário levou à decadência o antigo comércio baseado nos caminhos de tropas, causando significativa depressão econômica na região.

Foi possível descartar a informação, levantada por diversos autores, de que boa parte dos trabalhadores que construíram a linha de ferro eram indivíduos

(desempregados e criminosos) enviados de outras regiões do país. Pelo contrário, os dados disponíveis apontam para o emprego maciço de habitantes da região entre os *turmeiros* e não há, entre as lideranças rebeldes, pessoas que tenham sido deportadas de outras regiões para trabalhar nestas obras.

As andanças e a pregação, pela região, dos diferentes indivíduos que assumiram a identidade de João Maria, criaram um espaço mental de cultivo de práticas locais de cura, normas de conduta e procedimentos sociais e religiosos que iam de encontro à nova política do clero católico, mergulhado num intenso processo de romanização, principalmente dos franciscanos alemães que atuaram pela região.

A atuação das forças oficiais frente aos primeiros ajuntamentos em torno do monge José Maria em Taquaruçu e no Irani, principalmente dos Coronéis representantes do poder local, e das forças estaduais empregadas a seu serviço, transformaram os devotos em rebeldes, criando um foco de contestação política e social e o reerguimento dos acampamentos, um ano após o falecimento do monge.

O conflito do Contestado foi uma disputa muito além dos marcos do coronelismo. Não se tratou de uma guerra entre diferentes parentelas. Durante o desenrolar da luta ocorre, inclusive, a dissolução de boa parte dos antigos laços de parentesco e compadrio, com várias famílias dividindo-se entre os dois lados da contenda, embora isto não tenha sido total, uma vez que foi possível identificar, na invasão da Vila de Curitiba, a vigência de muitas destas relações.

O processo de reelaboração mística, ocorrido após a morte do monge José Maria no Irani, empreendido pelas lideranças de Taquaruçu e Perdizes – Eusébio, Querubina e Ventura – levou à construção de um projeto distinto e autônomo de

sociedade: o “Quadro Santo”. Este projeto autônomo, implementado no 2º Taquaruçu, a partir de dezembro de 1913, baseou-se na concepção sertaneja de “Monarquia”, na negação do regime republicano dos Coronéis e reelaboração dos ensinamentos de João Maria, com a criação de algo efetivamente novo, as práticas sociais comunitárias, o “comunismo caboclo”.

Sendo uma Monarquia sem Rei, animada pela espera do *retorno* de José Maria e do *Exército Encantado de São Sebastião*, o projeto de Taquaruçu deixou o caminho aberto para uma sucessão de diferentes lideranças, inicialmente mais místicas e, com o correr da luta com o governo, paulatinamente, vão se afirmando no comando as “lideranças de briga”. No entanto, mesmo as “lideranças de briga”, quando assumiam o comando geral, precisavam legitimar-se religiosamente, sendo acompanhados por *virgens* e novos monges.

Dados levantados de inventários de herança e demais processos civis, permitem afirmar, ao contrário do que foi apresentado por outros pesquisadores, que grande parte das principais lideranças rebeldes eram sitiantes relativamente pobres, mesmo quando se tratava de alguns oficiais da Guarda Nacional ou de pessoas que ocuparam, antes da guerra, alguns cargos importantes dentro da estrutura de poder local, como os juizes de paz, delegados e subdelegados de polícia.

O discurso religioso reelaborado encontrou condições favoráveis de recepção por parte de sertanejos pobres, posseiros expulsos, peões e tropeiros desempregados e outros setores sociais que sofriam forte perseguição por parte dos Coronéis Superintendentes de Curitiba, Canoíhas e Lages, bem como dos sitiantes sujeitos a constantes constrangimentos por parte das autoridades paranaenses nas regiões

contestadas do planalto norte. A defesa da “Santa Religião” passou a ser um objetivo da “Guerra Santa” promovida pelos devotos, agora declaradamente rebeldes.

O projeto rebelde passou a institucionalizar determinadas práticas religiosas, políticas e militares dentro das “Cidades Santas”: as *formas*, a formação do grupo dos “Pares de São Sebastião” ou “Pares de França”, as rezas e amuletos, as fitas brancas amarradas aos chapéus, as bandeiras brancas com cruzeiros verdes, a veneração de *virgens* de bom *aço* e dos *Meninos-Deus* e a preferência pela luta corporal com arma branca.

A linguagem elaborada da “Guerra Santa” teve a capacidade de transformar-se em uma linguagem geral da rebelião, agregando ao movimento grupos e indivíduos distantes do eixo Taquaruçu – Perdizes, que não haviam vivenciado o processo local de reelaboração, mas que apropriaram-se dos símbolos e da linguagem de Taquaruçu, bem como de seu modelo organizativo de “Quadro Santo”. É o que ocorre, principalmente, com a adesão das lideranças – como Bonifácio Papudo, Aleixo Gonçalves de Lima, Antônio Tavares, irmãos Sampaio, Paulino Pereira - que representavam a oposição política oficial aos chefes locais de Curitiba, Canoíhas e Lages.

A expansão social e geográfica do movimento rebelde, que alcançou o domínio sobre um território de dimensões semelhantes ao do estado de Alagoas, foi possível devido a determinação dos “pelados” em colocar e impor seu projeto para sociedade circundante, não apenas para os devotos iniciais. A disputa com as forças do governo acelerou o processo de migração em direção aos redutos, muitas vezes de sertanejos que eram levados a força. A maleabilidade da adaptação da linguagem da

“Guerra Santa”, significando diferentes apropriações locais, ao mesmo tempo que facilitou o rápido crescimento do movimento, inclusive da “conversão” de muitos sertanejos que haviam sido forçados a aderir a “Guerra Santa”, apresentou claras limitações no sentido da dispersão de forças e da estrita territorialidade de algumas chefias. Porém, algumas lideranças que se gestaram em conflitos contra determinados representantes do poder local, acabaram por aderir a causa geral da “Guerra Santa”, combatendo em diferentes regiões do planalto, como ocorreu com Aleixo Gonçalves de Lima e os irmãos Sampaio.

Além da heterogeneidade de origens social e geográfica, demarca-se, entre as lideranças rebeldes, uma discussão que definiu o processo de sucessão do comandante Chiquinho Alonso, com a consolidação, dentro dos redutos, de dois “partidos”: o “moderado”, representado pelas lideranças decaídas de Eusébio, Querubina e das *virgens*, que defendiam um processo de negociação de paz com as forças do governo; e o “radical”, liderado por Elias de Moraes, Chiquinho Alonso, Adeodato e outros, corrente dominante até o final do conflito, que defendia a continuidade da “Guerra Santa” contra os *peludos*.

As forças do governo, coordenadas pelo General Setembrino de Carvalho, além de operar uma grande campanha militar de cerco e repressão ao movimento rebelde, procuraram enfraquecer os sertanejos, atraindo o decaído “partido fanático moderado” com o afastamento do Cel. Albuquerque da Superintendência Municipal de Curitiba, em abril de 1915. A conciliação oligárquica local, costurada em torno do Cel. Marcos Gonçalves de Farias, tirando da marginalidade política o Cel. Henriquinho de Almeida e seus seguidores, não foi capaz de evitar o reerguimento

dos “Quadros Santos” após a destruição do grande reduto de Santa Maria. Adeodato continuou a “Guerra Santa” a partir dos redutos de São Miguel, Pedra Branca e São Pedro, até a derrota final dos sertanejos, vencidos pela fome, doenças e combates impiedosos levados por *vaqueanos* civis.

Neste contexto, o período de comando de Adeodato foi marcado pelo agravamento das dificuldades internas nos redutos, pela impossibilidade de manter comércio externo, pela desagregação dos laços comunitários, pela fome e pela intensificação do dilema de render-se ou continuar lutando. Cada vez mais isolados internamente, no intento de dar continuidade à “Guerra Santa”, Adeodato e os demais membros do “partido radical”, passaram a entender qualquer iniciativa de fuga ou rendição como uma traição a causa “pelada”.

O chamado “período de terror” interno dentro dos redutos foi reproduzido pela memória local e, com extremo exagero, tanto por representantes das forças *peludas*, como por setores significativos de pessoas que viveram nos redutos e identificavam-se com o “partido moderado”.² Para a manutenção deste tipo de memória, muito contribuiu a repressão seletiva da fase do “açougue”, quando uma quantidade reduzida de unidades do exército operou no planalto com grande número de *vaqueanos* civis no combate aos redutos remanescentes, após a destruição de Santa Maria, sendo seu alvo de extermínio preferencial as lideranças ligadas ao “partido radical”.

² Vinhas de Queiroz é o único autor que reconhece que há exagero nas acusações de atrocidades praticadas por Adeodato, *Op. Cit.*, p. 270.

Não é nosso propósito realizar julgamentos morais de personagens deste conflito, é importante que se evite idealizações que não guardam correspondência com a atividade política e social das lideranças estudadas. É evidente que Adeodato cometeu muitas atrocidades nos redutos, porém, efetivamente ele não era muito diferente de outras lideranças rebeldes, que também resolveram à força determinados impasses. Chiquinho Alonso, que é bem lembrado por muitos moradores das “Cidades Santas”, também resolveu à força suas diferenças com Vanuto Baiano³ e há notícias de que a *virgem* Maria Rosa mandava degolar aqueles que ela suspeitasse que estivessem espionando para os *peludos*.⁴

É preciso que se reflita com maior clareza o contexto político vivido pelo movimento rebelde em sua fase derradeira. O processo de rendição e liberação dos sertanejos, que apresentaram-se em massa às autoridades locais e militares entre dezembro de 1915 e janeiro de 1916, sedimentou entre estas pessoas um discurso de auto-vitimização, que era parte da encenação de submissão às autoridades oficiais para garantir suas vidas, afirmando que viveram nos redutos por que para lá foram levadas à força, não podendo fugir, uma vez que estavam ameaçadas de morte por Adeodato. Tudo isto contribuiu para a formação de uma memória demonizada da figura do último chefe rebelde, o que, em última instância, permanece como uma condenação geral a todo o projeto caboclo que ousou desafiar a ordem vigente.

³ Conforme tratamos no Capítulo 4.

⁴ Depoimento de Nhoca para Vinhas de Queiroz, M. *Op. Cit.*, p. 168.

Fontes e Bibliografia

1. Fontes Orais:

1.1. Realizei entrevistas, entre 1998 e 2000, com as seguintes pessoas:

- Antônio Fabrício das Neves, da família dos “Fabrícios”, amigos do monge José Maria, no Irani, em 11/02/1998;
- Antônio França Pinto, descendente de *vaqueanos* das tropas oficiais, em Lebon Régis, em 27/02/1998;
- Avelino Correia, antigo tropeiro, em Curitiba, em 28/02/1998;
- Ayhurê Tavares, filho do chefe rebelde Antônio Tavares de Souza Jr, em Itajaí, em 15/05/1999;
- Cipriano Fragoso, filho de moradores do reduto do Timbó, em Matos Costa, em 06/06/1998;
- Dario Carneiro, da família Carneiro (campos de São João), em Caçador, em 12/06/1998;
- Domingas Ávila dos Santos, filha da *virgem* Teodora, bisneta do chefe rebelde Eusébio Ferreira dos Santos, em Lebon Régis, em 13/04/2000;
- Elias Ribeiro, antigo morador de Caraguatá, em São Cristóvão do Sul, em 12/02/1998;
- Firmino Martim, antigo vaqueano das forças legais, em Jaborá, em 13/04/2000;
- Gilberto Kopeki, descendente de empreiteiros da *Brazil Railway*, em Irienópolis, em 26/02/1999;
- Graciliano Alves dos Santos, antigo tropeiro, morou nos redutos, em Curitiba, em 13/11/1998;
- João Maria de Paula, descendente de moradores da “Costa da linha” e devotos de João Maria, em Matos Costa, em 06/06/1998;
- João Maria Palhano (Lica), da família Palhano, viveu nos redutos, em Taquaruçu, Fraiburgo, em 28/02/1998;
- João Melo, foi menino de recados do chefe rebelde Adeodato, em Rio das Antas, em 12/06/1998;

- João Paes de Farias, filho do chefe rebelde Chico Ventura, foi tamboreiro dos "Pares de França", em Timbó Grande, em 11/02/1998;
- João Pedro de Souza (Totó), antigo morador da "Invernada dos Negros", de Campos Novos, em 09/07/2000 ;
- João Rupp Sobrinho, neto do Cel. Henrique Rupp, em Campos Novos, em 27/08/1999;
- Laurentino Martins, morador da "guarda" da boca da Serra da Esperança, em Caçador, em 13/04/2000;
- Lauro Costa, ex-Prefeito e filho de Faustino José da Costa (fazendeiro e membro do Partido Republicano de Curitibanos), em Curitibanos, em 27/02/1999;
- Manoel Jungles, antigo trabalhador da *Brazil Lumber and Colonization*, sobrinho do chefe rebelde Aleixo Gonçalves de Lima, em Canoínhas, em 08/07/2000;
- Maria da Conceição Correia, filha de sitiante expulsos pela guerra, em Canoínhas, em 14/11/1998;
- Nonésia Carneiro Driessen, da família Carneiro (Campos de São João) em Caçador, em 12/06/1998;
- Raulino Correia de Souza, antigo habitante dos redutos, em Lebon Régis, primeira entrevista em 27/02/1999 e segunda entrevista em 12/04/2000;
- Rosalina Watrin, devota de São João Maria, em Rio Pretinho, Canoínhas, em 15/11/1998;
- Sebastião Costa, descendente dos primeiros moradores da "Colônia Vieira", em Major Vieira, em 28/08/1999;
- Valmor Carlin do Prado, descendente da família Carlin, que aderiu à vida nos redutos, em Lebon Régis, em 13/04/2000;

1.2. Entrevistas realizadas pelo padre Thomas Pieters, entre 1973 e 1974:

- Firmino Gonçalves Pontes, de Butiá Verde, Fraiburgo;
- Margarida Ribeiro, Fraiburgo;
- Aristiliano Dias e mãe, Fraiburgo;
- Benedito (Chato) de Oliveira, Taquaruçu, Fraiburgo;

- Afonso Ribeiro, Liberata, Fraiburgo;
- Joaquim Pereira Neto e Olinda Pereira Neto, Bahia, Fraiburgo;
- Nelson Scholl, Capela XV de novembro, Fraiburgo;
- Valdir Rodrigues Mafra, Barra, Fraiburgo.

2. Fontes Documentais:

2.1. Arquivo Histórico do Exército:

- Ficha funcional do Capitão João Teixeira Mattos da Costa, elaborada pelo Ten. Cel. Fernando Lopes da Costa;
- Ordem do dia de 18/04/1915, Comando de Colunas contra Santa Maria;
- Auto de Perguntas a prisioneiros (1914 e 1915): Francisca Simôa de Lima, Manoel da Silva Quadros, Antônio Geraldo Pires, Sebastião Gonçalves Padilha, José Tavares Freire, Manoel Libório, Rafael Teodoro do Vale, Francisco Majeski, Estefânio Schdeloski, Inocêncio Manoel de Mattos, Gregório Chenvgh, Guilherme Romais, Francisco Thomaz, Manoel Joaquim de Araújo, Eusébio Henrique de Mello, Francisco Hieck, Antônio Gaspar de Miranda, Manoel Lourenço Gomes, Manoel Nunes de Lima, Albino Lourenço Gomes, Antônio Martins dos Santos, Manoel Lourenço de Andrade, Carmilha Simôa Chaves, Pedro Zakalugene, Timotheo Telles de Souza, Manoel Flores, Manoel Alves de Quadros, Francisca Maria da Silveira, José Ribeiro da Costa, Jorge Pires do Prado,
- Inquérito sobre morte do Cap. Matos Costa e fuga do trem, 1914;
- Inquérito sobre roubo de 55 rezes do Exército em Canoínhas, 1915;
- Partes de combate do Contestado (Taquaruçu, Caraguatá, Canoínhas, Santa Maria), 1914 e 1915 caixa 5536;
- Telegramas e minutas do Gen. Setembrino de Carvalho para os Comandantes de Colunas móveis, o Gov. Felipe Schmidt, o Ministro da Guerra e outras autoridades, 1914 e 1915, caixas 5540 e 5544;
- Relatório da Coluna Móvel da linha Norte, 1915;

- Relatório do comandante do 51Batalhão de Caçadores, Ten. Cel. Alfredo Leão da Silva, 1915;
- Operações contra Santa Maria. Movimento de Colunas, 1915;
- Relatórios de inspeção da Coluna Oeste, dez. 1914;
- Inquérito policial-militar, réus : R. Elkhe e Affonso Gama, 1914;
- Coluna Leste: "Relação nominal dos fanáticos apresentados", 1915, caixa 5537;
- Relatórios avulsos de vários oficiais do exército, 1914, 1915, caixa 5539.

2.2. Arquivo do Fórum de Justiça de Curitiba:

- Auto de Prisão e Perguntas a (A)Deodato Manoel Ramos, 02/08/1916;
- Inventário de Margarida e Frederico Ferreira de Souza, 1915;
- Inventário de Elias Antônio de Moraes, 1916;
- Inventário de Praxedes Gomes Damasceno, 1915.
- Processo-crime por abigeato, réu: M. E. Silva, 1916;
- Inventário de Maria dos Anjos Ferreira, 1919;
- Inventário de Júlio Alves Ribeiro e sua esposa Domiciana de Assumpção, 1916;
- Processo de partilha amigável de terras entre Simpliciano Rodrigues de Almeida e Manoel Pedro Carneiro, condomínio da Fazenda Guarda-Mór, Curitiba, 1916;
- Autos de arrecadação de bens do finado Generoso Ribeiro de Assumpção, 1915;
- Inventário de Maria Santos de Moraes, 1919;
- Licença para arrecadar bens de ausentes. Autor: Antônio Ferreira dos Santos, (filho de Eusébio Ferreira dos Santos e Querubina) 1915;
- Autos de impetração de entrega de menores. Requerido: Pedro Caetano de Oliveira, 1916.

2.3. Arquivo Histórico Municipal de Canoíhas:

- Processo-crime por abigeato. Réus: T. C. Castro e J. Fernandes, 1915;
- Processo-crime por homicídio. Réu: J. Varela, 1916;
- Processo-crime por homicídio. Réus: A. Ignacio e M. Oliveira, 1912.

2.4. Arquivo Municipal Dr. Waldemar Rupp, de Campos Novos:

- Telegramas recebidos e emitidos pelo Superintendente Municipal de Campos Novos, 1912, 1913, 1914, 1915;
- Leis Municipais de Campos Novos 1907 a 1916;
- Protesto eleitoral. Autor: Cel. Henrique Rupp, 1915;
- Testamento do Cel. Manoel da Silva Farrapo;
- Processo-crime homicídio. Vítima: Cel. Francisco de Albuquerque, Réus: Cel. Henrique Paes de Almeida e outros.

2.5. Arquivo da Rede Ferroviária Federal S. A., de Curitiba:

- Livros de receitas e despesas da Ferrovia São Paulo – Rio Grande, 1910-1914;
- “Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, atas de tomadas de contas”, 1º semestre de 1900 a 2º semestre de 1930;
- “Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, custos de construção”;
- Livros de registros de empregados da E.F.S.P.R.G.

2.6. Departamento do Arquivo Público do Paraná:

- Anais do Congresso Legislativo do Paraná, 1914;
- Correspondência dirigida e expedida pelo Presidente do Paraná;
- Fundo Particular do Presidente Carlos Cavalcanti de Albuquerque;
- Relatório ao Presidente Francisco Xavier da Silva apresentado pelo Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, 1912.

2.7. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina:

- Ofícios do Corpo de Segurança ao Secretário Geral de Negócios do Estado, 1912 a 1916;
- Coleção de Leis, Decretos e Resoluções do Estado de Santa Catarina, 1895 a 1916;
- Ofícios de Diversos recebidos pelo Governador e Secretário Geral de Negócios do Estado de Santa Catarina, 1912 a 1916;

- Processo por crime de sedição, dano a propriedades públicas e particulares (incêndio de Curitiba), 1916, caixa 45;
- Processo de apelação criminal, réu Demétrio Antônio de Deus, Comarca de Canoíñas, 1917.
- Ofícios do Chefe de Polícia ao Secretário Geral dos Negócios do Estado, 1912 a 1916;
- Ofícios da Secretaria Geral dos Negócios do Estado para Juizes de Direito, 1915;
- Relatórios mensais da *Southern Brazil Lumber and Colonization*, 1917;
- Folhas de pagamento da *Southern Brazil Lumber and Colonization*, fev. a out., 1912;
- Fundo privado do General José Vieira da Rosa;
- Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Campos Novos pelo Superintendente Municipal Juventino T. Sobrinho, em 07 de janeiro de 1916. (manuscrito);
- Ofícios do Secretário Geral dos Negócios do Estado, Lebon Régis, ao Inspetor de Saúde, Dr. David Ferreira Lima, 1914 (exames médicos em oficiais do Regimento deram parte de doentes após batalha de Caraguatá);
- Ofícios de Juizes de Direito ao Secretário Geral de Negócios do Estado, 1914-1915;
- Correspondência entre o Palácio de Governo de Santa Catarina e o Ministro da Guerra, 1914 a 1916;
- Ofícios da Secret. Geral dos Negócios do Estado aos Superintendentes Municipais;
- Ofícios dos Superintendentes Municipais ao Secret. Geral dos Negócios do Estado;
- Atas de eleições ao Congresso Representativo do Estado, Distritos de Santa Cecília do Rio Correntes e São Sebastião da Boa Vista (Perdizes), 1912;
- Ofícios da Diretoria de Viação e Obras Públicas para Diversos, 1909 – 1916;
- Ofícios dos Promotores Públicos ao Secretário Geral de Negócios do Estado, 1912 a 1917;

- Correspondência do Presidente de Província com a Guarda Nacional;
- Registro de Patentes da Guarda Nacional, 1840 a 1897.
- Livro de atas das sessões do Congresso de Representantes do Estado de Sta. Catarina, 1914 a 1917;

2.7. Arquivo Particular de Ayhurê Tavares, de Itajaí:

- Texto s/título de autoria de Antônio Tavares de Souza Jr., sobre a Guerra do Contestado, 23 pp.;
- Telegrama de Antônio Tavares ao Governador Felipe Schmidt, 15/09/1914;
- Telegrama do Major Matos Costa ao Governador de Santa Catarina, Canoínhas, 18/07/1914;
- Cartas do Major Atalíbio Taurino de Resende para Antônio Tavares, Moêma, 14/12/1914, 22/12/1914, 1º/01/1915, 02/01/1915, 04/01/1915;
- Cartas de Antônio Tavares para o Major Atalíbio Taurino de Resende, Itajaí do Norte, 18/12/1914, 23/12/1914, 01/01/1915, 02/01/1915;

2.8. Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina:

- Boletins diários do Comando Geral do Regimento de Segurança de Santa Catarina, 1912 a 1916;

2.9. Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

- Relatório do General Mesquita sobre sua expedição de combate aos rebeldes do Contestado, enviado ao Presidente do Rio Grande do Sul Borges de Medeiros, União da Vitória, 28/05/1914. Maço 01, lata 203;
- Apêndice ao Relatório Mesquita. Maço 01, lata 203;

2.10. Arquivo Permanente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

- Autos de *Habeas Corpus* da Comarca de Campos Novos. Paciente: Capitão Salvador Aguiar Cataldi, 10/08/1915. (execução de prisioneiros) Advogado: Nereu Ramos;

- Autos de *Habeas Corpus* da Comarca de Canoíñas. 7/09/1916. Pacientes: Conrado Grobbe e outros. (libertação de chefias “moderadas”) Advogado: Henrique Rupp Jr.;
- Autos de *Habeas Corpus* da Comarca de Canoíñas. Fevereiro de 1916. Paciente: Sebastião Garcia de Almeida, vulgo Sebastião Campos. (Tentativa de libertação do chefe do reduto de Pedra Branca) Advogado: Francisco Salomé;
- Autos de *Habeas Corpus* da Comarca de Curitibaanos. 12/02/1916. Pacientes: Paulino Pereira da Silva e outros. (Incêndio Curitibaanos) Advogado: Henrique Rupp Jr.;
- Processo de apelação criminal nº 978, Curitibaanos. 20/06/1916. Apelante: A Justiça, através do Promotor Público Edgar Barreto. (piquete de Adeodato, ataque a Rio Bonito) Apelados: Manoel Telêmaco e outros;
- Processo de Apelação Criminal nº 977. Curitibaanos, abril de 1916. (incêndio Curitibaanos) Apelante: Promotor Público. Apelados: Salvador José Mariano e outros;
- Processo de Apelação Criminal nº 1039. Curitibaanos. Junho de 1916. (incêndio Curitibaanos) Apelante: Thomás Teixeira Palhano. Apelada: A Justiça;
- Processo de Apelação Criminal nº 1121. Curitibaanos, 1917. (contém traslado do processo de Adeodato e seu piquete) Apelante: Olímpio Simão. Apelada: A Justiça;
- Processo de Apelação Criminal. Curitibaanos. 1919. Apelantes: Tenente César da Silva e Pedro Fabiano da Rosa.(réus condenados pela morte de Alfredo Alves Sampaio) Apelada: A Justiça;
- Processo de Apelação Criminal nº 1547. (Major Maximino de Moraes e seus desmandos contra pequenos posseiros) Apelante: Manuel Alves de Lima. Apelada: A Justiça;

2.11. Museu do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

- Livro de atas e registros do Cartório de Curitibaanos, 3^A, 1879 a 1885, caixa A5;
- Requerimentos para alistamento eleitoral, 1882. Curitibaanos. Caixa 06.03;

- Processo por crime de roubo de gado. Vítima: Teodoro Ferreira de Souza. 1882, Curitiba, caixa 06.03;
- Processo por homicídio. Réu: Clementino Gomes Damasceno. Curitiba, 1892. Caixa 06.01;
- Processo por danos corporais. Réus: Antônio Borges da Silva Mattos e Praxedes Gomes Damasceno. Taquaruçu, Curitiba. 1892;
- Fragmentos de Inquérito Policial. Homicídio de Estácio Borges da Silva Mattos. Curitiba, 1891. Caixa 06.03;
- Processo por homicídio. Réu: Caetano Ribeiro da Silva. Curitiba, 1895. Caixa 06.01;
- Escritura de declaração e entrega de bens de raiz. Autores: Alexandre Ferreira de Souza (Xandoca) e sua esposa Gregória Ferreira de Souza. Curitiba, 1897. Livro 3^A, caixa A5;
- Escritura pública de hipoteca. Hipotecantes: Manoel Alves de Assumpção Rocha e esposa Maria Rita Ferreira da Rocha. Curitiba, 1889. Caixa A5;
- Inventário e partilha de bens de João Alves da Rocha, Curitiba, 1874. Caixa A3;
- Processo de partilha de terras em condomínio da fazenda Forquilha. Curitiba, 1892. Caixa A4;
- Livro de atas e registros do Cartório de Campos Novos. Livro nº 3. Caixa 05.01;
- Processo crime por estupro. Réu : Anacleto de Tal; Vítima: C.L. Curitiba, 1900. Caixa 06.04;
- Processo crime por homicídio. Réus: Domingos Paes de Farias e Manoel da Silva Santos. Curitiba, 1885. Caixa 06.04;
- Processo crime por apropriação de recursos públicos. (disputa política entre Estácio Borges e Generoso Espírito Santo) Réu: João Caetano de Oliveira. Curitiba, 1883. Caixa 06.06;
- Edital de 1º de dezembro de 1881, do Juiz de Curitiba, convocando o Tribunal do Júri. Caixa 06.03;

- Inventário de Zeferino da Silva Mattos. Inventariante: Estácio Borges da Silva Mattos. Lages, 1861. Caixa 05;
- Processo por lesões corporais. Vítima: Francisco José de Oliveira Lemos. Curitibaanos, 1875. Caixa 06.07;
- Inventário e partilha de bens de Gregório Ferreira de Souza. Curitibaanos, 1900. Caixa A2;
- Livro de atas de eleições em Curitibaanos. Livro 3^A, caixa A5;
- Livros de registros e notas de Campos Novos. Escrituras de imóveis e eleições. 1883/1884, 1885/1886, 1893/1894, 1899/1900. Caixa 05.01;
- Livro termo de Fiança do Cartório do Crime da Comarca de Curitibaanos, 1882-1895, caixa 06.01;
- Processo crime por estupro. Réu: Antônio Borges da Silva Mattos. Curitibaanos, 1879. Caixa A1;
- Processo crime por lesões corporais. Réu: Claro Paes de Farias. Curitibaanos, 1887. Caixa 06.07;
- Processo crime por homicídio. Réu: Antônio Lourenço Góes. Vítima: Miguel Paes de Farias. Curitibaanos, 1888. Caixa 06.07;
- Processo crime por lesões corporais. Réu: Praxedes Gomes Damasceno. Curitibaanos, 1899. Caixa 06.05;
- Processo crime por lesões corporais. Réu: Antônio Borges da Silva Mattos. Curitibaanos, 1886. Caixa 06.07;
- Inventário de Antônio Ribeiro de Souza. (terras de Caraguatá) Curitibaanos, 1897. Caixa A2;
- Inventário de Maria Antônia de Almeida, esposa de Generoso Paes de Farias. Curitibaanos, 1888. Caixa 06.13;
- Autos de medição e demarcação de terras. Autor: Henrique Paes de Farias. Lages, 1848, caixa A;
- Inventário do Capitão Generoso do Espírito Santo. Curitibaanos, 1898. Caixa A4;
- Ação possessória terrenos na costa do Rio Bonito, Campos Novos. Autor: Ten. Cel Henrique Rupp, 1898. Caixa C1;

- Livros de escrituras e registros do Cartório de Campos Novos nº 4, 1886-1889, 1892-1893. Nº 10 1896-1898. Caixa 05.01;
- Livro de registros e atas do Cartório de Curitibaanos, 5^A, de 1893 a 1896. Caixa A5;
- Inquérito policial sobre a morte de Estácio Borges da Silva Mattos. Curitibaanos, 1891. Caixa 06.05;
- Protesto. Autor: Policarpo Gomes de Oliveira. Protestados: Governo do Paraná, Prefeitura de Rio Negro e Ten. Do Corpo de Segurança do Paraná Ajoniso Afonso Fernandes. São Bento do Sul, caixa B1;
- Escritura de doação à São Sebastião. Terras em Perdizes. 1892. Livro de atas e registros do Cartório de Curitibaanos, 5 A . caixa A5;
- Processo por crime de estupro. Réus: Antônio Borges da Silva Mattos e Generoso de Melo César. Curitibaanos, 1890. Caixa 06.01;
- Processo por crime de estupro. Réu: Antônio Borges da Silva Mattos. Curitibaanos, 1881. Caixa 06.06;

2.12. Arquivo Histórico Municipal de Florianópolis:

- "O Mapa dos Fogos e População da Província de Santa Catarina no ano de 1833". Ofícios da Presidência da Província à Câmara Municipal de Desterro. AH nº 70.

2.13. Arquivo do Instituto Histórico-Geográfico de Santa Catarina:

Na Pasta do General José Vieira da Rosa:

- Artigos sob o título "Reminiscências da Campanha do Contestado – Subsídio para a história" do Capitão Vieira da Rosa no jornal *Terra Livre*, de setembro a dezembro de 1918;
- Depoimento datilografado, s.d., assinado pelo Gen. Vieira da Rosa, sobre a Campanha do Contestado.

2.14. Biblioteca Nacional:

- Anais da Câmara dos Deputados. 1914 a 1915;

- Anais do Senado. 1914 a 1915.

2.15. Jornais (Biblioteca Pública de Santa Catarina e Museu Tiago de Castro):

- *O Dia*. Órgão do Partido Republicano Catarinense. Florianópolis. 1912 a 1916.
- *O Imparcial*. Canoíñas. 1915;
- *O Trabalho*. Curitiba. 1911 a 1912;
- *A Semana*. Florianópolis. 1914;
- *Gazeta de Itajaí*. Itajaí. 1914;
- *O Lageano*. Lages. 1912 a 1916;
- *Região Serrana*. Lages. 1914;
- *O Estado*. Florianópolis. 1915 a 1916;
- *Folha do Comércio*. Florianópolis. 1913 a 1915.

2.16. Outras fontes impressas:

ASSUMPÇÃO, José Herculano Teixeira d'. *A Campanha do Contestado*. Belo Horizonte : Imprensa Oficial do Estado, 2 vols., 1917.

BADING, Adolph . "O movimento fanático do Contestado (Paraná e Santa Catarina)" "Die Fanatikerbewegung im Contestado". *Almanaque Alemão*. Trad. João Klug. S/cidade: s/ ed., 1916.

BRASIL. *Anais da Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro, 1914 e 1915.

_____. *Anais do Senado Federal*. 1914 e 1915.

_____. *Recenseamento realizado em 1º de setembro de 1920*. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1926.

_____. *Relatório do Ministro da Guerra*, 1914.

_____. *Relatório do Ministro da Guerra*, 1914.

CARVALHO, Fernando Setembrino de . *Relatório apresentado ao Gen. José Caetano de Faria, Ministro da Guerra, pelo comandante das forças em operações de guerra no Contestado*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1915.

_____. *A pacificação do Contestado. Conferência realizada no Clube Militar na noite de 3 de julho de 1916*. Rio de Janeiro: Clube Militar, 1916.

CERQUEIRA, Alves . *A Jornada de Taquaruçú (feito guerreiro)*. Contribuição ao estudo da história militar do Brasil. Rio de Janeiro : s/ ed. 1936.

D'ABREU, Cons. Teixeira. *Das Terras Devolutas Concedidas à Estrada de Ferro S. Paulo – Rio Grande: Exposição dos Direitos e Obrigações da Companhia*. São Paulo: Casa Vanorden, 1913.

LAGES. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 3 de janeiro de 1916, pelo Superintendente Belisário Ramos*. Lages: Typ. D'O Lageano, 1916.

_____. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal, em 3 de janeiro de 1917, pelo Superintendente Belisário Ramos*. Lages: Typ. D'O Lageano, 1917.

LEMOS, Alfredo de Oliveira. *A História dos Fanáticos em Santa Catarina e parte de minha vida naqueles tempos: 1913-1916*. Texto datilografado por Zélia Lemos, Curitiba, 1954.

MAFRA, Manoel da Silva. *Exposição histórico-jurídica, por parte de Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MARTINS, Romário . *Limites inter-estaduais entre Paraná e Santa Catarina : Breves explicações do mapa histórico anexo*. Rio de Janeiro : Gomes & Irmãos, 1910.

PARANÁ. *Anais do Congresso Legislativo do Estado do Paraná*. Curitiba : Typographia d'A República. 1915.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado pelo Presidente Vicente Machado da Silva Lima em 1º de fevereiro de 1906*. Curitiba: Diário Oficial, 1906.

_____. *Mensagem enviada ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque Presidente do Estado do Paraná em 1º de fevereiro de 1913*. Curitiba: Diário Oficial, 1913.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado, em 1º de fevereiro de 1914*. Curitiba: Diário Oficial, 1914.

_____. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo pelo Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque, Presidente do Estado, em 1º de fevereiro de 1915.* Curitiba: Typ. D 'A República, 1915.

PEIXOTO, Demerval (Clivelário Marcial). *Campanha do Contestado.* Curitiba : Fund. Cultural. Coleção Farol do Saber, 3 vols., 1995.

RIO GRANDE DO SUL. *Relatório apresentado ao Presidente em exercício, Gen. Salvador Aires Pinheiro Machado, pelo Secretário de Estado de Negócios Internos e Externos, Dr. Protásio Alves, em 08 de setembro de 1915.* Porto Alegre, 1915.

SANTA CATARINA. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 24 de julho de 1904 pelo Vice-Governador Vidal José de Oliveira Ramos Júnior.* Florianópolis : Typographia da Livraria Moderna, 1904.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado a 30 de julho de 1905 pelo Vice-Governador Cel. Vidal José de Oliveira Ramos Jr.* Florianópolis : Gab. Typ. D'O Dia. 1905.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 18 de Setembro de 1906 pelo Cel. Antônio Pereira da Silva e Oliveira, Governador em Exercício.* Florianópolis: Gab. Typográfico D'O Dia, 1906.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado em 23 de julho de 1912 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos.* Florianópolis: Typ. D'O Dia, 1912.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo do Estado, em 24 de julho de 1913 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos.* Florianópolis: Typ. D'O Dia, 1913.

_____. *Relatório apresentado ao Cel. Vidal Ramos Jr, Governador do Estado, pelo Secretário Geral Gustavo Lebon Régis.* Florianópolis: Typ. Da Livraria Central, 1914.

_____. *Sinopse apresentada pelo Cel. Vidal José de Oliveira Ramos ao Maj. João de Guimarães Pinho, Presidente do Congresso Representativo do Estado, ao passar-lhe o governo, em 20 de junho de 1914.* Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia. 1914.

_____. *Mensagem do Major João Guimarães Pinho, Governador interino, ao Congresso Representativo do Estado, 6 de julho de 1915*. Florianópolis: Typ. D'O Dia, 1915.

_____. *Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado, pelo Dr. Fúlvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado, em 1º de julho de 1916*. Florianópolis: Typ. D'O Estado, 1916.

_____. *Mensagem apresentada ao Congresso Representativo em 14 de agosto de 1916 pelo Cel. Felipe Schmidt, Governador do Estado*. Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia, 1916.

_____. *Relatório apresentado ao Dr. Felipe Schmidt, Governador do Estado, pelo Dr. Fúlvio Aducci, Secretário Geral dos Negócios do Estado, relativo ao ano de 1916*. Florianópolis: Gab. Typ. D'O Dia, 1917.

SOARES, José Octaviano Pinto. *Guerra em sertões brasileiros*. Rio de Janeiro : Papellaria Velho, 1931.

STULZER, (Frei) Aurélio. *A guerra dos fanáticos (1912-1916): A contribuição dos Franciscanos*. Petrópolis : Vozes, 1982.

3. Bibliografia:

3.1. Bibliografia sobre Santa Catarina e o movimento do Contestado:

AURAS, Marli . *Guerra do Contestado: A organização da Irmandade Cabocla*, 2ª ed., Florianópolis: Ed. UFSC, 1995.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Trad. Teodoro Cabral, Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Ed. USP, 1980.

AVILA, Ney Eduardo Possap d' . *Passo Fundo : Terra de passagem*. Passo Fundo : Aldeia Sul, 1996.

BOPPRÉ, Maria Regina. *Eleições diretas e primórdios do Coronelismo Catarinense (1881-1889)*. Florianópolis : Secret. Estado da Administração. 1989.

BURKE, Thomas Joseph. *Fraiburgo : Do machado ao computador*. Fraiburgo : Ed. UnC/ Pref. Municipal. 1994.

- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *A campanha do Contestado*. Florianópolis: Lunardelli, 1979.
- CARNEIRO, (Almirante) Carlos da Silva (org.). *Enciclopédia do Almirante Carneiro*. Rio de Janeiro : s/ed., mimeo., 50 vols., Biblioteca Universitária – UFSC, s/data.
- CARNEIRO, David. *Duas histórias em três vidas: O tiro Rio Branco através de seu patrono e do fundador*. Curitiba: Papelaria Universal, 1939.
- CASAL, (Padre) Manuel Aires de . *Corografia brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil*. Belo Horizonte/ S. Paulo : Itatiaia/ Ed. USP, 1976.
- CAVALCANTI, Walter Tenório. *Guerra do Contestado : Verdade histórica*. Florianópolis : Ed. UFSC, 1995.
- CHASTEEN, John Charles . *Heroes on horseback: A life and times of the last gaucho caudillos*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995.
- CORRÊA, Carlos Humberto P. *Os Governadores de Santa Catarina de 1739 a 1982*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983 .
- COSTA, Licurgo. *O Continente das Lagens : Sua história e influência no Sertão da Terra Firme*. Florianópolis : Fund. Catarinense de Cultura, 4 vols., 1982.
- _____. *Um cambalacho político: A verdade sobre o "Acordo" de limites Paraná-Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 1987.
- DERENGOSKI, Paulo Ramos. *O desmoronamento do mundo jagunço*. Florianópolis: Fund. Catarinense de Cultura, 1986.
- DIACON, Todd A . *Millenarian vision, capitalist reality: Brazil's Contestado rebellion, 1912-1916*. Durham: Duke University Press, 1991.
- DOURADO, Ângelo. *Voluntários do Martírio: Narrativa da Revolução de 1893*. Reprodução fac-similar da edição de 1896. Porto Alegre: Martins Livreiro., 1977.
- EHLKE, Cyro . *A conquista do planalto catarinense – Bandeirantes e tropeiros do sertão de Curitiba*. Rio de Janeiro: Laudes, 1973.
- FACHEL, José Fraga. *Monge João Maria: Recusa dos excluídos*. Florianópolis/Porto Alegre: Ed. UFSC/Ed. UFRGS, 1995.

FELIPPE, Euclides José . *O último jagunço : folclore na história da guerra do Contestado*. Curitiba: UnC, 1995.

_____. *O caminho das tropas em Santa Catarina : O pouso dos Curitibanos*. Curitiba: Ed. Do Autor, 1996.

FORTES, Telmo. *Glória até o fim: Espionagem militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1998.

GALLO, Ivone Cecília D'Ávila. *Guerra do Contestado: O sonho do milênio igualitário*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

GAULD, Charles A. *The last titan: Percival Farquhar, american entrepreneur in Latin America*. Stanford, 1964.

GORNISKI, Aramis. *Monge: Vida, milagres, histórias, lendas*. Lapa (PR): Nossa Sra. Aparecida, 1980.

KORMANN, José. *Histórico da estrada Dona Francisca de Joinville por Campo Alegre, São Bento do Sul e Rio Negrinho a Mafra*. Florianópolis: IOESC, 1989.

LEMOES, Zélia de Andrade . *Curitibanos na história do Contestado*. 2ª ed., Curitiba: Imprensa Frei Rogério, 1983.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli/ Ed. UFSC, 1983.

LEONARDOS, Stella. *Romanceiro do Contestado*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1996.

LUZ, Aujor Ávila da . *Os fanáticos : Crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos*. 2ª ed., Florianópolis : Ed. UFSC, 1999.

MEIRINHO, Jali. *República e Oligarquias: Subsídios para a História Catarinense (1889-1930)*. Florianópolis: Insular, 1997.

MONTEIRO, Duglas T. *Os errantes do novo século : um estudo sobre o surto milenarista do Contestado*. São Paulo : Duas Cidades, 1974.

OLIVEIRA, Croacy Pereira de e outros. *João Pereira*. Rio de Janeiro : Imprensa do Exército, 1965.

OLIVEIRA NETO, Godofredo. *O bruxo do Contestado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

PIAZZA, Walter Fernando . *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis : Garapuvu, 1999.

_____. (org.). *Dicionário político catarinense*. 2ª edição, Florianópolis : Assembléia Legisl. Estado Sta. Catarina, 1994.

_____. (org.). *As Constituições do Estado de Santa Catarina (1891 – 1970)*. Florianópolis: Assembléia Leg. do Estado, 1984.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O Messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo : Alfa-Ômega, 1976.

RENK, Arlene, *A luta da erva : um único ofício étnico no oeste catarinense*. Chapecó : Grifos, 1997.

RICHTER, Frederico . *Os profetas sanguinários : A triste história de banditismo no sul*. Trad. Henrique Richter, Porto Alegre : Cia. Meltzer Ltda., , 1993.

RODERJAN, Roselys Vellozo . *Os curitibanos e a formação das comunidades campeiras no Brasil meridional (séculos XVI-XIX)*. Curitiba : Inst. Hist. Geograf. Etnograf. Paranaense. Coleção Estante Paranista, vol. 36, 1992.

ROSA, Eneidy Padilha da. *Síntese histórica de Campos Novos*. Campos Novos: Fund. Cultural Cid Pedroso, s/d, mimeo.

RUAS, Tabajara & BONES, Elmar. *La cabeza de Gumersindo Saravia*. Montevideo: Copesul/ Ediciones de la Banda Oriental, 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no Sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme. 1973.

SASSI, Guido Wilmar . *Geração do Deserto*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964.

SCHÜLER, Donaldo. *Império caboclo*. Florianópolis/ Porto Alegre: Ed. UFSC/ Fund. Cat. Cultura/ Ed. Movimento. 1994.

SERPA, Élio Cantalício . *Igreja e poder em Santa Catarina*. Florianópolis : Ed. UFSC, 1997.

SILVA, Cleto da . *Apontamentos históricos de União da Vitória, 1769-1933*. União da Vitória: Ed. Do Autor, 1933.

_____. *Acordo Paraná-Santa Catarina ou o Contestado diante das carabinas*. Curitiba: Papelaria Globo, 1920.

SINZIG, Pedro . *Frei Rogério Neuhaus*. Petrópolis: Vozes, 1939.

THOMÉ, Nilson . *Trem de ferro: história da ferrovia no contestado*. 2ª ed. Florianópolis : Lunardelli, 1983.

_____. *Guerra Civil em Caçador*. Caçador : FEARPE, 1984.

_____. *Os Iluminados : personagens e manifestações místicas e messiânicas no Contestado*. Florianópolis : Ed. Insular, 1999.

TOTA, Antônio Pedro. *Contestado: A Guerra do Novo Mundo*. São Paulo : Brasiliense. Col. Tudo é História, nº 70, 1983.

TOURINHO, Luiz Carlos Pereira. *Toiro Passante V – 1ª parte: Tempo de República Democrática*. Curitiba: Inst. Hist., Geog. e Etnog. Paranaense, Col. Estante Paranista, nº 39, 1994.

VÁRIOS, *Força Pública do Estado de Santa Catarina (1835-1935)*. São Paulo : Typographia Cupolo, 1935.

VASCONCELLOS, Auro Sanford de . *O dragão vermelho do Contestado*. Florianópolis: Insular, 1999.

_____. *Chica Pelega – a guerreira de Taquaruçu*. Florianópolis: Insular, 2000.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Belo Horizonte/Niterói: Itatiaia/Ed. UFF, Vol. 2, “O campeador rio-grandense.”, 1987.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. *Messianismo e conflito social : A Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.

ZALUAR, Augusto Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/ Ed. USP, 1988.

3.2. Bibliografia geral:

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade : Lembranças de Velhos*. 6ª ed. São Paulo : Cia. Das Letras. 1998 .

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem: A elite política imperial & Teatro de sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Relume-Dumará, 1996.

CASCUDO, Luís da Câmara . *Dicionário do folclore brasileiro*. 7ª ed., Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

CASTRO, Jeanne B. de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional. 1977.

CUNHA, Euclydes da. *Os sertões (Campanha de Canudos)*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1926.

DANTAS, José Ibarê Costa. *Coronelismo e dominação*. Aracajú : Ed. UFS, 1986.

DÜRKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. Trad. Luz Cary, Margarida Garrido e J. Esteves, Lisboa : Presença, 1966.

BRASIL .Estado Maior do Exército. *História do Exército Brasileiro – Perfil Militar de um povo*. Brasília : Min. Do Exército, Vol. 2, 1972.

FACÓ, Rui . *Cangaceiros e fanáticos : gênese e lutas*. Rio de Janeiro : Civ. Brasileira, 1963.

FAORO, Raymundo . *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre/ São Paulo : Ed. Globo/ Ed. USP, 1975.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. 2ª ed. São Paulo: Ática, “Ensaio”, 1977.

_____. *O Império do Belo Monte: Vida e morte de Canudos*. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2001.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Edição e tradução de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Vol. 2 “Os intelectuais, o princípio educativo e o jornalismo. 2000.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUOVO, Enrico & PONI, Carlo. *A Micro-História e outros ensaios*. Trad. Antônio Narino, Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand do Brasil, 1989.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: a modernidade na selva*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2ª ed., Trad. Donaldson M. Garschagen, Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1976.

_____. *Rebeldes primitivos : Estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª ed., Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. *Pessoas extraordinárias: Resistência, rebelião e jazz*. Trad. Marina L. T. Medeiros, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco . *O Coronelismo : uma política de compromissos*. 8ª ed., São Paulo : Brasiliense, Col. Tudo é História, nº 13, 1992.

_____. *Os Subversivos da República*. São Paulo : Brasiliense, Col. Leituras Afins, 1986.

KRANTZ, Frederick (org.). *A outra história : Ideologia e protesto popular nos séculos XVII a XIX*. Trad. Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

LANTERNARI, Vittorio . *As religiões dos oprimidos : um estudo dos modernos cultos messiânicos*. Trad. Geraldo G. Souza, São Paulo : Perspectiva, Col. Debates em Ciências Sociais, 1974.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o regime representativo no Brasil*. 2ª ed., São Paulo : Alfa-Ômega, 1975.

LEVI, Giovanni . *A herança imaterial : Trajetória de um exorcista no Piemonte do séc. XVII*. Trad. Cynthia Marques de Oliveira, Rio de Janeiro : Civ. Brasileira, 2000.

MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 1999.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1986.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (org.) *(Re)introduzindo a História Oral no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1996.

MELLO E SOUZA, Antônio Cândido de . *Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 3ª ed., São Paulo: Duas Cidades, 1975.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Trad. Maria José da Silveira Lindoso, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

- MONTEIRO, John M. *Os negros da terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- MOURA, Margarida Maria. *Camponeses*. São Paulo: Ática, 1986.
- NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. Porto Alegre: Paraula, 1995.
- NINA RODRIGUES, Raymundo. *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*. 3ª ed., Salvador: Livr. Progresso Editora, 1957.
- OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de. *Religião e dominação de classe: gênese, estrutura e função do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Ed. USP, 1995.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Mulher e educação na sociedade rio-grandense da República Velha*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1987.
- QUEIROZ, Renato da Silva. *A caminho do paraíso: o surto messiânico-milenarista do Catulé*. São Paulo: FFCL/ USP, CER, 1995.
- RUDÉ, George. *A multidão na história: Estudo dos movimentos populares na França e na Inglaterra, 1730-1848*. Trad. Waltensir Dutra, Rio de Janeiro: Campus, 1991.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 21.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- SCWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- SILVA, Lília Osório. *Terras devolutas e latifúndio: Efeitos da Lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.
- SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SUNDKLER, Bengt G. M. *Bantu prophets in South Africa*. London: Oxford University Press, 1961.
- THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. Trad. Rosana Eichemberg, São Paulo: Cia das Letras, 1998.

_____. *Tradicion, revuelta y conciencia de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*. Barcelona: Editorial Crítica, 1979.

THRUPP, Sylvia.(org.). *Millennial dreams in action: Studies in Revolutionary Religious Movements*. New York: Schocken Books, 1970.

VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: DIFEL, 1976.

VILAÇA, Marcos Vinícios & ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de . *Coronel, coronéis*. 3ª ed., Rio de Janeiro/Niterói : Tempo Brasileiro/ Ed. UFF, 1988.

VILLA, Marco Antônio. *Canudos: o povo da terra*. São Paulo : Ática, 1995.

WEBER, Max. *Economia y sociedad : esbozo de sociología comprensiva*. Trad. J. Echavarría, México : Fondo de Cultura Económica, 1977.

WILLIAMS, Raymond. *O campo e a cidade na história e na literatura*. Trad. Paulo Henriques Britto, São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

WOLF, Eric R. *Sociedades Camponesas*. 2ª ed. Trad. Oswaldo Caldeira da Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

WOORTMANN, Ellen F. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Ed.USP, 1995.

3.3. Teses, Dissertações e Monografias:

AMARAL, Roniere Ribeiro do. *Messianismo e Liberdade : Análise do movimento messiânico do Contestado segundo Max Weber*. Brasília. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UnB, 1998.

ARANTES NETO, Antônio Augusto. *A Sagrada Família: uma análise estrutural do compadrio*. Campinas: Cadernos do IFCH/UNICAMP, nº 5, 1975.

AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense: da guerra aos "fanáticos" do Contestado a "Opção pelos Pequenos"*. São Paulo. Tese de Doutorado em Educação. PUC-SP, 1991.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado . *Família e sociedade numa economia de abastecimento interno (Sorocaba séculos XVIII e XIX)*. São Paulo. Tese de Doutorado em História, FFCL/USP, 1994.

- BRESSAN, Carla Rosane. *A construção da identidade do homem do Contestado enquanto grupo social*. Florianópolis. Mestrado em Educação, UFSC, 1992.
- ESPIG, Márcia Janete. *A presença da Gesta Carolíngia no movimento do Contestado*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 1998.
- FORTUNATO, Maria Lucinete. *O coronelismo e a imagem do coronel: De símbolo a simulacro do poder local*. Campinas. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 2000.
- KIESER, Daércio . *Um discurso para justificar a ação bugreira*. Florianópolis. Monografia de Graduação em História, UFSC, 1994.
- KROETZ, Lando Rogério. *As estradas de ferro do Paraná (1880-1940)*. São Paulo. Tese de Doutorado em História Econômica, USP, 1985.
- LAZZARINI, Sérgio . *História demográfica da Paróquia de São João Batista de Campos Novos (1872-1940)*. Florianópolis. Mestrado em História, UFSC, 1993.
- LIMA, Nísia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil: Intelectuais, Sertanejos e Imaginação Social*. Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em Sociologia. IUPERJ, 1997.
- MACAGNO, Lorenzo. *Mesianismo y ruptura: El movimiento del "Tata Diós" Solané en Tandil, 1872*. Buenos Aires. Monografia de Graduação em Antropologia, Universidad Nacional de Buenos Aires, 1993.
- MACHADO, Gilberto. *As alforrias a partir da análise dos processos de inventário da Comarca de Lages no período de 1840-1888*. Florianópolis. Monografia de Graduação em História, 1999.
- MARCON, Telmo. *Memória e Cultura: Modo de vida dos caboclos do Goio-en (SC)*. São Paulo. Tese de Doutorado em História. PUC-SP, 1999.
- MARTINS, Pedro . *Anjos de cara suja : Etnografia da comunidade cafuza*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, UFSC, 1991.
- MIRANDA, Heloísa Pereira Hübbe de. *Travessias pelo sertão contestado : entre ficção e história, no deserto e na floresta*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Literatura, UFSC, 1997.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *La Guerre Sainte au Brésil : Le mouvement messianique du Contestado*. Tese de Doutorado apresentada à Ecole Pratique des

Hautes Etudes, Universidade de Paris, França, 1955, publicada no Boletim nº 187, FFCL, Universidade de S. Paulo, 1957.

RODRIGUES, Rogério Rosa . *Notícias do front : A imprensa catarinense e a sua representação sobre a Guerra do Contestado (1912 – 1916)*. Florianópolis, Relatório Final de Pesquisa (probic/UDESC).1998.

_____. *Os sertões catarinenses: embates e conflitos envolvendo a atuação militar na Guerra do Contestado*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 2001.

SILVA, Rosângela Cavalazzi da. *Terras públicas e particulares : O impacto do capital estrangeiro sobre a institucionalização da propriedade privada (Um estudo sobre a Brazil Railway Company no meio oeste catarinense)*. Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Direito, UFSC, 1983.

VALENTINI, Delmir José. *Da Cidade Santa à Corte Celeste : Memórias de sertanejos e a Guerra do Contestado*. Porto Alegre. Dissertação de Mestrado em História, PUC-RS, 1997.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *O Camponês: Um trabalhador para o capital*. Campinas: IFCH/UNICAMP, texto para discussão nº 2, 1981.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar : medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-Grandense (1889-1928)*. Campinas. Tese de Doutorado em História, UNICAMP, 1997.

WEBER, Cátia Brizola . *Sombras do Ferrabrás : História(s) da(s) história(s)*. Florianópolis . Dissertação de Mestrado em História, UFSC, 1999.

3.4. Artigos e Capítulos de livros:

CARVALHO, José Murilo de. “Mandonismo, Coronelismo e Clientelismo: Uma discussão conceitual.” *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Vol. 40, nº 2, Rio de Janeiro, 1997.

CASTRO, Jeanne Berrance. "A Guarda Nacional" In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, Tomo II, Vol. 4, 4ª ed., 1985.

DALLABRIDA, Norberto, "Catolicismo de imigração e conflitos ítalo-germânicos" In FERREIRA, Cristina e FROTSCHER, Méri, *Visões do Vale: Perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau : Nova Letra, 2000.

DELLA CAVA, Ralph. "Messianismo brasileiro e instituições nacionais" *Revista de Ciências Sociais*, Vol. VI, números 1 e 2, 1975.

DIAS, Maria Odila Silva. "A Interiorização da Metrópole (1808-1853)" In MOTA, Carlos Guilherme.(org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

FLORES, Maria B. R; SERPA, Élio C.; CAMPIGOTO, José A. ; SOUZA, Marcos , "Imagem e Pedagogia, da Cruz de Cedro renasce uma Cidade" *Revista Brasileira de História*, nrs. 31 e 32, vol. 16 Confrontos e Perspectivas. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1996.

HALL, Michael M. "História Oral : Os riscos da Inocência" In VÁRIOS, *O Direito à Memória : Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo : SMC/Depto. de Patrimônio Histórico. 1992.

HOBSBAWM, Eric J. "Movimentos pré-políticos em áreas periféricas" In O'DONNEL, Guillermo e OUTROS . *O Estado autoritário e movimentos populares*. Trad. de Nair Fobé, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEVI, Giovanni. "Usos da biografia" In FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaina (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

LEWIN, Linda. "The oligarchical limitations of social banditry in Brazil: The case of the 'good' thief Antônio Silvino. *Past and Present*, nº 82, Oxford, fev. 1979.

MARGARIDO, Alfredo. "A reciprocidade no seio de um movimento camponês do sul do Brasil" In RANGLES, W. G. L.; WATCHEL, N. *Para uma história antropológica: a noção de reciprocidade*. Lisboa: Edições 70, 1978.

MONTEIRO, Douglas T. "Sertão e Civilização: Compassos e descompassos" In *Anais do Colóquio de Estudos Regionais*, comemorativo do 1º centenário de Romário Martins. Curitiba, UFPR, Boletim do Departamento de História, nº 21, 1974.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de . "Trapeirismo na formação do Brasil Meridional." Texto apresentado nas *II Jornadas de Historia Económica*, Montevideo, Uruguai, mimeo, junho de 1999.

PEDRO, Joana Maria. "Mulheres do Sul" In DEL PRIORE, Mary (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2000.

PELLUSO JR, Victor . "A Santa do Canudinho de Lages"; *Boletim da Comissão Catarinense de Folclore*, nº 37/38, Florianópolis, dez. 1985.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de . "O Coronelismo numa interpretação sociológica" In FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III, O Brasil Republicano, Vol. 1º Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1989.

QUINTAS, Amaro. "O Nordeste" In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed., São Paulo: Difel, Tomo 2, "O Brasil Monárquico", vol. 2, 1985.

REIS, Arthur César Ferreira. "As Províncias do Norte e do Oeste" In HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. 4ª ed., São Paulo: Difel, Tomo II, Vol. 2, 1985.

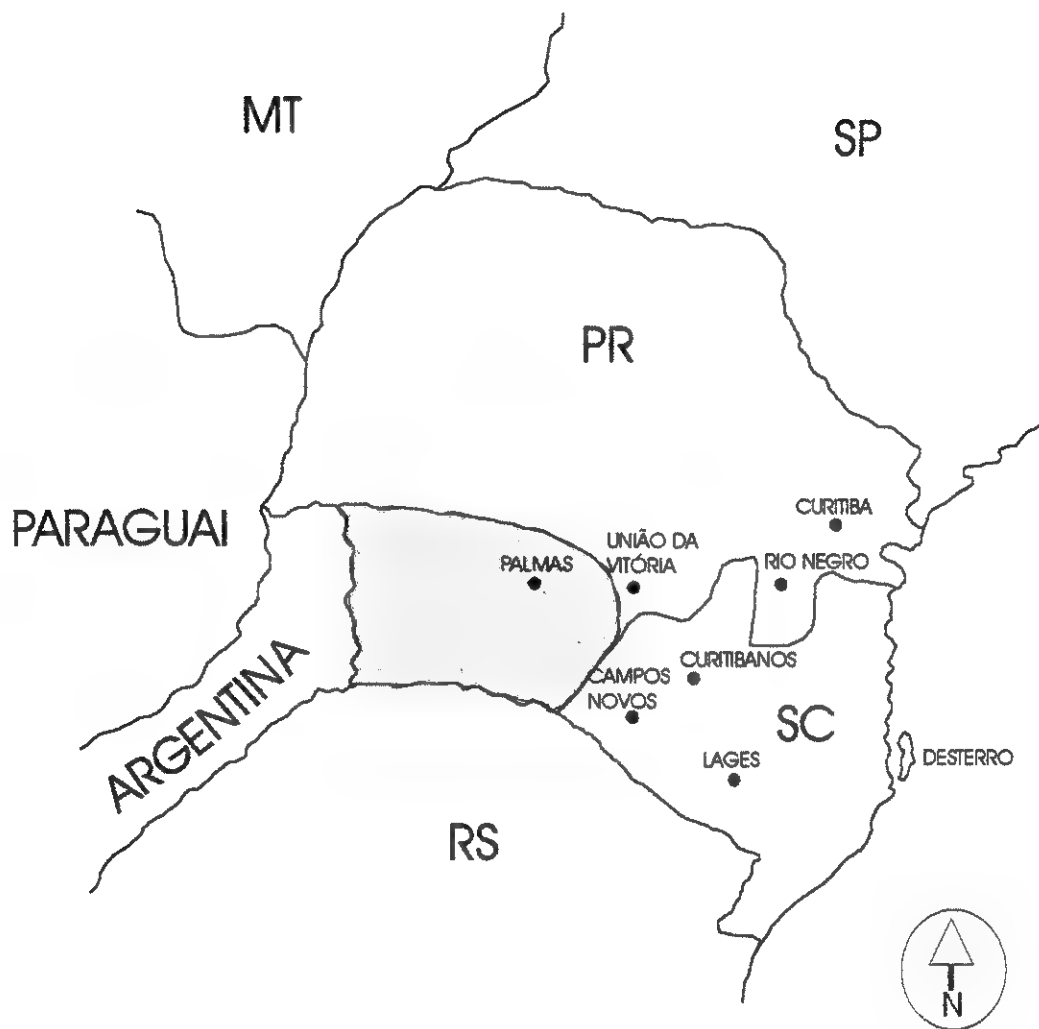
ROCHA, Ana Luiza Carvalho da e ECKERT, Cornélia "A memória como espaço fantástico" *Revista Diverso*, Montevideu, n.º 2, ago. 2000.

SERPA, Élio Cantalício . "Os indômitos povos de que ella a Villa de Lagens se compõe pela maior parte." *Revista Catarinense de História*. Florianópolis, Nº 2, 1994.

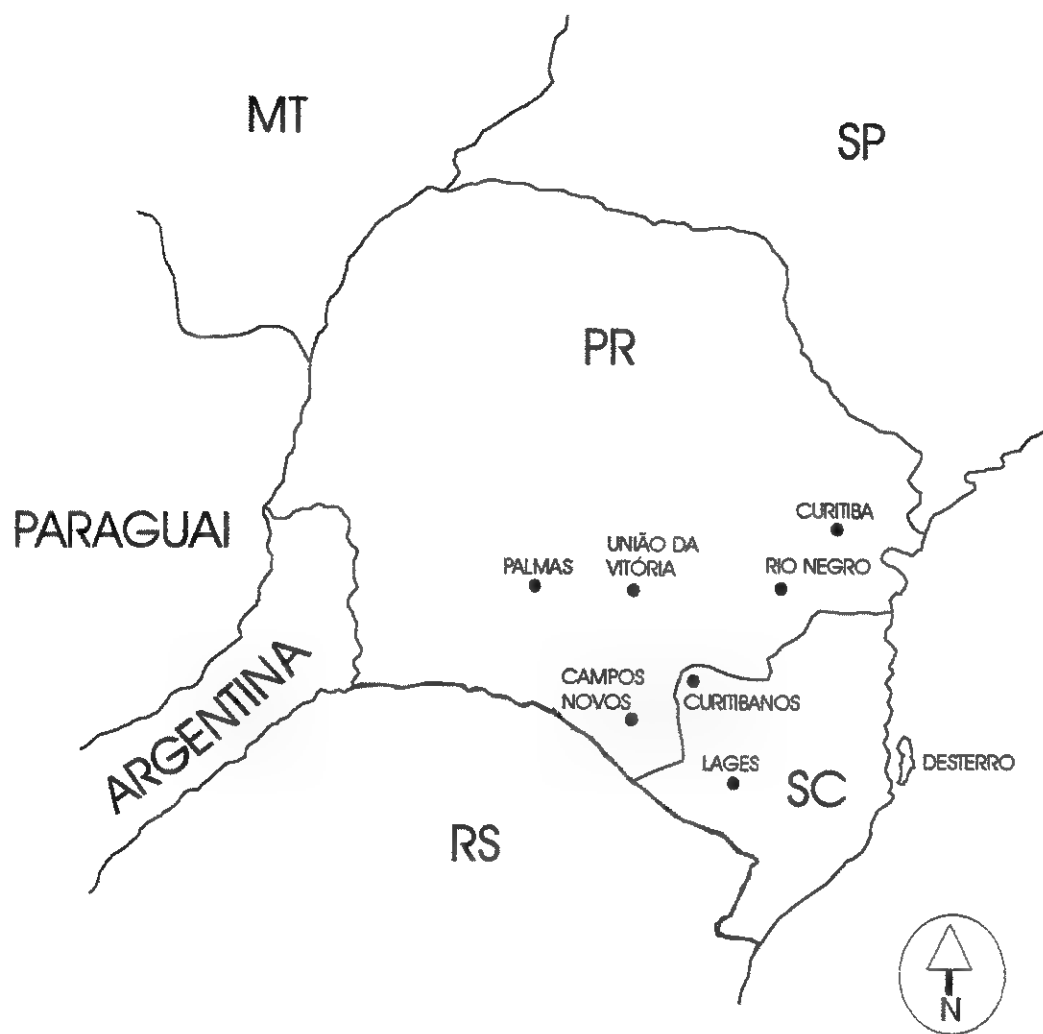
SOUZA, Maria do Carmo Campello de. "O processo político-partidário na Primeira República" In MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 11ª ed., 1980.

TOKARSKI, Fernando. "O guerreiro culto do Contestado". *A Notícia*, Joinville, Caderno Anexo, 20/06/1999.

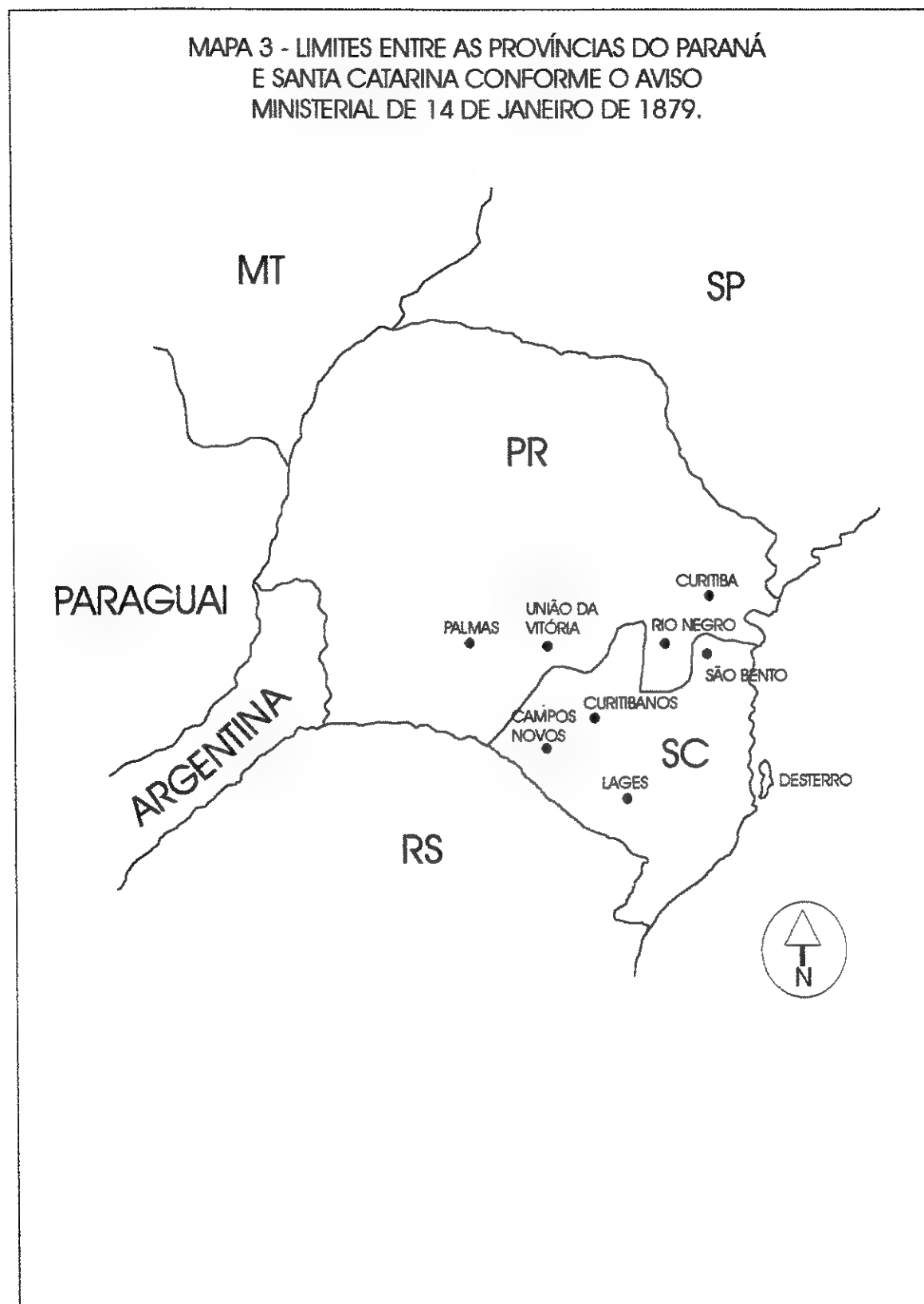
MAPA 1 - REGIÃO DE PALMAS REINVIDICADA
PELA ARGENTINA, ATÉ 1895.



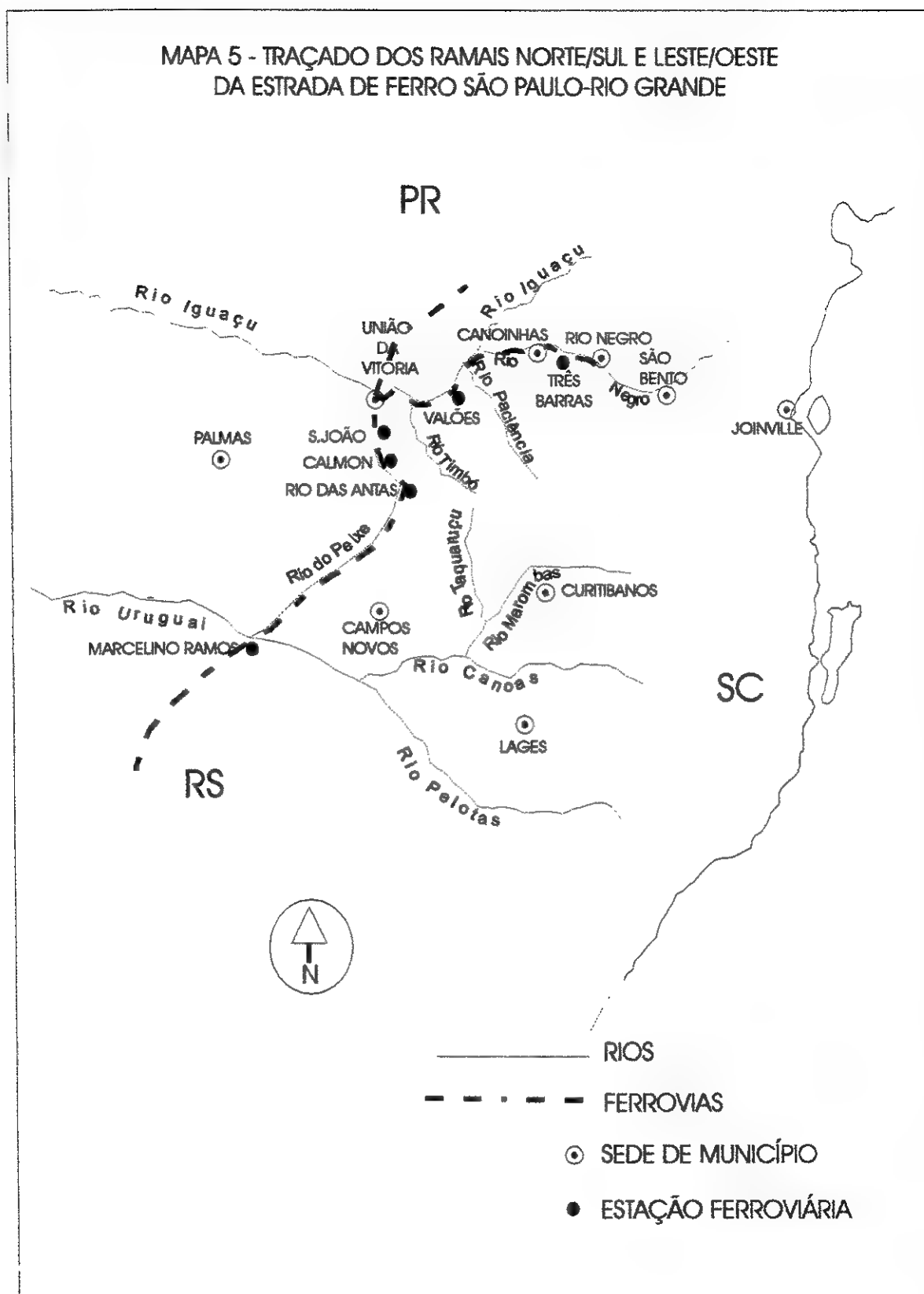
MAPA 2 - LIMITES ENTRE AS PROVÍNCIAS DO
PARANÁ E SANTA CATARINA, CONFORME
DECRETO N. 3.370 DE 1865.



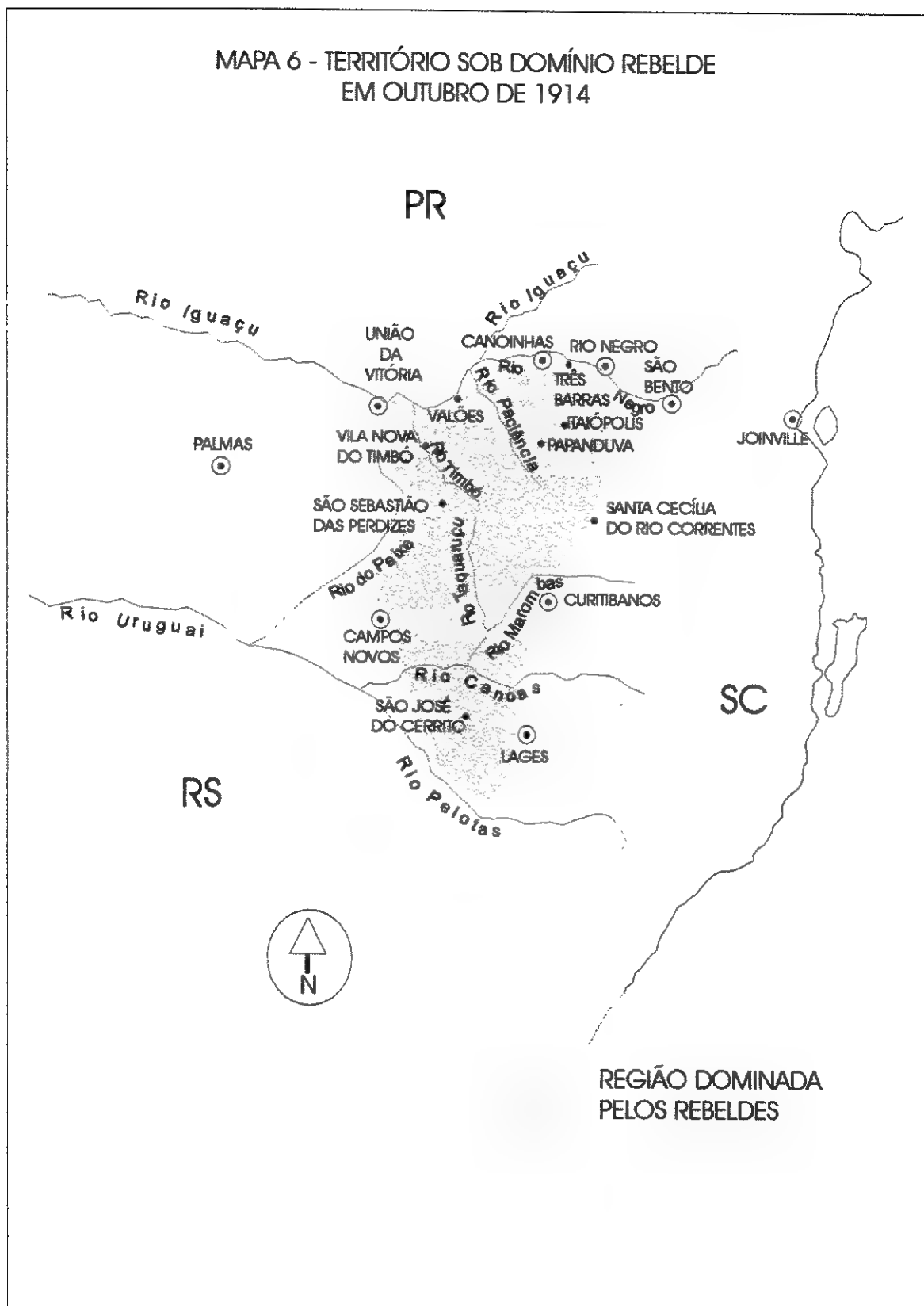
MAPA 3 - LIMITES ENTRE AS PROVÍNCIAS DO PARANÁ
E SANTA CATARINA CONFORME O AVISO
MINISTERIAL DE 14 DE JANEIRO DE 1879.



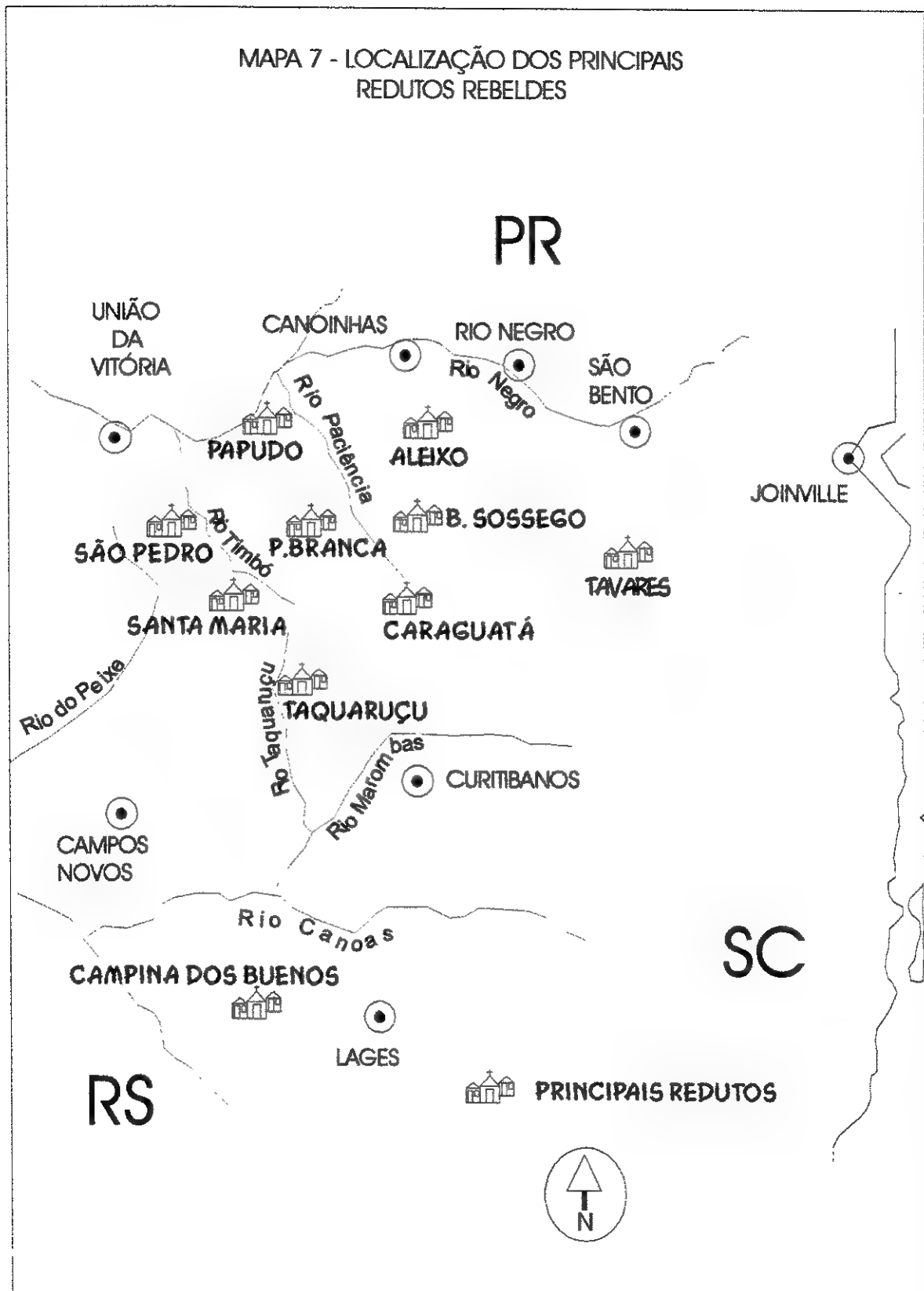
MAPA 5 - TRAÇADO DOS RAMAIS NORTE/SUL E LESTE/OESTE
DA ESTRADA DE FERRO SÃO PAULO-RIO GRANDE



MAPA 6 - TERRITÓRIO SOB DOMÍNIO REBELDE
EM OUTUBRO DE 1914



MAPA 7 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS
REDUTOS REBELDES





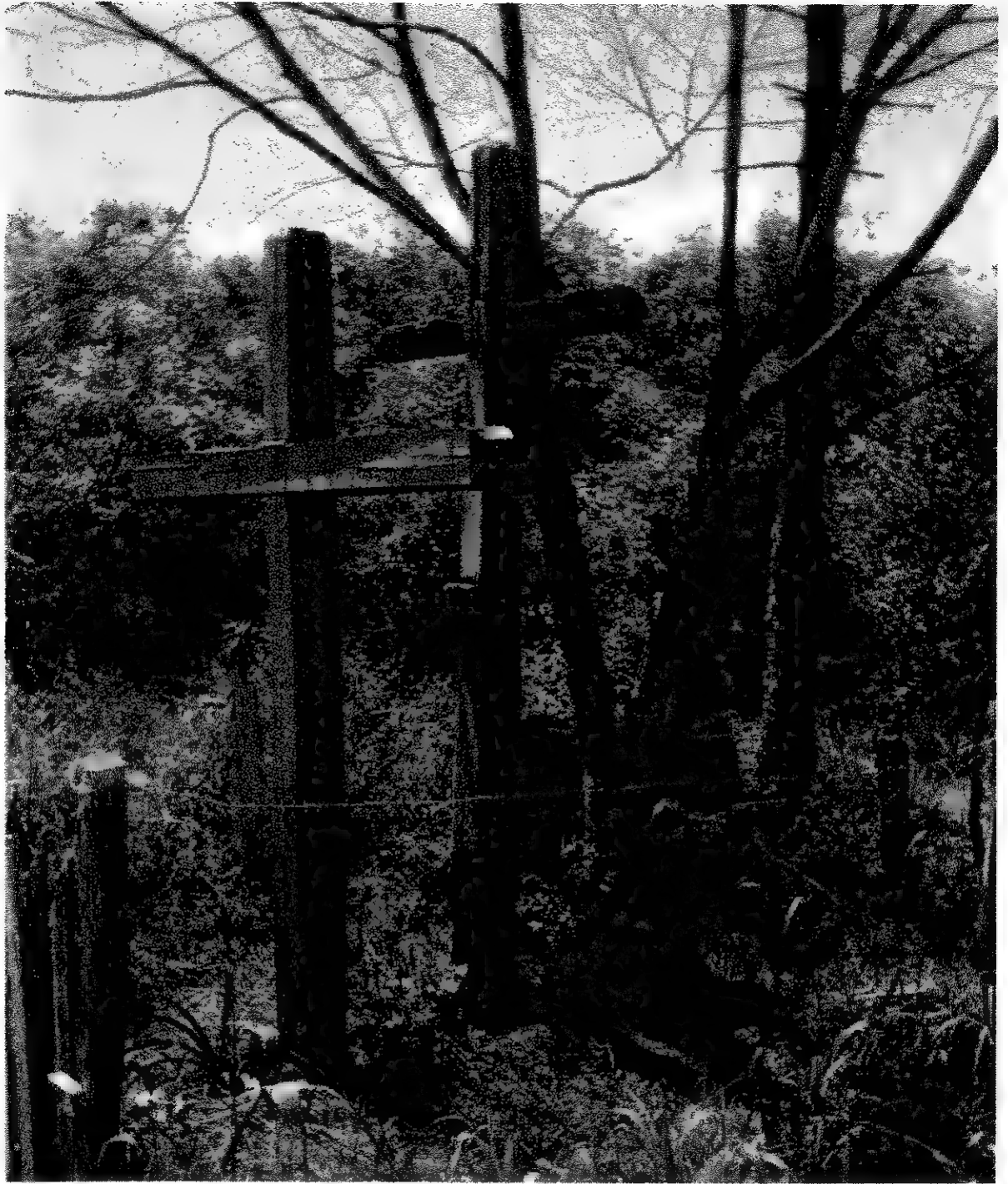
Avelino Correia, Curitiba.



Maria da Conceição Correia, Canoíñas.



João Maria Palhano (Lica), com a imagem de São João Maria e sua família. Taquaruçu, Fraiburgo.



Cruzeiro de São João Maria, Rio Pretinho, Canoinhas.



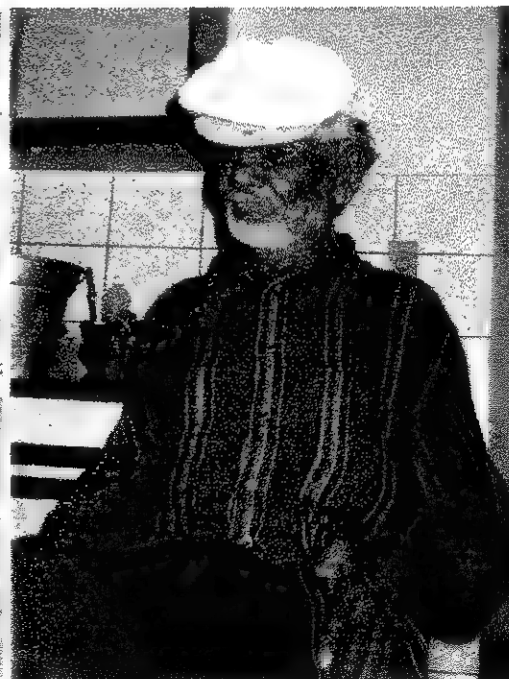
Domingas Ávila dos Santos, filha
da *virgem* Teodora, Lebon Régis.



Antônio Fabrício das Neves,
Irani.



Elias Ribeiro e família, Monte Alegre,
São Cristóvão do Sul.



Firmino Rodrigues Martim,
Jaborá.



João Maria de Paula,
Matos Costa



Laurentino Martins,
Caçador.



Graciliano Alves dos Santos e esposa,
Curitibanos



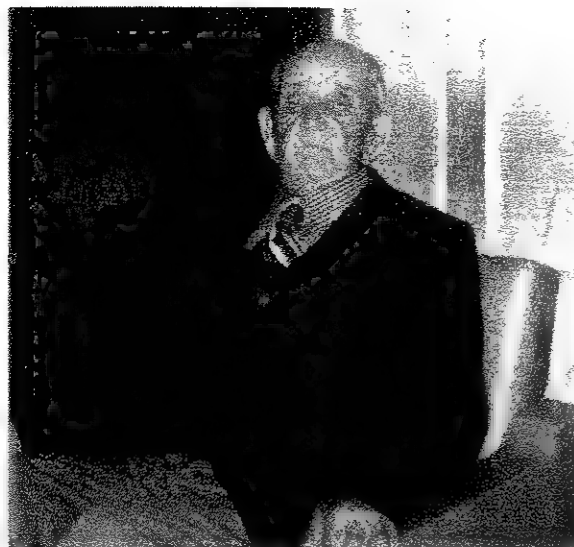
Manoel Jungles,
Canoíhas.



João Pedro de Souza (Totó) e neto,
Campos Novos



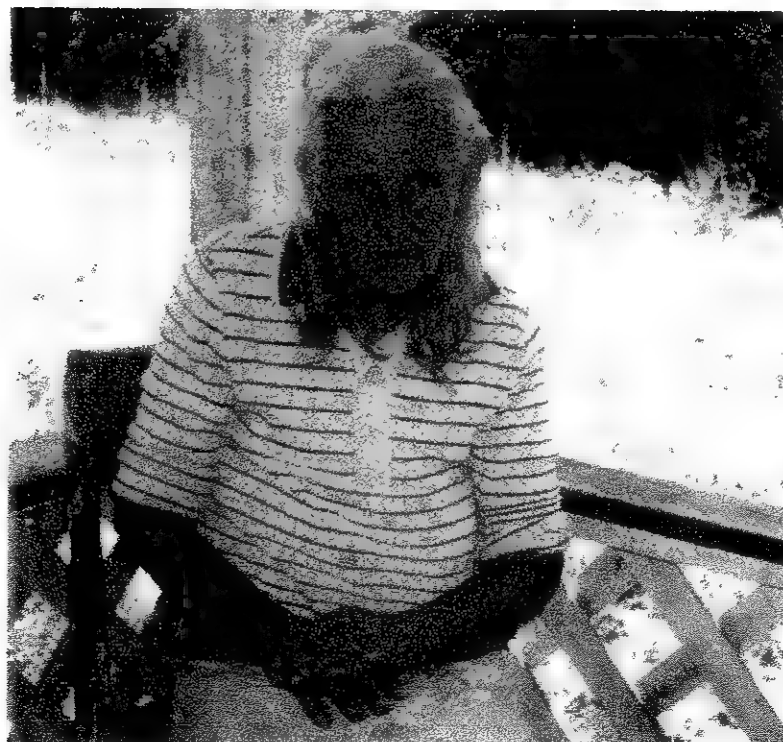
João Melo e Eugênia,
Rio das Antas



Antônio França Pinto,
Lebon Régis



Raulino Correia de Souza,
Lebon Régis.



Rosalina Watrin, Rio Pretinho,
Canoíhas.



Adeodato preso em Florianópolis,
Setembro de 1916.(*O Estado*)

Anexos

Relação dos membros do Piquete de Adeodato, arrolados como réus no processo de Apelação Criminal nº 1121, ATJSC. (possivelmente, última formação dos Pares de França)¹

- Adeodato Manoel Ramos;
- Francisco Manoel Ramos (irmão de Adeodato);
- Fidêncio Manoel Ramos (irmão de Adeodato);
- José Francisco Ramos (irmão de Adeodato);
- Domingos Crespo;
- José Crespo;
- Luiz Crespo;
- Joaquim Germano (Negro Germano);
- Mathias Baiano (Pai dos três membros abaixo);
- Tobias Baiano;
- José Domingos Baiano (José Antônio Ribeiro, 22 anos, solteiro, natural de Curitiba, lavrador, residente em Rio Bonito);
- João Baiano (João Mathias Ribeiro, 28 anos, casado, natural Curitiba, lavrador, resid. Sta. Cecília) ;
- Joaquim Vacariano (Joaquim Maximiniano de Ferraz, 36 anos, casado, natural de Vacaria, RS, lavrador, residente há 6 anos em Trombudo);
- Leandro Lopes;
- Olímpio Simão (22 anos, natural Curitiba, lavrador, residente Sta. Cecília do rio Correntes);
- Messias de Meireles;
- Chico Taipeiro (Francisco Carvalho de Oliveira, 32 anos, casado, nat. Curitiba, lavrador, residente no Salto);
- Fumaça (irmão de Taipeiro);

¹ Os nomes que são acompanhados de descrições sobre idade, naturalidade e profissão foram a julgamento.

Décimas de autoria de Antônio Fabrício das Neves, escritas na década de 1930, em Irani, SC: (texto cedido por Ivone Gallo).

Esta é a recordação
do tempo da minha infância
pesquisei desde criança
gravando em minha memória
a realidade do passado
fui escrevendo rimando
a verdadeira história

João Gualberto já está vindo
Comandando um Batalhão
Trazendo em sua muamba
Metralhadora e canhão
Veio pra fazer banditismo
Com os caboclos do sertão
O monge mandou uma carta
escrita bem declarado
precisamos se falar
talvez teje mal informado
não precisamos brigar
por que não somos intrigado

Respeite meus sertanejos
que eu respeito teus soldados
não vamos fazer injusta
matar quem não é culpado

Coronel deu um sorriso
com olhar entusiasmado
eu não aceito esta carta
e muito menos o recado
porque já trouxe até as cordas
pra levar tudo amarrado

O monge ficou pensando
emocionado e indeciso
eu não queria brigar
mas brigo se for preciso
por que em Deus tenho confiança
palavra de corpo e alma
pra quem restar fica a herança
que há de servir de lembrança

Irani, sertão de Palmas

Foi assim que o Irani
serviu de cancha de guerra
viu seus filhinhos chorando
e as mulheres desesperadas
ver seus maridos em jornada
pra defender sua terra

O monge José Maria
com seu gesto de carinho
montou no seu cavalo
e disse ao Fabrício, baixinho
Eu vou na frente da tropa
Quero imitar uma choca
Quando está com seus pintinhos
Morrer na boca do bicho
Pra defender seus filhinhos

Fabrício vou te orientar
que vou morrer neste ato
mais tu não passe do meu sangue
volte de novo pro mato
no sertão tu será um tigre
e no campo vai ser um gato

Irani ficou em silêncio
o povo humilde rezando
as nossas mães chorando
fazendo prece ao Senhor
de ver seus filhos lutando
manchado de sangue e suor

OH, nosso Pai Poderoso
olhaste para o Irani
ai pareceu milagre
da nossa Mãe Protetora
de vencer metralhadora
com facão de guamirim.

Que terrível madrugada

que terrível despedida
no espaço de uma hora
a causa foi decidida

hoje só nos resta o nome
de quem por nós deu sua vida

.....ooooo00000000000ooooo.....

"1: Falando em uma tragédia
quero contar em um segundo
que se deu cos moradores
que morava em Passo Fundo
quando o monge João Maria
caminhava pelo mundo

2: Na beira de uma estrada
o meu avô residia
na tarde de uma Sexta-feira
veja o que lhe acontecia
ele encontrou um velhinho
que ali ninguém conhecia
falando o velhinho disse
que era o monge João Maria

3: Falando, o monge indicava
A mais ou menos a 10 família
Que viessem embora
Para um lugar
que o monge conhecia
que era o sertão de Palmas
que nada lhe acontecia

4: Não ligaram ao que tinham
deixaram tudo de lado

muitos deles vieram a pé
carregando o revirado
a procura da floresta
que o monge tinha indicado

5: Vieram embora pro sertão
não foi atras de riqueza
vieram conhecer uma terra
toda cheia de beleza
ali criavam seus filhos
zelando da natureza

6: Nem um deles tinha estudo
mais tinham muita educação
usaram muito respeito,
muita consideração
assim fizeram sua vida
numa verdadeira união

7: Foi assim que eu fiquei
rico, cheio de tranqüilidade
era riqueza que eu falo
é saúde e amizade
isto faz parte da vida
e traz muitas felicidades"

....oooo00000ooo.....

1: Velho rancho de Taquara
na costa de um alagado
aonde nasce a saudade
quando recorda o passado

2: Velho rancho de taquara
tu não tá aqui pra bonito
recordação de um conflito
que deu no banhado grande
batalha do contestado
aonde foi derramado

miles de gotas de sangue.

3: Velho rancho de taquara
tu és medalha pra mim
foi de onde saiu marchando
um piquete desfilando
que terminaram peleando
nas coxilhas de Irani.

4: Velho rancho de taquara
eis o rancho do Fabrício

que aqui ainda resta um resquício
mais bem pouco que se escreve
trocar o nome está errado

mais o meu sempre assinado
como Fabricio das Neves.

.....ooooo00000000ooooo.....

1: Com licença meus amigos
vou contar onde fui criado
nasci em sertão de Palmas
um lugar muito falado
isto fica logo aí
num cantinho deste estado

2: Foi onde deu um combate
eu me gerei na fumaça
sô um xirú do trote duro
tenho um pouquinho de raça
num torneio de cultura
é difícil eu perde a taça

3: Oh, minha terra natal
tu não é mais como era
se acabou até meu ranchinho
na costa daquela serra
onde eu sentia o perfume

das flores da primavera

4: Querido sertão de Palmas
que hoje é Irani
que só me resta saudade
de quando eu te conheci
hoje não se vê mais nada
do que antigamente eu ví
era verde e amarelo
coberto de um céu anil
no oeste catarinense
era enfeito do Brasil

5: O velho sertão de Palmas
é a terra que eu nasci
é a minha terra natal
que eu amei desde guri
hoje só resta a saudade
de quando te conheci.

.....ooooo00000000ooooo.....

1: Se me derem um espaço
a minha informa eu quero dar
eu hoje fui convidado
vir aqui para cantar
sou criado desta terra
para o senhor vou contar
as campinas Iranienses
é a minha terra natal

2: Na minha terra natal
me parece, estou falando
eu não sou profissional
canto só quando me mandam
com minha simplicidade
amigo, estou convidando
quem quiser nos visitar
nós recebemos cantando

3: Nós recebemos cantando
só com canções altaneiras
eu sou filho deste estado
desta terra brasileira
catarinense peitudo
que honra sua bandeira
é terra que já deu vida
pra muita raça estrangeira

4: Pra muita raça estrangeira
meu amigo, isto é verdade
mas somos todos irmãos
e usamos hospitalidade
pra cantar pra minha terra
meu peito sente vontade
pra vocês deixo um abraço
levo comigo a saudade

5: Levo comigo a saudade
deste macanudo povo
quem visitar nossa terra
se for velho fica novo
cantando pra minha gente
isto pra mim é um repouso
quem de mim sentir saudade
diga que eu volto de novo

6: se aqui eu voltar de novo
assim será meu desejo
onde sou bem recebido

nunca darei o desprezo
pros mais velhos o meu abraço
e pras criancinhas um beijo

7: Pras criancinhas um beijo
meus amigos isto é verdade
sou filho de um sertanejo
nunca morei na cidade
sou um caboclo do sertão
e nunca me senti sozinho
vivendo com a natureza
no meio dos passarinhos

.....oooooooooooooooooooooooo.....

1: Alo, Alo Irani
hoje tu me vê cantando
eu canto pra espairecer
por que já nasci chorando
as belezas que tu tinha
teu filho está reclamando

já não te conhece mais

2: Oh velho sertão de Palmas
Deferente hoje eu te vejo
Foi meu sertão favorito
Querência dos sertanejos
Foi tu que me viu nascer
Da mamãe ganhando beijo

6: Tudo isto aconteceu
só por causa do dinheiro
minha terra hoje pertence
só pros grandes fazendeiros
até os pobres passarinhos
os que não fugiram, morreram.

3: A minha terra natal
quedele tuas belezas
os gananciosos chegaram
levaram tuas riquezas
tu não tem mais o que tinha
terminou até a natureza

4: Quedele o verde sertão
onde caía o sereno
aonde que eu morei
no tempo que era pequeno
hoje só vermelha a terra
ainda cheia de veneno

5: Quem conheceu minha terra
há trinta anos atrás
os campos cheios de gado
cerros cheios de pinhais
hoje quem te vê de novo

Entrevista com Antônio Fabrício das Neves, Iraní, 11/02/98:

Com 75 anos, Antônio Fabrício é filho de João Damos Fabrício das Neves. Entrevista concedida na presença do folclorista Vicente Teles.

Antônio Fabrício: "Eu era curioso e , em 1934, pro povo daqui tudo ainda estava quente, pro sentimento que eles tinham com tudo o que aconteceu, eles custaram muito a esquecer. Em 1934 eu já compreendia alguma coisa na escola, aquelas escolas que eram pagas pelos próprios pais, então eu gostava de escutar as conversas das pessoas mais antigas e fiz um caderninho de anotações, fui juntando todas as histórias porque eu sabia que a maioria deles não sabia nem escrever nada e eu queria guardar aquelas histórias. Esse professor que nós tivemos veio do Rio Grande, era um parente que eles mandavam buscar pra ensinar as crianças daqui. Aqui (no Iraní) não tinha outras famílias a não ser os Soares, os Fabrício e os Beirão. Do Rio Grande só veio esta gente. Eles vieram em mais ou menos umas dez famílias, em 1896, na época da guerra dos pica-paus (Revolução Federalista). A razão deles virem para cá foi a guerra, porque meu avô materno se chamava Salvador Inácio Cardoso e ele era Coronel de fazenda, na guerra de 93, eles venceram a guerra, mas aí por 95 ou 96 o monge João Maria andou lá pelo Rio Grande e disse pro meu avô : *Olha Cardoso, é melhor pegar tua família e ir pra outra região porque estes que perderam a guerra querem se vingar de vocês!* Vieram dez famílias e seus agregados. O Monge deu a indicação bem certa, disse ao Cardoso que era para pegar a sua gente e ir para o Sertão de Palmas, que era como se chamava toda essa região que fica entre os rios Uruguai e Iguaçu. O monge ajudou a colonizar essa região, ele disse pro Cardoso: *O que vocês tem aqui, tem lá!* Hoje nós estamos numa fase em que o povo já não está mais pertencendo a essas coisas. Hoje com a ganância, e o orgulho, as pessoas já não dão valor às coisas que tem o seu valor. Porque o povo de Santa Catarina deve a vida pra esses homens."

Neste momento ele fala de uma série de dificuldades que ele, Antônio Fabrício, e o folclorista Vicente Telles, enfrentaram no Município para convencer as autoridades locais da importância da comemoração da data da batalha do Iraní como feriado municipal e, até , estadual.

P.: O pessoal que veio de Taquaruçu acompanhando o monge até aqui, o que foi feito deles após a batalha ?

Antônio Fabrício : Não voltaram pra Taquaruçu nem ficaram aqui, procuraram esconderijo. Hoje o lugar se chama Eugênio Veiga, onde estão construindo uma barragem, naquela época eles chamavam de Volta Fechada, que é onde o rio Uruguai faz uma curva. Eu estive lá quando era pequeno, fui no colo a cavalo com a minha mãe porque o meu pai ficou um tempo escondido lá. Todo mundo daqui foi pra lá, só ficaram aqui as mulheres, crianças e os agregados e peões de fazenda, aqueles caboclos, homens de confiança, que eles traziam do Rio Grande. A turma que foi pra Volta Fechada ficou por lá uns 4 ou 5 anos. Eles sofreram muito porque naquela região só tinha mato e bichos, diziam que esse sertão parecia até azul, de tanto mato que tinha. A Vila do Iraní ficou guarnecida por muitos anos por uma tropa vinda de

Curitiba. Eu me lembro até hoje dos toques de corneta, muitos anos depois, eles se retiravam um pouco mas depois voltavam.

Vicente Teles: Isto começou com a coluna comandada pelo Coronel Pyrrho, que, depois do combate do Irani, foi mandado pra cá com uma expedição punitiva e de reconhecimento. Eles não sabiam quem morava por aqui, não conheciam nada da região. Eles queriam saber se tinha alguma coisa armada por trás daquele combate. Mas isto aconteceu entre 1912 e 1913, não era ainda a "operação limpeza" que aconteceu anos mais tarde.

P.: Teve gente daqui que foi pra Taquaruçú ?

Antônio Fabrício : Sim, teve gente que foi. O pessoal antigo falava muito disso, muitos foram e sofreram por lá.

P.: E José Maria, ele era do Paraná ?

Antônio Fabrício : Dizem que parece que ele era uma praça aposentado da polícia de Curitiba, mas isto ninguém sabe ao certo. O certo mesmo é que era um homem com muita instrução, muito entendido.

P.: Ele fazia curas ?

Antônio Fabrício : Ele ensinava, mas ele nunca se propôs a ser um curador como diziam. Dizem até que o combate aconteceu porque ele construiu um santuário por aqui, uma bobeira, isso não é verdade. O combate se deu por causa da disputa do terreno daqui, que era Paraná. O velho Fabrício, quando chegou aqui, queria montar uma colônia com sua gente, com auxílio do monge. Esse pessoal chegou em paz aqui, não sei o que o que as autoridades de Curitiba pensaram pra mandar a força bater aqui : (versos da autoria de Antônio Fabrício, ele escreveu "conforme contavam os antigos").

João Gualberto está chegando

E assim foi procurado

O Monge mandou uma carta

Escrita bem declarado

Não precisamos brigá

Porque não somo intrigado

Não vamo fazê ajuste

Nem matar quem não é culpado

Coronel deu um sorriso

Com o olhar entusiasmado(para aquele que foi levar a carta do monge)

E não aceito esta carta

E muito menos o recado

Porque já trouxe as cordas

E vou levar tudo a laço

(Ele afirma que as cadernetas que possuem os versos completos sobre o combate no Irani estão com o senhor Rubem Lang, que mora no Rio Grande, que levou emprestado.)

Daí houve a conversa entre o Monge e Fabrício :

O monge ficou pensando
E disse ao Fabrício
Emocionado e indeciso :
Nós não queria brigá
Mas brigamo se for preciso

P.: Quando chegou o monge José Maria vindo de Taquaruçú para cá, as famílias daqui o receberam bem ?

Antônio Fabrício : Receberam muito bem, porque era gente da mesma tradição.

Vicente Teles: Alguns livros dizem que José Maria tinha amigos por aqui, será que tinha mesmo ?

Antônio Fabrício : Tinha, acho que ele conhecia daqui o Major Fragoso, Major de Fazenda (da Guarda Nacional) que era chamado por aqui de Coronel Fragoso. O Coronel Fragoso era um antigo federalista gaúcho que veio pra cá por 1896 ou 97. Depois do combate do Irani a polícia ficou muito tempo procurando ele. Tinha também um tal de Teobaldo Madeira, que também era amigo do monge e tinha inclusive uma foto dele junto ao Fabrício. Certamente ele (o monge) quando veio aqui para esse sertão tinha alguém conhecido, poderia ter ficado em Catanduvás, Joaçaba, mas aqui era mais abrigado. Ele naturalmente se dava muito bem com o Fabrício. Dizia o Fabrício que o ideal do monge era formar uma colonização, com famílias, neste terreno daqui, não é como diziam que ia ser um reduto de jagunços e bandidos.

Vicente Teles. : E as pessoas que vieram com o José Maria de Taquaruçú, eram muitas ?

Antônio Fabrício: Não vieram muitos. Eram poucos como eles falavam, mas eles já tinham conhecimento com essa gente daqui, eles já tinham uma relação com a gente daqui. Eles tinham amigos em que podiam depositar confiança. Da gente de Taquaruçú que veio aqui foram muito poucos que participaram do combate.

P.: A maior parte do pessoal que participou do combate era daqui ?

Antônio Fabrício : Sem dúvida, era o povo do Irani. Era muita gente que vinha dos fundões da fronteira daqui, gente reunida pelo Fabrício.

Vicente Teles : Dizem alguns historiadores que vieram 40 cavaleiros de Taquaruçú junto com o monge José Maria, não sei se chegou a esse número. Como na batalha se estima que eram mais de 200 atacantes (contra a força chefiada pelo Capitão João Gualberto), então realmente a maioria do pessoal era daqui.

Antônio Fabrício : Sim, diziam eles que eram mais de 200. Daquela região que hoje é Concórdia, já tinha bastante morador naquela época, veio essa gente de lá pro combate daqui, gente liderada por aquele Coronel Fragoso e pelo Fabrício.

Vicente Telles: A grande maioria era de gente do Rio Grande, que tinha experiência de guerra, era gente de briga, bem treinada, muitos tinham participado da Revolução Federalista.

Antônio Fabrício: Era gente com experiência em combate e prática de mato. Senão como eles iam vencer a batalha sem armas ? Eles souberam distribuir bem o pessoal na mata, esperaram o Gualberto avançar e só depois é que se mexeram.

P.: O pessoal realmente achava que o José Maria ia ressuscitar ?

Antônio Fabrício : Muitos acharam, mas aqueles homens mais antigos não acreditavam nessa história. Até eles diziam, nós temos que nos preparar para brigar. Naquela parte da minha escrita tem um pedaço que é assim, o Zé Maria fala ao Fabrício :

Fabrício vou te dizer
Que está escrito no relato
Tu não passa do meu sangue
Volta de novo pro mato
Que no sertão serás um tigre
E no campo serás um gato

Antônio Fabrício : Então era essa a mensagem, eles tinham que se preparar para se defender.

A seguir Antônio Fabrício faz uma série de críticas à educação e à escola atuais, fazendo uma defesa dos antigos valores de justiça, caráter e inteligência. "*as coisas puras estão no tempo passado*".

P. : José Maria e seus devotos diziam que o mundo ia acabar, não ?

Antônio Fabrício : Não mesmo! O próprio monge dizia e perguntava se todo mundo sabia rezar Glória ao Pai. As pessoas só sabiam um pedacinho. Na verdade a reza completa terminava com '*pai e glória do filho e do espírito santo, por séculos e séculos sem fim, amém !*',

Vicente Teles : Quem profetizava o fim do mundo era o monge João Maria.

Antônio Fabrício : Ele contava o que está acontecendo agora, esse João Maria. Lembro que eu já era meio grandinho, meu pai dizia que o João Maria leu o livro(?) e já tinha avisado de que no futuro iam acontecer umas mudanças que não seriam boas, muita gente de bem seria enganada e traída. As pessoas irão sofrer muito. As famílias tradicionalistas, que procuram educar seus filhos no caminho certo, que são contra a ganância, vão sofrer muito e ser exploradas. As coisas mudaram muito mesmo, e para pior, vi isto nesses meus mais de 70 anos de vida. Em todos os setores onde há

mudança, é sempre pra pior. Aquele político que diz que vai mudar tudo, acho um perigo, porque na realidade ele só vai massacrar mais a pobreza, vai fazer sofrer os caboclos, esse pessoal mais humilde.

P.: O pessoal que acompanhava o monge José Maria era chamado de fanático, o senhor concorda com isso ?

Antônio Fabrício : Não. Isso aí é o que eles(os inimigos) queriam dizer para desacreditar o homem. Queriam dizer que ele estava mentindo. Que ele se dizia ser um santo, eu nunca ouvi dizer que alguma vez ele falou isso. Ele dava os pareceres dele, mas dentro de um ritmo de futuro, de respeito, de gente que queria crescer junto. Por isso é que essa gente de Curitiba veio aqui dizendo que era o tal fanatismo, que ele nunca pregou, nunca defendeu. Eram os de fora que chamavam de fanáticos, e principalmente os de fora que se interessaram por esse pedaço de terra. Que eles estavam se preparando para o que aconteceu hoje. Porque se não fosse esse combate deles aí, onde muitos entregaram a vida, nós não estaríamos aqui agora. Quem defendeu os catarinenses, quem defendeu o Estado de Santa Catarina, foram esses três homens (José Maria, Fabrício e Fragoso). Defender esta terra, este era o ideal deles. Como diz o verso :

Que terrível madrugada
Que terrível despedida
No espaço de uma hora
A questão foi decidida
E hoje só nos resta o nome
De quem por nós deu a vida

Antônio Fabrício : Foi isso que nos deixou Zé Maria, ele deu a vida por nós. Ele não procurava destruir, pelo contrário, queria construir, encaminhar, orientar aqueles que precisavam. Era um trabalho muito grande porque todo mundo precisava de uma orientação naquele tempo. As pessoas por aí, sem escola, no mato, então por isso que respeitavam muito ele, por isso que gostavam dele. (...)

Dizem que do combate aqui participaram 246 homens. Eles deixaram uma turma carneando as vacas, enquanto os outros foram pro combate. A nossa gente ainda foi lá no outro dia, pra fazer uns valos e enterrar a montoeira de soldados mortos.

Entrevista com Antônio França Pinto, Lebon Régis, em 27/021998:

Antônio possui 96 anos, é parente de vaqueanos civis que lutaram ao lado do governo durante a Guerra do Contestado.

Antônio: Vou contar a vontade o que eu lembro da Guerra dos Fanáticos, dos Jagunços. Começou quando eu tinha 7 ou 8 anos. Naquela época eu fui estudar em Canoínhas, eu ia me formar para padre. Fui batizado pelo Frei Rogério [Neuhaus], que era um Santo, hoje está enterrado em Roma. A minha avó queria que eu me formasse padre. Daí entrou estas coisas ruins e estragaram tudo. Digo coisa ruim porque o Leodato era coisa ruim mesmo, era o demônio aquilo!

Pergunta: O senhor conheceu ele ?

Antônio: Demais ! Eu conheci o Leodato, sei até as décimas que ele cantava quando ia matar os outros.

P: Como eram as décimas ?

Antônio: Ele formava o piquete dele e cantava . Ele chegou, num destes ataques a matar o velho que criou ele, o Neco Peppe, que é avô da Vice-Prefeita daqui. Ele matou o velho e queimou a casa, depois voltaram pro reduto. Mas isto eu estou adiantando, aconteceu mais pro final da Guerra. Mas eu vou começar a contar uma coisa que eu mesmo vi. Foi lá no reduto de Caraguatá. Eles resolveram, os jagunços, acabar com a estação de Rio das Antas. Era o comandante o Chico Alonso, antes do Leodato. Ele tinha um piquete que a lotação era de 70 homens. Quando ele saiu tinha nove cruzeiros em torno do espaço que ele usava para reunir o piquete. Os jagunços ficavam batendo as espadas e facões aos pares, tac, tac, tac e cantando. O Alonso ficava na frente, carregando uma grande bandeira branca, que era a bandeira deles. Naquela época eu era pequeno e, quando vi tudo isto, achava bonito. Criança é bicho bobo, eu via aquilo e nem sabia o que significava. Diziam que era coisa de santidade e não sei o que mais. Daí eles cantavam assim, antes de arrancar para brigar no Rio das Antas, para acabar com o Rio das Antas, queimar as casas e a estação e tudo. Era pra trazer o que tinha para comer. Se achassem munição e outras coisas mais difíceis para carregar, era para esconder para pegar depois. Eles achavam que nunca iam ser derrotados, só eles atacavam, só eles venceriam. Eles cantavam assim:

*Meu Senhor crucificado
Filho da virgem Maria
Me guarde hoje nesta noite
E amanhã por todo o dia
Meu Senhor crucificado
Que meu sangue não seja derramado
Nem com chumbo e nem com faca!*

Esta era a cantiga deles. Cantaram e partiram para o ataque a Rio das Antas. Daí quando o piquete foi, chegou de Florianópolis o Capitão Rosinha [Cap. José Vieira da Rosa, do 54º BC] . Eu conheci ele, ele brigou muito por aqui. Naquela época não

morava quase ninguém em Rio das Antas, era um sertão, a estação de trem era recém construída. Eu lembro porque eu estava com o meu pai lá, fugindo dos jagunços. Daí chegou e perguntou o Capitão Rosinha: "*Qual é a estrada que os rebeldes chegam ?*" Aí apontaram para uma subida lá. Desceram dois mil homens do exército e abriram buracos, trincheiras, para defender a estação do ataque dos jagunços. Tinham chegado uns dez alemães do Rio Grande para colonizar aquela região, ficaram em Cará, mas o povo daqui que queria fugir dos jagunços continuava a correr para a estação. E a estação estava guarnecida pelos soldados. Daí os alemães pediram ao Rosinha para guarnecer a colônia deles, que ficava só a uns 5 km da estação, e os alemães sabiam que iam ser atacados pelos jagunços.

P: Jagunços ?

Antônio : Eles falavam jagunços, os inimigos chamavam os fanáticos de jagunços. Mas os jagunços, entre eles, se chamavam de *irmãos*. Bom, mas o Rosinha disse que não ia fazer uma guarda para os alemães, que tinha ordens do Ministro para guarnecer as estações da estrada de ferro, e uns 500 metros ao redor delas. Os alemães insistiram mas daí Rosinha bateu com a mão no peito e disse : "*Quem manda aqui sou eu !*" O Rosinha deu 50 *winchesters* e 50 caixas de balas para os alemães se defenderem sozinhos. Dois dias depois chegaram os jagunços. Os alemães fizeram uma trincheira de pedras quebradas para o lado que os jagunços vinham, continuavam só em dez, mas colocaram as 50 *winchesters* carregadas em buracos da trincheira. Os alemães eram corajosos, mas eles não imaginavam o que vinha pela frente. Logo apareceram os 70 jagunços. Eles nem se preocupavam com a resistência que iam encontrar, estavam acostumados a passar por tudo que é lugar matando e roubando com facilidade. Eles chegaram dando vivas : "*Viva José Maria!*", que foi o chefe deles que começou tudo. Quando os jagunços se aproximaram da trincheira levaram uma primeira descarga de *winchester*, de vereda, dos alemães. Bram!, Caíram dez jagunços. Foram dez tiros e dez jagunços atingidos. Numa nova descarga, caíram mais dez jagunços. Daí o comandante Chiquinho "[Chiquinho Alonso]", comandante dos jagunços, quando viu que tinham caído numa espera, numa emboscada, gritou pros outros: "*Entrevero, minha gente !*" Era para lutar a facção, sem tiros. Os alemães viram que era um homem de cavalo branco, com uma bandeira branca, quem gritou aquilo e decidiram atirar no comandante jagunço. Os alemães mataram Alonso e o cavalo. Os outros jagunços fugiram então. Mas o Leodato passou correndo e juntou do chão a bandeira de Chico Alonso. Sumiram os jagunços e meia hora depois apareceu o Capitão Rosinha com uns 50 soldados. Rosinha perguntou: "*Onde estão os rebeldes?*" Os alemães disseram que tinha uns 20 mortos ali, mas outros 50 escaparam. Disseram também que se o Capitão tivesse auxiliado eles poderiam ter dado cabo de todos os 70 jagunços. Daí Rosinha perguntou como os alemães sabiam que eram 70 atacantes. Até desconfiou que os alemães fossem aliados dos jagunços. Os alemães mostraram para Rosinha um papel que tiraram do bolso do comandante, no papel vinha o nome de todos que faziam parte do piquete e as ordens que tinham que cumprir. Logo antes de chegar o Rosinha eles escutaram um gemido num mato próximo, viram que era mais um jagunço, que ainda estava vivo, mas muito ferido. Era o jagunço mais valente daquele piquete, se chamava André. André estava tentando se matar com um facção, mas não conseguia, de tão fraco pelo ferimento. Os

alemães disseram pra não se preocupar, que eles dariam cabo dele, que iam estourar os miolos dele no vassoural que ele estava. Perguntaram antes tudo o que o André sabia, ele não falou nada, só disse que o que tinha morrido com a bandeira era o comandante, e que o comandante levava as ordens escritas. Rosinha ordenou aos alemães que enterrassem os jagunços mortos, os alemães não queriam enterrar, eles disseram que só enterrariam se tivessem sido ajudados no combate pelos soldados. Os alemães estavam *quebra* (valentes). Daí resolveram empilhar os jagunços e fazer uma fogueira. Foi só botar um pouco de lenha que o fogo foi adiante, o corpo queima que nem óleo, na facilidade. Quando Leodato chegou no reduto de Santa Maria "[Bom Sossego]", que era o reduto chefe deles naquele tempo, ele chegou e sentou num banco e ficou parado segurando a bandeira. Logo apareceu uma mulher e perguntou: "*Acabaram com os peludos ?*" Leodato disse: "*Que nada, eles é que acabaram com o nosso pessoal.*" Dali a pouco apareceu um rapaz e disse: "*Comandante, posso ir caçar ?*" Daí Leodato começou a engrossar a voz e disse: "*Só se for acompanhado, sozinho não pode.*" Com a bandeira na mão os jagunços começaram a tratar o Leodato como chefe e ele foi se empolgando. O rapaz que pediu permissão para caçar queria mesmo era roubar gado alheio, era isto que os jagunços chamavam de caçar, e Leodato fez o mesmo que Chiquinho fazia, não deixou ir sozinho.

P: Por que?

Antônio: Porque se fosse sozinho podia fugir. Os chefes só deixavam sair do reduto de dois ou mais, daí um controlava o outro. Então o rapaz disse que não tinha companheiro para sair junto, que já não tinham carne, que já estavam passando fome. Nisso o Leodato, que não era comandante ainda, mas já estava na direção, puxou sua espada. Ele tinha uma espada que foi do D. Pedro II. Pois ele enfiou a espada no sujeito que queria sair. A espada atravessou a barriga e saiu pelas costas. Saía sangue para lá e para cá. O rapaz ferido ficou um tempo de pé e um negrinho com uns 5 anos, louco de fome, correu com uma caneca para pegar e beber o sangue que jorrava pela barriga e pelas costas do jagunço. No reduto tinha muita fome, comiam xaxim, comiam o diabo. Aí um puxa-saco procurou o Leodato e disse que o negrinho estava bebendo o sangue do "peludo" que tinha sido executado. O Leodato foi lá, puxou sua espada e, zas! Arrancou a cabeça do negrinho. Depois que ele matou o piazinho todo mundo ficou com medo dele e ele ficou mandando no reduto. Eles, os fanáticos, tinham medo do Leodato por causa de uma crença, eles não eram covardes, tinham matado homens muito mais valentes que aquele "Jaguara" [Adeodato]. Outro acontecimento foi assim: o Leodato pegou meu primo e levou para o reduto. Tudo começou numa festa que estava acontecendo numa capela que tinha na Serra da Esperança. O Leodato chegou com seu piquete e perguntou: *Quem é o dono da festa ?* Aí se apresentou meu primo e ele disse que estava convidando para ir pro reduto. Um convite de Leodato era uma ordem! Meu primo passou os dois filhos pequenos que tinha para um irmão dele cuidar, e seguiu com o Leodato. Isto eu vi, logo o Leodato apontou o revolver na nuca de meu primo e o matou. Eu ia na garupa dum piazone, parente meu que estava na festa, que era afiliado do meu primo que tinha morrido e ele disse: *Papai do céu, mataram meu padrinho !* Um outro tio meu disse para ele: *Cala a boca menino, tu qué morrer também ?* Os jagunços executaram meu

primo, mas ficaram vigiando para ver qual ia ser a reação do povo que estava na festa. Todos ficaram quietos e seguiram seus caminhos.

P: E por que eles fizeram isto ?

Antônio: Por bandidos! Eles estavam loucos, né ? Mas depois disso o Capitão Rosinha veio para a região das Perdizes, Perdizes de São Sebastião, como se dizia. E as Perdizes também eram boca de estrada dos jagunços. Então o Leodato decidiu dar uma batida no São João, para acabar com tudo e trazer tudo que tivesse e gado para comer, principalmente. Quando saiu Leodato, com 70 homens, o Rosinha tinha chegado a mais ou menos uma hora, com 2 mil soldados. Rosinha ordenou: *Façam trincheiras!* E também ordenou uma patrulha seguir a frente para saber se os jagunços estavam vindo, disse para atirarem como aviso da aproximação dos fanáticos. Mas Rosinha pensava que eles não vinham, nem os jagunços não sabiam, o Leodato decidia o local de atacar na hora, não avisava antes como faziam os antigos comandantes. Pois a patrulha mandada pelo Rosinha encontrou, numa campina, o grupo de 70 jagunços comandados por Leodato, que estava ali. A patrulha só tinha 10 soldados, eles tinham que enfrentar 70 jagunços em terreno limpo, podiam até ser picados a facão. Mas como eles ainda não tinham sido vistos pelos soldados, resolveram se esconder nuns pinheiros e se prepararem para dar uma descarga, todos juntos, quando os jagunços chegassem à distância de tiro de *winchester*. E foi isso que fizeram. Tiveram a sorte de, na primeira descarga, acertar o Leodato, que teve seu cavalo morto e levou um tiro nos bagos, quase foi capado o filho da mãe. Daí ele disse: *Silêncio, seu José Maria me disse que é para voltar, não dá para ir !* Daí por algum tempo as pessoas ficaram tranqüilas, porque sabiam que ia levar tempo pro Leodato se curar do ferimento e só poucos saíam do reduto com as ordens dele. Nesta época eu e parte de minha família corremos para onde hoje é os Funk, capão alto, ali onde passa a BR [116]. Neste lugar tinha uma grande guarnição do exército e as pessoas se sentiam mais protegidas. Mesmo assim sabiam que os jagunços sempre estavam por perto, observando e esperando a hora para atacar. Eu era um guri muito ativo, colhia lenha, tratava do gado, todos me queriam para trabalhar. De repente os jagunços chegaram na fazenda que eu tava trabalhando e que só estava a dona de casa e as filhas. A dona reconheceu o jagunço, um tal de José, que era afiliado e empregado dela. Vinha com ele outro jagunço, os dois usavam chapéus com fitas brancas, que eram os distintivos deles. O desgramado era afiliado e vinha para matar a madrinha e roubar tudo.

P: Os jagunços não respeitava os padrinhos e madrinhas?

Antônio: Respeitavam nada! Olha só o caso da família aqui da vice-Prefeita de Lebon Régis, da esposa do vice-Prefeito. É da família do Neco Peppe, que criou aquele demônio, o Leodato. O Leodato vivia pousando na fazenda do seu padrinho, o Neco Peppe, com seu piquete de 70 jagunços. O velho recebia ele sempre muito bem, mandava carnear rês para fazer churrasco e coisa e tal. O Neco Peppe só tinha 4 filhos, dois meninos e duas meninas. Bom daí teve um dia que o piquete do Leodato veio para atacar a fazenda, para matar o velho. Primeiro sitiaram a casa da fazenda. E 70 homens sitiavam mesmo. E a cerca em torno da casa era de rachão de pinheiro, era

lasca feita como colher de palanque. Ele tinha uns 20 cachorros, o Neco Peppe, que era um homem gordo. Eles tinham um peão em casa, que cuidava de cortar lenha, ordenhar vacas e ajudar no serviço de casa que, como era dali, conhecia o Leodato e não tinha medo dele. Este homem era o Felício "Torto", chamavam assim por ele ter os olhos vazados, o coitado era cego. Daí depois de uma hora de cerco a velha disse: *Neco, é o Joaquim que está aí, ele veio pra nos matar agora.* Eles chamavam o Leodato de Joaquim Leodato. Daí o velho Neco tentou fugir por traz da casa, onde tinha uma encerra de porcos. Mas os jagunços viram e mataram Neco. E falaram para a mulher dele: *Saia já da casa senão vai morrer queimada!* Lá dentro da casa estava o peão cego, com medo de ser morto, já que era costume nos ataques dos jagunços eles matarem todos os homens, só poupavam as mulheres e crianças. Daí a velha, que era uma mulher muito ativa, enrolou o peão cego numa esteira de piti, destas que tinham muito antigamente, e saiu pra fora com as crianças e o peão enrolado. Os jagunços acharam que ela estava vindo com cobertas, não deram importância e deixaram ela em paz, porque eles não tinham nada contra ela. Os fanáticos foram embora e deixaram a casa queimando. A velha só tirou o peão cego da esteira quando o fogo do incêndio baixou. Pois no que isto aconteceu o coitado foi a pé até Curitiba para avisar a força do governo. Mas já era tarde. Leodato já tinha se retirado há muito com seu piquete.

P: Mas por que Leodato matou o Neco Peppe ?

Antônio: Tava louco, foi um atentado. Mas na cabeça do Leodato deve ter pesado que a família do Neco estava contra ele. O pai e o irmão do Neco estavam com o governo, lutando como vaqueanos. Se meteram em muitas brigas medonhas com os fanáticos. Meus três tios também lutaram como vaqueanos, junto com o governo. Dois tios meus lutaram com o Capitão Delaíde. O Capitão Delaíde vivia trocando gritos com o Leodato, quando suas forças se aproximavam. O demônio [Adeodato] gritava: *"Capitão Delaíde, quero te conhecer na guarnição da minha espada!"* Delaíde respondia: *"Eu já te pego à coça!"* Ele chamava pegar à coça, na briga, com as mãos. Quando o Cap. Delaíde se aproximou do último reduto, no Timbó Grande, não acreditou no tamanho da cidade que via de longe, a noite, eram mais de mil casas. Pra combater o último reduto os soldados colocaram fogo num guaramirinzal [bosque de Guaramirim, árvore nativa da região] que ficava perto da canhada do rio Timbó, onde estava a principal guarda dos jagunços. O Capitão mandou os soldados fazerem muita algazarra e fogo na guarda principal e foi com um grupo menor em outra guarda, onde só tinha dois fanáticos, esperando outros para serem trocados. Nesta guarda pequena o Capitão Delaíde fez fogo, os jagunços tentaram responder, um puxou um *Nagant* e atingiu um soldado, mas os jagunços foram liquidados numa segunda descarga de tiros. Os soldados entraram no reduto e começaram a queimar tudo. E aquela jagunçada correndo, mulheres, velhos, crianças, tudo correndo em desespero. Era velha doente, era paralítico mancando, muita gente torta espavorida. Este povo todo procurava varar o rio para fugir dos soldados. Muitos morreram afogados. Adeodato viu que tinha que fugir, pegou a mulher que ele tinha casado naquele dia .

P: Casou no dia do ataque ?

Antônio: O Leodato casava cada dia com uma mulher. Depois ele matava e procurava outra, era assim quase todo dia. Pois ele pegou a mulher e mais uns 12 negros, daqueles mais valentes que sempre acompanhavam ele, e saiu do reduto que estava em chamas. Eles chegaram a um morro mais longe e Leodato mandou todos embora, dizendo que a guerra tinha acabado e que dali pra frente ia ser cada um por si. Ele queria ficar sozinho e não quis nem ficar com a mulher. Tempos mais tarde Leodato se entregou na Pedra Branca, ele procurou para se entregar, estava cansado de fugir. Foi preso e mandado pra Florianópolis. Lá o desgraçado aprendeu o ofício de sapateiro, ele tinha muita habilidade e era inteligente, o desgraçado, tinha muita idéia. Além disso era cantador e trovador, sempre ia bem nas porfias [desafios de trova]. Pois tava o Leodato na cadeia, trabalhando de sapateiro, quando brigou com um outro preso, um alemão que não queria emprestar uma ferramenta para solar uma bota. Leodato enfiou uma faca na barriga do alemão e abriu um talho enorme, fez as tripas do sujeito saírem pra fora. O alemão morreu logo. O Cap. Rosinha, que dirigia a cadeia, disse ao Leodato para fugir. Abriu a cela e disse para ele se escapar, mas que não deixasse ser preso, que da próxima vez o matariam. Leodato tentou convencer Rosinha a acompanhá-lo para pegar um tesouro que ele tinha escondido num oco de imbuia. Leodato guardava muito dinheiro enrolado dentro de garrafas, tampadas com cortiça e seladas com cera e muitas panelas com moedas e peças de ouro e prata. Até hoje muita gente anda atrás do tesouro do Leodato. Pois o Rosinha não se interessou e deixou o Leodato cruzar a cela, daí ele pegou uma carabina e acertou um tiro na nuca do demônio que fez espirrar os miolos daquele bandido desgraçado.

P: E antes do Leodato, o Sr. lembra das virgens e dos outros comandantes ?

Antônio: Pois tudo começou com aquele tenente do exército, o José Maria, que chegou em Taquaruçu dizendo que era irmão de João Maria. Este sim era um homem santo, o São João Maria, mas ele já não andava por aqui no tempo da guerra dos jagunços. Como estes matutos eram uns bobos, eles foram na prosa deste José Maria, que era um aproveitador. Esta coisa toda acabou no combate do Irani, onde morreu este José Maria. Tempos depois, em Perdizes, na família do velho Eusébio, que era um homem do tempo antigo, muito amigo de João Maria. O filho dele, Manoel, que era um bobinho, disse que tinha visto, num dia que foi buscar água num arroio um corvo e um homem morto, José Maria, que pediu que rezassem uma missa pela alma dele. A mulher do Eusébio pegou uma bacia e um paninho e saiu a pedir dinheiro para os pobres, só podia pedir para os pobres. Naquele tempo uma missa custava uns 3 mil-réis, era caro. Mas depois de muito trabalho ela conseguiu levantar o dinheiro para rezar a missa. Com o tempo foi surgindo gente ao lado deles e as netas do velho Eusébio viraram virgens do reduto.

Entrevista com Avelino Corrêa, 28/02/1998, Curitiba:

Com 92 anos, o senhor Avelino Corrêa era muito pequeno na época da guerra, mas como foi tropeiro por mais de 20 anos, deu um depoimento sobre este tipo de atividade, sobre a guerra, disse que o que lembra é o que seus pais contavam:

P.: O senhor sempre morou aqui em Curitiba ?

Avelino : Sim. Eu sou natural daqui mesmo, mas do sítio, perto do rio Marombas.

P.: O que faziam seus pais na época da guerra ?

Avelino: Trabalhavam no sítio. Meus pais não queriam ir pro reduto, mas os jagunços apareciam por lá para arrebanhar gado e pegar o que fosse preciso, daí meu pai facilitava porque também não queria briga com os jagunços.

P.: Os seus pais eram devotos de João Maria ?

Avelino : Eram. Até tinham uma fotografia de São João Maria. Diziam que o monge andava pelas redondezas das casas, ajudava as pessoas.

P.: E o José Maria, o que teus pais falavam dele ?

Avelino : É aquele do fanatismo, foi o que formou o reduto de Taquaruçu, com ele o fanatismo foi ficando grande. Mas não lembro muito porque na época da guerra eu tinha 7 anos.

P.: Mas o senhor chegou a ver as tropas do exército chegando na região ?

Avelino : Vi aqui na cidade quando acampou aqui o exército, tinha um fazendeiro, pai do Lauro Costa, o Faustino Costa, e meu pai era capataz dele. Um dia eu acompanhei uma velhinha que estava na fazenda do Faustino e queria fazer umas compras na vila de Curitiba, eu acompanhei a velhinha e vi um monte de soldados acampados no centro da Vila, achei até bonito aquilo, nunca tinha visto nada parecido, eram muitos soldados. O Major Rosinha (capitão José Vieira da Rosa, do 54º Batalhão de Caçadores) comandava o exército daqui, então ele tinha que ir adiante com os praças e precisava de três tropas de comboio pra levar alimentos e munição ao exército, que seguia no rumo do rio Correntes, em direção do que hoje é Videira . Tinham que ir a cavalo, com tropas de mulas, foram tropas de Faustino Costa, do José de Melo e do João Granemann. Eu fui acompanhando a tropa de Faustino Costa, junto com meu pai. Havia uma dificuldade muito grande em fazer as mulas transportar as caixas com pentes de balas, porque eram muito pesadas e, com frequência, as mulas corcoviavam, era eu que ia conduzindo a mula madrinha do cargueiro. Lembro que naquela viagem muitas mulheres de soldados acompanhavam a tropa. Chegando a noite acampamos com muita chuva, no outro dia de manhã os oficiais estavam contando o número de desertores da última noite, que eram muitos. Tinha um sargento que só andava a cavalo na região pra recuperar estes que fugiam.

P.: Porque eles desertavam ?

Avelino : Tinham medo de ir pra lá, tinham medo dos jagunços. Então daí, depois da chuvarada, foi quase todo mundo a pé, porque as mulas estavam muito cansadas e

carregadas com muito peso. Até as mulheres dos soldados, que vinham com eles de Florianópolis, seguiram a pé. Lembro que o Major Rosinha ficou muito brabo com a presença das mulheres, dizendo que mulher não presta pra guerra, que só atrapalha, que, a noite elas deveriam dormir ao relento, fora das barracas. Daí descarregamos ligeiro as três tropas e voltamos pra trás. Meu pai resolveu voltar logo porque senão aquele comandante podia mudar de ideia e querer nos levar até São Sebastião, onde estavam os jagunços. Dizia meu pai que nosso contrato era de trazer só até ali, na beira do rio Correntes. Jantamos e voltamos. Eles furavam os cupinzeiros no campo pra fazer fogo. Logo depois um grande número de jagunços se apresentou ao exército, se rendeu, porque também vinha exército de Curitiba, de outros lados. Eu vi o estado em que eles passaram por aqui. Eram puxados pelo Firmino Chaleira (ou Firmino Brito, era chamado de Chaleira porque tinha um nariz "deste tamanho"), que trabalhava pra força. Dizem que ele levava muito bandido para "ver abelha no mato", ele levava lá e matava mesmo.

P.: O senhor conheceu o Benedito Chato ?

Avelino : Conheci de mais. Tem o filho dele, o Chicuta que mora aqui na São Luís, ainda conta muita história dele. Ele era muito quebra, brincava muito com as pessoas. Ele foi procurado pela polícia, mas depois ele mudou de lado e ficou sossegado.

P: Como o senhor foi batizado?

Avelino : Fui batizado numa Capela em Guarda-Mor. A capela ficava nas terras do velho Henrique de Almeida, pai do Henriquinho. Fui batizado por um padre, com 7 anos., mas antes eu fui batizado pela família em casa porque com padre era muito difícil e muito custoso. Era normal naquele tempo as pessoas batizarem as crianças duas vezes. Fui batizado na capela junto com mais três irmãos meus, eu me lembro até hoje. Nesses dias de batizado sempre tinha festa, churrasco.

P.: Tinha aqui também a festa do Divino ?

Avelino : Sim, o pessoal saía fantasiado e com a bandeira do divino a bater nas casas para pedir prenda. Tocavam um tambor, cavaquinho e pediam comida e dinheiro. Ai depois reuniam o dinheiro e a comida e faziam festa na vila. Essa festa não acontece mais por aqui.

P.: Na guerra dos jagunços morreu muita gente desta região ?

Avelino: Morreu muita gente, ficou vazio o interior, ficaram mais longe os vizinhos. Em Caraguatá, perto de São Sebastião do Sul, tinha um lugar com muito butiazeiro (espécie de palmeira que produz um fruto, o butiá) e eles comeram tudo por lá, passaram muita fome, não tinha o que comer. Depois de terminado o butiazeiro eles comiam couro assado, capa de cangalha, o que tivesse a mão. Era muita fome, eu vi o estados triste de muitos que se apresentaram ao exército quando acabou o reduto de Santa Maria. Mas eles resistiram. Em Santa Maria, na descida da serra, tinha uma campina que ficava na boca de entrada do reduto. Ali os jagunços montaram uma guarda e mataram muita gente da polícia e do exército, que tentou entrar por lá. Eles ficavam escondidos no mato."

O sr, Avelino faz algumas digressões sobre o crescimento da cidade e localizações tradicionais, afirma que a casa do Coronel Henrique de Almeida situava-se onde hoje é a agência do BRADESCO, que o Henriquinho de Almeida era brigado com os três irmãos (Firmiano, Simpliciano e Graciliano), dos quatro irmãos "só um que se dizia que não era Deus, o Simpliciano", os outros não eram nada humildes, eles faziam o que bem entendiam, "faziam espera(emboscada) contra inimigos". Contou sobre alguns abusos cometidos por Henrique de Almeida, depois da guerra, quando foi Superintendente Municipal. Disse que foi o Henrique de Almeida que mandou fazer uma espera, na Canhada Funda para matar o Coronel Albuquerque (dizem(?) que foi Benedito Chato e o filho de um outro fazendeiro que executaram o serviço). Disse que conheceu o Frei Rogério, que "era um Padre bom, muito atencioso, vivia com um copo de vinho na mão". A seguir fez algumas digressões sobre a passagem das tropas de Getúlio em 1930.

P: Como era a criação de gado por essa região, para onde eram vendidos os bois ?

Avelino : Era vendido pra cima, pra Mafra, mas também Serra abaixo para Blumenau, Jaraguá, Itajaí e Florianópolis. O trabalho era levar a tropa, no inverno e no verão, eu trabalhei 14 anos nisso, quando os bichos se desgarravam é que dava um trabalho enorme. Tinha que dar uma arribada, talvez falhar um dia e depois seguir sozinho, só para recuperar uma cabeça. Eu puxei gado para São Bento do Sul e Campo Alegre, depois puxei pra Joinville e Blumenau. Eu trabalhava como camarada, os donos de vendas e de abatedouros de serra abaixo nos pagavam por cabeça entregue. Normalmente levávamos de 30 a 50 cabeças de gado, além de um cargueiro de mulas com mercadorias, onde ia a nossa bóia também, comíamos arroz, feijão e charque. Meu cargueiro tinha 8 mulas. Eu tinha problemas com a Prefeitura de Blumenau, que não deixava a gente varar com as mulas pela rua XV. A polícia de Blumenau tentava evitar a entrada dos tropeiros com suas mulas e gado no centro da cidade, mas como eles tinham medo do pessoal da serra, nos chamavam de Lageanos , acabavam por deixar a gente entrar.

Entrevista com Ayuhê Tavares, Itajaí, 15/05/99:

Ayuhê é filho de Antônio Tavares de Souza Jr, líder rebelde da região de Canoinhas. Entregou-me textos e cartas de autoria de seu pai.

Ayuhê - Sou o filho mais novo do segundo matrimônio de Antônio Tavares. Ele era de São Francisco do Sul. Estes textos daqui são transcrições datilografadas destas cadernetas manuscritas por meu pai (ele mostra um bloco com várias cadernetas manuscritas). Tem também estas cartas trocadas entre meu pai e o Major Taurino de Rezende. Algumas coisas eu não consigo explicar, papai estava bem em Canoinhas, ele foi substituto do Prefeito, que era o Major Vieira, foi Promotor, Diretor de escola. Meu pai era amigo do Major Vieira que mandava em tudo em Canoinhas, mas depois houve uma briga, uma rixa entre os dois, não sei exatamente porque. Pelo o que minha mãe falava ele era muito patriota (colocou nomes indígenas em todos os filhos) e muito catarinense, não se conformava com as constantes invasões e usurpações do Paraná nesta região (vinham os paranaenses cobrar impostos) , nem com os desalojamentos promovidos pela madeireira (*Brazil Lumber and Colonization*). Então ficou aquele pessoal sem trabalho, sem terra e sem casa porque os Coronéis e a ferrovia tomaram conta de tudo. Meu pai foi convidado para participar do movimento rebelde, e ele aceitou, nesta época ele era viúvo do primeiro matrimônio. Meu pai foi advogado (rábula), promotor substituto, dentista prático e em 1937 foi Delegado de Polícia em Tijucas. Mesmo depois da guerra (do Contestado) meu pai continuou ocupando cargos públicos, ele era muito amigo do Felipe Schmidt. Como meu pai tinha uma certa cultura, era difícil dele lidar com aquele pessoal mais simples. O Setembrino sabia desta formação de meu pai e fazia com que o Major Taurino trocasse correspondência com ele para buscar um armistício. Mas meu pai não podia por fim à guerra para tudo voltar como estava antes, ele insistia no cumprimento da sentença dos limites(de SC com PR). Meu pai fugiu quando seu acampamento foi atacado.

Pergunta: Ele chegou a ficar preso um tempo ?

Ayuhê : Nada, nem um dia. Ele fugiu com uns vinte, pegaram o mato, alguns morreram, porque não resistiram, eles nem podiam dar um tiro numa caça senão chamava a atenção. Tinha algum dinheiro, foram se virando pelo caminho. Escreveram uma carta anônima para meu avô avisando que o Tavares deveria se manter escondido porque ele estava sendo caçado. O clima no final da guerra era de execução. Mas ele não foi pra casa, ele veio para Itajaí, pegou um navio aqui para Florianópolis, foi recebido pelo Felipe Schmidt. O governador deu um revólver para Tavares(para ele tacar fogo em quem tentasse prendê-lo, o governador dava garantia de liberdade), reconheceu que ele tinha lutado por uma causa nobre, que não era um bandoleiro, e deu garantia de vida, desde que ele fosse viver em algum local do sul do Estado. Daí ele foi para Tubarão, para a localidade de Pedras Grandes, ele ficou ali, na colônia italiana, onde conheceu e casou com minha mãe, pela certidão de casamento ele tinha 36 anos quando casou. Como dentista prático ele morou em São Joaquim, Urubici, Araranguá, e vivia itinerante, atendia até nas fazendas. Depois

destas andanças ele foi para Tijucas, onde foi Delegado, até 1938 ou 39, e depois foi para Brusque, onde instalou um consultório e ali faleceu em 1943.

P: Seu pai chegou a ser federalista, ou amigo de federalistas ?

Ayuhre: Isto eu não sei direito, sei que sempre foi republicano.

P: O seu pai era religioso, de alguma forma a religião o aproximou dos redutos ?

Ayuhre: O pai não era muito religioso. Era católico, mas não muito praticante, como todo mundo. Quando éramos pequenos, ele nos mandava para assistir missas na Igreja porque achava que era importante para a educação. Mas no Contestado o que motivou o envolvimento dele foi a questão dos limites, insistia no cumprimento da sentença em favor de Santa Catarina, e no auxílio ao pessoal que vivia em dificuldade por causa da ferrovia. Ele falava muito sobre isso. No reduto dele vivia um monte de homens prontos para brigar, não tinham famílias no reduto, era diferente dos outros, eram só homens de briga acampados. Não tinha família nem monge.

Entrevista com Cipriano Fragoso, 75 anos, Município de Mattos Costa (6/06/98):

(o depoente adverte de que o que relata é o que foi vivido e passado por seu pai, uma vez que não era nascido na época da guerra)

Cipriano: Bom, eu vou contar as coisas que eu sei que são mais pesadas. Em Timbó Grande tinha um reduto que era chefiado pelo comandante Joaquim, chamado Joaquim Leodato. Era o Chefão do fanatismo. Então dali eles saiam para arrebanhar criação, gado principalmente, porco se desse, levavam pro reduto, matavam e ali repartiam tudo, se chamavam de irmão e tudo. Era uma irmandade, quem entrava ali era irmão. Só que esse comandante Joaquim matava gente não por gostar, mas sim pra ver o tombo! Assim que o meu pai contava. Leodato matava quem não queria ir pro reduto. Uma vez meu avô estava na costa do rio Timbó, com meu pai e meu tio, ali se achava um capanga de Leodato, um tal de Celeme e mais dois capangas. Esse Celeme era conhecido do meu avô e "convidou" eles todos para irem ao reduto, tinha que ir porque se não fosse, matavam. As ordens de Joaquim eram pra convidar uma só vez, senão eles passavam assim (faz um gesto de tiro de espingarda), os capangas de Leodato estavam armados de Winchesters. Meu pai fez uma proposta: ele e meu irmão seguiriam pro reduto com aqueles capangas, mas meu avô ficaria liberado pra ir buscar o resto da família que estava morando escondida no mato, assim meu pai e meu tio pensavam em escapar mais facilmente do reduto. Tinha muitos guardas pela estrada, três ou quatro Clavineiros, como o meu pai chamava, que eram dessa gente, não eram do exército, armados de Winchester. Então eles deixavam entrar no quadro, no reduto, mas não deixavam sair. Quem quisesse sair eles matavam.

P: Porque eles faziam assim?

Cipriano.- Eles queriam uma revolução, queriam tomar conta do país, do Estado de Santa Catarina. Então eles queriam que tudo fosse uma irmandade, mas tudo no comum. O que era produzido de criação e mantimento eles queriam comer junto, uma coisa assim. Mas ninguém trabalhava, então não tinham nada, tinham que buscar fora onde outros trabalhavam. Ai meu tio não quis fugir do acampamento, e ele e meu pai passaram pela guarda e foram recebidos pelo tal de comandante Joaquim Leodato (Leodato eu acho que era apelido, todos o chamavam de comandante Joaquim). Chegaram bem de tardezinha. O reduto estava cheio de gente, muitas famílias. Meu pai só esperava uma oportunidade para escapar, para fugir. Quando eles cumprimentaram Leodato, a muito custo o chefão apertou a mão deles. Com muita preguiça Leodato deu a mão, daí perguntou ao meu pai e ao meu tio: *Qual é a determinação de vocês agora, moços?* Daí meu pai disse: *Eu quero que o senhor libere nós para buscarmos as famílias.* Eles eram dez irmãos da família do meu pai. Leodato disse: *Eu soltar vocês agora? De jeito nenhum!* E já ordenou à outros dois: *Peguem esses dois moços e levem pra guarda!* A notícia que corria era que se Leodato não chamasse de "irmão" a coisa tava feia. E a guarda, como eles diziam, era fora do reduto, retirado assim pra matar a vontade e não cheirar mal no reduto. Matavam por ali e deixavam jogado. Inclusive minha mãe e minha avó estiveram lá no reduto (ainda não tinha casado com seu pai). Daí aqueles dois homens levaram meu pai e meu tio pra guarda. Meu pai estava desconfiado, os homens armados que

estavam levando eles iam mata-los . Daí meu pai passou a mão no braço de meu tio e saíram os dois correndo por dentro dos barracos do reduto, passaram até por um caldeirão onde faziam uma sopa com ossos de gado, logo encontraram e rolaram numa baixada, uma descida e só ouviam gritos e tiros por traz. Passou um dia e eles estavam no meio do mato. De manhã cedo meu pai estava rezando, ele era muito devoto, religioso, e escutou um abrulho no mato. Viu que era um jagunço de Leodato e começou a correr pra escapar dos tiros, avisou meu tio Adão, que correu noutra direção e meu pai levou um tiro de raspão no joelho, mas como foi só de raspão conseguiu correr bastante e fugir do jagunço que tinha uma boa pontaria. Naquela noite meu pai dormiu com fome, frio, com uma perna entrevada, sem saber onde estava seu irmão nem seu pai. Daí meu pai achou o rio Timbó e foi costeando pelo mato até chegar na casa de meu avô. Mas não tinha ninguém lá, nem a criação que já tinha sido levada pelos jagunços. Ele e meu tio se acharam e seguiram mais um tempo escondidos no mato. Então decidiram ir a campo pra procurar emprego nas fazendas, foi aí que se apresentaram pro Coronel Antônio Carneiro e pro Alfredo Graneman, esses fazendeiros tinham um pistoleiro, chamado de Mariano, que era um conhecido matador de jagunços. Por pouco Mariano não matou eles, o senhor Antônio Carneiro conhecia meu avô e deixou que eles fossem poupados, porque eram de família honesta e trabalhadeira. O Graneman perguntou se eles estavam há muito tempo sem comer comida com sal e eles responderam que sim, porque estavam há muito tempo pelo mato, fugindo do Leodato. Daí serviram um virado de feijão com pouco sal (por que se colocassem muito eles inchariam e morreriam), prato este que meu pai achou o mais saboroso de sua vida. Então eles deram serviço pro meu pai, para roçar invernadas, e ficaram lá. Aí depois voltaram pro Timbó quando terminou a Guerra.

Minha mãe falava da expedição do Pitiguara. O comandante do exército que destruiu o reduto de Santa Maria, ela e a minha avó, com um monte de gente do reduto foram pra Canoíhas onde o governo tratou bem do pessoal, deu roupa e comida, depois o governo ajudou a voltarem pras suas casas.

Meu avô veio do Paraná e chegou no Timbó em 1909. Naquele tempo não tinha gente por ali, só bicho e bugre(sic!).

P: Dizem que falavam muito da Monarquia, não ?

Cipriano: Falavam muito, até o meu pai e o meu tio, mesmo depois da guerra, esperavam que o profeta João Maria voltasse. Diziam que a monarquia ainda ia governar de novo o Brasil.

Entrevista com Dario Carneiro, 78 anos, Caçador, 12/06/1998:

Descendente de fazendeiros da região dos campos de São João de Cima, Dario afirma que só sabe contar com detalhes o ataque rebelde às estações de Calmon e São João.

Dario: Bom, o ataque dos jagunços nesta região começou nos campos de São João de Cima, depois eles atacaram as estações de Calmon e São João dos Pobres. Foi ali que teve o combate onde morreu o Capitão Matos Costa, daí em homenagem a ele São João ficou com o nome do oficial. Quando chegaram as notícias do ataque em União da Vitória o Capitão Matos Costa veio com 100 soldados. Em Calmon os jagunços tinham queimado a indústria muito grande dos americanos [serraria da *Lumber*]. O meu finado avô reuniu todo o pessoal de São João de Cima e da estação de São João e botou dentro do trem. Ele salvou toda aquela gente, que foi despachada para União da Vitória. Naquela altura os jagunços não estavam procurando a adesão de ninguém, eles estavam matando tudo que encontravam. De Calmon a São João eles mataram 42 pessoas.

P: Quem ficava no caminho deles ...

Dario: Eles iam matando quem encontravam. Eles já estavam com muita gente. Queriam destruir. O meu finado avô salvou muita gente que podia ter morrido nas mãos dos fanáticos. Em União da Vitória meu avô disse pro Matos Costa: - *Não vá, Capitão. Não vá com 100 homens que eles tem mais de 400 muito bem armados. Vocês vão servir de isca pros fanáticos!* Matos Costa não quis saber: - *Que nada, Coronel. O senhor já veio corrido de medo, eu vou com meus homens lá e acabo com os jagunços!* Meu avô era Coronel da Guarda Nacional.

P: Qual era o nome dele ?

Dario: José Antônio Carneiro, muito conhecido por "Velho Gordo". Meu avô insistiu: *"Capitão, não faça uma bobagem dessas. O senhor vai sacrificar toda essa juventude que tem na mão e, provavelmente, é capaz de perder a vida também. Eu tenho acompanhado essa gente e vejo que eles têm ganhado todos os combates contra as forças do governo."* Não teve jeito, eles pegaram o trem e vieram ao encontro dos fanáticos. Na chegada a estação São João os fanáticos tinham desmanchado os trilhos da estrada de ferro. O maquinista vinha com muito receio, vinha com um olho pra fora, quando chegou perto do local onde a estrada estava desmanchada, ele freou o trem. Parou ali mesmo. O Capitão Matos Costa deu a ordem de desembarque e fez os soldados descerem justamente onde estava armada a emboscada dos jagunços. Daí travou-se uma batalha. Sobraram só 2 soldados, dos 100 que vieram com o Capitão. Andaram pelo mato e só chegaram em União da Vitória 2 ou 3 dias depois. O resto morreu tudo ali na chegada a Matos Costa [então São João dos Pobres]. Mas antes disso, este fanatismo começou ali em Taquaruçu. De Taquaruçu eles foram para o Irani. Do Irani eles foram para Fraiburgo [2º Taquaruçu], de Fraiburgo foram para Lebon Régis [Caraguatá], daí fizeram o quartel-general deles na serra de Santa Maria. Era o maior reduto, a concentração deles. Daí eles saíram por estas fazendas, arrebanhavam tropas de gado, animais. Tinham vendedores deles que iam serra-abaixo vender gado no litoral. Ali de Santa Maria eles

invadiram a fazenda Chapada, que tinha limite com a fazenda Campina, que era de um tio meu. A única casa que sobrou nesta região de São João de Cima foi a fazenda Campina.

P: Não foi queimada ?

Dario: Não. Não foi queimada porque aconteceu um milagre. O finado Zeca Hermelino, se chamava José de Paula Hermelino, o proprietário da fazenda, tinha uma devoção muito grande por Nossa Senhora Aparecida. Ele tinha uma folhinha com a imagem dela, um calendário, colado na porta da casa. A imagem foi benzida por um padre, naquela época os padres rezavam missas nas casas das fazendas, porque não havia igrejas. Então, quando chegou a notícia da chegada dos fanáticos, antes de sair correndo, o Zeca Hermelino rezou junto à imagem pedindo que Nossa Sra. Aparecida cuidasse da casa para ele. Depois, Hermelino só teve tempo de encilhar alguns cavalos, pegar a mulher e os filhos com as roupas do corpo e abandonar a fazenda, não tiveram tempo para levar mais nada. Os fanáticos chegaram e tentaram colocar fogo na casa, fizeram oito fogos e não pegou nenhum. Depois que o papel com a imagem da Santa desapareceu os traços dela ficaram gravados na madeira crua da porta, existe lá até hoje. Meu avô teve dificuldades para colocar todo aquele povo de São João nos vagões de trem. O chefe da estação não queria deixar, meu avô deu voz de prisão e o ameaçou passar uma gravata vermelha [degola] se ele não permitisse as pessoas fugirem pelo trem. Os vagões saíram entupidos de gente.

P: Onde os jagunços conseguiam as armas ?

Dario: Eles conseguiram muitas armas porque venceram muitos combates com nossas tropas do exército e tomaram tudo. Naquele tempo a munição era carregada em cargueiros [mulas], não existia estrada, era só carreiro por esta região. Então, se no início eles só tinham umas pistolas velhas e umas espingardas de caça, daquelas de carregar pela boca, com o tempo eles foram juntando fuzis, *winchesters* e muita munição tomada de cargueiros do exército. Eles ficaram poderosos.

P: Quem chefiou este ataque às estações ?

Dario: Olha, não sei direito. Sei que o movimento deles começou com o José Maria, que não tinha nada que ver com o monge João Maria, que era de antes da guerra. José Maria era um carrasco tanto quanto o Adeodato. Mas não tenho certeza de quem comandou estes ataques. Foi uma tristeza, a nossa gente de São João de Cima perdeu tudo que tinha. Esta região era muito farta em gado, em porcos, os jagunços acabaram com todos os rebanhos. Muitas vezes eles matavam rezes por puro banditismo, davam tiros e deixavam o bicho morto no pasto, nem levavam para comer. Meu avô conta que naquela época os corvos não conseguiam voar de tão gordos que estavam, tinha muita carniça para comer.

P: Mas os jagunços não plantavam ou criavam em seus redutos ?

Dario: Não, não mesmo. O instinto deles era a destruição, o roubo. Só queriam tirar. Depois da guerra, quando minha família voltou para a fazenda, teve que reconstruir tudo a partir do nada. Passaram a morar numa barraca de lona ao lado da casa que

tinha sido queimada. Primeiro construíram um rancho de rachões de pinheiro, de madeira lascada. Para reconstruir a casa tiveram que serrar tábuas a mão, como estaleiro, daquelas serras grandes onde um fica em cima e outro abaixo da tora. O gado teve que ser comprado aos poucos da região de Palmas, para se repovoar a região. Por sorte, meu avô conseguiu salvar 2 cavalos que ele escondeu numa picada. Depois da guerra os cavalos dele eram os únicos da região. Foi uma devastação. Só sobrou aquela casa do Hermelino. Era isto que meu pai e meu avô contaram. Meu avô, o Coronel Carneiro, me contou muitas destas histórias, porque quando eu era guri morei alguns anos com ele. Ele contava também que quando chegou na estação de São João, tentou convencer o comerciante italiano Vitorio Schinna, que tinha hotelzinho ali, a fugir junto. O hotel existia desde o tempo da construção da estrada de ferro e recebia aquele pessoal da ferrovia e outros viajantes. O Schinna disse que não tinha nenhum problema com os fanáticos e que, quando eles chegassem, ele ia hastear um pano branco em sinal de paz. Adeodato e os fanáticos chegaram, eles vinham com uma capa preta, e mataram logo o Schinna, com um golpe de facão na cabeça. Um filho dele, menino de 8 ou 9 anos, ficou gritando, chamando os jagunços de assassinos, e recebeu um golpe de facão, atorando de cima a baixo, que o dividiu ao meio, só ficou emendado por um pedaço de carne da costela. Só sobreviveram a esposa e as filhas do Schinna, que ficaram ainda uns três ou quatro dias com os fanáticos. Eles não deixaram elas enterrarem os corpos, que ficaram atirados na rua. Depois que os fanáticos foram embora, só tinham sobrado os ossos dos corpos do Schinna e de seu filho, os porcos comeram a carne deles. A guerra foi assim, puro banditismo. Hoje tem muita gente contando outras coisas, dizendo que havia problemas de terras, que tinham sido tomadas pelos americanos, mas é tudo invenção.

P: O Sr. está dizendo que não havia problemas de terras na região ?

Dario: Claro. Naquela época havia terra de sobra para quem quisesse. Era tudo terreno devoluto. Os governos até facilitavam a legitimação das posses. Este sertão era muito grande, a população era pequena. O problema sério que existia era a briga entre Paraná e Santa Catarina pela região, por conta disso alguns políticos aproveitadores fizeram muitos caboclos brigarem.

P: Mas os caboclos também não queriam terras ?

Dario: Que nada. Essa gente eu conheci muito bem de perto. Eram uns vadios que viviam aí por estes matos, muitos trabalharam para o meu pai e pro meu avô. Era uma gente ignorante, miserável e sem iniciativa para nada, mas que, com uma arruaça feita, aproveitavam para roubar e destruir. Veja o último chefe deles, o Adeodato. Num só dia ele matou mais de 400 pessoas dentro do próprio reduto. Ele matava a gente dele, principalmente mulheres e crianças, que dificultavam sua mobilidade militar. Isto quem disse pro meu avô foi o Major Trujilo de Melo, o homem que ouviu o Adeodato confessar isto na cadeia. Adeodato disse: - *mandei sacrificar porque me incomodavam muito nas marchas aflitas*. Foi o Trujilo quem matou o Adeodato quando ele tentava fugir da cadeia.

P: De onde veio sua família ?

Dario: Meu bisavô Carneiro era português, nascido em Portugal mesmo. Ele se chamava José Pazes Cardoso Carneiro. Instalou-se aqui na região dos campos de São João entre 1841 e 1842. Foi enterrado no cemitério de São João em 1869. Ele já era fazendeiro em Guarapuava e procurava campinas, pastagens naturais em meio ao matagal. Ele foi um dos primeiros nesta região, antes só tinha onça e só era habitada por índios, muitos índios, que chamavam de botocudos, porque eles usavam um negócio aqui no beíço. Ele também tinha terras em Canoínhas. Dizem que para tomar estas terras ele saiu de sua fazenda nos campos de São João com um casal de agregados de confiança. Eles atravessaram o matão do vale do Timbó, para passar pelo rio tiveram que derrubar um pinheiro, escavar o tronco para transformar em canoa e poder passar com os petrechos para o outro lado. Depois do Timbó ele achou campos nativos, demarcou território com toras de madeira e lascas com seu nome nas árvores ao redor. Pegou os agregados e voltou. A esposa do agregado estava grávida de 3 meses quando eles iniciaram a viagem, na volta ela deu a luz a uma criança. Tiveram que enrolar o bebê nas camisas de meu bisavô e de seu agregado, não tinham trapos para enrolar a criança. Quando chegaram de volta a São João, quase nus e com uma criança de colo, ninguém acreditou, todos estavam de luto, pensando que eles tinham sido mortos pelos botocudos. Voltaram depois de 6 meses.

Entrevista com Domingas Ávila dos Santos, 76 anos, Lebon Régis.

Domingas é filha da *virgem* Teodora e bisneta do líder “pelado” Eusébio Ferreira dos Santos.

Pergunta: Como é o nome completo da Sra. ?

Domingas: Domingas Ávila dos Santos. Minha mãe se chamava Teodora Alves dos Santos.

P: O que a sua mãe contava sobre a vida nos redutos ?

Domingas: Ela contava muita coisa, mas não lembro quase de mais nada. Ela dizia que o Leodato mandava ela montar a cavalo, ela e a Maria Rosa. Elas desfilavam pelo reduto, sempre a mando do Leodato. O Leodato era muito ruim, matava crianças, fazia maldades. As criações eles atacavam de todo mundo, e quem os jagunços achassem pelo caminho, eles liquidavam. Daí veio a força do governo e acabou com tudo. Daí o Leodato foi preso e morreu na cadeia. Mas este Leodato fazia horrores, ela dizia que o que ele mandasse ela e a Maria Rosa tinham que fazer, elas eram gurias, tinham medo dele. Minha mãe tinha de 11 para 12 anos, era bonita, tinha um cabelo loiro bem cumprido. O Leodato ameaçava as duas meninas com morte se não fossem obedientes a ele.

P: Mas antes do Leodato houve um tempo que a Teodora mandou nos redutos, ela falava sobre este tempo ?

Domingas: Não, quem mandava era o Leodato.

P: A sua mãe contava sobre os sonhos que tinha com o monge José Maria ?

Domingas: Não , ela só contava como fugiu quando a força bateu do último reduto, ela fugiu com a ajuda de um tio, o Antoninho Ferreira dos Santos. Eu fico muito emocionada em lembrar da minha mãe, ela faz muita falta. Minha mãe faleceu em Curitiba, lá ela morava com uns irmãos e irmãs de lá. Agora ela tá no cemitério daqui. Mamãe dizia que conseguiu sobreviver a tudo aquilo, não sabia como.

P: Depois que terminou a guerra, ela teve problemas com o governo ou com a polícia ?

Domingas: Não, daí deixaram em paz.

P: Ela era muito religiosa, era devota de São João Maria ?

Domingas: Era muito religiosa e me ensinou a rezar para São João Maria, eu até pego a água dele, que tem numa fonte aqui perto, num cruzeiro de São João Maria, aqui na saída para Curitiba.

Entrevista com **Elias Ribeiro**, em 12/02/1998, Monte Alegre, São Cristóvão do Sul:

O Sr. Elias, com 94 anos, sempre morou em Monte Alegre. Faleceu em novembro de 1998.

Elias: Vou contar o que sei, de vereda, não vai demorar muito porque esqueci muita coisa. Tudo começou quando chegou por aqui um sujeito, chamado José Maria, que depois se descobriu ser um soldado que fugiu do exército. Parece que ele foi cabo. Ele veio de Curitiba para cá. Aqui ninguém conhecia ele. Foi quando ele chegou que começou o fanatismo. Esse José Maria começou a curar as pessoas com ervas. Ele era sabido e enganou o pessoal daqui, que vivia tudo no mato. Chegou dizendo que era irmão do João Maria, que todos admiravam muito. Ai ele veio e acampou-se em Taquaruçú. Daí o governo tomou providência e mandou a polícia. Mas eram só 30 policiais, esta era toda a polícia catarinense.

Naquela época os jagunços não queriam brigar, a polícia acampou por aqui e depois foi bater em Taquaruçú, lá eles queimaram o reduto e as pessoas se escaparam, foram embora. Eu não sei se o José Maria ainda estava em Taquaruçú quando a polícia bateu por lá. Parecia que tinha acabado o fanatismo. Depois se ficou sabendo que o José Maria foi para o Paraná, formou um reduto no Irani. Daí veio o Coronel João Gualberto de Curitiba com uma tropa de soldados, veio com cordas para amarrar o José Maria e seu povo. Ele chegou em Palmas e ninguém sabia dizer onde estava o José Maria. Ele (Cel. João Gualberto) saiu de Curitiba com 200 soldados, mas resolveu sair de Palmas atrás do José Maria só com 60 homens. Pelo caminho ele ouvia dizer que o pessoal do José Maria era tudo gente rezadeira, gente de Deus, e Gualberto dizia : "que nada, aquilo é um fanatismo brabo !", quando chegou perto do Irani, tinha um destacamento do José Maria, com uns 10 homens, atrás de um capão, no campo, que fez três descargas para deter a tropa do Cel. João Gualberto, que estacionou meio por perto. Neste momento a reza parou no reduto de José Maria, ele reuniu todos os seus homens de briga, a maioria só de facão, e foi pra cima dos soldados do Gualberto.

A Força tinha uma metralhadora de 500 tiros por minuto que engasgou e não funcionou na hora que precisaram, daí os jagunços picaram de facão os soldados, dos 60 só um conseguiu escapar com vida. Foi rápido, a briga não durou meia hora. Do pessoal do José Maria não morreu nenhum ali. O José Maria saiu gravemente ferido, levou um balaço no peito, e foi morrer na porta da casa de uma mulher velha. Depois deste combate os jagunços se dispersaram pelo sertão.

Daí passou, passou um tempo e quem levantou o fanatismo de novo foi a Maria Rosa no Taquaruçú. Aquele pessoal começou a fazer festa e reza a noite inteira. Daí teve uma noite que a Maria Rosa acordou, pulou da cama e começou a gritar : " Viva a Guerra Santa ! Viva a Monarquia ! Viva São João Maria ! Viva José Maria ! Viva São Sebastião ! Eles vão nos ajudar a tocar a Guerra !" Daí aquela jagunçada toda se colocou de joelhos na beira da cama da Maria Rosa e cismaram que ela era uma Santa, que a Maria Rosa era uma Santa de Deus. E ela deu ordem para o pessoal ir se apresentando, se preparar para a Guerra Santa. Daí ela começou a reunir os pares de França, que era da História de Carlos Magno que os fanáticos gostavam. Então eram 24, dos melhores, que brigavam de facão. Daí a Maria Rosa reuniu o

pessoal e mandou que contasse quantos homens de briga tinha à disposição. Tinham 15 mil !

Depois que terminaram a estrada de ferro que vinha do Rio Grande do Sul ficou muita gente atirada por aí, esses engrossaram o povo de Taquaruçú. E então eram 15 mil homens de briga. Daí a Maria Rosa disse : "Agora vamos ver o armamento de guerra que temos." As armas "compridas" e as de guerra. Balancearam, e sabe quantas tinham ? 275, não tendo nem um fuzil *mauser* , só *Winchester* e 3 *comblain* velhas e umas *marlin*. Mas uns tinham facões, outros algumas pistolas, outros umas espingardas de caça, mas armas compridas só 275 e homens de briga 15 mil. Naquela vereda, se arrumaram, se aprumaram, e veio uma força do governo pela estrada de ferro (não existia nenhuma estrada de rodagem por aqui), desembarcaram no Caçador. Do Caçador às Perdizes são 5 léguas e meia. Vieram comandados pelo Capitão Rosinha. Acamparam (os soldados) bem perto do reduto. Lá do reduto se ouvia a corneta. Ai apareceu o João Dias, um fazendeiro da região que se colocou como *vaqueano* da força, e disse que o melhor lugar para se aproximar e bombardear o reduto era a partir do salto do Caraguatá, que ficava a 1 km do reduto.

A força não tinha canhões, tinha buzil [obus] para bombardear o reduto. Mas nesse meio tempo os jagunços começaram a bombear e decidiram atacar o acampamento da força antes de amanhecer. Mas acabaram por acampar na entrada do reduto, esperando pelo movimento da força, para atacar os soldados no momento que se aproximassem mais ainda do reduto. No dia seguinte, um batalhão da força iniciou o movimento em direção ao reduto e foram atacados pelos Pares de França, que picaram a facção 15 soldados, não morreu nenhum jagunço.

Os Pares de França eram 24, mas junto com seus auxiliares eram mais de cento e vinte. Teve um oficial do exército que perdeu a mão com um balaço. Daí a força correu e recuou para um capão que ficava num buraco no meio do campo, era o campo das perdizes. Os jagunços atacaram a força abrigada no capão comandados pela Maria Rosa, ela tinha voz de comando, toda vestida de branco, montada num cavalo branco, segurando uma bandeira. Brigaram o dia inteiro, quando chegou as 4:30 da tarde o Coronel Rosinha(Capitão Vieira da Rosa) mandou os soldados retirarem para um cemitério próximo. Muitos soldados morreram e nenhum jagunço morreu no combate, naquele tempo tinha *proteção*, não aconteceu nada com a Virgem Maria Rosa, que ficava na frente dos jagunços, eles estavam protegidos, era como um milagre.

A coisa toda mudou depois que Leodato(Adeodato) assumiu o comando, Leodato passou a judiar do pessoal do reduto, daí se foi o milagre, acabou a proteção. Leodato era filho do velho Teleme, que foi vizinho da família de minha mãe que é de São José do Cerrito, naquela época, mesmo antes do fanatismo, o Teleme era Capelão de Terço no Cerrito, antes do fanatismo este já era fanático por natureza!

Quando os fanáticos atacaram Lages, ficaram uns quatro dias rodeando a cidade, um dos chefes jagunços era o "Castelhano", um bandido. Mas não atacaram porque os padres tinham feito muitas promessas, os fanáticos achavam que a cidade estava protegida pelos padres. O Castelhano foi morto porque tentou pegar pra ele a filha de um fazendeiro, mas quem mandava mesmo naquele grupo que atacou Lages era o negro Olegário.

O negro Olegário vivia na região há muito tempo, tinha vindo do Rio Grande por conta da Revolução do Gumerindo, ele era maragato. Aqui Olegário casou e se estabeleceu, era lavrador, homem muito trabalhador, foi vizinho de minha família, era um bom vizinho. Todos respeitavam muito o negro Olegário, o problema é que ele enlouqueceu ao entrar no fanatismo. Bom, mas naquele ataque a Lages os jagunços não entraram na cidade, por medo de promessa dos padres, mas levaram mais de 80 cargueiros de mantimentos para os redutos. Foi uma guerra muito longa, brigaram mais de três anos. Depois veio a força aqui, o Estilac veio por Blumenau e o Potiguara veio por Canoinhas, eles cercaram o reduto de Santa Maria. Pelo sul, a entrada à Santa Maria era a boca de uma serra, num estreito desfiladeiro, não havia força que entrasse por ali, o governo perdeu muitos soldados tentando entrar por ali.

Quando a força do governo chegou, todos os que tinham tropa de cargueiro tinham que colocar as mulas a serviço do governo, era obrigado, meu pai e meu tio levaram seus cargueiros para os soldados que estavam acampados na boca de entrada de Santa Maria. Lá chegou um Major a mando de um General, ordenando a força a investir na entrada do reduto, meu tio, que era tropeiro e conhecia bem a região disse a eles que não deviam tentar entrada, porque a boca de entrada em Santa Maria era muito estreita e os fanáticos estavam todos entrincheirados, quem tentasse passar por ali ia morrer. O tal major não deu ouvidos ao meu tio e insistia para os outros chefes militares que eles tinham ordem expressa de invadir, "morresse quem morresse". Pois foi um dia inteiro de briga e cada batalhão, que tinha uns 500 soldados, perdeu muitos, só o batalhão do Estilac é que perdeu uns 4 ou 5 soldados, outros batalhões tinham perdido 300, outros ainda perderam 400 homens. Nisso tudo os jagunços só perderam cinco homens. Só cinco. E todos os cinco morreram na mesma emboscada montada por dois soldados que eram bons de tiro, que tinham se escondido num tronco oco de imbúia bem grossa e, quando os fanáticos trocavam de guarda, alguns ficavam ao alcance de tiro. O negro Olegário viu aquilo se aproximou do tronco e matou os dois soldados.

Daí o Estilac mandou telegrama para o governo para tentar entrar no reduto de Santa Maria pelo norte, por Canoinhas. E foi de lá que partiu o Coronel Potiguara, um homem valente que só impôs uma condição, queria levar 3 metralhadoras. Potiguara combateu pela primeira vez com uma guarda de fanáticos no Timbó Grande. Brigaram o dia inteiro e no final da tarde, os comandantes Olegário e Leodato chegaram com reforços aos fanáticos. Os fanáticos saíram da beira do rio e montaram a guarda numa posição mais elevada. Potiguara aproveitou a noite, fez uma grande fogueira na parte alto do outro lado do Timbó e mandou que seus soldados, a noite passassem a vau pelo único ponto do rio onde isso era possível. Deu certo.

Na mesma noite deram combate aos fanáticos, que perderam ali mais de 108 homens. Nessa época tinha acabado a *proteção*, acabou o milagre, os fanáticos começavam a perder e a morrer em grande número. Mas dali ao reduto eram doze léguas, doze léguas de guardas, trincheiras e armadilhas de fanáticos. Potiguara não desanimou, os soldados lutavam dia e noite, abriam o caminho com duas colunas, levavam apitos que eram soprados quando achavam algum fanático de tocaia. A ordem era se abaixar e procurar abrigo ao som do apito, só Potiguara não se abaixava,

ficava de pé, atento, de revolver na mão, com roupa comum de soldado porque os fanáticos tinham preferência em atirar em oficiais.

No final da guerra o velho Elias foi com sua mulher, Dulcia, se apresentar em Rio Bonito. Dulcia mandou um recado para o Cel Maximino, irmão de Elias que estava junto com as forças do governo, dizendo que eles queriam garantias para se entregar. O Maximino não quis saber de nada, mandou matar o Elias. Dizem que ele fez isto porque o Maximino tinha uma dívida com o irmão de 2 contos, dívida que vinha de antes da guerra.

Entrevista com **Firmino Rodrigues Martim**, de Jaborá, em 14/04/2000:

Firmino, com aproximadamente 106 anos, lutou como *vaqueano* a serviço das tropas do governo. Entrevista realizada em conjunto com o jornalista Cláudio Angelo, da Editora Abril.

Firmino: Estou com muita idade, me esqueci de muita coisa, vamos ver se posso ajudar.

Paulo Pinheiro Machado (PPM): Onde o senhor nasceu ?

Firmino: Eu nasci e me criei em Marau, perto de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Vim morar aqui, em Lajeado do Meio [Município de Jaborá] quando tinha 19 anos.

Cláudio: Como o senhor entrou na guerra ?

Firmino: A força, naquele tempo eles pegavam o pessoal a força para lutar ao lado do governo.

PPM: Mas quem levou o senhor a lutar.

Firmino: Foi um Coronel daqui, não lembro o nome dele.

PPM: Não era o Juca Pimpão ?

Firmino: Acho que era esse sim.

PPM: E o Coronel pagava algum salário para quem lutava ?

Firmino: Nada, não pagavam nada. Nós até passamos fome. A guerra foi muito violenta, naquele tempo os jagunços *pinchavam* [atiravam] as crianças pra cima e esperavam com um facão. Isso eu vi, estava na guerra.

PPM: Contra quais redutos o senhor combateu ?

Firmino: Minha turma de *vaqueanos* andava pelos matos e estradas atrás de fanáticos escondidos, não combatemos em nenhum reduto. Andamos por toda esta região que chamavam de Palmas, até Foz do Iguaçu. Mataram muito jagunço no mato naquele tempo. Mas os jagunços queriam tomar conta de tudo, queriam derrubar o governo.

PPM: O senhor conheceu os monges João Maria e José Maria ?

Firmino: Sim, mas não lembro direito deles. Sei que lá em Marau também se falava em São João Maria. Andava muito por ai uma foto de São João Maria.

PPM: Os *vaqueanos* recebiam armas dos Coronéis ?

Firmino: Sim, eles davam *comblain*, *manolisch*, *winchester* e espingardas pica-pau, de dois canos, essa era muito boa.

Cláudio: Quanto tempo os *vaqueanos* passaram no mato procurando jagunços ?

Firmino: Eu fiquei uns dois ou três meses direto no mato. Passamos muita fome, comíamos broto de taquara queimada. Quando a gente conseguia um pedaço de

carne, de gado ou de caça, comia cru. Não podia fazer fogo senão denunciava nossa posição aos jagunços. Sal não tinha, a gente usava cinza de taquara para salgar as coisas.

Cláudio: O senhor teve algum entrevero com jagunço ?

Firmino: Sim. Matei um jagunço, mas se eu não matasse ele, ele ia me matar, o senhor entende ?

Cláudio: Claro, vocês estavam numa guerra.

Firmino: Lembro de uma vez que matei um homem que estava muito mal. Nem sei se era jagunço ou vaqueano. O homem estava atirado no chão com a barriga aberta. Eu dei água pra ele, mas a água escorria toda pelos buchos abertos dele. Estava sofrendo muito, matei por misericórdia. As vezes dava pra curar os feridos, outras vezes, não tinha jeito, a gente estava no mato, sem recursos. As feridas abertas a gente costurava, nem era barbante, era fio em imbirá, árvore que dá uma casca que se tira este fio.

Cláudio: Como era a luta de vocês contra os jagunços ?

Firmino: A gente tinha que caçar eles no mato, muitas vezes eles tinham que ser combatidos em tocas, eles se escondiam muito em tocas, buracos que faziam no chão.

PPM: O senhor foi com irmãos para a guerra ?

Firmino: Sim, fui com dois irmãos e meu pai. Meu pai se chamava Manoel Rodrigues Martim.

PPM: Vocês tinham amigos entre os fanáticos ?

Firmino: Tinha. Muitos. Tinha muita gente boa com eles. Mas nos combates eu me feri no braço e na cabeça.

Cláudio: Quanto tempo o senhor serviu o governo ?

Firmino: Por muito tempo. Servi na guerra dos fanáticos, depois nas revoluções do Getúlio [1930 e 1932]. Sempre que tinha algum problema os Coronéis procuravam a gente para brigar.

Cláudio: Na sua opinião, por que estas pessoas viraram jagunços ?

Firmino: Foi por fanatismo, coisa de religião demais. Mas muitos iam pros redutos porque eram obrigados a ir, eram levados a força. Outros iam porque acreditavam naquilo tudo.

Cláudio: O pessoal que foi desempregado pela estrada de ferro, também virou fanático ?

Firmino: Sim, muitos que trabalharam na construção da estrada no Rio do Peixe viraram jagunços. Muitos eram daqui, outros vinham de mais longe. Eles lutavam bem. Sabiam lutar com facão feito de cerne de madeira de guamirim. O facão de guamirim cortava que nem aço. Os fanáticos usavam cabelo bem curto e vestiam uma

roupa bem simples, era uma tanga bem comprida, que parecia um vestido de mulher que caia de alto a baixo. Parecia um gibão. Este vestuário era igual de todos os fanáticos, podia ser mulher, homem, velho ou criança, todos se vestiam do mesmo jeito. Os redutos deles eram uns povoadinhos com muitos casebres pobres. Estive num reduto deles lá em Curitiba, em Taquaruçu. Mas por aqui os jagunços viviam muito escondidos em buracos. Vocês me desculpem, mas nessa idade que estou não tenho muita lembrança.

Entrevista com Gilberto Kopecki, Irienópolis, 26/02/1999:

Gilberto, 73 anos é filho de antigos moradores da região, descendentes de imigrantes poloneses, é também pesquisador auto-didata sobre a história da região norte. Até hoje o Sr. Gilberto cuida do túmulo do Cel. Fabrício Vieira.

Gilberto: Minha mãe descobriu que os fanáticos iam atacar o povoado de Lagoa (hoje Distrito de Paula Pereira, Município de Canoíñas). Ela soube disso porque tinha amizade com o Bonifácio Papudo. Minha mãe escrevia orações para os fanáticos e o Bonifácio Papudo queria que ela acompanhasse eles para os redutos. Os fanáticos chegaram até a recolher os animais de meus pais, que já eram casados. Meu pai foi buscar os animais de volta e os fanáticos não queriam entregar. Daí chegou o Bonifácio Papudo e deu uma bronca no camarada [fanático] que estava discutindo com o meu pai: “Por que você pegou os animais, não vê que é a mulher dele quem faz as nossas orações?” Então eles devolveram os animais. A partir daí minha mãe começou a apurar sobre a invasão dos fanáticos na Lagoa. Continuou fazendo centenas de orações, marcou um dia da semana para eles sempre buscarem.

Pergunta: Como eram as orações, o Sr. lembra de alguma?

Gilberto: Eu não estou lembrado, mas eram umas orações que ela fazia em décimas e, como sabia escrever bem, era procurada. Pois num dia que mandou orações para o Bonifácio, ela avisou pra ele que não fosse à vila da Lagoa, pois os *cabeças chatas*, os soldados, estavam chegando de trem.

P: Por que *cabeças chatas*?

Gilberto: Acho que por causa dos bonés. Com o aviso ao Papudo, minha mãe ganhou um dia que foi suficiente para evacuar a população da Lagoa, que atravessou o rio Iguaçu para o Paraná. No outro dia, quando os fanáticos chegaram para atacar, a vila da Lagoa estava deserta.

P: Qual o nome de sua mãe?

Gilberto: Ana Júlia Kopecki. Então ela conseguiu tirar toda essa população de lá. A vila da Lagoa possuía umas 80 casas. Depois de retirar todas as pessoas, minha mãe pegou as coisas pessoais dela e fugiu também. Ela tinha um pequeno comércio e um hotel na vila. Um camarada nosso assistiu de longe o ataque dos fanáticos a vila da Lagoa. Eles chegaram atirando e gritando, pegaram muitos porcos nos chiqueiros, matavam, tiravam as tripas e carregavam. Carregaram tudo e depois tocaram fogo na vila de Paula Pereira [Lagoa], até hoje nenhum livro escreveu isto. Foi na mesma oportunidade que eles atacaram Santa Leocádia, esta consta nos livros, onde mataram o Coronel Artur de Paula. Os fanáticos tinham muita raiva deste Coronel. E a coisa foi indo assim. Aqui [Irienópolis, antiga Valões] eles não chegaram a atacar porque estava fora da ação deles, mas em Poço Preto, Vila Nova do Timbó e Santo Antônio os fanáticos atacaram e tomaram conta. Hoje isto tudo faz parte do nosso município [Irienópolis]. Quem comandava as tropas pelo governo era o Coronel Fabrício Vieira, como civil. Apelidaram o grupo dele de 59º Batalhão de Infantaria. Ele era muito

respeitado aqui. Fabrício comandou por aqui, só que tinha um sub-comandante que era meio bandido.

P: Como era o nome deste ?

Gilberto: Acho que era ... o Sr. não é descendente dele ?

P: Era o Salvador Dente de Ouro[Salvador Pinheiro Machado] ? Pode falar a vontade, ele é meu parente, mas sei que era bandido.

Gilberto: Pois este Dente de Ouro atravessou para o Paraná e foi falar com o comerciante Beppe Liri [Giuseppe Liri]. O Beppe tinha comércio com os jagunços, trocava sal por couro, daí o Dente de Ouro trouxe o comerciante para este lado do rio [Iguaçu], que na época era Paraná também, e matou o comerciante e seus empregados degolados na margem do rio. O meu pai ajudou a enterrar aquele pessoal. O Dente de Ouro fazia parte do grupo do Fabrício, mas agiu por conta própria neste caso. Ele matou pessoas inocentes, eram só comerciantes.

P: Mas faziam comércio com os jagunços.

Gilberto: Mas isto não eram só eles! Eram muitos ! Em toda parte tinha gente negociando com os fanáticos. Aqui mesmo, os irmãos Nintin e Kostiks, poloneses, comercializavam com os fanáticos. Estes irmãos poloneses roubaram na construção da estrada de ferro, até o Capitão Matos Costa andou atrás deles. Os comerciantes jogaram os jagunços contra o Matos Costa. O Matos Costa queria paz, queria acalmar, ele até tinha compadres entre os fanáticos, mas eles foram usados contra ele até o ataque à Estação de São João dos Pobres[atual município de Matos Costa]. Daqui o Fabrício atacou o reduto de Sto. Antônio – que fica a uns 25 km em direção ao sul – depois bateram em Tamanduá e em Santa Maria, lá houve mortandade tremenda. Quando acabaram com Santa Maria o Leodato[Adeodato] começou um novo aqui no Timbozinho, e começou forte.

P: Já ouvi algumas coisas sobre o Leodato, parece que ele não participou desde o início da guerra.

Gilberto: Certo, começou a participar quando a guerra já havia começado.

P: O irmão do Chiquinho Alonso disse ao Vinhas[de Queiroz] que o Leodato, antes da guerra, era tropeiro.

Gilberto : Era peão! Era corajudo, valente. No Timbozinho ele se apoiou no pessoal dele, daí todos obedeciam, ele se transformou num bandido terrível, era um dos piores do fanatismo. Comandava daqui, de Poço Preto até Tamanduá e Santa Maria. Ele era proveniente de Curitiba, foi criado numa fazenda do padrinho, depois matou o próprio padrinho.

P: O Neco Peppe ?

Gilberto : Isto, ele matou o próprio padrinho, o fazendeiro que criou ele. Era terrível o Leodato.

P: As histórias que contam dele são sempre pesadas.

Gilberto: Dizem que, na confluência dos rios Tamanduá e Timbó, o Leodato foi lá com dois jagunços que abriram um grande buraco. Depois de aberto ele colocou duas bruacas cheias de moedas de ouro. Leodato fez os jagunços jurarem que nunca contariam a ninguém o lugar do ouro enterrado. No momento em que os dois estavam ajoelhados, Leodato os matou e ficaram lá enterrados com o ouro, pra não ficar testemunha. O povo daqui costuma fazer buracos por ali para ver se acha alguma coisa, mas nunca acharam nada. Então o fanatismo foi isso. Aqui no final ainda houve ataques dos irmãos Vieira, líderes fanáticos que tinham um piquete.

P: O Sr. lembra os nomes deles ?

Gilberto: Só sei que chamavam irmãos Vieira, atacaram a estação de trem aqui perto.

P: E o Zeca Vacariano ?

Gilberto: O Zeca Vacariano era um homem bom, um homem inteligente. Naquele tempo, quando havia construções, já tinham os safados, os enganadores. Tinha um engenheiro que era o chefe, que comandava os trabalhos de empreitada. A estrada de ferro foi toda construída através de empreitadas. O meu pai pegou um trecho para fazer aterro, o Zeca Vacariano pegou outro pedaço. Cada um deles tinha, em média, 90 homens trabalhando. Daí este engenheiro negou o pagamento. O Zeca pensou *“e como vou pagar meus homens?”* Ele tinha que dar um jeito, porque aqueles homens eram gente meio violenta, disponível para a violência. Então ele disse pros homens : *“Eu faço o seguinte : quando vier o pagador a gente assalta, daí vocês me ajudam a pegar o dinheiro”*. O meu pai não estava com ele, mas a minha mãe estava na casa dele quando mataram o pagador.

P: Ele queria fazer justiça com as próprias mãos ?

Gilberto: Sim, justiça. Isto é coisa que a minha mãe viu. Ele [Zeca Vacariano] subiu num cepo, pegou aqueles envelopes do pagador e ia jogando para todos os trabalhadores. Distribuiu todo o dinheiro e fugiu para a Argentina até as coisas acalmarem. O Zeca Vacariano era gaúcho, era amigo do Fabrício Vieira, eles se meteram depois numa revolta, que daqui participou o Modesto da Luz, que queriam criar o Estado das Missões na região contestada. O Modesto da Luz tinha uns 600 homens em armas, o Fabrício e o Zeca Vacariano tinham outro tanto. Isto foi em 1916, no final dos jagunços, foi quando teve aquele acordo. Por muito tempo esta região esteve dividida por chefes que puxavam para o Paraná e para Santa Catarina. Santa Catarina tinha o Demétrio Ramos em Vila Nova [do Timbó] e o Paraná tinha o Fabrício. Antes da guerra dos fanáticos houve muita briga na região por conta dos limites. A família Valões era amiga do Demétrio Ramos.

P: Então o antigo nome de Valões era por causa desta família ?

Gilberto: Sim. Os Valões foram pioneiros aqui em Irienópolis, a família Valões chegou aqui em 1875. Eles desbravaram esta região, brigaram com os índios, perderam muitos de sua família . Terminaram morando aqui no interior com um trecho pequeno de terras . Hoje só sobrou um membro desta família.

Em seguida, Gilberto faz considerações sobre fatos posteriores à guerra, como a mudança de nome do povoado, o poder do Coronel Domitt na região e a vida local de Salvadorzinho Dente de Ouro, que morreu na região logo após o final da guerra do Contestado. Deu também informações sobre o paradeiro dos filhos do Cel. Fabrício Vieira.

P: Falam muito da atuação do Antônio Tavares aqui no norte, ele atuou em Valões ?

Gilberto : O Tavares comandava um piquete de jagunços, mas a região dele era Papauduva.

P: Parece que ele aderiu aos fanáticos após brigar com o Major Vieira ?

Gilberto: Acho que sim. O Major Vieira era gaúcho, era primo irmão do Coronel Fabrício Vieira.

P: Primo ?

Gilberto: Sim, foi o Major Vieira que convidou seu primo do Rio Grande a se estabelecer nesta região. Quem vivia passando por aqui era um outro gaúcho, muito amigo do Fabrício, o Leonel Rocha.

P: De Passo Fundo ?

Gilberto: Sim, de Passo Fundo, ele era General. [era Coronel da Guarda Nacional e, como Fabrício, aderiu às tropas de Assis Brasil contra Borges de Medeiros no conflito de 1923, Fabrício e Leonel transformaram-se de *Chimangos* em *Maragatos*].

A seguir, Kopecki relata uma série de peripécias de Fabrício Vieira nos anos 1920 e 1930.

Gilberto: Mas voltando a falar da guerra dos fanáticos, por aqui passava muito o Pedro Ruivo, que lutava ao lado do governo, mas era ladrão. Ele atacava as fazendas, roubava o gado e botava a culpa nos fanáticos. Este era o golpe dele, já que estava em luta contra os fanáticos, tinha carta branca pra tudo.

P: O Pedro Ruivo agia junto com o Fabrício Vieira ?

Gilberto: Não, separado. O Dente de Ouro é que era comandado pelo Fabrício. Outro que tinha força própria, agia por conta própria, era o Lau Fernandes [Nicolau Fernandes], foi ele que destruiu o último reduto. O exército e a polícia precisavam muito destes homens, eles realmente conheciam a região e sabiam como lutar contra os jagunços. Esse pessoal vaqueano até lutava parecido com os fanáticos, adoravam o entrevero com arma branca, coisa que deixava em pânico os soldados do exército. Os fanáticos lutavam, coitados, por que precisavam se defender e também não tinham para onde ir, já tinham sido expulsos de suas terras.

P: Gostaria que o Sr. me contasse com detalhe, como todo este pessoal foi expulso de suas terras.

Gilberto : O Sr. já deve ter lido sobre as faixas de 15 km de terra que o governo deu pra ferrovia.

P: Sim, mas como eles faziam pra tirar os moradores destas terras ?

Gilberto: Em alguns lugares tiravam a força mesmo, com capangas. Em outras situações eles obrigavam o pessoal a assinar um papel em branco. Quem fez isto aqui foi o Nereu Ramos, que era advogado da Lumber. O Nereu, mesmo novo, tinha muita autoridade sobre as pessoas, era filho do Governador Vidal. Ele reuniu o pessoal dizendo que era para assinar em branco os papeis, que todos iam ter suas terras regularizadas. Que nada ! As assinaturas serviam pras pessoas renunciar ao direito de posse. Isto minha mãe viu pessoalmente, aconteceu mesmo.

Entrevista com Graciliano Alves dos Santos, 90 anos, em Curitiba, 13/11/1998:

O Sr. Graciliano desculpou-se muitas vezes de não lembrar mais muitas coisas sobre a guerra dos jagunços.

Graciliano: A vida é emprestada, sofrida e divertida. A gente nasce pequenininho, filho de gente pobre, o pai e a mãe eram analfabetos, porque naquele tempo não tinha estudo, não tinha nada.

Pergunta: Como se chamavam seus pais ?

Graciliano: Justino Alves dos Santos e Rosa Maria de Moraes. Nasci em 25 de março de 1908, quando começou a Guerra dos Jagunços, em 1913, eu tinha 5 anos, eu sempre morei por aqui.

P: Quando a vila foi invadida você estava aqui ?

Graciliano: Não, eu morava no sítio aqui próximo. Naquele tempo a vila era muito pequena a maioria das pessoas moravam nos sítios e fazendas, os moradores mesmo da vila eram só alguns negociantes, uns bodegueirinhos. Esses comerciantes vendiam tecidos, combustível, farinha de mandioca, café, arroz, açúcar e outras coisas que os tropeiros traziam de Rio do Sul, Rodeio, Blumenau e Itajaí. Quando pequeno fui tropeiro, era madrinheiro, puxava a égua madrinha de cinorro que liderava as comitivas de mulas, os cargueiros, que carregavam todas essas coisas. Eu trabalhava como camarada. Como camarada eu era contratado por empreitada por donos de armazéns, daqui ou de serra abaixo. Cada cargueiro carregava duas buacas de 45 kg cada, cada uma apoiada num lado da cangalha. Viajávamos o dia todo, armávamos barraca e viajávamos. Depois de casado passei a domar mulas xucras para formar comitivas. Eu viajei 20 anos puxando frete para os negociantes. Não tinha carro, não tinha estrada, só o caminho de cargueiro, nem carroça passava, só cargueiro de mula. Levou muito tempo para aparecer carro de boi aqui no município. Também trabalhei para muitos fazendeiros, trabalhei para o Faustino Costa, pai do Sr. Lauro Costa. O meu pai conduzia tropas pro Faustino Costa.

P: O Sr. conheceu o Sr. Avelino Correia ?

Graciliano: Conheci, ele era mais velho do que eu, mas nasceu e se criou trabalhando igual a mim, na roça, na criação e tropeando. Eu viajei muito para Rodeio, em busca de arroz e para Gaspar, onde tinha muitos engenhos de açúcar. Era ali que se comprava açúcar, cachaça que se levava em dois barris de 16 medidas, 32 medidas por cargueiro. Mas era muito sofrido amarrar os barris nas cangalhas, escapavam muito fácil, até que colocamos grandes cestos nas cangalhas que seguravam os barris.

P: Daí ficava firme ?

Graciliano: Sim, porque a dor ensina a gemer, não é ? O trabalho de tropeiro era muito difícil, mas ninguém reclamava porque era aquilo que se tinha que fazer. Quando chovia era uma trabalhadeira sem fim, tinha que se descarregar as mulas para atravessar os rios que ficavam muito cheios, e recarrega-las em outra margem, pra isso muitas vezes se falhava (levava) um dia inteiro. Em alguns lugares, quando o rio

era caudaloso mas estreito, a gente construía pinguelas de madeira pra poder passar, carregando as cargas nas costas, mas muitas vezes o jeito era ficar esperando as águas baixarem. Era trabalhar e trabalhar. Era assim no tempo dos jagunços e mesmo muitos anos depois também.

P: O que o Sr. lembra da guerra dos jagunços ?

Graciliano: Eu tinha 5 anos, mas já sabia o que era sofrer. O meu pai tinha uns cargueirinhos e os jagunços prenderam para levar pros redutos, usaram os cargueiros para carregar de milho, feijão e tudo o mais de comer e beber para os redutos. O finado meu pai tinha um terreninho, com uma casinha e foi obrigado a largar tudo pra acompanhar os jagunços. Ai nos fomos para Caçador e Santa Maria, tive em muitos acampamentos, lembro das dificuldades, do Leodato peleando.

P: O Sr. conheceu o Leodato ?

Graciliano: Sim, era um homão, viçoso, forte, era o chefe de tudo, era o chefe da bagunça. Tudo o que ele queria ele fazia. Matava muitos, castigava, fez muita gente sofrer. Eu só me lembro que quem terminou aquilo foi o exército do Coronel Rosinha, ou General Rosinha. Eu me lembro que quando o Rosinha bateu no acampamento, se fez um extravio, e eu fui correndo ao lado do General dizendo "não me mate, não mē mate, nós queremos voltar pra casa ! Nós fomos presos para trazer mercadorias para estes bandidos, esses malfazejos! " Daí o Rosinha me acolheu e perguntou tudo e eu contei tudo pra ele e ele mandou chamar meu pai e apresentamos a família. Daí o Rosinha nos trouxe a nossa querencia de volta. O que nós tinha que passar já passamos, tanta fome, sofrimento. Aquele pessoal ficou sem comer, sem beber, sem nada.

P: Como o pessoal fazia para sobreviver nos redutos ?

Graciliano: Viviam fazendo malandragem, roubando o gado alheio, pegando o que conseguissem. Mesmo assim passavam fome porque não era todo dia que tinha uma rez para abater.

P: Mas lá eles não tinham criação, não plantavam ?

Graciliano: Nada, nada. Eles viviam acampados e só faziam barbarias . No começo pediam em muitos lugares e as pessoas davam, mas depois foram tomando porque ficou tudo tomado numa anarquia. Era um banditismo, coisa feia.

P: Mas tinha gente que ia pro reduto por que acreditava no que eles pregavam, não ?

Graciliano: Sim, muitos foram porque acreditaram no fanatismo. Esses iam por si, não precisavam prender, outros iam presos, a força. O meu pai foi preso pra levar a condução pros fanáticos, ele tinha uns 2 ou 3 cargueirinhos (mulas) que tínhamos para puxar os cereais da roça e pra fazer alguns serviços. Nós fomos recolhidos todos para os redutos, lá morreu uma irmãzinha minha, morreu de doença, não foi de banditismo. Mas aquilo foi um fanatismo brabo.

P: O seu pai tinha uma terra própria ?

Graciliano: Tinha, nós tínhamos um pedacinho de terra, era bem pertinho aqui da Vila, ficava a uns dois quilômetros aqui da praça. Naquela terra mora o meu filho mais velho agora.

P: No final da guerra, quando todo mundo se apresentou ao exército, o que foi feito dessas pessoas ?

Graciliano: O que sobrou veio tudo embora, voltaram pras suas casas, pros seus sítios, isto os que tinham alguma coisa, os que não tinham nada procuraram outro destino para viver.

P: E ficou muita gente presa ?

Graciliano: Ficou, quantos eu não me lembro mais, mas ficou. Quem tinha alguma propriedade, como nós, nem ficava detido, voltava direto pra casa. Tinha muita gente que ficou anos como clandestinos, vivendo escondidos no mato. Muitos também foram emigrar pro mato quando houve o ataque dos jagunços aqui na Vila, foi o que aconteceu com a família da minha esposa.

P: E como esse pessoal vivia no mato ?

Graciliano: Eles acabavam por formar novos sítios, criando porcos, algumas vaquinhas de leite, fazendo roça, construindo galpões e casas de morar. Plantavam trigo aqui, naquela época havia muita lavoura de trigo por aqui, mas pouco dele era vendido, a maioria plantava só pra consumo em casa. Primeiro as pessoas faziam o amasso com pilão de casa mesmo, depois é que vieram os moinhos de farinha. Era uma vida difícil naquele tempo, tudo era custoso. Tinha que se vender alguma coisinha para poder comprar sal e o grão do café, porque açúcar a gente nem mais comprava porque com a criação de abelha tínhamos bastante mel. Se torrava o café e depois de ferver se adoçava com mel. O café era trazido de Blumenau e Rio do Sul por cargueiros.

P: Naquele tempo também não havia ainda o movimento de tropas do Rio Grande para São Paulo ?

Graciliano: Sim. Era uma enorme burrada xucra que passava por aqui. Era movimento todo o ano, depois foi diminuindo. Eu comprava muitas mulas deles pra domar e vender aos nossos tropeiros daqui. Comprei muitas mulas do Gracilio de Almeida, filho do Graciliano de Almeida e sobrinho do Coronel Henriquinho de Almeida, eles puxavam muita mula do Rio Grande pra vender em São Paulo, faziam isso mesmo depois de 1930. Eu comprava mulas na formiguinha, como se dizia, duas ou três agora, uma depois, sempre aos pouquinhos porque o dinheiro era curto. Mas também depois o pessoal daqui foi se adaptando e fazendo cria de mula. Eu fiz isso, arrendei uma invernada e criei tropas de mulas xucras, de fazer até vinte mulas num ano.

P: Como se produzia mula xucra ?

Graciliano: Tinha que se ter uma boa égua e um burrichó (jumento) reprodutor. As éguas ficavam na invernada e o burrichó ficava apartado. Precisava se ter também um

retalhado ou rufião, que sabia quando as éguas estavam em condição (no cio). Dava uma trabalhadeira, mas quando a gente tem boa vontade, gosta da lida e quer ter as coisas, vale a pena. Eu gostava e gosto até hoje da lida campeira.

P: Contam que o Leodato também era tropeiro antes da guerra ?

Graciliano: Eu acho que sim, mas não sei porque ele se meteu naquilo, era um sujeito muito inteligente, sabido.

Em seguida Graciliano fala sobre suas dificuldades de vida depois que se casou, em 1932. Fala das terras que adquiriu.

P: Quanto custava o alqueire de terra naquele tempo (anos 1930) ?

Graciliano: A terra de campo era muito cara, mais eu comprei muitas terras de faxinal e de mato por 50 mil réis o alqueire. O campo era o que valia, como eu não podia comprar campo, limpava os faxinais e derrubava os matos para fazer campo. Esses terrenos de mato e faxinais eram bom pra criação de tudo: galinha, ovelha, cabrito, cavalo, porcos, criei muitos porcos. Um criei tropa de porco num sítio coberto de pinheiro. Naquele tempo o pinheiro e o pinhão não valiam nada. Fazia uma encerra dentro do mato, tratava eles com espiga de milho no verão e no inverno eles engordavam de tanto comer pinhão que caia no chão.

Entrevista com João Maria de Paula, 84 anos, em Mattos Costa, 6/06/98:
Nascido em 1913, só sabe sobre a guerra o que era contado por seus pais.

João Maria: Vieram 300 fanáticos atacar São João, um grupo veio por uma antiga estrada de tropas, outro grupo entrou ali pelo cemitério. Quando chegaram [os rebeldes] aqui em Matos Costa [na época São João dos Pobres], minha mãe morava a um quilômetro daqui, foi pra casa dum tio meu Joaquim Gabriel que morava perto, numa fazendola.. Ele era um daqueles homens do tempo antigo que só acreditava vendo as coisas. Ele disse: *Eu não saio de casa, não matei, não roubei, não acredito que esse pessoal chegue matando.* Ai minha mãe disse: *Não, eles vem matando mesmo, por onde passam vem matando.* Ele [o tio Joaquim Gabriel] tinha um filho chamado Tertuliano, com uns 14 anos, o outro José, que eles mataram, tinha 17 anos. Tertuliano avisou ao tio que a mangueira que tinha na entrada da casa estava cheia de jagunços. O velho saiu como quem fosse receber uma visita, no que abriu a porta da sala já ia saindo dois com facão, cortaram a cabeça dele ali mesmo, o rapazinho que vinha acompanhando o pai, José, chegou a gritar : *Não matem o meu pai !* Mas eles sentaram os facões na cabeça do rapazinho que ficou amontoado ao lado do pai. Daí entraram pra dentro da casa campeando pra ver se tinha mais gente. Eles tinham um acampamento aqui perto do rio Cará, perto de Caçador - Aquele povo antigo tinha costume de fazer acampamentos pelo mato para retirar erva [erva-mate], casca de gramomonia e caçar, porque não tinha serviço e eles tinham que se virar assim . E ai quando mataram o meu tio chegaram aqui em São João e mataram o velho Schinna que tinha um hotel aqui, mataram o guarda-chave e o agente da estrada de ferro. Teve um agente da estrada, o Araújo, que escapou e foi parar no Porto [Porto União da Vitória], daí ele avisou ao Porto que aqui estava tomado de jagunço. O Capitão Matos Costa que exercia lá a chefia dum grupo de soldados, pegou uns 60 praças, sacos de areia, metralhadora, munição e veio com a maria fumaça pra cá, fazendo muito barulho. O agente Araújo ainda tentou avisar : *Capitão não vá lá com pouca gente que o senhor vai perecer!* Mas o Capitão respondeu : *Que nada, isso é mais boato do povo !* E veio, quando chegou perto de uma caixa d'água a mais ou menos 1 Km, ele mandou o trem parar. Ali desceu uns 30 soldados com fuzil, pelo lado direito da linha, Matos Costa seguiu a pé pelo leito da linha com os outros 30 praças e os jagunços, que estavam escondidos no mato só cuidando o movimento, atacaram o grupo de soldados. O maquinista do trem deu marcha-ré e só foi parar no Porto com uns poucos soldados. O Capitão Matos Costa correu prum banhado que tinha aqui perto e foi morto pelos fanáticos, ele e mais dois sargentos. Daí só mais tarde um Capitão do exército retomou a vila aqui, mas os jagunços ainda andavam pela região, meu pai foi contratado como vaqueano e ajudou a matar muito jagunço por esses matos. Essa turma de jagunços também matou o avô da minha mulher, o velho Liberato Pereira.

P: Porque seus pais colocaram o nome de João Maria no senhor ?

João Maria: Foi minha mãe que colocou. Os meus parentes mais velhos conheceram o monge João Maria. Meu sogro conheceu. O monge passou por aqui, o primeiro pouso ele fez a uns 5 km daqui, lá o povo levantou uma cruz, e o outro aqui, mais ou

menos a 4 Km pra quem vai pra General Carneiro (Município vizinho no Estado do Paraná), levantaram outra cruz lá. Ele achava lugar onde havia olho-d'água e acampava, ali ficava sendo pouso de São João Maria. Tem até hoje a cruz. Ele batizou um primo meu, aquele povo antigo era muito crente, quando ele(o monge) ia passando por lá, o meu tio que era fazendeiro, queria batizar esse menino que era recém nascido, perguntou se batizava, ele disse que sim e batizou. Depois ele foi embora, nunca mais voltou, nunca mais foi visto.

P.: Sua família vem de onde ?

João Maria: Pois eu não sei bem, mas o lado da minha mãe vem daqui de perto de Chapecó, Xanxerê, o meu pai era crioulo daqui.

P.: Depois do ataque que os jagunços fizeram, eles não voltaram mais aqui ?

João Maria.: Não, depois eles ficaram em Santa Maria, onde o governo atacou. Aqui na cidade tem uma família que viveu no reduto de Santa Maria, mas eles não gostam de falar, se o senhor perguntar eles vão dizer que eu estou mentindo. O povo era ignorante e saía a fazer convite para viver no reduto, diziam que quem fosse para Santa Maria viver conforme a religião deles, falava com Deus. Mas aí depois que muitos foram lá, viram que era puro fanatismo e procuraram fugir. Foi o que fez a velha que morava aqui, ela conseguiu fugir, ela era rica, seu marido morreu no reduto, mas ela conseguiu fugir com uma filha pequena, que tinha uns 12 ou 13 anos, mas já era casada com um jagunço. Parece que o jagunço queria também fugir e vieram todos para cá. A velha precisava do jagunço para atravessar esse enorme sertão de Santa Maria pra cá, certamente ele estava armado, e isso era importante porque eles podiam ser atacados por onças, soldados e jagunços pelo caminho. Quando chegaram por aqui, o comandante do exército achava que deviam ser tratados como fanáticos, mas por sorte da velha, um preto velho chamado tio Modesto - parece que ele tinha sido escravo dela - reconheceu as duas, mãe e filha. Tio Modesto ajoelhou-se e disse pro Capitão : *Senhor Capitão, essa é a Maroquinha, minha ama, ela é de família de bem, tem propriedades por aqui !* Daí o Capitão liberou a velha, mas perguntou : *Mas e esse jagunço aí, a senhora aceita que uma filha sua fique casada - pela lei dos redutos - com um jagunço ?* Daí a velha cometeu um pecado, ela recusou ele, dizendo : *Eu não o quero como meu genro !* Daí pegaram o pobre jagunço e levaram ao mato pra matar, que era o que faziam muito naquele tempo. É por isso que mente quem diz que os jagunços mataram muita gente aqui em Matos Costa, foi só o Schina, meu tio e o filho dele, e o avo de minha mulher, o velho Liberato Pereira.

P. : Quando foi feita a estrada de ferro, houve gente que perdeu terras pra linha de trem por aqui ?

João Maria.: A companhia pegou 25 metros de terra de cada lado da linha, e não indenizou ninguém.

P.: Dá pra notar que ainda hoje as pessoas tem muito respeito aos seus padrinhos, e esses aos seus afiliados, mas isso era mais forte antigamente ?

João Maria.: O filho respeitava o pai e a mãe com o maior respeito, até o irmão mais velho era muito respeitado. Davam muita educação, os mais novos sempre pediam licença pra falar pros mais velhos. Hoje está tudo mudado, ninguém mais é respeitado, os jovens se metem na conversa, tomam o assunto, passam na frente de uma pessoa dando topada, até derrubando.

Entrevista com João Maria Palhano (Lica), Taquaruçu, Fraiburgo, 28/02/1998:

João Maria pertence a grande família Palhano, da região de Taquaruçu e Campos Novos. Foi para o reduto de Taquaruçu com 2 anos de idade. Viveu ainda nos redutos de Caraguatá, Bom Sossego, Santa Maria e Timbó.

Pergunta: Quantos anos o Sr. tinha na época da guerra ?

Lica: Quando começou a guerra eu tinha 2 anos, por isto eu não sei contar certinho o que aconteceu, só lembro de algumas coisas que meu pai e minha mãe contavam mais tarde. E assim mesmo esqueci de muitas coisas que eles falavam da guerra. Eu era tão pequeno que eles me carregavam pelas costas, de reduto em reduto.

P: Morreu muita gente da região de Taquaruçu na guerra ?

Lica: Sim, muita gente. Meus tios, morreram muitos.

P: Eles moraram nos redutos ?

Lica: Sim, toda nossa família, e muitas outras daqui, foi para o reduto. Ele ficava ali [aponta para o vale do rio Taquaruçu, a uns 200 m a oeste de sua casa], depois o pessoal foi para outros redutos, até chegarem em Santa Maria, ali acabou-se tudo. Todas as famílias daqui foram para o reduto de Santa Maria. Aqui em Taquaruçu andou muita gente extraviada porque a força do governo bateu por aqui, matando muita gente. Depois que saíram daqui, antes de chegar em Santa Maria, foram todos para Caraguatá, que fica hoje ali pra cima de Lebon Régis.

P: O Sr. conheceu a Teodora e a Maria Rosa ?

Lica: Eu não me lembro delas, era muito pequeno, mas ouvi falar muito delas, eram as virgens dos redutos.

P: E o que falavam delas?

Lica: Não me lembro muito, só sei que as virgens acompanharam a andança de todo este povo, de reduto em reduto.

P: Seus pais falavam em José Maria:

Lica: Sim, meus pais conheceram ele. José Maria esteve aqui em Taquaruçu. Mas ele andou aqui bem depois do João Maria. Mas o João Maria foi de outro tempo, João Maria não foi jagunço. João Maria vivia viajando, não pousava em casa de ninguém, só dormia no campo ou debaixo de alguma árvore. Quando ele pousava, apareciam as pessoas para conversar com ele, para curar um *cobreiro* [doença da pele], pegar algum conselho.

P: Ele fazia curas também ?

Lica: Fazia cura. Mas o mais importante é que ele explicou tudo o que ia acontecer depois, e continua acontecendo por este mundo afora. Meus pais falavam muito dele, eu recebi meu nome em homenagem a ele. Depois o João Maria foi embora e ninguém sabe para onde.

P: E o José Maria era diferente dele ?

Lica: O José Maria veio depois. Mas o João Maria tinha avisado para o pessoal que depois dele iam vir falsos profetas, e veio o José Maria. José Maria chegou dizendo que era irmão do João Maria e foi então enganando todo o pessoal.

P: Ele fazia cura também ?

Lica: Não, não fazia cura. Este José Maria só começou bobagem. Ele se aproveitou da fama do João Maria para fazer o povo praticar loucuras. Era um aproveitador. O João Maria não tem nada com o fanatismo. Eu tenho uma foto do João Maria, olha.

P: Mas na época as pessoas acreditavam no José Maria, não ?

Lica: Se iludiram por ele. Ele formou um grupo aqui de 24 homens, eram 24 cavaleiros bem arrumados, bem armados, e tocaram daqui, foram pro Irani, lá depois de Fraiburgo. Lá eles se encontraram com a força e dos 24, morreram 12. Quando eles saíram daqui, José Maria disse a um compadre dele, o Praxedes, que era um homem daqui: *Olha Praxedes, temos 24 homens, 12 são meus e 12 são teus!* Pois no combate eles perderam 12 mas conseguiram derrotar a força, e ainda mataram o comandante da força do governo.

P: Seus pais falavam do Adeodato ?

Lica: Muito, mas este mandava lá em Santa Maria, lá demorou muito, depois que foram para Santa Maria teve ainda 2 anos de guerra. O Leodato era um homem muito mal, devia ser muito doente, ele matava as pessoas do próprio reduto, os próprios companheiros. Morreu depois de preso, em Florianópolis.

P: Os seus pais falavam do Eusébio e do Elias de Moraes ?

Lica: Do Eusébio sim, deste outro não. O Eusébio era um velho que morava perto daqui, só sei que era o pai das virgens.

P: E depois da guerra, a polícia continuou batendo por aqui?

Lica: Sim, a polícia ficou muito tempo batendo nos matos, procurando jagunço extraviado, mataram muitos assim.

P: Mas eram jagunços mesmo ou só eram caboclos comuns ?

Lica: Eram caboclos comuns, mas o pessoal do governo chamavam eles de jagunços. Eram pessoas comuns que estavam muito iludidas, meio malucas. Mas tinha muita gente de bem nos redutos. No meio da guerra o governo mandou o padre Rogério conferenciar com os jagunços daqui, a coisa foi séria, eles queriam matar o padre. Só não mataram porque o Benedito Chato não deixou.

P: O Sr. conheceu o Benedito Chato ?

Lica: Muito. Ele era meu primo e meu compadre.

P: Por que os jagunços queriam matar o padre ?

Lica: Pois era coisa da idéia deles, eles queriam mandar mais que o governo e o governo mandou o padre, eles não gostaram. Daí, depois que o Benedito levou o padre até a entrada de Curitiba, o padre Rogério benzeu ele, dizendo que não ia morrer matado. Benedito morreu com 114 anos, eu acho. Morreu dormindo. Mas antes foi muito perseguido.

P: Estas terras era do Coronel Henriquinho de Almeida ?

Lica: Eram. Ele tinha muitas terras por aqui. Nós votávamos nele nas eleições. E o Benedito morreu por aqui. Mas mesmo velhinho ele continuava trabalhando na roça e na criação. Os jagunços se iludiram por causa da religião, foi o José Maria quem iludiu todos eles. Mas foi grande a revolta deles, durou mais de 2 anos. A primeira força [do governo] bateu aqui no Taquaruçu. O acampamento dos jagunços era ali embaixo, a força se colocou na campina que tinha ali em cima e fez muito fogo para baixo. Fogo de fuzil e de canhão. Com o canhão eles arrasaram o acampamento, morreu gente uma barbaridade.

P: O pessoal que vivia no reduto era só desta região ?

Lica: Não. Tinha gente de toda parte. Tinha até de Curitiba. O Paulino Pereira, de Curitiba, estava aí. Tinha até gente de Anita Garibaldi e muita gente de São José do Cerrito [então distritos de Lages]. De Campos Novos também veio gente.

P: Veio gente que tinha trabalhado na construção da ferrovia ?

Lica: É, parece que também tinha. Pois era gente de fora. Não sei como este povo conseguiu se iludir com aquilo. Eles tinham uma conversa que funcionava para chamar mais pessoas.

P: Também tinham problemas com o governo ?

Lica: Era, tinham problemas com o Coronel Albuquerque, o prefeito de Curitiba. Falavam muito mal dele. Este morreu matado, parece que foi o Henriquinho que mandou matar, mas isto foi depois da guerra. As famílias Almeida e Albuquerque continuaram brigando. Henriquinho foi prefeito, depois mataram ele também, numa espera [emboscada]. Mas Henriquinho morreu depois da revolução do Getúlio [1930]. Henriquinho era um homem gordo, muito bom de prosa, muito rico.

P: O Sr. tinha irmãos mais velhos na época da guerra ?

Lica: Sim, tinha uns quantos irmãos mais velhos. Eles todos participaram dos redutos. Tinha o Joaquim, o Francisco, depois algumas irmãs. Eu era o menor.

P: A sua família sempre morou aqui na região ?

Lica: Minha mãe era natural de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Ela chegou solteira aqui, com a família dela que fugiu da guerra do Pinheiro Machado contra o Gumercindo [Revolução Federalista]. Eles perderam a guerra e vieram para cá.

P: Eram maragatos ?

Lica: Sim, vieram até com um Capitão, não lembro o nome. Daí a mamãe casou aqui, meu pai era natural daqui mesmo.

P: O Eusébio também era maragato ?

Lica: Acho que era, não tenho certeza.

P: Então o povo daqui foi para o reduto para acompanhar o José Maria ?

Lica: Pois foi. Foi aquela coisa da religião. Dois tios meus, Miguel Vidal e José Vidal, acompanharam José Maria até o Irani. Miguel morreu no combate de lá. Mas o José Maria conseguiu matar o Capitão da força [Coronel João Gualberto]. Na verdade os dois se mataram. Dos soldados, morreram muitos. Só escaparam uns 10 ou 12 soldados da força, que dispararam em carreira.

P: Mas um ano depois da morte de José Maria o pessoal voltou a se reunir em Taquaruçu. Como foi isto ?

Lica: O José Maria deixou alguns encarregados, que já ficaram mandando. Tinha a Maria Rosa.

P: O Sr. conheceu ela ?

Lica: Não lembro.

P: E o que falavam dela ?

Lica: Era uma menina nova. Dizem que era muito bonita, mas não ficou nem uma foto dela. Acho que morreu na guerra.

P: Mas a Teodora viveu mais ?

Lica: Sim, viveu mais. Foi forte esta guerra deles.

P: O que as pessoas aqui, da região, acharam da guerra quando tudo acabou ?

Lica: Acharam que foi um erro. Quase morremos todos. Lá em Santa Maria tinha só uma entrada, na descida da serra, e não tinha saída. Eles se acamparam lá. Mas os jagunços montaram uma guarda nesta boca de serra e conseguiram segurar a força por muito tempo. Só depois é que veio uma outra força, arrombou o matão e entrou por trás do reduto. Quando tava grande o combate, Benedito abriu uma picada pro lado que dava numa campina bem alta, pois foi por onde as pessoas conseguiram fugir do ataque da força. Ai se acabou, o Leodato fugiu, depois pegaram ele.

P: Naquela época o pessoal era batizado e também casava nos redutos ?

Lica: Sim, tinha até igrejas nos redutos. Eram batizados sem padres. Dizem que tinha uma igreja bem bonita aqui em Taquaruçu.

P: Era a igreja de São Sebastião ?

Lica: Não, aqui era a igreja de Bom Jesus.

P: O que mais o Sr. lembra da guerra ?

Lica: Não tenho muita lembrança. Sei que diziam que no final o Leodato fez muita maldade. Matou muitas pessoas nos redutos. A força do governo também apertou muito no final. Teve um reduto, não lembro qual, que começou a ser bombardeado por canhão, daí todos correram para a igreja, para se proteger. Logo um tiro de canhão atingiu a igreja, que estava lotada de crianças e mulheres, pegou fogo, quase todos morreram, isto eu vi.

P: Seus pais sobreviveram a guerra ?

Lica: Sim, graças a Deus, meus pais sobreviveram.

P: E depois da guerra, a polícia não ficou molestando as pessoas daqui ?

Lica: Não, deixaram a maioria em paz. Só um tio meu, o Tomás Palhano, ficou três anos preso em Florianópolis.

P: Por que ?

Lica: Porque ele era jagunço, era até meio chefe. Depois foi solto e morreu de velho por aqui.

Entrevista com João Melo, Rio das Antas, 12/06/98:

Com 96 anos, o senhor João Melo vive com Dona Eugênia na zona urbana de Rio das Antas. João Melo foi menino de recados do Comandante Adeodato:

P: O senhor trabalhava em fazenda ?

João : Sim, trabalhava com gado, com tudo. Quem me criou - o senhor Donato de Melo - era dono de tudo isto aqui (faz um gesto amplo com os braços mostrando toda a região). Sou domador de profissão, desde piá. Sei trabalhar com animal xucro e assim fui me firmando.

Eugênia : Ele quase já laçou três parselhas de xucros ao mesmo tempo.

João : O Donato de Melo era meu tio e meu patrão e padrinho, me criou desde pequeno, com ele aprendi a lida do campo.

Eugênia : Os pais deles deram ele pra esse homem quando ele tinha uns 10 anos, porque eles não podiam com ele.

P: O que o senhor lembra da guerra dos fanáticos ?

João : Lembro que os jagunços tomaram conta de toda parte e eu era piá na época, ajudava eles fazendo correrias de cavalo daqui pra lá, levando recados, ajudando a esconder gente e tratando de alimentar os bichos.

P: O senhor conheceu o Leodato ?

João : Mas claro ! Eu era piá quando conheci ele, mas já era rapazote quando acompanhava ele.

Eugênia : O Leodato convidou ele pra matar um homem e ele pegou uma Winchester e quase acabou com o infeliz. Ele quis ensinar o Leodato a fazer uma soga de seis tranças para enforcar melhor as pessoas, daí o Leodato disse que não queria aprender isso, mas que ensinava ele a enforcar.

João : O Leodato foi um qüera [valente, forte, destemido]. Ele mandava no mundo, mandava em toda a humanidade. Todo mundo obedecia ele. Isso eu me lembro.

P: Como era o Leodato ?

João : Era um homem bom e justo. Ele atendia muita gente, ajudava as pessoas necessitadas. Leodato atendia a pobreza.

P: Mas eu estive em Caçador e Curitiba e as pessoas falam muito mal dele.

João : Eu estive em Caraguatá, em Santa Maria e no Timbó. Ele era justo e bom, só que de vez em quando mandava a gente *costear* [castigar] quem não se comportava direito. Com ele a coisa era na dura. Não era ruim o homem, ele era positivo. Se merecia costear, ele costeava, se tivesse que matar, ele matava. Mas sempre queria ajudar as pessoas.

P: Dizem que ele matou a esposa, a Maria Firmina.

João : Sim, é verdade.

P: E por que ele fez isto ?

João : Não sei. O que lembro é que eu era piazote e cansei de puxar cavalo pro Leodato, ele mandava e não pedia. O Donato Melo, que me criou era muito cotado com o Leodato, ele era um homem rico, tinha muitas terras e era amigo de Leodato. Conheci também o velho Teleme, pai de Leodato, eles eram bons.

P.: Dizem que houve uma época nos redutos que faltou comida, o pessoal passou fome ?

João : Sim, esse fanatismo, houve um ponto que só ia adiante, só crescia. Depois a coisa foi ficando difícil. O fanatismo era um negócio muito sério, não é parecido em nada com o banditismo que existe hoje. O Leodato era muito ajudado pelas crianças e pelas mulheres, ele era mais apoiado pelas crianças que pelos adultos.

Eugênia : Ele já disse que num tempo eles tiveram que comer até cinta de couro, de tanta fome que estavam passando. Ele conta também que teve um dia que o Leodato estava fazendo um churrasco e mandou o Melo e mais três meninos montar nos cavalos e dar muitas voltas, até que eles voltavam com os cavalos muito suados, o Leodato passava uma colher de pau no couro dos cavalos e retirava o suor salgado para poder colocar no churrasco.

P.: Como é que ficou o pessoal da região no fim da guerra ?

João : Aqui na região depois da guerra ficou dominando a família Medeiros, gente boa, não foi como em outras regiões onde mataram muita gente no fim da guerra. Na guerra até não morreu muita gente, mas depois da guerra tinha muita gente sendo paga para matar caboclos. Muitos correram pra toda parte para se esconder. Muita gente foi morta e aprisionada depois da guerra.

P.: O senhor foi preso ?

João : Não, graças a Deus. Eu era muito novo, até costeei algumas pessoas a mando do Leodato, mas nunca matei ninguém. Eu era mandado.

P: Quando fizeram a ferrovia aqui, muita gente perdeu terra ?

João : Sim, muita gente perdeu terra, porque apareciam os valentões e tiravam as pessoas a bala de casa, eles mandavam, aproveitaram e enriqueceram bastante. Esse fanatismo acabou com muita gente e deu asas pra outros que não tinham.

Entrevista com João Paes de Farias (João Ventura), Caçador 11/02/1998:

João, nascido em 1901, é filho de Francisco Paes de Farias, o Chico Ventura, um dos chefes rebeldes. Nos redutos foi tamboreiro nas formas e nos combates.

João: Pois a folia toda começou na casa do meu pai, em Taquaruçú. Foi quando falaram que ia ressuscitar o José Maria, que tinha morrido antes no Iraní. Este José Maria não tem nada a ver com o São João Maria, que é de antes do tempo do fanatismo. Eles inventaram que ele ia aparecer na casa do meu pai, mas não apareceu. O meu pai não estava gostando daquela movimentação toda na casa dele, já tinham mais de 20 pessoas esperando pelo José Maria. Daí eles foram para a casa do Praxedes, que era ali perto.

P: Onde morava o seu pai ?

João: Nós morávamos na Vila de Curitiba. Meu pai vendeu a casa de lá e comprou a venda do Praxedes [Gomes Damasceno] em Taquaruçú, que era primo dele, e deu ainda para mais 2 milhões de terra. Bom, mas o pessoal foi se ajuntando cada vez mais para esperar pela volta de José Maria. Vinha gente de tudo que era lado. Ai começaram a dar vivas à monarquia. Foi então que o finado Coronel Albuquerque mandou a força para Taquaruçú. A força veio com metralhadora e tudo mais, na entrada de Taquaruçú deram uma rajada, mas não acertaram ninguém. Daí quando o nosso pessoal avançou a força correu. Então começou aquela folia, o pessoal se mudou para Caraguatá, que ficou desde o início bem maior, com mais de mil pessoas.

P: Que idade o senhor tinha nesta época ?

João: 12 anos. Em Caraguatá o reduto não parava de crescer. O Venuto [Baiano] trouxe uns 600 homens com ele, vindos do Paraná, tudo armado. Então a força atacou Caraguatá, a força vinha pelo mato, mas o pessoal desconfiou e esperou a força pelo mato mesmo. Os soldados vinham em carreira e foram morrendo ao chegar perto de Caraguatá. Foi uma briga medonha. A força usou metralhadora e tudo mais, mas não adiantou. Nós só perdemos 6 homens e a força foi toda destruída. Depois nós viemos para abaixo da serra de Santa Maria, dali já tinha muita gente, umas 10 mil pessoas, eu ajudei a contar, 10 mil homens que podiam brigar, sem contar mulheres e crianças, que com elas passava de 30 mil. Tinha um castelhano que ensinava a fazer bombas, para ajudar, tinha gente do Rio Grande do Sul ajudando.

P: Este castelhano era o filho do Gumerindo Saraiva ?

João : Ele era argentino. O castelhano fazia muitas bombas, mas depois parou porque dentro do reduto era muito perigoso de atingir os companheiros. Contra Santa Maria o governo colocou uns 3 mil soldados, trouxeram canhão, metralhadores, tudo, canhão de campanha, canhão de montanha. Soltaram tudo para acabar com a jagunçada, como eles diziam, mas não deu. A Jagunçada derrotou toda a força a facão. Outra briga aconteceu quando a força estava desembarcando do trem em Matos Costa. A força desceu do trem e foi destruída pelo nosso pessoal, não sobrou um soldado, e do nosso lado não morreu nenhum. Deu outra briga no Timbozinho, a

força foi derrotada, chegaram até a acertar um tiro de canhão num jagunço, mas como foi de raspão ele conseguiu se recuperar. Então veio outra força aqui em São Sebastião [da Boa Vista], uma cavalaria e uma infantaria . O pessoal dos redutos gostava de sair de madrugada para lutar e encontraram a cavalaria da força, a luta aconteceu em campo aberto, não sobrou um soldado vivo, e do nosso lado só um morto e um ferido na barriga, o senhor veja que coisa esquisita, parece que não sei o que estava dando proteção. Daí houve uma nova mudança para baixo, para Santa Maria. Daí esta força que veio com canhão, metralhadora e tudo cercou o reduto e começava a bombardear as 6 da manhã e só parava às 7 da noite, não dava tempo nem para fazer cigarro. Foi uma coisa tremenda. Mas eles não conseguiram entrar em Santa Maria e só perdemos uns 6 homens nestes ataques. Santa Maria foi atingida mesmo só com a força do Capitão Potiguara, que vinha de Canoíhas, este sim, vinha varando de qualquer jeito, pisando em cima dos jagunços, queria chegar no acampamento de qualquer jeito, e como chegou. Chegou só o Potiguara, um cabo e um oficial, o resto da força ficou esperando ali em cima e os jagunços se retiraram de Santa Maria. Houve confusão. Alguns jagunços meteram bala e mataram os próprios companheiros, pensavam que era gente do governo. Trocou de comandante, o nosso comandante Chiquinho era um homem muito bom, daí entrou o Leodato e ele já entrou matando os companheiros, e foi matando companheiros.

P: O senhor conheceu o Leodato pessoalmente ?

João: Sim, eu tenho até foto do Leodato que o Amin me mandou. Leodato matava os companheiros, matava mulheres, só não matava crianças. Leodato matou umas 2 mil pessoas nos redutos. E daí Leodato foi preso quando entrou a força no Timbó, pelo mato, arrasou com o acampamento. Daí acabou-se tudo, destruiu-se o acampamento e então todo mundo se apresentou. Então o Leodato foi preso e levado para Florianópolis, lá ele tentou fuga. Estava trabalhando na sapataria da prisão, matou um soldado, aí o Astrogildo matou ele, acho que até queimaram. Daí acabou-se a guerra. Deu combate pra tudo que é lado, alguns eu não posso contar porque eu não estava. Deu uma briga lá no Capão Alto, pra diante de Lages, a força estava acampada em Capão Alto nosso pessoal atacou, só sobrou um soldado vivi e do nosso lado só morreu um. Aqui no São João deu outro combate, a força entrou pra dentro do cemitério e nosso pessoal atacou com muita vontade, ocupando a trincheira ao lado do cemitério que tinha sido feita pelos soldados, morreram muitos soldados, mas ninguém do nosso lado, dessa eu me lembro, eu vi. Eu posso contar que, em todas as brigas que aconteceram, se morreram 70 do nosso lado foi muito ! E das forças todas que vieram eu calculo que o governo perdeu uns 30 mil soldados ! Do nosso lado não chegou a morrer 100.

P: E depois da guerra, o governo continuou a perseguir os caboclos ?

João : Quando o último reduto foi tomado eu não estava lá, estava em Matos Costa caçando no mato. Mas quando a força entrou no último reduto só morreram uns dois ou três, o resto todo correu. Não brigaram porque não deu tempo para brigar. Aí acabou-se.

P: Quando acabou a guerra, o que foi feito com as pessoas que estavam nos redutos ?
João: Como é ?

P: O que aconteceu com o seu pai no fim da guerra ?

João : Meu pai morreu antes do final, morreu numa espera, no Butiá Verde. Não foi num combate, ele estava indo ver uma criação que ele ainda tinha na região e tinha um piquete de vaqueanos que fez emboscada. Mas ele morreu lutando, deve ter matado alguns. Naquele tempo tinha muito piquete do lado do governo para roubar as criações e as fazendas. Meu pai tinha bastante dinheiro porque tinha vendido tudo o que tínhamos, mas o piquete levou tudo, só conseguimos achar a espada do pai.

P: O senhor tinha irmãos na guerra ?

João : Tinha, tinha um irmão mais velho, Guilherme, que já morreu, mas que lutou nesta guerra e em outras depois, quando foi pra botar o Getúlio [1930] lá em cima ele era Capitão. Lutou depois contra os paulistas também [1932]. Morreu no Rio Bonito numa briga, por causa de política, mas meu irmão era muito querido aqui na região.

P: E as terras que o seu pai tinha, o que aconteceu ?

João : Pois ele vendeu para os Camargos e usou o dinheiro para comprar a venda e as terras em Taquaruçú. Mas quando foi pegar a escritura a mulher[de Praxedes] negou, desmancharam o negócio.

P: O seu pai nasceu aqui ?

João : Meu pai era do Rio Grande do Sul, não sei bem de que parte, mas era do Rio Grande, minha mãe era alemã, nascida na Alemanha. Outras brigas eu não sei, então o primeiro comandante, que começou tudo aquilo foi o Eusébio, o filho dele Manuel e a Teodora, a neta dele. Foi aí que começou a guerra, com as adivinhação de Teodora. O Eusébio morava aqui no fachinal [de São Sebastião] e foi ele que começou a reunir aquele povo na casa do meu pai. Naquela época nós estávamos trabalhando na Liberata .

P: O Eusébio era compadre do seu pai ?

João: Não era nada nosso, mas foi se acampar lá para esperar pela volta do José Maria, que tinha morrido um ano antes no Irani. O José Maria era argentino, apareceu pela primeira vez por Campos Novos onde começou a fazer cura com umas ervas, que funcionavam mesmo, o desgraçado curava muita gente. Depois, como houve muito ajuntamento, o Albuquerque mandou a força dispersar e o José Maria se escapou para os campos de Palmas, por lá que a força do Paraná foi bater no Irani. No combate do Irani o José Maria degolou o João Gualberto, que comandava a força do governo. Me contou um soldado em Curitiba que foi o José Maria que degolou o João Gualberto quando ele estava tentando funcionar a metralhadora, mas ele não viu o José Maria morrer. Então a coisa começou com o Eusébio e a Teodora, depois veio a Maria Rosa, neta do Eusébio que começou a mandar em Caraguatá, era uma menina de 14 anos. Depois dela foi o comandante Chiquinho Alonso, aquele mandava bem, foi quando a Argentina mandou dois homens para ajudar a fazer bomba e o Rio

Grande mandou outro para ajudar. Daí então o comandante Chiquinho foi no Rio das Antas, bater na trincheira dos polacos e morreu, daí entrou o Leodato. Foram 20 pessoas atacar Rio das Antas, mas só voltou o Leodato. Ele vinha mentindo, dizendo que tinha recebido as ordens de José Maria de que quem mandava agora no acampamento era ele. Daí ele ficou mandando mesmo, mandando e matando gente. O Leodato ficou mandando mais ou menos um ano.

P: Nesta época do Leodato a Teodora e a Maria Rosa não mandavam mais ?

João : Nem Eusébio, nem Teodora e nem Maria Rosa mandavam mais nada.

P: E o Elias de Moraes ?

João: O Elias era escrivão de São Sebastião e Juiz de Paz, ele viveu nos redutos, fazia casamentos, registrava tudo direitinho. Pros redutos vinham gente de tudo que é lado, de Lages, de todas as regiões. Lembro quando chegou o Venuto com uns 600 homens. Ele já era meio velho, tinha lutado na antiga guerra dos pica-paus[Rev. Federalista, 1893-95] e, dizem, até no Paraguai[1865-70]. Todo o pessoal dele vinha com aquelas antigas clavinhas, *comblain* e *manolish*. Depois não sei o que aconteceu com o Venuto.

P: O Venuto era negro ?

João: Não, era moreno claro.

P: E o Leodato ?

João: Também era moreno, pele queimada. Era pardo. Bom, mas também quem entrou com bastante gente foi o Conrado [Grobbe], ele morava aqui no Timbozinho, conhecia muita gente. E o Olegário veio com umas 800 pessoas, este era negro, bem preto. Mas ele morreu num encontro com dois piquetes no Butiá Verde. O filho do Olegário tinha uns 14 anos e era um bom brigador. Olegário e Marcos Sampaio eram os primeiros a colocarem seus piquetes na linha de frente contra a força.

P: E como era a vida dentro dos redutos ? Era muito difícil ?

João : Não era, porque quem ia pra lá aceitava.

P: E as pessoas viviam bem ?

João : No começo viviam bem, depois atacou força de tudo que é lado, ficou difícil, passamos até fome. Os piquetes do Governo roubavam nosso gado e nossas mulas. Depois bateu doença também, muitas pessoas morreram de doenças, eu tive paratifo preto, fiquei com uma febre altíssima, minha mãe achava que eu ia morrer, não tinha remédio para aquilo, mas me curei tomando banho de chuva pelado, era o único jeito de fazer passar aquele calorão que estava me queimando.

P: Como eram as *formas* no reduto ?

João : Mesma coisa que no exército, as pessoas faziam forma duas vezes por dia, participavam todos, homens e mulheres, menos os que estavam de guarda nas entradas do reduto. Tinha também a *forma* das crianças, que era organizada por duas

mulheres e se apresentavam de noite. Cada criança segurava uma vela acesa numa mão e uma bandeirinha branca noutra, de longe dava pra se ver que elas faziam um grande círculo em forma de coração. Era muito bonito de se ver ! Pena que não tinha um fotógrafo ali por perto. Mas as *formas* eram disciplinadas. Tinha os Crespos que eram amigos do Eusébio, que participaram da folia desde Taquaruçú. O Leodato matou a própria mulher e casou com uma comadre. Quem fez o casamento foi o Elias de Moraes, o escrivão, coitado que morreu quando ia se apresentar.

P: O Leodato teve filhos ?

João : Eu não conheci, acho que não deu tempo, ele era casado a pouco tempo. A Teodora, depois da guerra casou e teve filhos. A Maria Rosa eu nunca mais vi, não sei se ela sobreviveu à guerra.

P: Depois de terminada a guerra, teve outros combates ?

João : Não, mas teve a luta entre o Henrique de Almeida e o Albuquerque, que continuou. Logo depois da guerra, em 1918, o Coronel Albuquerque foi morto numa *espera* na Canhada Funda. Nunca conseguiram provar quem matou Albuquerque, mas as suspeitas caíram sobre o Cel. Henriquinho de Almeida. Eu tava junto do Cel. Henrique na Guarda Mor, as 4 horas da tarde, a mais de duas léguas de distância donde morreu Albuquerque. Depois, mais tarde o Henrique de Almeida virou Prefeito e foi morto numa *espera*, na saída de Curitiba.

P: Então, para a população aqui da região, não morreu muita gente na guerra ?

João: Pois não passou de 70. O pessoal caía de facão em cima dos soldados. Naquele tempo tinha muita gente de coragem por aqui, e muita gente que sabia brigar mesmo. Do nosso lado nunca teve trincheira, era de peito a peito. Se o Leodato não fosse tão bandido nós ia ganhar aquela guerra. A Argentina ia entrar a favor, o Rio Grande também. Com o Leodato as pessoas viram que não era santidade nem nada, era banditismo. As pessoas deixaram de acreditar.

P: Dentro dos redutos, tinha gente espionando para o governo ?

João : Não me lembro, sei que um negrinho corneteiro abandonou a força do governo e ficou junto conosco no reduto, mas ele veio para aderir mesmo.

P: As pessoas não gostavam muito do Albuquerque, não é ?

João: O pai era amigo do Albuquerque. Eu não sei o que deu na cabeça dele para participar daquela folia, ele era um homem rico, tinha muitas terras.

P: Mas seu pai era devoto de João Maria ?

João : Não, meu pai era um homem do tempo da monarquia, ele era Capitão da Guarda Nacional. Ele queria monarquia por isso. Meu pai era muito querido na região. Ele comprava gado em Campos Novos para vender serra abaixo. Naquele tempo nem existia estrada para serra abaixo, era picada, perigoso de bugre atacar a gente. De Lages o pai também puxava gado para serra abaixo. Morreu com 52 anos quando mataram ele.

P: Naquela época ainda passava gente puxando gado do Rio Grande para São Paulo ?

João : Passava, mas era muito custoso, era pouca gente que fazia isto. O pai levava para Curitiba também.

P: E depois com a ferrovia, acabaram os tropeiros ?

João : Isto acabou quando o pai morreu. Eu tive que começar minha vida do nada. A custa de serviços que prestava consegui comprar 300 alqueires [726 hectares] de terra, a 4\$000 réis o alqueire. A terra era barata, mas também ninguém tinha dinheiro. Depois perdi tudo porque fiquei viúvo duas vezes e gastei muito em saúde com as mulheres, que morreram de câncer. Hoje não tenho nada, nem pensão do INPS.

P: Tinha muito bugre aqui na região ?

João : Mas Deus o livre, tinha na descida da serra. Quando o pai puxava gado para Blumenau, Gaspar e Itajaí ele levava um negro velho, o Mariano, que se entendia com os bugres. Então ele mandava o Mariano falar com os bugres que se eles não mexessem com a nossa tropa, a gente não ia mexer com eles. Isto funcionava. Naquele tempo se levava o gado da serra pras colônias alemãs serra abaixo e se trazia farinha, açúcar e tecidos para cá. Nós puxava tropas de gado e nunca aconteceu nada, mas vimos muitas vezes várias tropas atacadas pela serra, os bugres matavam os homens e as mulas, jogavam a farinha e o açúcar no chão pra ficar com os panos dos sacos e tudo o que era fivela e arruela de metal eles levavam para fazer flechas.

Entrevista com João Pedro de Souza, Totó, Campos Novos, 09/07/2000:

João Pedro mora hoje na cidade de Campos Novos, mas é proveniente da Invernada dos Negros, pequeno povoado ao sul deste município que formou-se no final do séc. XIX, quando o antigo fazendeiro da região deixou suas terras de invernada em herança aos seus ex-escravos. Esta comunidade recebeu, no final da guerra, algumas pessoas que moraram nos redutos.

Pergunta: Que idade o Sr. tem ?

Totó: Tenho 71 anos.

P: O Sr. lembra das histórias que seus pais e avós contavam do tempo da guerra dos fanáticos ?

Totó: Eles contavam muitas coisas sobre as guerras antigas, dos farrapos, dos federalistas e dos fanáticos, só não sei direito as datas, faço confusão. Eles falavam muito do Cel. Farrapo, que é nome de rua por aqui. Do Cel. Fabrício. Estes Coronéis viviam formando piquetes para lutar a toda hora.

P: Do pessoal que vivia na Invernada, alguns foram para os redutos dos fanáticos ?

Totó: Olha, acho que foram poucos, mas muitos que não eram da Invernada, eram de Curitiba, foram para a invernada no final da guerra dos fanáticos. Foi pra Invernada um tal de Custódio dos Santos, que morou em reduto. Deve estar com uns cento e poucos anos [já falecido]. E mais gente veio, mas esqueci. Meu pai e minha mãe não foram para os redutos, sempre viveram na Invernada. Naquele tempo a Invernada era grande, os negros velhos que se criaram como fazendeiros tinham uns 110 milhões de campo [igual a 110 milhões de m², ou 11.000 hectares], hoje a Invernada é pequena, perdemos muitas terras. O antigo proprietário, o Mateus, fez doação das terras pros seus 11 negrinhos, que eram cativos. Foi o Dr. Rupp que passou estes papéis em cartório, tudo direitinho. Mas a doação era só até a 5ª geração, depois as terras deveriam voltar para a família do Mateus. Acho que já estamos na 5ª geração, mas isso é uma confusão grande.

P: O que o pessoal antigo falava do José Maria, dos Redutos e do Leodato ?

Totó: Do José Maria só falavam que brigou e morreu no Irani. Do Leodato falavam muito, era comandante dos redutos lá pra cima de Curitiba, que o pessoal ficava fanático por ele, que Leodato brigou muito contra o governo. Para os redutos eles levavam tudo, carregavam tudo pra lá, para ficar forte. Brigaram muito.

P: Mas falavam bem ou mal do Leodato ?

Totó: Mal não falavam. Até falavam pouco por medo, por receio, porque os fanáticos perderam. Mas nunca disseram que o Leodato era um homem ruim. Diziam que só ele tinha pulso pra segurar aquela situação difícil. Ele era um homem de briga, como tinha muitos naquele tempo.

P: Eles falavam das virgens, da Teodora e da Maria Rosa ?

Totó: Não sei. Só lembro que eles falavam que o Leodato andava com uma menina, que o que ela dissesse, ele tinha que fazer. Mas não lembro o nome dessa menina. A gente esquece muito. Naquele tempo, quando o pai falava a gente tinha que ficar bem quietinho ouvindo, era falta de educação interromper os mais velhos, se a gente se metesse na conversa eles lenhavam a gente.

P: Mais alguma coisa o Sr. lembra que eles contavam sobre os fanáticos ?

Totó: Olha, eles falavam muito dentro de casa, mas eu lembro pouco.

Entrevista com João Rupp Sobrinho, 85 anos, Campos Novos, 27/08/1999:

João: Bom, não sei muita coisa dos fanáticos, mas posso falar sobre o meu avô, o Coronel Henrique Rupp. Ele era alemão, não temos muita certeza da cidade em que ele nasceu, alguns afirmam que ele nasceu numa cidade da Bavária, outros falam que ele veio de uma cidade da Checoslováquia, que era habitada por alemães naquele tempo. Ele veio para o Brasil já casado com minha avó Emma, desembarcaram no Porto de São Francisco. De São Francisco ele foi para Jaraguá, trabalhar como escrivão.

P: Ele era agrimensor, não ?

João: Ele tinha curso de agrimensura na Sorbonne, em Paris. De Jaraguá ele foi à Joinville, onde ficou poucos anos. De Joinville ele foi convidado a trabalhar em Lages para a família de Vidal Ramos, que era governador na época [porém, Rupp chega no planalto na década de 1880, quando os Ramos já eram influentes na política, pelo Partido Conservador, mas não era Presidente de Província]. Ele foi grande amigo de Vidal. Em Lages ele fez muitas medições e então ele mudou-se para Curitiba. Teve grande conhecimento com os Coronéis que dominavam a política naquele tempo, como o Coronel Albuquerque, o Henriquinho de Almeida, em Curitiba. Depois de alguns anos Rupp chegou em Campos Novos para se radicar, chegou trazendo mulher e filhos, inclusive meu pai, Ernesto Rupp. Chegaram num cargueiro do tropa, numa comitiva, como se dizia. O meu pai e minha tia vinham cada um em um cesto no lombo de um burro. Era assim que se viajava naquela época. Aqui ele radicou-se e por volta de 1914 ele entrou em entendimento com os fanáticos, apresentou-se como intermediário para negociação, a guerra já tinha começado em 1912, mas ficou séria mesmo em 1914. Ele era amigo tanto dos Coronéis de Curitiba, como dos líderes fanáticos. Quis fazer um acordo para ver se eles se entendiam. Mandou uma carta aos fanáticos [carta de Rupp à Eusébio Ferreira dos Santos, jan. 1914, antes do segundo ataque a Taquaruçu, publicada pelo jornal Diário Catarinense], pedindo para se renderem e negociarem com o governo o que quisessem.

P: Como agrimensor ele devia conhecer muita gente.

João: Sim. Conhecía todas as famílias de Lages, Curitiba e Campos Novos. Não teve êxito a sua interferência e a guerra continuou até 1916.

P: Já estava muito radicalizado o conflito, quando ele tentou mediar.

João: E aquele fanatismo era muito forte, era como o de Canudos, na Bahia. Eles eram tomados de um sentimento religioso muito profundo, acreditavam no fim do mundo.

P: Mas aqui em Campos Novos não chegou a se formar nenhum reduto fanático?

João: Aqui não. Aqui era ponto de saída dos contingentes militares que atacaram Taquaruçu e outros redutos. Porque Taquaruçu ficava bem no limite entre Curitiba

e Campos Novos. Então o conflito aconteceu nas duas margens do Taquaruçu, e lá para o norte, para Canoínhas também.

P: Parece que os fanáticos tinham o controle dos campos do Espinilho também, não ?

João: Sim, o antigo Distrito do Espinilho era todo próximo à divisa com Curitiba, ficou sob controle dos fanáticos, mas não tinham reduto ali. Mas a guerra só terminou dois anos após a tentativa de interferência de meu avô. Mas os dados que eu possuo o Sr. já tem.

P: Uma coisa que me chamou a atenção, na guerra, foi a atuação de seu tio, o Henrique Rupp Jr., ele chegou a defender em juízo muitos líderes fanáticos.

João : Meu tio era irmão mais novo de meu pai e foi Promotor Público em Curitiba. Mas por pouco tempo, ele não se sujeitava à vontade dos Coronéis. Era muito ativo, muito estudioso e muito independente. Ele fez curso de Direito em Porto Alegre, foi colega de turma de Getúlio Vargas. Depois, muitos anos depois eu fui fazer Direito em Porto Alegre, e fui da turma de João Goulart.

P: Eu vi em processos em Florianópolis que Rupp Jr foi advogado de defesa da família Sampaio, de Curitiba, de Paulino Pereira, que tinha briga com o Cel. Albuquerque e que foi também advogado de Conrado Grobbe, do Timbozinho. Mas ele não defendeu o Adeodato, parece que os fanáticos tinham grupos diferentes e que Rupp os tratava diferentemente?

João: Pois é, eu sou nascido em 1914, só sei muito pouco da guerra, de ouvir falar mais tarde. Naquele tempo a política era toda dominada pelos Coronéis, não eram militares, eram patentes compradas. Mas o meu tio [Rupp Jr] como não se agradou de ser Promotor em Curitiba ficou advogando pela região, para todo mundo.

P: Naquele tempo para ser Coronel era necessário possuir muitas terras.

João: Ele tinha que ter terra, mas tinha que ser estadista, tinha que ter uma certa estampa de homem público. Tinha que ser um líder. O Coronel era acompanhado por um séquito, gente que o acompanhava em qualquer emergência, um grupo de proprietários que seguiam cegamente o Coronel, estes traziam seus peões, não bastava apenas possuir terras. Então, quando as eleições eram a bico de pena, já estavam resolvidas antes de acontecer. Cada Coronel e cada fazendeiro já tinha o poder sobre um número certo de eleitores. Só em 1930 o Getúlio fez cair este sistema.

P: O Elias de Moraes, que foi Juiz de Paz em Curitiba, era fazendeiro, tinha uma certa importância na região, mas aderiu ao fanatismo, onde foi um dos chefes importantes. Pois no fim da guerra, quando estavam todos se rendendo, ele tentou se apresentar aqui em Campos Novos, não conseguiu, mataram no caminho, mas certamente ele imaginava que tinha melhores condições de se apresentar aqui.

João: Acho que sim, em minha experiência de advogado sempre vi o criminoso procurar se apresentar em local onde será melhor tratado.

P: O Cel. Albuquerque era muito mal visto na região ?

João : Por frações. O Cel. Albuquerque era inimigo político do Henriquinho de Almeida, e essa inimizade separava Curitibanos em dois grupos. Os Almeida possuíam parentes em Campos Novos.

P: O Cel. Rupp morreu novo, não ?

João : Mais ou menos, acho que ele tinha uns 60 anos. Morreu antes do final da guerra. Ele tem uma origem um pouco misteriosa. Acho que saiu da Alemanha desgostoso, quando aqui chegou não quis ensinar alemão pra nenhum filho. Para ele a Alemanha tinha se acabado.

P: As pessoas que conheceram o Cel. Rupp dizem que ele não tinha sotaque alemão.

João: Falava como um caboclo, não tinha sotaque.

Depois, João Rupp relatou episódios da guerra entre Borgistas e Assisistas no Rio Grande do Sul, em 1923, e da fuga de Assisistas para Campos Novos.

P: O Sr. tem conhecimento da vinda de famílias fanáticas, no final da guerra para Campos Novos ?

João: Olha, ali no Espinilho tem algumas, tem até a família Weber, que veio do rio Marombas e foi para os campos do Espinilho. Eles não são fanáticos, mas são descendentes deste pessoal. É até engraçado, eles tem sobrenome Weber, mas são todos caboclos, alguns até bem morenos.

Entrevista com Laurentino Martins, 97 anos, Caçador. 13/04/2000.

Entrevista realizada em conjunto com o jornalista Cláudio Angelo, da Editora Abril.

Pergunta: Como era a vida nos redutos ?

Laurentino : Eu não fui num reduto, eu fui numa guarda, que era pra cá do reduto [aponta para o sul]. O reduto era em Santa Maria e a guarda era em Caçadorzinho. Quando foi pra minha família mudar-se para o centro do reduto de Santa Maria, nós fugimos campo a fora. E fomos bem recebidos pelo exército. Não nos judiaram, a gente tinha medo que os soldados liquidassem com os prisioneiros.

P: O Sr. estava com a família inteira na guarda ?

Laurentino: É, pai, mãe, irmãos.

P: O Sr. foi batizado no reduto?

Laurentino: Não, eu já tinha sido batizado antes.

P: Por que a sua família foi para o reduto, como foram para lá ?

Laurentino: Lá era perto de onde morávamos, na Serra da Esperança. Os fanáticos estavam indo todo dia ali, e acabamos acompanhando eles. A minha família não foi à força para o reduto, foi por vontade própria, outras famílias vinham à força.

P: O Sr. lembra quando as tropas do governo bateram no reduto ?

Laurentino: Lembro das descargas de canhão, era uma barulheira enorme, tremia o chão. Depois mataram o Leodato, que era um chefe muito ruim. O Leodato jogava crianças para o alto e esperava com uma faca apontada para espetá-las.

P: O Sr. conheceu o Leodato ?

Laurentino: Não, não cheguei a conhecer.

P: Quem chefiava esta guarda?

Laurentino: Não me lembro o nome do chefe, mas ele era aqui da região, de Caraguatá.

P: Na guarda também se fazia forma ?

Laurentino: Fazia. Nós tínhamos um professor que fazia a forma só da piazada. Eram uns 50 piás. Com bandeirinha na mão, a gente gritava os "vivas".

P: Sua família passou dificuldades na guarda, chegou a faltar comida ?

Laurentino: Não porque as crianças ficavam com as mulheres na guarda e os homens iam arrebanhar gado. Nós arrebanhamos nosso próprio gado na Serra da Esperança. O gado arrebanhado era levado à guarda para que todos pudessem comer. Mas foi um tempinho apurado aquele. E o Leodato matou bastante gente.

P: O Sr. viu o Leodato matar alguém ?

Laurentino: Não vi, mas o pessoal falava muito disso.

P: O Sr. perdeu algum parente na guerra ?

Laurentino: Perdi sim, uns primos, e muita gente que a minha família conhecia. Naquela época eu tinha 10 anos, não me lembro muito dos nomes. No reduto tinha muito valentão.

P: O seu pai também combateu junto com os jagunços ?

Laurentino: Ele ajudou um pouco, ele tinha armamento.

P: Depois da guerra sua família voltou pro mesmo sítio ?

Laurentino: Voltamos. Mas tava uma desolação. A casa queimada, paiol queimado, a capoeira tomou conta da lavoura, não tinha mais criação. Naquele tempo os jagunços atacavam todo e queimavam, o que sobrava era queimado pela força do governo.

P: É verdade que o governo mandou prender a imagem de São Sebastião ?

Laurentino: É o que contam, eu não vi, mas prenderam a estatua de São Sebastião.

P: O seu pai falava de outros chefes fanáticos como o Domingos Crespo e o Eusébio?

Laurentino : Do Eusébio sim, foi um dos primeiros chefes fanáticos. Parece que as coisas começaram no terreno dele.

Entrevista com Lauro Costa, Curitiba 27/02/99:

Lauro foi prefeito de Curitiba e amigo da historiadora Zélia Lemos (a quem ajudou em suas pesquisas) é filho do fazendeiro e tropeiro Faustino José da Costa, que era aliado ao Cel. Albuquerque.

Lauro: Eu nasci em julho de 1916. Em fevereiro deste ano tinha terminado a guerra dos fanáticos. Lembro que cresci ouvindo do meu pai, dos empregados, de muita gente, muitas histórias da guerra dos fanáticos. Agora despertou um interesse grande com essas romarias da terra. A Igreja se interessou pelo assunto, mais ainda o pessoal do socialismo, da teologia da libertação. A primeira caminhada da terra foi no Irani, a segunda, em Taquaruçu. Pra falar da guerra aqui em Curitiba tem ainda os filhos do Benedito Chato, que não eram vivos naquela época, mas contam muitas coisas.

Pergunta: Os filhos do Benedito moram aqui na cidade ?

Lauro: Sim, o Orides e o seu Neno. São filhos do Benedito. Eles contam como o pai deles salvou o Frei Rogério que estava sendo ameaçado no reduto. Benedito escondeu o Frei Rogério num paiol. Esperou por um dia para o rio baixar e fugiram, com muito risco. Quando Benedito deixou Frei Rogério na entrada da Vila, o padre lhes fez uma bênção especial, uma graça para eles. Veio o Benedito e o pai dele, o Cyrino. O Frei disse: - *Vocês vão viver muito e não vão morrer de derramamento de sangue !* O Benedito se envolveu em muitas lutas e só foi morrer com 106 anos. Na Revolução de 1930 houve combate aqui, entre os revolucionários, que vinham de Ponte Alta com 180 homens e o piquete do Cel. Almeida, que tinha uns 60 homens na Guarda-Mor. O Benedito ainda era processado pela morte do Cel. Albuquerque, mas ele dizia que não foi ele quem matou. Ele estava na espera, mas quem matou foi o Alfredo Sampaio, que depois foi morto também. Pois neste combate de 1930, os inimigos miraram na cabeça do Benedito, mas acertaram o cavalo. Mais uma vez realizou-se a bênção de Frei Rogério.

P: Então ele tinha o corpo fechado ?

Lauro: É, nunca ia morrer de morte matada. Mesmo assim o Benedito se envolveu em muitas encrências aqui, em Campos Novos e por outras partes. Sempre se escapou.

P: Mas, voltando a guerra ...

Lauro: A Lila [historiadora Zélia Lemos] tinha uma pesquisa, uma busca. Ela estava atrás do paradeiro da *virgem* Maria Rosa. Contam que, no final da guerra, muitas crianças órfãs dos redutos foram entregues ao Prefeito, o Cel. Marcos Gonçalves de Farias. Ele distribuiu as crianças entre muitos fazendeiros e moradores da cidade. O Ortigari pegou uma criança, o Cel. Rodrigo de Haro Varela pegou outra. A Maria Rosa foi dada pra família Bastos, para o Severo Bastos. Isto foi muito difícil para a Lila, porque foi feito um novo registro para a Maria Rosa, só com o nome de Rosa, Rosa Bastos. Muitos dizem que a Maria Rosa morreu na guerra, lutando. Não, ela sobreviveu, foi criada pelo Severo Bastos e casou-se com o Cristiano Westffalen, de Pouso Redondo. A Lila chegou até Pouso Redondo e teve notícia da morte de Maria Rosa, há poucos anos. As filhas dela se revoltaram, não queriam saber de falar nada

sobre a vida da mãe. Depois de viúvo, o Cristiano Westffalen casou com a viúva Marafigo. Hoje Cristiano já está morto e só quem tem pistas das filhas da Maria Rosa é a viúva Marafigo. Mas as filhas da Maria Rosa não querem falar, ficam revoltadas, mas dá pra achar o túmulo de Maria Rosa no cemitério de Pouso Redondo. O túmulo está em nome de Rosa Westffalen.

P: Por que as filhas da Maria Rosa resistem a falar ?

Lauro: Por causa do banditismo. Não querem lembrar. No ano passado aqui morreu um "Par de França", o Sebastião Fernandes, que na época da guerra cortava a facão a cabeça dos inimigos. Pois o Sebastião também não queria falar nada daquele tempo. Ele dizia que não se lembrava, mas na verdade ele não queria falar. O Sebastião Fernandes não aparece nos livros sobre a guerra. Outra coisa que não aparece nos livros é que José Maria, quando foi ao Irani, levou 1.700 pessoas daqui. Depois do combate do Irani, onde morreram José Maria e o Coronel João Gualberto, foi o Chico Ventura quem disse que todos deviam dispersar, voltar para suas casas, mas que esperassem por um ano quando José Maria voltaria a Taquaruçu, acompanhado do "Exército Encantado de São Sebastião". Passado um ano, eles voltaram a se reunir em Taquaruçu. Mas antes, o pessoal que vinha do sul para Taquaruçu, os que vinham de Lages, Otacílio Costa, Campo Belo, rio Canoas, este pessoal todo, antes de ir a Taquaruçu se concentrou aqui nos Cabaças, na fazenda da Cadeia. Era uma fazenda muito grande, do Camargo, que tinha fugido com a família para Palhoça, preocupado com a confusão. Mas os agregados ficaram na fazenda e foram recebendo todo aquele pessoal de Lages que ia para Taquaruçu. Isto quem me contou foi o compadre Domingos, que era menino de 8 anos naquele tempo, mas ele viu mesmo, ninguém contou. Chico Ventura foi aos Cabaças apanhar este pessoal para levar a Taquaruçu. Ele aproveitou e levou uns 200 bois criados da fazenda. Os jagunços estavam muito fortes e muito organizados. Tinham convicção de que ganhariam a guerra.

P: O Praxedes participou disto ?

Lauro: O Praxedes era negociante lá [em Taquaruçu]. Mas isto tinha muita política. O Cel. Henrique de Almeida morava lá perto e o Cel. Albuquerque estava aqui em Curitiba, eles eram adversários políticos. No grupo de jagunços e fanáticos tinham muitos que iam conferenciar com o Cel. Almeida. Bom, mas quando chegou uns cargueiros [mulas] com mercadorias para Taquaruçu, cargueiros que eram do Praxedes, o Albuquerque mandou prender, dizendo que ali tinham armas. E parece que tinham mesmo. Mas o Praxedes era amigo do Albuquerque e logo pensou que resolveria esta confusão falando com o Cel. diretamente. Quando o Praxedes chegou, o Albuquerque o recebeu na rua dizendo : - Olá, compadre ! Mas o negro André, um capanga do Albuquerque, pimba, deu um tiro no Praxedes. Isto aumentou muito a confusão, daí os fanáticos, como vingança, prometeram queimar Curitiba, como fizeram depois. Depois da guerra os filhos do Praxedes continuaram a vingança contra os familiares do Albuquerque, e todos morreram de morte matada, dos dois lados.

P: E o Paulino Pereira ?

Lauro: Eu conheci muito o Dinarte Brasil, que era filho do Paulino Pereira. O Paulino também era amigo de meu pai. Teve um tempo, quando eu estava na Prefeitura [década de 1950], que o Dinarte queria muito que eu colocasse o nome do pai dele numa rua. Mas um fiscal da Prefeitura, até era parente do Dinarte, não deixou, disse que não se podia dar nome de rua a quem tinha invadido a cidade com os jagunços. Eu nem toquei mais no assunto.

P: E a família Sampaio, como foi para os redutos ?

Lauro: Não foi a família inteira. Foram 4 Sampaio: o João Maria, o Gregório, o Duarte e o Marcos. Eles eram jovens, uns já eram casados. O Marcos morreu de febre no reduto e os outros três o Leodato matou. O Leodato os matou porque ficou sabendo que eles planejavam fugir do reduto. Parece que queriam voltar para a fazenda deles, porque não agüentavam mais a fome. O Marcos morreu de doença, mas era muito violento.

P: Não foi o Marcos quem foi defendido pelo Rupp Jr num processo ?

Lauro: Sim, foi pela morte do soldado Leite. Mas aí tinha mais política. O Cel. Rupp, de Campos Novos, era muito amigo do Cel. Almeida, não se dava com o Albuquerque. Os Rupp torciam para os fanáticos, eles não eram fanáticos, mas queriam que os fanáticos derrotassem o Albuquerque. Quem fez isto também foi o Nenê Alves, que era presidente do Conselho Municipal. Nenê tinha uma fazenda nos Cabaças e aderiu aos fanáticos. Esse sim, o Nenê virou fanático pro resto da vida. No fim da guerra o Albuquerque foi fazer uma visita de cortesia pra ele, mas ele se meteu no mato e não quis falar. Depois da guerra, nunca mais o Nenê Alves quis falar com qualquer pessoa de fora de sua família. Ele morreu fanático.

P: O senhor ouviu falar do Sergílio Paes de Farias ?

Lauro: Acho que Sergílio era tio do Chico Ventura, ou irmão, não lembro direito. Ele era casado com a dona Júlia Weber.

P: O que houve no final da guerra com os jagunços, mataram muitos ?

Lauro: Mataram quase todos. Tinha muitos bandidos com o governo. O Bialo Ventura, o Coletti. Eles pegavam os fanáticos, fracos e esfomeados, e matavam. O meu pai, Faustino José da Costa, foi embora para Lages e, quando a coisa ficou perigosa por lá também, foi para Palhoça, como nosso vizinho Camargo. Só voltou quando tudo estava calmo.

Entrevista com Manoel Jungles, 87 anos, Canoínhas, 8 de Julho de 2000:

Manuel pertence a família de antigos moradores da região de Canoínhas e, por muitos anos, trabalhou na *Brazil Lumber and Colonization*.

Manoel: Nasci em 1913, bem no começo da guerra dos fanáticos. Como estou muito velho, você deve me desculpar, porque lembro de pouca coisa. Das coisas da guerra eu só lembro o que o meu pai contava, meu pai se chamava Joaquim Paulino Jungles e meu avô, Manoel Jungles. Mas meu pai e meu avô não participaram da guerra, eles fugiram da região nesta época. Foram para Rio Negro [PR], onde se achavam mais seguros.

P: O que o seu pai contava sobre o começo da guerra dos fanáticos ?

Manoel : Meu pai falava muito, tínhamos muitos parentes nos redutos. O Aleixo Gonçalves era tio de meu pai, a irmã de Aleixo era a minha avó. O Aleixo era um mandão lá nos redutos, depois veio o Leodato. O Leodato matou o Aleixo, e muitos outros, por que tinha medo que outros chefes ocupassem o lugar dele. O Leodato foi o carrasco dos redutos. Tinha uma equipe própria, uns capangas, roubavam gado dos fazendeiros e matavam até o pessoal deles nos redutos.

P: O Aleixo tinha terras, não ?

Manoel: Tinha muitos terrenos, mas tinha a família muito grande, muitos filhos. Não sei muita coisa deste lado da família.

P: O Sr. trabalhou na *Lumber* ?

Manoel: Sim, comecei lá com 16 anos e me aposentei 42 anos depois. Eu era fiscal florestal. Trabalhei por toda esta região norte de Santa Catarina, em Felipe Schmidt [estação do ramal ferroviário P. União – São Francisco], em Calmon e toda parte por aqui. Como fiscal florestal eu trabalhava por toda a parte, acompanhando o abate de árvores. A *Lumber* puxava grandes toras de madeira (pinheiros, imbuia, peroba, angico) através de ramais de estrada de ferro que eram construídos mato a dentro, nestes ramais entravam locomotivas levando guindastes e fortes correntes de mais de 100 metros, de lá as toras eram içadas para composições de trem e levadas para a serraria de Três Barras ou de Calmon. Depois a *Lumber* foi vendida para os argentinos da Del Canari, e uma parte o governo encampou na época do Getúlio

P: E eram os americanos que mandavam mesmo ?

Manoel : A Companhia era inglesa, de capital inglês, mas a administração era tocada por diretores americanos. A *Lumber* era de propriedade da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, que hoje está desativada. Os diretores eram americanos, os engenheiros eram brasileiros, tinha um chefe brasileiro, o João Pacheco.

P: Este era da família do Benvindo Pacheco ?

Manoel: Sim. Era o João Pacheco. Os trabalhadores eram imigrantes poloneses e russos do Paraná e muita gente daqui.

P: Contam que a *Lumber* tomou a força muita terra do pessoal que morava aqui. Isto aconteceu ?

Manoel: Eu não vi. Ela [a *Lumber*] comprava direitinho. O que acontecia é que muita gente tinha sítios sem escritura, eram posseiros. A *Lumber*, quando fazia o contrato de abate de madeira, levava topógrafos que mediam o terreno e regularizavam a propriedade destas pessoas. A *Lumber* legitimava as propriedades e reservava os pinheiros para ela.

P: Mas isto foi depois da guerra ?

Manoel: Sim. Isto tudo eu acompanhei. Depois da guerra a *Lumber* agiu direitinho por aqui. Eu trabalhei muito nas estações de Paciência e Jararaca, que hoje se chama Felipe Schmidt. Hoje cada estação virou uma cidade.

P: E como era esta região na guerra, o que os seus pais contavam ?

Manoel: Meu pai se escondeu com meu avô. Tiveram prejuízo, perderam algumas vacas. Meu avô era tropeiro, vivia fazendo comércio entre Papanduva e Joinville. Quando era piá, acompanhei meu avô em algumas viagens, eu era madrinheiro, ia na frente montado na égua madrinha que era seguida pelos cargueiros [mulas]. Meu pai era aleijado, tinha um problema no pé, só andava a cavalo, então eu ia ajudando o meu avô. Os jagunços queimaram a casa dos meus pais.

P: Mas mesmo ele sendo parente do Aleixo os jagunços atacaram ?

Manoel: O Aleixo não estava na região. Ele estava lá para os lados de Curitiba. Foi um outro grupo que atacou. Deve ter sido um piquete mandado pelo Leodato, que era terrível. O Leodato era muito violento, quem ele suspeitava estava perdido, ele matava na hora, na frente de todos. Meu pai falava que no fim, quando não tinha mais o que roubar e estavam cercados pela polícia, eles passaram muita fome. As famílias e as crianças nos redutos sofreram muito. Depois, quando terminou, as famílias se apresentaram. Meu pai contava que era um bando enorme de mulheres, crianças e velhos, todos liquidados, famintos e aos farrapos.

P: E os seus parentes que foram para os redutos, sobreviveram ?

Manoel: Sim. Dos Jungles não sei se foi algum para o reduto, mas os Gonçalves, pelo lado do Aleixo, foram muitos. Alguns sobreviveram, mas ficaram por muito tempo no mato depois da guerra.

P: Seu pai falava do Antônio Tavares ?

Manoel: Ele falava de um Tavares, não sei se era Antônio. Parece que era um dos chefes. Meu pai era professor, ele falava alemão e ensinava, eu e os criados do meu avô, em alemão.

P: O senhor ainda fala alemão ?

Manoel: Não, agora eu esqueci.

P: De onde vem sua família ?

Manoel: O meu avô era nascido aqui, mas o meu bisavô era da Alemanha e veio para Joinville. Vieram ele e a irmã. Meu bisavô veio para Papanduva e casou com uma bugra. Meu avô casou com uma irmã do Aleixo.

P: O Aleixo tinha problemas com a *Lumber*, não é ?

Manoel: Sim, desde que a *Lumber* chegou em Três Barras. No começo o pessoal do local apoiou. Trabalharam na construção da estrada de ferro até a *Lumber* chegar, em 1909 ou 1910. Aí no começo, os primeiros chefes da *Lumber* eram abusados, o que revoltou o pessoal da região. Eu conheci alguns chefes. O Williann Mackenzie era uns dos primeiros chefes. No meu tempo mandava o Weinmeister. Tinha também o Jaime Bishop. Eles eram americanos.

P: Eles falavam em português com o pessoal ?

Manoel: Sim, eles aprenderam português. Tinham também alguns engenheiros e agrimensores americanos, outros engenheiros eram brasileiros. Os feitores de turma eram brasileiros.

P: Quantos trabalhadores tinham em cada turma ?

Manoel: Eram uns 15, que trabalhavam por diárias. As turmas construíam linhas de ramais para estrada de ferro, mato a dentro, para a locomotiva com guindaste poder puxar as toras. Era um trabalho pesado. Tinham também turmas só de corte de árvores.

P: Onde conseguiam tantos trabalhadores ?

Manoel: Pela região daqui. Do Paraná também. Eram brasileiros, polacos e russos. E os caboclos da região também. Os feitores tinham muitas funções: tinham feitores de construção de linha, feitores de abate de árvores, feitores na serraria. E tinham muitos maquinistas. Os feitores dirigiam o serviço e anotavam as horas de trabalho das turmas. No fim do mês vinha um pagador especial que pagava as turmas no mato. Vinha já com o salário certo num envelope. A *Lumber* era muito honesta. Eles faziam lá os negócios deles, mas cumpriam as combinações.

P: Eles tinham um corpo de segurança também ?

Manoel: Tinham. Tinham guardas de turmas. Cada turma tinha um cozinheiro, um ajudante de cozinheiro e um guarda que cuidava do acampamento. A *Lumber* tinha um hospital também. A *Lumber* tinha armazéns de fornecimento onde a gente usava vales. Se precisasse de alguma coisa antes do salário chegar, era só ir ao escritório e pedir um vale.

P: O armazém era caro ou os preços eram normais ?

Manoel: Era normal. Eu trabalhei para a *Lumber* em muitas estações: Paciência, Jararaca, Paula Pereira, Valões e outras. Nestes lugares a *Lumber* fazia contrato de abate com os moradores e legitimava suas terras.

P: A *Lumber* se interessava pela madeira, não pela terra ?

Manoel: É, a *Lumber* fazia contrato para exploração de madeira e ajudava os colonos. A *Lumber* pagava direitinho pela madeira, o colono ficava com o dinheiro e a terra.

P: Dizem que naquele tempo o pinheiro valia mais que a terra, é verdade ?

Manoel: Eu não sei. Acho que sim, porque naquela época a terra não valia nada.

P: Como é que começou a guerra dos fanáticos ?

Manoel: Isto começou com o João Maria, que fazia aquelas coisas religiosas. Ele reunia o povo, aconselhava as pessoas. Respeitavam muito ele. Plantavam cruzeiros onde ele pousava. Acreditavam muito nele. Mas no tempo do fanatismo não era mais o João Maria, foi o José Maria quem fundou os redutos, mas fez isto em nome de João Maria, que chamavam de santo, São João Maria. Foi assim que começou.

P: Se eles estavam só rezando, então o governo não precisava atacar ?

Manoel: É, não sei. O meu pai falava que era questão de terras entre Paraná e Santa Catarina. Hoje isto já é resolvido. Aqui o Iguaçu e o Negro fazem a fronteira até União da Vitória. Esta cidade foi dividida pela linha de trem, formando Porto União. Mas meu pai dizia que a guerra aconteceu pela questão de terras. Naquele tempo ninguém tinha terra legítima, era tudo posseiro. O sujeito chegava, plantava, construía, fazia rancho e era dono do lugar. Daí a *Lumber* entrou ali e começou a legitimar estas terrinhas, fez isto para explorar as madeiras. A *Lumber* só abatia toras com mais de 7 polegadas, pinheiro e imbuía, o resto deixava. As madeiras eram exportadas pelo Porto de São Francisco. Teve um tempo que a *Lumber* passou a usar serrarias por empreitadas, em outras estações, que já embarcavam as tábuas para exportação. A *Lumber* sempre agiu direitinho.

P: Nunca houve uma greve ?

Manoel: Não. Depois a *Lumber* foi encampada pelo governo, na época do Getúlio.

Entrevista com Maria da Conceição Correia, 97 anos e meio, Canoínhas, 14/11/1998:

Filha de agricultores do interior de Canoínhas, Maria da Conceição fugiu com sua família para o Paraná no início da guerra. Ela faz questão de dizer que tem 97 anos e “meio”.

Maria: Por aqui os jagunços viviam iludindo e enganando as pessoas para elas irem ao reduto. Alguns foram assim, foram convencidos. Outros foram levados à força. Eu lembro que morava aqui em Canoínhas, a cidade foi atacada, minha família teve que fugir de um sítio aqui perto, com a roupa do corpo. Fugimos para o Paraná e só voltamos no final da guerra. Isto aconteceu quando eu estava com meu pai e minha mãe debulhando milho em nosso sítio. Ouvimos um barulhão, eram os jagunços atirando e dando “vivas”. Os jagunços queriam levar meu pai. Mas minha mãe deu gado e muito sal para os jagunços não levarem o meu pai. Quem não obedecesse a ordem dos piquetes dos jagunços, eles matavam. Foi minha mãe quem salvou nossa família, ela não deixou os jagunços levarem o meu pai, não deixou o pessoal do governo levar meu pai também. Naquele tempo o governo também pegava gente à força para virar soldado.

Pergunta: Qual é o nome de seus pais ?

Maria: José Correia dos Santos e Júlia de Assis Krailing. Aqui em Canoínhas os fanáticos chegaram na barranca do rio [Água Verde], tirotearam contra a cidade muitos dias. Naquele tempo muita gente fugiu atravessando o rio [Negro] para o Paraná. Os sítios e as casas que ficavam para trás eram destruídos e incendiados pelos fanáticos. No final da guerra, quando voltamos era uma tristeza só. Tivemos que começar tudo de novo, partir do nada. Perdemos toda a lavoura e a criação inteira, a casa foi queimada. Meus primos lutaram junto com o governo, o governo começou a juntar muita gente para lutar contra eles.

P: No final da guerra, as coisas se acalmaram por aqui ?

Maria: Os jagunços até quase o final ficavam escondidos no mato atacando Canoínhas. Depois começaram a se apresentar, vinham muito magros, doentes, quase sem roupas, esfomeados. Muitos morreram de fome. Mas eu não lembro muita coisa.

P: Muita gente da cidade participou do movimento dos jagunços?

Maria: Aqui da cidade não, os daqui foram atacados pelos jagunços. Na bandeira dos fanáticos, que era branca, com uma cruz verde, tinha a inscrição SJSD, que queria dizer São Jobes Segundo Deus.

P: São Jorge ?

Maria: São Jobes, era um Santo inventado por eles. Os fanáticos também eram debochados, quando eles cercavam Canoínhas, davam “vivas” e “morrás” só para deixar todo mundo aterrorizado. Aqui eles até embalavam o canto:

Viva São João Maria

Viva São Sebastião

Viva o Pinheiro Machado

Que nos dá munição !

Eles diziam isso porque quase toda a munição deles era tomada do governo [sendo o senador Pinheiro Machado identificado com o governo federal]. Os jagunços usavam um chapéu branco de palha, bem grande. Mas meu pai conheceu o São João Maria de verdade.

P: Ele passava aqui em Canoínhas ?

Maria: Sim, era bem antes da guerra dos jagunços. Foi antes do meu nascimento.

P: E o que o seu pai contava do João Maria ?

Maria: Contou tudo para o meu pai. E tudo o que ele contou aconteceu mais tarde, só não ficou escuro ainda, São João Maria dizia que um dia tudo ia ficar escuro. Falou nas guerras, nas doenças, mas dizia que o mundo não ia se acabar, só ia ficar escuro três dias. Mas eu não lembro muita coisa.

P: Quantos irmãos a Sra. teve ?

Maria: Tinha 6 irmãos. Depois da guerra, nós atravessamos o rio de volta e fomos para Anta Gorda, que fica perto de Paula Pereira, onde existia o nosso sítio. Meu pai foi muito ajudado pelo cunhado dele, para começar tudo de novo. Os jagunços tinham acabado com tudo. O meu primo, que lutou com o governo, matou alguns jagunços, que vinham armados de *winchesters*. Quase que meu primo morreu.

P: A Sra. ouviu falar do Bonifácio Papudo?

Maria: Sei que era chefe jagunço, mas não sei muito, nós tivemos que fugir para o Paraná e, depois, quando os adultos falavam sobre a guerra, não contavam pras crianças, a gente só ficava espiando as conversas. Diziam que o Papudo tinha uma papada tão grande que dava para jogar nas costas, diziam que aquele papo era para comer crianças. Tem muita coisa que eu não me lembro.

A seguir os filhos de Maria Conceição, Joana Koplas e Manoel, contam algumas coisas que eram faladas por sua mãe e, inclusive, declamam algumas décimas ditas pelos fanáticos:

Dizia um jagunço aos soldados, depois de ser capturado num canavial:

Forte esquadrão

Forte Tenente

Cada pé de Cana é um pé de gente!

Tinha a reza de Santa Maria, [provável ironia ao fato de Adeodato ter matado seu padrinho]:

No Reduto de Santa Maria

Se tu visse teu padrinho

Já sabia o que fazia

Tirava o chapéu numa lambada

E trazia na pontaria !

Os "fanáticos" matavam qualquer um, mesmo se fosse padrinho.

Outra coisa que a mãe contava é que tinha um jagunço, Bastião Romão, que tinha roubado a batina de um padre, e ficava rezando no reduto, fingindo que era padre. Mamãe diz que São João Maria não morreu, vive ainda no morro do Taió, tem uns 190 anos. Nós tínhamos muito medo de um antigo jagunço, o Gino Rodrigues, que era nosso vizinho, a mãe contava que durante a guerra ele degolava mulheres e crianças. O Gino dizia que degolava estas pessoas porque elas estavam passando fome, era por misericórdia. Depois da guerra este homem levou uma vida normal, mas todos tinham medo dele. Eles passaram uma fome braba nos redutos. Chegaram até a comer cachorro.

P: Mas eles não plantavam em volta dos redutos ?

Filhos de Maria: Que nada, a mãe sempre dizia que os jagunços se achavam os seguidores de São João Maria, que tinha o poder de multiplicar os alimentos. São João Maria fazia um cozido pequeninho e alimentava um batalhão inteiro, os fanáticos achavam que tinham este poder, mas não tinham nada. Viveram arrebanhando e roubado o gado no começo, depois que faltou comida, passaram fome. Dizem que comeram até o cavalo do Leodato.

Entrevista com Nonésia Carneiro Driessen, em Caçador, 12/06/98:

Dona Nonésia tinha 2 anos de idade quando São João de Cima foi atacada pelos caboclos:

Nonésia: "Tudo começou com o João Maria, foi ele o primeiro a aparecer em São João de Cima, era um monge.

P.: As pessoas dizem que era Santo.

Nonésia: Santo de jeito nenhum, era um jagunço de cruz na testa! Depois que ele foi embora não levou uns trinta dias e veio o jaguncedo. Nós , a família Carneiro, morávamos em São João de Cima. Veio o aviso de que eles vinham bater naquele dia.

P.: Eles avisaram que iam atacar ?

Nonésia: Avisaram um dia antes, aí foi uma correria, como naquela época não tinha carro, todo mundo só andava de cavalo, foi uma correria. Papai tinha 4 filhos, todos pequenos, eu tinha 2 anos. Pois foi o tempo de encilhar os cavalos, colocar as crianças em cima e ir para Calmon, onde tinha uma estação de trem. Daí quando nós chegamos, pegamos um trem de carga, nem era trem de passageiros. E o povo inteiro de São João de Cima que conseguiu escapar foi assim, correndo para o primeiro trem só com a roupa do corpo, deixando tudo para traz. E os jagunços vieram mesmo. Tocaram fogo nas casas, queimaram tudo, o que havia de mantimento eles levavam. Banditismo mesmo!

P.: Por que eles faziam isso ?

Nonésia: Mas era um ataque de banditismo, de jaguncedo. É como estão esses sem-terra hoje. Fazem um círculo e depois atacam. Naquela época, em São João só uma casa não foi incendiada, a do meu tio José Hermelindo, conhecido como Zeca Hermelindo. Na casa dele, que ficava na campina, ele deixou tudo dentro na hora do corre-corre. Deixou uma folhinha com a imagem de Nossa Senhora atrás da porta, e pediu para Nossa Senhora que acudisse a casa dele, que não deixasse os jagunços queimar. Foi uma coisa incrível. Entrou o jaguncedo por lá, tentaram atear fogo no assoalho da casa, mas não conseguiram. Foi a única casa que escapou. O gado eles comeram tudo, não ficou nada, nada. E depois veio a Força e o primeiro combate que eles fizeram, morreu o Capitão Matos Costa. Aí a Força recuou pra traz e pediram reforço porque era muito jagunço.

P: Essas famílias que escaparam pelo trem, para onde foram ?

Nonésia: Foram todos para Porto União, mas aquele trem quase não podia andar. Empilhou dum jeito que as pessoas não conseguiam se mexer lá dentro. Mas foi assim que as famílias do meu pai e de minha mãe conseguiram se salvar. Papai, mamãe, agregados e camaradas, foi uma correria, as crianças iam em cima dos cavalos. Conseguimos escapar por pouco, arranhando. Depois a região ficou por muito tempo na mão do jaguncedo, minha família só voltou em 1915, e quando chegaram de volta não encontraram nada, o capim tinha dois metros de altura - onde o gado comia baixinho, cresceu uma barbaridade, a criação - gado, porco , galinha -

tudo tinha sido comido pelos jagunços. Na saída não lembro direito porque só tinha 2 anos, mas na volta eu era maiorzinha e lembro que nem passarinho - nem curucaca, nem quero-quero - a gente escutava, os jagunços comeram tudo. Não criavam e nem plantavam nada, os jagunços só comiam aquilo que achavam pronto, se não achassem nada, passavam fome mesmo. O pai teve que botar fogo naquele capim pra começar tudo de novo, começar a formar pastagem, lavoura, fazer a casa de novo. Foi uma chegada de tristeza de ver que situação estava tudo. Papai trouxe uma barraca para abrigar a família enquanto reconstruía a casa.

P.: A senhora teve algum parente que participou dos combates ?

Nonésia: Não, toda a minha família pegou a linha de trem, alguns ficaram em Porto União até o final da guerra, eu e meus pais ficamos em São Mateus do Sul, no Paraná, onde já moravam outros parentes nossos. Esperavam que normalizasse tudo para poderem voltar.

P.: E quem comandava os jagunços ?

Nonésia: Tinha o Francisco Alonso , mas o principal chefe do jaguncedo era o Leodato. Esse Leodato pegava as crianças que nasciam no meio deles, jogava para o alto e esperava com uma espada. As crianças maiores ele colocava em fila e passava com o cavalo por cima várias vezes até matar todas. Mas graças a Deus que ele não foi longe, tiraram o couro dele!

P.: A senhora conheceu alguém que viu Leodato fazer isso tudo?

Nonésia: Pois essas histórias foram contadas por pessoas que viram isso tudo. Era uma coisa horrível! Me lembro quando chegamos de volta, foi uma tristeza. Antes de tudo isso acontecer minha família era rica, tínhamos talheres de prata, o selim de montaria de minha mãe era decorado com ouro e marfim, ela tinha chinelo de prata, por sorte essas coisas não derreteram no incêndio da casa.

O que sobrou do jaguncedo ficou escondido pelo mato morrendo de fome, mas com medo de serem pegos pelos fazendeiros. Lembro que meus primos pegaram uns cachorros e foram voltar pelo mato, acharam 4 jagunços, dois homens e duas mulheres, estavam famintos e esfarrapados, de tanto passar fome tinham perdido os cabelos, não tinham mais nem roupas, estavam nus. Ai os fazendeiros prenderam eles e levaram lá para Matos Costa. Onde o exército bateu nos jagunços morreram muitos, foi de branquear osso. Morreram muitos nas Perdizinhas."

Neste momento a depoente insiste em afirmar que a situação dos sem-terra hoje é semelhante à ofensiva cabocla do Contestado.

Entrevista com Raulino Correia de Souza, Lebon Régis, 27/02/1999:

Com 92 anos, Raulino, também chamado de Vítor, viveu nos redutos com sua família.

Pergunta: O senhor viveu em qual reduto ?

Raulino: Em Caraguatá, depois fomos para a serra de Santa Maria, para São Pedro e para o Timbó. Me recordo de uma passagem, lá na serra de Santa Maria. As forças do governo estavam em cima, numa campina e a guarda dos fanáticos segurava a força do governo na entrada do mato, para não deixar entrar no reduto. Junto com a guarda dos jagunços estava a Maria Rosa, que era virgem do Leodato. Era noite alta, mas não meia noite ainda, quando se ouviu uma grande explosão, cabrum ! Maria Rosa procurou seus irmãos da guarda e perguntou quem era voluntário para subir até a campina e combater os *peludos*. Os fanáticos se chamavam de *irmãos*, como fazem os crentes hoje, e chamavam o pessoal do governo de *peludos*. Mas o pessoal da guarda estava com medo de subir até a campina, ninguém quis acompanhar a virgem, até que ela pegou um homem que foi, o Adolfo, meio a força, com uma *winchester* embalada para chegar na campina. Pois que chegaram lá e viram que o acampamento do governo estava destruído, era sangue pra tudo que era lado, mas não viram corpos dos soldados. Nisso a virgem gritou: *Quem destruiu o acampamento dos peludos foi o Exército Sagrado, que desceu do céu e acabou com eles!* Depois outros subiram e viram também a destruição. Eu mesmo lembro de ouvir o barulho do fogo lá de cima da campina. O Adolfo, que viu tudo isto e me contou era um homem sério, não era de inventar.

P: O senhor conheceu a Maria Rosa ?

Raulino: Conheci. Ela era bem nova. Era bonita. Na época eu era piá, tinha uns 10 anos.

P: O senhor conheceu o Leodato?

Raulino: Muito. Lembro muito do Leodato. Teve uma época que o Leodato passou a matar gente de dentro do reduto. Ele aproveitava quando estava todo mundo em fila e contava um, dois, três e pimba, matava quem vinha no próximo lugar. Teve um tempo que faltava munição para matar, daí tinha que ser feito a faca. Lembro da Jesuvina, uma mulher que o Leodato mandou degolar. Ela foi degolada e o corpo foi jogado pra fora do reduto, quem era executado não era enterrado, ficava apodrecendo. Pois passou três dias e viram que a mulher estava sentada numa pedra, passou nove dias e viram que ela ainda estava viva. Daí contaram para o Leodato. Ele mandou que buscassem a mulher, que veio com a garganta aberta, mas veio caminhando sozinha. Leodato se impressionou e mandou que as mulheres cuidassem dela. Deram água e uma garapinha, mas não adiantava, ele bebia pela boca e todo escorria pela garganta aberta. Daí resolveram amarrar uns panos no pescoço dela, funcionou. A mulher acabou se curando. Isto eu vi, ninguém me contou. Essas coisas aconteciam nos redutos, algumas vezes Deus não deixava as pessoas morrerem.

P: O senhor foi batizado nos redutos ?

Raulino: Sim, eu já era batizado antes da guerra, mas no reduto eu e minha família inteira fomos batizados pelo Domingos Crespo. Ele era um homem muito importante no reduto, vivia junto do Leodato. Teve uma vez que o Domingos Crespo chamou todos os adultos do reduto, dizendo que tinham que mostrar todo o dinheiro que tinham para os chefes, para benzerem o dinheiro. Lembro que depois de benzer o dinheiro os chefes ficavam com a metade. Eles fizeram isso numa *forma*.

P: Como eram as *formas*:

Raulino: Eles juntavam todas as pessoas do reduto, homens, mulheres e crianças, e ficavam dando vivas a tudo que é tipo de santo: “Viva São Sebastião”, “Viva Santa Maria” e assim por diante. Todo dia de manhã se fazia *forma*.

P: E perto do reduto, tinha lavoura, criação, essas coisa pra sustentar tanta gente ?

Raulino: Nada. No reduto a gente voltava pros nossos sítios para colher o que fosse possível e pegar algum animal desgarrado. Depois, mais tarde o que funcionava mesmo eram os piquetes que iam pra cima das fazendas para arrebanhar gado. Me lembro que no começo as pessoas comiam muito nos redutos, mas depois foi diminuindo, diminuindo, até vir a fome mais braba. No fim, quando conseguiam uma ou duas rezes para matar pra todo aquele povo, as crianças cercavam o animal abatido e comiam até as tripas quentes, ficavam até com a cara manchada de bosta.

P: Mas no começo era bom ?

Raulino: No começo era muito bom, tinha fartura. Depois de abatidas as rezes se fazia um varal de carne. Daí as pessoas iam lá com calma e cada um pegava seu pedaço. Neste tempo não tinha preocupação. Depois, quando a coisa começou a apertar, as pessoas, quando tinham alguma comida escondiam um dos outros, enterravam até. Escondiam até dinheiro. O Leodato, que tinha um baú cheio de dinheiro deixou enterrado em algum lugar. O Adolfo Simão enterrou para o Leodato. O Adolfo era capanga do Leodato. O baú tinha mais de um metro de altura e estava cheio de ouro e prata. Ele fugiu apurado, não levou o baú. Até hoje tem gente atrás do baú do Leodato. O Leodato tinha o espírito do diabo no corpo.

P: Era tão mal assim ?

Raulino: Era muito mal. O bicho estava no corpo dele. Todo mundo tinha medo dele.

P: Mas não tinha gente que gostava dele ?

Raulino: Nada. Uma vez o negro Germano quis matar o Leodato.

P: E o Leodato não era negro também ?

Raulino: Não, o Leodato era caboclo, meio escuro, meio claro. Pois o negro Germano quis matar o Leodato, mas o Leodato já estava sabendo. Tinha uns 25 clavineiros já preparados, de fuzil na mão, para proteger o Leodato.

P: Este eram os Pares de França ?

Raulino: Era, mas quando o negro chegou perto da casa do Leodato só se ouviu uma enorme descarga, caiu o negro e a mula que montava, mas o rapaz que atirou ficou com medo, subiu o morro até o alto para se esconder. O Leodato mandou buscar, acharam e ele mandou soltar dizendo que este rapaz, o clavineiro que matou o Germano, era afiliado do senhor João Maria.

P: Me fale mais sobre o seu padrinho, o senhor Domingos Crespo :

Raulino: Eu só conheci no reduto. Antes eu já tinha sido batizado pelo padre e pelas autoridades, quando era bem pequeno, o meu primeiro padrinho também se chamava Raulino. Mas eu nunca conheci ele.

P: O senhor conheceu o Chiquinho Alonso ?

Raulino: Conheci. Mas não me lembro direito. Não, não conheci. Só me lembro que o Leodato ficou com a mulher deste. O Leodato matou a mulher dele e ficou com a do Chiquinho. Parece que ela era comadre dele. A mulher do Chiquinho não era feia, mas a que ele matou era mais bonita ainda. Meio morena, mas bonita. Cabelo comprido, bem preto.

P: O senhor conheceu a Teodora ?

Raulino: Acho que conheci, mas como era pequeno não consigo lembrar direito.

P: E o Elias de Moraes, o senhor conheceu ?

Raulino: Este também lembro que falavam muito, mas não lembro. Lembro do Cipriano Dias, um compadre do meu pai, quando estávamos no reduto de São Pedro, Leodato mandou matar ele.

P: Por que ?

Raulino: Não tem explicação. O sujeito estava quieto, mas era só o Leodato cismar com alguém que não tinha jeito, tava perdido. Aquele tinha o diabo que mandava. Muitas vezes matava debalde[sem motivo].

P: E o final da guerra como foi ?

Raulino: Bom, daí bateu a força lá e o pessoal não tinha mais munição, tinha muita fome. Primeiro veio o barulhão da fuzilaria da força. Foi uma correria daquele povo. Eu me lembro bem porque minha família estava toda numa parte mais longe de onde começou o ataque. Deus o livre, tinha uns parente correndo, todo mundo gritando que era hora de se escapar. Eu não conseguia correr direito, mal conseguia ficar de pé de tão fraco que estava. E ainda por cima vestia um pala pesado que a mãe me deu. Daí aquele povo todo passou a varar o rio Timbó, que naquela altura do reduto era um rio muito grande, tinha uma cachoeira. Eu ia ficando pra trás. Pinchei[larguei] o pala . Como estava todo mundo varando o rio naquele lugar, eu resolvi descer mais um pouco, costeando o poço mais fundo do rio, andei umas 25 ou 30 braças [50 a 60 m] pra baixo. Naquela hora estava sozinho, me agarrei em Deus, resolvi varar o rio bem no meio do poção onde era mais fundo. Fui indo, fui indo, acho que estava tão leve

que por isso não afundei. Cheguei na outra margem estava a minha mãe me esperando.

P: O exército prendeu estas pessoas do reduto ?

Raulino: Prendeu uns, matou outros tantos. Matavam, também junto com o povo do governo tinham uns bandidos, não é ? O pessoal do governo roubou tudo que os jagunços deixaram nos seus sítios, nas suas casas. Tudo : criação, porco, ovelha, tarecos de casa. Um parente meu foi visitar o sítio dum vaqueano do governo. O homem ficou rico com a guerra. Chegando na casa dele ele viu uma porcada enorme e reconheceu muitos porcos dele que estavam na casa deste sujeito. Reconheceu o sinal dos porcos dele no meio da porcada do outro. O sujeito ficou quieto e no outro dia foi dar queixa ao Coletti [Subdelegado de Santa Cecília do Rio Correntes], que reuniu um bando de capangas e matou o meu tio que já tinha sido roubado. Ele era um homem bom, trabalhador, sem culpa, cuidava da família. Foi só ele achar seus porcos a razão para ser morto. O que roubou ainda foi fazer queixa. As coisas ficaram muito difíceis no fim da guerra. Dizem que no lugar que ele foi morto até hoje se ouvem gritos na noite. Os Grenn contavam que sempre ouviam este grito.

P: Na época da guerra, da sua família, morreu alguém ?

Raulino: Não graças a Deus. Morreu só um pequenininho de sarampo, quando chegamos lá. Nem dois anos ele tinha. Meus irmãos maiores se salvaram todos, não morreu nenhum. Quem se deu mal também foi o Coletti, que perdeu dois filhos no filho da guerra. Ele era bandido do governo, mas se meteu em muitas brigas e perdeu seus filhos em tiroteios. Uma filha dele morreu com um corisco, um raio no meio do campo. Isso foi um castigo por tudo que ele fez. Depois de morto até abriram a tumba do Coletti e arrancaram os dentes de ouro do homem.

P: Me disseram que teve uma época que faltou comida e sal nos redutos, como ficou a vida lá ?

Raulino: Ficou muito difícil. O sal faltou desde o início, até nos acostumamos a viver sem sal.

Segunda entrevista com Raulino Correia de Souza, Lebon Régis, 12/04/2000.

Entrevista realizada em conjunto com o jornalista Cláudio Angelo, da Editora Abril. Participaram também alguns filhos de Raulino.

Paulo Pinheiro Machado- PPM: O senhor morou quanto tempo nos redutos ?

Raulino: Foi mais de 11 meses, não me lembro direito, sabe, faz muito tempo.

Cláudio: Que idade o senhor tinha quando foi morar no reduto ?

Raulino: Era pequeno. Lembro que os jagunços ameaçaram destruir o sítio do meu pai. Ele tinha muita criação, muita plantação, a gente vivia bem. Pois meu pai pegou uns cargueiros [mulas].

PPM: Seu pai era fazendeiro ?

Raulino: Não era fazendeiro, mas tinha bastante gado e animal, a terra não era muito grande. Eu tinha 8 éguas e uns cinco cavalos. Tinha umas noventa ovelhas, cabrito eram uns quarenta e pouco. Galinha, eram mais de oitenta. Nós debulhava um balaio de três quartos de milho por dia pra alimentar as galinhas, que ficavam no terreiro. Então meu pai pegou uns cargueiros e levou a família para o reduto.

PPM: Que idade o senhor tinha na época da guerra ?

Raulino: Eu tinha uns dez anos.

PPM: Para qual reduto vocês foram ?

Raulino: Pra muitos. Lembro quando fugi do último reduto quando bateu a força. Foi uma correria enorme. Eu estava muito fraco. Tudo começou com um tiro de canhão que parecia ter o barulho de um raio, cabrum! Todos correram para se salvar.

PPM: Isto foi em qual reduto ?

Raulino: No reduto de São Pedro, nas margens do rio Timbó. E na hora da correria só tinha um lugar no Timbó que podia ser varado a pé. As outras partes do rio eram muito fundas. Eu fiquei pra trás e o povo todo foi fugindo pelo único passo do rio. Estava muito fraco e cansado, ainda vestia um pala pesado que minha mãe me deu. Larguei o pala e procurei um lugar mais pra baixo do rio para varar. Era um perigo, porque fora do passo o Timbó é muito fundo, tem muitos poções. Eu corri pro lado do poço e atravessei o rio onde era impossível. Foi um milagre. Escapamos pelo lado do reduto onde o comandante Joaquim sempre mandava seu cornetinha chamar a *forma*?

PPM: O Joaquim era o Leodato ?

Raulino: Era. O comandante se chamava Joaquim Leodato. Ele mandava o cornetinha tocar todo dia de manhã. As pessoas se reuniam na *forma*. Todos enfileirados, eram cinco filas. Daí o Leodato passava com um facão de um lado para outro, dando ordens. De vez em quando ele matava alguém na *forma*. Ali mesmo, na frente de todo mundo. O Leodato sempre andava com os clavineiros dele e, se cismasse com alguém, ele matava na hora.

PPM: Por que ele fazia isso ?

Raulino: Por bandido, pra matar mesmo. Ele matou a mulher dele na cama com dois tiros e uma facada. Muitas vezes o Leodato levava as pessoas pro mato pra matar. Teve o caso da Jesuvina, uma mulher que Leodato mandou degolar e jogar no mato. Pois passou três dias e viram que aquela mulher estava viva, sentada numa pedra com a garganta cortada. Quando fez nove dias, a mulher estava ali sentada, no mesmo lugar. Era ali em São Pedro. Daí contaram para o Leodato, ele ordenou dois homens para buscar ela. Daí ele olhou pra outras mulheres e disse: - *Façam um tratamento nela !* Enrolaram o pescoço dela com panos. Mesmo assim, quando ela bebia água escapava um tanto pela goela. Mas depois de uns dias ela ficou boa.

PPM: Mas a sua família foi para o reduto como ?

Raulino: Foi o piquete do Leodato que passou e nos convidou para ir. O convite era uma ordem. Tivemos dois dias para arrumar as coisas e ir para o reduto. O pai levou um cargueiro carregado de comida e tarecos de dormir, o que foi possível ele levar. Levamos também uma vaca leiteira.

PPM: A caminhada foi muito longa ?

Raulino: Era dali do rio Bonito até o reduto de São Pedro. Era longe. Mas tivemos que deixar toda a criação aqui. Era muita coisa que ficou pra trás.

Cláudio: O senhor conheceu o José Maria ?

Raulino: Claro, fui afiliado dele.

PPM: Do José Maria ?

Raulino: Não, meu padrinho era o João Maria. Quando faltava uns dois dias para mim nascer ele pousou bem pertinho da nossa casa. A falecida minha mãe tinha combinado que, quando eu nascesse, ele ia me batizar. Ela ficou preocupada, sabia que o monge não ficava muito tempo onde pousava, disse a ele para ficar ali mais um tempo até que eu nascesse. O monge disse a ela: *Fique descansada, não vai demorar muito, só dois dias. E para a senhora ficar bem, saiba que ele já está batizado!*

PPM: Ele batizou o senhor ainda dentro da barriga ?

Raulino: Sim, eu sou o primeiro a ser batizado antes de nascer. Depois eu vi o João Maria viajando, lá pros lados do Timbó. Ele andava com três cachorros que eram brabos como feras. Vi ele parado um tempo. Eu estava caçando quati e ele estava deitado numa esteira. Aceitou um favo de mel que dei pra ele. João Maria só levava duas espigas de milho verde sapecado, numa vasilha. Ele me deu 500 réis, não quis aceitar, mas ele insistiu. João Maria falou pra outras pessoas que a guerra tava vindo. Ele contou tudo da guerra antes de acontecer. Mas disse que não era para se iludir. Ele disse que este mundo ia ficar de um jeito que ninguém ia entender. Não ia ter pai por filho, nem filho por pai. Ele disse que ia dar um movimento que ninguém ia compreender nada.

Filhos de Raulino: Papai, lembra que o senhor dizia que o João Maria falou dos homens voarem ?

Raulino: Há, sim. Ele disse que ia chegar o tempo que a mata ia ser atacada por um besouro de aço, que ia acabar com tudo. Ele disse que ia correr carro sem cavalo, dizia que os homens iam conseguir voar. Quando os homens tiverem voando ia chegar a guerra. Quase todo o povo ia morrer na guerra, só ia sobrar uma pessoa por légua. Ele dizia que o comunismo ia chegar.

Filhos de Raulino: Papai, lembra do que o Leodato dizia pelo que lutava ?

Raulino: Leodato dizia que lutava pela Monarquia. A Monarquia é uma lei. Teve um tempo, no começo da guerra, que o governo mandou um pessoal para negociar com o Leodato uma paz. Ofereceram muito dinheiro e ofereceram terras, mas o Leodato não quis saber, degolou o pessoal do governo. Daí a força [do governo] começou a brigar, brigar, brigar, até conseguir entrar no último reduto. Mas antes da força vencer teve um combate, onde a força do governo atacou o reduto de cima de uma campina. Pois do reduto só se ouviu um raio. A Maria Rosa, virgem do Leodato, pegou um *irmão* e subiu o morro. Os fanáticos se chamavam de *irmãos*. Quando eles chegaram na posição que estava a força, lá só tinha sangue pra tudo que é lado. Não tinha corpos, nem vivos, nem mortos, só sangue. Maria Rosa gritou dizendo que aquilo era obra do *Exército Sagrado*, que desceu do céu para nos ajudar. Todos acreditaram porque a força não estava mais ali.

Filhos de Raulino: Papai, conta como o senhor fugia das *formas*.

Raulino: As *formas* aconteciam todo dia de manhã. Eram demoradas. Começavam as 8h e iam até as 11h. Todo este tempo a gente ficava dando "Vivas" a todos os santos. Eu não agüentava mais. Teve um dia que eu fiquei na cama. Minha mãe ficou braba, insistiu para eu ir na *forma* e também pedir coisas pelas casas.

PPM: Pedir o que ?

Raulino: Pedir mantimentos para nós.

PPM: Onde ? Nos sítios perto do reduto ?

Raulino: Não, dentro do reduto mesmo. As pessoas se ajudavam muito, mas a gente tinha que pedir. Mas dentro do reduto todos esperavam pela volta do João Maria. Aí teve um dia que chegou um monge, que se dizia ser o João Maria, mas não era, era um sujeito lá do Lageadinho.

PPM: Era o monge Maneca ?

Raulino: É, acho que era esse. Mas ele se dizia ser o João Maria. Ele sentou numa mesa com meu padrinho, o Domingos Crespo, que vinha com um papel e lápis na mão. Eles recebiam o dinheiro de todo mundo, diziam que o dinheiro não prestava, precisava ser curado, benzendo. Depois de benzer, metade do dinheiro ficava com os chefes. O Domingos anotava o nome de cada um e quanto dinheiro tinham. Depois, quando o Leodato matava alguém, ele queria que o resto do dinheiro do morto fosse passado pros comandantes. Eles juntaram muito dinheiro porque tinha muita gente

naquele reduto. Isto tudo foi para o tesouro do Leodato, que ficou enterrado por aí, mas ninguém sabe direito.

Filhos de Raulino: Papai, conta como vocês foram recebidos no fim da guerra. O que comiam ?

Raulino: Tava muito difícil no reduto. Passamos muita fome. A fraqueza era grande. Quando a guerra terminou, conseguimos fugir para um sítio de um amigo de meu pai. Ele nos deu água com mel. Um copo para cada um. Me senti nascendo de novo, de tão fraco que estava. Neste sítio do amigo do meu pai, um tal de Domingos Beja, muitas famílias que fugiram do último reduto estavam escondidas. Naquela noite o meu pai disse ao Domingos que no dia seguinte ia se apresentar ao Goethen, em Santa Cecília.

PPM: O Coronel Goethen ?

Raulino: O filho do velho Goethen, que estava com o pessoal do governo. Meu pai foi pra lá com dois piás e um irmão da minha mãe, que era um homem alto e sujeito muito prosa, sabia se entender com o pessoal do governo. No fim da tarde meu pai retornou com eles. Vinham com muita comida, café, tudo. Daí foi só ficar gritando pelo mato por perto que as pessoas iam se apresentando. Depois voltamos para o nosso antigo sítio. Era uma tristeza, tinham levado tudo. Foi o pessoal do governo quem roubou tudo. O Coletti, de Santa Cecília, que era vaqueano do governo, roubou muito sítio de jagunço e matou muitas pessoas que já tinham se entregado. Mas o Coletti também perdeu muita gente de sua família. Os filhos dele acabaram se matando. Por conta dos banditismos que o Coletti andou fazendo ele chegou a sofrer de uma dor no peito que os médicos nunca descobriram. Este pagou aqui pelo que fez.

Cláudio: Por que as pessoas passaram fome no reduto ?

Raulino: Por falta de comida. Naquele tempo a gente comia broto de cará, semente de imbúia, miolo de xaxim. Quando conseguiam algum gado pra abater era uma multidão que cercava. Avançavam no couro, nas tripas, em tudo.

Filhos do Raulino: Papai contava que naquele tempo ninguém tinha cinta. Quando o sujeito dormia, comiam a cinta dele.

PPM: O senhor conheceu o velho Teleme, o pai do Leodato ?

Raulino: Conheci. Mas não lembro direito. O Leodato sim, quem conheceu nunca mais esquece. Lembro quando ele gritava os "Vivas", dizia : *Viiiiva São Sebastião! Viiiva São Miguel!* Com uma voz possante, não havia nada igual a voz do Leodato.

Entrevista com Rosalina Watrin, aproxim. 70 anos, em Rio Pretinho, Município de Canoínhas, 15/11/1998:

Rosalina é descendente de imigrantes rutenos, ucranianos de religião católica romana. Sua família vive na mesma região desde a década final do séc. XIX. Não sabe exatamente sua idade, seu filho afirma que ela possui, aproximadamente, 70 anos.

Pergunta : Qual o nome completo da senhora ?

Rosalina: Rosalina Watrin, mas Watrin era de meu marido, meu sobrenome de solteira é Didt.

P: É de origem polonesa ?

Rosalina : Meu avô veio da Polônia, mas era ucraino. Meu pai nasceu e se criou aqui, falava meio ucraino, meio brasileiro. Eu só falo brasileiro, mas entendo um pouco o ucraino. A coisa é assim, a gente vai esquecendo a língua dos pais. Mas o ucraino é diferente do polonês, são parecidos, mas são diferentes. Os poloneses falam trucidado e os ucrainos falam declarado.

P: Dona Rosalina, a Sra. não era nascida na época da guerra dos fanáticos ?

Rosalina : Não, eu nasci depois. Na época da guerra o meu pai era piazote, chegou até a acompanhar os jagunços.

P: Ele viveu em reduto ?

Rosalina : Ele puxava uva para os jagunços. Leite ele também levava, ele não tinha medo dos jagunços.

P: Ele era amigo deles ?

Rosalina : Acho que ele roubava estas coisas do pai e levava pra eles, pra agradar eles. Ele levava estas coisas para o reduto e ficava o dia inteiro com os fanáticos, só voltava pra casa a noite pra dormir. Ele tinha entre 10 e 15 anos. Só depois ele casou com minha mãe, que se chamava Maria Duma.

P: De origem ucraniana também ?

Rosalina : Sim, naquele tempo só havia casamento de ucraino com ucraino, nunca com brasileiro. Hoje é que já misturou tudo, misturou cebola com alho...(risos). O meu marido também não era nascido naquele tempo. Porque atacaram a casa da minha sogra.

P: Onde ela morava ?

Rosalina: Em Santa Cecília do Rio Correntes. Os fanáticos se aproximaram da casa de minha sogra, que estava sozinha com sua irmã Francisca. Logo elas tentaram fugir, mas notaram que estavam sendo observadas pelos fanáticos. Minha sogra se agarrou a um retrato de São João Maria, colocou um papel com uma oração no peito e não foi molestada pelos fanáticos. A Francisca saiu correndo de costas tão rápido que eles pensaram que fosse homem e atiraram.

P: Os fanáticos não atiravam em mulheres ?

Rosalina: Eles evitavam atirar em mulheres e crianças. Só atiravam em homens, eles pensaram que a Francisca era homem. Ela foi acertada com uma bala nos *quartos*, caiu no chão e foi arrastada mato a dentro, bem longe, pela minha sogra. Minha sogra dava água pra irmã aos punhados. Daí nisso veio um velhinho, do outro lado do mato, também estava fugindo dos fanáticos, disse chamar-se Fernando ou Firmino, disse que conhecia o pai delas e que ia tirar elas do mato. O velhinho disse que ia *bombear* pelo mato, contornar os jagunços e avisar o pai delas para ir buscar. Daí um Capitão do exército foi achado pelo velhinho e ele mandou um pequeno piquete de cavalaria para buscar as duas mulheres. Pois o piquete do exército passou bem na frente de um bando enorme de jagunços, armados até os dentes de facões, revólveres, *winchesters*, que deixaram os soldados resgatar as mulheres. As duas passaram com os soldados pelo meio dos jagunços e eles não fizeram nada, elas passaram com muito medo, podiam ser trucidadas ali. No que chegaram ao acampamento do exército, onde tinha uma trincheira, mais adiante, o comandante ficou indignado com o fato dos jagunços terem atirado na Francisca e ele disse e ordenou à sua tropa que todos os jagunços deviam ser liquidados. Ele disse que os jagunços não tinham lei, que faziam malvadeza com as mulheres. Foi bala pra tudo que é canto, juntou exército, polícia, vaqueanos, tudo, foram pra cima dos jagunços e acabaram com eles. Chegaram a empilhar os corpos dos fanáticos pra atear fogo.

P: Daí mataram as famílias dos jagunços também ?

Rosalina : Tudo, tudo, homens, mulheres, crianças também. A ordem do governo era matar tudo. As crianças eles erguiam, jogavam pra cima e esperavam com uma espada empinada.

P: O exército fez isto ?

Rosalina : É, daí terminou a guerra. Mas os jagunços fizeram muita maldade também. Eles costumavam atacar os ranchos de quem não tinha ido ao reduto. Atiravam nas casas, matavam a criação, matavam os porcos e as galinhas. As vezes matavam a criação pra levar, pra comer, outras vezes matavam só para deixar morto, só pra fazer maldade. Muitas famílias viveram escondidas no mato durante a guerra, depois tiveram que começar do nada. Não tinham mais casa, nem lavoura, nem criação. Estava tudo destruído.

P: Deve ter sido muito difícil a vida quando terminou a guerra.

Rosalina : Muito difícil, o Sr. não imagina as dificuldades, os problemas. Faltava tudo. Sofreram muito. Mas quem esteve na guerra é que sabe contar mesmo, eu falo só o que meu pai e minha mãe contavam, e muito já esqueci. Se a minha sogra estivesse viva, o Sr. ia ficar o dia inteiro entrevistando ela.

P: Ela falava do Leodato também ?

Rosalina: Deus me livre! Esse era o maior chefe dos jagunços. Contavam barbaridades dele. Tomara que não volte este tempo do fanatismo. Acho que o Leodato é do tempo do comunismo.

P: Como assim ?

Rosalina : Isto um padre velho dizia por aqui. Não lembro o nome dele, mas ele dizia que os fanáticos eram comunistas.

P: E o pessoal que foi viver nos redutos. Sei que as pessoas da terra, os caboclos, foram muitos pros redutos, mas foram muitos imigrantes também, não foram ?

Rosalina: Tinha, muitos alemães, polacos e ucranios foram pros redutos. Uns iam por obrigação, os fanáticos obrigavam e tinham que ir, outros fugiam dos fanáticos, outros iam pros redutos porque tinham dó daquele povo e gostavam dos caboclos. Uns eram mais valentes, tinham espírito diferente, queriam lutar junto com os fanáticos.

P: O João Maria, andava aqui pela região ?

Rosalina: Sim, tem um cruzeiro dele aqui perto.

P: Um cruzeiro por aqui ?

Rosalina: Ali pra baixo, daqui uns 200 metros. Era lugar de pouso do São João Maria, debaixo da imbuia na beira da estrada. O antigo cruzeiro apodreceu e o pessoal deixou ao lado do novo cruzeiro. Em torno dele tem um cercadinho com flores, neste terreno são enterrados os anjinhos [crianças natimortas] aqui da região. Dizia o monge que por aqui a gente só ia tomar susto, mas que não ia acontecer nada conosco. E é verdade, nunca houve nada muito grave por aqui, só levamos sustos com algumas tormentas, umas ventanias. Graças a Deus nunca aconteceu nada. Ali no cruzeiro tinha uma pequena capelinha que meu pai construiu, com uma foto de São João Maria, mas que foi destruída por umas pessoas, acho que eram crentes, que não gostam de Santos.

P: Mas parece que os padres também não gostavam do João Maria ?

Rosalina: Não gostavam ! Eles tinham raiva dele, porque o São João Maria é profeta de Deus, ele contava muitas verdades e os padres não explicavam a verdade. Os padres tinham raiva dele, mas ele falava as coisas que Deus e Nosso Senhor Jesus Cristo mandava ele falar.

P: Dizem que muitas coisas que o João Maria disse que ia acontecer, acabaram acontecendo, não é ?

Rosalina: Aconteceram e continua acontecendo. Antigamente as mulheres usavam cabelo comprido e os homens, curto. Os vestidos das velhas iam até o calcanhar, os das moças estavam sempre abaixo do joelho. Hoje é essa confusão. Pois São João Maria dizia que ia chegar o tempo que não se ia saber o que é mulher e o que é homem. A coisa já está assim hoje, muitas vezes a gente vê uma pessoa andando pela estrada e não sabe se é homem ou mulher, precisa chegar bem perto para reparar.

Tudo isto o João Maria falou. Agora as mulheres estão cortando o cabelo bem curto, e muitos homens estão usando cabelo como rabo de cavalo e brinco ! Ele [João Maria] disse também que ia chegar uma carestia que o povo não ia agüentar. Depois dessa carestia ia vim um tempo bom. Pois estamos na carestia, no tempo dos mil-réis dava pra se comprar bastante coisa, hoje é preciso se juntar um saco enorme de moedas pra se comprar alguma coisa. Ele falou que ia aparecer corvo de aço.

P: É o avião ?

Rosalina: Sim, mas disse muito antes de aparecer os aviões. Naquele tempo só se andava em carrocinha, em carreirinhos a cavalo, levava uns dois dias pra se chegar a Canoínhas [aproximadamente 25 km de Rio Pretinho]. Ele dizia: "Vocês vão ver cavalo sem cabeça que vai levar qualquer um a Canoínhas de manhã e voltar no mesmo dia para o almoço." O cavalo sem cabeça é o ônibus. Como é que ele sabia que ia acontecer isto ? E ele ainda dizia que ia voltar o tempo de se usar as carrocinhas pra ir a cidade, vai voltar o tempo antigo. Ele dizia que perto do final do século ia acontecer muitas guerras de nação contra nação, e quantas guerras aconteceram ... Ele dizia que ia chegar um dia que quando as mulheres fossem ordenhar as vacas, no lugar de sair leite, ia sair sangue das tetas. Isto aconteceu comigo e com minhas vizinhas daqui, cada dia era uma teta da vaca que saía sangue.

P: Mas isto é uma doença no gado.

Rosalina : Mas ele previu, aconteceu. Ele dizia que ia aparecer uma peste que ia acabar com a criação, e não é que veio mesmo uma peste que acabou com a porcada. Como ele ia saber que isto tudo ia acontecer ? Ele pousou ali abaixo daquela imbuia, e dizia que não devia se derrubar ela porque dela se tinha cura pra dor de dente. E mais, ele disse que quem derrubasse a imbuia seria matado. Daí anos mais tarde um vizinho dali vendeu a imbuia pra fazerem tora, e o homem que abateu, não passou muitos dias, foi matado. Depois nasceu no lugar da imbuia um pé de bracatinga, mas na certa São João Maria não queria a bracatinga por lá, ela secou, secou *de barde* [sem motivo]. E estava a coisa mais linda a bracatinga. E teve um rapaz que plantou um pinheiro ali do lado da bracatinga, e na mesma semana que ele plantou, foi matado.

P: Então era pra ser só a imbuia ali no cruzeiro ?

Rosalina: Era pra ser a imbuia, bracatinga não deu certo, pinheiro também não. Ele falou que ia vir uma doença que os médicos não iam descobrir, e que a cura só ia acontecer se queimassem a moda que vestiam para fazer chá.

P: Fazer chá com as cinzas das roupas dos doentes ?

Rosalina: Isto mesmo. E olha que naquele tempo o pessoal fazia muita roupa de imbirá. [árvore nativa onde se extraem fibras] A imbirá servia pra se fazer as roupas mais brutas pra lida no campo, mas também servia pra se fazer sacos, bruacas para mantimentos. O São João Maria só comia couve e leite, também tomava chimarrão. Certa vez a mãe da minha sogra separou um pouco de leite para levar pra ele. A vizinha dela viu e resolveu fazer o mesmo, só que na hora de levar a tigela de leite pra

São João Maria ela pensou, “não vou levar leite pra esse velho, vou dar pras minhas crianças”, mas logo depois se arrependeu e foi levar o leite. Quando chegou em João Maria e ofereceu a tigela ele disse: “Não, não quero, vá dar este leite pras tuas criancinhas, não quero leite alegado” Ele tinha adivinhado o pensamento dela. Outra vez caiu um temporal, uma chuvarada, toda a região ficou encharcada, mas em volta de São João Maria não caiu uma só gota de chuva, a fogueirinha que ele fazia também não apagou. Isto a minha sogra viu, a irmã dela e outras pessoas também. Isto é pra ver a força que ele tinha ! O poder dele era grande ! O que ainda tem pela região, mas é cada vez mais difícil de se achar é o milho de São João Maria.

P: É aquele milho caboclo, de espiga pequena ?

Rosalina: A espiga é pequena, mas é um milho diferente, é encapadinho, além da casca normal ele tem uma casca em cada semente, que nem dente de alho. E não tem sabugo, é uma semente grudada noutra. João Maria disse que um dia não ia dar nenhuma comida em cima da terra, só debaixo, como batata doce, mandioca. Ele falou que vai chegar uma escuridão, três dias de escuridão. Que o povo tinha que plantar amendoim, para comer amendoim nestes três dias, não haveria outra coisa pra se comer nestes três dias, nem a lenha ia queimar pra se fazer fogo. Isto de certo vai vim ainda, porque ainda não aconteceu, não é ?

P: E por que o amendoim ?

Rosalina : Porque o amendoim as pessoas já guardam torrado, mas podia ser pão pronto também. Na verdade São João Maria dizia que toda família tinha sempre que ter estocada em casa comida pronta, já feita, para três dias. Porque ia anoitecer e não ia amanhecer por três dias. Todos devem se precaver, porque ninguém sabe quando estes três dias vão chegar. E quem estivesse nestes três dias em Canoínhas, ia morrer.

P: E na época da guerra surgiu o José Maria ?

Rosalina: Dizem que era parecido com o João Maria, mas todo mundo sabia que não era a mesma pessoa, mas muitos gostavam do José Maria também. Mas o João Maria já tinha morrido aí.

P: Como ele morreu ?

Rosalina : Meu pai tinha um livro que contava esta história. Dizia que uma mulher prometeu ao Rei que ia trazer a cabeça de São João Maria.

P: Que Rei ? O Imperador D. Pedro II ?

Rosalina: Não sei, sei só que era um Rei, que quando os soldados a mando dessa mulher arrancaram a cabeça de São João Maria, para levar pro Rei, jorrou leite das veias dele. Ele não tinha sangue nas veias, tinha leite, esta é a maior prova da santidade de São João Maria.

P: Mas voltando a falar da guerra dos jagunços, aqui na região parece que era chefe o Bonifácio Papudo. A Sra. já ouviu falar dele ?

Rosalina : Eu conheci ele. Ele morava no matão aqui perto. Deixou os terrenos dele pros filhos. Depois foi embora.

P: Mas ele viveu bastante tempo depois da guerra ?

Rosalina: Sim, eu já era nascida e lembro, ele tinha uma papada bem grande, acho que já é morto, porque ele trabalhava com o meu pai e eu era criança bem pequena. Ele trabalhou como camarada, contratado pelo meu pai para capinar roça, cuidar do gado, colher o milho. Naquele tempo a gente tinha uma terrinha. Daí meu pai começou a ficar doente, fraquinho, começou a dispensar os camaradas, não tinha mais dinheiro pra contratar serviço. E vendeu este terreno aqui, que era nosso, para o Sr. Rodolfo Pinto. Agora eu moro aqui como agregada.

P: Pensei que esta terra fosse da senhora.

Rosalina: Quando o meu pai vendeu estas terras pro Sr. Rodolfo ele prometeu que eu podia ficar aqui como agregada até morrer. Ele é um homem bom, até me ajuda de vez em quando. Um dia fiquei doente, tinha dores de cabeças horríveis, a mulher dele foi junto comigo ao médico, me cuidou com muita atenção. Já pensei em sair daqui, mas ele insistiu pra ficar, disse que tem confiança em mim.

P: Além do Bonifácio Papudo, tinha um outro chefe chamado Antônio Tavares, a Sra. ouviu falar dele ?

Rosalina: Não, lembro bem do Papudo, que trabalhava como diarista pro meu pai. Tinha também o Juvêncio, o Juvêncio Braga, que também parece que tinha sido chefe fanático importante. Mas não sei muito deles. Acho que contei tudo que sabia.

Entrevista com Sebastião Costa, 77 anos, Major Vieira, 28/08/1999:

P: Sr. Sebastião, a Colônia Vieira foi ocupada pelos jagunços ?

Sebastião: Sim, foi primeiro ocupada pelos jagunços, depois pela força do governo. Quem me contou isso foi o Alberto Frederico, que na época tinha uns 18 anos, ele viajou com as forças do governo para puxar cargueiros, carroças e mantimentos para a tropa. Os jagunços, que chamavam de rebeldes, dominavam esta região e a força do governo foi subindo por Iracema e Moema, o principal acampamento dos jagunços ficava aqui perto de Queimados, onde hoje passa a BR [116] bem perto da cidade de Papanduva. Quando a força se aproximou dos jagunços, ainda na madrugada, deu pra se ouvir os cantos de quero-quero, o que chamou a atenção do comandante fanático Manoel Alves, que retirou-se com seu piquete no rumo do Rio Itajaí do Norte. Mas muitos jagunços não deram atenção ao chamado das aves, foram cercados e liquidados pela força do governo, os que não morreram em combate foram queimados dentro de casinhas apertadas incendiadas pelos soldados. Foi feio. O pessoal que morava por aqui, em Colônia Vieira, era na maioria de imigrante polonês, eles se escaparam daqui, abandonaram as casas quando os jagunços chegaram. Mas combate não aconteceu aqui (Colônia Vieira), o combate sério foi este de Papanduva e outros entreveros aí pelos arredores. Tinha muito piquete de vaqueanos, que não eram soldados mas lutavam a favor do governo, recebiam dinheiro, armas e cavalos do governo, muitos destes piquetes atuaram por aqui contra os jagunços, faziam emboscadas, ataques e os jagunços foram recuando para Santa Maria e para o Timbó Grande. Em Lageadinho (onde hoje é Monte Castelo – Residência Funk), lá os jagunços nunca entraram, dali sempre partiam piquetes de vaqueanos que aproveitavam a guerra para roubar o gado das pessoas comuns. Bom, a coisa foi ficando difícil pros jagunços, a fome já estava batendo forte nos redutos. Muitos fugiram dos redutos desiludidos (como o José França, que tinha uma filha que foi dama do Leodato) e foram procurar as forças do governo para dizer como bater os fanáticos, e serviam como práticos, como vaqueanos.

P: Falam que o Leodato era muito cruel dentro dos redutos, não há muito exagero nisto ?

Sebastião : Leodato era afiliado de minha avó, Júlia de Souza Costa, casada com meu avô, João Pedro da Costa, eles moravam no Campo Novo, um lugar na beira da estrada das tropas, aqui perto [BR 116]. O Leodato chegou na casa da minha avó e fez o convite para irem ao reduto, ela já tinha dois filhos, o Humberto o Alfeu José Costa com mulheres e filhos, no reduto e não queria ir, mas disse pro Leodato que ia fazer alguns alqueires de farinha de mandioca e que depois ia pro reduto levando os alimentos. Ela era corajosa e queria ver como os filhos estavam no reduto. Com a farinha pronta, ela foi sozinha, lá no acampamento dos Correia, lá era o reduto dos revoltosos. Ela chegou por lá e começou a observar tudo, era muito inteligente e viu que na hora que todos faziam oração, aparecia uma luz no meio dumas árvores ao lado do reduto, esta luz os chefes diziam que era o José Maria que aparecia na hora das orações. Pois observando, ela descobriu que a luz vinha de uma barraca, que tinha um sujeito com um espelho que refletia a luz do sol nas árvores. Ela procurou

imediatamente os filhos e disse que era para eles abandonar o reduto logo, que não havia nenhuma santidade naquilo, que era uma tremenda picaretagem. Daí eles se mandaram de lá. Neste tempo o Leodato ainda não era chefe. Mas o Leodato depois matou muita gente, aqui pela região viveu depois da guerra o Pedro Domingos, era “par de França”, era um negão alto, forte, tinha bastante muque, trabalhou um tempo pro meu pai. O Pedro Domingos era homem de confiança do Leodato. Tinha também o Chicão (não é o Vacariano), outro “par de França”, Chicão não era negro, era caboclo de pele queimada. Chicão depois da guerra foi capataz do Severo de Almeida, um fazendeiro aqui do Tamanduá e trabalhou pro meu pai também, os dois eram homens de confiança de Leodato. Os pares de França eram os mais corajosos e melhor lutadores. Agora, este pessoal era muito religioso também, tinham muita fé em Deus, eles sabiam coisas da Bíblia que nem os padres conheciam direito. Certa vez, este Pedro Domingos tinha um filho de 14 anos e queria que um padre que passou pela fazenda do Severo de Almeida batizasse o menino. O padre estava de má vontade, colocou um monte de problemas pra batizar o menino, daí o Pedro Domingos, que era analfabeto, disse pra ele: ‘Jesus Cristo disse: ide e batizais a todos’, “o senhor não segue a religião de Cristo ?” O padre ficou mudo e resolveu batizar o menino. Eles aprendiam estas coisas da Bíblia nos redutos. O Chicão e o Pedro contavam sobre muitos combates que eles participaram, uma vez contavam que na entrada do reduto de Santa Maria eles ficavam bem numa parte alta e em cima de umas forquilhas de imbuia, daquela altura, na galhada, eles acervavam os soldados que tentavam entrar no reduto sem que os soldados conseguissem atingi-los.

P: E os líderes rebeldes aqui da região, quem eram ?

Sebastião: Aqui tinha o Setembrino de Oliveira (não era o Setembrino de Carvalho, o General), que era chefe jagunço, tinha o Manuel Alves, daqui de Major Vieira. O Setembrino desceu a serra e se apresentou pro governo nas colônias alemãs, ele levava famílias, mulheres e crianças dos redutos.

P: O Aleixo Gonçalves andava por aqui ?

Sebastião: Não, o Aleixo atuava em Três Barras e São Bento. Sei que, no começo da guerra o Alemãozinho andava ali por Três Barras e Rio Negro, ameaçando estes povoados, em Rio Negro ele matou duas pessoas e ameaçou entrar na cidade com 300 homens. Mas ele partia do Papanduva. Partia sempre com um piquete a cavalo, levando as bandeiras brancas e as winchesters.

P: Este Alemãozinho era daqui da região ?

Sebastião : Não sei donde ele vinha, era mais um dos que apareceram só na época da guerra.

P: O que o pessoal mais antigo falava sobre o porquê que começou esta guerra ?

Sebastião: Mas isto o senhor deve já saber.

P: Sei o que dizem os livros, mas quero saber o que as pessoas daquele tempo falavam.

Sebastião: Bom, não lembro o que os meus pais diziam, o que sei é que a Lumber entrou em Três Barras, tinham um contrato com o governo para fazer o ramal ferroviário de São Francisco à Porto União, pelo contrato eles ganharam a madeira de 15 km de cada lado da estrada. Daí eles chegavam na marra na casa das pessoas e botavam pra correr dizendo que o governo tinha dado aquela terra pra eles. Quando não expulsavam os moradores, a Lumber simplesmente retirava a madeira sem pedir autorização e sem pagar.

P: O senhor conheceu pessoalmente moradores que foram tratados assim pela Lumber ?

Sebastião: Sim, conheci muitos. O que aconteceu é que este pessoal todo começou a se revoltar. Depois da revolta a Lumber começou a indenizar, a moderar a coisa, pagavam pela madeira. Bom, que mais posso falar sobre a guerra... sei que quando foi destruído o último reduto, o Leodato se refugiou no Timbozinho, na serra do Calixto, onde tinha a fazenda de um amigo dele, e foi este homem que entregou ele à polícia.

P: O que houve com o pessoal dos redutos no final da guerra ?

Sebastião : Muita gente ficou escondida no mato bastante tempo, queriam ter segurança para se apresentar às forças do governo. Por aqui, um tio meu, o Júlio Costa, tinha trabalhado pras forças do governo, mas conhecia muitos jagunços que estavam no reduto. Ele fazia várias viagens ao Timbó e ao Tamanduá e trazia aos poucos as famílias que iam se apresentando. Aquele pessoal chegava miserável, muitos nem roupas tinham. Meu pai também, na época tinha 18 anos, ele trouxe muita gente do mato que queria se apresentar e estava com medo. Depois este pessoal dos redutos ficou por aqui mesmo, voltaram cada um para as suas terrinhas.

P: O que mais os Pares de França contavam sobre a guerra ?

Sebastião: O Pedro e o Chicão contavam que qualquer um que queria falar com o Leodato tinha que primeiro passar por eles, eles queriam saber o assunto, se o sujeito fosse suspeito eles revistavam, eram um tipo de guarda pessoal do comandante. Se a conversa com o comandante não fosse boa eles arrastavam o infeliz para morrer nas margens do Timbó. Muita gente foi jogada morta ali, eles nem enterravam. Chegou até a criar um bichinho, uma espécie de larva, parecida com bicheira de gado, que comia os cadáveres bem rapidinho, em dois ou três dias.

Entrevista com Valmor Carlin do Prado, 83 anos, Lebon Régis, 13/04/2000:

Pergunta: O seu pai viveu nos redutos e era adepto dos fanáticos ?

Carlin: Sim, ele se chamava Augusto Carlin da Silva. Ele já era órfão de mãe e perdeu o pai na guerra, o pai dele era chefe fanático.

P: Era amigo do Leodato ?

Carlin: Não, naquele tempo eles faziam o que o Leodato mandava por obediência, não eram amigos. Mas meu pai esteve em vários combates. Ele esteve no combate de Caraguatá e em Santa Maria.

P: Como o seu pai aderiu ao movimento ?

Carlin: Eu não sei como. Sei que os meus avós estavam trabalhando um tempo lá para os lados de Canoíñas, depois vieram pra cá, pro reduto de Caraguatá. Naquele tempo as pessoas iam pros redutos por muitas razões , tinha aquele problema da estrada de ferro e outros. Eu não sei contar direito, meu filho tem um livro muito bom sobre isto.

P: Tudo bem, tenho os livros todos sobre a guerra, mas gostaria de saber o que não está nos livros, como as pessoas daqui viveram aquela guerra.

Carlin: Sei contar um combate que aconteceu. Na subida da serra de quem vai daqui [Lebon Régis] até São Sebastião do Sul. Os soldados estavam em baixo e se bateram com os jagunços que estavam em cima. Os jagunços ficaram escondidos na subida da serra, que tinha muita mata, mata fechadíssima. Os soldados tinham que subir abrindo picada, assim morreram muitos soldados. Quando os soldados estavam no meio da subida da serra houve um violento combate, muitos soldados morreram, só que ficou um vivo, escondido numa pedra. Este descobriu de onde vinham os tiros e matou os jagunços que estavam escondidos. Isto foi no final da guerra, além desta subida estava o reduto, que era um monte de casinhas precárias. Depois os jagunços se entregaram por ali.

P: Isto foi em Santa Maria ?

Carlin: Sim, era o reduto de Santa Maria. Foi ai que o meu pai se entregou. Por aqui morava a família de um outro jagunço importante, o Nenem Chefe.

P: O Sr. conheceu ele ?

Carlin: Demais, e conheço muita gente da família dele que participa da Igreja Presbiteriana, onde eu fui pastor até pouco tempo, hoje sou jubilado, aposentado. Meu pai contava sobre os Pares de França, as virgens.

P: O Sr. lembra dos nomes dos 12 pares ?

Carlin: Não, isso o meu pai não falava muito. Falou dum ataque dos militares a casa dele, ele estava ferido e meu avo estava dormindo. Os soldados entraram e degolaram o velho, por sorte o filho se escondeu numa dispensa de mantimentos. Esta guerra foi de uma violência sem medida.

P: O seu pai contava como era a vida nos redutos ?

Carlin: Contava que passaram muita fome, tudo era pra ser caçado, depois do gado arrebanhado, passaram a comer tudo que se mexia, só poupavam os cavalos. As casinhas eram muito precárias, passavam muito frio no inverno e calor no verão. As crianças ficaram raquíticas, pareciam estas que mostram hoje da África na televisão.

P: Qual a origem do nome Carlin ?

Carlin: É de origem alemã. Das colônias alemãs de Santa Catarina. Meu avô era alemão, mas minha avó era brasileira.

